

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

EDITORIAL

Neste segundo número de 2025, apresentamos um dossiê e artigos do fluxo contínuo, além de algumas atualizações em nosso processo de submissão.

O dossiê Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste, organizado por Marcos André Torres de Souza e Sílvia Alves Peixoto, reúne seis artigos e duas traduções apresentadas pelos editores convidados.

No fluxo contínuo, apresentamos aos leitores quatro artigos que, embora distintos em suas abordagens e contextos geográficos, convergem na busca por ampliar e diversificar as formas de produzir conhecimento arqueológico.

O primeiro artigo nos leva a Minas Gerais, onde o Sítio Arqueológico Caieiras Três Irmãos foi analisado com o uso combinado de escavações, modelagem 3D via fotogrametria e sensoriamento LiDAR. A articulação entre diferentes técnicas permitiu um mapeamento das estruturas ligadas à produção de cal, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos processos formativos do sítio e das práticas de trabalho ali desenvolvidas.

Seguimos para Santa Catarina, onde pesquisadores investigaram os sedimentos das estruturas monumentais associadas à tradição Itararé-Taquara, no município de Lages. A análise físico-química dos materiais revelou a ausência de indícios claros de atividades humanas intensas nas áreas estudadas, o que desafia interpretações usuais sobre a funcionalidade dessas estruturas. O estudo reforça a importância dos microdados na reavaliação de hipóteses sobre ocupações antigas.

No Uruguai, o terceiro artigo propõe uma leitura de longa duração sobre a ocupação do nordeste do país, examinando a continuidade histórica entre os povos construtores de cerritos e os grupos Güenoa/Minuan. A partir de escavações e datações por radiocarbono no sítio Laguna de los Minuanos, o trabalho evidencia conexões culturais e relações de conflito com a sociedade colonial, apontando para uma rede de interações socioculturais que desafiam fronteiras cronológicas e políticas.

Fechando os textos de fluxo contínuo, um artigo propõe a incorporação de sonhos, visões e intuições como ferramentas metodológicas na arqueologia. Baseando-se em epistemologias não ocidentais, o texto convida à construção de uma arqueologia contra-colonial, capaz de reconhecer outras formas de conhecimento e de validar experiências subjetivas.

Esses quatro trabalhos, ao lado de suas especificidades, nos convidam a refletir sobre os modos de fazer arqueologia: seja pela integração de novas tecnologias, pela revisão de interpretações consolidadas, pela valorização de trajetórias históricas longas ou pela abertura a epistemologias plurais.

Como novidade, reorganizamos algumas informações na página Submissões da aba “Sobre”, no site da Revista, de modo a facilitar a checagem de adequação às normas pelos autores. Também introduzimos duas novidades no processo de submissão.

Primeiramente, para garantir a anonimidade no processo de revisão de pares, pedimos agora que autores enviem dois arquivos separados: um contendo o título do trabalho com as informações de autoria; outro totalmente anonimizado contendo também o título, resumos e palavras-chave em português, inglês e espanhol e o texto completo. Assim, todas as informações que possam identificar os autores no texto (como nomes citados no texto, fontes de financiamento e agradecimentos) serão incluídas somente na versão corrigida do trabalho, antes de ser enviado para a edição de texto. A inclusão de arquivo previamente anonimizado dará mais celeridade ao início do processo de revisão.

Além disso, para a submissão de propostas de volumes especiais – os dossiês – introduzimos algumas diretrizes para padronizar esse tipo de publicação. Deixamos também explícitos os critérios para as avaliações das propostas enviadas. Fiquem atentos, em breve anunciaremos a chamada para o próximo dossiê temático.

Finalmente, nesta edição agradecemos e nos despedimos de nossa bolsista Eduarda Wagner, que completou um ciclo de trabalhos para a Revista e auxiliou na divulgação dos trabalhos publicados.

Desejamos uma ótima leitura e aguardamos novas contribuições!

Conselho Editorial (2024-2025)

Daiane Pereira

Daniela Klokler

Meliam Gaspar

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

APRESENTAÇÃO

SEMPRE ESTIVERAM AQUI: ARQUEOLOGIAS DO COLONIALISMO E DA PRESENÇA INDÍGENA NO SUDESTE BRASILEIRO

Marcos André Torres de Souza*, Sílvia Alves Peixoto**

INTRODUÇÃO

Este dossiê reúne pesquisas que, com base em análises da materialidade arqueológica e contemporânea, vêm se debruçando sobre trajetórias e vivências indígenas passadas em diferentes pontos do litoral sudeste durante o período colonial. Os artigos focam análises voltadas para a temática dos encontros coloniais e das relações entre indígenas e diferentes grupos culturais, ancorados na ideia de que esses foram sujeitos históricos ativos durante o processo de colonização do território brasileiro.

O primeiro registro da presença europeia na região Sudeste foi feito poucos anos depois da chegada dos portugueses ao território brasileiro, quando na segunda viagem de Américo Vespúcio (2003, p. 79-84) ao nosso litoral, na denominada “Carta de Lisboa”, de 1502, ele registrou suas impressões da costa e daqueles que lá viviam. Desde então, as experiências dos povos indígenas da região entraram em uma nova fase, marcada por alianças, guerras, trocas e encontros com os europeus, bem como por processos de reinvenção social e reterritorialização.

Na região Sudeste, o interesse pelo estudo arqueológico dos povos indígenas no período histórico surgiu tão logo as pesquisas sistemáticas começaram a ser realizadas no país, algumas, inclusive, feitas no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Pronapa (Peixoto; Machado, 2022, p. 573). Após esse ímpeto inicial, conforme já notado por Souza (2017, p. 145), esse interesse diminuiu de forma muito sensível, apenas ressurgindo há pouco mais de uma década, quando começaram a ser organizados simpósios temáticos e dossiês¹ e as pesquisas divulgadas por meio

¹ Entre os encontros registram-se o simpósio “Arqueologia do Colonialismo no Brasil”, organizado em 2019 por Marianne Sallum e Marcos André Torres de Souza no X Congresso da Sociedade

* Professor Associado do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGArq); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: torresdesouza@ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0434-1673>.

** Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Departamento de Arqueologia. E-mail: silviapeixoto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9496-7436>.

de dissertações, teses e publicações (Cordeiro; Buarque; Táboas, 2019; Deminicis, 2011; Dias, 2021; Noelli, 2025; Peixoto, 2019; Peixoto; Lima, 2020; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022; Ribeiro; Jácome, 2014; Sallum, 2018; Simões, 2020; Souza; Buarque, 2019; Trindade; Souza, 2022). Ainda que nosso conhecimento siga lacunoso, variados têm sido os contextos de pesquisa (acadêmica e preventiva) em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo em que as materialidades indígenas têm sido evidenciadas e situadas no centro das discussões, não mais nos moldes vigentes nas décadas de 1960 e 1970, mas com base em quadros conceituais e metodológicos atualizados e mais adequados para lidar com o assunto, superando, com isso, abordagens e conceitos há muito ultrapassados, como o de aculturação e a separação formal entre pré-história e história.

É com o interesse em manter aquecidas as trocas de ideias na nossa região, bem como examinar algumas das suas especificidades, que este dossiê se apresenta. Nesta introdução, não é nossa intenção apenas apresentar os trabalhos que o compõem, mas também dialogar com eles e outros autores em torno de tópicos que identificamos como relevantes para nossas discussões. Desse modo, pretendemos no curso deste texto identificar as contribuições dadas ao tema, os problemas e desafios que se colocam nas nossas análises e, ao fim, buscar identificar as ferramentas teórico-metodológicas que, a nosso ver, permitem ultrapassá-los.

Juntam-se ainda, neste dossiê, duas traduções de artigos escritos pelos arqueólogos Craig Cippola, vertido para o português por Luiza Rabelo; e Stephen Silliman, vertido por Marianne Sallum e Francisco Noelli. Essas peças foram selecionadas por oferecerem bases teóricas importantes para as nossas discussões, ainda que voltadas mais para os contextos da América do Norte. Discorrendo sobre a trajetória dos estudos indígena-coloniais nesta parte do continente, os autores problematizam abordagens e conceitos que, por muito tempo, foram o sustentáculo das pesquisas arqueológicas, mas que não se encaixam mais no cenário atual. Discutindo aspectos relativos a temas como persistência, memória, gênero, ontologias, pós-colonialismo, para citar alguns, os textos ressaltam as dimensões multiescalares e diacrônicas das pesquisas coloniais, instigando ainda reflexões sobre o potencial da materialidade, bem como das práticas profissionais, para o fortalecimento de demandas indígenas na atualidade.

ENCONTROS, CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Um dos temas mais persistentes da Arqueologia, que a acompanha desde seu início enquanto disciplina científica, tem sido o da mudança cultural; da teoria da degeneração ao determinismo, das explicações difusionistas ao funcionalismo, do estruturalismo ao pós-humanismo, esse continua sendo um dos assuntos mais discutidos na nossa disciplina (Bentley *et al.*, 2008; Trigger, 1989). Na região Sudeste, a preocupação com esse tema surgiu quando a Arqueologia Histórica dava seus primeiros passos no país. Autores como Beltrão (Beltrão; Faria, 1971, 1973; Beltrão; Laraia, 1969), Dias Jr. (1964, 1972) e Perota (1971) localizaram aldeias históricas e sítios coloniais antigos nas suas pesquisas e propuseram discussões sobre a identificação de complexos culturais e suas mudanças

de Arqueologia Brasileira, Pelotas, RS; e “Arqueologias dos Colonialismos no Brasil”, organizado em 2024 por Sílvia Alves Peixoto na VIII Reunião do Núcleo Regional Sudeste da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, RJ. Entre os volumes temáticos, registra-se o dossiê “Conexões atlânticas: arqueologias do colonialismo”, organizado em 2022 por Francisco Noelli, Marianne Sallum e Tania Casimiro, no *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 13.

no tempo, incluindo a emergência de uma nova tradição arqueológica, denominada “neobrasileira” (cf. Peixoto; Machado, 2022, p. 573; Souza, 2008).

Com o renascimento do interesse pelo tema na região, a busca por respostas sobre *como, quando e por que* as mudanças ocorreram, e *se* ocorreram, tem estado aberta a diferentes abordagens. Certamente, um dos pontos críticos desse debate está em como tratar a continuidade e a mudança. Os artigos de Marianne Sallum e colaboradores e de Rubia Silva neste dossiê apontam numa direção que tem sido dominante nos estudos envolvendo a Arqueologia do Colonialismo, que é focar nas persistências, seguindo o que foi proposto pelos arqueólogos Silliman (2009, 2020) e Panich (2013), ainda que nos estudos sobre a diáspora africana essa possibilidade já viesse sendo considerada a partir do trabalho clássico de Mintz e Price (1992). Baseados nos arqueólogos acima mencionados, os artigos de Sallum e colaboradores e Silva têm em comum a percepção de que a continuidade e a mudança foram escolhas não oposicionais ou excludentes, mas sim elementos constitutivos de um mesmo fenômeno, e que foram acionados, em muitos casos, através da agência das comunidades, notadamente das mulheres, ao transmitirem seus conhecimentos entre as gerações.

No que se refere às temporalidades ligadas às continuidades e mudanças, há, a nosso ver, dois caminhos complementares a serem percorridos. Um desses caminhos envolve a transposição do binarismo história | pré-história, que situa em diferentes campos discursivos as experiências indígenas que são, na verdade, contínuas (Lightfoot, 1995; Schmidt; Mrozowski, 2013). Nas pesquisas em curso desenvolvidas por Souza e Buarque (2019) na Ilha do Governador sobre contextos dos séculos 16 e 17, essa perspectiva vem sendo perseguida. Um movimento positivo nessa direção têm sido análises que levem em conta as práticas materiais antes e depois do contato. É o caso do artigo de Cordeiro e Lima, que se valem do vasto conhecimento adquirido durante décadas de pesquisas em sítios pré-coloniais e de contato da região de Araruama, Região dos Lagos fluminense, para tecer comparações e assim refletir sobre mudanças perceptíveis em parte da materialidade de grupos indígenas que habitaram o centro da cidade do Rio de Janeiro no século 16. Dessa forma, estabelecem bases comparativas para discutir as cerâmicas coloniais encontradas não só no Rio de Janeiro, mas em outros contextos do litoral sudeste.

O segundo caminho, seguido por Sallum e colaboradores, bem como por Silva, envolve a criação de histórias de longa duração que conectam o presente e o passado. Ao procurarem identificar persistências em tradições ceramistas contemporâneas, discutem como antigas práticas, embora atualizadas por meio de diferentes encontros e experiências, são capazes de revelar histórias comuns. Nesses trabalhos revela-se não apenas a construção de pontes presente-passado, mas também a possibilidade de colaborações profícuas entre arqueólogos e não arqueólogos. Entre os colaboradores de Sallum está Marina Gomes, ceramista do bairro Encapoeirado, do município de Apiaí/SP, que somou sua visão à dos demais autores. Do ponto de vista sociopolítico, esse tipo de iniciativa é um caminho importante para a construção de narrativas arqueológicas que efetivamente incluam aqueles que possuem vínculos ancestrais e históricos com o passado ao qual nos referimos. Essa tem sido uma prática crescente e indispensável no nosso exercício profissional (e.g. Barboza *et al.*, 2019; Borum-Kren, 2024; Jácome; Wai Wai, 2020). Indispensável porque devemos levar em conta a necessidade de desarticular as opressões e discriminações estabelecidos pelas situações coloniais, respeitar a diversidade cultural existente no país, considerar lugares de fala, repensar temporalidades e levar em conta aspectos de gênero na produção do conhecimento (Sallum, 2022). Percursos como esse contribuem também para

a incorporação de abordagens ontologicamente situadas, o que vem, igualmente, sendo demandado em análises envolvendo as experiências indígenas no período histórico (Ribeiro; Jácome, 2014; Souza, 2017).

No campo das discussões sobre os encontros, as interações afro-indígenas (Goldman, 2014, 2017; Pazzarelli; Sauma; Hirose, 2017) têm sido subproblematizadas. Ainda que no regime da escravidão brasileira tenha ocorrido uma mudança demográfica da mão de obra indígena para a africana no decorrer do século 17 (Monteiro, 1994a; Prado Júnior, 1942; Schwartz, 1988), as coexistências entre esses dois grupos durante o período colonial, e suas múltiplas influências, são indiscutíveis, o que a materialidade proveniente de sítios arqueológicos coloniais tem sinalizado (Peixoto, 2019, p. 212, 214, 436; Peres, 2025). Os encontros das diferentes ontologias associadas a esses indivíduos e suas articulações são um território também a ser mais bem explorado e conhecido. Neste dossiê, por exemplo, Silva reconhece a incorporação, entre outros saberes, de técnicas ancestrais africanas nas cerâmicas produzidas em Goiabeiras, o que nos estimula a refletir sobre as várias formas de injunções decorrentes das interações coloniais.

INTERCONEXÕES REGIONAIS

Ainda que com o correr da colonização os diferentes contextos que compõem a região Sudeste tenham se diferenciado progressivamente, possuíam, nos seus momentos iniciais, interconexões íntimas, o que nos permite identificar histórias compartilhadas. Do ponto de vista das experiências indígenas, um episódio que ilustra esses processos foi a denominada “Confederação Tamoio”, um movimento de resistência levado a cabo por um coletivo indígena em meio às disputas territoriais nas quais foram envolvidos franceses e portugueses. Definida pela historiografia como uma coalizão Tupi, envolveu povos que ocupavam um amplo território compreendido entre Bertioga/SP e o litoral de Cabo Frio/RJ. Pactuado com os franceses, esse coletivo se uniu na guerra contra os Tupiniquim e Temiminó e seus aliados portugueses. Contrariando o que pareceria natural supor, movimentos dessa ordem não se apresentavam como alianças sólidas e duradouras, o que pode ser exemplificado, inclusive, por essa confederação, que não se estruturou como unidade política estável (Perrone-Moisés; Sztutman, 2010). Atribui-se a isso a conhecida inconstância dos Tupi, sempre sujeita a realidades movediças em relação à vida social e à guerra (Castro, 2013; Fernandes, 2013). Soma-se a isso o fato de que, conforme notado por Cordeiro e Lima, as associações estabelecidas formaram combinações que, além de momentâneas, eram singulares, uma vez que, voltadas para a solução de interesses políticos específicos, podiam diferir umas das outras nas suas especificidades, como no caso das relações estabelecidas entre portugueses e indígenas e entre franceses e indígenas.

Outras interconexões estabeleceram-se pelos deslocamentos provocados pela agência portuguesa, quando os indígenas foram ora aldeados (Almeida, 2001; Freire; Malheiros, 2009; Petrone, 1995), ora escravizados (Monteiro, 1994a). Esse foi o caso, por exemplo, dos Temiminó, que, expulsos do Rio de Janeiro pelos franceses, foram recolhidos pelos jesuítas no Espírito Santo. Depois disso, seccionaram-se, com alguns permanecendo no Espírito Santo e outros voltando para a Baía de Guanabara, onde, sob a liderança de Martim Afonso de Sousa, o Arariboia, participaram da retomada do Rio de Janeiro, aí se reinstalando (Gomes, 2015).

Situações como as que descrevemos acima revelam algo comum aos povos indígenas e aos portugueses no início da colonização brasileira e, de modo especial, da região Sudeste: a intensa mobilidade. Do lado europeu, esse traço foi-lhes atribuído devido à sanha desbravadora e colonialista do Quinhentos (Bornheim, 1998; Fausto, 1995, p. 23-25);

do lado dos indígenas, à sua grande capacidade de realizar longos deslocamentos, sempre sustentados pela sua organização política, econômica, mítica e identitária (Castro, 2013; Clastres, 1978; Fausto, 1992).

Um complicador para quem se aventura na busca por uma melhor compreensão da relação entre essas mobilidades e as práticas materiais no período colonial tem relação com o fato de que elas não tiveram apenas uma dimensão espacial relevante, mas também temporal. Feitos os primeiros contatos, descritos pelos primeiros cronistas como alegres e amigáveis (Caminha, 1981; Vespúcio, 2003), as relações se volatilizaram rapidamente, redirecionando as situações dos encontros, inicialmente pelo comércio, depois pela instalação de novos sistemas de alianças e guerras, com fortes interesses em jogo de ambas as partes. Advieram as trocas genéticas, as baixas demográficas, os processos de reterritorialização e a escravização (Maestri, 2013; Marchant, 1980).

Nesse contexto de estonteante complexidade, podemos reconhecer a formação de um quadro regional com muitas interconexões, sem dúvida, mas marcado pela prevalência de um expressivo embaralhamento demográfico, antagonismos cerrados e deslocamentos. Esse cenário, que nos anima, mas ao mesmo tempo nos desafia, é aquele com o qual trabalhamos.

Durante muito tempo na Arqueologia, a visão normativa de cultura obstruiu a compreensão adequada desses fenômenos ao buscar-se a identificação de agregados culturais, vistos como “todos” homogêneos (Binford, 1965), o que terminou essencializando a ideia de grupos étnicos, entendidos naquele momento de forma fixa e estática (Cipolla, 2017, p. 5). Conforme notou Silva neste dossiê, as tradições arqueológicas Una e Tupiguarani, antes relacionadas à cerâmica de Goiabeiras – e, acrescentaríamos, a muitos outros conjuntos de artefatos encontrados em sítios ditos de contato e coloniais –, estão longe de dar conta das complexidades de situações que se combinaram para que essa materialidade firmasse sua existência. Todavia, passadas várias décadas, estamos hoje em melhores condições de lidar com essas situações, o que inclui não só novos aparatos teórico-metodológicos, mas também olhares mediados para reorientarmos o legado histórico-cultural.

Nesse cenário, o artigo de Cordeiro e Lima é uma contribuição que merece ser notada com atenção. Ao detectar variações nas cerâmicas encontradas em um contexto quinhentista do Rio de Janeiro possivelmente relacionado aos deslocamentos Temiminó, as autoras analisam a decoração desses artefatos, considerando os diferentes tipos de interação ocorridos entre colonizadores e indígenas e suas diferentes intensidades. Ao mergulhar nessas complexidades, a Arqueologia Histórica está em condições de flagrar os processos associadas a tais fenômenos, oferecendo contribuições relevantes para o seu entendimento.

Em outra direção, o artigo de Henrique Costa e Ximena Villagran mergulha em um contexto pouquíssimo visitado, ligado aos grupos historicamente denominados “Botocudos”, falantes da língua Borum do tronco Macro-Jê, que teriam habitado o litoral norte do Espírito Santo entre os séculos 18 e 19. Combinando dados linguísticos e etno-históricos com os resultados de análises isotópicas e arqueológicas, os autores sugerem o processo de reocupação de sítios do tipo sambaqui como parte da estratégia de expansão territorial dos Borum, cuja subsistência se apoiava fortemente nas atividades de caça e pesca.

ECONOMIA POLÍTICA

Uma das mais salientes dimensões da denominada colisão dos dois mundos (Gruzinski, 2015; Todorov, 2019) diz respeito à economia política dos grupos envolvidos.

Pesa aqui não apenas a dimensão político-econômica da apresentação ao outro de novos objetos e práticas materiais, mas também sua relação com ontologias e cosmovisões. Conforme magistralmente demonstrado por Sahlins (1990), essa colisão de mundos podia ser atravessada, no nível estrutural, por concepções míticas e simbólicas profundamente ligadas a categorias e formas de categorização culturais particulares.

Notável foi o caso dos encontros passados na costa brasileira, onde as já testadas e bem estabelecidas trocas mercantis portuguesas (Disney, 2009) foram assimiladas pelos povos indígenas em seus próprios termos. Os Tupi do litoral, em geral descritos pelos cronistas como curiosos e abertos à novidade e ao contato (Amado; Figueiredo, 2001, p. 134, 408, 437; Léry, 1961, p. 186; Thevet, 1944, p. 268), foram examinados por Ribeiro e Jácome (2014) na sua análise arqueológica sobre um aldeamento jesuíta do Espírito Santo sob um viés que permite entendimentos importantes nessa direção. Usando como referência debates antropológicos sobre o tema, tomaram como ponto de partida a noção indígena de reciprocidade, considerando, na perspectiva desses povos, o potencial do mundo material para a mobilização de ações coletivas. A prática do escambo, bem como as decisões que orientaram essa prática, merecem reflexões por parte da Arqueologia nas linhas acima esboçadas. Todavia, são poucos ainda os trabalhos que, baseados na empiria, lançam-se nessa direção.

O segundo artigo deste dossiê, de Jeanne Cordeiro e colaboradoras, se debruça sobre uma das mais corriqueiras evidências da prática de escambo: as contas de vidro, itens ainda pouco estudados na Arqueologia brasileira (cf. Brito, 2023), sobretudo em contextos coloniais indígenas. Ancorado em sólida pesquisa histórica (de ambos os lados do Atlântico), o trabalho enfoca as trocas estabelecidas a partir desses itens, no Rio de Janeiro do século 16, entre grupos Tupinambá e europeus, sobretudo franceses. Ademais, chama a atenção para um importante aspecto dos estudos coloniais: a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre algumas categorias materiais manufaturadas na Europa entre os séculos 15 e 16, sobre as quais ainda “patinamos” quando nos debruçamos sobre sítios que apresentam evidências de contato.

O trabalho compulsório indígena é outro tema de importância pouquíssimo tratado na Arqueologia brasileira. Em *Negros da terra*, Monteiro (1994a, p. 8) afirmou que àquela época a escravidão indígena ocupava a antessala de um edifício maior onde reside a escravidão africana. Em outra peça, intitulada “O escravo índio, esse desconhecido”, voltou ao assunto (Monteiro, 1994b). Passadas mais de três décadas, suas afirmações continuam válidas quando falamos da escravização indígena, sobretudo na Arqueologia.

Considerando a dimensão espacial dessa prática, é importante notar que o tráfico com a região Sudeste entre os séculos 16 e 18 sofreu transformações significativas, o que certamente impactou as diferentes composições demográficas dos indígenas nos lugares para onde foram levados. O caso do tráfico paulista esmiuçado por Monteiro (1994a) oferece uma imagem clara da amplitude das incursões de captura e suas mudanças no tempo. Pensando o caso da região Sudeste como um todo, é perceptível que os traficantes passaram a ir cada vez mais fundo nos sertões para sequestrar pessoas. Na sua crônica de 1591, por exemplo, Knivet (2008) relatou bandeiras das quais participou, as quais, partindo da cidade do Rio de Janeiro, percorreram vastas áreas interioranas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro à procura de cativos. Nessas itinerâncias, é certo que capturavam indivíduos de proveniências diversas e, algumas vezes, improváveis. Em seu artigo neste dossiê, Costa e Villagran mencionam a captura de botocudos, que raramente são levados em conta quando tratamos do tema da escravização de povos indígenas.

Se focamos na dimensão temporal, outro ponto emerge. Têm sido encontrados em contextos rurais do Rio de Janeiro influências indígenas marcantes no material cerâmico

ao longo de boa parte do século 17, sugerindo a presença maciça e dominante desses indivíduos nos engenhos e fazendas do período. Enquanto as unidades rurais nordestinas parecem ter incorporado a mão de obra africana com maior velocidade (e.g. Schwartz, 1988), essas evidências indicam que, pelo menos em algumas localidades do Sudeste, indivíduos com práticas materiais mais próximas daquelas encontradas em aldeias indígenas seguiram vivendo em unidades rurais como mão de obra predominante por mais tempo do que inicialmente se supunha. Nessa discussão é necessário assinalar que a escravização de nativos adentrou o século 18, sendo verificada sua presença em contextos como o da mineração em Minas Gerais, que podia alcançar mais de 20% da população cativa no início da colonização (Venâncio, 1997).

Infelizmente, são poucos os estudos arqueológicos que têm se dedicado a discutir a escravização indígena, mas alguns trabalhos publicados têm oferecido informações importantes. Na Baixada de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, Peixoto (2019) identificou, no registro arqueológico do espaço produtivo de um engenho da primeira metade do século 17, farta materialidade associada a grupos indígenas. Entre vasilhas e cachimbos cerâmicos, as evidências indicaram a presença marcante de nativos, tanto na condição de escravizados, o que encontra respaldo nas fontes documentais, como, eventualmente, ligados por laços de parentesco à família proprietária do engenho (Peixoto; Noelli; Sallum, 2022). Já na bacia do rio Macacu, Trindade e Souza (2022) realizaram uma análise diacrônica da cerâmica proveniente de várias unidades rurais datadas entre o início do século 16 e o início do século 19, identificando influências indígenas marcantes na cerâmica associada a escravizados até cerca de 1680.

A QUESTÃO DAS FONTES E DA PRÁTICA DISCIPLINAR

Juntam-se aos desafios que enfrentamos no estudo dos grupos indígenas outros de ordem teórica e metodológica. Em relação a esses últimos, uma primeira questão que se apresenta são os poucos conhecimentos arqueológicos sobre as experiências indígenas e o colonialismo português na região, a despeito das volumosas pesquisas desenvolvidas no país, conforme pode ser atestado em uma síntese recente (Symanski; Souza, 2022). Embora, segundo já assinalamos, tenhamos tido um incremento significativo dos estudos sobre povos indígenas na última década, sua representatividade é irrisória no cenário de produção global. Neste dossiê, alguns autores são contundentes ao tocar nesse assunto. Segundo Cordeiro e Lima, quando nos referimos ao século 16 estamos sob “cerradas névoas”, tropeçando no desconhecido a cada fragmento analisado; já Costa e Villagran mencionam a falta de conhecimento arqueológico sobre os falantes Borum, cujo modo de vida e materialidade diferiam muito do de outros grupos indígenas. Há, de fato, um grande desequilíbrio na compreensão da cultura material dos diferentes povos que viviam no Sudeste, não só nos momentos ligados ao colonialismo europeu, mas também em contextos pré-coloniais. Enquanto a materialidade associada aos ancestrais dos Tupi-Guarani é mais bem conhecida (Buarque, 2009; Buarque *et al.*, 2020; Cordeiro; Buarque; Táboas, 2019; Corrêa, 2014, 2020; Dias Jr., 1972; Kneip; Monteiro; Seyferth, 1980; Dias Jr.; Panachuk, 2008; Oliveira *et al.*, 2008; Scatamacchia, 2009, 2010), existem lacunas consideráveis envolvendo os demais grupos, ainda que algumas discussões esparsas venham sendo desenvolvidas sobre a denominada tradição Una e sua correlação com os Goitacá no norte do Estado do Rio de Janeiro (Dias Jr., 1979; Cordeiro, 2015) e a questão dos Puri e Coroado, descritos como vivendo na Zona da Mata mineira nos séculos 18 e 19 e supostamente compostos por indígenas Goitacá que migraram do litoral fluminense (Oliveira, 2015).

Parte desse problema se deve a uma questão de visibilidade arqueológica. Os sítios referentes aos encontros coloniais são mal documentados e as evidências algumas vezes, muito tênues ou distintas do que se esperaria encontrar. Esse último aspecto foi problematizado neste dossiê por Costa e Villagran, cuja pesquisa não identificou, em contextos interpretados como reocupações de alguns sambaquis do Espírito Santo, no século 19, por grupos botocudos, nenhum tipo de artefato cerâmico ou lítico, materialidade invariavelmente associada a grupos indígenas e, portanto, esperada no registro arqueológico. As análises realizadas, algumas delas microscópicas, contaram apenas com carvões, sedimentos e restos faunísticos, ou seja, um cenário escasso para os padrões. Os resultados, contudo, ao serem cotejados com as fontes etno-históricas, que caracterizam o modo de vida dos botocudos mais baseado no forrageamento do que na agricultura, apontam para uma materialidade muito distinta do que se costuma vislumbrar para sociedades indígenas no Brasil, mais orgânica e menos cerâmica. Trata-se de um importante alerta sobre a importância de ajustar o olhar para enxergar as muitas variações e nuances que podem apresentar os registros arqueológicos desses grupos, certamente menos homogêneos do que pensa a própria comunidade científica.

A (in)visibilidade arqueológica dos contextos de contato é o tema central do artigo que Marina Coppoli apresenta neste dossiê. A autora discute os fatores que poderiam estar relacionados ao que chama de “ausências indígenas” no cenário arqueológico da cidade do Rio de Janeiro. Além dos de ordem metodológica, ligados à própria prática disciplinar, Coppoli discute os processos inerentes aos fenômenos da urbanização, como a formação dos aterros, e como eles seriam, ao menos parcialmente, responsáveis pela baixa preservação dos sítios indígenas do período colonial nas grandes cidades.

Acrescentaríamos ao que foi discutido por Coppoli que em uma sucessão estratigráfica urbana, sempre complexa, podemos esperar a presença desses contextos em níveis mais profundos e, portanto, sujeitos a sofrer com o peso exercido pela cidade (Edgeworth, 2018, p. 31-32). Além disso, as escavações em projetos de Arqueologia Preventiva urbana muitas vezes se limitam a profundidades impactadas pelo empreendimento, não vindo alcançar o nível estéril, o que nos leva a acreditar que teremos uma super-representação de contextos mais recentes nas nossas coleções, em detrimento daqueles mais antigos, ainda que esse problema possa impactar de forma menos pronunciada contextos recentes, a depender da história evolutiva do solo no local.

Uma última questão de ordem metodológica que se impõe diz respeito à fragilidade das análises sobre contextos arqueológicos ligados aos primeiros encontros, que deriva da pouca familiaridade dos pesquisadores com a materialidade a eles associada. Essa dificuldade para “ler” esse tipo de contexto, aspecto pontuado por Cordeiro e Lima, bem como por Coppoli, é notória nas pesquisas realizadas no século passado e parece ainda persistir em algumas situações, mesmo que em menor grau. Como já salientamos, há consideráveis lacunas no entendimento de certas materialidades, não apenas pré-coloniais, mas também históricas, e sobretudo europeias, o que por muito tempo afetou, e certamente segue influenciando, muitas interpretações.

Do ponto de vista teórico, outras questões se apresentam. Categorias operacionais do ponto de vista analítico, como “sítio de contato”, vêm sendo criticadas por tirarem a centralidade, homogeneizar e marginalizar os sítios de ocupação indígena (Silliman, 2005). No seu artigo, Coppoli discute o problema, argumentando que esse tipo de perspectiva legítima a existência histórica indígena a partir da materialidade europeia, quando se sabe que a presença indígena em contextos coloniais não se limita aos vestígios estrangeiros, tampouco está expressa de maneira estanque no registro arqueológico. Com base nas reflexões de autores como Lightfoot e Martinez (1995), Silliman (2005)

e Jordan (2009), Coppoli discorre sobre as muitas possibilidades de interação entre os grupos, que tiveram diferentes graus e frequências, a depender das negociações e intenções dos envolvidos, e certamente não se limitaram a um único espaço “de contato”.

Enfim, os desafios são muitos, mas, a despeito deles, os trabalhos reunidos neste dossiê apontam para percursos teórico-metodológicos que são, a nosso ver, caminhos efetivos para superá-los. A fim de melhor identificá-los, os dividimos em duas partes que estão interligadas. A primeira envolve o uso combinado de fontes. Cordeiro e Lima lançam mão do uso conjugado de fontes documentais e materiais; Cordeiro e colaboradores, por sua vez, recorrem a uma análise que utiliza testes por difração de raios X em uma coleção arqueológica composta; já Costa e Villagran desenvolvem sua análise consolidando dados documentais, orais, genéticos e de isótopos, com ênfase no cruzamento de fontes; em relação aos documentos, fazem sobreposições entre a cartografia étnica e as crônicas de modo a inferir a presença de botocudos no litoral norte do Espírito Santo e, com isso, dão passos fundamentais para superar a invisibilização arqueológica desse grupo.

O que os trabalhos aqui reunidos demonstram é que, diante dos muitos desafios que nos esperam, a análise de múltiplas linhas de evidências amparadas pela empiria, ou, como assinalaram Cordeiro e colaboradores, em trabalho de bancada, pode oferecer importantes soluções. Um instrumental metodológico que tem se mostrado efetivo e de enorme utilidade na Arqueologia Histórica é o que no nosso campo se denominou “análise por justaposição”, que consiste na costura de indícios com base no exame conjugado das contradições, sobreposições, divergências e complementaridades existentes nas fontes, de modo a obtermos um sentido mais integral para o contexto que estamos analisando (Beaudry, 1995; Leone; Crosby, 1987). Parafraseando Nicolescu (1999, p. 37), diríamos que a busca por respostas no estudo arqueológico histórico dos grupos indígenas no Brasil está entre as fontes, através das fontes e além de qualquer fonte.

O segundo caminho envolve a interdisciplinaridade. Neste dossiê, Silva articula abordagens da Arqueologia, como a Arqueologia Experimental e a Arqueometria, com a Etnografia, ao lado do uso de dados regionais; já Costa e Villagran fazem um diálogo profícuo com a Etno-história e a Linguística; Sallum e colaboradores, por sua vez, postulam a combinação de disciplinas para o estudo do gênero. Em relação a um dos colaboradores de Sallum, Francisco Noelli, lembramos suas importantes contribuições ao explorar a interface da Arqueologia com a Botânica e, principalmente, a Linguística, inclusive nos seus estudos sobre São Paulo (Noelli, 2025).

Por fim, entendemos que, embora a incompletude e a fragmentação do conhecimento disciplinar e das fontes apresentem desafios significativos, a Arqueologia Histórica tem sido capaz, por meio do uso de artifícios teórico-metodológicos e com os pés fincados na materialidade arqueológica, de fazer importantes progressos no estudo dos grupos indígenas em contextos de colonialismo. É nessa direção que os trabalhos aqui reunidos apontam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria R. C. de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz C. (ed.). *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: Imprensa Oficial, 2001.
- BARBOZA, Myrian Sá L.; TUKANO, Larissa D. Y.; WAI WAI, Jaime X. Corpoterritorialização-Katukina: lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. *Amazônica*, v. 11, p. 503-547, 2019.

- BEAUDRY, Mary C. Introduction: Ethnography in Retrospect. In: D'AGOSTINO, Mary Ellin et al. (ed.). *The Written and the Wrought: Complementary Sources in Historical Anthropology*. Berkeley: University of California, 1995. p. 1-16.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de M. Coutinho; FARIA, Edna Gabizo de. Acampamentos Tupi-Guarani para coleta de moluscos. *Separata da Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 19, p. 97-135, 1971.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de M. Coutinho; LARAIA, Roque B. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 17, p. 203-217, 1969.
- BENTLEY, R. Alexander; MASCHNER, Herbert D. G.; CHIPPINDALE, Christopher. *Handbook of archaeological theories*. Lanham (US): AltaMira Press, 2008.
- BINFORD, Lewis R. Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. *American Antiquity*, v. 31, n. 2, p. 203-210, 1965.
- BORNHEIM, Gerd. A descoberta do homem e do mundo. In: NOVAES, Adauto. (ed.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-16.
- BORUM-KREN, Bibi N. *Nimu Borum: Nan Brukuku Tchone*. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia/Arqueologia) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.
- BRITO, Patrícia C. Letro de. *Entre contas e corpos: crioulização e negociações estéticas em contextos de escravizados do Sudeste, séculos XVIII e XIX*. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia/Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- BUARQUE, Angela. Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Université Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris, 2009.
- BUARQUE, Angela. Tupiguarani no Rio de Janeiro, uma intensa e longa permanência. In: CORDEIRO, Jeanne. (ed.). *Arqueologia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laboratório de Arqueologia Brasileira, 2011. p. 60-87.
- BUARQUE, Angela et al. Entre dois mundos. *Revista de Arqueologia*, v. 33, p. 21-42, 2020.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Pero Vaz de Caminha: carta a El Rey Dom Manuel*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CIPOLLA, Craig N. Native American Diaspora and Ethnogenesis. In: *The Oxford Handbook of Topics in Archaeology*. Oxford (UK): Oxford Academic, 2017. p. 1-23.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CORDEIRO, Jeanne. A primeira face da tradição: os Goitacá. Da história e identidade dos que não deitaram letras. In: LIMA, Tania Andrade. (ed.). *Identidades étnicas em arqueologia: possibilidades e limites*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. p. 47-65.
- CORDEIRO, Jeanne; BUARQUE, Ângela; TÁBOAS, Alice. O sítio Serrano: franceses e tupinambá desconheciam o testamento de Adão. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 225-238, 2019.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Pindorama de Mboia e Íakaré*. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- CORRÊA, Ângelo Alves. Tupi-guarani nas matas mineiras: estudo das cerâmicas Tupinambá. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 472-500, 2020.
- DEMINICIS, Rafael B. *Desconstruindo tradições: proposta de uma etnoarqueologia social para o estudo de caso dos sítios Vila da Rainha (RJ) e Aldeia das Garças (ES)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DIAS, Josefa Jandira Neto Ferreira. *A Praça XV nos séculos XVI e XVII: estudos comparados de arqueologia e história*. (Tese de doutorado). Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- DIAS JR., Ondemar. Cerâmica cabocla. *Boletim de Arqueologia do IAB*, v. 3, n. 2, p. 7-11, 1964.
- DIAS JR., Ondemar. Síntese da pré-história do Rio de Janeiro. *Revista de História*, v. 1, p. 3-21, 1972.
- DIAS JR., Ondemar. Dados para o povoamento não tupiguarani do estado do Rio de Janeiro. Relações arqueológicas e etnográficas. *Boletim do IAB*, v. 8, 1979.
- DIAS JR., Ondemar; PANACHUK, Lilian. Caracterização da tradição Tupiguarani no Sudeste do Brasil. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. (ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 2008. p. 91-116, 1v.
- DISNEY, Antony R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009.
- EDGEWORTH, Matt. More than Just a Record: Active Ecological Effects of Archaeological Strata. In: SOUZA, Marcos André Torres de; COSTA, Diogo. (ed.). *Historical Archaeology and Environment*. New York (US): Springer, 2018. p. 19-40.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. D. (Ed.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 382-396.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2013.
- FREIRE, José Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.
- GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. *Cadernos de Campo*, v. 23, p. 213-222, 2014.
- GOLDMAN, Marcio. Contradiscursos afroindígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem nos estudos etnográficos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, p. 11-28, 2017.
- GOMES, Fabricio. Maracajás na Ilha de Paranepecu: os Temiminós e sua importância nas comemorações dos 450 anos do Rio de Janeiro. *Terci*, v. 5, n. 2, p. 8-14, 2015.
- GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e a mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime X. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 15, p. 1-20, 2020.

- JORDAN, Kurt. Colonies, Colonialism, and Cultural Entanglement: The Archaeology of Postcolumbian Intercultural Relations. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David. (org.) *International Handbook of Historical Archaeology*. New York (US): Springer, 2009. p. 31-50.
- KNEIP, Lina; MONTEIRO, Antonio M.; SEYFERTH, Giralda. A aldeia pré-histórica de Três Vendas. Araruama, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 27, p. 283-337, 1980.
- KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LEONE, Mark P.; CROSBY, Constance A. Epilogue: Middle-Range Theory in Historical Archaeology. In: SPENCER-WOOD, Suzanne M. (ed.). *Consumer Choice in Historical Archaeology*. New York (US): Springer Science/Business Media, 1987. p. 397-410.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.
- LIGHTFOOT, Kent. Culture Contact Studies: Redefining the Relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. *American Antiquity*, v. 60, n. 2, p. 199-217, 1995.
- LIGHTFOOT, Kent; MARTINEZ, Antoinette. Frontiers and Boundaries in Archaeological Perspective. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 471-491, 1995.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. Brasília: Brasiliense, 1980.
- MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective*. Boston (US): Beacon Press, 1992.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a.
- MONTEIRO, John M. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luiz David Becker. (ed.). *Índios do Brasil*. Brasília: MEC, 1994b. p. 105-120.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.
- NOELLI, Francisco S. *Não há colonialismo sem tekoába: uma arqueologia das relações e da materialidade entre Tupiniquim e Portugueses na capitania de São Vicente, Brasil (1502-1700)*. 2025. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2025.
- OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. Identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: LIMA, Tania Andrade (ed.). *Identidades étnicas em arqueologia: possibilidades e limites*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. p. 31-46.
- OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; BUARQUE, Angela; DIAS, Ondemar; SCATAMACCHIA, Maria Cristina; PEROTA, Celso; ETCHEVARNE, Carlos; OLIVEIRA, Carlos; PROUS, André. A Tradição Tupiguarani no Espírito Santo. In: REUNIÃO DA SAB SUJDESTE, 2009, Caratinga. Estado da Arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani. Juiz de Fora: EDUFJF, 2008. p. 99-110, 2008.
- PANICH, Lee M. Archaeologies of Persistence: Reconsidering the Legacies of Colonialism in Native North America. *American Antiquity*, v. 78, n. 1, p. 78-122, 2013.

- PAZZARELLI, Francisco; SAUMA, Julia F.; HIROSE, Maria Belén. (Contra)mestiçagens ameríndias e afro-americanas. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, p. 9-10, 2017.
- PEIXOTO, Sílvia A. *Jacarepaguá, a “planície dos muitos engenhos”*: uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Departamento de Antropologia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEIXOTO, Sílvia A.; LIMA, Tania A. Engenho do Camorim: arqueologia de um espaço açucareiro no Rio de Janeiro seiscentista. *Revista de Arqueologia*, v. 33, p. 98-125, 2020.
- PEIXOTO, Sílvia A.; MACHADO, Christiane L. Arqueologia histórica na região Sudeste do Brasil: passos e descompassos. In: SYMANSKI, Luis Claudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de. (ed.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 571-614.
- PEIXOTO, Sílvia A.; NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia de mulheres Tupiniquim e a itinerância da cerâmica paulista. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, 2022.
- PERES, André A. *Escravidão e metalurgia*: um estudo sobre relações de trabalho e resistência cultural de africanos a partir de uma forja no Rio de Janeiro, século XVII. 2025. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, p. 149-162, 1971.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. *Maná*, v. 16, n. 2, p. 401-433, 2010.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 2, p. 465-486, 2014.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SALLUM, Marianne. *Colonialismo e ocupação Tupiniquim no litoral sul de São Paulo*: uma história de persistência e prática cerâmica. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SALLUM, Marianne. Por uma “aliança afetiva” entre a arqueologia e os saberes tradicionais: contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 273-300, 2022.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina. *Os sítios arqueológicos de grupos de filiação linguística Tupi-guarani no estado de São Paulo: avaliação e perspectiva*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2009.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina. Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação linguística Tupi-Guarani no estado de São Paulo. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. (ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. p. 117-147, 1v.
- SCHMIDT, Peter; MROZOWSKI, Stephen. The Death of Prehistory: Reforming the Past, Looking to the Future. In: SCHMIDT, Peter.; MROZOWSKI, Stephen. (ed.). *The Death of Prehistory*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2013. p. 1-30.

- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILLIMAN, Stephen W. Social and Physical Landscapes of Contact. In: PAUKETAT, Timothy; LOREN, Diana DiPaolo. (Ed.). *North American Archaeology*. Oxford (UK): Blackwell, 2005. p. 273-296.
- SILLIMAN, Stephen W. Change and Continuity, Practice and Memory: Native American Persistence in Colonial New England. *American Antiquity*, v. 74, p. 211-230, 2009.
- SILLIMAN, Stephen W. Colonialism in Historical Archaeology: A Review of Issues and Perspectives. In: ORSER, Charles E. et al. (ed.). *The Routledge Handbook of Global Historical Archaeology*. New York (US): Routledge, 2020. p. 41-60.
- SIMÕES, Ane Elisabeth Modesti. *Histórias esquecidas no Rio de Janeiro: as gentes e a paisagem no processo de ocupação da cidade velha e do Morro Cara de Cão*. 2020. Dissertação Mestrado em Arqueologia) – Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SOUZA, Marcos André Torres de. Esencializando las cerámicas: culturas nacionales y prácticas arqueológicas en América. In: ACUTO, Félix; ZARANKIN, Andrés. (ed.). *Sed non Satiata II: acercamientos sociales en la arqueología Latinoamericana*. Córdoba (AR): Encuentro Grupo Editor, 2008. p. 143-157.
- SOUZA, Marcos André Torres de. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 144-153, 2017.
- SOUZA, Marcos André Torres de; BUARQUE, Angela. Olhando para o passado, pensando o futuro: as pesquisas arqueológicas na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 178-196, 2019.
- SYMANSKI, Luís Claudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de. *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.
- THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- TRIGGER, Bruce G. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- TRINDADE, Cleide C.; SOUZA, Marcos A. T. de. A cerâmica do período colonial do Vale do Macacu, Rio de Janeiro: uma perspectiva diacrônica. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 301-325, 2022.
- VENÂNCIO, Renato P. Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 161-181, 1997.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo mundo: as cartas que batizaram as Américas*. São Paulo: Planeta, 2003.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

INVASÃO E CONTATO: OS TUPINAMBÁ NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVI

Jeanne Cordeiro*, Tania Andrade Lima**

RESUMO

O artigo aborda alguns resultados de pesquisa em arqueologia preventiva realizada entre 2014 e 2016, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Baseia-se na análise da materialidade remanescente de dois subgrupos Tupinambá – Tamoio e Temiminó –, rivais entre si, que ocuparam o espaço concomitantemente, durante o século XVI, em contato respectivamente com franceses e portugueses. Investigando semelhanças e diferenças interculturais, procuramos entrever nas cerâmicas recuperadas os resultados dos diferentes processos de contato entre os envolvidos. Foram observadas respostas distintas dos grupos nativos, de acordo com os níveis de intervenção que ambos os colonizadores exerceram sobre eles.

Palavras-chave: Encontros coloniais; Arqueologia histórica; Arqueologia do colonialismo; Arqueologia documental.

* Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB). E-mail: jeanne.cordeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9360-9581>

** Museu Nacional (UFRJ). E-mail: talima8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0500-6028>

INVASION AND CONTACT: THE TUPINAMBÁ IN 16TH-CENTURY IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This study discusses some results of preventive archaeology research carried out from 2014 to 2016 in downtown Rio de Janeiro. It analyzed the remaining material of two rival Tupinambá subgroups (Tamoio and Temiminó) who occupied the same space in the 16th century while in contact with the French and the Portuguese, respectively. Investigating intercultural similarities and differences, we sought to glimpse in the recovered ceramics the results of the processes of contact between those involved. This study observed distinct responses from the native groups according to the levels of intervention the colonizers exercised over them.

Keywords: Colonial encounters; Historical archaeology; Archaeology of colonialism; Documentary archaeology.

INVASIÓN Y CONTACTO: LOS TUPINAMBÁS EN RÍO DE JANEIRO EN EL SIGLO XVI

RESUMEN

Este artículo aborda algunos resultados de investigaciones en Arqueología Preventiva realizadas entre 2014 y 2016, en el centro de la ciudad de Río de Janeiro. Se basa en el análisis del material remanente de dos subgrupos tupinambás – tamoio y temiminó – rivales entre sí, que ocuparon el espacio concomitantemente, durante el siglo XVI, en contacto respectivamente con los franceses y los portugueses. Investigando las similitudes y diferencias interculturales, buscamos vislumbrar en la cerámica recuperada los resultados de los diferentes procesos de contacto entre los involucrados. Se observaron diferentes respuestas por parte de los grupos nativos, según los niveles de intervención que ambos colonizadores ejercieron sobre ellos.

Palabras clave: Encuentros coloniales; Arqueología histórica; Arqueología del colonialismo; Arqueología documental.

INTRODUÇÃO

Segundo Jordan (2009, p. 33-34), o modelo de colonialismo associado aos séculos XV e XVI é uma generalização, diríamos grosseira, derivada daquele ocorrido durante o século XIX. Dessa forma, a ênfase depositada na produção e no transporte de produtos em massa torna o conceito pouco aplicável aos séculos iniciais da invasão europeia. Restam inúmeros aspectos até hoje não abordados, ou abordados sumariamente, ou ainda outros que sequer vislumbramos. Nesse sentido, no Brasil, não é demais recordar que a conquista acompanhou a expansão geográfica do futuro país desde o século XVI, o que inclui a Amazônia até o século XIX, e contatos não consolidados ainda no século XXI. O processo de invasão ainda está em curso, compondo uma longa duração caracterizada pela expropriação territorial e pela submissão das populações nativas. E, provavelmente, os efeitos da conquista pelos vírus ou pela materialidade atrativa, como contas de vidro, precederam em muito a presença física do conquistador. O “andaço das bexigas” chegou às populações amazônicas antes dos portugueses e dos espanhóis.

Alexander (1998, p. 477), ainda que otimista, considera “that a general archaeological explanation of culture contact is presently beyond our reach”¹. O autor questiona se as diferentes características dos processos de contato cultural geram padrões arqueológicos consistentes. Concordando com o autor, entendemos que não, e duvidamos de que em algum momento venhamos a ter padrões sólidos reconhecíveis, sobretudo porque a ocupação precoce e relativamente densa dos espaços mais conhecidos durante os Quinhentos, como o litoral de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, provocou a destruição de grandes e importantes sítios daquele período. O conhecimento do contato pela materialidade ainda se dá aos tropeços, dependendo de raros projetos de arqueologia acadêmica ou preventiva, estes últimos, quando um pouco mais cuidados, preocupados com a compreensão de um momento que se reconhece, muitas vezes, por pequeníssimos detalhes. E, ainda, em muitas situações, dependendo de um conhecimento que estamos todos tentando adquirir, no caso, sobre a materialidade da baixa Idade Média e início da Idade Moderna europeia.

Para Stein, não houve nenhum esforço para sintetizar evidências em uma compreensão teórica geral dos encontros coloniais (Stein, 2005, p. 1). E aqui, acrescentamos, durante o século XVI na América portuguesa, uma vez que se multiplicam estudos nas Américas espanhola e inglesa, cujas evidências nos oferecem panoramas profundamente diversos. Essas experiências coloniais, em grande medida, não nos servem de parâmetro efetivamente, visto que se baseiam em agentes (nativos e europeus) radicalmente distintos. Os comportamentos colonialistas espanhol, inglês, francês e português são incomparáveis em razão das profundas diferenças de abordagens implementadas nas colônias que pretendiam implantar. Diferenças sobretudo derivadas de uma Europa fracionada em pequenos reinos, com mínima unidade política e dividida entre o capital, a religião e a reação a ambos. Como postulado por Marc Ferro: “se é verdade que uma colonização diferiu da outra, a resposta das sociedades conquistadas também variou segundo seu passado e sua identidade própria” (Ferro, 1996, p. 12). Esse postulado para nós tornou-se fundamental e é a essência deste estudo, que transita pelas cerradas névoas do século XVI no Rio de Janeiro, e, enquanto tal, desfruta de pouca ancoragem histórica e arqueológica. Não encontra paralelo algum,

¹ “Que uma explicação arqueológica geral do contato cultural está atualmente além do nosso alcance” (tradução nossa).

seja por suas características de localização, por sua periodização ou por carência de materialidade comparativa para o período estudado.

Do ponto de vista metodológico, as reflexões e conclusões aqui apresentadas foram feitas, tratando as fontes materiais e documentais de início separadamente e, criticamente, de forma independente. Em seguida elas foram colocadas em confronto, de modo a contradizer, corroborar ou complementar umas às outras, o que permite sempre alcançar um outro nível de informação, nem propriamente histórico nem unicamente arqueológico, porém muito fecundo para a interpretação arqueológica (Lima, 2002, p. 12, 2022, p. 129-130).

Isso posto, buscamos demonstrar, ainda que minimamente, que a materialidade nativa foi afetada em diferentes graus pelos dois processos de contato ocorridos com europeus no litoral sudeste, o que resultou em manutenção e resistência cultural para uns (Noelli; Sallum, 2019; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022) e alteração para outros.

A guerra iniciada em 1560 para a fundação da cidade foi movida contra a presença de franceses desde 1503. Ela é, sobremaneira, o fato que instala as situações de contato sobre as quais nos debruçamos. Essa é a guerra que constrói um emaranhado entre franceses, portugueses e nativos no Rio de Janeiro, suscitando as questões que tentamos responder.

Durante o século XVI, franceses foram representados por um número elevado de “*truchements*”, marujos que permaneciam longos períodos na região do Rio de Janeiro, e dela tinham domínio efetivo pela sólida e extensa rede de comércio mantida com as aldeias nativas. Eram aliados de um subgrupo Tupinambá, os Tamoio, o que possibilitou que fundassem uma pequena colônia em 1555. Contudo, esse evento não pode ser comparado com a convivência que se estabeleceu entre esses agentes desde o início daquele século. A marujada, muitas vezes arrebanhada nas sarjetas e prisões de Paris (Vidal, 2000, p. 25), estava à margem da história, obedecendo a regras sociais não elencadas nos documentos e nas memórias redigidas. Ela em nada corresponde aos ilustres citados na “França Antártica”, menos ainda estava sujeita às regras de fidalguia, o que torna mais difícil compreender, na materialidade, os efeitos de sua convivência com os nativos, que é o que nos interessa. Para Léry, os “*truchements*” quase se tornaram semelhantes (Léry, 1980, p. 201). Onde então localizar a inflexão de suas intervenções?

Por outro lado, a presença tardia e rarefeita de portugueses, ocorreu somente após a segunda metade dos Quinhentos. Trouxeram consigo os Temiminó e os Tupiniquim, dos atuais estados do Espírito Santo e de São Paulo, respectivamente, já adestrados nos aldeamentos jesuítas ou muito próximos deles. Portanto, seu contato com indivíduos europeus teve características diferentes, sobretudo aqueles mantidos sob as autoridades coloniais constituídas em nome do rei. Em alguns casos já estavam cerceados quanto à antropofagia (Cartas [...], 1988, p. 368).

Segundo Fausto (1992, p. 383), “o termo “tupinambá”, que estamos utilizando para designar todo o conjunto tupi da costa brasileira, aparece comumente na literatura histórica como a de uma entre várias outras “nações de gentios” de língua tupi”. Segundo Almeida (2000, p. 27), o mesmo termo tem dupla acepção: 1) é empregado para designar o conjunto de populações tupi que habitavam o litoral até Cananéia; e 2) é utilizado para denominar um subgrupo local, nomenclatura criada em uma conjuntura de invasão externa e mudanças causadas pelos encontros interétnicos. A crônica dos Quinhentos apresenta denominações para aqueles envolvidos nos embates (Anchieta, 1997; Sousa, 1987; Souza, 1927): os Tamoio da região do Rio de Janeiro que se aliaram aos franceses, os Temiminó do Espírito Santo e os Tupiniquim de São Paulo, que se aliaram aos portugueses. Quanto aos procedentes da Bahia, pouco sabemos de sua participação, pois ela é pouco individualizada na crônica. Contudo, todos souberam

administrar vantagens de acordo com seus objetivos, tornando os invasores europeus – franceses e portugueses – parte de suas estratégias de alianças políticas, estabelecidas desde antes do contato.

Dada a escalada da presença francesa, as autoridades coloniais, estabelecidas em Salvador, reagiram, enviando para cá um contingente composto pela pequena fidalguia, colonos e nativos pertencentes aos dois subgrupos Tupinambá externos. Emaranhados entre seus objetivos e a política intertribal, as duas nações europeias e os subgrupos nativos tiveram contatos diferenciados. Franceses negociavam, e, segundo Dickason (1992, p. 5): “It was here that they learned their techniques for fostering native alliances, which would later stand them in such good stead in North America”². Já os portugueses mantinham uma relação opressiva de domínio sobre tribos aliadas nas outras capitâneas, graças a um maior número de colonos ibéricos e à ação dos jesuítas. No Rio de Janeiro, esse período ainda guardava algum equilíbrio de poder entre nativos e europeus.

A materialidade aqui analisada é proveniente de nove lotes adjacentes³, localizados no quarteirão entre as ruas Primeiro de Março (inicialmente denominada rua Direita), Rosário e Buenos Aires, no centro do Rio de Janeiro. São resultado do fracionamento de um lote maior, uma unidade doméstica, originalmente um assentamento nativo de indivíduos Temiminó provenientes do Espírito Santo, que lá se instalaram a partir de 1564. Em 1567 e 1568, sua vizinhança imediata foi ampliada, e composta por capitães-mores, governadores e pela pequena fidalguia local, todos envolvidos na guerra de retomada do Rio de Janeiro e na conseqüente escravização de nativos contrários (Abreu, 2010)⁴.

O principal motivo para a participação dos Temiminó seria o questionamento da posse da Ilha do Gato, atual Ilha do Governador, de onde, em um momento anterior à invasão europeia, foram expulsos pelos Tamoio. Segundo Almeida (2003, p. 45), “a guerra pela conquista do Rio de Janeiro contra os Tamoio e franceses foi a oportunidade dos índios conhecidos como temiminós exercerem a mais cruel vingança contra seus inimigos e antigos vencedores”.

Para Fernandes, o objetivo dos nativos nas guerras ocorridas contra ambas as nações europeias durante o século XVI era perpetuar o domínio tribal sobre suas regiões. No caso, “restaurar o antigo sistema de relações intra e intertribais, primeiro solapado e depois ameaçado de destruição completa pelos portugueses” (Fernandes, 1963, p. 29). Nesse sentido, as fronteiras nativas eram redefinidas a partir da utilização, da presença e da influência de europeus.

ESTUDOS ANTERIORES

A cerâmica produzida no período pós-invasão, inicialmente designada como “cabocla” (Dias Jr., 1964, p. 5), veio a compor mais tarde a chamada tradição neobrasileira (Dias Jr., 1988; Simões, 1972), e suas fases foram datadas a partir do século XVII. Também em Dias Jr. encontramos o conceito de “arqueologia de contato”, que, “em função do contexto em que o mesmo se enquadra, restringe-se, sobretudo, à segunda metade do século XVI” (Dias Jr., 1993, p. 126). Contudo, de modo geral, os trabalhos buscavam

² “Foi aqui que eles aprenderam suas técnicas para promover alianças nativas, o que mais tarde os colocaria em uma posição tão boa na América do Norte” (tradução nossa)

³ Denominados como: Sítios Hospício 1, Hospício 1A, Rosário 26, Rosário 28, Rosário 30, Rosário 32, Primeiro de Março 35, Primeiro de Março 37 e Primeiro de Março 39.

⁴ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>. Acesso em: 15 abr. 2025.

descrever alterações restritas à morfologia das vasilhas, sem que qualquer outra alteração fosse referida nos sítios e no restante da materialidade. Dito isso, nos perguntamos quantas evidências podem ter sido dispensadas de análise, entendidas como contaminação dos níveis arqueológicos, tal como eram usualmente qualificados os remanescentes desconhecidos, ou então como possivelmente modernos. Entendemos que esse possa ter sido o caso da maioria dos sítios desse período estudados no Rio de Janeiro.

Havia um desconhecimento profundo do universo material europeu trazido para escambo com os nativos. Durante o III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e Adjacências (Schmitz, 1969, p. 2), foi criado um grupo de estudos para os sítios de contato entre indígenas e europeus. No entanto, remanescentes não cerâmicos somente foram abordados pela primeira vez por Uchôa, Scatamacchia e Garcia (1984), para o sítio do Itaguá. Esse trabalho permaneceu, por anos, como o único a abordar alterações na decoração da cerâmica nativa e a descrever os demais materiais presentes nos sítios do século XVI. Reafirmamos que ainda tropeçamos no desconhecido a cada fragmento associado à materialidade produzida desde o século XIV na Europa (Cordeiro, 2019, 2025).

Para melhor compreensão dos remanescentes aqui analisados, partimos de um possível parâmetro: a caracterização das ocupações pré-invasão localizadas na Ilha do Governador e em seus arredores, objetivo Temiminó a ser alcançado na guerra, e no primeiro núcleo da cidade, na Urca.

Alvo de pesquisas desde o século XIX, por Ladislau Neto (1885 *apud* Beltrão; Kneip, 1969, p. 101), os sítios da região da Ilha do Governador tiveram uma abordagem adequada para a época (Beltrão, 1972, 1978; Dias Jr. 1967; Salles Cunha, 1963), mas que não preenchem a necessidade de respostas para formulações atuais.

Durante as décadas de 1960 e 1970, diversos sítios datados relativamente dos Quinhentos foram pesquisados por Beltrão (2014). Hoje, muitos deles encontram-se perdidos, pois suas localizações baseavam-se em referências não normatizadas. Nenhuma alteração na materialidade de qualquer natureza foi relatada, senão a indicação da presença de faianças e material europeu, que, por não terem sido descritos, não nos servem como parâmetro.

Em Beltrão (2014, p. 440-445), encontramos para a Ilha do Governador os seguintes sítios: Aldeia e Aldeamento Tupi-Guarani da Estação Rádio Marinha (39-QP) – GB-19 (Antigo GB-12), descrito como “remanescente de antiga aldeia Tupi com cerca de 400m de diâmetro, parcialmente destruída e contendo em associação restos de cultura material indígena e europeia”; “Sambaqui” ou Aldeamento Tupi-Guarani do Jequiá (39-QP)-GB-22, contendo “cerâmica Tupi-Guarani (lisa e decorada), associada a material de origem europeia”; Aldeamento Tupinambá do Morro da Viúva (39-QP)-GB-23, onde, na “ausência de material indígena” a autora entende que o sítio foi “contemporâneo a época em que a introdução de grande quantidade de material manufaturado diminui o estímulo para produção de cerâmica indígena”; Aldeamento Tupi-Guarani do Centro de Instrução (39-GB)-GB-16 (anteriormente GB-9), no qual “antes da destruição total do sítio foram retirados fragmentos de cerâmica europeia, associado a material indígena”; “Sambaqui” das Pixunas (39-QP)-GB-18, Aldeamento Tupi-Guarani das Pixunas, que tinha “numerosos fragmentos de cerâmica Tupi e numerosos fragmentos de quartzo retocados ou não (facas e raspadores?) associados, desde a base, a material de origem europeia”; Aldeamento Tupi-Guarani de São Tomé (39-QP), que apresentou “farto material cerâmico Tupi-Guarani associado a louça de procedência europeia”. Seus nomes e siglas foram sendo adequados com o passar dos anos. Inicialmente registrados nos Relatórios Internos do Museu Nacional, foram posteriormente publicados com modificações (Beltrão, 1978, 2014).

Segundo Léry (1980, p. 292), havia cinco aldeias Tamoio na Ilha do Governador: Pindó-usú, Koruké, Pirayijú e duas outras das quais o cronista não recorda o nome. Após a vitória dos portugueses elas teriam sido destruídas. Entendemos que aí poderia haver indicadores diacríticos para caracterizar os dois subgrupos Tupinambá que ocuparam a região. Eles estariam, supostamente, representados na materialidade, fornecendo-nos uma melhor compreensão da ocupação e sua alternância alegada. As abordagens anteriores nos permitiriam redesenhar “complexos culturais, a sistematização crono-espacial de sítios arqueológicos e a correlação entre complexos culturais e grupos linguísticos” (Souza; Buarque, 2019, p. 184).

Infelizmente, contudo, e como dito anteriormente, seja pela periodização proposta pelos pesquisadores para a ocupação desses sítios, seja pela descrição dos remanescentes estudados, não é possível perceber alternância ocupacional pré-invasão. Não há como diferenciar os subgrupos envolvidos. A materialidade, particularmente a cerâmica, é indistinta.

Na Urca, o local original da fundação da Cidade, foi abordado por arqueólogos em duas ocasiões. Foi pesquisado inicialmente por Beltrão, entre 1968 e 1973, e denominado Antigo Aldeamento Tupi-Guarani. Situa-se onde hoje está localizado o campus da Praia Vermelha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁵. Recentemente, ainda no mesmo bairro, Ane Simões pesquisou o sítio Cara de Cão, que foi datado em um intervalo entre 1482 e 1680 Cal AD (Simões, 2020, p. 102), o que corrobora a documentação histórica. Contudo, em ambas as abordagens não foi localizada materialidade efetivamente nativa, o que pode ter sido resultado da destruição de parte significativa dos sítios, que hoje se encontram em área totalmente urbanizada (Lima, 2022). Dessa forma, até agora existem apenas sítios entendidos isoladamente, cuja materialidade difere da que é aqui apresentada.

Contudo, em um lugar eles se reuniram, se distinguiram e se misturaram: na rua Direita, atual Primeiro de Março. Uns como vencedores, outros como vencidos.

VENCIDOS E VENCEDORES

Segundo Leite (1938, p. 423), após 1567, “os índios, que vieram de Piratininga [São Paulo] à guerra do Rio de Janeiro, voltaram quâsi todos para suas terras. Dos que vieram do Espírito Santo ficou a maior parte”. Os Tupiniquim, segundo Noelli e Sallum (2019, p. 730), “não eram submissos aos portugueses”, nem em São Vicente e nem no Rio de Janeiro (Peixoto; Noelli; Sallum, 2022, p. 338). Nas fontes escritas não há qualquer referência documental aos Tupiniquim provenientes de São Paulo para a área deste estudo. Ao contrário, duas cartas de doação de chãos localizam Arariboia, o principal Temiminó, como ocupante no entorno imediato dos sítios aqui estudados.

Arariboia é um personagem obscuro. Surge na documentação já como chefe, a partir de 1564, no atual estado do Espírito Santo, onde funda a aldeia de São João, associada aos jesuítas e autoridades coloniais (Leite, 1960, p. 266). Na documentação, o nativo ora é nominado Arariboia, ora Martim Afonso, índio, ora Martinho índio. Localizá-lo, assim como seus liderados, é também identificar um personagem ícone das mudanças culturais ocorridas entre as sociedades nativas durante o século XVI.

Arariboia “tornou-se proprietário de casas na rua Direita, onde residiam os notáveis da cidade” (Almeida, 2000, p. 149). As mais antigas referências cartorárias

⁵ Disponível em: <https://sic.iphhan.gov.br/sicg/bem/visualizar/8228>. Acesso em: 22 mar 2022.

para a ocupação da várzea do Rio de Janeiro durante o século XVI referem-se ao estabelecimento desse principal Temiminó em um período anterior a 1567: duas cartas de doação de chãos localizados a norte-nordeste do Morro do Castelo (10 de maio de 1568⁶ e 22 de julho de 1568⁷).

Encontramos na doação realizada em julho de 1568, “vinte e cinco braças de terra no lugar onde tem suas casas, que hé aonde Martinho Índio ora tem suas casas e nele estão as dele suplicante feitas”. De onde se depreende que parte da rua Direita foi ocupada por aquele chefe, provavelmente no período entre 1564 e 1573, portanto em torno de nove anos. Após esse período ele se instala nas terras das *bandas d’alem*, atual Niterói.

Entre 2017 e 2018, foi realizada uma pesquisa por Regiane Barreto em terrenos pertencentes à Santa Casa de Misericórdia desde o século XVI (Barreto, 2019). Na coleção encontram-se 34 fragmentos de cerâmica nativa. Oito com alterações plásticas na superfície (corrugada, espatulada e ungulada), e dois com decoração pintada (engobo branco e vermelho). Supomos, pela localização, que esses remanescentes sejam provenientes da doação de maio de 1568, na base do Morro do Castelo.

Vencidos nas batalhas no Rio de Janeiro, nativos do subgrupo Temiminó concentraram-se na região do Cabo Frio (compreendida entre Saquarema e Macaé), onde foram vencidos novamente. É possível inferir, portanto, que os sobreviventes tenham sido levados ao Rio de Janeiro como escravizados da elite ocupante da rua Direita, o que inclui os Temiminó e seu chefe, Arariboia, futuro Cavaleiro da Ordem de Cristo. Do confronto de 1575, na região do Cabo Frio, a crônica relata terem sido feitos por volta de 4 mil cativos, divididos entre os vencedores, Arariboia entre eles. Os nativos “aprisionados foram transformados em mercadorias oferecidas aos colonizadores que fundavam a cidade. A estes últimos foram doados juntamente com as sesmarias os trabalhadores que garantiriam a sua exploração” (Neme, 1990, p. 104). Como prisioneiros, é possível que tenham mantido atitude tradicional, cedendo à derrota e se incorporando ao grupo vencedor. Em lugar de sofrerem uma execução ritual, não mais permitida pelas autoridades coloniais e pelos jesuítas, é provável que eles tenham se submetido à “ambivalência dos índios com a transformação dos cativos em bens alienáveis no comércio de escravos europeu” (Fausto, 2010, p. 79).

DOIS SUBGRUPOS, DUAS MATERIALIDADES

Na arqueologia, o “interesse primordial é explicar fenômenos de mudança cultural”, partindo de três dimensões estruturantes: forma, espaço e tempo (Lima, 2011, p. 12). A partir desse ponto, procederemos com uma análise formal das cerâmicas recuperadas, em busca de marcadores que talvez nos permitam alcançar variações produzidas no período pós-invasão. O acabamento de superfície dos fragmentos foi aqui entendido como variável importante, resultado direto de escolhas tecnológicas, muitas vezes influenciado por fatores situacionais (Corrêa, 2014, p. 157). Para tanto, entendemos ser primordial a descrição de suas características tecnológicas. Na certeza de que há inúmeras abordagens possíveis para a materialidade em tela, entendemos que sobre esse período pouco foi produzido, o que nos obrigou, forçosamente, a construir as bases necessárias para o estudo.

⁶ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=5261>. Acesso em: 28 out. 2015.

⁷ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=5270>. Acesso em: 28 out. 2015.

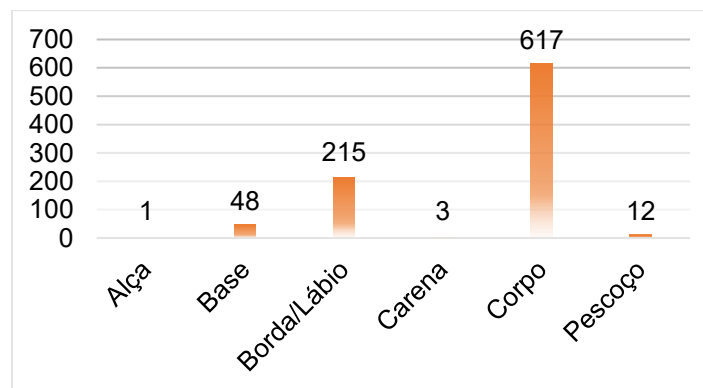
As características tecnológicas

No total, foram recuperados 896 fragmentos de cerâmica, entre os níveis 120 e 150 centímetros, que concentram o maior número de exemplares, embora a dispersão deles alcance 240 centímetros de profundidade.

Segundo Rice (1987, p. 94), o antiplástico mais comumente acrescentado na pasta cerâmica é o quartzo (SiO₂), o que foi observado na amostra analisada. Para este estudo foram convencionadas medidas para mensurar o tamanho dos grãos de quartzo contidos nas pastas: para os grãos finos, de 0,01 a 0,03 milímetros; e para os grossos, de 0,03 a 0,06 milímetros. A areia fina foi utilizada em 531 fragmentos, enquanto a areia grossa foi constatada em 335 deles. Os demais antiplásticos foram observados em menor proporção. “Par rapport aux techniques, c’est une poterie montée au colombin d’argile, avec prédominance de sable quartzéuse et aussi du feldspath et du mica et cuite dans des foyers”⁸ (Buarque, 2009, p. 177). A ocorrência de carvão foi observada em 21 fragmentos, os cacos moídos em seis e a calcita em três.

A técnica de manufatura roletada ou acordelada e a queima incompleta foram observadas na maioria dos fragmentos estudados. O Gráfico 1 apresenta as partes recuperadas das vasilhas cerâmicas. Dentre os 211 lábios, prevaleceram os arredondados (109); os apontados e planos somaram 101, com decoração unglada em quatro e incisa em apenas um.

Gráfico 1. Gráfico das partes recuperadas das vasilhas.



Fonte: Jeanne Cordeiro.

Das bordas, as diretas somaram 80 fragmentos, sendo 67 extrovertidas e 68 introvertidas. O reforço externo foi preferido (em 50) ao interno (em 28). Nove exemplares apresentaram reforço interno e externo. As bases foram majoritariamente planas (34), em detrimento das côncavas, com 14 exemplares provenientes de urnas fragmentadas.

A reconstituição das formas permitiu definir três formatos: (a) tigelas abertas; (b) vasos carenados de boca constrita; e (c) vasos com boca extrovertida. Quanto às marcas de uso, um tipo de análise passível de ser feita apenas em vasilhas íntegras ou quase íntegras, só foi possível identificar nos fragmentos aquelas associadas ao uso do fogo, direta ou indiretamente, como a fuligem e o esfumarado (Dantas; Lima, 2006, p. 29).

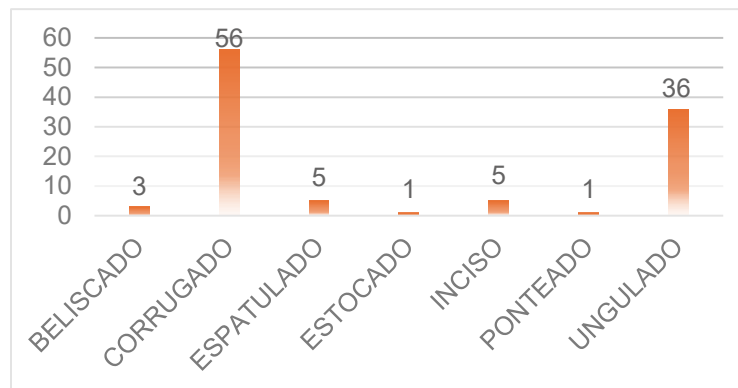
⁸ “Quanto às técnicas, trata-se de uma cerâmica montada com rolete de argila, com predominância de areia de quartzo também de feldspato e mica e cozida em fogueiras” (tradução nossa).

O tratamento de superfície

Foram recuperados 107 exemplares de cerâmica cuja superfície foi modificada com a pasta ainda mole. Produzidos pela impressão de dedos, de unhas ou de ferramentas, configuram o que se considera em geral como decoração plástica, em virtude do seu efeito estético. No entanto, algumas dessas alterações de superfície, sobretudo a corrugação, podem ter implicações técnicas, como o aumento da capacidade de cocção das vasilhas. De toda forma, ambas as propriedades não são mutuamente excludentes.

Os fragmentos corrugados representaram a maioria, seguidos pelos ungulados e incisos e espatulados, como demonstra o Gráfico 2. Em menor escala ocorreram também beliscados, estocados e ponteados. Os fragmentos com tratamento de superfície liso ou escovado foram desconsiderados, já que poderiam ser provenientes da parte inferior de vasilhas com corpo e borda decorados, ou ainda corresponderem a vasilhas coloniais.

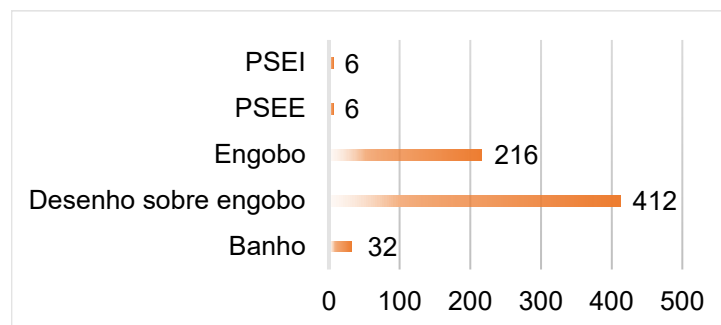
Gráfico 2. Gráfico de ocorrência de vasilhas com tratamento plástico da superfície.



Fonte: Jeanne Cordeiro.

Se as características tecnológicas e de modificação plástica das superfícies guardaram semelhança com aquelas produzidas no período pré-invasão, a decoração pintada as diferenciou profundamente. Como demonstra o Gráfico 3, entre os fragmentos pintados foram reconhecidos aqueles com pintura sem engobo (interno e externo), os que tinham apenas engobo e os com desenho sobre engobo, totalizando 672 fragmentos pintados. Entre eles, somente 32 tinham banho vermelho externo. O banho é aqui entendido como um tratamento no qual é aplicada na superfície da peça uma camada fina de argila antes da queima (Chmyz, 1976, p. 122).

Gráfico 3. Gráfico de ocorrência de tipos de pintura.

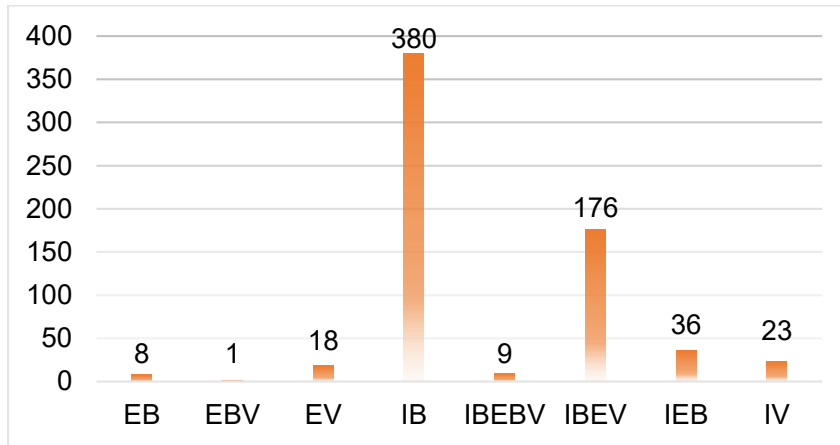


Legenda: PSEI: Pintura Sem Engobo Interno; PSEE: Pintura sem Engobo Externo.

Fonte: Jeanne Cordeiro.

O engobo, também segundo Chmyz (1976, p. 130), é uma camada espessa aplicada à vasilha. O monocromático branco, presente nas faces internas, foi dominante na amostra, ocorrendo em 380 fragmentos, seguido pelo interno branco e pelo externo vermelho, como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4. Gráfico demonstrativo da presença de engobo.

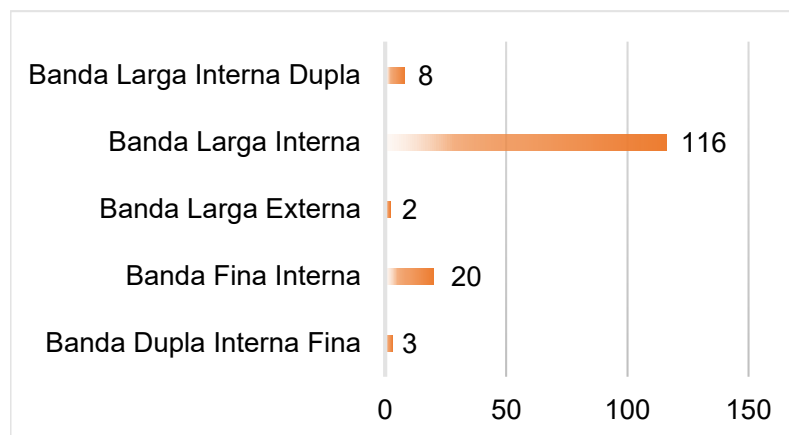


Legenda: EB: Externo Branco; EBV: Externo Branco e Vermelho; EV: Externo vermelho; IB: Interno Branco, IBEBV: Interno Branco Externo Branco e Vermelho; IBEV: Interno Branco Externo Vermelho; IEB: Interno e Externo Branco; IV: Interno Vermelho.

Fonte: Jeanne Cordeiro,

Os “desenhos riscados nas vasilhas apresentavam uma diversidade e uma qualidade da qual os arqueólogos não pareciam ter suspeitado” (Prous, 2010, v. 2, p. 113). Acrescentamos, sobretudo nos remanescentes do século XVI. Uma das características mais marcantes da pintura das vasilhas produzidas por populações associadas aos ceramistas Tupinambá é a zonação. “A divisão entre os diversos campos decorativos das vasilhas é sempre horizontal, marcada por uma banda vermelha” (Prous, 2010, v. 2, p. 155). Entre os fragmentos estudados foram consideradas bandas finas aquelas medindo entre 0,02 e 0,08 milímetros; e largas aquelas medindo entre 0,08 e 0,15 milímetros. O Gráfico 5 demonstra a diversidade das bandas vermelhas estudadas.

Gráfico 5. Diversidade de bandas vermelhas observadas.



Fonte: Jeanne Cordeiro,

Apesar das pequenas dimensões dos fragmentos pintados, todos aqueles com superfície preservada foram estudados, permitindo a reconstituição, mesmo que parcial, de sua decoração. Os que têm desenhos sobre o engobo foram agrupados em dois conjuntos: um com motivos conhecidos, tradicionais da decoração pintada Tupinambá, que denominamos “grupo local” (78), e outro que denominamos como “grupo exógeno” (189). Essa distinção advém do fato de serem muito conhecidos os padrões decorativos pintados produzidos no Rio de Janeiro no período pré-invasão (Prous, 2010, v. II, p. 113-114), e por isso considerados clássicos.

Antes de atribuímos a decoração diferente a um “grupo exógeno”, submetemos seus exemplares a arqueólogos que trabalham com o tema no Rio de Janeiro e em estados vizinhos, no caso São Paulo e Espírito Santo: Angela Buarque, Francisco Noelli, Henrique Valadares, Celso Perota, Rafael Deminicis e Ane Simões, que afirmaram desconhecer a decoração apresentada. Contudo, considerando que são idênticos os atributos tecnológicos das pastas e a estilização dos motivos decorativos, os dois conjuntos foram entendidos como produzidos por subgrupos Tupinambá. Foi excluída a possibilidade de se tratar de uma variação temporal dos grupos locais tradicionais em razão de as duas cerâmicas – a clássica e a exógena – terem sido encontradas nos mesmos níveis estratigráficos dos sítios estudados, entre 1,30 e 1,50 metro de profundidade, atestando serem contemporâneas.

Decoração pintada associada ao grupo local

A decoração pintada semelhante à produzida por grupos locais foi observada em 78 exemplares. Os motivos e o esmero decorativos permitem a comparação direta com os remanescentes dos sítios Serrano, Barba Couto e Boa Vista, inclusive pela contemporaneidade de suas ocupações, em torno de 1560 (Buarque, 2009, p. 197-206). Traços finos, como os da Figura 1, compuseram motivos como fitas simples e seccionadas (16), cestaria (1), escamas (5), semilunares (3) e preenchimento de vazios com pontos (1). Inferimos que a decoração pintada com características clássicas, tipicamente locais, pode ser creditada aos escravizados em diferentes oportunidades, a partir dos embates iniciados em 1565.

Figura 1. Exemplares de decoração pintada semelhante à produzida por grupos nativos locais.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Decoração pintada associada ao grupo exógeno

Outros 189 fragmentos têm características claramente diferenciadas. Todas as tentativas de associá-los a uma possível procedência restaram parcialmente infrutíferas. Os motivos decorativos em nada guardam semelhança com aqueles clássicos, refinados, produzidos mesmo sob influência do contato no Rio de Janeiro.

Na decoração entendida como não reconhecida, os grafismos são produzidos com traços marcados, grosseiros, minimalistas e esquemáticos, sobre engobo invariavelmente branco, como ilustrado na Figura 2. Foram identificadas formas como triângulos (2), gregas (5) e semicírculos (3). As gregas, decoração existente no período pré-invasão, perdem a leveza dos traços finos. Tornam-se marcadas em linhas grossas e de espessura irregular. Os motivos mais numerosos são os geométricos (12), apresentados em formas compactas, eventualmente em duas cores: o vermelho e o preto. Algumas vezes essas formas são amenizadas por pontos nas linhas de contorno (8). Sobretudo, chama atenção o surgimento de vazios que, segundo Prous (2010, v. II, p. 151-153), “contrariam os princípios estéticos tupiguarani”, e eram evitados pelas ceramistas. Essa compreensão é, para nós, fundamental. As pintoras recusavam-se a deixar espaços entre motivos decorativos (Prous, 2010, v. II, p. 161). Seriam essas lacunas pictóricas, antes preenchidas por pontos, uma forma de declarar os impactos do contato nos subgrupos que mantiveram relações estreitas com as autoridades coloniais e suas pressões? Um silêncio frente à intensidade de adequação? Dito isso, aqui percebemos a ruptura, e não a continuidade de um elemento diagnóstico essencial para a caracterização da produção ceramista de grupos estreitamente ligados às autoridades coloniais civis e religiosas.

Figura 2. Exemplares de decoração pintada associados a grupos externos.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

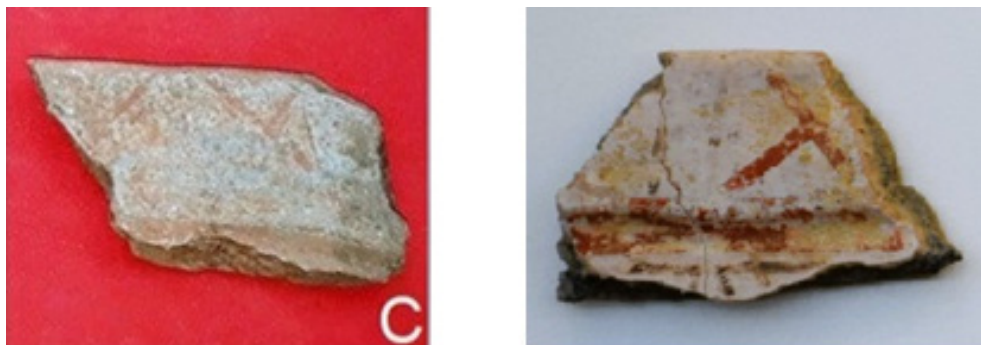
As “experiências são ainda muito mal compreendidas arqueologicamente nos períodos posteriores à colonização europeia” (Souza; Buarque, 2019, p. 188). A experiência colonial não compôs um todo homogêneo no trato com os diversos grupos nativos, sobretudo pela profunda diferença de abordagem e convivência com franceses

e portugueses. Contudo, entendemos ser sólido o conhecimento das ocupações Tupinambá e de seus ancestrais no Rio de Janeiro e na Região dos Lagos. É uma materialidade conhecida em profundidade e identificada com facilidade (Buarque, 2009, 2010; Dias Jr., 1998; Dias Jr.; Panachuk, 2008; Lima, 2010; Prous, 2010; Schmitz, 1969).

Os remanescentes estudados nos sítios de contato com franceses (Serrano, Barba Couto, Bananeiras e Casa de Pedra Francesa, situados entre os municípios de Araruama e Cabo Frio) confirmam a pouca ou nenhuma intervenção/alteração na produção local tradicional, sobretudo na cerâmica (Cordeiro; Buarque; Táboas, 2019). Esse subgrupo conviveu, se aliou e negociou com franceses, e estes se adequaram ao modo de vida nativo (Abreu, 2010, p. 60; Cortesão, 1956, p. 289-291; Léry, 1980, p. 201; Sousa, 1987, p. 331; Staden, 1974, p. 93). Dito isso, inferimos que a decoração associada a um grupo exógeno foi produzida por aqueles que retornaram ao Rio de Janeiro depois de um período de íntima convivência/cooperação com as autoridades coloniais no Espírito Santo. Acreditamos que o exotismo da decoração pode ter sido provocado pelas transformações que o contato, em suas diferentes intensidades, produziu nesse grupo. A dificuldade de seu reconhecimento, para fins comparativos, é agravada pelo pequeno número de pesquisas em sítios remanescentes desse primeiro século que sucedeu a invasão, tal como exposto anteriormente.

Contudo, há dois paralelos possíveis, ambos atribuídos ao mesmo subgrupo. Um, representado pelos remanescentes da pesquisa do sítio Santa Casa de Misericórdia, de datação correlata (Barreto, 2019), anteriormente citado. Outro representado pelos sítios abordados por Trindade e Souza (2022), situados no entorno da bacia do rio Macacu, atual município de Itaboraí. Os últimos, embora datados do início do século XVII, estão em contextos semelhantes. É necessário lembrar que a guerra se estendeu entre o Rio de Janeiro e a região do Cabo Frio, pelo menos de 1565 a 1615, envolvendo os mesmos subgrupos nativos, e a mesma liderança fidalga. Nos sítios do Macacu, como alertado por Torres de Souza em comunicação pessoal, foram recuperados fragmentos com decoração bastante semelhante, no mínimo pela excepcionalidade dos motivos, como o que apresenta “sequências de X”, observadas na Figura 3 (Trindade; Souza, 2022, p. 320).

Figura 3. Fragmentos com decoração em X.



Legenda: À esquerda, proveniente do Vale do Macacu; à direita, proveniente do sítio Rosário 30.

Fonte: fotografias de Cleide Trindade e Jeanne Cordeiro, respectivamente.

Nessa região também são encontradas referências documentais à ocupação dos nativos Temiminó. Em 1578, o aldeamento de São Barnabé, em Itaboraí, foi criado para abrigar alguns dos principais líderes da Aldeia de São Lourenço, onde residia Arariboia após se retirar da rua Direita, em 1573. Arariboia não se incluiu nesse grupo (Leite, 1938, p. 432), e permaneceu

em São Lourenço. As demais lideranças migraram para a nova aldeia e estabeleceram uma rede de influência que lhes proporcionou ampla margem de atuação, sobretudo pelo prestígio de seu antecessor (Almeida, 2006, p. 19-20). Os postos de autoridade e a obtenção de honrarias tiveram, a pedido, continuidade familiar (Raminelli, 2018, p. 224).

Igualmente, diversos fidalgos residentes no entorno dos sítios analisados tinham terras naquela região, desde 1578 (Belchior, 1965, p. 481): Cristóvão de Barros, capitão-mor do Rio de Janeiro⁹, Fernão Baldez¹⁰ ou Valdés, e Aires Fernandes Vitória. Os três eram ligados aos Temiminó, fosse pela vizinhança na rua Direita ou nas terras do Macacu, ou por lutarem juntos a mesma guerra.

Por fim, uma peça proveniente do sítio Hospício 1A, apresentada na Figura 4, exibe uma estética profundamente alterada: uma tigela que mantém todos os atributos tecnológicos característicos da cerâmica Tupinambá. Aberta, com 15,0 centímetros de circunferência de borda e 15,0 centímetros de profundidade, queima completa, lábio arredondado, borda direta, face externa escovada e decoração interna pintada que mantém um remanescente de banda vermelha. Ao que parece, foi inspirada em motivos semelhantes aos da faiança portuguesa azul e branca, com semicírculos concêntricos. Seria a adoção de padrões decorativos europeizados uma demonstração de prestígio e distinção social de quem a utilizava ou de quem a produziu? Seria ela resultado da captura de alteridade, da predação simbólica, proposta por Ribeiro e Jácome (2014, p. 465-486)? Segundo Viveiros de Castro (2002, p. 223), “a cultura estrangeira foi muitas vezes visada em seu todo como um valor a ser apropriado e domesticado, como um signo a ser assumido e praticado enquanto tal”. Como citado por Navarro (Cartas [...], 1988, p. 367-368), “ganham sua vida ao modo dos brancos, que é cousa muito pera estimar nestes que tão pouca habilidade têm”. Ou seria essa uma peça produzida por nativos para ser utilizada por europeus? É possível, na medida em que havia um mercado a ser abastecido, inclusive por vasilhas, na vila recém-fundada na qual os europeus eram dependentes dos nativos em quase tudo, nesses primeiros anos da cidade.

Figura 4. Tigela com decoração pintada inspirada em motivos europeus.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

⁹ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=1336>. Acesso em: 28 out. 2015.

¹⁰ Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/escritura?id=1375>. Acesso em: 28 out. 2015.

UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

Consideramos que a cerâmica encontrada na área de estudo e apresentada como tendo sido produzida por subgrupos locais se manteve inalterada nos primeiros tempos da colonização, como aquela observada nos sítios estudados por Buarque (2009), na Região dos Lagos, dentro da mesma faixa cronológica. Já no caso do subgrupo exógeno, associado às autoridades coloniais, ela se apresenta, ao contrário, bastante alterada nas faces pictóricas.

As diferenças observadas nas cerâmicas recuperadas parecem corresponder ao grau de intervenção decorrente dos contatos intersociais em suas diversas formas e intensidades, fossem elas menos interventivas, como no caso da convivência com franceses, fossem mais reguladas pela proximidade das autoridades portuguesas. Neste último caso, as alterações foram consideráveis, mas limitadas aos grafismos, expressando nas faces pictóricas mensagens claras de mudança, e de uma adequação que avançou silenciosa na direção de um modo de vida inserido na sociedade colonial.

O alcance e a continuidade da absorção de elementos culturais e de empoderamento foram uma via para as transformações superlativas do subgrupo Tupinambá mais próximo da influência das autoridades coloniais. Por outro lado, se é correto o raciocínio desenvolvido, a presença de ambos os conjuntos em um mesmo espaço habitacional é produto da dominação explícita de um subgrupo nativo sobre outro, e ambos sob o domínio europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. v. 2.
- ALEXANDER, Rany T. Afterword: toward an archaeological theory of culture contact. In: CUSICK, James (ed.). *Studies in culture contact*. Carbondale (Illinois/EUA): Southern Illinois University, 1998. p. 476–495.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Giorgina Silva dos e SANTOS, Guilherme Pereira dos (orgs.) *Retratos do Império – trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- ANCHIETA, José de. *De gestis mendi de saa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1997.
- BARRETO, Regiane. *Relatório Final do Projeto de Acompanhamento Arqueológico da Demolição do Prédio, sito à Rua Santa Luzia, conhecido como Pavilhão Paulo Cesar e do Posto de Gasolina, a ele contíguo, à Av. Presidente Antônio Carlos, localizados no município do Rio de Janeiro RJ*. Rio de Janeiro: Urbanacn, 2019.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho; KNEIP, Lina Maria. Arqueologia dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara: linhas de pesquisa. *Pesquisas: Antropologia*, v. 20, p.93-100, 1969.

- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. Os Tupinambás no Rio de Janeiro (1.200 anos de ocupação). In: CONGRESSO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 7. *Anais* [...]. Brasília, DF: Editora Gráfica Alvorada, 1972, p. 3-6
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Pré-história do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: musAbsurda, 2014.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Pré-história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- BUARQUE, Angela. Estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010, v. 3, p. 149-172.
- BUARQUE, Angela Maria Gonçalves. *Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil*. Tese (Doutorado em Pré-História, Etnologia e Antropologia) – Institut d'Art et Archéologie, Université Paris 1, Paris, 2009.
- CARTAS avulsas, 1550-1568. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. v. 2.
- CHMYZ, Igor (ed.). Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, v. 1, n. 1, p.119-148, 1976.
- CHMYZ, Igor. Modelagens cerâmicas em sítios tupiguarani do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010, v. 2, p. 89-112.
- CORDEIRO, Jeanne; BUARQUE, Angela; TÁBOAS, Alice. O sítio Serrano: franceses e Tupinambá desconheciam o testamento de Adão II. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 225-238, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.722>.
- CORDEIRO, Jeanne. *Retour à "Lescalle de Trafic": rastros franceses no Cabo Frio*. 2025. No prelo.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Pindorama de Mboia e Íakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações tupi*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae lusitana monumenta historica*. Lisboa (Portugal): Real Gabinete Português de Leitura, 1956. v. 1.
- DANTAS, Vladimir José; LIMA, Tania Andrade. *Pausa para um banquete: análise de marcas de uso em vasilhames cerâmicos pré-históricos do sítio Justino*. Canindé de São Francisco: Museu de Arqueologia de Xingó, 2006.
- DIAS JR., Ondemar. Arqueologia de contato no Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, n. 7, p. 125-132, 1993. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v7i1.98>.
- DIAS JR., Ondemar. A cerâmica Neo-Brasileira. Rio de Janeiro: IAB, Textos Avulsos, nº 1. Rio de Janeiro: IAB, 1988.
- DIAS JR., Ondemar. Cerâmica cabocla do Vale do Elefante. Rio de Janeiro: IAB, *Boletim do IAB*, n. 3, 1964.
- DIAS JR., Ondemar. Notas prévias sobre pesquisas arqueológicas nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 6, p. 89-101, 1967.
- DIAS JR., Ondemar. O índio no recôncavo da Guanabara. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 399, p. 399-630, 1998.

- DIAS JR., Ondemar; PANACHUK, Lílian. Características da tradição tupiguarani no sudeste do Brasil. In: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2008. v. 1, p. 91-116.
- DICKASON, Olive Patricia. Thevet and Belleforest: two sixteenth-century frenchmen and New World colonialism. In: GALLOWAY, Patricia (ed.). *Proceedings of the Sixteenth Meeting of the French Colonial Historical Society Mackinac Island May 1990*. Boston (Massachusetts/EUA): University Press of America, 1990. p. 1-11.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às Independências: séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JORDAN, Kurt. Colonies, colonialism, and cultural entanglement: the archaeology of postcolumbian intercultural relations. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (ed.). *International handbook of historical archaeology*. New York (Nova York/EUA): Springer Science, 2009. p. 31-49.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. 1.
- LEITE, Serafim. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma (Itália): Monumenta Historica Societatis Iesu, 1960.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100002>.
- LIMA, Tania Andrade. No asfalto: arqueologia histórica urbana no Brasil. In: SYMANSKI, Luiz Claudio; SOUZA, Marcos André Torres. *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 115-168.
- LIMA, Tania Andrade. Os ceramistas Tupiguarani, esses desconhecidos. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (ed.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010. v. 3, p. 173-205.
- LIMA, Tania Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 2, p. 7-23, 2002. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.2.23799>.
- NEME, Salete. *A mão-de-obra indígena do Rio de Janeiro: século XVI*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana*, v. 25, n. 3. p. 701-742, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n3p701>.
- PEIXOTO, Sílvia Alves; NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia das mulheres tupiniquins e a itinerância da cerâmica Paulista. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 335-364, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22633>.

- PROUS, André. A pintura na cerâmica Tupiguarani. In: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade (ed.). *Os ceramistas tupiguarani*. Belo Horizonte: Iphan, 2010. v. 2, p. 113-216.
- RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra: América portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi*, v. 19, n. 38, p. 217-240, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X01903809>.
- RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 2, p. 465-486, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-81222014000200012>.
- RICE, Prudence M. *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago (Illinois/EUA): The University of Chicago Press, 1987.
- SALLES CUNHA, Ernesto de Mello. *Sambaquis e outras jazidas arqueológicas*. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1963.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. Introdução. *Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata*. São Leopoldo: IAP. Pesquisas, Antropologia, n. 20, p. 1-4, 1969.
- SIMÕES, Ane Elisabeth. *História esquecida do Rio de Janeiro: as gentes e a paisagens no processo de ocupação da Cidade Velha e do Morro Cara de Cão*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SIMÕES, Mário F. Índice das fases arqueológicas brasileiras: 1950-1971. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 18, p. 20-60, 1972.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- SOUZA, Marcos André Torres de; BUARQUE, Angela. Olhando para o passado pensando o futuro: as pesquisas arqueológicas na Ilha do Governador Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 178-196, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.719>.
- SOUZA, Pero Lopes de. *Diário de navegação de Pero Lopes de Souza, 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinguer, 1927.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- STEIN, Gil J. The comparative archaeology of colonial encounters. In: STEIN, Gil J. *The archaeology of colonial encounters: comparative perspectives*. Santa Fé (Novo México/EUA): School of American Research Press, 2005. p. 3-31.
- TRINDADE, Cleyde Coelho; SOUZA, Marcos André Torres de. A cerâmica do período colonial do Vale do Macacu, Rio de Janeiro: uma perspectiva diacrônica. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, p. 301-325, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22650>.
- UCHÔA, Dorath Pinto; SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; GARCIA, Caio del Rio. O sítio cerâmico do Itaguá: um sítio de contacto no litoral do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 2, n. 2, p. 51-60, 1984. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v2i2.43>.
- VIDAL, Laurent. La présence française dans le Brésil colonial au XVIe siècle. *Cahier des Amériques Latines*, n. 34. p. 17-38, 2000. DOI: <https://doi.org/10.4000/cal.6486>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

AS CONTAS DE ESCAMBO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XVI

Jeanne Cordeiro*, Angela Buarque**, Alice Táboas***

RESUMO

Este artigo aborda alguns resultados de pesquisas realizadas no centro do Rio de Janeiro e na Região dos Lagos, sudeste do Estado. Baseia-se na análise das contas de vidro remanescentes do escambo praticado entre grupos Tupinambá e europeus, sobretudo franceses, durante o século XVI. Tem como objeto a materialidade recuperada nos sítios Serrano, Barba Couto, Araruama, Primeiro de Março 37, Rosário 26 e Rosário 30.

Palavras-chave: Encontros Coloniais; Arqueologia histórica; Arqueologia do colonialismo.

* Mestre em história, arqueóloga e historiadora no Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB).
E-mail: jeanne.cordeiro@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9360-9581>

** Doutora em arqueologia e pesquisadora colaboradora no Departamento de Antropologia, Museu Nacional (UFRJ). E-mail: bruarque.angela@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2412-3430>

*** Arqueóloga e historiadora no Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB).

E-mail: mariaartaboas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0619-2253>

THE TRADE BEADS IN RIO DE JANEIRO IN THE 16TH CENTURY

ABSTRACT

This study discusses some results of research carried out in the Center of Rio de Janeiro and in the Lakes Region, in the southeast portion of the state. It analyzed glass beads remaining from the barter practiced between Tupinambá groups and Europeans, especially the French, during the 16th century. Its object involves material recovered from the Serrano, Barba Couto, Araruama, Primeiro de Março 37, Rosário 26, and Rosário 30 sites.

Keywords: Colonial encounters; Historical archaeology; Archaeology of colonialism.

CUENTAS DE PERMUTA DE RÍO DE JANEIRO EN EL SIGLO XVI

RESUMEN

Este artículo aborda algunos resultados de investigaciones realizadas en el centro de Río de Janeiro y en la región de Lagos, sureste del estado. Se basa en el análisis de cuentas de vidrio remanentes de permuta practicada entre los tupinambás y grupos europeos, especialmente los franceses, durante el siglo XVI. Su objeto es la materialidad recuperada en los sitios Serrano, Barba Couto, Araruama, Primeiro de Março 37, Rosário 26 y Rosário 30.

Palabras clave: Encuentros coloniales; Arqueología histórica; Arqueología del colonialismo.

INTRODUÇÃO

A percepção da invasão europeia por meio da materialidade demanda um conhecimento ainda em construção. Falta-nos domínio da produção manufaturada entre os séculos XIV e XV na Europa, na qual ainda tropeçamos sempre que nos debruçamos sobre sítios do século XVI no litoral brasileiro. Tema complexo devido à sua diversidade, com características muitas vezes restritas a guildas locais, como as de armadores, vidreiros, ceramistas e ferreiros. Dito isso, resta-nos reunir fragmentos de peças vítreas, metálicas e cerâmicas, e mergulharmos na busca de alguma compreensão. Nesse sentido, é imprescindível conhecer os remanescentes para construir as bases para estudo, “pôr na bancada” e, posteriormente, teorizar sobre um século ainda a conhecer. Entendemos que somente com a análise efetiva da materialidade será possível construir o mínimo de conhecimento sobre esse século de grandes “viradas” (Chaunu, 1976, p. 108), que se deram para europeus e para nativos, em especial os que se encontravam no futuro território brasileiro. Como teorizar sobre o que ainda parcialmente se esboça?

Os estudos realizados para as Américas espanhola e inglesa oferecem panoramas profundamente diversos daquele encontrado no Brasil. As experiências coloniais se baseiam em agentes (nativos e europeus) radicalmente distintos e, por isso, em grande medida, não nos fornecem parâmetros locais e históricos comparáveis, sendo eventualmente apenas os cronológicos compatíveis. Insistirmos na adequação é desconhecer que o comportamento colonialista espanhol, inglês, francês e português são eivados de diferenças de abordagens e intenções nas colônias que pretendiam implantar.

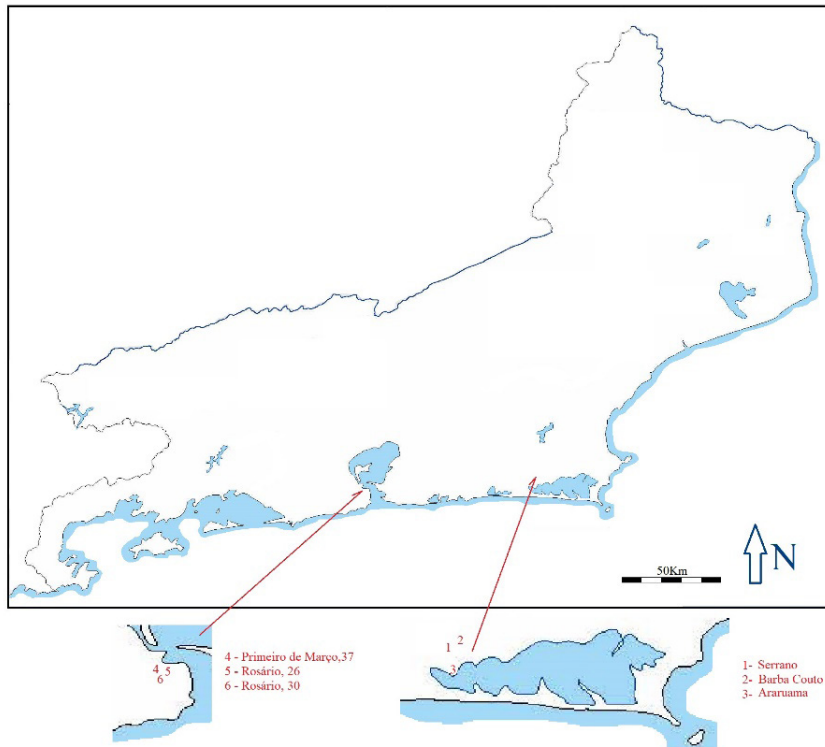
Por outro lado, a densa ocupação pela qual passaram os espaços mais conhecidos durante os Quinhentos (litoral de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro) provocou a destruição de importantes sítios do período. Perguntamo-nos quanta materialidade foi dispensada de análise pela falta de compreensão, ainda que tenha sobrevivido às condições pós-deposicionais, ou pelo excesso de foco dos profissionais nas sociedades nativas que estudavam, independentemente de quais fossem elas.

Assim é com as contas de vidro, objetos de raros estudos na arqueologia brasileira, cuja primeira referência para os sítios de contato se dá em Uchôa, Scatamacchia e Garcia (1984). As contas estão presentes desde a chegada de Colombo às Américas, em 1492. Foram consideradas produtos importantes para fins de comércio com as populações nativas desde o início da invasão europeia, mas nem todos os exploradores as traziam para negociar. Não eram mercadoria constante em todas as listas de itens de troca (Depratter; Smith, 1987, p. 54). Durante todo o século XVI, foram largamente utilizadas, sobretudo como peças de resgate no escambo de produtos tropicais entre nativos e europeus. Evidências indicam que elas foram trazidas para o Rio de Janeiro, principalmente por franceses, para o comércio com os Tupinambá locais (Cordeiro; Buarque; Táboas, 2019). Não é negada a possibilidade de trocas realizadas com portugueses, mas não há evidência material escavada nos sítios, como o da Cidade Velha (atual bairro da Urca), ou registro documental que indique essa possibilidade. Por outro lado, a presença dos portugueses no Rio de Janeiro só se efetiva a partir de uma guerra ocorrida em 1565, momento incompatível com atividades comerciais ou troca de presentes.

As contas abordadas neste estudo são provenientes de seis sítios, ilustrados na Figura 1. Serrano, Barba Couto e Araruama, localizados no município de mesmo nome, datados da segunda metade do século XVI, foram aldeias onde conviveram os nativos

e seus aliados franceses. Primeiro de Março 37, Rosário 26 e Rosário 30¹, localizados no centro do Rio de Janeiro, eram parte de um único lote. Segundo documentação histórica (Abreu, 2010), foram ocupados por nativos aliados dos portugueses e rivais daqueles da Região dos Lagos durante a guerra para conquista do território.

Figura 1. Localização dos sítios em estudo no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Jeanne Cordeiro.

A INVASÃO EUROPEIA E AS CONTAS DE VIDRO

Desde 1503, há registros da presença de contas de vidro trazidas para escambo. Na relação de itens para a armação do navio *L'Espoire*, capitaneado por Binot Paulmier de Gonneville, constam seis quintais de contas de vidro (Perrone-Moisés, 1992, p. 18), o que equivale a aproximadamente 352 quilos. Esse produto manufaturado se incluía diretamente no sistema paleomonetário praticado pelas populações nativas (Gonçalves; Gomes; Gomes, 2020, p. 1818).

Segundo Léry (1980, p. 119), pelo fato de gostarem de adornos, “achavam lindas as pequenas contas multicores de vidro que havíamos levado em grande quantidade para traficar; chamavam-nas *moruhí* e com elas faziam colares”. Quando os *truchements*, marujos comerciantes franceses, iam às aldeias, ou os nativos iam a seu encontro, levavam frutas e alimentos para serem trocados por contas de vidro. “*Mair, deagotoren amabé morubí*, o que quer dizer: francês, tu és bom, dá-me os braceletes de contas de vidro” (Léry, 1980, p. 119-120).

¹ Os sítios Primeiro de Março 37, Rosário 26 e Rosário 30 foram estudados entre 2014 e 2016 e compõem parte da tese de doutoramento em preparação, no Museu Nacional (UFRJ)

Em Thevet (2018, p. 213), encontramos situação inversa, a exportação destas contas. Havia aquelas produzidas por nativos e levadas à França.

As contas de rosário, que se vendem atualmente em França, quase tão brancas quanto o marfim, procedem das regiões americanas e são os próprios indígenas que as fabricam. São transportadas pelos marinheiros, que as adquirem por preços vis. E, quando começaram a ser usadas em França. Acreditava-se tratar do coral branco; só depois se viu que a matéria de que são feitas é a porcelana. É permitido benzê-las, assim o queira o dono.

Contudo, apesar da importância desses itens na principal atividade comercial praticada durante o século XVI, há inúmeros problemas ao abordá-los. Por um lado, retornamos à questão dos sítios de datação correlata, pouco escavados e pouco documentados; por outro, a maior parte dessa atividade ou não foi registrada pelos cronistas, ou as fontes históricas oficiais caíram no limbo. Em Gonçalves, Gomes e Gomes (2020, p. 1823), encontramos informações de exportação de contas na cor âmbar de produção veneziana ou francesa, em fins dos séculos XVI e XVII, para Portugal. Contudo, os autores não se referem à América do Sul; seus exemplares estudados são provenientes de Portugal, África e México.

Há diversos problemas para a construção de uma sequência cronológica de produção e distribuição de contas para o século XVI nas Américas. Com algum grau de confiabilidade é possível periodizar os tipos Nueva Cádiz e Chevron. Segundo Smith (1983, p. 147), há poucos locais pesquisados e bem documentados, como o sítio Nueva Cádiz, na Venezuela, ocupado entre 1509 e 1545.

Smith (1983, p. 147), referindo-se aos sítios da Flórida, menciona que as contas, encontradas em contexto, dificilmente estão associadas a espaços com utilização para práticas definidas, como sepultamentos, por exemplo. Isso pode ocorrer devido à técnica de escavação, à perturbação pós-deposicional ou à dispersão intencional. No caso do Rio de Janeiro, isso se repete, elas são recuperadas em espaços diversos. No sítio Barba Couto, no município de Araruama (Buarque, 2009, p. 375), foram encontradas quatro centenas em contexto funerário, não ocorrendo nos demais *Loci*. No sítio Serrano, de um total de 75 exemplares, quatro eram provenientes de fogueiras que também continham restos alimentares e objetos metálicos, como anzol e lâmina de faca. No mais das vezes elas se encontram dispersas. No sítio Araruama, um exemplar foi recuperado também em área sem função específica. Ainda segundo o mesmo autor, além da diversidade dos espaços de ocorrência, o número de exemplares recuperados durante as pesquisas tende a ser bastante reduzido. As amostras em geral são pequenas e diversificadas, dificultando a construção de cronologias sólidas.

Por fim, resta a questão da procedência. Segundo Kidd (1983, p. 1-2), a expansão do Império Romano foi a maior responsável pela difusão da tecnologia de produção do vidro, principalmente nos territórios em torno do Mediterrâneo. Com sua decadência, a produção de vidros foi parcialmente abandonada, sendo revitalizada pelos venezianos após a queda de Constantinopla, em 1453. Segundo o autor, os vidreiros de Veneza produziram mudanças substantivas na manufatura, mascarando o monopólio da produção, que não se confirma historicamente. A técnica de produção do vidro foi comum, e em todas as oficinas vidreiras era possível produzir também contas. Embora se tratasse de uma produção menor, mesmo em Veneza, o número de fábricas dedicadas exclusivamente a esse produto era grande. Para abordar o comércio atlântico são preferíveis as oficinas

da Itália, França, Espanha, Alemanha, Holanda, Escandinávia e Ilhas Britânicas (Kidd, 1983, p. 2). A partir de pesquisas arqueológicas realizadas em diversas partes da Europa, foi possível localizar oficinas de produção e, conseqüentemente, obter exemplares que, mesmo fragmentados, permitiram o cotejamento entre os remanescentes.

A análise morfológica das contas recuperadas nesta pesquisa foi norteada pela classificação e nomenclatura propostas por Kidd e Kidd (2012) e Karklins (2012). Os primeiros construíram uma classificação baseada em contas provenientes do nordeste da América do Norte, iniciada com exemplares do período da invasão europeia. Ela é a única que permite uma descrição exata dos exemplares a partir de seus atributos morfológicos. É um sistema aberto, acolhendo novas categorias, novos tipos e suas variedades. Essa classificação é baseada nos métodos de fabricação, forma, tamanho, cor e diafaneidade. Também foi utilizada a classificação de Karklins (2012), que se propõe a ajustar e ampliar a proposta de Kidd e Kidd, na qual se baseia, e destina-se a uma utilização conjunta. Analisaremos aqui cinco exemplares provenientes do período entre fins do século XVI e início do XVII.

As contas Nueva Cádiz, principal tipo diagnóstico entre as contas de vidro produzidas durante o século XVI, serviram de marcador cronológico junto às contas *Chevron* facetadas.

Por ordem de grandeza, foram recuperados 49 exemplares do tipo Nueva Cádiz, 23 do tipo *Chevron*, e quatro de tipos diferenciados.

A UTILIZAÇÃO DO EXAME POR DIFRAÇÃO DE RAIOS X

A Difração de Raios X (DRX)² é uma técnica não destrutiva que analisa a estrutura cristalina de uma vasta gama de materiais, inclusive os vítreos. Para este estudo foram submetidos os exemplares ilustrados nas Figuras 2 (tipo IIIc'4), 7 (tipo IIIIm) e 9 (tipo IIIbb2). Contudo, a DRX fornece informações sobre a composição química geral das amostras, não permitindo a localização espacial dos elementos químicos. Dessa forma, ela foi adequada para o exemplar proveniente do sítio Barba Couto, composto de uma única camada.

AS CONTAS NUEVA CÁDIZ

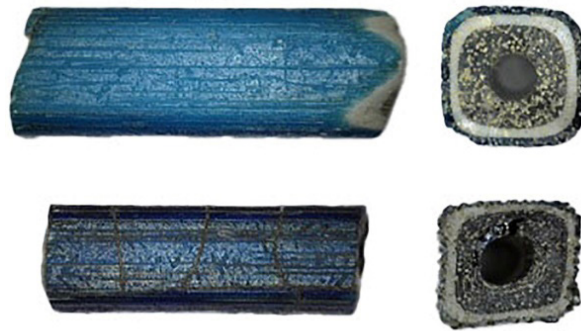
Contas do tipo Nueva Cádiz são tubulares, poliédricas, de seção transversal quadrada, sem diafaneidade, compostas de uma camada externa de cor azul-turquesa, seguida por uma ou duas camadas internas que podem ter cores variadas: transparente, azulada, preta e azul-marinho. Segundo Karklins (2012, p. 65-67) e Kidd e Kidd (2012, p. 43), estão classificadas como IIIc (tubulares retas), como as ilustradas na Figura 2, e IIIc' (tubulares torcidas), como na Figura 3. Por análise química, sua procedência é provavelmente Veneza, segundo Brad Loewen e Laure Dussubieux (2021, p. 64). Os exemplares aqui estudados são provenientes dos sítios Serrano (48) e Araruama (1), ambos considerados escalas do tráfico do pau-brasil. Os tamanhos variam entre 1,0 e 3,4 centímetros de comprimento, e entre 0,3 e 0,9 centímetros de largura. Supomos que, no caso das Nueva Cádiz, o grau de fragmentação possa ter origem não só na fratura pós-deposicional, mas na multiplicação dos exemplares disponíveis para o escambo.

² A análise das pastas de todas as amostras foi realizada por DRX, no Laboratório Multiusuário de Caracterização Tecnológica do Centro de Tecnologia Mineral, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por Antonieta Middea, a quem agradecemos muito.

Se o raciocínio é correto, um exemplar de cinco centímetros pode se tornar dois de 2,5 centímetros, aumentando o poder de compra ou barganha. Esse tipo de conta, cortado transversalmente, não perde suas principais características, como ocorre em outros tipos, o que, inclusive, viabiliza a continuação das trocas com nativos de outras regiões, caso do exemplar encontrado em um sítio Tupi, situado no vale do Rio Doce, que chegou a nosso conhecimento por gentileza de Jacqueline Rodet.

As Nueva Cádiz estão distribuídas em diversos sítios nas Américas datados do século XVI, entre 1500 e 1560 (Loewen; Dussubieux, 2021, p. 64), cronologicamente condizentes com os ora estudados. Deagan (1987, p. 163) também data essas contas da primeira metade do século XVI, observando seu desaparecimento em sítios posteriores.

Figura 2. Contas de vidro Nueva Cádiz tipo IIIc.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Figura 3. Contas de vidro Nueva Cádiz, tipo IIIc'.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Um segundo tipo tubular, torcido, poliédrico, de seção transversal quadrada, com diáfaneidade, simples, composto por camada única azul marinho, foi recuperado no Sítio Serrano, em 2005. Sua classificação é Ic'3 (Karklins, 2012, p. 66; Kidd; Kidd, 2012, p. 46). Ela se encontrava na exposição “Entre dois mundos: franceses de Paratitou,

Tupinambá de Rouen”, no Museu Nacional (UFRJ). Apesar do impacto do incêndio de 2018, esse exemplar foi recuperado por nossa equipe durante o Projeto Resgate (Buarque *et al.*, 2020, p. 26), como ilustrado nas Figuras 4a e 4b. O calor desfez as bolhas de ar da composição original, reduzindo seu tamanho. Tipo semelhante também é encontrado nas oficinas de vidreiro de Rouen (Karklins; Bonneau, 2019, p. 5).

Figura 4. a) Conta de vidro Ic'3 escavada em 2005; b) Conta de vidro Ic'3 recuperada durante o resgate dos escombros do Museu Nacional.



Fontes: fotografias de Jeanne Cordeiro.

AS CONTAS CHEVRON

As contas Chevron, também chamadas de “estrela” ou “roseta” (Deagan, 1987, p. 164), são igualmente um excelente indicador para os sítios do século XVI, estando presentes desde o início dos Quinhentos, inclusive no Rio de Janeiro. Segundo Smith (1983, p. 148-149), essa variedade de conta teve largo período de produção e continuou a ser distribuída mesmo após a fundação de Saint Augustine, na Flórida, em 1565.

Elas têm grande variedade de tamanho, desde as pequenas, podendo alcançar em torno de 6,5 centímetros (Kidd; Kidd, 2012, p. 54). Podem ser tubulares, bicônicas ou arredondadas e são compostas por várias camadas. Do início a meados do século XVI, essas camadas oscilavam entre seis e sete, e no século XVII foram reduzidas para quatro ou cinco. A variedade mais antiga, facetada, permite a visão das camadas internas, sendo uma delas verde, como as da Figura 5. As contas Chevron pequenas, recuperadas no sítio Serrano (17), no Primeiro de Março 37 (1), no Rosário 26 (1) e no Rosário 30 (1), têm código IIIm (Kidd; Kidd, 2012, p. 54), alcançam 0,3 e 0,5 centímetros de comprimento. São facetadas, bicônicas, sem diafaneidade, de seção transversal esférica, compostas por sete camadas de cor. Esse tipo desaparece do comércio em fins do século XVI (Smith, 1977, p. 15). Ainda segundo Smith (1983, p. 148), a variedade facetada ocorreu até antes de 1600, provavelmente quando começou a ser substituída, em inícios do século XVII, pela variedade “tombada”, ou seja, contas que têm um tratamento arredondado produzido por calor, tornando-as quase esféricas, reduzindo a visão das camadas intermediárias.

Figura 5. Contas Chevron tipo IIIm.

Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Um segundo tipo de Chevron (Kidd; Kidd, 2012, p. 54) recuperado no Sítio Serrano é a IIIm1 (Figura 6), em forma de barril, com seção transversal esférica, sem diáfaneidade, composta por seis camadas de cor. Contudo, ratificando a variedade de dimensões desse tipo de conta, foi recuperado um fragmento nas escavações do sítio Rosário 30, no centro do Rio de Janeiro, classificada como IIIm (Figura 7). Facetado, bicônico por inferência, com seção transversal esférica, sem diáfaneidade, composto, com sete camadas, uma delas verde, mede 3,1 × 3,4 centímetros. Essa conta, considerada grande, ainda que fragmentada, nos permite supor que medisse originalmente entre 6,5 e 7,0 centímetros.

Os exemplares Chevron recuperados são, por todos os atributos morfológicos, compatíveis com os demais estudados para o período nas Américas, portanto produzidos e negociados durante o século XVI. Smith (1977, p. 17) cita que, por volta de 1640, tais contas já estavam praticamente ausentes nas transações comerciais. Contudo, exemplares de mesma denominação, mas com outras características, continuaram a ser produzidos e estão presentes em contextos posteriores para o comércio transatlântico.

Figura 6. Conta tipo Chevron IIIm1.

Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Figura 7. Conta do tipo Chevron IIIIm, recuperada no Rosário, 30.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

AS CONTAS EXÓTICAS (POR ENQUANTO)

Existem ainda contas de vidro sobre as quais temos poucas referências, senão a datação do sítio Serrano. Uma, representada na figura 8, é encontrada em Loewen e Dussubieux (2021, p. 67-68), assemelha-se a um exemplar recuperado no sítio Mineração, por Scatamacchia e Uchôa (1993, p. 72). Tubular, sem diáfaneidade, de seção transversal esférica, composta, com quatro camadas de cor. A externa é branca, a segunda é azul, deixando transparecer dez linhas na camada externa. A terceira é vermelha. A quarta camada torna ao branco.

Figura 8. Conta de vidro tipo IIIp.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Outra conta, representada na Figura 9, é uma IIIbb2 (Kidd; Kidd, 2012, p. 51). Também procedente do sítio Serrano, tem forma de barril, de seção transversal esférica, sem diáfaneidade, composta por uma camada de base em preto e adornada por três pares de listras vermelhas e brancas.

Figura 9. Conta de vidro tipo IIIbb2.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

No sítio Barba Couto, as quatro centenas de contas já mencionadas, mediam 0,4 centímetro de circunferência por 0,1 centímetro de espessura, no interior de uma urna funerária (*Locus* 1, sepultamento 2), não ocorrendo nenhum outro exemplar, mesmo de

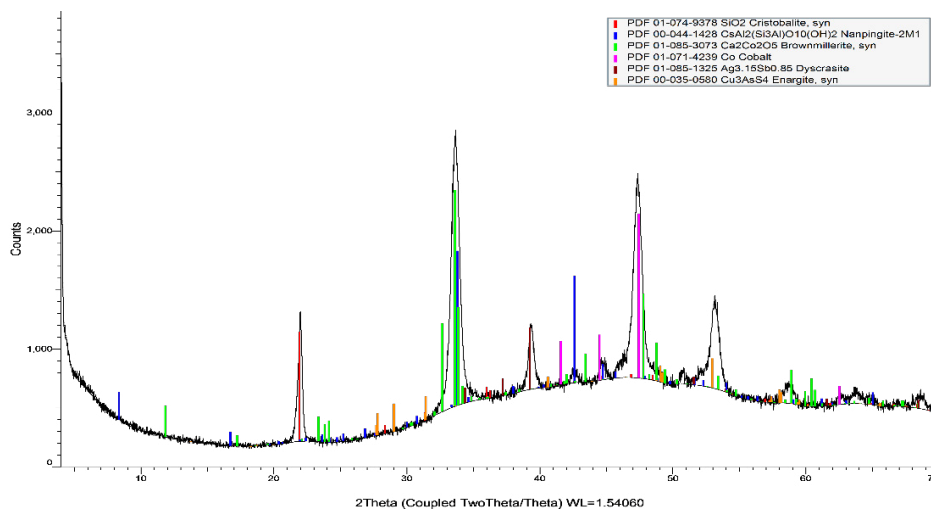
outros tipos, no restante do espaço até o momento. Essas são as únicas no conjunto de sítios estudados que ocorreram em espaço simbólico. São verdes, simples, com diafaneidade, discoidais, com seção transversal esférica (Figura 10). Por serem compostas apenas por uma camada vítrea, a DRX nos forneceu o resultado de sua composição química total, como demonstrado no difratograma da Figura 11: crisobalita, nanpingita, dyscrasita, enargita, cobalto e brownmillerita. Os dois últimos elementos são representados no gráfico pelas cores verde e lilás, respectivamente. O componente principal, a brownmillerita, ocorre na Alemanha (região da Renania-Palatinado), no Marrocos e em Israel³. Em decorrência de serem contas não cadastradas, não temos como compará-las.

Figura 10. Contas de vidro sem classificação.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Figura 11. Difratograma com composição da amostra do Sítio Barba Couto.



Fonte: Centro de Tecnologia Mineral e Inovação (MCTI).

³ Disponível em <https://www.mineralienatlas.de/lexikon/index.php/MineralData?mineral=Brownmillerite>. Acesso em 10 nov. 2023.

Ainda que Veneza tenha sido a principal produtora de contas de vidro no período entre 1450-1750, outras cidades também as produziram, como Amsterdã e Middelburg, na Holanda, Rouen, na França, e Neulautern e Walkersbach, na Alemanha (Karklins, 2023, p. 1).

Embora tenha havido diversos centros de produção, tipos específicos de contas registradas e suas variedades, procedentes do norte da França, ocorreram em sítios arqueológicos mais bem estudados do leste da América do Norte, dentro do mesmo período cronológico.

A indagação sobre a procedência pode ser averiguada de diversas formas, uma delas a partir da comparação de variáveis como morfologia e decoração, segundo Kidd e Kidd (2012) e Karklins (2012). No presente caso, isso se tornou possível a partir da coleção Thaurin, depositada no Musée des Antiquités de Rouen, Normandia, formada por exemplares coletados em escavações de oficinas vidreiras na parte antiga da cidade, no cruzamento da rua Jeanne-d'Arc com a rua Du Gros-Horloge e Hotel de Ville Ouest, rua Étopée. Foram coletados também em espaços de pesquisas situados, mas não especificados, nos arredores da cidade.

Em Karklins e Bonneau (2019), podemos encontrar diversos deles. Dois, entretanto, parecem estar entre os remanescentes recuperados no sítio Rosário 30. São contas tubulares, sem diafaneidade, de seção transversal esférica. Uma é torcida castanha com listras pretas sobre uma fina camada branca, classificada com código Kidd Ibb* (Karklins, 2012, p. 65; Karklins; Bonneau, 2019, p. 4, 6), ilustrada na Figura 12. A outra, vermelha com listras pretas, retas, classificada por Karklins (2012, p. 64) como Ib, ilustrada na Figura 13.

Figura 12. Contas de vidro código Kidd Ibb*.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Figura 13. Contas de vidro código Kidd Ib.



Fonte: fotografia de Jeanne Cordeiro.

Estamos associando esses dois últimos exemplares a uma produção francesa. O trânsito de nativos locais e *truchements* entre a atual cidade do Rio de Janeiro e a Região dos Lagos é historicamente conhecido. Ademais, o principal estabelecimento francês, na segunda metade do século XVI, a Ilha de Villegagnon, situa-se a apenas dois quilômetros de distância dos sítios Primeiro de Março 37, Rosário 26 e Rosário 30. Somam-se a isso os dois exemplares tubulares com provável procedência das oficinas vidreiras de Rouen. Essas circunstâncias permitem inferir que as contas podem ser provenientes não só do escambo de produtos tropicais entre franceses e nativos locais, mas também,

especulativamente, do espólio de batalhas. Nesses sítios se instalaram nativos aliados dos portugueses, que venceram a guerra de retomada do Rio de Janeiro, em 1565.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o conjunto de contas estudado seja cronologicamente compatível com aqueles produzidos durante o século XVI, sobretudo pela presença das inequivocamente datadas Nueva Cádiz e Chevron, ao que se somam aquelas de procedência mais bem definida.

Na falta de referências sobre o escambo de produtos tropicais com portugueses no Rio de Janeiro, somos levados a supor que, pelo menos nos sítios da Região dos Lagos, todo o trato de comercialização de contas de vidro tenha ocorrido com franceses, em sua maioria normandos e bretões.

Como uma das primeiras “moedas europeias” utilizadas nas Américas, é imprescindível a busca de melhor compreensão de sua função, valor e morfologia. As tubulares, como as Nueva Cádiz, podem ter sofrido fragmentação contemporaneamente às trocas, uma vez que seu formato de origem permite seu fracionamento sem prejuízo de seus atributos formais. Dessa maneira, os impactos pós-deposicionais podem não ter sido determinantes na produção de fragmentos de menor tamanho. Por outro lado, podem ter auxiliado na multiplicação dos exemplares disponíveis para o escambo, ampliando o poder de compra e, inclusive, viabilizando uma rede de trocas com grupos mais afastados do litoral.

Contudo, o fato de sua dispersão nos diversos sítios não estar associada a um espaço definido nos inclina a pensar que tenham se tornado itens de utilização não simbólica, exceto no caso do sítio Barba Couto, onde foram encontradas como remanescentes do acompanhamento funerário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010.
- BUARQUE, Angela; BAUMANN, Thereza; CORDEIRO, Jeanne; Barbosa-Guimarães, Márcia. Entre dois mundos: franceses de Paratitou, Tupinambá de Rouen. *Revista da Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 21-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v33i2.726>.
- BUARQUE, Angela Maria Gonçalves. *Étude de l'occupation tupiguarani dans la région sud-est de l'état de Rio de Janeiro, Brésil*. Tese (Doutorado em Pré-História, Etnologia e Antropologia) – Institut d'Art et Archéologie, Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne, Paris, 2009.
- CHAUNU, Pierre. *História como ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CORDEIRO, Jeanne; BUARQUE, Angela; TÁBOAS, Alice. O sítio Serrano: franceses e Tupinambá desconheciam o testamento de Adão II. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 1, p. 225-238, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.722>.
- DEAGAN, Kathlen. *Artifacts of the Spanish colonies of Florida and the Caribbean, 1580-1800*. Washington (DC/EUA): Smithsonian Books, 1987. v. 1.
- DEPRATTER, Chester B.; SMITH, Marvin T. Sixteenth century European trade in the southeastern United States: evidence from the Juan Pardo expeditions (1566-1568). *Notebook*, v. 19, p. 52-61, 1987.
- GONÇALVES, Joana; GOMES Rosa Varela; GOMES, Mário Varela. Adereços de vidro, dos séculos XVI-XVIII, procedentes do antigo Convento de Santana de Lisboa (anéis, braceletes e contas). In: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES. *Arqueologia*

- em Portugal: 2020 – Estado da Questão*. Lisboa (Portugal): Citcem, 2020. p. 1815-1836. DOI: <http://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa135>.
- KARKLINS, Karlis. Chevron bead production in southwestern Germany during the early modern period. *The Bead Forum*, n. 82, p. 1-4, 2023.
- KARKLINS, Karlis; BONNEAU, Adelphine. Evidence of early 17th-Century glass beadmaking in and around Rouen, France. *Beads: Journal of the Society of Bead Researchers*, v. 31, p. 3-8, 2019.
- KARKLINS, Karlis. Guide to the description and classification of glass beads found in the Americas. *Beads: Journal of the Society of Bead Researchers*, v. 24, p. 62-90, 2012.
- KIDD, Kenneth Earl; KIDD, Martha Ann. A classification system for glass beads for the use of field archaeologists. *Beads: Journal of the Society of Bead Researchers*, v. 24 p. 45-89, 2012.
- KIDD, Kenneth Earl. Problems in glass trade bead research. *Proceedings of the 1982 Glass Trade Bead Conference*, v. 16, p. 1-4, 1983.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LOEWEN, Brad; Dussubieux, Laure. The chemistry of Nueva Cadiz and associated beads: technology and provenience. *Beads: Journal of the Society of Bead Researchers*, v. 33, p. 64-85, 2021.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SMITH, Marvin. Chevron Trade Bead in North America. *Bead Journal*. v. 3, n. 2, p. 15-17, 1977.
- SMITH, Marvin. Chronology from glass beads: the Spanish period in the southeast, e.a.d. 1513-1670. *Proceedings of the 1982 Glass Trade Beads Conference*, v. 16, p. 147-158, 1983.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina; UCHÔA, Dorah Pinto. O conjunto euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do estado de São Paulo. *Revista de Arqueologia*, n. 7, p. 153-173, 1993. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v7i1.100>.
- THEVET, André. *Singularidades da França antártica, a que outros chamam de América*. Brasília, DF: Senado Federal, 2018.
- UCHÔA, Dorath Pinto; SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; GARCIA, Caio Del Rio. O sítio cerâmico do Itaguá: um sítio de contacto no litoral do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 2, n. 2, p. 51-60, 1984. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v2i2.43>.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

ARQUEOLOGIA DOS BOTOCUDOS NO ESPÍRITO SANTO*

Henrique Antônio Valadares Costa**, Ximena Suarez Villagran***

RESUMO

Este artigo trata sobre indicativos da presença borum em sambaquis do Espírito Santo. Datações dos séculos XVIII e XIX em sambaquis do município de Linhares sugerem sua inclusão no padrão de assentamento dos Botocudos durante o período colonial. Utilizando dados etno-históricos, identifica-se a ocupação intensa entre os rios São Mateus e Doce por grupos historicamente denominados Botocudos, reconhecidos como indígenas Krenak, falantes da língua borum do tronco macro-jê. O estudo discute as denominações históricas desses povos (Aimoré no século XVI, Botocudo no século XVIII e Krenak do século XX em diante), relaciona os dados linguísticos com as práticas culturais descritas nas crônicas etnohistóricas, e articula todas as informações com dados isotópicos disponíveis na bibliografia e apresenta análises zooarqueológicas inéditas nos sambaquis do norte do Espírito Santo.

Palavras-chave: Caçadores coletores na floresta tropical; Arqueologia macro-jê; Arqueologia no Espírito Santo; Etnohistória dos Botocudos; Zooarqueologia de sambaquis.

* Esta pesquisa recebeu financiamento do CNPq, processo 402947/2016-9, e da FAPESP, processo 2023/08230-7, ambos sob coordenação da Profa. Ximena S. Villagran.

** Doutor em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e Professor convidado pelo Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (PIINDI) da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: henrivaladares@alumni.usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2330-5654>

*** Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. E-mail: villagran@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8630-2015>

ARCHAEOLOGY OF THE BOTOCUDOS IN ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT

This study examines evidence of Borum presence in sambaquis (shellmounds) in the state of Espírito Santo. Radiocarbon dated from the 18th and 19th centuries in association with sambaquis in the municipality of Linhares indicate their integration into the Botocudo settlement patterns during the colonial era. Drawing on ethnohistorical and archaeological data, significant occupation occurred between the São Mateus and Doce rivers by groups that have been referred to as “Botocudos,” now deemed as the Krenak Indigenous people, who speak the Borum language (which belongs to the Macro-Jê linguistic family). This study discusses the historical denominations of these peoples (Aimoré in the 16th century, Botocudo in the 18th century, and Krenak from the 20th century onward), relates linguistic data to the cultural practices in ethnohistorical chronicles, and connects this information to the isotopic data in the literature and unpublished zooarchaeological analyses from sambaquis in northern Espírito Santo.

Keywords: Hunter-gatherers in the tropical forest; Macro-Jê archaeology; Archaeology in Espírito Santo; Ethnohistory of the Botocudos; Sambaqui zooarchaeology.

ARQUEOLOGÍA DE LOS BOTOCUDOS EN ESPÍRITO SANTO

RESUMEN

Este artículo examina indicios de la presencia de borum en los concheros del estado de Espírito Santo (Brasil). Fechados radiocarbónicos de los siglos XVIII y XIX en concheros del municipio de Linhares sugieren su integración en el patrón de asentamiento de los botocudos durante el período colonial. A partir de datos etnohistóricos, se identifica una intensa ocupación entre los ríos São Mateus y Doce por grupos históricamente denominados “botocudos”, actualmente reconocidos como indígenas krenak, hablantes de la lengua borum del tronco macro-jê. Este estudio analiza las denominaciones históricas de estos pueblos (aimoré en el siglo XVI, botocudo en el siglo XVIII y krenak desde el siglo XX en adelante), relaciona los datos lingüísticos con las prácticas culturales descritas en las crónicas etnohistóricas y articula toda esta información con datos isotópicos disponibles en la bibliografía y análisis zooarqueológicos inéditos de los concheros del norte de Espírito Santo.

Palabras clave: Cazadores-recolectores de la selva tropical; Arqueología macro-jê; Arqueología de Espírito Santo; Etnohistoria de los botocudos; Zooarqueología de concheros.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento da tese doutoramento intitulada *A ocupação holocênica no litoral norte do Espírito Santo*, defendida em 2020 na Universidade de São Paulo. Datações dos séculos XVIII e XIX foram reportadas nas camadas superficiais dos sambaquis Suruaca 20 e Lagoa Bonita 17, localizados no município de Linhares, litoral norte do Espírito Santo (Villagran *et al.*, 2018). Pela intensa presença de grupos historicamente denominados Botocudos na região compreendida entre os rios Doce e São Mateus, indicada em diversos relatos etnohistóricos (Neves, 2000; Paraíso, 1998; Saint-Hilaire, 2002; Von Wied, 1942), as datações levantaram a possibilidade de inclusão dos sambaquis dentro do padrão de assentamento dos Botocudos no período colonial (Costa, 2020). Com o cruzamento detalhado das informações etno-históricas e arqueológicas, apresentamos a hipótese de que a ocupação final desses sítios poderia corresponder a uma reocupação borum dos sambaquis em tempos históricos e, portanto, representar o único vestígio arqueológico dos Botocudos no litoral norte do Espírito Santo.

Os Botocudos, denominados de Aimoré no século XVI (Sousa, 2010; Vasconcellos, 1865), têm por seus representantes diretos os indígenas krenak, reconhecidos atualmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo¹ (Carvalho, 2021). Esses indígenas são falantes da língua borum, parte do tronco linguístico macro-jê, definidos também como macro-jês orientais (Bórmida, 1965; Metraux; Ploetz, 1929; Nikulin, 2020; Ribeiro, 2006; Rodrigues, 1999; Seki, 1987). O nome “Botocudo” foi atribuído pelos portugueses do final do século XVIII devido ao uso de adorno circular de madeira, aplicado no lóbulo da orelha e/ou no lábio inferior, denominado de botoque² (Religiões [...], 1841). Neste artigo, atribuímos os etnônimos “Aimoré” para os Borum do século XVI, “Botocudo” para os Borum do século XVIII ao início do XX e “Krenak” para os Borum da segunda metade do século XX até o presente. Os nomes “Borum” e “Botocudo” serão usados indistintamente.

A máxima extensão territorial desses povos foi atingida na primeira metade do século XIX, entre as regiões sul da Bahia, centro-norte do Espírito Santo e nordeste de Minas Gerais. A presença no Espírito Santo foi marcante até o início do século XX, principalmente entre os vales dos rios Doce e São Mateus (Almeida, 1959). A dinâmica socioeconômica era de caçadores coletores especializados em forrageamento na floresta ombrófila densa, modelo autárquico que perdurou até a integração total à sociedade nacional em 1910 (Emmerich; Montserrat, 1975; Estigarribia, 1937; Metraux, 1946; Nimuendajú, 1946; Paraíso, 2009).

A primeira informação de povos borum no Espírito Santo é registrada em 1577, na região do rio Doce (Emmerich; Montserrat, 1975). No entanto, sua consolidação como grupo acontece com o início da catequese pelos jesuítas, registrada pelo padre Jácome Monteiro em 1610, também na foz do rio Doce (Monteiro, 1966).

A presença dos Botocudos para além das margens do rio Doce passa a ser maior na segunda metade do século XVIII. Essa presença foi registrada, na maior parte, em ataques

¹ Os Krenak foram mobilizados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para a terra indígena no município de Resplendor (MG), com área de 4.027,03 hectares e no município de Arco-Íris (SP) com área de 708,93 hectares. Neste caso, essa terra indígena é compartilhada com outros grupos indígenas de etnias diferentes.

² O termo “botoque” provém da semelhança com as tampas de barris ou tonéis que eram fechados como rolhas.

a vilas de indígenas integrados (falantes do tupi) à sociedade colonial ao mesmo tempo que nas fazendas de portugueses e luso-brasileiros. O padre José de Anchieta informa que os ditos Aimoré foram no início “amigáveis” aos portugueses. No entanto, no final do século XVI travaram uma intensa guerra com sucesso nas regiões do sul da Bahia, e foram acusados de terem sido os responsáveis pelo fracasso econômico das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (Anchieta, 1933).

Auguste de Saint-Hilarie informou que a região de Aldeia Velha³ na década de 1770 sofreu um pesado ataque dos Botocudos, obrigando os indígenas locais, sob ordem da administração da capitania, a que se estruturassem em uma reorganização militar defensiva, alterando a ocupação e concentrando mais as habitações (Saint-Hilaire, 2002). O capitão-mor Ignacio de Monjardino, em relatório governamental de 1790 (Neves, 2000), reportou que, na mesma vila denominada Aldeia Velha, as pessoas da localidade estavam “sempre com armas na mão a atalhar alguma hostilidade do gentio bárbaro” (Neves, 2000, p. 133).

Ataques em 1779, próximos a Vila da Vitória, foram reportados em carta à rainha d. Maria I com pedidos da Câmara da Vila de auxílio contra uma provável invasão na sede administrativa da capitania (Vitória, 1779). Regiões próximas à capital continuaram a sofrer uma intensa pressão desses ataques, como no atual município da Serra, em 1811, e em outras partes do Espírito Santo ao longo do século XIX (Bittencourt, 1989; Rubim, 1840).

A documentação etno-histórica apresenta uma forte expansão dos Botocudos entre os rios Doce e São Mateus, entre 1779 e 1818, impondo às autoridades (as locais e a corte metropolitana) uma situação defensiva por meio da formação de novas milícias e da criação de diversos quartéis ao longo da baía de Vitória e das margens do rio Doce até o sul da Bahia (Von Wied, 1942).

O pesquisador Celso Perota informa que a extensa presença dos Botocudos a partir do final do século XVIII deveu-se ao fato de terem sido “forçados pelos grupos mineradores que atuaram nas cabeceiras formadoras do rio Doce” (Perota, 1995, p. 10). O conflito ter-se-ia iniciado no século XVI e durado até a última luta oficial de um grupo botocudo contra as instituições nacionais, acabando com os conflitos militares em 1910⁴ (Nimuendajú, 1946).

Em suma, a presença dos Borum na região entre os rios Doce e São Mateus, que abrange o litoral do município de Linhares, onde se localizam os sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20, começa no final do século XVI e é seguida de uma rápida expansão por todo o centro-norte do Espírito Santo (Figura 1). O processo de hegemonia territorial borum no rio Doce avança na primeira metade do século XVII, quando os avistamentos de outros grupos se tornaram cada vez menores e a presença borum cada vez mais constante (Vasconcellos, 1865). O predomínio dos Botocudos foi estabelecido, segundo documentação oficial, na segunda metade do século XVIII com denúncias de ataques em diversos pontos até a necessidade de militarização de toda a faixa costeira norte e das margens do rio Doce no século XIX (Bittencourt, 1989; Moreira, 2017; Neves, 2000; Vitória, 1779).

³ Atual município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo, ao sul do município de Linhares.

⁴ Os Pojichá foram o último grupo a se manter autárquico ante a sociedade nacional na região atual de Nova Venécia. Porém, a luta das populações indígenas mantém-se até o presente enquanto movimento social. O que se está referindo como findada foi a luta armada contra as instituições governamentais.

Figura 1. Detalhe do mapa de Nimuendaju com a distribuição histórica dos Borum em azul.



Fonte: Nimuendaju, 1981.

Alguns autores, como Renato Pacheco, indicavam na década de 1950 que no Espírito Santo os Borum estavam extintos como grupo étnico, diluídos na população como trabalhadores rurais (Pacheco, 1957). No entanto, existe atualmente uma luta de reconhecimento de comunidades indígenas autodeterminadas como Botocudos no Espírito Santo que buscam reverter o projeto político de invisibilização sofrido ao longo da história (Costa; Faccio, 2013, 2016). A comunidade de Areal por exemplo, no rio Doce, está nesse processo de luta buscando seu reconhecimento na Fundação Nacional do Índio (Funai) (Ferreira, 2017).

A PESQUISA CIENTÍFICA DOS BOTOCUDOS NO SÉCULO XIX

Devido ao sucesso em manter seu modo de vida cultural afastado da sociedade ocidental, os Borum atraíram grande interesse de naturalistas a partir do início do século XIX, por serem considerados um dos representantes mais “primitivos” da histórica humana (Gould, 1991; Schwarcz, 1993). A relevância no cenário acadêmico foi tão importante que os Botocudos foram incluídos dentre os primeiros nativos americanos a serem registrados em fotografias em 1844⁵. As mais modernas tecnologias e ciências da época inclinavam seu interesse aos ditos mais “atrasados” povos do mundo (Morel, 2001).

⁵ Juntamente com os Inuítes, os Botocudos foram os primeiros indígenas do mundo a serem fotografados.

Os primeiros apontamentos científicos foram produzidos pela cooperação dos naturalistas germânicos Maximiliano de von Wied e o antropólogo físico Joseph Blumenboth. Após retornar com crânios botocudos de sua viagem ao Brasil, entregues por Von Wied a Blumenboth, este estabeleceu os primeiros registros antropométricos de indivíduos borum (Blumenbach, 1828). O interesse sobre a craniometria como indicador de atavismos foi revisitado por outros naturalistas, como o geólogo Charles F. Hartt, que compara os estudos de Blumenboth e do pesquisador estadunidense Samuel G. Morton (Hartt, 1941b; Morton, 1839). Os resultados dessas pesquisas tiveram importância maior no Brasil a partir da década de 1870, quando o interesse pelas populações ameríndias foi assumido pelas ciências biológicas e pelas teorias raciais de darwinismo social (Schwarcz, 1993).

Deslocados do antigo aldeamento de Mutum, indígenas botocudos do Espírito Santo foram enviados à capital imperial para a feira antropológica de 1882 (Morais Filho, 1882). A apresentação dos indígenas no evento foi duramente criticada pelo próprio José do Patrocínio, que denunciou a forma desumana com a qual foram tratados (Athayde, 1935). Foi nessa fase que o Brasil inaugurou os primeiros estudos regionais de craniometria em Botocudos, feitos por Lacerda Filho e José. Rodrigues Peixoto (Lacerda Filho; Peixoto, 1876; Peixoto, 1885). Foi também no século XIX que se iniciaram os estudos linguísticos de Carl. F. P. von Martius, com o estabelecimento das categorias modernas de macro-jê substituindo os Tapuia do período colonial (Bórmida, 1965).

O PROBLEMA DAS ORIGENS DOS BOTOCUDOS

A primeira reflexão sobre a origem dos Borum data do século XVI, com o cronista Gabriel Soares de Sousa, quando atribuiu uma razão histórica à diferença étnica e comportamental dos Aimorés:

Descendem esses Aimores de outros gentios a que chamam Tapuyas, dos quais no tempo atrás se ausentaram certos casais, e foram-se para umas serras mui ásperas, fugindo de um desbarate, em que os puseram seus contrários, onde residiram muitos anos sem verem outra gente; e os que destes descenderam, vieram a perder a linguagem e fizeram outra nova que se não entende de nenhuma outra nação do gentio do Estado do Brasil (Sousa, 2010, p. 74).

O “desbarate” tratado por Soares de Sousa é sugerido por Anchieta quando relata que as localidades, antes de terem as toponímias tupi, eram ainda reconhecidas por palavras tapuia (Anchieta, 1933, p. 302):

Destes Tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam; mas foram se recolhendo para os matos e muitos deles moram entre os índios da costa e do sertão.

Certamente a pressão dos grupos tupi, em franca expansão pela costa, teria causado grande impacto entre os chamados “Tapuias” no período pré-colonial (Brochado, 1989; Corrêa, 2014; Noelli, 2008).

Posteriormente, no final do século XIX, a antropologia física propõe uma origem histórica para os Botocudos, com profundidade cronológica de poucos séculos após a chegada europeia em 1500. Se inicialmente João Lacerda Filho e José Rodrigues Peixoto

colocaram aos Botocudos entre as “raças” estudadas que mais se aproximariam aos primeiros americanos (Lacerda Filho; Peixoto, 1876), em um segundo momento e com o aprofundamento dos estudos craniométricos, José Rodrigues Peixoto levantou a hipótese de serem resultado do cruzamento entre os “homens do sambaqui” e os “homens de Lagoa Santa” (Peixoto, 1885).

Esse debate é retomado no campo da antropologia física, utilizando agora parâmetros mais atualizados de medição. Uma similaridade craniométrica foi identificada entre os Botocudos e os paleoíndios da região de Lagoa Santa e da Colômbia, como no estudo de Lacerda e Peixoto de 1876. No entanto, a presença de traços comuns aos sambaquieiros proposta por Peixoto em 1885 não é mais levantada. A retenção de características morfológicas foi explicada pela baixa interação genética, principalmente com os Tupi, apesar de habitarem a mesma região por centenas de anos (Strauss *et al.*, 2015).

No campo da etnohistória, desde os anos 1990 não houve propostas sobre as origens históricas dos povos falantes de macro-jê no litoral norte do Espírito Santo. A única exceção é a obra de Maria Hilda B. Paraíso, que propõe que os grupos macro-jê, excetuando os Borum das regiões do sul da Bahia, do nordeste mineiro e do norte do Espírito Santo, poderiam ser subgrupos de uma mesma matriz cultural, instigando a discussão para linguistas e arqueólogos/as (Paraíso, 1994).

Na linguística histórica o tema borum é amplamente discutido por diversos autores (Emmerich; Montserrat, 1975; Martins *et al.*, 2016; Nikulin; Silva, 2020; Ribeiro, 2006; Rodrigues, 2015; Seki, 1987; Urban, 1998). Para os Borum, a linguística propõe, por meio da reconstrução fonológica e morfológica, uma origem comum às famílias linguísticas krenak (Borum) e as maxacali (maxacali, pataxó hãhãhã, pataxó, malali e provavelmente koropó) (Nikulin; Silva, 2020). Essa informação se acresce à preposição de Maria Hilda B. Paraíso (1994) sobre as populações borum. Em suma, haveria uma origem comum para os falantes das línguas borum, maxacali e pataxó.

Estudos genéticos realizados em 22 indivíduos botocudos do século XIX, provenientes dos estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo e armazenados no Museu Nacional (RJ), trouxeram novas informações sobre suas origens e sua relação com outras populações sul-americanas. Além disso, análises de isótopos de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ nos esqueletos ofereceram dados sobre a subsistência dos Botocudos desse período. A comparação com bases de dados genéticos indicou a ancestralidade comum com outros grupos falantes de línguas do tronco macro-jê, especificamente, com os Xavante (família jê). No entanto, essa afinidade não seria conclusiva, e haveria a necessidade de mais dados genéticos para um entendimento acurado da relação dos Botocudos com as demais populações indígenas brasileiras (Cruz Dávalos *et al.*, 2022). Os dados genéticos apresentam importantes elementos para discutir as origens dos povos falantes de macro-jê, que, articulados com a linguística histórica e a arqueologia, indicam uma origem comum com o tronco tupi, com posterior dispersão entre o Centro-Oeste e o Sudeste do Brasil (Nikulin, 2020; Soares, 2013).

A análise de isótopos estáveis revelou uma alimentação rica em proteína animal para os Botocudos do século XIX analisados por Cruz Dávalos *et al.* (2022), com valores de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ menores do que o reportado para um indivíduo sepultado em um sambaqui costeiro de Santa Catarina analisado no mesmo estudo. Os dados de $\delta^{13}\text{C}$ mostraram consumo de plantas C3 similar ao encontrado entre sambaquieiros fluviais do litoral sul de São Paulo e entre as populações do Holoceno inicial de Lagoa Santa, ambos não agricultores. Apesar de não serem mencionados explicitamente no trabalho, os valores de $\delta^{15}\text{N}$ para os Botocudos analisados são muito superiores aos reportados para os caçadores-coletores de Lagoa Santa e semelhantes, e levemente superiores aos valores

encontrados nos sambaquis fluviais de São Paulo, mas sem alcançar os valores típicos de sambaquis costeiros (Cruz Dávalos *et al.*, 2022). Isso indica que a proteína animal entre os Botocudos analisados não é equivalente à dos caçadores-coletores interioranos (como Lagoa Santa) e se vincularia com as fontes consumidas pelos ocupantes dos sambaquis fluviais de São Paulo, habitantes da Mata Atlântica. Essa proteína, além de representar o consumo de mamíferos terrestres da Mata Atlântica, poderia também incluir uma origem aquática, associada à pesca em rios (Cardoso *et al.*, 2024; Colonese *et al.*, 2014, 2020; Pezo-Lanfranco, 2018). No entanto, um detalhamento maior do aporte calórico de diferentes grupos de alimentos na dieta dos Botocudos analisados por Cruz Dávalos *et al.* (2002), com uso de modelos bayesianos, seria necessário para corroborar essa hipótese. Infelizmente, o trabalho nunca foi avaliado por pares, e se encontra em um repositório onde não foram disponibilizados os dados brutos.

APONTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS E ETNOGRÁFICOS SOBRE OS BOTOCUDOS

Ao nos debruçarmos sobre a literatura referente aos Botocudos, existe uma grande disparidade de informações quando se compara a abundância de fontes etnográficas com as informações arqueológicas. Ao longo de sessenta anos de pesquisa arqueológica entre os estados da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais, nenhum sítio arqueológico foi vinculado aos falantes da língua borum (Costa, 2014; Erler, 2022; Hissa, 2022; Hissa; Isnardis, 2022; Perota, 1995; Tafoni, 2008).

Somente a análise etnoarqueológica feita por Baeta e Mattos (1994) permitiu a incorporação de sítios arqueológicos de pintura rupestre à paisagem cultural dos Krenak. A apropriação de sítios arqueológicos produzidos por grupos pretéritos no território indígena, dentro do universo cosmogônico borum, tem grande relevância na percepção do próprio território krenak. Todavia, não há indicação de sítios do período colonial entre os séculos XVI ao XIX (Baeta; Mattos, 1994, 2007).

Em grau mais avançado encontram-se os estudos sobre os grupos jê meridionais, ou jê do sul, distribuídos entre as regiões do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses estados foram correlacionadas as populações históricas, em específico os Xokleng, com os dados arqueológicos da tradição cerâmica itararé-taquara. No entanto, não foram reportadas ainda datações radiocarbônicas ou de termoluminescência em cerâmicas que datem do período histórico de ocupação xokleng (Claudino, 2011; Farias, 2005; Lavina, 1994; Machado, 2017; Namem, 1994; Noelli, 1999, 2000).

Sobre a dificuldade de localizar, e inclusive de datar, sítios arqueológicos associados aos Botocudos, é necessário destacar a natureza dos materiais utilizados na confecção de artefatos e de outros objetos utilitários. Os Botocudos podem ser considerados grupos da floresta tropical, habitantes da Mata Atlântica, e sua cultura material, de acordo com as fontes, era majoritariamente feita a partir de vegetais (Ihering, 1911) (Figuras 2 e 3). A combinação entre um ambiente de ocupação em áreas tropicais, com solos ácidos e alta pluviosidade, e cultura material, principalmente vegetal, representa uma grande limitação para a conservação do registro arqueológico desses povos. Essa combinação de fatores poderia estar por trás da invisibilidade arqueológica borum. Na cultura material dos Botocudos também tem se mencionado a incorporação de instrumentos de ferro, utilizados como lâmina de corte, lascas e percutores líticos, além do uso de cerâmicas que, mesmo sendo de baixa incidência, foram encontradas por cronistas dentro das habitações (Hartt, 1941a; Rugendas, 1999; Saint-Hilaire, 1975). Porém, nenhum achado desse tipo foi recuperado em contexto arqueológico.

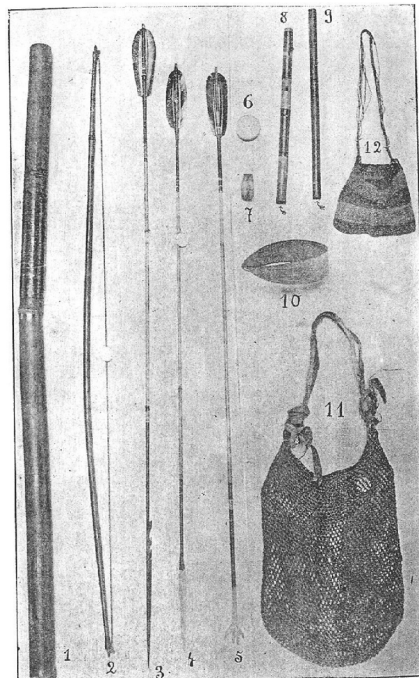
Figura 2. Desenho elaborado por Maximiliano de von Wied-Neuwied com representação de utensílios do cotidiano botocudo do início do século XIX.



Legenda: 1) rabo de tatu "buzina"; 2) fava de fogo; 3) bolsa; 4) estojo peniano; 5) colar; 6) faca de metal; 7) osso trabalhado para comer carne; 8) taquara-açu para armazenar água.

Fonte: Von Wied (1942).

Figura 3. Foto de Walter Garber, utensílios coletados em missão do Museu Paulista (1906-1909).



Legenda: 1) Peça de bambu grosso, em que os Botocudos transportam a água potável quando estão em viagem; 2) arco de um cacique; 3) flecha de caça; 4) flecha de guerra; 5) flecha para atordoar animais; 6) e 7) botoques; 8) flauta dos Minhagiruns; 9) flauta dos Botocudos do Manhuaçu; 10) coroa do cacique; 11) e 12) sacolas para a caça.

Fonte: Hering (1911).

No registro etnográfico sobre os Botocudos menciona-se uma baixíssima incidência da prática da agricultura. O acesso a produtos cultivados ocorria por meio do ataque a plantações alheias, como extensão da coleta, como cita o príncipe Maximiliano de von Wied:

Os “tapuias”, além disso são muito prejudiciais a todas as plantações dos europeus; pois, toda a vez que lhe é possível, roubam tanto o milho denominado “jadnirum” na língua dos botocudos, como a mandioca e outros gêneros semelhantes. Apreciam ainda a abobora, a batata, a banana, o mamão (*Carica*) e outros frutos da plantação (Von Wied, 1942, p. 292).

É interessante que cronistas do século XIX registram a precaução de outros grupos vizinhos, como os Kamacan, de estabelecer estratégias para evitar o furto de suas plantações, segundo o relato de J. B. Douviulle (Bentivoglio; Costa, 2024, p. 81): “Penetramos em floresta espessas e não distinguimos nenhuma trilha. Eles sempre evitam criar trilhas que poderiam servir de guia para outras pessoas virem roubar os frutos de seu trabalho”. O sistema de forrageamento dos Botocudos para os frutos da floresta é estendido para as plantações de outras etnias e configurou-se imprescindível dentro de seu padrão de subsistência. Essas informações correspondem, indiretamente, aos dados isotópicos obtidos por Cruz Dávalos *et al.* (2022), que identificaram o alto consumo de plantas C3 entre os Botocudos do século XIX, semelhante a grupos forrageadores da Mata Atlântica, como os sambaquieiros fluviais de São Paulo. Assim, os valores reportados para os Botocudos poderiam corresponder à coleta de frutos da Mata Atlântica, com ocasional consumo de cultivados furtados. No entanto, como mencionado antes, os dados brutos da análise isotópica não se encontram disponíveis, o que impede a tentativa de avaliar o aporte de diferentes fontes alimentares.

O furto sistemático de produtos agrícolas contribuía para a penetração em territórios hostis. Como cita o príncipe Maximiliano de von Wied, em um dos poucos relatos sobre a atividade agrícola borum: “Para cima de Belmonte, no território de Minas Novas, há outro lugar que os ‘Botocudos’ fizeram plantações; mas daí também se retiraram novamente para as florestas, tendo os Machacaris fundado no lugar uma aldeia ou grande ‘rancharia” (Von Wied, 1942, p. 242). Esses assentamentos de menor permanência indicam locais selecionados para o estabelecimento de aldeias menores e periféricas, que eram frequentemente reocupadas por outras etnias, como cita Von Wied.

Quando os relatos tratam da pesca, esta era praticada com o uso de arco-e-flecha e, em menor frequência, com anzóis adquiridos dos portugueses:

Para pegar peixes, como já disse, fabricam com a madeira do “coco do palmito”, que no Belmonte chamam “issara”, um pequeno arco de 3 a 3½ pés de comprimento e uma flecha de tamanho proporcional, sem penas e de ponta lisa, sem farpas. Costumam despejar antes, nos lugares em que a água é rasa, raízes esmagadas de certas arvores, afim de atrair ou entorpecer o peixe. Raramente lhes escapa à flechada o peixe que está dentro d’água; cheguei a vê-los pescar até com flechas compridas de caça. As crianças é que principalmente pescam com arco e flecha. Apreciam extraordinariamente os anzóis, que apreenderam a usar com os portugueses, não havendo para eles presente mais agradável (Von Wied, 1942, p. 291).

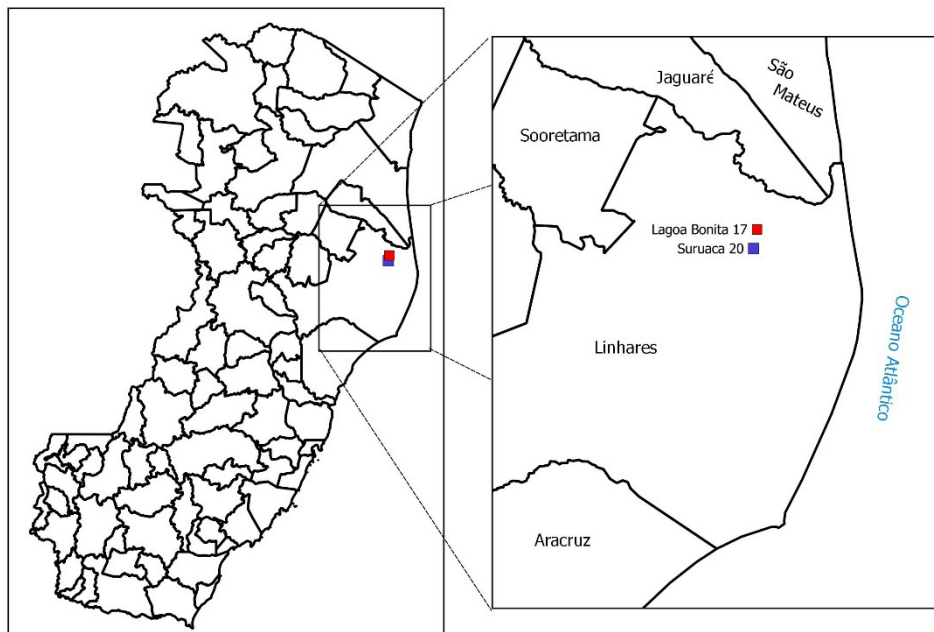
A dinâmica de circulação entre ocupação-retirada-retorno proporcionava aos Borum maior capacidade de ataques a outros grupos. Ao que tudo indica, a noção de “lugar” para os Borum seguia para um centro com aldeia grande e outras zonas de amortecimento que estabeleciam, além da captação de recursos, uma pressão preventiva sobre outros grupos indígenas e sobre a sociedade nacional (Von Wied, 1942).

Os registros de ataques botocudos se tornam intensos a partir da segunda metade do século XVIII. A pressão preventiva motivada pelo histórico de violência aumenta consideravelmente com a presença europeia, que, em sucessivas invasões aos territórios de diversos povos, obriga à intensificação de conflitos interétnicos indígenas. O registro da captura de indígenas para trabalho escravo, principalmente crianças e mulheres, foi comum. Muitas expedições de guerra contra fazendeiros se deviam ao resgate de crianças, conhecidas por “curukas” transformadas em escravas (Coelho, 2009; Medeiros, 1983).

BOTOCUDOS EM SAMBAQUIS DO ESPÍRITO SANTO

O que o registro arqueológico do Espírito Santo mostra sobre os Botocudos? E por que haveria registro de Botocudos em sambaquis? As datações obtidas nos sambaquis Lagoa Bonita 17 (LB17) e Suruaca 20 (SUR20) levantaram essa questão (Figura 4).

Figura 4. Localização dos sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20 no Município de Linhares, litoral norte do Espírito Santo.



Fonte: Costa (2020).

Esses sambaquis representam as evidências mais antigas documentadas até o momento de ocupação humana no litoral do Espírito Santo, com idades de até c. 6.800 anos AP (SUR20: 6987-6795 cal AP; LB17: 6410-6029 cal AP) e uma potencial ocupação contínua até c. 3.700 cal AP (Villagran *et al.*, 2018). Duas escavações foram abertas em cada sítio durante as pesquisas iniciadas em 2015, uma no centro (Escavação 1) e outra na periferia (Escavação 2) para capturar a diversidade composicional intrassítio. Informações detalhadas sobre localização, composição, estratigrafia e datação completa dos sítios

encontra-se em Villagran *et al.* (2018). No início da ocupação, a mata de tabuleiros, manguezais e restingas caracterizavam o ambiente em volta dos sítios. Com o progressivo declínio do nível relativo do mar após c. 5.500 anos AP, os manguezais se deslocaram seguindo a linha de costa e o ambiente foi dominado por pântanos (França *et al.*, 2015; Lorente *et al.*, 2015).

Nos sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20, que foram inicialmente ocupados há 6800-6200 anos atrás, foram reportadas datações em carvão que sugerem uma reocupação dos sítios nos séculos XVIII e XIX (Tabela 1). Em ambos os sítios as datas mais recentes provêm das fácies 2. No Lagoa Bonita 17 a fácies 2 representa a camada por debaixo da camada superficial do sítio (fácies 1). Nesse sambaqui, o carvão datado foi coletado em planta na Escavação 2 nos primeiros dez a quinze centímetros de profundidade. No Suruaca 20 o carvão datado dos séculos XVIII e XIX foi coletado de uma fogueira bem preservada localizada entre dez e quinze centímetros de profundidade dentro da fácies 3 na Escavação 1, identificada como fácies 2 (Figura 5). Assim, na Escavação 1 do Suruaca 20 a fácies 2 corresponde unicamente aos carvões inteiros associados à fogueira, mas os sedimentos que representam a ocupação do sítio correspondem à fácies 3.

Tabela 1. Datações de ^{14}C em sambaquis do Espírito Santo que indicam possível ocupação por grupos botocudos.

Sítio	Idade ^{14}C (anos AP)	Idade Calibrada (anos AD, 95,4%)	Distribuição de probabilidade	Código	FONTE
Lagoa Bonita 17	174±90	1521-moderna	68.3% probability 1658AD (12.5%) 1699AD 1722AD (28.6%) 1814AD 1834AD (14.7%) 1888AD 1908AD (12.5%) ... 95.4% probability 1520AD (6.1%) 1586AD 1622AD (89.3%) ...	LACUFF16004	Villagra <i>et al.</i> (2018)
Suruaca 20	118±21	1683-1930	68.3% probability 1693AD (10.3%) 1710AD 1718AD (4.8%) 1726AD 1810AD (6.7%) 1822AD 1832AD (38.5%) 1893AD 1905AD (8.0%) 1918AD 95.4% probability 1683AD (25.0%) 1735AD 1802AD (70.5%) 1930AD	LACUFF160266	Villagran <i>et al.</i> (2018)
ES-VI-40	140±65	1664-moderna	68.3% probability 1676AD (11.7%) 1708AD 1718AD (8.8%) 1743AD 1750AD (5.1%) 1764AD 1799AD (7.5%) 1820AD 1832AD (22.3%) 1892AD 1906AD (13.0%) 1942AD 95.4% probability 1664AD (40.7%) 1786AD 1792AD (54.8%) ...	SI-1185	Celso Perota, comunicação pessoal, 25 de junho 2024

Nota: As idades convencionais foram calibradas com software OxCal usando a curva SHCal20.

Fonte: Costa (2020).

Figura 5. Vista geral da fogueira dos séculos XVIII e XIX identificada na Escavação 1 do sambaqui Suruaca 20.



Fonte: Villagrán (2016).

O escasso recuo temporal dessas idades, localizadas a poucos centímetros de distância de idades de mais de 3 mil anos, levantou a hipótese de se tratar de reocupações dos sítios por grupos etnohistóricos da região, que, de acordo com os relatos apresentados antes, poderiam corresponder aos Botocudos. Nos séculos XVIII e XIX, houve uma intensa ocupação dos grupos borum no litoral norte do Espírito Santo, sem indicativos de presença de outras etnias (Nimuendajú, 1981). Sobre possíveis incursões luso-brasileiras nessa mesma faixa, que poderiam corresponder às reocupações dos sambaquis, os dados indicam que a penetração entre os rios Doce e São Mateus somente aconteceu na segunda metade do século XX, após a consolidação da ferrovia Vitória-Minas, quando há declínio da estabilidade territorial borum (Almeida, 1959), portanto fora do intervalo reportado para as idades mais recentes dos sambaquis de Linhares.

Além dos dois sambaquis mencionados antes, informações obtidas pelo arqueólogo Celso Perota na época do Pronapa reportam a datação de um carvão recuperado a 1,2 metro de profundidade em um sambaqui a norte da baía de Vitória (sítio ES-VI-40), com idade que também remete aos séculos XVIII e XIX. Essa poderia ser outra possível evidência de reocupações dos sambaquis do Espírito Santo em tempos recentes (Tabela 1).

Como citado anteriormente, o primeiro indicativo da possibilidade de que as datações recentes em sambaquis representam ocupações de Botocudos foi a sobreposição com a cartografia étnica que, entre o início do século XVII e o final do século XIX, mostra constante presença de falantes da língua borum no território investigado (Figura 1). Igualmente, relatos de jesuítas em 1610 indicam o domínio dos Borum no rio Doce (Monteiro, 1966), oferecendo mais indicativos históricos para a correlação das datações recentes nos sambaquis com esses povos.

Tanto no sambaqui Lagoa Bonita 17 quanto no Suruaca 20 não se encontraram elementos da cultura material, tais como artefatos líticos ou cerâmicos, que permitissem refinar a identificação étnica proposta unicamente com base nas datações ¹⁴C. O único material arqueológico que oferece informação sobre o modo de vida associado às ocupações recentes

desses sambaquis são os vestígios faunísticos, analisados por Costa (2020). Em ambos os sítios se observa um aumento na representação de mamíferos, aves e répteis nas camadas superficiais, assim como uma drástica redução da frequência de invertebrados em relação às ocupações de 6.000 a 3.000 anos AP. No entanto, ao longo de todos os momentos de ocupação dos sítios, da base até o topo, há sempre predomínio dos peixes. As espécies faunísticas identificadas no sítio Suruaca 20 são todas do bioma da Mata Atlântica, com abrangência entre a floresta ombrófila densa, bosques de manguezais e sistema estuarino. Com exceção do sargo-de-dente (*Archosargus probatocephalus*), todos os peixes da família de bagres (Ariidae), carapebas (*Diapterus rhombeus*) e linguado (*Achirus lineatus*) são do tipo diádromo⁶, podendo ocorrer tanto em zonas fluviais como em salinas. A relevância do consumo faunístico é mais bem investigada com a estimação de biomassa nas categoriais faunísticas identificadas. Como pode ser observado no Quadro 1, o consumo de peixes nas duas fácies superficiais do sambaqui Suruaca 20 foi de 5.760 quilos, seguido de mamíferos, com 0,492 quilos. Aves e invertebrados têm baixíssima representação no consumo de biomassa, com 0,035, 0,002 e 0,140 quilos para aves, ostras e caranguejos, respectivamente (Quadro 2).

O padrão de distribuição da fauna nas fácies superficiais (fácies 1 e 2 – Escavação 2) do sambaqui Lagoa Bonita 17 é similar ao identificado nas fácies 1 e 3 de Suruaca 20 (Escavação 1). Nessas fácies se encontrou pelo menos um exemplar de bagre tipo ariídeo (Quadro 1). Esse peixe é predominante no ambiente costeiro, mas, por ser um peixe diádromo, ocorre também em áreas fluviais. Também se recuperou pelo menos um espécime de cação, espécie predominante na faixa marinha, mas que, em fase juvenil, é comumente encontrado em estuários. A conversão em consumo por biomassa dos peixes consumidos nas fácies 1 e 2 indicou um total de 1,168 quilo, seguido pelos mamíferos, com 0,066 quilo. Os invertebrados apresentaram ostras com 0,011 quilo, caranguejo com 0,020 quilo e amêijoas com 0,003 quilo, todos de ambiente estuarino (Quadro 3).

Quadro 1. Distribuição da fauna identificada e seu Número Mínimo de Indivíduos (NMI) nas fácies 1 e 3 do sítio Suruaca 20 (SUR20) e nas fácies 1 e 2 do Lagoa Bonita 17 (LB17).

Fauna identificada nos sambaquis SUR20 e LB17			
SUR20 – fácies 1 e 3		LB17 – fácies 1 e 2	
Nome	NMI	Nome	NMI
Bagres (Aiiiridae)	9	Ariidae (bagres)	1
Bagre amarelo (<i>Catharops spixii</i>)	1	“cação” <i>Odontaspis taurus</i>	1
Bagre caçari (<i>Genidens genidens</i>)	1	Roedores	2
Scianídeos	14	Dasypodidae (tatus)	1
Sargo-de-dente (<i>Archosargus probatocephalus</i>)	1	Lagarto teiú (<i>Tupinambas teguixim</i>)	1
Robalo (<i>Centropomus ensiferus</i>)	1	Caranguejo uça (<i>Ucides cordata</i>)	15
Linguados (<i>Achirus lineatus</i>)	3	Ostras (<i>Crassostrea brasiliana</i>)	2
Carapeba (<i>Diapterus rhombeus</i>)	1		

continua...

⁶ Espécies de peixes que migram entre o mar e os rios.

Quadro 1. Continuação

Fauna identificada nos sambaquis SUR20 e LB17			
SUR20 – fácies 1 e 3		LB17 – fácies 1 e 2	
Nome	NMI	Nome	NMI
Caranguejo uça (<i>Ucides cordata</i>)	45		
Goiamum (<i>Cardisoma guanhumi</i>)	1		
Siri (<i>Callinectes sp</i>)	1		
Aratu (<i>Ocypode quadrata</i>)	1		
Cracas marinhas (<i>Amphitrite sp</i>)	6		
Ostra (<i>Crassostrea brasiliana</i>)	3		
Lambreta (<i>Phacoides pectinata</i>)			
<i>Auris bilabilata</i>	13		
<i>Obeliscus obeliscos</i>	6		
<i>Megalobulimus sp</i>	6		
<i>Rectartemon depressus</i>	2		
<i>Bradybaena similares</i>	1		
Paca (<i>Agouti paca</i>),	1		
Cutia (<i>Dasiprota sp</i>)	1		
Preás (<i>Cavia sp</i>)	7		
Um gambá saruê (<i>D. marcupialis</i>)	1		
Macacos sagui (<i>Callitrix sp</i>)	2		

Fonte: Costa (2020).

Quadro 2. Distribuição de biomassa entre as fácies 1 (F1) e 3 (F3) da Escavação 1 do sítio Suruaca 20. O carvão datado dos séculos XVIII-XIX foi encontrado na fogueira intacta (fácies 2) recuperada da fácies 3.

Fácies	Categoria de fauna	Biomassa (kg)
F1	Peixe	3,880
	Caranguejo	0,072
	Ostra	0,002
	Mamífero	0,443
	Ave	0,035
F3	Peixe	1,880
	Caranguejo	0,038
	Ostra	0,002
	Mamífero	0,049
Total		6,401

Fonte: Costa (2020).

Quadro 3. Distribuição de biomassa entre as fácies 1 (F1) e 2 (F2) da Escavação 2 do Lagoa Bonita 17. O carvão datado dos séculos XVIII-XIX foi encontrado em planta na fácies 2.

Fácies	Categoria de fauna	Biomassa (kg)
F1	Peixe	0,528
	Caranguejo	0,014
	Ostra	0,009
	Ameijoia	0,003
	Mamífero	0,050
F2	Peixe	0,640
	Caranguejo	0,006
	Ostra	0,004
	Mamífero	0,016
Total		1,270 kg

Fonte: Costa (2020).

Como citado antes, diversas fontes etno-históricas relatam a pesca entre as atividades de subsistência dos Botocudos (Hartt, 1941a; Saint-Hilaire, 2002; Von Wied, 1942). Porém, a pesca estaria restrita a lagos e rios, sem relatos de pesca na costa, apesar da presença regular dos Borum no litoral que começa a ser repelida no século XIX com o estabelecimento de fortificações (Marinato, 2007; Paraíso, 1990, 1998, 2009). O predomínio de peixes diádromos nos sítios, ou seja, peixes com circulação em áreas marinhas, estuários e rios, indica que a pesca durante os episódios recentes de ocupação dos sambaquis não estaria restrita à costa, mas incluiria lagunas, rios e lagos, conforme indicam as crônicas borum. Em termos de valor nutricional, há pouca diferença⁷ entre os peixes diádromos e os estritamente dulcícolas (Sousa; Almeida, 2018). Assim, apesar dos ambientes salinos apresentarem uma diversidade de espécies muito maior que os de água doce (Langeani *et al.*, 2008), o retorno calórico e nutricional seria o mesmo.

CONCLUSÃO

A premissa deste trabalho é discutir a associação das ocupações mais recentes de dois sambaquis no norte do Espírito Santo com a presença de Botocudos na região, conforme demonstrado em diversos relatos e crônicas etno-históricas. Esta análise, embora limitada a dois sítios, mostra que as camadas superficiais dos sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20, com cronologia que remonta aos séculos XVIII-XIX, apresentam composição faunística similar, sugerindo que os ocupantes dos dois locais tinham dietas semelhantes. Isso poderia ser extrapolado, pela datação de ¹⁴C, ao sambaqui ES-VI-40, localizado na faixa norte da baía de Vitória. No entanto, análises zooarqueológicas são necessárias para corroborar essa interpretação. Até o momento, além das datações de ¹⁴C, a fauna recuperada nos sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20 poderia ser a única evidência arqueológica da presença de Botocudos no litoral norte do Espírito Santo.

Ao comparar o resultado das análises faunísticas aqui apresentadas com os resultados das análises de isótopos estáveis de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ em Botocudos do século XIX

⁷ Peixes de salinidade apresentam maior presença de ômega 3, que tem baixa concentração em peixes dulcícolas.

(Cruz Davalos *et al.*, 2022), nota-se uma correlação interessante. Os dados isotópicos para Botocudos do século XIX indicam dieta pobre em recursos marinhos (Cruz Dávalos *et al.*, 2022) quando comparados com dados obtidos em sambaquis costeiros. Porém, os dados indicam uma dieta rica em animais terrestres e, potencialmente, aquáticos, como discutido antes, com valores isotópicos semelhantes aos reportados para os sambaquieiros fluviais do estado de São Paulo, habitantes também da Mata Atlântica. A análise zooarqueológica nos sítios Suruaca 20 e Lagoa Bonita 17 indica uma clara preferência pela pesca nas ocupações dos séculos XVIII e XIX. Os peixes consumidos em ambos os sambaquis eram preferencialmente do tipo diádromo. Isso indica que houve preferência pela exploração dos rios, lagos e lagunas próximos aos sítios, sem pesca de espécies marinhas, conforme indicado nas fontes etno-históricas (Hartt, 1941a; Saint-Hilaire, 2002; Von Wied, 1942). A análise zooarqueológica também vai ao encontro dos relatos etno-históricos, que indicam a pesca em rios e lagos dentre as atividades específicas dos Borum. Por exemplo, a descrição de Charles F. Hartt apresenta aspectos semelhantes sobre a pesca descrita por Wied no início do XIX: “Atiram nos peixes geralmente pequenas flechas, que usam com grande habilidade. Algumas vezes, empregam uma raiz venenosa, que, colocada na água de uma lagôa, mata o peixe” (Hartt, 1941a, p. 637-638). Todavia, a pesca teve uma relevância permanente entre os Borum, enquanto se mantiveram como sociedades autárquicas em oposição à sociedade nacional.

Ao comparar os dados isotópicos com os relatos sobre os Borum, observa-se outra correlação. Os dados isotópicos reportam consumo de plantas C3, com valores semelhantes aos dos caçadores-coletores de Lagoa Santa e dos sambaquieiros fluviais que nunca praticaram a agricultura. No início do século XX, Hugo Wernicke, em visita a colônias de origem alemã, observa nas populações indígenas dos Botocudos do rio Doce que “em parte encontram-se num estágio cultural bastante elementar, pois não desenvolvem atividades agrícolas e vivem apenas da caça, da pesca e da coleta de frutas agrestes” (Wernicke, 2013, p. 150). Não é possível afirmar se a ausência total de atividade agrícola descrita por Wernicke deveu-se ao pouco contato ou se sua ideia de agricultura era a das propriedades rurais da Europa e da América capitalista. No entanto, outras fontes etno-históricas do século XIX mencionam a ausência de agricultura e prática de furto de plantações alheias.

Como articular então os dados arqueológicos e isotópicos com a informação etno-histórica sobre os Botocudos? O relato etno-histórico e os dados isotópicos corroboram o consumo de plantas C3 sem prática de agricultura. Igualmente, a caça é predominante no registro etno-histórico e corroborada no estudo isotópico, mas seu aporte no registro arqueológico foi secundário. Os dados etno-históricos, por sua vez, apontam para uma certa relevância da pesca entre os Botocudos, mas não a descrevem como sendo a base do sistema de subsistência, e sim como indicado no registro arqueológico dos sambaquis analisados.

Nesse sentido, cabe destacar que os valores de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ para os Botocudos do século XIX se sobrepõem aqueles reportados para habitantes da Mata Atlântica arqueologicamente conhecidos: os sambaquieiros fluviais de São Paulo. Estudos zooarqueológicos nos sambaquis fluviais paulistas indicam uma subsistência com aporte variável de caça de mamíferos, anfíbios e pesca em água doce (Figuti; Plens 2014; Plens 2010; Tognoli 2016). Isso pode servir de evidência indireta para repensar o aporte da pesca entre os Botocudos do século XIX analisados por Cruz Dávalos *et al.* (2022) e, em última instância, sugerir que as evidências de pesca nos sambaquis analisados podem ser relacionadas a ocupações Borum.

Em vista das colocações anteriores, três hipóteses podem ser levantadas: 1) os sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20 correspondem a locais de atividade específica para pesca, não representando a totalidade da atividade econômica dos Botocudos, e sim somente uma parte do sistema de captação de recursos durante a ocupação do litoral norte do Espírito Santo; 2) os sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20 representam a supervivência mais tardia das sociedades costeiras, que ocuparam a região há mais de 6 mil anos, após uma mistura populacional com grupos vindos do interior, como os falantes de línguas Borum; ou 3) esses sambaquis não representam reocupações por povos borum, mas por outros povos não identificados pelo registro etno-histórico local.

Das três hipóteses apresentadas, a terceira carece de sustentação etno-histórica e pode ser considerada como falsa. A segunda hipótese, apesar de interessante por assumir que teria havido uma permanência tardia de povos sambaquieiros no período colonial, somente poderá ser verificada com dados genéticos que demonstrem a mistura populacional nas ocupações em sambaquis dos séculos XVIII e XIX. No entanto, até o momento, nenhum sepultamento humano foi recuperado dos sítios Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20. Assim, a primeira hipótese parece ser a mais parcimoniosa, ao combinar os resultados da análise zooarqueológica com a cronologia dos sítios, os dados etno-históricos e os mapas da presença borum na área de estudo, além dos dados isotópicos sobre a dieta de Botocudos do século XIX. A utilização de sambaquis por outros grupos no passado não foi exclusiva dos Botocudos no Espírito Santo, como já é conhecido pela literatura arqueológica (Kozłowski; Kneip; Deblasis, 2022; Villagran, 2013). A incorporação de sambaquis dentro da estratégia de ocupação do território borum pode ter uma razão prática, já que esses locais oferecem estabilidade em áreas alagáveis e permitem a ampliação de zonas de pesca e caça. Ainda hoje é possível identificar sambaquis da região norte do Espírito Santo como pontos para refúgio do gado e construção de edificações, por serem locais elevados na época de cheias (Costa, 2020).

As pesquisas no litoral norte do Espírito Santo seguem em andamento e podem oferecer mais elementos para reforçar ou refutar a hipótese apresentada. No entanto, consideramos que a pesca, sempre presente no cotidiano dos Borum, pode ter sido recorrente entre esses povos e evidenciada pelos dados zooarqueológicos dos sambaquis aqui analisados. Cabe destacar que a militarização da faixa costeira pela Coroa portuguesa, implantando diversos quartéis entre o final do século XVIII e o início do XIX, pode ter interrompido a captação de recursos em zonas costeiras e estuarinas, o que teria obrigado os Borum a diminuir ou abandonar a pesca e focar a caça de espécies da Mata Atlântica para supervivência (Moreira, 2010; Paraíso, 1998). Em resumo, este artigo reconhece a necessidade de um aprofundamento das pesquisas na região para corroborar a hipótese de haver evidências da reocupação de sambaquis no litoral norte do Espírito Santo por Botocudos que subsistiam da pesca. No entanto, a correlação entre os dados isotópicos de Botocudos do século XIX com as informações etno-históricas e os dados zooarqueológicos aqui apresentados confirmariam, com base nas evidências atuais, a hipótese apresentada. Nesse caso, a invisibilidade arqueológica dos Botocudos pode ser repensada a partir dos achados nos sítios Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20. Mesmo sem restos de cultura material, as evidências de pesca em sítios litorâneos dos séculos XVIII e XIX, localizados em áreas tradicionalmente habitadas pelos Borum, podem representar o único vestígio arqueológico dos Botocudos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do rio Doce (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)*. [S. l.]: Publicações da Academia Brasileira, 1933.
- ATHAYDE, Antonio de. A semântica do vocabulo indígena capichaba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n. 9, 1935.
- BAETA, Alenice Motta; MATTOS, Izabel Missagia de. A Serra da Onça e os índios do rio Doce: uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial. *Habitus*, v. 5, n. 1, p. 39-62, 2007. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v5.1.2007.39-62>.
- BAETA, Alenice Motta.; MATTOS, Izabel Missagia de. Arte rupestre, etno-história e identidade indígena no vale do rio Doce - MG. *Revista de Arqueologia*, v. 8, n. 1, p. 303-320, 1994. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v8i1.482>.
- BENTIVOGLIO, Julio; COSTA, Henrique Antônio Valadares. *Os Pataxó*. Serra: Milfontes, 2024. v. 6.
- BITTENCOURT, Gabriel. A vida dos documentos: documento pioneiro da historiografia capixaba: “Informação de Francisco Manoel da Cunha sobre a Capitania do Espírito Santo – 1811. In: BITTENCOURT, Gabriel. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.
- BLUMENBACH, Johann Friedrich. *Decas collectionis suae craniorum diversarum gentium illustrata (1790-1828)*. Gottingae: Apud Ioann, Chirst, Dieterich, 1828.
- BÓRMIDA, Marcelo. Los Gê, panorama etnológico. *Revista del Instituto de Antropología de la Universidad Nacional de Córdoba*, v. 2, n. 3, p. 135-176, 1965.
- BROCHADO, José. Proenza. A expansão tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*, v. 27, n. 1, p. 65-82, 1989.
- CARDOSO, Jéssica Mendes; MERENCIO, Fabiana; VILLAGRAN, Ximena; WESOLOWSKI, Verônica; ESTEVAM, Renata; FULLER, Benjamim T.; DEBLASIS, Paulo; PIERRE-GILSON, Simon; GUISEIX, Danaé; MÉJEAN, P.; FIGUTI, Levi; FARIAS, Deisi; GUIMARAES, Geovan; STRAUSS, Andre; JAOUEN, Klervia. Late shellmound occupation in southern Brazil: A multi-proxy study of the Galheta IV archaeological site. *PLoS ONE*, v. 19, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0300684>.
- CARVALHO, Julia Araujo. *Território e trajetória Krenak: o olhar geográfico de uma disputa de narrativas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2021.
- CLAUDINO, Daniela da Costa. *Arqueologia na encosta catarinense: em busca dos vestígios materiais Xokleng*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. Genocídio e resgate dos “Botocudo”: entrevista com Airton Krenak. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 65, p. 193-204, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000100014>.
- COLONESE, André Carlo; COLLINS, Matthew; LUCQUIN, Alexandre; EUSTACE, Michael; HANCOCK, Y.; PONZONI, Raquel de Almeida Rocha; MORA, Alice; SMITH, Colin; DEBLASIS, Paulo; FIGUTI, Levy; WESOLOWSKI, Veronica; PLENS, Claudia Regina; EGGERS, Sabine; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; GLEDHILL, Andy;

- COLONESE, André Carlo; WINTER, Rachel; BRANDI, Rafael; FOSSILE, Thiago; FERNANDES, Ricardo; SONCIN, Silva; MCGRATH, Krista; VON TERSCH, Matthew; BANDEIRA, Arkley Marques. Stable isotope evidence for dietary diversification in the pre-Columbian Amazon. *Scientific Reports*, v. 10, n. 1, p. 1-12. 2020 DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-020-73540-z>.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Pindorama de mboia e iakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.71.2014.tde-17102014-154640>.
- COSTA, Henrique Antônio Valadares. *A ocupação holocênica no litoral norte do Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2020.
- COSTA, Henrique Antônio Valadares. *Arqueologia do estado do Espírito Santo: subsídios para gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.71.2014.tde-17102014-165433>.
- COSTA, Henrique Antônio Valadares; FACCIÓ, Neide Barrocá. A historicidade do indígena na Capitania do Espírito Santo: a construção da desumanização e a invisibilização do outro. *Revista de História*, n. 31, p. 3-26, 2013.
- COSTA, Henrique Antônio Valadares.; FACCIÓ, Neide Barrocá. A inserção do indígena no Espírito Santo entre os séculos XIX e o início do XX. In: NEVES, Getúlio M. P. (ed.). *A presença indígena no estado do Espírito Santo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2016. p. 41-68.
- CRAIG, Oliver Edward. Correction: long-term resilience of late Holocene coastal subsistence system in southeastern South America. *PLoS ONE*, v. 9, n. 8, p. 1-13, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0093854>.
- CRUZ DÁVALOS, Diana Ivette; ARIZMENDI CÁRDENAS, Yami Ommar; BRAVO-LOPEZ, Miriam Jetzabel; NEUENSCHWANDER, Samuel; REIS, Sílvia; BASTOS, Murilo Q. R.; STENDERUP, Jesper; YEDIAY, Fulya Eylem; VILLA-ISLAS, Viridiana; REYNA-BLANCO, Carlos S.; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; HÜNEMEIER, Tábita; ALLENTOFT, Morten E.; AMORIM, Carlos Eduardo G.; MORENO-MAYAR, J. Vítor; ÁVILA-ARCOS, Maria C.; MALASPINAS, Anna-Sapfo. *Indigenous peoples in eastern Brazil: insights from 19 century genomes and metagenomes* bioRxiv the preprint server for biology. Cold Spring Harbor Laboratory, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1101/2022.01.27.477466>.
- EMMERICH, Chalotte.; MONTSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: notas linguísticas. *Boletim do Museu do Índio*, v. 3, 1975.
- ERLER, Dionne Miranda Azevedo. *Um estudo sobre a distribuição dos sítios arqueológicos da tradição aratu na paisagem capixaba*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.71.2022.tde-03072023-144207>.
- ESTIGARRIBIA, Antônio. Índios do rio Doce. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, v. 7, n. 1, p. 12-20, 1937. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Revista%20IHGES/07.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. *Distribuição e padrão de assentamento: propostas para sítios da tradição Umbu na encosta de Santa Catarina*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista (coord.). *Estudo territorial da comunidade de Areal e Santa Maria, rio Doce – Linhares*. Vitória: Observatório dos Conflitos no Campo, 2017.

- FIGUTI, Levi; PLENS, Cláudia. The riverine sambaqui: zooarchaeological studies of inland Brazilian shell mounds. In: MIRJANA, Roksandic; SOUZA, Sheila Mendonça de; KLOKLER, Daniela (ed.). *The cultural dynamics of shell-matrix sites*. Albuquerque (Novo México/EUA): University of New Mexico Press, 2014.
- FRANÇA, Marlon C.; ALVES, Igor Charles C.; CASTRO, Darciléa F.; COHEN, Marcelo C. L.; ROSSETTI, Dilce F.; PESSEDA, Luiz C. R.; LORENTE, Flávio L.; FONTES, Neuza A.; BUSO JUNIOR, Antônio A.; GIANNINI, Paulo César Fonseca; FRANCISQUINI, Mariah Izar. A multi-proxy evidence for the transition from estuarine mangroves to deltaic freshwater marshes, Southeastern Brazil, due to climatic and sea-level changes during the late Holocene. *Catena*, v. 128, p. 155-166, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.catena.2015.02.005>.
- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- HARTT, Charles Friedrich. *Geologia física e geografia do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941a.
- HARTT, Charles Friedrich. Sobre os Botocudos. In: HARTT, Charles Friedrich. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941b.
- HISSA, Sarah de Barros Viana; ISNARDIS, Andrey. Panorama de sítios arqueológicos pré-coloniais em Minas Gerais: mapeamento em Sistema de Informação Geográfica e métricas básicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 17, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2021-0103>.
- HISSA, Sarah de Barros Viana. Sítios históricos em Minas Gerais. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 2, p. 154-180, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v35i2.925>.
- IHERING, Hermann von. Os Botocudos do rio Doce. *Revista do Museu Paulista*, v. 8, p. 38-51, 1911.
- KOZLOWSKI, Henrique; KNEIP, Andreas; DEBLASIS, Paulo. Aspectos da ocupação Sambaqueira e Guarani na Lagoa de Imaruí, litoral sul de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 2, p. 63-84, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v35i2.994>.
- LACERDA FILHO, João Baptista.; PEIXOTO, José Rodrigues. Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, p. 47-75, 1876. Disponível em: <https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6966>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- LANGEANI, Francisco; BUCKUP, Paulo A.; MALABARDA, Luiz R.; PY-DANIEL, Lúcia H. Rapp; LUCENA, Ricardo S. Rosa; ZUANON, Jansen A. S.; LUCENA, Zilda M. S.; BRITO, Marcelo R.; OYAKAWA, Osvaldo T.; GOMES-FILHO, Gildo. Peixes da água doce. In: Rocha, Rossana M. da; BOEGER, Walter A. (org.). *Estado da arte e perspectivas para a zoologia no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. p. 211-230.
- LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.
- LORENTE, Flávio Lima; PESSEDA, Luiz Carlos Ruiz; CALEGARI, Márcia Regina; COHEN, Marcelo Cancela Lisboa; ROSSETTI, Dilce de Fátima; GIANNINI, Paulo César Fonseca; BUSO JUNIOR, Antonio Alvaro; CASTRO, Darciléa Ferreira; FRANÇA, Marlon Carlos; BENDASSOLLI, José Albertino; MACARIO, Kita Chaves Damasio. Fitólitos como indicadores de mudanças ambientais durante o Holoceno na costa norte do estado do Espírito Santo. *Quaternary and Environmental Geosciences*, v. 6, n. 1, p. 26-40, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5380/abequa.v6i1.36239>.
- MACHADO, Juliana Salles. Arqueologias indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 89-119, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.504>.

- MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_FRANCIELI_APARECIDA_MARINATO.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.
- MARTINS, Andrébio Márcio Silva; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; MIRANDA, Maxwell Gomes; COSTA, Lucivaldo Silva da; CAMARGOS, Lidiane Szerwinsk. O tronco macro-jê: hipóteses e contribuições de Aryon Dall’Igna Rodrigues. *Fragmentum*, n. 46, p. 101-122, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/fragmentum.v0i46.23392>.
- MEDEIROS, Rogério. O massacre dos Botocudos. In: MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo: maldição ecológica*. Vitória: ABS, 1983. p. 47-62.
- METRAUX, Alfred; PLOETZ, Hermann. La civilisation matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zê du Brésil méridional et oriental. *Revista del Instituto de Etnología de la Universidad de Tucumán*, v. 1, 1929.
- METRAUX, Alfred. The Botocudo. In: METRAUX, Alfred. *Handbook of South American Indians: the marginal tribes*. Washington (DC/EUA): Smithsonian Institution, 1946. p. 531-540.
- MONTEIRO, Jácome. Relação da Província do Brasil, 1610. In: LEITE, Serafim (ed.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. v. 8. p. 393-428.
- MORAIS FILHO, Mello. *Revista da exposição anthropologica brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1882.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente (ed.). *Portugal, Brasil e a Europa napoleônica*. Lisboa (Portugal): Imprensa de Ciências Sociais, 2010. p. 391-413.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
- MOREL, Marcos. Cinco imagens e múltiplos olhares: descobertas sobre os índios do Brasil e a fotografia do século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 8, p. 1039-1058, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000500013>.
- MORTON, Samuel George. *Crania Americana, or, A comparative view of the skulls of various aboriginal nations of North and South America*. Philadelphia (Pensilvânia/EUA): J. Dobson, 1839. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-60411930R-bk>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- NAMEM, Alexandro Machado. Pré-história dos botocudos do estado de Santa Catarina (Brasil). *Revista de Arqueologia*, v. 8, n. 1, p. 157-165, 1994. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v8i1.471>.
- NEVES, Guilherme Santos. Informação do capitão-mor Ignácio João Monjardino ao governador da Bahia – 1790: origem da historiografia capixaba. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo*, n. 53, 2000.
- NIKULIN, Andrey. *Proto macro-jê: um estudo desconstrutivo*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- NIKULIN, Andrey; SILVA, M. A. C. As línguas maxakalí e krenák dentro do tronco macro-jê. *Cadernos de Etnolinguística*, v. 8, n. 1, p. 1-64, 2020.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

- NIMUENDAJÚ, Curt. Social organization and beliefs of the Botocudo of Eastern Brazil. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 2, p. 93-115, 1946. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/local--files/biblio:nimuendaju-1946-botocudo/Nimuendaju1946SocOrgBeliefsBotocudo_OCR.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.
- NOELLI, Francisco. Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debate e perspectivas. *Revista USP*, n. 44, p. 218-269, 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>.
- NOELLI, Francisco. Silva. Repensando os rótulos e a história dos jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, p. 285-302, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/download/113474/111429/205334>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- NOELLI, Francisco. Silva. The Tupi expansion. In: SILVERMAN, Hans; ISBELL, William Harris. (ed.). *The Handbook of South American archaeology*. Nova York (Nova York): pringer, 2008. p. 659-670.
- PACHECO, Renato. Notas sobre os botocudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n. 17, 1957.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali and Makoni: Indian peoples or differentiated subgroups of a same nation? a reflection proposal. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 4, p. 173-188, 1994. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1994.109203>.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudo em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. *Dédalo*, v. 1, n. 28, p. 63-95, 1990.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PEIXOTO, José Rodrigues. Novos estudos craniológicos sobre os botocudos. *Archivos do Museu Nacional*, v. 6, p. 205-256, 1885. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/peixoto-1885-botocudos/peixoto_1885_botocudos.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.
- PEZO-LANFRANCO, Luis. Evidence of variability in carbohydrate consumption in prehistoric fisher-hunter-gatherers of southeastern Brazil: spatiotemporal trends of oral health markers. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 167, n. 3, p. 507-523, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/ajpa.23681>.
- PEROTA, Celso. Os índios de Aracruz. *Manuscrito*, 1995.
- PLENS, Cláudia. Animais para humanos na vida e na morte. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 20, p. 31-51, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2010.89909>.
- RELIGIÕES e costumes: os Botocudos. *Museo Universal, Jornal das Famílias Brasileiras*, v. 4, n. 46, p. 46-47, 1841.
- RIBEIRO, Eduardo Rival. Macro-jê. In: BROWN, Keith (ed.). *Encyclopedia of language & linguistics*. Oxford (UK): Elsevier, 2006. v. 7, p. 422-426.
- RODRIGUES, Ayron Dall'Igna. Linguística: as línguas indígenas do Brasil. *Fragmentum*, n. 46, p. 1-11, 2015. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Arodrigues-2015-linguistica/rodrigues_2015_linguistica_OCR.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

- RODRIGUES, Ayrton Dall'Igna. Macro-jê. In: DIXON, Robert Malcolm Ward; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). *The Amazonian languages*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1999. p. 165-206.
- RUBIM, Francisco. Aurélio. *Memórias para servir à história até ao anno de 1817, e breve noticia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nevesiana, 1840.
- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil (1835)*. São Paulo: Itatiaia, 1999.
- SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao Espírito Santo e rio Doce*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, 2002.
- SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia, 1975. v. 4.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEKI, Lucia. Apontamentos para a bibliografia da língua Botocudo / Borum. *Revista de Antropologia*, v. 30-32, p. 511-535, 1987.
- SOARES, Julia. Discutindo a tradição Aratu: proposta de um modelo de dispersão e implantação nas zonas de tensão ecológica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 23, n. 1, p. 61-76, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.107025>.
- SOUSA, Álice Bruno Borges de; ALMEIDA, Neiva Maria de. Ácidos graxos em peixes marinhos e de água doce: um comparativo. *Cientec: Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE*, v. 10, n. 1, p. 105-120, 2018.
- SOUSA, Gabriel Soares. de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Hebra, 2010.
- STRAUSS, Andre; HUBBE, Mark; NEVES, Walter Alves; BERNARDO, Danilo V.; ATUÍ, João Paulo. The cranial morphology of the Botocudo Indians, Brazil. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 157, p. 202-216, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/ajpa.22703>.
- TAFONI, Frederico de Paula. *Erejakasó Piáng? As culturas sambaqueira, aratu, tupiguarani e portuguesa e a produção do espaço do extremo sul da Bahia, Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- TOGNOLI, Anderson. *Zooarqueologia dos sambaquis fluviais caraça, estreito, tatupeva e lageado IV: uma leitura da paisagem sambaqueira da região de Itaoca: vale do Ribeira de Iguape*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.71.2016.tde-14072016-161333>.
- URBAN, Gregori. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Antônio Fernandez Lopes, 1865.
- VILLAGRAN, Ximena Suarez. *Relatório Técnico de Atividades 2015/2016. Projeto "Arqueologia do Litoral Norte do Espírito Santo: sambaquis do município de Linhares, ES. Projeto Científico - Processo de Prorrogação de Portaria de Pesquisa*. São Paulo: MAE/USP, 2016.
- VILLAGRAN, Ximena Suarez. O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisão da arqueologia da costa sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica jê. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 23, p. 139-154, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.107182>.

VILLAGRAN, Ximena Suarez; PESSEDA, Luiz Carlos Ruiz; COSTA, Henrique Antônio Valadares; ATORRE, Tiago; ERLER, Igor da Silva; STRAUSS, Andre; BARIONI, Alberto; KLOKLER, Daniela; TOGNOLI, Anderson; DUARTE, Carlos; BONFIM, Paulo Vinicius; MACARIO, Kita. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 13, n. 3, p. 573-596, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981.81222018000300006>.

VITÓRIA. *Carta dos oficiais da Câmara da Vila de Vitória, a Rainha D. Maria I a informar sobre as hostilidades praticadas pelo gentio bárbaro conhecido por nome Botocudo*. [S. l.]: Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, 1779.

WERNICKE, Hugo. *Viagens pelas colônias alemãs do Espírito Santo: a população evangélico-alemã no Espírito Santo: uma viagem até cafeicultores alemães em estado tropical do Brasil*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/LIVRO_ViagemAsColoniasEvangelicasAlemas_Editado.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

VON WIED, Maximiliano Prinz. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Editora Nacional, 1942. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/437>. Acesso em: 16 abr. 2025.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

SABERES DESEJADOS: POR UMA ARQUEOLOGIA DA PRESENÇA E DA TRAJETÓRIA DE MULHERES CERAMISTAS DO ALTO VALE DO RIBEIRA, SÃO PAULO

Marianne Sallum*, Marina Gomes**, Francisco Silva Noelli***

RESUMO

Este artigo apresenta duas linhas de pesquisa interligadas sobre as trajetórias de mulheres e suas vasilhas na região Sudeste do Brasil, especialmente no litoral de São Paulo e no Vale do Ribeira. As mulheres emergem nas memórias comunitárias e em diversos tipos de documentos que dialogam com essas memórias. Reunimos quatro gerações de mulheres em duas listas que servem como ponto de partida para mapear as ceramistas, suas relações e a itinerância das práticas para além das comunidades do Alto Vale do Ribeira. O artigo também aborda a história da cerâmica paulista, propondo uma metodologia de base comunitária para analisar cerâmicas e compreender interações sociais entre Indígenas, Afrodescendentes, Afrobrasileiras, Eurobrasileiras e povos tradicionais.

Palavras-chave: Arqueologia histórica; Colonialismo; Gênero; Comunidades tradicionais; Persistência.

* Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA), ARGPEL, Universidade Federal de São Paulo; UNIARQ – Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa. E-mail: marianne.sallum@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9210-2044>

** Associação de Artesãs de Apiaí “Custódia de Jesus da Cruz”. E-mail: marinagomes367@gmail.com.

*** Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa (UNIARQ). E-mail: fnoelli@letras.ulisboa.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0267-583X>

DESIRED KNOWLEDGE: TOWARD AN ARCHAEOLOGY OF PRESENCE AND TRAJECTORIES OF WOMEN POTTERS FROM ALTO VALE DO RIBEIRA, SÃO PAULO

ABSTRACT

This study describes two interconnected research lines on the trajectories of women and their pots in Southeastern Brazil, especially along the coast of São Paulo and in Vale do Ribeira. Women emerge from community memories and various types of documents that engage with these memories. We gather four generations of women in two lists that serve as a starting point for mapping potters, their relationships, and the mobility of practices beyond the communities of Alto Vale do Ribeira. This study also addresses the history of Paulistaware, proposing a community-based methodology to analyze ceramics and understand social interactions between Indigenous, Afro-descendant, Afro-Brazilian, Euro-Brazilian, and Traditional communities.

Keywords: Historical archaeology; Colonialism; Gender; Traditional communities; Persistence.

SABERES DESEADOS: HACIA UNA ARQUEOLOGÍA DE LA PRESENCIA Y TRAYECTORIAS DE MUJERES ALFARERAS DEL ALTO VALE DO RIBEIRA, SÃO PAULO

RESUMEN

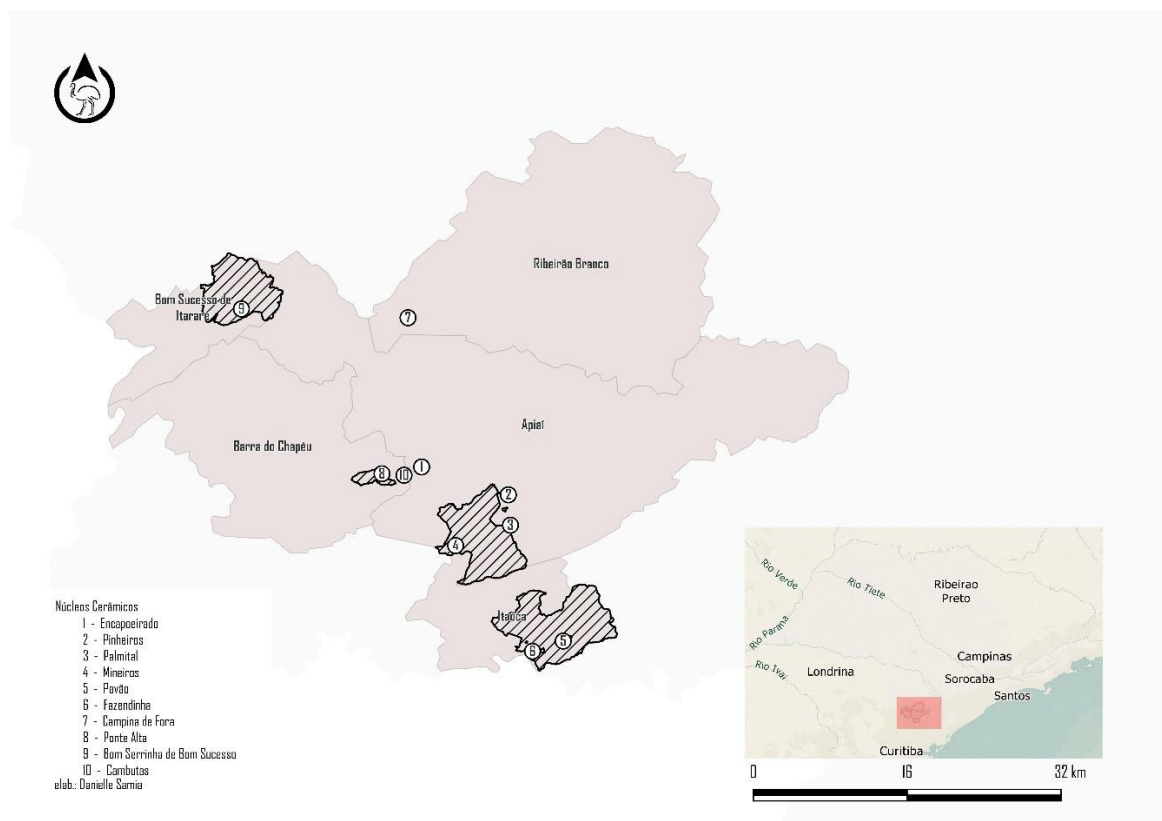
Este artículo presenta dos líneas de investigación interconectadas sobre las trayectorias de mujeres y sus vasijas en la región Sudeste de Brasil, especialmente en el litoral de São Paulo y en el Vale do Ribeira. Las mujeres emergen de las memorias comunitarias y de diversos tipos de documentos que dialogan con estas memorias. Reunimos a cuatro generaciones de mujeres en dos listas que sirven como punto de partida para mapear a las ceramistas, sus relaciones y la itinerancia de las prácticas más allá de las comunidades del Alto Vale do Ribeira. Este artículo también aborda la historia de la cerámica paulista y propone una metodología con base comunitaria para analizar cerámicas y comprender las interacciones sociales entre pueblos indígenas, afrodescendientes, afrobrasileños, eurobrasileños y de comunidades tradicionales.

Palabras-clave: Arqueología histórica; Colonialismo; Género; Comunidades tradicionales; Persistencia.

A produção de cerâmicas existe há muitas gerações no atual território de São Paulo, conectadas em redes de comunidades que transmitiram saberes e compartilharam sociabilidades, tecnologias e formas de consumo. As práticas e memórias das mulheres ceramistas constituem um tema a ser reconhecido em suas múltiplas facetas, pois são – e foram – fundamentais para estruturar, ao longo do tempo, o contexto social onde as vasilhas “adquiriram seus significados e se tornaram úteis” (Silliman, 2009, p. 215). Em última instância, essas práticas tratam de saberes desejados que são materializados, de forma inexorável, “encorporados” em cada vasilha.

Atualmente, as ceramistas possuem histórias que precisam ser valorizadas, pois aprendemos com Célia Xakriabá (2020) que “temos uma tarefa desafiadora, pois não basta apenas reconhecer os conhecimentos tradicionais, é necessário também reconhecer os conhecedores”. Esse interesse pelas ceramistas não é novidade no Alto Vale do Ribeira, onde, desde a década de 1960, a pergunta já estava feita: “Quem são as artesãs que permanecem no anonimato, capazes de criar dum pedaço de argila disforme um vasilhame de valor estético?” (Scheuer, 1976, p. 5). A Figura 1 mostra os municípios e bairros do Vale do Ribeira, onde se localizam as ceramistas.

Figura 1. Alguns municípios e bairros do Alto Vale do Ribeira.



Fonte: Danielle G. Samia.

As ceramistas produzem para além da mera necessidade, criando elos de sociabilidade para fazer e compartilhar alimentos, bebidas e sabores desejados no cotidiano (Noelli; Sallum, 2020a, 2020b). Existem algumas referências de mulheres que consideram fazer vasilhas de barro como uma prática “prazerosa”, tanto para as autoras deste artigo (M.G.), quanto para a mestra Ana Pereira do bairro do Jairê, Iguape, baixo Vale do Ribeira (Escalante; Rogério, 1973). Além disso, algumas delas expressaram “satisfação”

(Nascimento, 1974) enquanto outras, demonstram “alegria”, “prazer” e “amor” (Magrini, 2019). Trata-se de perceber aspectos para além dos saberes, buscando compreender as relações de vizinhança, solidariedade e irmandade, reafirmando práticas, memórias e diferenças no espaço das interações e confluências (Baptista, 2024; Marinho; Simoni, 2022; Santos, 2023).

Esses sentimentos citados pelas ceramistas têm sustentado o lado intelectual e prático da produção individual, familiar ou de associações locais, destacando a preservação dos saberes ancestrais alinhados com outras práticas contemporâneas. Um exemplo disso é a Associação de Artesãs de Apiaí “Custódia de Jesus da Cruz” (bairro Encapoeirado, Apiaí), cujo estatuto prevê as parcerias locais e sustentáveis como forma de enfrentamento da desigualdade social (J. Lima, 2005). A Associação também oferece cursos de cerâmica com o objetivo de “valorizar o patrimônio histórico-cultural do município de Apiaí, preservando e promovendo o conhecimento tradicional local” Indígena e Quilombola. A Associação ainda produz vasilhas com características mais contemporâneas, que podem ou não incorporar elementos tradicionais, além de figuras humanas, zoomorfas e moringas, que representam metáforas de autorrepresentações de gênero e que podem servir de base comparativa entre lugares e tempos diferentes (Figura 7). Em boa medida, compartilha novidades e saberes ancestrais, pois até parte do século XX a maioria das residências utilizava vasilhas feitas localmente. Um exemplo importante de pessoas que vieram de fora e se articularam com pessoas de Apiaí para produzir formas ancestrais e criar modelos utilitários contemporâneos é o Grupo Arte Loose, situado no bairro Mineiros (Garimpo, 2022).

Nas últimas décadas, o uso das vasilhas continuou, apesar da abundância de recipientes metálicos e plásticos. Destaca-se tanto a importância das individualidades e da transmissão de conhecimentos, quanto as mulheres que vieram de fora e tornaram-se mestras exímias nas práticas locais. Contudo, é central a transmissão de conhecimentos entre as gerações, como percebeu Herta Scheuer, “comparando vasilhames recentemente trabalhadas com outras de mais de dez decênios, pode-se constatar uma continuidade nas formas” (Scheuer, 1976, p. 6). Scheuer explicitou uma forma de encadear conexões entre presente e passado, além das exigências intelectuais e afetivas das mulheres em relação à cerâmica, pois elas ainda são guiadas por um “apego tenaz às formas tradicionais de nossas oleiras, o que pode ser atribuído a uma motivação espiritual. Conscientes da tradição, elas permanecem fiéis a ela, transmitindo seu conhecimento da mesma maneira” (Scheuer, 1976, p. 6). Assim, a transmissão é central para a compreensão da produção (padronização morfológica e tecnológica, escolha das matérias-primas e etapas da cadeia operatória) e do consumo das cerâmicas (associada à dieta, modos de processar e preparar os alimentos, bebidas e medicinas). No Alto Vale do Ribeira, a “técnica da cerâmica..., até por volta de 1990, era exclusivamente passada de mãe para filha, com algumas exceções. A partir dessa década, esse conhecimento começa a se transferir para outros que não fazem parte do grupo familiar” (Lima, 2007, p. 52).

Este artigo apresenta resultados preliminares da etapa inicial de duas linhas de pesquisa atualmente em desenvolvimento. A primeira busca evidenciar a trajetória de mulheres indígenas, afrodescendentes, afrobrasileiras, euro brasileiras e de pessoas de comunidades tradicionais, bem como de suas vasilhas, passíveis de localização no tempo e no espaço. Essas mulheres emergem tanto nas memórias comunitárias quanto em diferentes tipos de documentos que dialogam com essas memórias, como registros de nascimento, casamento e óbito, títulos de terra, além de diversas fontes históricas e linguísticas. A segunda linha de investigação se dedica

à busca pelas vasilhas produzidas por essas mulheres, que podem ser encontradas em residências do Vale do Ribeira, associações, casas de cultura, museus, coleções particulares e em contextos de pesquisa arqueológica.

Na primeira parte do artigo, mostramos quatro gerações de mulheres em duas listas que são ponto de partida para mapear as ceramistas, suas relações solidárias e a itinerância das práticas para além das comunidades do Alto Vale do Ribeira. Esse é o começo de um projeto que pretende traçar a genealogia dessas ceramistas, consideradas aqui como um portal para compreender as histórias de persistência e presença (Sallum, 2024).

Na segunda parte, abordamos diversos aspectos da história colonial e a articulação de antigas e novas práticas estabelecidas entre pessoas indígenas e portuguesas, com foco na produção da cerâmica “paulista” pelas mulheres Tupiniquim no século XVI (Noelli; Sallum, 2020a, 2020b, 2021; Sallum *et al.*, 2023). Propõe-se parâmetros e uma metodologia de base comunitária para analisar e comparar as cerâmicas do Alto Vale do Ribeira com as de outras regiões dos estados de São Paulo e Paraná, dando a compreender aspectos das interações sociais.

A BUSCA DAS BIOGRAFIAS DAS MULHERES PRODUTORAS DE CERÂMICA

A pesquisa biográfica busca contribuir para o fortalecimento da memória das mulheres e no reconhecimento de suas produções cerâmicas no Vale do Ribeira, mostrando o protagonismo de gerações, conectando presente e passado, a exemplo das pesquisas genealógicas de mulheres do litoral sul de São Paulo (Costa, 2024; Lara *et al.*, 2025; Noelli *et al.*, 2023). Algumas publicações já mencionam linhagens de ceramistas na região, com pistas que remontam a até 150 anos ou mais (Magrini, 2019; Nascimento, 1974; Sallum, 2018; Scheuer, 1976). No entanto, é necessário ampliar esse mapeamento de forma interdisciplinar, articulando perspectivas genealógicas, históricas, artísticas e arqueológicas, para ancorar firmemente o presente no passado.

O exame comparativo das coleções de vasilhas de diferentes lugares e tempo revela muitos exemplares de um “apego tenaz às formas tradicionais”. Já estão identificados os processos mais gerais dos últimos 520 anos da história social no Vale do Ribeira. No século XVI, o Vale era um domínio Tupiniquim no litoral e no alto curso, possivelmente com alguns enclaves Kaingang no médio curso (algo que ainda precisa ser mais bem definido por novas pesquisas). Posteriormente, iniciaram-se as relações de aliança e parentesco com os portugueses, que nunca dominaram ou exterminaram os Tupiniquim, cujos descendentes estão presentes hoje em comunidades caiçaras, quilombolas, guarani e tupi guarani (estas últimas resultantes da confluência com grupos guarani que começaram a chegar no Vale na década de 1830). Pessoas deslocadas da África começaram a chegar em São Paulo no século XVI, individualmente ou em grupos pouco numerosos. O ingresso demograficamente mais volumoso começou na segunda metade do século XVII e, principalmente, nos séculos XVIII e XIX. As confluências e relações entre esses grupos foram variadas, com processos históricos particulares que precisam ser mais bem compreendidos nos 28 municípios do Vale do Ribeira, atualmente com 318,475 mil habitantes (Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2022; Campina de Fora possui dados apenas no Censo 2010). Em três dos cinco municípios com informações sobre mulheres ceramistas, existem percentuais demográficos de autodeclaração de cor, referências do IBGE que permitem considerações preliminares sobre ancestralidade (Tabela 1).

Tabela 1. População autodeclarada em comunidades de ceramistas.

Local/População Autodeclarada	Total habitantes	Parda (%)	Preta (%)	Indígena (%)	Amarela (%)	Branca (%)
Apiáí	24.585	48,19	5,19	0,09	0,31	46,2
Itaóca	3.422	62,89	6,34	0,0	0,2	30,57
Iporanga	4.046	61,17	16,26	0,32	0,2	22,05
Bom Sucesso do Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	3.555					
Ribeirão Branco (Campinas de Fora)	2.590					
Soma	38.198					

Fonte: Censo IBGE 2022.

A maioria das pessoas se autodeclarou parda, com ênfase na ascendência afrobrasileira que, juntamente com a autodeclaração preta, somaram percentuais entre 53,38% e 77,43%. A população amarela possui pequena população, da mesma forma que a indígena, enquanto a autodeclaração branca fica entre 22,05 e 46,2% do total. O grupo afrodescendente é majoritário, mas pode conter indígenas na sua ancestralidade, algo a ser mais bem investigado, pois o domínio das práticas e dos aspectos linguísticos da materialidade, botânica e zoologia, mostram evidências de antigas relações e transmissões continuadas de saberes com as comunidades Tupiniquim (Noelli; Sallum, 2021; Sallum; Noelli, 2022a, 2022b). A ceramista Marina R. da Guia dos Santos do bairro Encapoeirado (município de Apiáí, alto Vale do Ribeira) exemplifica significativamente essa confluência e inclusão (entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2018 e publicada por Magrini, 2019, p. 245-246):

Então o seu bisavô era português?

É, eles vieram de lá, era tudo artão, pai era arto e magro do zóio azur e nariz cumprindo (risos)...

E sua mãe, qual descendência?

Negro, minha mãe é negro. E a família do Abel, a avó do Abel é índia! Eu conheci a avó do Abel, a avó do Abel tinha os traço de índia memo.

Temos dois conjuntos de informações preliminares sobre as mulheres ceramistas destes lugares. O mais antigo foi produzido entre as décadas de 1950 e 1970 (Tabela 2; Figuras 2 e 3; Nascimento, 1974; Scheuer, 1976), e o mais recente em 2017-2018 (Tabela 3; Figuras 4 e 5; Magrini, 2019), de onde listamos os nomes que servem de referência para a pesquisa biográfica das ceramistas do Alto Vale do Ribeira. A comparação entre os nomes revela que a atual geração não consta na lista de 1972, a maioria jovens ceramistas, existindo um vazio de informações entre 1972 e o início da década de 2000. Uma exceção é a Dona Sinhana, como é conhecida a mestra Ana Gonçalves de Andrade Rocha, ativa desde meados da década de 1950, provavelmente uma jovem entre as “outras poucas mulheres das redondezas”, à época em que a mestra Felícia Rosa era a principal referência de Itaóca para Scheuer (1976, p. 45). Curiosamente, a maior referência ancestral do bairro do Encapoeirado, no município de Apiáí – e que dá o nome à sua Associação de Artesãs –, a mestra Custódia de Jesus da Cruz, não foi mencionada na década de 1970 (Tabela 2).

Tabela 2. Ceramistas 1950/1980, Apiaí.

Localidade	Ano(s)	Nome	Idade	Fonte
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	1962, c. 1972	Joaquina Maria dos Santos	70+, trabalhando c. 1972	Scheuer 1976: 13 Nascimento 1974: 63, 73, 97
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Joana, mãe de Joaquina Maria dos Santos	falecida	Nascimento 1974: 64, 97
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	1962 c. 1972	Graciana Maria Leite	70+, “não está trabalhando”	Scheuer 1976: 13 Nascimento 1974: 96
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Aparecida de Souza Leite	39 c. 1972	Nascimento 1974: 67, 97
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Florinda Dias Batista	mudou-se para Itapeva	Nascimento 1974: 64, 96
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Graciliana	“não está trabalhando”	Nascimento 1974: 64
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Rosa	“não está trabalhando”	Nascimento 1974: 64
Bom Sucesso de Itararé (Serrinha de Bom Sucesso)	c. 1972	Alzira Mello dos Santos	mudou-se para Itararé	Nascimento 1974: 64, 96
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Clara Dias	60	Scheuer 1976: 27
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Bernarda Dias da Paz	50-55	Scheuer 1976: 27
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Elísia Dias da Paz		Scheuer 1976: 27
Ribeirão Branco (Campina de Fora)	1962	Florência Gonçalves	38	Scheuer 1976: 27
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Juvência Rodrigo Prado	falecida c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Antônia Matilde de Lima	abandou o ofício c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Margarida Gomes Duarte	sem notícias c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Pinheiros)	1960, c. 1972	Filipa de Oliveira	mudou-se c. 1972	Scheuer 1976: 35 Nascimento 1974: 63, 96
Apiaí (Cambutas)	1962	“a produção é quase inexistente”		Scheuer 1976: 35
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	Laura Garcez de Oliveira	52	Nascimento 1974: 63, 87, 97; Lima 2007: 55
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	Custódia Garcez, mãe de Laura Garcez	falecida	Nascimento 1974: 64, 97
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	(Nhá Norata) Honorata de Oliveira Rosa, irmã de Laura Garcez	65+	Nascimento 1974: 64, 95, 97 Magrini 2019: 249
Apiaí (Cambutas)	c. 1972	Albertina Pontes	48	Nascimento 1974: 65, 92, 97

continua...

Tabela 2. Continuação

Localidade	Ano(s)	Nome	Idade	Fonte
Apiáí (Cambutas)	c. 1972	(Nhá Bastiana) Sebastiana de Lara	42+	Scheuer 1976: 45 Nascimento 1974: 95, 97 Magrini 2019: 249
Apiáí (Encapoeirado?)	c. 1972	Conceição Cordeiro de Matos		Nascimento 1974: 97
Apiáí (rua 15 de novembro)	c. 1972	(Nhá Antoninha) Antônia Chaves de Matos, nora de Maria Úrsula de Oliveira		Nascimento 1974: 64, 96, 97, 98
Apiáí	c. 1972	Maria Úrsula de Oliveira	falecida	Nascimento 1974: 64, 96
Apiáí		Quintina da Silva		Casa do Artesão
Apiáí		Eugênia Rosa		Casa do Artesão
Apiáí		Jaqueline de Oliveira		Casa do Artesão
Apiáí		Pedra Augusta		Casa do Artesão
Apiáí		Rute da Silva		Casa do Artesão
Apiáí		Benedita		Casa do Artesão
Apiáí		Cacilda de oliveira		
Itaóca	1962	Felícia Rosa	“moradora mais idosa”	Scheuer 1976: 45
Itaóca (Pavão)	c. 1972, 2005-2006, 2022	(Dona Sinhana) Ana Gonçalves de Andrade Rocha	94	Nascimento 1974: 63, 77, 97; Lima 2007: 58
Itaóca (Fazendinha)	c. 1972	Jesuína de Oliveira Dantas	50	Nascimento 1974: 64, 82, 97
Itaóca	1962	“e por outras poucas mulheres das redondezas”		Scheuer 1976: 45

Figura 2. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: senhorinha, Quintina da Silva, Honorata Rosa, Aparecida de Souza Leite, Laura Garcez.

Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiáí [Fotos: Marianne Sallum].

Figura 3. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Sebastiana de Lara, Joaquina Maria dos Santos, Eugênia Rosa, Benedita, Ana Gonçalves de Andrade Rocha, Jaqueline de Oliveira, Pedra Augusta, Rute da Silva.



Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiaí [Fotos: Marianne Sallum].

Tabela 3. Ceramistas 1998/2025, Apiaí.

Localidade	Ano(s)	Nome	Fonte
Apiaí (Encapoeirado)	2018	Custódia (avó de Custódia de Jesus da Cruz, falecida)	Magrini 2019: 249
Apiaí (Encapoeirado)	2018	Gregória (mãe de Custódia de Jesus da Cruz, falecida 1978?)	Magrini 2019: 249
Apiaí (Encapoeirado)	2018	Custódia de Jesus da Cruz (falecida em 1998?)	Magrini 2019: 249

continua...

Tabela 3. Continuação

Localidade	Ano(s)	Nome	Fonte
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Ivone Maria da Cruz de Lima (filha de Custódia Jesus da Cruz)	Lima 2007: 52; Magrini 2019: 232, 250
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Cristina Gomes da Rosa Santos	Magrini 2019: 232, 233
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Josinha (Josinalva) Maria Camargo de Lima	Magrini 2019: 232, 236
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Lourdes Aparecida de Camargo Lima	Magrini 2019: 232, 236
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Lúcia Aparecida Rosa Scheleider	Magrini 2019: 232, 238
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Marina Gomes da Rosa Cordeiro	Magrini 2019: 232, 241
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Marininha (Marina) R. da Guia dos Santos	Magrini 2019: 232, 245
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Silvelena Rosa	Magrini 2019: 232, 246
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Dulce Lima Pereira	Lima 2007: 52; Magrini 2019: 232, 248
Apiáí (Encapoeirado)	2005-2006	Isolina Aparecida de Oliveira	Lima 2007: 52
Apiáí (Encapoeirado)	2018	Zeli Batista do Vale	Magrini 2019: 232, 252
Apiáí	2017	Alda Depétris Fagundes	Magrini 2019: 232, 268
Apiáí	2017	(Cido) José Aparecido Machado Lima	Magrini 2019: 232, 269
Apiáí	2017	Úrsula Adair Depétris	Magrini 2019: 232, 271
Apiáí (Mineiros)	2018	Loide de Oliveira Rosa Lima	Magrini 2019: 79
Apiáí (Mineiros)	2018	Diná Cristina Looze Miranda Silva	Magrini 2019: 79
Apiáí		Marlene	Casa do Artesão
Apiáí (Mineiros)		Jaqueline Jenifer Looze da Silva	Lara et al. 2025
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2005-2006	Trindade Teixeira de Oliveira	Lima 2007: 6, 55
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2005-2006	Maria de Lourdes Oliveira Mota	Lima 2007: 6
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2018	Jaqueline de Oliveira	Lima 2007: 5, 55; Magrini 2019: 232, 253
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2018	Nadir de Oliveira Santos	Magrini 2019: 232, 255
Barra do Chapéu (Ponte Alta)	2018	Selma de Oliveira Rosa	Magrini 2019: 232, 255
Itaóca	2018	Abrão Machado de Lima	Magrini 2019: 232, 257
Itaóca	2017	Ester Mendes Garcia	Magrini 2019: 232, 263
Itaóca	2018	Ilda Gonçalves de Oliveira Amaral	Magrini 2019: 232, 275
Bom Sucesso do Itararé	2018	Luzia Dias Braga de Souza	Magrini 2019: 232, 263
Bom Sucesso do Itararé	2018	Maria Rosa Pontes de Oliveira	Magrini 2019: 265

Figura 4. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Custódia de Jesus da Cruz, Marina Gomes da Rosa Cordeiro, Jaqueline Oliveira, Loide de Oliveira Rosa Lima, Diná Looze, Jaqueline Looze.



Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiaí [Fotos: Marianne Sallum].

Figura 5. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Trindade Teixeira de Oliveira, Marlene, Lúcia Aparecida da Rosa.



Fonte: Museu Casa do Artesão de Apiaí [Fotos: Marianne Sallum].

Outras mulheres compartilham sentimentos semelhantes, como é o caso de uma das autoras deste artigo (M.G.), ceramista há 18 anos. Ela aprendeu a fazer cerâmica com um grupo de mulheres – familiares e amigas da mestra Custódia de Jesus da Cruz. Embora a mestra já estivesse falecida na época, continuava sendo uma das principais inspiradoras na transmissão de saberes ancestrais às novas gerações no bairro do Encapoeirado. Para muitas mulheres da região, essa foi uma mudança significativa, pois criou condições para melhorar a renda familiar, ampliar o acesso à educação, fortalecer vínculos de sociabilidade e diversificar as opções profissionais para além da agricultura familiar, tornando a produção cerâmica uma atividade paralela ao cultivo de alimentos. Muitas delas encontraram na cerâmica uma profissão da qual realmente “gostam” e manifestam, assim como outras mulheres “conservadoras carinhosas” (Sallum *et al.*, 2023) de diversas regiões do Brasil, um vivo interesse em conhecer e divulgar histórias de suas ancestrais e comunidades.

É fundamental fortalecer alianças comprometidas com a descolonização do saber, reconhecendo e protegendo o protagonismo das mulheres na preservação de práticas e memórias ancestrais. Alimentos, medicinas, materialidades e linguagens são conhecimentos que resistem há séculos à expropriação colonial. Mais do que “recuperar objetos”, trata-se de valorizar os sentidos e restabelecer vínculos com saberes que foram deslocados de seus territórios– como os do Encapoeirado– e hoje se encontram em instituições acadêmicas e museológicas. Vasilhas cerâmicas, conhecimentos botânicos, zoológicos e mineralógicos, assim como registros orais e textuais transmitidos por gerações, precisam ser repensados a partir de métodos participativos de consulta às informações, compartilhamento de benefícios e gestão das “memórias vivas” nos arquivos históricos e museus (Thorpe, 2024).

Aqui, essas heranças ancestrais representam saberes materializados, como as vasilhas cerâmicas, resultantes de conexões entre gerações. Essas interações expressam a confluência afro-indígena, um espaço de compartilhamento de percepções contra colonialistas pautadas na pluralidade e nas linhagens ancestrais que preservam suas diferenças. Essa força é definida por Santos (2023, p. 15) como a energia que nos move para:

o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.

Krenak (2015) também destaca que os povos indígenas são sociedades de aliança e solidariedade, que preservam suas identidades em vez de se diluírem em uma massa homogênea. Estão inseridos em redes de solidariedade (Carvalho, 1997), que envolvem famílias extensas, parentes, comunidades e organizações locais, sendo a família extensa um eixo central na proteção e socialização dos indivíduos.

As redes de solidariedade e a transmissão de conhecimento também podem ser compreendidas por meio das noções de persistência e da “política de consideração”. A persistência, nesse contexto, não se confunde com a mera continuidade histórica; trata-se da “articulação intencional de certas práticas e identidades em resposta a novas realidades econômicas, políticas e sociais... conectando passado e presente em uma trajetória dinâmica, porém ininterrupta” (Panich; Allen; Galvan, 2018, p. 11-12). A persistência envolve focar em uma arqueologia da presença, “desafiando os registros

históricos, os modelos cronológicos e as terminologias que enfatizam narrativas de perda cultural” (Schneider; Nelson; Tipon, 2022, p. 288). A noção de uma arqueologia da presença “é também uma postura mental inviolável, entrelaçada com as múltiplas e variadas histórias e identidades dos povos indígenas (e outros)” (Schneider; Nelson; Tipon, 2022, p. 288). Trata-se de uma reafirmação da existência: “para que todos saibam que estamos aqui, mesmo quando fazem parecer que não estamos”, como afirma Natasha Gambrell, representante do povo Eastern Pequot (Tuxá *et al.*, 2024).

A “política de consideração” e a do “cuidado” lançam luz sobre a forma como as relações se constituem nas comunidades tradicionais. Ambas se baseiam na noção de interdependência e no “cuidado circular que fazem a saúde da vida” (Núñez, 2023, p. 115). Essa perspectiva parte da ideia de “pensar em alguém de uma maneira especial”, em que deixar de ser considerado pelo Outro – ou não ser tomado como referência – equivale a perder parte da própria humanidade (Kelly; Matos, 2019, p. 391). A colaboração é decisiva, especialmente no contexto do cultivo da floresta e da agricultura familiar – um dos primeiros valores aprendidos na vida comunitária, fundamento da convivência e sobrevivência – onde “viver sem colaboração” é impensável (Melià, 1989).

Achamos importante situar a política de consideração na perspectiva de Montón-Súbias (2021), como elemento essencial da cooperação, que se encontra com outros pilares fundamentais da vida social, como o valor do vínculo, da capacidade afetiva e da prática do cuidado, componentes do cerne das “Atividades de Manutenção”. Sob tais pilares, há um modo distinto de entender os grupos humanos e o dever histórico. Assim, as práticas que moldam as relações de gênero partem, inevitavelmente, da colaboração e da consideração como princípios fundamentais. A cerâmica Paulista é um exemplo das relações solidárias, resultado da:

Cerâmica Comum Portuguesa [foi] apropriada e transformada no século XVI pelas Tupiniquim da área de São Vicente para uso nos assentamentos coloniais, reproduzida até o presente na região Sudeste de São Paulo. (Noelli; Sallum, 2019, p. 703)

A cerâmica pode ser mapeada e investigada desde o século XVI, servindo para revelar lugares e os papéis sociais das mulheres nas comunidades, como: 1) intermediárias entre assentamentos indígenas costeiros e do interior e os portugueses; 2) transmissoras de conhecimento para gerações mais jovens e novos habitantes; 3) responsáveis pela logística de segurança alimentar; 4) produtoras de cultura material que incorporou e transformou objetos e práticas portuguesas; 5) gestoras de sistemas de cultivos sustentáveis; e 6) administradoras dos assentamentos, especialmente durante momentos importantes de reorganização social e conflitos. Em suma, elas construíram um modo de vida sustentado por práticas e saberes que permanecem vivos. Atualmente, as mulheres do Vale do Ribeira exercem um papel central como lideranças nas organizações comunitárias de base, como da Associação de Artesãs de Apiaí, resistindo para preservar sua autodeterminação, seus territórios, a agricultura familiar e os conhecimentos ancestrais transmitidos entre as gerações.

Antes da chegada dos Europeus, as mulheres Tupiniquim garantiram pelo menos 15 séculos de produção da cerâmica com pouca variabilidade morfológica (Brochado, 1991, 2024; Corrêa, 2014; Perez, 2018; Scatamacchia, 1981). Elas atualizaram suas práticas para criar a cerâmica paulista como uma forma de incorporar e transformar o “outro” português por meio da materialidade (Noelli; Sallum, 2019; 2020; 2021; Noelli; Sallum; Peixoto, 2023; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022, 2024; Sallum; Noelli, 2020, 2021a,

2021b, 2022; Sallum *et al.*, 2023). Esse processo é compreendido como “mudanças dentro de continuidades e continuidades dentro de mudanças” (Silliman, 2020, p. 67-68), e não como o “outramento” de uma coletividade homogeneizada em oposição binária ao Ocidente (Oyèwùmí, 2023, p. 67). Isso implica articular a materialidade às memórias, práticas e histórias de persistência, em diálogo e parceria com as comunidades do presente (Flores-Muñoz *et al.*, 2024; Lopes *et al.*, 2024; Mello, 2022; Moraes; Costa; Jesus, 2022; Sallum, 2015, 2022; Silliman, 2009). Como propõe Luã Apiká, da comunidade Tabaçu Rekoypy, Peruíbe, São Paulo (Tuxá *et al.*, 2024), a arqueologia precisa descolonizar o conceito de memória:

fico feliz ao ver muitos indígenas nesse movimento de descolonização dentro do território. Sinto que muitos seres (pesquisadoras[es]) buscam fortalecer e respeitar o território, a memória de nosso povo e, especialmente, o futuro de como essa memória será tratada... transformando-a em algo presente em todos e em tudo à nossa volta.

CONTEXTO HISTÓRICO

Parte dos portugueses aderiu às políticas de consideração e às relações de gênero dos povos indígenas como forma de articular seus próprios interesses. Ao colocar em destaque as mulheres e a maioria da população, este estudo desloca o foco das figuras masculinas tradicionalmente consideradas como aquelas que moldaram os eventos históricos, as políticas e a economia. Essa mudança de perspectiva implica reconhecer formas de agência que não se reduzem a entidades homogêneas sob a ação dos Estados-nação, de “grandes líderes” ou de suas redes de relacionamento social. Para manter tais entidades homogêneas, é preciso estabelecer hierarquias sociais baseadas na desigualdade, na concessão de poder e na atribuição de “mais” direitos a grupos dominantes e membros das elites – como reis, seus lugares-tenentes e outras formas de organização política sustentadas pela desigualdade social e econômica. Essas entidades operam a partir de práticas e concepções normativas, etnocêntricas e econômicas, frequentemente androcêntricas.

No caso brasileiro, tais perspectivas moldaram a construção de um suposto passado colonial que dominou a cena acadêmica por muito tempo, sendo, até recentemente, marcada pela desconsideração e pelo apagamento social (Sallum; Noelli, 2021). A relação entre os povos Tupiniquim e os portugueses começou em 1502, quando a expedição de Américo Vespúcio desembarcou com pessoas para aprender a língua e os hábitos dos povos da costa de São Paulo (Fernández-Armesto, 2007; Noelli, 2025; Souza, 1960). Desde então, parte dos povos Tupiniquim permitiu o estabelecimento de parte dos portugueses na região, com base em uma aliança fundada em interesses mútuos. Contrariando a historiografia predominante (por exemplo: Monteiro, 1994), não há evidências de que os povos Tupiniquim foram subjugados (Sallum, 2018) e nem exterminados (Noelli, 2025). Este foi um caso singular no Brasil, com a criação de uma sociedade que gradualmente dominou uma vasta área a partir de São Vicente. Quando a Coroa promoveu a primeira campanha para empreender a colonização, em 1549, Portugueses já tinham 47 anos de interações sociais dentro do sistema Tupiniquim, com alianças e laços de parentesco sólidos e com duas gerações descendentes.

Parte dos portugueses que chegou após 1550 aderiu a essas relações e ampliou os antigos laços de parentesco e sociabilidade (Noelli; Sallum; Peixoto, 2023; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022). O povos Tupiniquim também estabeleceram alianças

em contextos de confronto por território com outros povos, nos quais a incorporação de pessoas não Tupiniquim fazia parte das estratégias de redefinição das relações e identidades nas chamadas “guerras de vingança” (Castro, 1992). Para os povos Tupi, a vingança era “de fato a garantia da memória social, unindo os mortos do passado aos mortos do futuro por meio dos vivos” (Cunha; Castro, 1985, p. 191). Os portugueses transformaram essas guerras de vingança em estratégia para obter cativos destinados aos mercados de commodities no Brasil e no exterior, inserindo-se assim no sistema comercial atlântico – prática que perdurou até o final do século XVIII. Em 1527, por exemplo, Diego García desembarcou na Espanha com 70 escravos indígenas provenientes de Cananéia (cf. Toríbio-Medina, 1908, p. 238).

A partir do final do século XVIII, mudanças significativas começaram a desestruturar gradualmente o domínio das práticas relacionais paulistas, abrindo espaço para uma nova ordem social e moral. Esse processo foi impulsionado pelo aumento contínuo da presença de portugueses e de outros europeus, acompanhado por transformações culturais marcadas por jogos identitários. Nesse contexto, antigas práticas sociais foram combinadas com novas, como a adoção da monogamia e a intensificação do comércio, em busca de garantir a estabilidade das comunidades (Sallum; Noelli, 2021). Enquanto alguns paulistas fundaram centros urbanos e implantaram plantações, a maioria esteve envolvida com a gestão sustentável do cultivo na floresta – embora houvesse interação entre esses dois grupos. É importante considerar que a lógica da economia Tupiniquim era diferente da europeia: a reciprocidade e colaboração entre parentes e aliados tinha sua contrapartida equivalente, criando laços de dependência recíproca (Fernandes, 1963). A introdução do dinheiro na economia paulista ocorreu tarde e foi restrita a poucas pessoas até o século XVIII (F. Lima, 2005). Entre essas pessoas, inicialmente havia poucos exportadores de açúcar (século XVI), comerciantes de trigo, pessoas em situação de escravidão (séculos XVI-XVII) e negociantes de cavalos e mulas (século XVIII). A monetização do trabalho atingiu a maioria das pessoas apenas no século XIX e, em algumas áreas, no século seguinte.

As comunidades cultivadoras da floresta eram a maioria dos assentamentos paulistas na década de 1920: 80% da população vivia fora das cidades (IBGE, 1926). Hoje, mais de 80% da população do Estado de São Paulo vive em áreas urbanas (IBGE, 2022), e o modo de vida agroflorestal foi reduzido a poucas comunidades (Sallum, 2022). Tal mudança, incluindo a introdução de produtos industrializados e a demarcação de propriedades (restringindo o acesso a matérias-primas), impactou a produção e a diminuiu, até restarem poucas mulheres que produziam a cerâmica. O êxodo rural teve efeitos prejudiciais para essas mulheres: 1) suas qualificações e habilidades tornaram-se muito restritas ou invisíveis nos núcleos urbanos; 2) suas redes locais e de sociabilidade foram desestruturadas; e 3) transformações nas dinâmicas de parentesco e afeto resultaram em novos arranjos conjugais e em um aumento nas separações. Conforme a distribuição demográfica, o sudeste de São Paulo constituiu um contexto específico em termos de práticas cerâmicas, dado que a configuração sociocultural da sociedade paulista mudou gradual e significativamente ao longo da história (Noelli; Sallum, 2019).

Do início do século XVI até meados do século XVII, a população era majoritariamente composta por Tupiniquim, com poucos portugueses, pessoas da diáspora africana e indígenas não-Tupiniquim. No início do século XVIII, a população Tupiniquim diminuiu e a maioria passou a ser formada por seus descendentes com portugueses, pessoas da diáspora africana, europeia e indígenas não-Tupiniquim. No século XVIII, os povos Tupiniquim deixaram de ser mencionados pelo sistema burocrático; seus descendentes foram denominados de paulistas, junto a uma crescente população de imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil

durante o ciclo do ouro em Minas Gerais. Nos séculos XIX e XX, brasileiros de outras regiões começaram a chegar, juntamente com mais europeus e os primeiros asiáticos. A chegada de pessoas indígenas escravizadas, especialmente guarani do sul do Brasil, Mato Grosso do Sul e regiões do Paraguai, foi constante desde a segunda metade do século XVI até a década de 1670. A partir de então, a escravidão de africanos e seus descendentes aumentou, mas não foi significativa em termos quantitativos até 1740, formando pequenos núcleos na costa entre Peruíbe e Cananéia e produzindo cerâmicas diferentes da cerâmica paulista.

MAPEANDO A CERÂMICA PAULISTA

Na costa sul do estado de São Paulo, entre os municípios de Peruíbe e Iguape, os dados sobre a cerâmica paulista apresentam muitas semelhanças, apontando para uma relativa continuidade de longo prazo na tecnologia, enquanto os registros históricos indicam um contínuo fluxo de pessoas e cerâmicas de diferentes lugares e culturas. De uma perspectiva interdisciplinar, é possível conectar tecnologias cerâmicas do sítio arqueológico das Ruínas do Abarebebê ao contexto regional da década de 1960. Segundo dados arqueológicos e históricos, o sítio e a região foram continuamente ocupados desde o período pré-colonial até o presente. Isso foi inferido a partir de fontes históricas da região, bem como pela obtenção de duas datas de espectrometria da massa com acelerador (AMS-) (séculos VI e XVII) e da presença de faiança portuguesa e inglesa (séculos XVII a XIX) no próprio sítio (Cali, 2012; Sallum, 2018, 2022, 2023). Além dessa área, a cerâmica paulista foi produzida no Rio de Janeiro, Santa Catarina e, posteriormente, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, no contexto da expansão paulista dos séculos XVII e XVIII.

A cronologia da cerâmica ressoou na memória e genealogia das ceramistas da região de Iguape que, entre 1962 e 1967, relataram a Herta Scheuer (1976) suas recordações sobre seis gerações de ancestrais. Portanto, é possível verificar como a materialidade permite estabelecer conexões entre os dois extremos do processo histórico da cerâmica paulista, conectando as mulheres ceramistas desde o início do século XVI (Noelli; Sallum; Peixoto, 2023; Peixoto; Noelli; Sallum, 2022). Com base em uma vasta coleção de dados interdisciplinares, podemos demonstrar que as mulheres Tupiniquim criaram a cerâmica paulista em um contexto relacional com os portugueses (Noelli; Sallum, 2020b, 2023; Sallum *et al.* 2023).

POR UMA ABORDAGEM FEMINISTA E DE GÊNERO

No contexto deste artigo, a abordagem feminista e de gênero permite evidenciar o protagonismo de mulheres indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades tradicionais que não foram representados historicamente, frequentemente invisibilizadas por sistemas de dominação colonial, cujos ecos ainda reverberam nas estruturas sociais contemporâneas (Carneiro, 2019). Seguimos o exemplo da Arqueologia Feminista Negra para entender a diversidade nas relações sociais e a participação das mulheres nas diferentes esferas da vida (Marinho; Simoni, 2021). Segundo Battle-Baptiste (2011), “não existe [uma fórmula estabelecida]”, pois suposições ocidentais tendem a homogeneizar as relações em todos os contextos. Para entender as relações de gênero no período colonial, a autora destaca a importância de combinar teorias e práticas de diferentes áreas, como: 1) antropologia, 2) história, 3) narrativas diversas e história oral, 4) estudos de materialidade, 5) feminismo indígena, entre outras. As fontes coloniais são escassas quanto à diversidade de gênero entre os povos Tupiniquim, mas explicitam que suas concepções não se limitavam ao binarismo mulher/homem.

Essa situação começou a mudar no século XVIII, quando o binarismo e seus padrões sociais e morais foram impostos com o desembarque de grandes levas de portugueses. Essa mudança começou a romper com a complementaridade das relações entre gêneros, que até então eram um “índice de relações simétricas entre afins” (Matos, Santos; Belaunde, 2019, p. 395). Para essas autorias, a simetria implicava em uma “dinâmica com base nas diferentes combinações possíveis de relações entre um mesmo gênero e gêneros diferentes”, gerando corpos, pessoas e relações (Matos; Santos; Belaunde, 2019, p. 404).

Ainda assim, essas relações foram silenciadas na construção do passado colonial que moldou a cena acadêmica luso-brasileira do século XIX até recentemente, apagando o papel das mulheres na sociedade (Pacheco; Casimiro, 2025). Ao desconsiderar essas colaborações, concretiza-se o que propõem Kelly e Matos (2019): apagar alguém é, em última instância, negar sua própria humanidade. A desumanização dos povos Indígenas foi o meio sistematicamente utilizado pela elite dominante para desqualificar e descontextualizar, justificando o injustificável para espoliar as pessoas e transformar seus bens e terras em butim (Lima, 1995; Souza, 2017; Wolfe, 2006). A desqualificação é uma decisão política quando convém, permeando filosofia, teologia e história, dotando o campo jurídico de justificativas criativas para perpetuar desigualdades, justificar a escravidão e forçar o trabalho de povos indígenas, da diáspora africana e parte dos próprios europeus desde o século XVI.

Podemos afirmar que a hierarquia e o sistema de gênero ocidental não existiam entre os povos Tupiniquim (Fernandes, 1963), de forma semelhante às sociedades de origem iorubá (Oyùwùmí, 2023). As relações entre pessoas eram baseadas na colaboração – primeiro dentro da família conjugal, depois na família ampliada e, por fim, entre aliados e afins. E não havia um(a) chefe, mas um(a) coordenador(a) diário(a) das tarefas, geralmente alguém mais velho(a), dependendo da atividade. As mulheres eram responsáveis por todas as etapas da produção de cerâmica e pelo comércio local e regional, particularmente a partir do século XVIII. Os relatos das mulheres, reunidas por Scheuer (1976), Nascimento (1986) e Escalante e Rogério (1973), demonstram alguns desses aspectos nas décadas de 1960 e 1970, e podem ser atualizados por pesquisas mais recentes (e.g. Calaresi, 2014; Cerávolo, 1988; Lima, 2007; Magrini, 2019; Noelli; Sallum, 2020a, 2020b; Souza, 2015; Sallum *et al.* 2023; Tiburtius, 1968; Waldeck, 2014). Compreender as trajetórias históricas das ceramistas contemporâneas e suas memórias é uma forma de acessar aspectos da itinerância da cerâmica paulista, assim como de entender a “construção de identidades marcadas por descontinuidades e por posicionamentos múltiplos, ambíguos e aparentemente contraditórios” (Khan, Martins; Cardina, 2019, p. 2).

Em nossa perspectiva, as diferenças e práticas reunidas pelas mulheres ceramistas não são meras inovações, mas escolhas que reafirmam ações de suas ancestrais (Joyce e Lopiparo, 2005; Silva, 2023), contribuindo para a formação da identidade paulista (Sallum; Noelli, 2021). Essas práticas emergem de relações sociais entre “múltiplas diferenças que não se fundem ‘e que’ antagonizam ou se complementam mutuamente, reproduzindo-se desde um passado distante” (Cusicanqui, 2010). A cerâmica paulista foi produzida e utilizada tanto por povos Tupiniquim e seus descendentes em relações com portugueses, ou não, cujos “jogos de identidade ora distanciavam, ora aproximavam os paulistas de suas origens indígenas” (Monteiro, 2001, p. 9), quanto por recém-chegados de diferentes origens. Em diferentes contextos, tanto os Tupiniquim quanto os portugueses poderiam proclamar-se paulistas, ao ponto de a burocracia portuguesa reclamar do “autonomismo paulista”, uma ação explícita, tanto de lideranças (Alencastro, 1992, p. 39), quanto da maioria da população para não se deixar dominar pelo colonialismo até o final do século XVIII (Noelli, 2025, p. 118).

A questão do “jogo de identidade” e a materialidade da cerâmica paulista foi amplamente utilizada em São Paulo por diversos estratos sociais, do período colonial ao presente. Na maioria das residências, era usada junto com recipientes de madeira, cabaças e cuias, enquanto nas casas mais abastadas os alimentos eram servidos em cerâmicas locais e importadas de fabricação industrial na Europa e na Ásia (Hora *et al.* 2020; Casimiro, 2022; Magrini, 2019; Manfrini, 2020; Morales, 2001; Munsberg, 2018; Zanettini, 2005; Zanettini; Wichers, 2009; Zequini, 2006). A cerâmica teve uso inicial em comunidades organizadas em torno da prática de coivara, prática que persistiu até o século XXI. A partir do século XVIII, algumas mulheres começaram a produzi-la para um mercado urbano nascente, ainda fundamentado na troca de bens, sem circulação monetária. Com a progressiva monetização das relações, essas trocas foram sendo substituídas, mas a cerâmica seguiu como atividade enraizada no âmbito familiar e comunitário (Sallum; Noelli, 2021).

Nas últimas décadas, a produção cerâmica seguiu dois caminhos principais: diminuiu com a falta de estímulo, restando poucos usos alimentares específicos; e se reconfigurou com a criação de cooperativas de artesãs voltadas ao mercado de “artesanato”, promovendo a autonomia das mulheres e integrando elementos tradicionais e modernos, com a participação também de homens (Lara *et al.*, 2025; Magrini, 2019).

A cerâmica paulista se desenvolveu a partir de uma longa trajetória das práticas cerâmicas e do saber-fazer das mulheres, por meio de um processo contínuo de transmissão de conhecimentos. Esse percurso foi marcado por uma via de mão dupla entre decisões e práticas, voltada à compreensão e ressignificação da cerâmica comum portuguesa a partir dos próprios referenciais indígenas e, mais tarde, das pessoas que passaram a integrar essas comunidades (Sallum; Noelli, 2021). Esse processo resultou em “manifestações legítimas de modos específicos de se produzir e utilizar substâncias, matérias-primas e objetos segundo lógicas de classificação e transformação próprias” (Lagrou, 2013, p. 22).

A cerâmica comum portuguesa despertou o interesse dos povos Tupiniquim, para os quais a apropriação de objetos representava uma forma de estabelecer relações e atualizar a própria cultura. Como destaca Lagrou (2016, p. 13), é preciso combater “o preconceito mais comum em relação às populações indígenas – a convicção de que elas não podem mudar se quiserem continuar sendo indígenas”. Desde o século XVI, surge uma questão que deve ser abordada e que não é explicada por dados demográficos sobre o “jogo de identidades” e a autoidentificação. A urbanização impulsionada pela migração no século XIX causou uma inversão populacional devido ao contínuo influxo de pessoas. Estes grupos urbanos não eram homogêneos, mas compartilhavam a noção de serem superiores aos “velhos paulistas”, alimentada por suas identidades culturais e políticas coloniais (e, após 1822, políticas brasileiras). Os recém-chegados não compreendiam o modo de vida baseado no cultivo da floresta praticado pela maior parte da população, em clareiras onde produziam o suficiente para suprir as necessidades da família e trocar excedentes com parentes ou aliados.

Em 1766, os governantes coloniais elaboraram planos para discipliná-los e forçá-los a produzir maiores quantidades de alimentos, como mostrado no relato do governador da Capitania de São Paulo: “os mais pobres constroem um ‘sítio’, ou seja, uma cabana de barro coberta por folhas de palmeira, em um sopé de morro, próximo a um rio... ninguém tem renda nem meios de cultivar suas terras... plantam apenas o suficiente para sua subsistência... essas pessoas passam a maior parte do tempo ociosas, sem emprego... sua pobreza decorre dessa situação” (Mourão, 1952, p. 89-90). Não se tratava de falta de compreensão, mas de uma tentativa deliberada de desqualificar a autodeterminação

e a soberania alimentar de quem não queria vender a sua força de trabalho. Relatos desse preconceito são numerosos, como o de Auguste de Saint-Hilaire (1851, p. 273) que, em 1819, disse que era comum para os “brancos de raça pura” ridicularizar os “velhos paulistas” por sua aparência, por falarem “português brasileiro” e por seus hábitos alimentares (Dória; Bastos, 2018, p. 102-107). A situação piorou gradualmente, a ponto de esse preconceito ser replicado como um traço da herança colonial do Brasil até os dias atuais, constituindo outro tópico a ser pesquisado. Contudo, a documentação mostra que todos os mandatários da capitania não conseguiram dominar e explorar a população, sendo frustrados pela resistência e força da maioria demográfica até o início do século XIX (Noelli, 2025).

COMUNIDADES DE PRÁTICAS E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

As comunidades tradicionais – como as camponesas, indígenas, quilombolas ou caiçaras - são as que percebem mais profundamente esta relação entre “equilíbrio e sustentabilidade” por meio de processos de observação, ensaio, tentativa e erro que são transmitidos em sua cultura entre gerações. Por esta razão é que as regiões onde vivem são as que têm maior biodiversidade.

Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. (Jancz *et al.*, 2018, p. 20)

A cerâmica paulista foi produzida nas comunidades tradicionais autossustentadas, originalmente definida por Scheuer (1976) como “cerâmica popular de São Paulo”. Seu levantamento comunitário foi bastante completo e oferece informações sobre as mulheres, o processo de transmissão do conhecimento, o contexto de produção e descrições de cerâmicas de oito comunidades paulistas. Ela também fez um inventário da memória genealógica que remontava à década de 1850, embora não tenha consultado fontes históricas para identificar contextos sociais mais antigos de produção. Scheuer foi pioneira ao reconhecer a importância da prática cerâmica dessas mulheres inviabilizadas pela academia, mesmo diante da presença dessas peças em vários museus e da persistência das comunidades atuais. A economia dominante, voltada ao lucro e venda da força de trabalho, desconsiderou atividades fundamentais à reprodução da vida, realizadas por essas mulheres nos espaços comunitários e residenciais (Jancz *et al.*, 2018). Fora do mercado formal, essas ceramistas mantiveram saberes e, a partir da segunda metade do século XX, passaram a adaptar suas práticas às demandas do “artesanato”, buscando autonomia econômica e melhoria das condições de vida (Magrini, 2019, p. 60).

As ceramistas da década de 1960 mostraram a Scheuer algo que representa o conceito de comunidades de prática, resumido por Wendrich (2012) como uma perspectiva para estudar as relações entre o grupo e o indivíduo, focando no aprendizado individual e nas atividades grupais, onde o aprendizado é um processo contínuo baseado na troca de conhecimentos das experiências do grupo, por diferentes razões e de diferentes maneiras. Para Wenger (1998, p. 73), essas comunidades surgem por meio do “engajamento mútuo, empreendimento conjunto e um repertório compartilhado” e resultam da criação de conexões entre participantes que compartilham histórias sobre aprendizado. Tais comunidades de prática estão interligadas, formando constelações com configurações amplas e diversas (Wenger, 1998, p. 126).

Essas conexões se estabelecem de maneira dinâmica e complexa, com um fluxo contínuo de compartilhamento de conhecimentos mediado pelas ações de seus participantes.

Podemos concluir que não foi apenas a tecnologia cerâmica que resistiu ao tempo, mas também os processos de sociabilidade e irmandade nas comunidades de prática. As transformações nos padrões de consumo entre o período pré-colonial e o colonial ocorreram de forma gradual, acompanhando a formação de constelações de práticas, os movimentos humanos e a instalação dos assentamentos coloniais. Esse processo foi uma forma de ampliação das redes de aprendizado e formação de novas comunidades de prática no interior, desde Santo André e São Paulo de Piratininga até seus arredores, no século XVI. No século XVII, os assentamentos se expandiram para o sudeste de São Paulo e o nordeste do Paraná, criando comunidades que ainda existem, como demonstrado pelo fato de comunidades como Apiaí, Itaóca e Iguape ainda produzirem cerâmica paulista.

A Coroa implementou diversas estratégias para alcançar seus objetivos na formação dos núcleos coloniais. Um dos representantes de seus interesses deixou claro que os líderes portugueses buscavam eficiência no processo de colonização. Em 1532, Pero Lopes de Sousa (2001, p. 184) destacou a importância de os portugueses “viverem em comunicação de artes” com os povos indígenas – uma referência à “troca de práticas” como meio essencial para compreender o modo de vida Tupiniquim. Fica evidente que ações engajadas de indivíduos, descentralizadas e não hierárquicas, foram fundamentais para o êxito dessas alianças, já que as relações se consolidaram entre pessoas, e não entre líderes, em consonância com a lógica Tupiniquim de colaboração.

CERÂMICA, PRODUÇÃO E TRABALHO

A cerâmica paulista apresenta uma diversidade de morfologias e decorações. Era produzida por mulheres, suas descendentes e, mais tarde, por recém-chegados integrados às redes sociais formadas por Tupiniquins, portugueses e pessoas da diáspora africana no século XVI. À primeira vista, as cerâmicas Tupiniquim “pré-colonial” têm poucas semelhanças com as cerâmicas portuguesa e paulista – sobre as cerâmicas e mapas de sítios pré-coloniais ver: Corrêa (2014) e Noelli (2025); sobre a cerâmica comum portuguesa ver: Fernandes (2012) e Bugalhão e Coelho (2017); sobre a cerâmica paulista ver: Scheuer (1967, 1976, 1982); Nascimento (1986); Magrini (2019); Sallum e Noelli (2020) e Sallum *et al.* (2023); para aspectos comparativos, ver Tabela 4.

Tabela 4. Aspectos da produção das vasilhas cerâmicas.

Aspecto	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Organização da produção	Familiar e doméstica; moldada a partir do padrão Tupiniquim	Familiar e hierárquica, dirigida pelo oleiro mais experiente (geralmente homem)	Familiar e doméstica; moldada a partir do padrão Tupiniquim
Divisão do trabalho	Mulheres realizavam todas as etapas; homens podiam auxiliar na extração e transporte	Produção masculina; mulheres eventualmente envolvidas na decoração e comércio (fora dos grandes centros)	Mulheres realizavam todas as etapas; homens podiam auxiliar na extração e transporte
Uso principal da cerâmica	Uso familiar e comunitário	Uso familiar e comercial (local/regional)	Uso familiar, comunitário, e, posteriormente, comercial

continua...

Tabela 4. Continuação

Aspecto	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Tecnologia	Manual com base moldada e paredes acordeladas	Roda de oleiro (atividade masculina especializada)	Sem roda; manual com base moldada e paredes acordeladas, técnicas similares às Tupiniquim
Participação das mulheres	Central em todas as etapas	Presentes na preparação de elementos decorativos e no comércio das vasilhas	Central em todas as etapas
Regulação da produção	Não regulamentada; orientada ao uso interno	Regulada pelas autoridades desde a Idade Média (licenças, inspeções, tributos)	Sem regulação formal até o século XX; depois, impulsionada por políticas públicas
Comercialização	Não comercial	Para mercados locais e regionais	A partir de 1950, vendida como artesanato; unidades transportadas para outras cidades
Continuidades e transformações	Persistente nas comunidades Indígenas	Reduzida após industrialização	Transformada em artesanato reconhecido como patrimônio cultural

O processo de produção cerâmica foi estruturalmente semelhante entre Tupiniquim, portuguesa e paulista. Em Portugal, havia várias etapas de preparação da argila, que eram exclusivamente masculinas. Por outro lado, as mulheres Tupiniquim eram responsáveis por essas tarefas na produção da cerâmica paulista, sendo assistidas por homens apenas na extração e transporte da argila. Em Portugal, os homens produziam as vasilhas na roda de oleiro. Esse equipamento não foi adotado pelas mulheres Tupiniquim em sua cerâmica paulista, que empregavam, em vez disso, a prática comum de moldar a base e acordelar as paredes até à borda (algumas vasilhas também podiam ter bases enroladas).

Na metade norte de Portugal, as vasilhas eram enegrecidas com pigmento natural de argila e fumaça. Essa técnica não era conhecida pelos povos Tupiniquim no período pré-colonial. Contudo, evidências sugerem que as cerâmicas coloniais começaram a ser coloridas com corantes vegetais pretos logo após a primeira queima, utilizando-se sucos da casca da aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi) ou jacatirão/kuipeúna (*Miconia cinnamomifolia* (A. DC.) Naudin), uma técnica ainda utilizada para cobrir as cores vermelhas, marrons e cremes das argilas regionais no Baixo Vale do Ribeira (Scheuer, 1976; Nascimento, 1974). Processos pós-deposicionais no contexto arqueológico provocaram alterações químicas nesses corantes, mudando os tons pretos para cinza, mudança também observada na cerâmica portuguesa (Costa, 2014).

Quando a vasilha atingia uma textura semelhante ao couro, era brunida e/ou polida. Em seguida, para selar e padronizar a superfície, aplicava-se barbotina em um ou ambos os lados da parede da vasilha. Essa etapa da cadeia operatória era semelhante nas cerâmicas Tupiniquim e paulista, embora com densidades diferentes, dependendo da necessidade de reduzir a porosidade e modificar a pigmentação. A superfície interna era lisa em todos os três conjuntos cerâmicos.

No caso Tupiniquim, o interior de algumas classes funcionais de vasilhas, especialmente pratos coletivos, recebia desenhos pintados, como linhas e pontos vermelhos e pretos sobre um fundo branco (raramente creme). Nas cerâmicas comuns portuguesas não vidradas, predominava uma superfície externa lisa, podendo ter várias combinações decorativas, como tiras de argila, linhas curvilíneas e diagonais incisadas, incisões horizontais, carimbos e motivos florais pintados (Bugalhão; Coelho, 2017).

A cerâmica Tupiniquim recebia diferentes tratamentos de superfície, isolados ou combinados, conforme a função da peça: ondulações, marcas digitais, corrugações, incisões, alisamento com espátula, escovação e pintura decorativa. As cores predominantes – vermelho (*taguá*), branco (*tabatinga*) e preto – eram obtidas de pigmentos minerais (óxidos de ferro, caulim e manganês). *Taguá* e *tabatinga* foram registrados no século XVI (Anchieta, 1595, p. 14v) e preservados na Língua Geral Paulista e no vocabulário da cerâmica paulista (Noelli; Sallum, 2021).

A cerâmica paulista também apresentava superfícies predominantemente lisas na maioria das classes funcionais, embora algumas pudessem exibir motivos diversos. As vasilhas pintadas desapareceram gradualmente na segunda metade do século XX, devido à dificuldade de acesso aos pigmentos minerais, agravada pela propriedade da terra (Scheuer, 1976). A cerâmica paulista podia ter superfície lisa, mas algumas vasilhas eram escovadas, marcadas com taquara ou corrugadas. Incisões onduladas ou diagonais e “tiras” decorativas no oriundas da cerâmica portuguesa eram aplicadas à superfície. Asas, alças e bicos são ausentes na cerâmica Tupiniquim, mas comuns na portuguesa e paulista. Poucos exemplares Tupiniquim com asas estão em museus; alças e bicos são raros no registro arqueológico colonial.

A queima a céu aberto ocorria em todas as três práticas: 1) cerâmica comum portuguesa: grandes quantidades de vasilhas eram queimadas na soenga, técnica ainda usada hoje em dia; 2) Tupiniquim: poucas vasilhas eram queimadas por vez ao ar livre; e 3) cerâmica paulista: semelhante à soenga quando o forno não era utilizado. A queima em forno era comum tanto em Portugal quanto na cerâmica paulista.

Em algumas classes funcionais da cerâmica Tupiniquim e paulista (mas não nas portuguesas), resinas vegetais eram utilizadas para revestir as vasilhas. As principais espécies utilizadas eram a almecegueira ou breu branco (*Protium heptaphyllum* (Aubl.) Marchand), chamada de *yvyra ysy* na língua indígena, e o pinheiro brasileiro em áreas de maior altitude da Serra Geral (*Araucaria angustifolia* Bertol. Kuntze), da qual deriva o nome do bairro Curicica, vizinho de Jacarepaguá, Rio de Janeiro (*kuri'í ysyca*). A resina era aplicada em estado líquido após a queima, enquanto a vasilha estava muito quente, para selar a superfície, tornando-a impermeável e dando-lhe um aspecto envernizado.

As pessoas Tupiniquim não utilizavam vasilhas envernizadas e pintadas diretamente no fogo, exceto o *camucim* (pintado e envernizado acima do ombro), que era levemente aquecido com brasas ao redor da base para fermentar e armazenar o *cauim* (cerveja) (Noelli; Brochado, 1998). Outras vasilhas podiam ser utilizadas sobre o fogo, especialmente para processar alimentos, e no caso de vasilhas maiores, para servir comida e mantê-la aquecida. As cerâmicas pintadas portuguesas e da cerâmica paulista não eram utilizadas sobre o fogo, mas para processar e servir os alimentos.

FORMAS DAS VASILHAS

As cerâmicas portuguesa e paulista são morfológicamente e taxonomicamente mais próximas, quando comparadas com a cerâmica Tupiniquim (Noelli; Sallum, 2020b, 2021; Sallum *et al.* 2023) (Tabela 5). A maioria das vasilhas para servir/armazenar e cozinhar possui paredes de espessura fina a média. Em Portugal, a maioria dessas

vasilhas era usada para armazenar e transportar líquidos, com diferentes nomes locais e regionais, a depender da função. A cerâmica paulista possui menos nomes para funções semelhantes (ver Tabela 5; cf. Noelli e Sallum, 2020a; Sallum *et al.*, 2023).

Uma questão relevante é onde eram armazenados vinho, cachaça, vinagre e banha nos núcleos coloniais de São Paulo. As parreiras foram mais comuns no vale do Tietê e do Paraíba, enquanto as oliveiras foram pouco plantadas; a cana-de-açúcar foi amplamente cultivada, sendo a cachaça um dos subprodutos mais populares e produzida localmente com equipamentos cerâmicos. Outras questões dizem respeito ao cultivo e processamento de uvas e azeitonas. Sabemos que a cana-de-açúcar era cultivada no litoral de São Paulo no início do século XVI, e, em 1585, as uvas eram cultivadas em Piratininga, mas ainda havia dificuldade para armazenar o vinho, pois não haviam encontrado a madeira adequada para fazer os barris (Sallum; Noelli, 2021). E parte significativa das azeitonas e azeites eram importados em pequena escala, pois em 1567 declarou-se que em Piratininga daria azeite, “havendo já mostras disso” (Fernandes, 1960, p. 428).

Tabela 5. Morfologia e características tecnológicas das vasilhas.

Características Morfológicas	Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Espessura das paredes	Fina a média (0,4–2,5 cm)	Fina a média (0,4–1,5 cm)	Fina a média (0,4–1,5 cm)
Formato do corpo	Arredondado, cônico ou oval	Arredondado, elíptico ou cônico com contornos complexos	Arredondado, elíptico ou cônico com contornos complexos
Base	Geralmente cônica/arredondada; plana só em tipos específicos	Plana ou levemente arredondada	Plana, mas também arredondada onde fogo era direto no solo
Abertura	Abertura ampla, geralmente não restrita	Mais restrita que a paulista para mesma função	Mais ampla que a portuguesa (proporcionalmente)
Borda (armazenamento)	Voltadas para fora, com pescoço	Voltadas para fora com inclinações variadas, com pescoço	Voltadas para fora com pescoço
Borda (panela)	Diretas ou ligeiramente voltadas para fora	Pescoço direto, restrito e reforçado	Pescoço direto, mas não reforçado
Borda (frigideira, assadeira)	Verticais ou ligeiramente voltadas para dentro	Verticais ou levemente para dentro	Verticais ou levemente para dentro
Borda (prato, tigela, torrador)	Extrovertidas	Extrovertidas	Extrovertidas
Presença de pescoço	Sim, marcada nas de armazenamento	Sim	Sim

continua...

Tabela 5. Continuação

Características Morfológicas	Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Funções típicas	Servir, cozinhar e armazenar sobre lenha/seixos	Armazenamento e transporte de líquidos	Cozinhar (familiar e coletivo), armazenar e servir
Presença de alças/asas	Sim, mas forma simples	Sim, duplas ou simples	Sim, duplas ou simples, decoradas ou não
Decoração	Pintura interna em tipos específicos	Ondulada nas asas, polidas	Ondulada nas asas, preta, branca, vermelha ou creme
Uso de roda	Não	Sim, especialmente nos grandes centros	Não
Estabilidade morfológica (panela)	Não mencionada	Não mencionada	Sim, dois tamanhos de panela (familiar e comunitária)
Tipos especiais (ex.: torrador circular)	Torrador circular com borda	Torrador não mencionado	Torrador circular com ou sem borda; tipo disco sem borda é colonial

O consumo é um tema mais complexo de definir e requer novas pesquisas para compreender as práticas de uso entre os Tupiniquim, a fim de permitir uma definição mais precisa em comparação com as práticas portuguesas e paulistas, que são mais bem documentadas (Bugalhão; Coelho, 2017; Noelli; Sallum, 2019). A Tabela 6 apresenta aspectos da relação entre forma e função nos três conjuntos cerâmicos; a Figura 6 exhibe uma amostra de panelas produzidas entre os séculos XVI e XX; já a Figura 7 mostra uma moringa antropomorfa feita no século XX, em Barra do Chapéu.

Tabela 6. Forma e função das vasilhas.

Aspectos	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Formato das bordas (armazenamento)	Bordas voltadas para fora com pescoço	Bordas voltadas para fora com pescoço (jarros, potes)	Voltadas para fora com pescoço; formas similares às portuguesas
Formato das bordas (panelas)	Diretas ou sutilmente voltadas para fora	Diretas, com pescoço estreito	Pescoço direto, sem borda muito reforçada
Formato das bordas (frigideiras, assadeiras)	Verticais ou levemente voltadas para dentro	Curvas, com bordas contínuas ou cônicas	Curvas, com bordas contínuas ou cônicas, com alças
Formato das bordas (tigelas, pratos, torradores)	Extrovertidas	Extrovertidas (em alguns tipos)	Extrovertidas
Base (armazenamento e panelas)	Majoritariamente cônicas ou arredondadas (uso direto sobre o fogo)	Predominantemente base plana (uso em fogão com grelha/chapa)	Maioria com base plana (fogão com grelha); arredondadas em fogo direto

continua...

Tabela 6. Continuação

Aspectos	Cerâmica Tupiniquim (pré-colonial)	Cerâmica Comum Portuguesa	Cerâmica Paulista
Vasilhas específicas (Tupiniquim)	Vasilhas quadrangulares/ovais/triangulares com base plana, paredes espessas e pintura interna (não iam ao fogo)	Jarros, canecas, cantis, potes de armazenamento (para líquidos)	Divididas em familiar (pequeno) e comunitário (grande)
Vasilhas específicas	Não se aplica	Não se aplica	Depósito (pote, cantil), boião (jarro) com duas alças, base plana
Frigideiras	Não mencionado	Vasilhas de fritura e aquecimento, com alças, decoradas	Multifuncionais; decoradas, com coloração variada e asas onduladas
Torradores	Torrador circular com borda direta ou extrovertida (uso com mandioca e café)	Não mencionado	Torrador circular com borda (como Tupiniquim) e versão colonial sem borda, disco plano

Figura 6. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná; Acervo Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná; Casa do Artesão de Apiai, panela produzida por Ana Gonçalves de Andrade Rocha; Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Paraná; panela produzida Trindade Teixeira de Oliveira; Museu Ferroviário de Sorocaba; Museu de Arqueologia de Etnologia da Universidade de São Paulo; Museu Histórico de Itapeva, reconstrução: Carolina Guedes; Museu da Floresta Nacional de Ipanema – SP.



Fonte: Foto Marianne Sallum (M.S.); Foto M.S.; Foto Francisco S. Noelli (F.S.N.); Foto M.S.; Lima, 2007, p. 108; Foto F.S.N.; Foto F.S.N.; e Zequini, 2007.

Figura 7. "Moringa Mulher". Ceramista: Trindade de Oliveira. Barra do Chapéu (SP).
Acervo Casa do Artesão de Apiaí (SP).



Fonte: Foto de Marianne Sallum.

CONCLUSÃO

A transmissão de saberes segue como um dos pilares milenares da vida no bioma da Mata Atlântica, especialmente no ecossistema do Vale do Ribeira. As mulheres ocupam, há séculos, um papel central nas práticas coletivas dessa existência “fundada nos intercâmbios e diálogos de saberes” sendo, por exemplo, tradicionalmente responsáveis por “selecionar, guardar e trocar sementes” (Jancz, 2018, p. 21). Elas atuam tanto no cultivo da floresta, que sustenta a soberania alimentar, quanto na produção de utensílios usados para processar e consumir vegetais e animais. As memórias das mulheres do presente, assim como os registros arqueológicos e históricos, evidenciam um modo de vida moldado pela residência em clareiras, pelas áreas de cultivo, por redes de trilhas na mata e pela navegação nos rios principais e seus afluentes. Hoje, os quintais continuam como espaços privilegiados de experimentação, combinando horta, pomar, criação de pequenos animais, além de plantas comestíveis, medicinais e ornamentais (Jancz, 2018).

Pode-se afirmar que as práticas de ocupação mantiveram uma estrutura semelhante na longa duração, variando apenas na forma/tamanho/conteúdo das residências e das materialidades, e parte das espécies cultivadas e dos animais consumidos. De modo geral, as populações foram compartilhando os saberes necessários para viver no Vale do Ribeira, transmitindo-os também àqueles que vinham de fora. É possível deduzir que as populações sambaquieiras cultivavam a floresta e viviam em clareiras contíguas aos seus montes de conchas (Ferraz *et al.*, 2023; Figuti *et al.*, 2013), com evidências crescentes

do consumo de plantas entre 8 e 3 mil A.P. É muito provável que boa parte do conhecimento sobre as espécies botânicas alimentares do litoral sul e do Vale do Ribeira também tenha sido legado pelas comunidades sambaquieiras. Por volta de 2 mil A.P., grupos ancestrais falantes de línguas da Família Jê começaram a ocupar a região sul do Brasil (Araujo, 2024; Noelli; Souza, 2017), com o estilo de vida no interior da floresta, marcado por residências e cultivos dentro e fora das clareiras. Destaca-se, neste contexto, a contribuição para a formação de espécies hiperdominantes, como o pinheiro Araucária, entre outras. Pouco depois de 2 mil A.P., as populações Tupiniquim iniciaram a ocupação do Vale do Ribeira (Noelli, 2025), com práticas intensivas de cultivar a floresta envolvendo centenas de espécies e construção de grandes casas-longas nas clareiras. As comunidades Tupiniquim e a sua descendência com pessoas europeias e da diáspora africana deram continuidade a transmissão de saberes, hoje perceptíveis nas comunidades Caiçaras, Tupi Guarani, Quilombolas e Tradicionais.

As mulheres do presente e do passado produziam conhecimentos diversos, tanto os herdados, quanto da apropriação e transformação das novidades trazidas de fora. A transmissão para quem chegava de fora pode ser constatada de formas diversas, a partir de um amplo conjunto de informações que permitem identificar práticas locais e regionais em todo o Vale do Ribeira. Ao mesmo tempo que diversas gerações foram incorporando as novidades, como plantas, animais, materialidades e algumas práticas. Para reconhecer tais continuidades com mudanças é importante considerar as especificidades de cada história local, dialogando com as fontes escritas e com as memórias mais contemporâneas sobre territórios, residências, alimentação e o uso de materiais perecíveis que compunham a maioria dos itens produzidos localmente nas comunidades. A linguagem da botânica, zoologia, da materialidade e das práticas constitui um novo campo a ser explorado, pois as descendentes no presente preservam acervos de tais saberes. Além disso, bibliotecas, museus e instituições guardam registros documentais e materialidades legadas por muitas mulheres no passado, que igualmente poderão mostrar muito sobre a vida na floresta.

Por isso atribuímos grande importância à biografia e memórias das mulheres agricultoras e ceramistas do Alto Vale do Ribeira, verdadeiras sabedoras e grãos de um vasto legado que se acumula há muitos séculos. A biografia é um portal com múltiplas possibilidades, começando pelas genealogias, que são a chave de acesso aos contextos da transmissão de saberes nas comunidades de práticas. Trata-se de uma via promissora para novas abordagens na Arqueologia Histórica e suas vertentes sobre a persistência e o colonialismo.

AGRADECIMENTOS

À Silvia Alves Peixoto e Marcos André Torres de Souza agradecemos o convite para integrar este dossiê. À revisão do nosso artigo, pelas sugestões e indicações para melhorar o texto. Às mulheres ceramistas do Vale do Ribeira, especialmente da Associação de Artesãs de Apiaí – Custódia Jesus da Cruz, pela parceria, pelo interesse em nosso projeto e pelos imensos saberes que possuem para fazer belas cerâmicas. Ao museu Casa do Artesão de Apiaí, um centro muito importante que deveria ser copiado em outras cidades brasileiras, e à sua diretora, Regina Beoni. À família Looze (Diná, Jaqueline e Aparecido) do ateliê Arte Looze (Apiaí), pela gentileza em compartilhar seus conhecimentos e suas bonitas cerâmicas. À nossa amiga e parceira Danielle Gomes Samia, pelo mapa de localização dos núcleos ceramistas. MS recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil: processos n.º 2024/04746-1, 2024/20602-0, 2019/18664-9, 2019/17868-0. MS & FSN receberam apoio de fundos portugueses através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia,

no âmbito do projeto UID/00698/2020: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e, FSN a bolsa de doutoramento FCT SFRH/BD2020.05745 na ULisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz F. *O Trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ANCHIETA, José de. *Arte de gramatica da lingoa mais vsada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara no estado de São Paulo: estado da arte e perspectivas 15 anos depois. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 147-165, 2024. DOI: 10.24885/sab.v37i1.1193.

BATTLE-BAPTISTE, Withney. *Black feminist archaeology*. Walnut Creek (US): Left Coast Press, 2011.

BAPTISTA, Tainá Helena Correia. *Cultivando roças, manejando resistências: territorialidade, identidade quilombola e territorialidades em conflito no Vale do Ribeira (SP)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

BROCHADO, José Proenza. What did the Tupinamba cook in their vessels? A Humble contribution to ethnographic analogy. *Revista de Arqueologia*, v. 6, p. 40–88, 1991. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315096254>

BROCHADO, José Proenza. *Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura da América do Sul*. São Paulo: Tikibooks, 2024.

BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês. Cerâmica moderna de Lisboa: proposta tipológica. In: Encontro de arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação, 1., Lisboa, 2017. *Anais [...]*. Lisboa (PT): Imprensa Municipal/Câmara Municipal, 2017. p. 106-146.

CALARESI, Anna Cláudia Mendes de Almeida. *Argila: matéria-prima para cerâmica popular - três casos - Rio Real (BA), Apiaí (SP) e Taubaté (SP)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

CALI, Plácido. *Programa de monitoramento e gestão do patrimônio arqueológico nas áreas do sistema de esgotamento sanitário no bairro Ruínas, município de Peruíbe-SP*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 325-333.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. *São Paulo em Perspectivas*, v. 11, n. 4, p. 16-21, 1997.

CASIMIRO, Tânia Manuel. Por que importa saber de cerâmica portuguesa no colonialismo Atlântico? *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 230-249, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22651>

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 21-74, 1992. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1992.111318>.

CERÁVOLO, Marina Vieira Neves. Cerâmica de Apiaí: momentos de uma pesquisa em arte popular. *Cerâmica*, v. 34, p. 14-24, 1988.

- CORRÊA, Ângelo A. *Pindorama de mboia e iakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- COSTA, Bruno, Ricardo Pinto. *A cerâmica preta do mosteiro de São João de Tarouca*. Lisboa (PT): Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- COSTA, Wendel Alexandre Dalitesi. *Nosso Guarujá Caiçara*. Guarujá: André Vieira Colombo, 2024.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo Viveiros de. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 71, p. 191-208, 1985. DOI : <https://doi.org/10.3406/jsa.1985.2262>.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa. una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires (AR): Tinta Limón, 2010.
- DÓRIA, Carlos Alberto.; BASTOS, Marcelo Corrêa. *A culinária caipira da Paulistânia*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- ESCALANTE, Eduardo Álvares.; ROGÉRIO, Walter. Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Entrevistadas: Denica Silva Pereira e Ana Pereira. Folclore de Jairê, parte 2/3, 1973. Disponível em: <https://acervo.mis-sp.org.br/audio/folclore-de-jaire-parte-23>. Acesso em: 4 maio 2025.
- FERNANDES, Baltasar. Carta aos padres e irmãos de Portugal. Piratininga, 5 de dez. de 1567. *Monumenta Brasiliae*, v. 4, p. 421-429, 1960.
- FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FERNANDES, Isabel. *A loiça preta em Portugal: estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Braga (PT): Universidade do Minho, 2012.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Amerigo: the man who gave his name to America*. New York (US): Random House, 2007.
- FERRAZ, Tiago *et.al.* Genomic history of coastal societies from eastern South America. *Nature Ecology & Evolution*, v. 1, p. 1, 2023.
- FIGUTI, Levy; PLENS, Cláudia Regina; DEBLASIS, Paulo Dantas. Small sambaquis and big chronologies: shellmound building and hunter-gatherers in Neotropical Highlands. *Radiocarbon*, v. 55, n. 2-3, p. 1215-1221, 2013.
- FLORES-MUÑOZ, Julieta; SALLUM, Marianne; BALANZÁTEGUI, Daniela. The materiality of remembering and affective alliance: a dialogue between communities and archaeology on the coast of São Paulo, Brazil and Veracruz, Mexico. *International Journal of Historical Archaeology*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-024-00765-3>.
- GARIMPO DE SOLUÇÕES. *Pepitas do Ribeira – Dina e Jaque (Arte Looze)*. [S.l.], 21 maio 2022. 1 vídeo (11min42s). Disponível em: https://youtu.be/O5z02PcuBIQ?si=bj2AsnH1c_gJQkDV. Acesso em: 4 maio 2025.
- HORA, Juliana; PORTO, Vagner; MAGALHÃES, Wagner; ALENCASTRO, Elaine. Unveiling regional archaeological heritage, historical archaeology at Vale do Ribeira: the case of Sobrado dos Toledos, Iguape-São Paulo. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 24, p. 707- 727, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-020-00540-0>.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento 1920. 4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em 4 maio 2025.
- JANCZ, Carla *et al.* *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOF, 2018. 84 p.
- KELLY, José A.; MATOS, Marcos A. Política de consideração: ação e influência nas terras baixas da América do Sul. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 25, n. 2, p. 391-426, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p391>.
- KHAN, Sheila; MARTINS, Bruno S.; CARDINA, Miguel. Memórias da violência colonial: reconhecimentos do passado e lutas pelo futuro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, p. 1-3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864x.2019.2.33814>.
- KRENAK, Aílton. A questão indígena e a América Latina. In: COHN, Sérgio (org.). *Encontros: Aílton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. p. 150-173.
- LAGROU, Els. No caminho da miçanga: Arte e alteridade entre os ameríndios. *Revista Enfoques. Etnografia, Arte e Imagem*, v. 12, p. 18-49, 2013.
- LAGROU, Els. *No caminho da miçanga: um mundo que se faz de contas*. Catálogo. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2016. p. 10-15.
- LARA, Barbarita *et al.* Ecologies of sustainability and networks of solidarity: knowledge and practices in the Valley of Thorns (Ecuador) and Ribeira Valley, São Paulo (Brazil). *Agora*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25660/AGORA0029.QAGV-E343>.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Fernando César Gonçalves. de Carvalho. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. *Estudos Econômicos*, v. 35, p. 169-201, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612005000100006>.
- LIMA, Josiane Aparecida Camargo de. *Ata da Assembleia de Constituição/Estatuto da Associação de Artesãos de Apiaí – Custódia Jesus da Cruz*, 2005. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/100838>. Acesso em 4 maio 2025.
- LIMA, Manoel Raimundo Nunes. *A fotografia como instrumento da documentação e preservação da memória: arte e sobrevivência no alto Vale do Ribeira*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MAGRINI, Amanda. *Lá no alto, o barro é encantado: a cerâmica do Alto Vale do Ribeira*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.
- MANFRINI, Marcelo Ricardo. *Potes fragmentados em uma sociedade conectada: produção e distribuição de cerâmica utilitária na São Paulo colonial*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- MARINHO, Thais. Alves; SIMONI, Rosinalda. Carvalho da Silva. Coletividades femininas negras na história de Goiás: do afro catolicismo aos feminismos de terreiros. In: SOARES, Ana Carolina Evangelista C.; SILVA, Murilo Bastos da (org.). *História das mulheres, relações de gênero e sexualidade em Goiás*. São Paulo: Paco Editorial, 2021. p. 473-498.

- MARINHO, Thaís; SIMONI, Rosinalda Carvalho da Silva. Decolonialidade e mulheres negras em Goiás: do afrocatolicismo aos feminismos de terreiros. *Numen*, v. 24, n. 1, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.34019/2236-6296.2021.v24.32146>.
- MATOS, Beatriz Almeida; SANTOS, Júlia Oliveira; BELAUNDE, Luísa Elvira. Corpo, terra, perspectiva: o gênero e suas transformações na etnologia. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 11, n. 2, p. 392-412, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v11i2.7957>.
- MELIÀ, Bartomeu. Potyrõ: a questão do trabalho indígena Guarani. In: *Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Faculdades Dom Bosco, 1989. p. 395-426.
- MELLO, Louise Cardoso de. Juntando cacos: persistência e reexistência nas práticas cerâmicas do vale do Guaporê. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 92-123, 2022.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2001.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTÓN-SÚBIAS, Sandra. Otros pasados son posibles: discurso y arqueología feminista. *Discurso & Sociedad*, v. 15, n. 3, p. 569-587, 2021.
- MORAES, Irislene Pereira; COSTA, Luciana Alves; JESUS, Luciana Lopes de. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas: experiências no território quilombola dos povos Aroáka – Amazônia paraense. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 55-74, 2022.
- MORALES, Walter M. A cerâmica neo-brasileira nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 11, p. 165-187, 2001. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2001.109416>.
- MOURÃO, Luís Antônio de Souza Botelho. Carta ao Ilmo. Sr. Conde de Oeiras, São Paulo, 13 de dezembro de 1766. *Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo*, v. 73, p. 88-95, 1952.
- MUNSBURG, Suzana. *Dos seiscentos aos oitocentos: estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconfiguração das identidades paulistas*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- NASCIMENTO, Haydée. Cerâmica Folclórica em Apiaí. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 186, p. 45-121, 1974.
- NOELLI, Francisco Silva. *Não há colonialismo sem tekoába: uma arqueologia das relações e da materialidade entre Tupiniquim e Portugueses na Capitania de São Vicente, Brasil (1502-1700)*. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2025.
- NOELLI, Francisco Silva; BROCHADO, José Proenza. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 8, p. 117-128, 1998.
- NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, Jonas Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 12, n. 12, p. 57-84, 2017.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas Tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 25, p. 701-742, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n3p701>.

- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Comunidades de mulheres ceramistas e a longa trajetória de itinerância da cerâmica paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, p. 132-153, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.166053>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Para cozinhar...: as panelas da cerâmica paulista. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 18, n. 2, p. 501-538, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v18i2.8436>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Por uma história da linguagem da Cerâmica Paulista: as práticas compartilhadas pelas mulheres. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 13, n. 1, p. 367-396, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v13i01.40664>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Archaeologies of colonialism and the indigenous presence in Brazil: the remarkable Tupí Guaraní trajectory. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 38, n. 1, p. 113-133, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17863/CAM.104458>.
- NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne; PEIXOTO, Silvia Alves. Archaeologies of gender, kinship, and mobility in Southeast Brazil: Genealogies of Tupiniquim women and the itinerancy of ceramic practices. *Journal of Social Archaeology*, v. 23, n. 2, p. 193-218, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/14696053231180273>.
- NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Paidós/Planeta, 2023.
- OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. *Mulheres africanas e feminismo: reflexões sobre a política da sororidade*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- PACHECO, Susana; CASIMIRO, Tânia Manuel. The weaker sex? An archaeology for gender empowerment in twentieth century Portugal. *International Journal Historical Archaeology*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-024-00776-0>.
- PANICH, Lee M.; ALLEN, Rebecca; GALVAN, Andrew. The archaeology of Native American persistence at Mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v. 38, p. 11-29, 2018.
- PEIXOTO, Silvia; NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. De São Vicente a Jacarepaguá: uma genealogia de mulheres Tupiniquim e a itinerância da Cerâmica Paulista. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 326-335, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22633>.
- PEREZ, Glauco Constantino. *Arqueologia Paulista e o marcador cerâmico como delimitador de fronteira étnica: um estudo das regiões sul e oeste do Estado de São Paulo*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, v. 2. Paris (FR): Arthus Bertrand Libraire-Éditeur, 1851.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. Rio de Janeiro: UBU editora, 2023.
- SALLUM, Marianne. Estudos coloniais e globalização: fluxos, fricções e confluências. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 3, n. 1, p. 51-62, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v13.1.2015.51-62>.
- SALLUM, Marianne. *Colonialismo e ocupação Tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: <http://doi.org/10.11606/T.71.2019.tde-27092018-112906>.
- SALLUM, Marianne. Por uma “aliança afetiva” entre a arqueologia e os saberes tradicionais: contribuições para o entendimento da sociedade moderna no Brasil. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 273-300, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22464>.

- SALLUM, Marianne. Rethinking Latin American Archaeology: “affective alliances” and traditional community-engagement. *Papers from the Institute of Archaeology*, v. 34, n. 1, p. 1–42, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14324/111.444.2041-9015.1392>.
- SALLUM, Marianne. Gênero, Memórias, Materialidades e Linguística: confluência entre Mulheres Indígenas, Afrodescendentes e AfroIndígenas na Arqueologia Histórica de São Paulo. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 16, n. 1, p. 69-98, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v16i1.54346>
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. An archaeology of colonialism and the persistence of women potters’ practices in Brazil: from Tupiniquim to Paulistaware. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 24, n. 1, p. 546-570, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10761-019-00517-8>.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. “Politics of regard” and the meaning of things: the persistence of ceramic and agroforestry practices by women in São Paulo. In: PANICH, Lee M.; GONZALEZ, Sara L. (ed.). *Handbook of the Archaeology of Indigenous-Colonial Interaction in the Americas*. New York (US): Routledge, 2021a, p. 338-356.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. 2021b. “A pleasurable job”... Communities of women ceramicists and the long path of Paulistaware in São Paulo. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 61, n. 1, p. 1-12, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2020.101245>.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. “Política da consideração” e o significado das coisas: a persistência de comunidades de práticas agroflorestais em São Paulo. *Cadernos do Lepaarq*, v. 19, n. 37, p. 356–89, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22874>.
- SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. Povos indígenas e arqueologia do colonialismo no Brasil. In: SYMANSKI, Luiz Cláudio; SOUZA, Marcos André Torres de (ed.). *Arqueologia Histórica no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2022b. p. 275-308.
- SALLUM, Marianne; IORIS, Hyrma; GUEDES, Carolina; NOELLI, Francisco S. “Carinhosas conservadoras” de saberes ancestrais: o testemunho de Herta Löell Scheuer como um exemplo de Arqueologia da Escuta sobre as práticas das mulheres ceramistas de São Paulo e do Paraná. *Noctua*, v. 2, n. 8, p. 73-157, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26892/noctua.v2i8p73-157>.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. *Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani*. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- SCHEUER, Herta Loell. Estudo de um núcleo de cerâmica popular. *Arquivos do Museu Paranaense*, v. 1, 1967.
- SCHEUER, Herta Loell. *Estudo da cerâmica popular do Estado de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- SCHEUER, Herta Loell. *A tradição da cerâmica popular*. São Paulo: Escola de Folclore/Editora Livramento, 1982.
- SCHNEIDER, Tsin, Duncan; NELSON, Peter Allen; TIPON, Nick. Conclusion: Perspectives on presence from a sovereign (and very much present) Native American community. In: SCHNEIDER, Tsin Duncan.; PANICH, Lee M. (org.). *Archaeologies of Indigenous Presence*. Gainesville (US): University Press of Florida, 2022. p. 287-304.
- SILLIMAN, Stephen W. Change and continuity, practice and memory: Native American persistence in colonial New England. *American Antiquity*, v. 74, p. 211-230, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0002731600048575>.

- SILLIMAN, Stephen W. Colonialism in historical archaeology. In: ORSER, Charles E.; ZARANKIN, Andres; FUNARI, Pedro Paulo A.; LAWRENCE, Susan; SYMONDS, James (eds.). *Handbook of Global Historical Archaeology*. London (UK): Routledge, 2020. p. 41-60.
- SILVA, Rúbia Almeida. *A persistência de práticas cerâmicas do período pré-colonial ao presente: a Cadeia Operatória das panelas de barro de Goiabeiras em Vitória – ES*. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- SOUSA, Pero Lopes de. Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa (1530–1532). In: GUIRADO, Maria Cecília (org.). *Relatos do descobrimento do Brasil: as Primeiras Reportagens*. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 2001, p. 139-189.
- SOUZA, Joseneide Fraga. *Artesanato e Design: identidade e mercado – a produção cerâmica no Vale do Ribeira/SP*. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SOUZA, Marcos André Torres. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 144-153, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.505>.
- SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes. A expedição portuguesa ao Brasil em 1501–1502 e Amerigo Vespucci. *Revista de História*, v. 20, e9611, 1960. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.119970>.
- TIBURTIUS, Guilherme. Altere Hauskeramik aus der Umgebung von Curitiba, Paraná, Südbrasilien. *Anthropos*, v. 63/64, p. 49-74, 1968.
- TORÍBIO-MEDINA, José. *Los viajes de Diego García de Moguer*. Santiago de Chile (CL):: Imprenta Elzviriana, 1908.
- THORPE, Kirsten. Returning love to Ancestors captured in the archives: Indigenous wellbeing, sovereignty and archival sovereignty. *Archival Science*, v. 24, p. 125–142, 2024.
- TUXÁ, Yacunã; GAMBRELL, Natasha; APYKÁ, Luã; MORSEAU, Blaire; SILLIMAN, Stephen W.; BALANZÁTEGUI, Daniela.; SALLUM, Marianne. Indigenous archaeologies, territories, and human rights: dialogues among representatives of the Tupi Guarani, Tuxá, and Eastern Pequot. *Agora*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25660/AGORA0015.E1YP-MV02>.
- WALDECK, Guacira. De “luta do barro”, “isso do barro”, “nesse serviço” à cerâmica de Apiaí. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, v. 11, n. 1, p. 107-128, 2014.
- WENDRICH, Willeke. Archaeology and apprenticeship: body knowledge, identity, and communities of practice. In: Wendrich, Willeke (org.). *Archaeology and Apprenticeship: Body Knowledge, Identity, and Communities of Practice*. Tucson (US): University of Arizona Press, 2012. p. 1-19.
- WENGER, Étienne. *Communities of Practice: Learning, Meaning, and Identity*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511803932>.
- WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/14623520601056240>.
- ZANETTINI, Paulo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.71.2006.tde-04082006-170833>.

- ZANETTINI, Paulo; WICHERS, Camila Moraes. A cerâmica de produção local/regional em São Paulo colonial. In: MORALES, Walter; MOI, Flávia (org.). *Cenários regionais em arqueologia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 311–334.
- ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba séculos XVI–XVIII*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.71.2007.tde-25062007-151536>.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

ENTRE O VALE DO MULEMBÁ E GOIABEIRAS VELHA: A CADEIA OPERATÓRIA DA PRODUÇÃO CERÂMICA CONTEMPORÂNEA DE VITÓRIA NO ESPÍRITO SANTO

Rúbia de Almeida Silva*

RESUMO

Este artigo investiga o ofício das Paneleiras de Goiabeiras, patrimônio imaterial registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com foco em sua dimensão arqueológica, pouco explorada. Por meio de abordagem interdisciplinar, que articula etnografia, arqueologia experimental, arqueometria e dados regionais, analisa-se a cadeia operatória da produção cerâmica – desde a obtenção de matérias-primas até a finalização das vasilhas. O estudo também analisa as técnicas de manufatura, queima e acabamento, correlacionando as práticas ancestrais e memórias com dados etnográficos e arqueológicos, com ênfase na morfometria. O trabalho oferece dados para compreender a cerâmica encontrada em sítios arqueológicos da região de Goiabeiras e entorno, ampliando o entendimento sobre o processo de persistência de práticas e interações sociais.

Palavras-chave: Paneleiras de Goiabeiras; Cadeia operatória; Etnoarqueologia; Práticas cerâmicas.

* Pesquisadora associada do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich (IPAE).
E-mail: rubiadealmeida@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9798-0158>

BETWEEN VALE DO MULEMBÁ AND GOIABEIRAS VELHA: THE OPERATIONAL CHAIN OF CONTEMPORARY CERAMIC PRODUCTION IN VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT

This study investigates the craft of Paneleiras de Goiabeiras, an intangible heritage registered by IPHAN, focusing on its archaeological dimension, which has been little explored. By ethnography, experimental archaeology, archaeometry, and regional data, the operational chain of ceramic production is analyzed — from the acquisition of raw materials to the completion of the vessels. This study documents manufacturing, firing, and finishing techniques, correlating contemporary practices with ethnographic and archaeological data. The analysis highlights the persistence of traditional practices and morphometric characteristics. This study offers new comparative perspectives to interpret ceramic archaeological sites, expanding the understanding of the relations between material culture and ceramic practices in the Goiabeiras region.

Keywords: Paneleiras de Goiabeiras; Chaîne Opératoire; Archaeology of persistence; Ethnoarchaeology; Ceramic practices.

ENTRE EL VALLE DE MULEMBÁ Y GOIABEIRAS VELHA: LA CADENA OPERATIVA DE LA PRODUCCIÓN CERÁMICA CONTEMPORÁNEA EN VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

RESUMEN

Este artículo analiza la artesanía de las Paneleiras de Goiabeiras, patrimonio inmaterial registrado por el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN), con foco en su dimensión arqueológica poco explorada. Con un enfoque interdisciplinar que combina etnografía, arqueología experimental, arqueometría y datos regionales, este estudio analiza la cadena de producción de la cerámica, desde la obtención de las materias primas hasta el acabado de las vasijas. El estudio también analiza las técnicas de fabricación, cocción y acabado al correlacionar prácticas y memorias ancestrales con datos etnográficos y arqueológicos, con énfasis en la morfometría. El trabajo ofrece datos para comprender la cerámica encontrada en sitios arqueológicos de la región de Goiabeiras y sus alrededores, al ampliar la comprensión del proceso de persistencia de prácticas e interacciones sociales.

Palabras clave: Paneleiras de Goiabeiras; Cadena operativa; Etnoarqueología; Prácticas cerámicas.

INTRODUÇÃO

A produção cerâmica desempenha um importante papel na história e cultura de diversas comunidades, funcionando como expressão material das interações entre grupos, identidades e conhecimentos transmitidos por gerações (Wendrich, 2012). No bairro de Goiabeiras, em Vitória, Espírito Santo, as Paneleiras mantêm vivo esse ofício, cujo reconhecimento como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reflete sua importância histórica e cultural. Apesar de amplamente documentados sob perspectivas etnográficas e culturais, os aspectos arqueológicos da produção das panelas de barro ainda permanecem pouco explorados.

Este trabalho, fundamentado principalmente na dissertação de mestrado intitulada “A persistência de práticas cerâmicas do período Pré-Colonial ao presente: a Cadeia Operatória das panelas de barro de Goiabeiras em Vitória – ES”, propõe uma abordagem interdisciplinar e integrada para investigar a Cadeia Operatória das Paneleiras de Goiabeiras. A pesquisa examina desde a obtenção das matérias-primas até o abandono do produto, utilizando métodos como observação participante, experimentação e análise físico-química de as argilas e sedimentos empregados. Esses dados foram enriquecidos por análises laboratoriais realizadas no Laboratório de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Espírito Santo (LAGES/UFES), com base em estudos de referência como Folk e Ward (1957) e Borlini e Caranassios (2007).

A combinação de dados da memória e oralidade, etnográficos, experimentais e arqueométricos permitiu estabelecer analogias entre as práticas atuais das Paneleiras e as práticas de gerações passadas. Essa abordagem não apenas evidencia tecnologias que se mantêm ao longo do tempo, mas também explora como as Paneleiras as transformaram, integrando elementos do passado e presente, adaptando-se às novas realidades econômicas e sociais (Panich; Allen; Galvan, 2018).

A pesquisa também destaca a relevância da etnoarqueologia como ferramenta de articulação de memórias e oralidade com registros arqueológicos, proporcionando percepções sobre a história de longa duração e os processos de “mudanças dentro de continuidades e continuidades dentro de mudanças” (Silliman, 2020, p. 67-68) da cerâmica capixaba. Ao investigar as mudanças/transformações nas práticas e técnicas das Paneleiras, o estudo explora como demandas do mercado, novas tecnologias e interações culturais influenciam os produtos confeccionados pelas ceramistas de Goiabeiras.

Por fim, a pesquisa contribui para a preservação e promoção da cerâmica das Paneleiras de Goiabeiras, salientando seu papel na identidade local e na história do Espírito Santo, enquanto lança bases para análises futuras sobre a cerâmica arqueológica da região e a sua relação com outras partes do Brasil (Silva; Sallum; Noelli, no prelo).

METODOLOGIA DE ANÁLISE DE MATERIAL CERÂMICO: O CASO DAS PANELAS DE GOIABEIRAS

Na análise da cerâmica em contextos arqueológicos diferentes metodologias têm sido empregadas, como a arqueologia comunitária, etnoarqueologia e a arqueometria. Essas abordagens podem contribuir para a compreensão das práticas cerâmicas, abrangendo desde a composição e a tecnologia de produção até as temporalidades, os significados e suas ressignificações (Gosselain, 1995 *apud* Gaspar, 2015; Wai Wai, 2019).

A etnoarqueologia, em particular, quando orientada pelo compromisso e diálogo com as comunidades envolvidas é um meio de gerar conhecimento de interesse

para as próprias comunidades e o meio acadêmico (Moraes; Costa; Jesus, 2022). Isso pode ser alcançado pela parceria na elaboração da pesquisa, observação direta, entrevistas e análise da persistência das práticas. Assim, busca-se identificar padrões culturais, técnicas de fabricação e os diferentes significados da cerâmica para as comunidades atuais. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda da articulação entre antigas e novas práticas cerâmicas, bem como suas implicações sociais e econômicas.

A arqueometria combina diversas análises para investigar variados tipos de materiais, como a cerâmica. Por meio de técnicas como fluorescência de raios X, difração de raios X espectroscopia Raman e microscopia, é possível obter dados sobre a composição química da pasta, a estrutura física e as propriedades dos artefatos cerâmicos. Essas análises revelam informações sobre a proveniência da argila, os processos de produção, as técnicas de decoração e as transformações tecnológicas ao longo do tempo. Dessa forma, a arqueometria se concentra na análise do material arqueológico em laboratório, utilizando métodos avançados para examinar sua composição, estrutura e características físicas. Esses estudos possibilitam uma caracterização detalhada dos materiais, contribuindo para compreensão das práticas de consumo e produção de materialidades das sociedades do passado (Livingstone Smith, 2001, p. 1) em diálogo com contextos e saberes do presente.

Para este trabalho, a primeira etapa foi a realização de uma pesquisa etnográfica junto à comunidade ceramista de Goiabeiras, com a observação direta das técnicas, processos e materiais utilizados na produção cerâmica contemporânea. Inicialmente, foram realizadas visitas ao galpão, – ainda de maneira informal – com a finalidade de construir uma relação com as interlocutoras. A partir do estabelecimento dessa relação com algumas paneleiras, foi possível, junto a elas, observar e registrar por meio de fotografias e vídeos cada uma das etapas de confecção das panels, bem como participar do processo.

A etnografia conjugada com a arqueometria permite a compreensão do processo de produção cerâmica que ocorre ainda hoje em Goiabeiras. O entendimento direto dos processos de confecção é aprofundado a partir do uso do conceito de *chaîne opératoire* (ou cadeia operatória) (Cresswell, 1976).

O conceito de Cadeia Operatória (*chaîne opératoire*) foi mobilizado para compreender todas as etapas envolvidas na produção da cerâmica atual de Goiabeiras, desde a extração da matéria-prima até o descarte. Esse processo engloba a seleção da argila (matéria-prima), a preparação da massa utilizada na confecção, a modelagem, a secagem, a decoração, o processo de queima e outros elementos que podem ser envolvidos na fabricação dos utensílios. A cadeia operatória pode ser definida como uma sequência de operações que transforma uma matéria-prima em um produto final (Cresswell, 1976), composta por ações sobre a matéria, fases de preparação – materiais ou não – e pausas necessárias ou opcionais para se alcançar o resultado técnico desejado (Lemonnier, 1976).

Embora, no início dos anos 2000 muitas(os) pesquisadoras(es) ainda tivessem pouco conhecimento sobre a produção e uso das vasilhas cerâmicas (Rye, 1981, *apud* Livingstone Smith, 2001), desde o início do século XX já havia uma tendência por uma abordagem global da cadeia operatória, combinando dados arqueológicos, etnográficos e análises laboratoriais. Essa perspectiva integradora está presente nas origens da etnoarqueologia, como demonstram os trabalhos de Franchet (1911), Gifford (1928) e Leroi-Gourhan (1993), conforme destacado por Livingstone Smith (2001). No Brasil, há pesquisas como a de Delforge (2017), Sallum (2018) e de Sá (2021).

A CADEIA OPERATÓRIA DA CERÂMICA DE GOIABEIRAS

A pesquisa com as Paneleiras de Goiabeiras foi realizada por meio de etapas de campo e reflexões, desenvolvidas em conjunto com as artesãs e em gabinete. O estudo integrou uma ação compartilhada, na qual fui temporariamente inserida como aprendiz no processo de produção das panelas – desde a coleta da argila até a queima e comercialização. Durante meses, acompanhei o trabalho artesanal das Paneleiras para registrar a Cadeia Operatória (Lemmonier, 1976) dos vasilhames cerâmicos. Sob uma abordagem arqueológica, foi possível observar e interpretar os processos produtivos, analisando as escolhas técnicas, as habilidades empregadas e as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

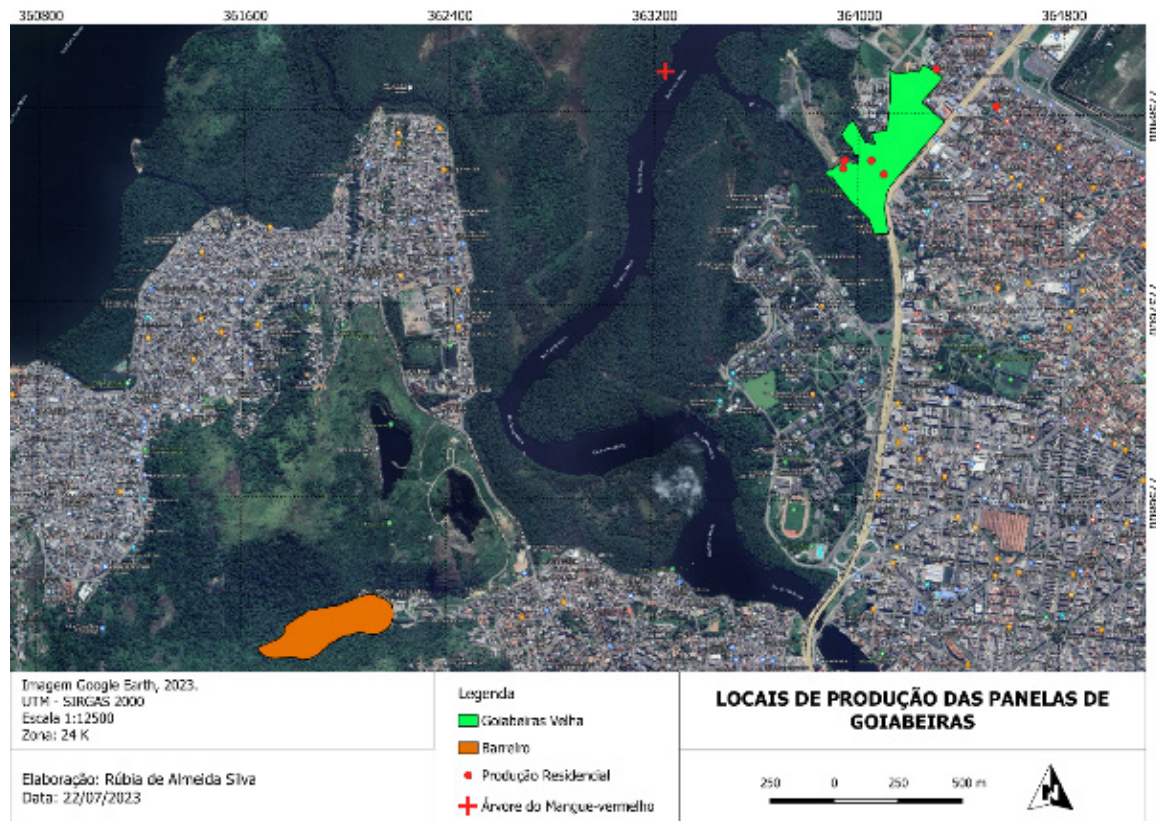
Todas as atividades que compõem a cadeia operatória dos vasilhames cerâmicos de Goiabeiras são desenvolvidas no Galpão das Paneleiras, localizado no bairro de Goiabeiras, incluindo a comercialização. A única exceção é a coleta da matéria-prima, como a massa (barro), que é extraída de uma jazida situada no Vale do Mulembá, no bairro de Joana D’Arc, em Vitória/ES.

Figura 1. Local de extração da massa utilizada para produção das panelas.



Fonte: Silva, 2023.

Os gestos e técnicas de manufatura, detalhados a seguir, deram origem aos diferentes tipos de vasilhames registrados historicamente, entre os quais se destacam: a) assadeira; b) panela de pirão; c) panela de arroz; d) panela de caldo; e) panela de moqueca; e f) caldeirão. Durante a fases e procedimentos específicos de confecção dos vasilhames, as artesãs fazem uso de alguns instrumentos, como tábua de madeira (base), a parte externa do fruto seco do coité, faca e arco (lâmina) metálicos, seixo e um feixe de gravetos conhecido pela comunidade como *muxinga*.

Figura 2. Indicação dos locais de aquisição de matéria-prima e de produção das panelas de Goiabeiras.

AQUISIÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS

Coleta do barro

A área de abrangência do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras compreende a área do maior manguezal urbano do Brasil, que pertence à Estação Ecológica Ilha do Lameirão, localizado na bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória. Esse ecossistema é fundamental para a produção das panelas, pois é através do manguezal que são extraídas as matérias-primas, como a tintura de tanino.

A massa utilizada para a modelagem das panelas é coletada no barreiro, no Vale do Mulembá, localizado no bairro Joana D'Arc, em Vitória/ES. Todas as panelas são confeccionadas com o barro extraído desse barreiro. A escolha do material específico para confecção das panelas é percebida e visualizada pelo “tirador de barro”, que conhece, pelo trabalho constante, as peculiaridades da matéria-prima a ser empregada. Em termos usuais da análise de material cerâmico na arqueologia, entende-se que é necessário identificar a proporção correta de argila e de compostos não plásticos para que o produto logre êxito durante a modelagem, secagem e queima. No caso das panelas de barro capixaba, o elemento não plástico é composto pelos minerais presentes no próprio sedimento da região do Vale do Mulembá.

A escolha, mesmo que limitada à “cova” específica, é feita no momento da extração e depende de variáveis que o tirador conhece de forma experiencial. A camada mais superficial possui abundante matéria orgânica, que, salvo pelos troncos e raízes que serão descartados, será incorporada à mistura da massa. Durante a escavação da cova, o tirador de barro incorpora os sedimentos das camadas estratigráficas do local, segundo proporções

adequadas de areia grossa e fina, e argila. A escavação é interrompida a aproximadamente 1,5 metro de profundidade, ou quando é atingida a camada exclusivamente composta por areia grossa, cujo sedimento iria prejudicar a plasticidade ideal da pasta. Essa proporção entre os sedimentos e suas propriedades sempre foram medidas pela experiência do tirador de barro no Vale do Mulembá. A incorporação de mais argila ou areia pode provocar o rompimento da peça no processo de secagem ou queima.

Após escavar uma quantidade suficiente de barro, o tirador segue um processo para preparar a massa. O sedimento misturado é molhado com água e é pisado para homogeneizá-lo e realizar uma primeira triagem, removendo galhos, raízes, rochas e outras impurezas maiores. Ao lado da cova, é estendida uma lona que servirá como suporte para receber o material extraído da jazida. Com a matéria-prima já acomodada sobre a lona, o tirador forma as “bolas de barro”, que pesam entre 15 kg e 20 kg cada. Essas bolas são empilhadas e o tirador adiciona mais água. Posteriormente, ele as cobre com a outra extremidade da lona para evitar que ressequem.

Figura 3. Retirada do barro da cova para colocar na lona.



Fonte: Silva, 2023, p. 72.

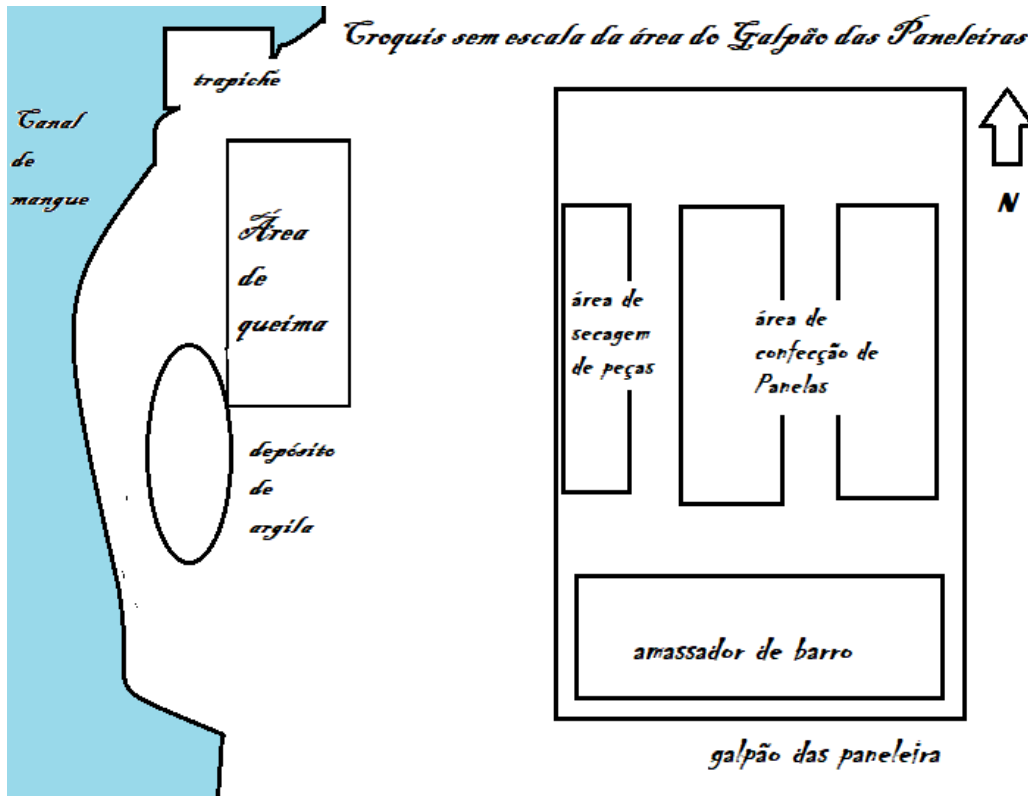
Figura 4. Preparação das bolas que serão transportadas para o galpão.



Fonte: Silva, 2023, p. 72.

As bolas são transportadas para o Galpão das Panelas, onde ficam acumuladas no reservatório, sempre cobertas com lonas e frequentemente molhadas para manutenção da umidade. Antes da confecção propriamente dita, a massa é mais uma vez amassada, homogeneizada e limpa de impurezas menores.

Figura 5. Croqui sem escala da área do Galpão das Panelas de Goiabeiras.



Fonte: Silva, 2023.

Coleta da casca do mangue-vermelho e obtenção da tintura de tanino

A coloração enegrecida é uma das características mais marcantes nas panelas de barro de Goiabeiras. Embora saibamos que alguns processos durante a queima — como a redução — possam resultar nesse efeito de pigmentação, nas panelas de Goiabeiras esse processo ocorre devido a uma reação química entre a aplicação de um líquido na superfície da panela logo após ser retirada da fogueira, ainda em temperaturas elevadas. O líquido, conhecido como tintura de tanino, é um preparo feito com a casca da árvore chamada mangue-vermelho (*Rhizophora Mangle*), presente na região do rio Santa Maria, no bairro de Goiabeiras.

A coleta da casca do mangue-vermelho é realizada por “casqueiros”, pessoas que possuem profundo conhecimento sobre o mangue e a habilidade de diferenciar as espécies. Além disso, eles dominam técnicas adequadas para retirar a casca do mangue-vermelho sem causar danos à árvore.

A extração do tanino da casca do mangue-vermelho envolve um processo que utiliza a água como solvente. Inicialmente, a casca é golpeada com um porrete para facilitar a liberação do tanino, sendo então imersa em água, onde o composto se dissolve no líquido resultante. Esse fluido rico em tanino é, posteriormente, aplicado nas peças cerâmicas, integrando o processo de tratamento de superfície.

Figura 6. Nota-se os negativos no tronco da árvore, área de onde a casca foi retirada.



Fonte: Silva, 2023.

Figura 7. Casca da árvore depositada em um tonel com água, onde irá permanecer por um período de sete dias.



Fonte: Silva, 2023.

ETAPAS DE MANUFATURA

Modelagem manual (Primeira Etapa): Puxando a panela

A etapa de manufatura é iniciada com a aquisição do barro pela artesã. As panelas de barro de Goiabeiras possuem uma peculiaridade: não utilizam torno em sua manufatura. As Paneleiras iniciam o processo de confecção por meio da modelagem

manual, identificada como “puxar” pelas interlocutoras. Esse ato consiste em pegar uma quantidade de barro, abri-lo com o polegar no centro e puxá-lo tanto para abrir o diâmetro quanto para subir a altura das paredes até a borda. Essa técnica se assemelha ao “*pinch pot*”, ou “belisco”, muito utilizada por ceramistas atualmente.

Figura 8. Momento em que a Paneleira Rejane Correa Loureiro começa a puxar o barro antes de colocá-lo sobre a tábua de auxílio, executando o furo no centro da massa.



Fonte: acervo pessoal (2023).

As Paneleiras de Goiabeiras possuem a habilidade de adaptar a quantidade de matéria-prima utilizada de acordo com o tamanho do vasilhame a ser produzido. Elas fazem uso de uma pequena tábua quadrangular de madeira sobre a qual modelam o barro e, quando necessário, adicionam mais barro durante o processo de confecção.

Figura 9. Representação do gesto e movimento.



Fonte: Silva, 2023.

Nos casos em que o utensílio é modelado diretamente na tábua de madeira, são realizadas ações mais efetivas em certos pontos do vasilhame em criação, em busca da homogeneidade das paredes, evitando rachaduras durante a secagem ou a queima.

Figura 10. Representação do gesto e do movimento.

Fonte: Silva, 2023.

Modelagem manual (segunda etapa): uso do coité

O momento de “puxar” é uma etapa fundamental no processo de criação da panela, pois determina a sua proporção, a espessura da base e das paredes, bem como o tamanho e a profundidade do recipiente. Após “puxar” o barro e alcançar a dimensão desejada, a Paneleira utiliza uma cuia feita de coité (*Crescentia cujete*), umedecida em um recipiente com água, para alisar a parte interna da panela. Esse movimento é circular e aplicado do centro para a borda, conferindo um acabamento minucioso e ajustando a forma arredondada do recipiente.

O coité é um instrumento natural amplamente encontrado em diversas regiões do Brasil. Sua aquisição é relativamente fácil, pois trata-se de uma planta que cresce abundantemente em regiões ribeirinhas, como é o caso da área das Panelleiras, situada próxima ao rio Santa Maria.

Figura 11. Fragmento de cuia de coité utilizada para alisar internamente as panelas de Goiabeiras.

Fonte: acervo pessoal (2023).

Após a etapa de “puxar”, a peça ainda apresenta uma forma desigual, com ranhuras e deformidades visíveis. A consolidação da simetria e a obtenção de peças finalizadas

requerem a perícia e habilidade da artesã na realização dos ajustes necessários. As ranhuras e deformidades presentes no vasilhame são características naturais resultantes do processo de modelagem e manipulação da argila. A consolidação da simetria envolve o refinamento e a correção dessas imperfeições por meio de técnicas manuais precisas e cuidadosas.

Figura 12. Representação do gesto e do movimento da etapa de alisamento com coité.



Fonte: Silva, 2023.

Figura 13. Alisamento da face interna da panela com auxílio de fragmento de cuia de coité pela Paneleira Luci Barbosa Sales.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Acordelado ou roletado: técnica para uso específico

Os roletes de argila são preparados sem contato com a superfície, moldados na palma das mãos em suspensão. Ao serem fixados ao corpo do caldeirão, sofrem uma pressão onde são achatados, fazendo com que essa forma seja, por vezes, tratada de maneira diferenciada do rolete tradicional de formato cilíndrico, conforme descrito nos manuais clássicos para análise de cerâmica arqueológica. Esses roletes achatados resultam da pressão exercida com os dedos, de modo que os cordões de argila obtenham a mesma espessura da parede do corpo já modelado. O processo de inserção de cada rolete achatado é realizado da parte externa para a interna, em sobreposição, formando sequências de faixas sucessivas.

Durante o processo de sobreposição dos roletes achatados, é necessário regularizar a superfície aplicando pressão com os dedos, tanto por dentro quanto por fora da peça. Essa ação simultânea tem como objetivo criar uma parede mais uniforme, eliminando as pequenas bordas formadas pela sobreposição dos roletes.

Figura 14. Os roletes são pressionados com os dedos para ficarem na mesma espessura do corpo do caldeirão.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 15. Representação do gesto e movimento para confecção de um caldeirão.



Fonte: Silva, 2023.

Alisamento da superfície externa, finalização das bordas e apliques

Nas Figuras 16 e 17, podemos observar a presença de instrumentos que auxiliam esse processo de retificação das paredes. O coité e a faca são instrumentos utilizados pelas artesãs para dar melhor acabamento à peça. O coité desempenha um papel importante na conformação das paredes, permitindo a remoção de excessos de argila e o nivelamento da superfície. Já a faca umedecida é empregada para remover marcas e irregularidades, contribuindo para a estética e a qualidade final da peça.

Figura 16. Com auxílio de uma faca umedecida na água, inicia a etapa de alisamento da face externa.



Fonte: acervo pessoal (2023).

A faca umedecida desempenha um papel importante ao reduzir as imperfeições causadas pela sobreposição dos roletes e pelos dedos que exercem pressão para uni-los. Após a conclusão da parede do caldeirão, a artesã avança para a etapa de criação da borda na boca da peça. Essa etapa é fundamental para proporcionar um acabamento refinado e funcional ao caldeirão.

Figura 17. Faca utilizada para dar o acabamento na face externa da panela.



Acervo pessoal (2023).

O processo de confecção envolve muitas ações diferentes e ostensivas para atingir o resultado final da peça. Ao fim da primeira etapa da manufatura, as bordas das panelas

são finalizadas com precisão. Antigamente, as Paneleiras utilizavam os dedos em formato de pinça para realizar essa etapa. No entanto, algumas artesãs de Goiabeiras adotaram um novo instrumento, após um contato com um grupo de ceramistas em Cariacica, município da Grande Vitória. Atualmente, elas utilizam um pedaço de couro para garantir bordas mais regulares e uniformes. Embora algumas Paneleiras de Goiabeiras resistam à mudança, o uso do “courinho”, como elas se referem, tem se mostrado eficaz na obtenção de formas mais simétricas.

Figura 18. Dedo polegar e indicador em formato de pinça para dar o acabamento nas bordas da panela.



Fonte: acervo pessoal (2023).

As artesãs dedicam um trabalho contínuo e minucioso para alcançar a conformação final das panelas. Além disso, dependendo do uso pretendido para as panelas, podem ser inseridos apêndices, como alças e orelhas. A confecção das alças envolve o uso de um rolo, ou cordão, de barro, que é fixado ao corpo da panela, próximo à borda. Para garantir boa aderência entre o cordão e a superfície, adiciona-se água gradualmente durante o processo, o que facilita a colagem do cordão de barro no local desejado. Após a fixação do cordão, realiza-se a etapa de modelagem para dar forma à alça. Nesse momento, os dedos são usados para pressionar e modelar o cordão de barro, criando a forma desejada para a alça.

Figura 19. Representação do gesto e movimento para inserção das alças.



Fonte: Silva, 2023.

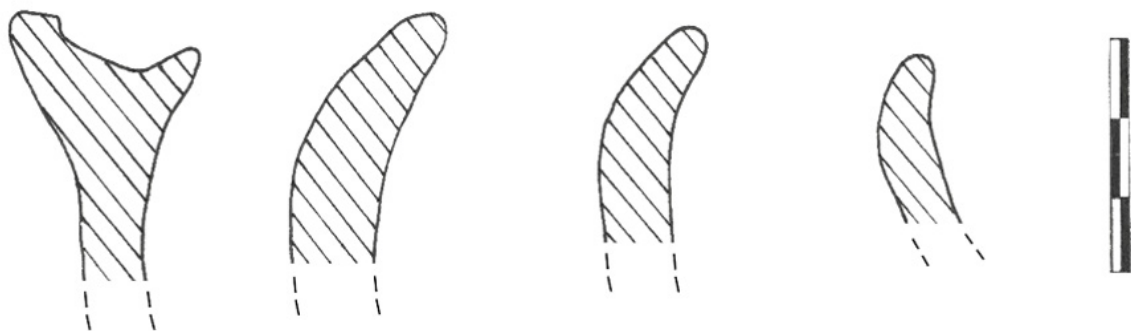
As orelhas são elementos mais tradicionais nas panelas de barro capixabas. Elas são geralmente projetadas como protuberâncias ou abas arredondadas e achatadas nas laterais da panela, proporcionando uma certa dificuldade em manusear e transportar o utensílio. Por outro lado, as alças têm um formato mais alongado e ergonômico, permitindo que a panela seja segurada de uma forma mais confortável e estável.

Figura 20. Panela de pirão com "orelhas".



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 21. Tipos de bordas identificadas nas panelas de Goiabeiras.



Fonte: Silva, 2023.

Figura 22. Paneleira Rejane preparando a "asa" do tipo alça para ser adicionada à proximidade da borda de uma frigideira (panela de moqueca).



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 23. A primeira etapa da confecção de uma frigideira (panela de moqueca) finalizada.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Ao final das etapas que compreendem a conformação da parte superior e interna da peça, são notadas algumas estrias e, sobretudo, a espessura acentuada da parte inferior do bojo e da base. Além disso, é possível identificar algumas imperfeições que incluem fissuras internas e perfurações de antiplásticos maiores, que são retirados durante o alisamento.

Figura 24. Finalização da primeira etapa de confecção de uma panela de moqueca para duas pessoas. A panela possui 24 cm de diâmetro.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 25. Utilização do "courinho" para dar acabamento à borda.



Fonte: acervo pessoal (2023).

O controle da espessura da borda, assim como do lábio, em uma peça cerâmica, é um aspecto de suma importância, especialmente quando se considera a possibilidade de utilizar uma tampa posteriormente. Uma borda irregular ou com lábio muito fino pode comprometer a funcionalidade da tampa, dificultando ou mesmo impossibilitando a contenção ou o controle dos vapores durante o uso da peça.

O acabamento com os dedos umedecidos ou com o uso do courinho permite a correção de imperfeições na borda e lábio da peça. É importante lembrar que, mesmo com um acabamento refinado, as peças produzidas pelas Paneleiras são modeladas manualmente.

SECAGEM E ACABAMENTO: REFINAMENTO DA PEÇA COM O ARCO

Após a finalização da primeira etapa de manufatura, as peças produzidas pelas Paneleiras passam por períodos de secagem antes do tratamento final e da finalização da forma. Geralmente, essa secagem é realizada no espaço interno do galpão, onde as peças são colocadas de maneira organizada em bancadas específicas destinadas a essa etapa. No entanto, dependendo da urgência e da necessidade de acelerar o processo de secagem, as peças também podem ser colocadas do lado externo do galpão, sob o sol. Essa exposição solar ajuda a acelerar a secagem, permitindo que as peças atinjam a umidade desejada mais rapidamente.

É importante observar que o tempo de secagem pode variar dependendo de fatores como as condições climáticas, a espessura das peças e outros elementos. O objetivo é garantir que as peças estejam no ponto correto para prosseguir com o acabamento do vasilhame. A umidade ambiental — mais seca ou mais úmida — acelera ou retarda sua continuidade.

Na arte cerâmica, o termo “ponto de couro” refere-se a um estágio específico na secagem dos objetos de barro. Nesse momento, a peça está parcialmente seca, mas ainda possui umidade suficiente para ser modelada e trabalhada pelas ceramistas. No “ponto de couro”, as artesãs têm a oportunidade de fazer ajustes na forma das peças, corrigir imperfeições e realizar o acabamento antes que a peça esteja completamente seca. Nesse estágio, a artesã vira a peça com a borda voltada para baixo para trabalhar a base do vasilhame, removendo excessos de barro e regularizando as superfícies e a espessura. O instrumento utilizado para esse acabamento é uma lâmina metálica chamada “arco”.

Figura 26. Instrumento conhecido como “arco”, utilizado para dar acabamento às panelas quando elas atingem o ponto de couro.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Em seguida, a faca é novamente utilizada, com gestos idênticos aos que já foram descritos na Figura 16. A finalidade desses movimentos é preencher todas as rachaduras que possam ter aparecido. Durante esse processo, é comum encontrar minerais de maior granulometria na massa. Esses minerais são retirados da superfície da peça. No local onde o mineral foi removido, é adicionado um pouco mais de barro à peça, utilizando água.

Figura 27. Acabamento feito com a panela virada para baixo, no ponto de couro, com o auxílio do arco na mão direita da artesã.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 28. Representação do gesto e movimento de acabamento da peça após a primeira secagem.



Fonte: Silva, 2023.

Figura 29. Dona Luci realizando o acabamento com a faca umedecida após a raspagem com o arco.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 30. Representação do gesto e do movimento de acabamento na peça.

Fonte: Silva, 2023.

O procedimento de acabamento na base, com uma faca umedecida, após o uso do arco, ocorre enquanto a peça ainda está em ponto de couro. Essa técnica faz parte do processo de refinamento da base, permitindo não apenas obter uma superfície mais lisa e uniforme, mas também reduzir eventuais excessos de argila na face externa do vasilhame. Dessa forma, é possível remover pequenas protuberâncias e corrigir irregularidades, conferindo um acabamento mais refinado à superfície.

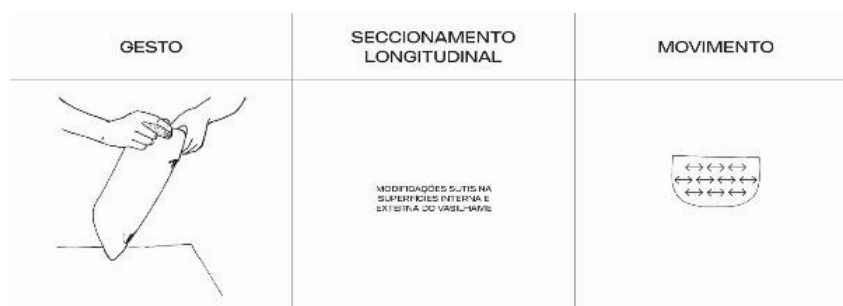
Finalizando o acabamento com o arco e a faca, as panelas vão para a segunda secagem. Esse processo é realizado com a panela emborcada, permitindo que a umidade seja liberada de maneira mais uniforme por toda a superfície da cerâmica.

POLIMENTO COM SEIXO

A etapa de polimento após a segunda secagem tem como objetivo obter um alisamento ainda mais refinado. Mesmo que a peça esteja quase seca, ainda é necessário dedicar tempo e cuidado para alcançar o acabamento desejado. Um dia após virar a panela, a depender das condições climáticas, costuma ser o suficiente para que ela atinja o ponto ideal para o processo de alisamento.

O polimento consiste em utilizar um objeto de textura lisa, como um seixo rolado de rio, passando-o por toda a superfície da panela. O objetivo desse procedimento é impermeabilizar a peça e corrigir eventuais imperfeições. Esta etapa resulta em uma superfície lisa, brilhante e uniforme na panela de barro. Além de proporcionar um acabamento estético agradável, o polimento também ajuda a tornar a superfície da panela mais resistente à penetração de líquidos. Na cerâmica artística, esse método é conhecido como *brunido*. (Cosentino, 1996).

É interessante observar que o uso de um seixo rolado de rio ou outro objeto liso no processo de polimento é uma técnica tradicional transmitida ao longo das gerações. Essas práticas ajudam a preservar as técnicas de trabalho com o barro e a manter a autenticidade das panelas produzidas.

Figura 31. Representação do gesto e do movimento da etapa de polimento.

Fonte: Silva, 2023.

Figura 32. Seixo utilizado para execução da atividade de alisamento.



Fonte: acervo pessoal (2023).

O polimento tem como objetivo finalizar a peça, conferindo-lhe uma estética agradável e removendo imperfeições, excessos de antiplásticos e porosidade da superfície. O tempo dedicado ao processo de polimento influencia diretamente no resultado final, produzindo uma superfície mais brilhante e com textura mais lisa.

A QUEIMA: FOGUEIRA A CÉU ABERTO

O caminho acompanhado na criação do vasilhame depende de outros momentos finais. A queima pode culminar com a ruptura da peça e sua inutilização — evento raro —, ou, mais comumente, com obtenção da dureza final e sua consolidação como cerâmica. As peças, já completamente secas, são levadas para fora do galpão. As Paneleiras utilizam o termo “engiar” (ou “engelhar”) para descrever o fenômeno de redução do tamanho das panelas durante a secagem. Cada grupo de panelas, produzido por cada artesã, é queimado conjuntamente. A queima ocorre em uma área localizada no lado externo do galpão, ao ar livre, por meio de uma fogueira no chão. Com o auxílio de um termômetro digital infravermelho ICEL Manaus, modelo TD-971, foi possível medir a temperatura da fogueira a uma distância segura. A temperatura aproximada foi de 700 graus Celsius (Silva, 2023).

Figura 33. Organização da fogueira para queima das panelas.



Fonte: acervo pessoal (2023).

O tempo para a queima varia dependendo do tamanho da peça. As panelas menores podem levar cerca de 30 minutos para queimarem completamente. Já as maiores, e mais espessas, podem levar de uma a duas horas. Para determinar se uma panela foi completamente queimada, a Paneleira avalia a cor das peças. Quando a panela apresenta uma coloração vermelha incandescente, é sinal de que está pronta e pode ser removida da fogueira para avançar para a próxima etapa do processo.

As áreas avermelhadas geralmente correspondem às regiões da panela que foram expostas às temperaturas mais altas e à maior presença de oxigênio. Nessas áreas, ocorre a oxidação — momento em que o ferro presente na matéria-prima da panela reage com o oxigênio —, resultando na formação de óxidos de ferro, que possuem tonalidades avermelhadas. Por outro lado, as áreas enegrecidas correspondem às regiões da panela onde houve menor presença de oxigênio durante a queima, causada, possivelmente, pela forma como as panelas foram posicionadas na fogueira ou pela presença de lenha cobrindo-as. Nessas áreas, ocorre a redução, processo no qual o oxigênio é consumido, resultando na formação de compostos mais escuros, que resultam nessa coloração enegrecida.

TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE PÓS-QUEIMA: IMPERMEABILIZAÇÃO COM TANINO

Após a panela atingir a cor avermelhada na fogueira, é realizada uma etapa de tratamento de superfície pós-queima. Nesse momento, a panela ainda está incandescente e é retirada do fogo utilizando uma ferramenta específica, com cabo longo e ganchos na extremidade.

No processo de “açoite” da panela quente com o instrumento conhecido como “muxinga” embebido na tintura de tanino, é perceptível a ocorrência de uma considerável quantidade de fumaça. Para lidar com a panela quente, é utilizado um bastão de madeira em uma das mãos, que auxilia no manuseio seguro do utensílio. Enquanto isso, com a outra mão, a muxinga é utilizada para aplicar a tintura de tanino na superfície da panela. A fumaça gerada é resultado da interação da tintura de tanino com a alta temperatura da panela.

Esse procedimento é realizado para fixar a tintura de tanino nas paredes da peça cerâmica, garantindo sua aderência e uniformidade. Acredita-se que o tanino atue revestindo os poros do barro, criando uma camada protetora que evita a passagem de umidade e facilita a limpeza. Além disso, o tanino pode oferecer proteção contra fungos e bactérias, contribuindo para a higiene da panela (Santana, 2018).

Figura 34. Paneleira Evanilda açoitando com a vassoura de muxinga as peças recém queimadas.



Fonte: acervo pessoal (2023).

USO E ABANDONO DOS VASILHAMES

A aplicação da tintura de tanino nas panelas de barro é a última etapa de sua confecção. Após o resfriamento, as panelas estão prontas para serem comercializadas e utilizadas.

A comercialização das panelas de barro contribui para a economia local, sustentando as famílias das Paneleiras e preservando um ofício tradicional transmitido por gerações. O processo de venda e comercialização dessas peças não apenas garante a continuidade dessa tradição, mas também promove o reconhecimento e a apreciação do trabalho artesanal, estimulando o turismo cultural na região.

O uso das cerâmicas produzidas em Goiabeiras pode ser decorativo, como esculturas e vasos de plantas, e culinário, especialmente para cozinhar a moqueca capixaba, prato típico do Espírito Santo e tradicionalmente servido em panelas de barro. Em caso de uso para fins culinários, é necessário realizar o processo de “cura” da panela. Esse processo consiste na aplicação de óleo, a fim de untar toda a parte interna da panela. Posteriormente, a panela é levada ao fogo, até o óleo ser queimado por completo. Após esse procedimento, espera-se o resfriamento da panela para que ela seja lavada normalmente. Finalizada a “cura”, a panela está pronta para uso.

O abandono das panelas de barro ocorre, geralmente, devido a quebras ou trincas ocasionadas por acidentes. Com isso, as panelas costumam ser descartadas em lixeiras comuns das casas, restaurantes e demais estabelecimentos.

Figura 35. Fragmentos de vasilhames descartados no entorno da fogueira.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Segue abaixo o quadro e o fluxograma com a síntese da Cadeia Operatória das Panelas de Goiabeiras referente a cada etapa de produção.

SÍNTESE DA CADEIA OPERATÓRIA DA PRODUÇÃO CERÂMICA DE GOIABEIRAS

A Cadeia Operatória da cerâmica de Goiabeiras, apresentada no Quadro 1 e na Figura 37, resume as etapas essenciais desse processo, desde a coleta da matéria-prima até a finalização das peças. O quadro e o fluxograma sistematizam cada fase, evidenciando as práticas e técnicas que refletem os saberes transmitidos entre gerações e que garantem a identidade cultural das panelas de Goiabeiras.

Figura 36. Formas tradicionais das cerâmicas de Goiabeiras.



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 37. Fluxograma com as etapas da Cadeia Operatória das panelas de barro de Goiabeiras.



Fonte: Silva, 2023.

Quadro 1. Síntese da Cadeia Operatória das painéis de Goiabeiras.

	Número de pessoas. N (Total)	Tempo de realização	Produção	Produto	Limpeza da massa	Umedecimento	Tipo de retoque
I - Coleta de matéria-prima	1 (Indefinido)	1 semana	500 a 800 bolas por semana	Bolas de massa	Sim (limpeza preliminar)	Sim (diversas vezes até o acondicionamento)	Não
I.D - Transporte da matéria-prima	3 (5)	1 dia (Indefinido)	300 bolas de 15/20 kg por dia	Transporte	Não	Não	Não
II.A - Segunda homogeneização/ pisoteio	2 (4)	1 dia (Indefinido)	Conforme demanda	Massa limpa e pronta para o uso	Sim (limpeza final)	Sim (diversas vezes até atingir a umidade adequada)	Não
II.B - Modelagem	1 (Indefinido)	1 dia (Indefinido)	Painéis de vários tipos por dia conforme demanda	Painéis secas e/ou já brunidas	Sim (impurezas mais finas, como pequenos galhos, raízes ou grãos de quartzo grandes)	Sim (com o objetivo de poder modelar)	Não
II.C - Secagem	1 (Indefinido)	1 dia (Indefinido)	Painéis de vários tipos por dia conforme demanda	Painéis secas e/ou já brunidas	Sim (durante o uso do arco ou da brunidura, há retirada de grãos de quartzo grandes)	Raro	Sim (para cobrir com massa as irregularidades deixadas pela retirada de grãos de quartzo)
II.E - Queima	1 (Indefinido)	1 dia (Indefinido)	Painéis de vários tipos por dia conforme demanda	Painéis queimadas prontas para o uso depois do açoitamento	Não	Não	Sim (para cobrir as rachaduras e irregularidades da superfície da painél)

A explicitação e descrição de cada etapa da Cadeia Operatória, bem como as subdivisões de cada uma delas a partir de necessidades estruturais ou descritivas, culminaram na criação da tabela e do fluxograma. Sobre as necessidades descritivas, foram levadas em consideração conjuntos de informações específicos, como a mistura dos sedimentos, que ocorre duas vezes (I.B. e II.A.), porém com características distintas e posicionadas em locais diferentes — sendo a primeira no barreiro, no Vale do Mulembá, e a segunda no Galpão das Paneleiras.

Outra etapa que merece atenção, destacada das demais pela coloração diferente, é a coleta da casca do mangue-vermelho para obtenção do tanino, que não segue a sequência de transformação da massa e também não ocorre no mesmo local.

Ressalta-se que a ampla rede de comércio nacional da qual as panelas e Paneleiras fazem parte, chegando até o exterior, inviabiliza descrições mais aprofundadas acerca dos usos desses vasilhames. Portanto, também não é possível precisar o destino geográfico das panelas durante ou após o processo de abandono.

A síntese apresentada na Figura 37 incorporou observações e descrições baseadas tanto na literatura sobre as produções cerâmicas moderna e arqueológica quanto na experimentação prática.

GESTOS E TÉCNICAS: A IMPORTÂNCIA PARA A ANÁLISE DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA

A análise da Cadeia Operatória das panelas de Goiabeiras permite uma compreensão mais ampla das interações entre gestos técnicos, escolhas de materiais e práticas culturais, oferecendo subsídios tanto para estudos arqueológicos quanto para reflexões etnoarqueológicas. Técnicas e instrumentos utilizados pelas Paneleiras, como o uso do coité para o alisamento, não apenas refletem a expertise acumulada por gerações, mas também estabelecem paralelos com práticas cerâmicas de outras regiões do Brasil e do mundo. Essas similaridades, quando comparadas com dados arqueológicos, ampliam a capacidade de interpretação de fragmentos cerâmicos e possibilitam uma leitura mais contextualizada dos processos produtivos.

A partir da análise da morfologia e do gestual de fabricação da cerâmica no vale do rio Peruaçu, em Minas Gerais, Adriano Carvalho (2009) identificou o uso do coité como uma prática que reduzia a quantidade de antiplástico visível nas peças cerâmicas. Ele observou que o alisamento realizado nas faces internas das vasilhas era mais cuidadoso, visando cobrir os grãos aparentes. No entanto, as paredes externas das vasilhas eram menos alisadas, e o uso do coité nas paredes internas resultava na exposição dos negativos — pequenas cavidades que evidenciavam os grãos soltos. Etchevarne (2003), também relata o uso de coité na produção cerâmica de Coqueiros, localidade do Recôncavo baiano, cuja prática remonta ao período colonial. Essa técnica também é utilizada pelas Paneleiras, requerendo habilidade manual delicada e prática para obter paredes regulares nas peças.

As diferenças podem ser significativas ao se analisar fragmentos de cerâmicas arqueológicas, especialmente se não houver informações contextuais sobre a sua produção. Em uma análise isolada, fragmentos com formas de lábios distintas podem levar a interpretações equivocadas, supondo tratar-se de dois vasilhames diferentes. Contudo, essa diferença muitas vezes ocorre devido ao gesto empregado na hora de dar o acabamento nos lábios.

Os detalhes reforçam a importância de considerar o processo de produção completo e as técnicas utilizadas pelos grupos ceramistas ao analisar fragmentos arqueológicos ou estudar a transformação dos estilos e morfologias das panelas de barro atuais. É preciso levar em consideração o gesto, as preferências estilísticas regionais, as técnicas tradicionais

e as influências culturais que podem interferir no resultado dos vasilhames. Portanto, é essencial ter cautela ao analisar fragmentos cerâmicos arqueológicos, pois pequenas variações nos gestos e técnicas utilizadas podem resultar em diferenças perceptíveis na forma final da peça. A análise contextual e a consideração do conhecimento sobre as práticas de produção são fundamentais para uma interpretação mais fidedigna do material cerâmico arqueológico.

TÉCNICAS DE MODELAGEM MANUAL: DO 'BELISCO' AO ACORDELADO

De acordo com Laura Cristina Nehr (2019), a técnica de “belisco” é definida como a modelagem de uma peça a partir de uma bola de argila, abrindo um furo no meio e “beliscando” as paredes da bola até ficarem finas. Ocléris Muzzillo (2014) define a técnica de “*pinch*” ou “belisco” como uma técnica primitiva que envolve beliscar e pressionar gradualmente uma porção da massa preparada com os dedos para modelar e levantar as paredes da peça. Movimentos rotatórios são utilizados durante o processo da manufatura, e a verificação da espessura da parede, conforme a massa é puxada, tem como objetivo garantir a uniformidade da peça final. Scheuer (1976, p. 37) descreve um processo semelhante, senão idêntico, de modelagem manual utilizado pelas comunidades ceramistas de São Paulo.

Além das técnicas de modelagem, as escolhas estéticas e funcionais, como a adição de alças ou orelhas às peças, também são influenciadas por preferências pessoais e demandas práticas dos usuários. Essas variações refletem mudanças no estilo de vida e nas necessidades das comunidades consumidoras, destacando a adaptabilidade da produção cerâmica a contextos sociais específicos (Lima, 1986; Etchevarne, 2003; 2023).

Entre os vasilhames produzidos pelas Paneleiras de Goiabeiras, o caldeirão se destaca por uma particularidade em sua manufatura: sua altura exige a utilização de roletes para elevar as paredes. A base do caldeirão é confeccionada de maneira semelhante à de outras peças, como a frigideira, por meio do puxar da massa com os dedos, enquanto a peça é girada sobre uma tábua de madeira. A forma da base e da parte inicial do corpo é modelada com movimentos precisos das mãos. No entanto, para atingir a altura desejada, acrescentam-se roletes de argila, sobrepostos cuidadosamente à base. Esses roletes são feitos com uma espessura mais grossa e, aos poucos, são sobrepostos à base do recipiente que está sendo modelado.

A técnica utilizada para a confecção do caldeirão é conhecida na arqueologia brasileira como “acordelada” ou “roletada”. Após a aplicação dos roletes, a união das partes é feita com o auxílio de água e dedos, criando uma superfície uniforme. Internamente, o alisamento é realizado com uma cuia de coité ou com os dedos, enquanto, externamente, o acabamento é feito com uma faca umedecida, em movimentos que vão da borda para a base e vice-versa. Essa etapa é essencial para garantir a homogeneidade das paredes e a integridade estrutural da peça. A incorporação de facas e outros utensílios de metal modernos para essa etapa foi notada nos grupos indígenas contemporâneos (Lima, 1986).

Do ponto de vista arqueológico, a distinção entre uma base modelada e um corpo roletado pode levar a interpretações equivocadas, caso o contexto produtivo não seja considerado. A técnica de acordelamento, com seus processos de alisamento e acabamento, tende a apagar os vestígios dos roletes na superfície externa, mas marcas características podem ser identificadas em fraturas específicas, tornando-se um aspecto relevante na análise de fragmentos cerâmicos. Essas observações reforçam a importância de compreender os detalhes técnicos e estilísticos de cada etapa da produção para uma interpretação arqueológica mais precisa.

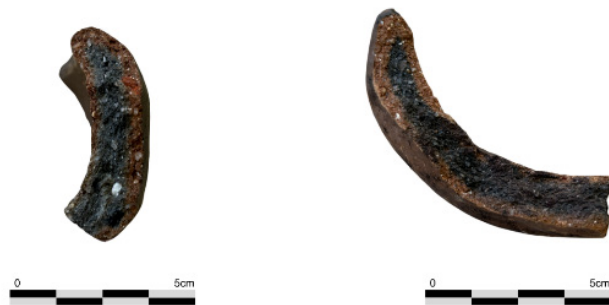
DIVERSIDADE NAS TÉCNICAS DE QUEIMA: CONEXÕES ENTRE TRADIÇÕES CONTEMPORÂNEAS E EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

No estudo de Livingstone Smith (2001) com comunidades ceramistas contemporâneas da África Subsaariana, a diversidade das técnicas de queima utilizadas pelos artesãos chamou a atenção do pesquisador. Essa variedade foi revelada por meio de uma detalhada pesquisa etnográfica que documentou as Cadeias Operatórias das cerâmicas locais, destacando como os métodos de queima excedem as categorias simplificadas frequentemente adotadas na arqueologia, como “queima a céu aberto” ou “em forno”, e as noções de oxidação e redução. Livingstone Smith enfatiza que essas classificações restritas não capturam a complexidade das práticas reais observadas em campo, sublinhando a importância de expandir as abordagens analíticas para abarcar a riqueza e a variação dessas técnicas em diferentes culturas e períodos.

Essa diversidade de práticas de queima, evidenciada por Livingstone Smith, ressalta a necessidade de compreender detalhadamente as fases e condições envolvidas no processo. O mesmo se aplica às Paneleiras de Goiabeiras, cuja queima a céu aberto resulta em variações cromáticas significativas nas peças finalizadas. Essas variações, que incluem áreas mais avermelhadas e outras mais enegrecidas, refletem diferenças na temperatura e nas condições de oxidação durante a queima. Tais características evidenciam a complexidade do processo, que envolve reações químicas influenciadas por fatores como a porosidade da argila, a presença de gases (como monóxido de carbono) e as temperaturas atingidas (Delforge, 2017).

Um exemplo notável dessa complexidade é o efeito conhecido como “coração negro”, frequentemente identificado em fragmentos cerâmicos de fogueiras rasas. Como descrito por Delforge (2017), o coração negro surge em duas fases da queima: na primeira, ocorre a redução do núcleo devido ao excesso de combustível e às altas temperaturas; na segunda, vê-se a reoxidação externa, quando a peça, ainda quente, é exposta ao oxigênio atmosférico após a interrupção da alimentação de combustível ou sua retirada da fogueira. Esse efeito, com sua marca simétrica característica, é um indicador importante de queimas em atmosferas controladas e temperaturas homogêneas nos dois lados das paredes cerâmicas.

Figura 38. Fragmentos identificados no entorno da fogueira. Nota-se o chamado “coração negro” na fratura das cerâmicas.



Fonte: Silva, 2023.

O coração negro identificado nos fragmentos cerâmicos no entorno da fogueira pode ser resultante da fase inicial de alta temperatura, considerando o contato direto da peça com o fogo, conforme citado por Delforge (2017). Nessa fase, o núcleo da peça pode ser exposto a altas temperaturas e a um ambiente rico em gases redutores, como o monóxido de carbono. Ainda segundo Delforge (2017), ao abordar a segunda fase que contribui para a formação do coração negro, é destacada a retirada brusca da peça da fogueira, ainda em alta

temperatura — procedimento que ocorre exatamente no processo de queima das panelas de Goiabeiras, no qual a remoção imediata da panela ainda incandescente é uma etapa fundamental para seu tratamento de superfície pós-queima.

Esse exemplo demonstra como práticas contemporâneas podem contribuir de forma significativa para a interpretação arqueológica, ressaltando a importância de integrar abordagens etnográficas para uma compreensão mais aprofundada dos vestígios materiais do passado.

PRÁTICAS COMPARTILHADAS: PARALELOS ENTRE COMUNIDADES CERAMISTAS DA ÁFRICA SUBSAARIANA E AS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

A pesquisa etnográfica realizada por Livingstone Smith (2000–2001) com comunidades ceramistas em países da África Subsaariana, como Camarões, Burkina Faso e Togo, descreve práticas de queima e tratamentos pós-queima muito semelhantes às observadas entre as Paneleiras de Goiabeiras. Nessas comunidades africanas, a conclusão da queima varia: pode ocorrer quando o fogo já está frio ou enquanto os recipientes ainda estão incandescentes. Em ambos os casos, o autor ressalta que a maioria dos artesãos considera a queima concluída quando os potes adquirem cor avermelhada, prática também adotada em Goiabeiras.

Além das semelhanças no término da queima, Livingstone Smith destaca os tratamentos de superfície aplicados logo após essa etapa. Entre os materiais utilizados, incluem-se cascas, frutas e outros elementos orgânicos tratados, que são esmagados e embebidos para produzir um líquido aplicado sobre as peças ainda quentes. Essa técnica é notavelmente parecida com o uso de tanino pelas Paneleiras.

A capa do trabalho de Livingstone Smith (Figura 39) apresenta uma fotografia de uma ceramista da Aldeia de Kpalada, população de Tem-Kotokoli, Togo, realizando o tratamento de superfície em um recipiente incandescente. A presença de fumaça indica que o vasilhame ainda está quente, enquanto a artesã aplica um líquido avermelhado feito com casca de *bridelia ferrugínea*, com o auxílio de um ramo vegetal. Essa prática apresenta forte semelhança com o uso da “muxinga” pelas Paneleiras de Goiabeiras, reforçando os paralelos técnicos e culturais entre essas comunidades. Essas similaridades evidenciam a continuidade e a diversidade das práticas ceramistas em diferentes contextos culturais e geográficos.

Figura 39. Tratamento pós-queima utilizando casca de *bridelia ferrugínea*. Aldeia de Kpalada, população de Tem-Kotokoli, Togo, 1997.



Fonte: Livingstone Smith (2000-2001).

Ainda, o termo “Mulembá”, que nomeia o local de extração da argila utilizada na confecção das painéis de Goiabeiras, possui origem africana. *Mulemba* refere-se à figueira africana, uma árvore fortemente associada ao culto ancestral em diversas etnias banto da África Central nas regiões do antigo reino do Ndongo (Vansina, 2004).

A influência africana na toponímia local sugere a possível presença de uma comunidade de origem centro-africana na região durante o período do tráfico atlântico. Esse indício, somado ao uso de tecnologia e terminologia como a muxinga, reforça a hipótese de uma possível influência cultural africana, particularmente banto, em Goiabeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa oferecem uma visão abrangente sobre a Cadeia Operatória da cerâmica artesanal capixaba, com foco na produção das painéis de Goiabeiras. Mais do que descrever as etapas tradicionais — como a obtenção de matéria-prima, a modelagem e a queima — esse estudo revela os gestos, utensílios e as práticas específicas empregados em cada fase. Essa abordagem etnoarqueológica destaca nuances e complexidades frequentemente imperceptíveis em análises arqueológicas convencionais. Aspectos como a coleta da argila diretamente no barreiro, sem adição posterior de antiplástico, ou as pausas longas e obrigatórias entre etapas de produção são exemplos de processos que, embora essenciais, dificilmente deixam vestígios diagnósticos na cerâmica final.

Outro ponto relevante é a compreensão limitada de procedimentos cujos resultados são visíveis, mas cujas técnicas subjacentes são pouco documentadas, como a obtenção e a aplicação da tintura de tanino nas superfícies incandescentes. Esses elementos sublinham a importância de registrar práticas vivas para entender a relação entre as comunidades artesãs contemporâneas e seus legados culturais.

Os dados obtidos permitem posicionar a produção cerâmica das Painelarias de Goiabeiras em um contexto regional, revelando possíveis conexões tecnológicas com comunidades vivas no Sudeste brasileiro (Noelli e Sallum, 2019). Além disso, foram identificadas semelhanças técnicas com práticas cerâmicas de algumas comunidades tradicionais da África Subsaariana, como o processo de impermeabilização com tanino e o uso do utensílio chamado *muxinga*, cujo nome tem origem bantu. Embora ainda não seja possível rastrear a origem exata dessa técnica ou estabelecer vínculos diretos com comunidades específicas do continente africano, as semelhanças apontam para processos quase universais de fazer cerâmica.

Até recentemente, a produção cerâmica de Goiabeiras era associada às Tradições Arqueológicas Una e Tupiguarani (Perota, 1997), no entanto, os dados indicam uma interação mais complexa, que inclui influências indígenas, coloniais portuguesas e africanas. Essas tradições, embora desiguais em peso e impacto, parecem ter se combinado ao longo do tempo, moldando as formas, técnicas e funções dos vasilhames.

Este estudo estabelece as bases para futuras comparações entre a tecnologia cerâmica de populações tradicionais contemporâneas e pré-coloniais no Espírito Santo. Dessa forma, será possível identificar tanto as persistências quanto as transformações culturais e sociais, refletidas nas práticas cerâmicas no Sudeste do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORLINI, Mônica Castoldi; CARANASSIOS, Adriano. Caracterização química, mineralógica e física da argila do Vale do Mulembá – ES utilizada na fabricação de painéis de barro. *In: JORNADA DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO INTERNA DO CETEM*, 1, 2007, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: CETEM, 2007.

- CARVALHO, Adriano. Análise da morfologia, do uso e do gestual de fabricação da cerâmica no Vale do Rio Peruaçu – MG. In: *Arquivos do Museu de História Natural*, v. XIX, Arqueologia do Vale do Rio Peruaçu e adjacências – Minas Gerais. Tomo I. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. p. 467-498.
- COSENTINO, Peter. *Enciclopédia de técnicas de cerâmica: guia de técnicas*. [S.l.]: [s.n.], 1996.
- CRESSWELL, Robert. Techniques et culture. Les bases d'un programme de travail. *Techniques et Culture*, n. 1, p. 7-59, 1976.
- DELFORGE, Alexandre Henrique. O sítio arqueológico Cerâmica Preta: estudos das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucai. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ETCHEVARNE, Carlos. Sobrevivência de técnicas ceramistas tradicionais no Recôncavo baiano: um registro etnográfico. *Revista Habitus*, v. 1, n. 1, 2003.
- ETCHEVARNE, Carlos. Recôncavo baiano e a produção louceira colonial e pós-colonial. *Clio Arqueológica*, v. 38, n. 1, p. 89-110, 2023.
- FOLK, Robert Louis; WARD, W. C. A study in the significance of grain-size parameters. *Journal of Sedimentary Petrology*, v. 27, n. 3, 1957.
- FRANCHET, Leon. *Céramique primitive: Introduction à l'étude de la technique*. Paris: Paul Guenther, 1911.
- GASPAR, Meliam Viganó. A cerâmica arqueológica na T. I. Kaiabi MT/PA. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 20, p. 237-242, 2015.
- GIFFORD, Edward Winslow. *Pottery making in the Southwest*. University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, v. 23, p. 352-373, 1928.
- LEMONNIER, Pierre. La description des chaînes opératoires: contribution à l'analyse des systèmes techniques. *Techniques et Culture (Bulletin)*, n. 1, p. 100-151, 1976.
- LEROI-GOURHAN, André. *Gesture and Speech*. Cambridge (US): MIT Press, 1993.
- LIMA, Tânia Andrade. Cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, Berta. (coord.). *Suma etnológica brasileira*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1986. p. 173-229, 2 v.
- LIVINGSTONE SMITH, Alexander. *Chaîne opératoire de la poterie: Références ethnographiques, analyses et reconstitution*. Bruxelles (BE): Université Libre de Bruxelles, 2001.
- LIVINGSTONE SMITH, Alexander. Reconstitution de la chaîne opératoire de la poterie: Bilan et perspective en Afrique sub-saharienne. *Les nouvelles de l'Archéologie: Approches de la chaîne opératoire de la céramique*, 2010.
- MORAES, Irislane Pereira de; COSTA, Luciana Alves; JESUS, Luciana Lopes de. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas: experiências no território quilombola dos povos do Aproaga - Amazônia paraense. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 19, n. 37, p. 55-74, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.22762>.
- MUZZILLO, Ocléris. *Cerâmica sem segredos*. 2. ed. rev. Curitiba: Artes & Textos, 2014.
- NEHR, Laura Cristina. *Cerâmica artística*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.
- PANICH, Lee; ALLEN, Rebecca; GALVAN, Andrew. The archaeology of Native American persistence at Mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v. 38, n. 1, p. 11-29, 2018.

- SÁ, Lilian Panachuk. *Gestando potes e pessoas: a cerâmica como processo de aprendizagem do sensível e concreto*. 2021. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- SALLUM, Marianne. *Colonialismo e ocupação tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica*. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTANA, Ursulina Maria Silva. As panelas de barro e a cozinha brasileira. In: MELCHIOR, M. (Org.). *Gastronomia, cultura e memória: cerâmicas, potes e vasilhames*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018.
- SILLIMAN, Stephen William. Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 19, n. 37, p. 26-54, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v19i37.23086>.
- SILVA, Rúbia de Almeida; SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. Arqueologias da persistência de comunidades de práticas: diálogos cerâmicos entre Goiabeiras (ES) e São Paulo (SP). In: REUNIÃO DO NÚCLEO REGIONAL SUDESTE DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., 2023, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, no prelo.
- SILVA, Rúbia de Almeida. *A persistência de práticas cerâmicas do período pré-colonial ao presente: a cadeia operatória das panelas de barro de Goiabeiras em Vitória – ES*. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia com Área de Concentração em Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- VANSINA, Jan. *How societies are born: governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville (US): University of Virginia Press, 2004.
- WAI WAI, Cooni. *A cerâmica Wai Wai: modos de fazer do passado e do presente*. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2019.
- WENDRICH, Willeke. Archaeology and apprenticeship: body knowledge, identity, and communities of practice. In: WENDRICH, W. (Ed.). *Archaeology and apprenticeship: body knowledge, identity, and communities of practice*. Tucson (US): The University of Arizona Press, 2012. p. 1-19.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

INTERPRETANDO AUSÊNCIAS INDÍGENAS NO CONTEXTO URBANO DO RIO DE JANEIRO

Marina Coppoli Dias de Miranda*

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre os fatores que contribuem para a baixa preservação dos sítios arqueológicos indígenas na cidade do Rio de Janeiro. Utilizando os resultados da pesquisa recente feita sobre o Sítio Arqueológico de Manguinhos, de 2021, foi possível discutir as dificuldades do contato cultural entre grupos indígenas e colonizadores europeus. As mudanças teóricas e transformações urbanas influenciaram a ausência desse contexto, principalmente em centros urbanos. Por tanto, o presente estudo busca demonstrar a importância das reflexões sobre as ausências de contextos nos processos de formação e destruição de sítios arqueológicos urbanos.

Palavras-chave: Arqueologia histórica; Contato cultural; Processos de formação de sítios.

* Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisadora colaboradora do Laboratório de Arqueologia Histórica do PPGArq. E-mail: marina_cdm@live.com.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0494-567X>

INTERPRETING INDIGENOUS ABSENCE IN THE URBAN CONTEXT OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The article presents a study on the factors that contribute to the lack of visibility of indigenous archaeological sites in the city of Rio de Janeiro. Utilizing the results of the recent investigation carried out on the Manguinhos Archaeological Site in 2021, it was possible to discuss the difficulties in identifying and analyzing contexts of cultural contact between the indigenous groups and European colonizers. Theoretical approaches and urban transformations influenced the low visibility of this context in the archaeological record; thus, I seek to show the importance of reflecting on the possible causes of the absence of this context in the formation process and destruction of urban archaeological sites.

Keywords: Historical archaeology; Culture contact; Site formation processes.

INTERPRETACIÓN DE LAS AUSENCIAS INDÍGENAS EN EL CONTEXTO URBANO DE RIO DE JANEIRO

RESUMEN

Este artículo presenta un estudio sobre los factores que contribuyen a la falta de visibilidad de los sitios arqueológicos indígenas en la ciudad de Rio de Janeiro. A partir de los resultados recientes de la investigación realizada en el Sitio Arqueológico de Manguinhos en 2021, fue posible discutir las dificultades en identificar y analizar contextos de contacto cultural entre grupos indígenas y colonizadores europeos. Los abordajes teóricos y las transformaciones urbanas influyen en la baja visibilidad de este contexto en el registro arqueológico. Este estudio busca demostrar la importancia de reflejar sobre las ausencias de contextos en los procesos de formación y destrucción de sitios arqueológicos urbanos.

Palabras clave: Arqueología histórica; Contacto cultural; Procesos de formación de sitios.

INTRODUÇÃO

O passado indígena no período histórico da cidade do Rio de Janeiro/RJ e seu contexto são pouco estudados na arqueologia devido à dificuldade de preservação de seus vestígios. Apesar da grande variedade de interações e assentamentos entre diferentes grupos culturais desde o século XVI, os sítios de contato cultural são raros achados arqueológicos nos espaços urbanos. Nos casos em que há uma ausência de materiais arqueológicos desses contextos, é compreensível inferir que o contexto não existiu. Porém, este trabalho problematiza dois fatores que poderiam explicar a baixa visibilidade desse tipo de cenário: como a teoria arqueológica contribuiu para variações na identificação desses sítios ao longo do tempo; e como os processos de formação e destruição podem afetar sua preservação.

A transformação do ambiente natural do Rio de Janeiro/RJ é um dos fatores mais significativos no processo de apagamento do passado de grupos subalternizados, que teve início desde a ocupação europeia, mas foi intensificado principalmente a partir das modificações urbanas do século XX. A grande escala dessas transformações resultou na dificuldade em considerar a cidade como um sítio arqueológico, sendo a solução investigar recortes menores, como bairros ou unidades domésticas (Lima, 2022, p. 126). Além das dificuldades de interpretação criadas pela sobreposição de aterros e do tamanho da cidade, Peixoto e Machado (2022) observaram um desequilíbrio entre as informações sobre os diferentes séculos de ocupação colonial. As pesquisas arqueológicas no Rio se encontram, em sua maioria, em pontos centrais da cidade e são majoritariamente sobre o século XIX (Peixoto; Machado, 2022, p. 582). A intensificação urbana também ocorreu devido à valorização de construções novas e à modificação da cidade para se encaixar nos padrões europeus e, posteriormente, no conceito de cidade moderna industrial.

O resultado disso são estratigrafias densas e complexas que representam os processos de destruição, construção, reconstrução, deposição e redeposição de aterros (Lima, 2022, p. 125). Os aterros formam grande parte do subsolo do Rio de Janeiro, principalmente nos locais de grande incidência de sítios arqueológicos registrados na cidade, como, por exemplo, no centro e nas margens da Baía de Guanabara.

Foi a partir da dificuldade em encontrar contextos de contato cultural indígenas em sítios urbanos do Rio de Janeiro que o projeto de mestrado sobre o Sítio Arqueológico de Manguinhos se desenvolveu. Apesar do registro inicial do sítio, realizado pela pesquisadora Beltrão em 1966, com a indicação de fragmentos de cerâmicas europeias e indígenas, além de material malacológico, não foram encontradas evidências desse contexto nem nos monitoramentos subsequentes (Campos, 2014; Lima, 2011; Scaramella, 2019; Tenório, 2002), nem na escavação realizada para a pesquisa de mestrado de 2021 (Miranda, 2021). Com isso, surgiu o questionamento sobre os motivos desse resultado na escavação.

Assim, este artigo sintetiza os resultados do projeto de Mestrado intitulado “Em busca dos sítios de contato em contextos urbanos: o caso do sítio arqueológico de Manguinhos, Fiocruz – RJ”. Inicialmente, a intenção era caracterizar o sítio a partir de uma abordagem pós-processual e comparar interpretações com seu registro original. No entanto, a falta de vestígios indígenas recuperados durante a escavação levou à problematização das formas pelas quais registramos os sítios de contato e dos processos que podem ocorrer nos contextos arqueológicos durante as transformações.

VIÉS TEORICO

A compreensão sobre a definição de sítios de contato variou ao longo do século XX em função das diferentes vertentes teóricas que desenvolveram-se dentro da Arqueologia, mais especificamente dentro da Arqueologia Histórica. A partir da década de 1950, a intenção era abordar interpretações e transformações sobre a materialidade, com base em uma visão euro centrada. Esses temas eram interpretados à luz da ideia de difusão das culturas europeias sobre as populações nativas, incluindo seu impacto e interação cultural (Deetz, 1977, p. 5).

A abordagem denominada histórico-cultural foi o alicerce do pensamento arqueológico, e já se interessava em entender o passado ao definir cronologias e mudanças culturais. No entanto, o funcionamento dos grupos culturais era interpretado principalmente pelos mecanismos de transmissão de tecnologias, como a difusão, a aculturação, o intercâmbio e as migrações, que eram refletidas em tipologias de artefatos e representadas em cronologias fixas (Lyman *et al.*, 1998). Essa perspectiva não conseguiu definir conclusivamente o que causava as transformações culturais, como os contatos ocorriam, e nem as complexidades das transformações culturais no registro arqueológico (Lyman *et al.*, 1998, p. 197).

Em 1955, a Society for American Archaeology (SAA) se organizou para discutir as tendências teóricas e metodológicas no meio acadêmico dos Estados Unidos, definindo oito tipos de situações de contato para descrever a natureza e consequências dessas interações (Lathrap, 1956 *apud* Lyman *et al.*, 1998, p. 195-196). Seguindo a mesma linha, Fontana (1965) classificou os diferentes tipos de sítios históricos e definiu pela primeira vez a categoria de “sítio de contato”, que teria como obrigatoriedade a presença de materiais europeus para ser considerado sítio histórico (Fontana, 1965, p. 61). Uma crítica a essa perspectiva seria que o material europeu legitima a existência histórica indígena, quando, na realidade, a presença indígena em contextos após a colonização não se limita aos vestígios estrangeiros.

Essa visão eurocêntrica também estava presente no contexto da arqueologia brasileira. Os estudos de arqueologia histórica se baseavam na materialidade europeia, refletida na importância dada à restauração das edificações coloniais (Lima, 1993, p. 226). Nesse âmbito, foi estabelecida a tradição cerâmica denominada neobrasileira, definida como uma cerâmica de uso doméstico com uma mistura de técnicas de várias procedências (Symanski, 2009, p. 2). Essa classificação da cerâmica materializou e uniformizou a experiência indígena (Souza, 2008), consequentemente limitando o entendimento das formas diferentes na qual diversos grupos indígenas podiam incorporar ou rejeitar novos materiais.

Responsável pelo registro do sítio de Manguinhos na década de 1960, a arqueóloga Maria Beltrão adotava em suas pesquisas as noções de cronologias e processos de aculturação. A pesquisadora se utilizou do conceito de “sítios-tipo”, similar às categorias definidas por Fontana (1965), onde ela estabelece a cronologia dos períodos da tradição Tupi-Guarani, baseada nos diferentes tipos e tamanhos de assentamentos, bem como na tipologia dos materiais, na presença de material europeu e na documentação histórica (Beltrão, 2014, p. 155). A limitação dessa perspectiva ocorreu principalmente por reforçar o apagamento histórico dos grupos culturais indígenas, apesar de terem sido os primeiros registros de sítios de contato na documentação da Arqueologia como disciplina.

As perspectivas subsequentes, processuais e pós-processuais, desenvolveram estudos voltados às continuidades temporais, permitindo a interpretação de que havia uma diversidade de contatos. As perspectivas incluíram nas interpretações arqueológicas

diferentes sistemas e modelos de interação, além de um interesse maior pelo meio ambiente e uma visão positivista do passado (Binford, 1962). Posteriormente, também foi fundamental para adicionar o protagonismo indígena no passado, ao reconhecer suas agências e escolhas.

Esse protagonismo foi inserido ao reconhecer que os sítios não tinham tipos específicos de aculturação, como se acreditava anteriormente, e também não se localizavam em um único espaço de interação. Enquanto os primeiros encontros podiam ocorrer em uma variedade de locais, outros podiam ser ressignificados nos espaços de vivência de grupos indígenas ou europeus. Essas interações podiam ser esporádicas ou contínuas, dependendo das negociações e intenções dos diferentes grupos envolvidos (Jordan, 2009; Rice, 1998; Silliman, 2005).

Para entender as interações, Lightfoot e Martinez (1995) utilizaram o conceito de zonas de interface cultural entre grupos heterogêneos de populações, para conseguir traduzir as ressignificações e utilizações de novos elementos. Podemos concluir que não existe um tipo único de contato ou de sítio. Afinal, o contato cultural não é um marcador que define os tipos de assentamentos, mas em que medida um grupo ou indivíduo incorpora novos conceitos e materialidades. Em um projeto com amplo material arqueológico disponível, é possível identificar o tipo de sítio a partir do tipo de contato ao se analisar os vestígios e o contexto.

Atualmente, a linha teórica mais apropriada se encaixa nos debates pós-coloniais da vertente pós-processual, a qual trata de arqueologias indígenas pela ótica da persistência cultural. Panich e colaboradores (2018) definiram persistência como uma rearticulação intencional das populações nativas após o contato, interpretando a materialidade como uma trajetória dinâmica e ininterrupta (Panich *et al.*, 2018, p. 11-12). Outros pesquisadores, como Silliman e colaboradores (2005), interpretaram que as comunidades indígenas tiveram que se transformar para poder sobreviver, e ao criar parcerias com a equipe, essa perspectiva contribuiu positivamente na visibilidade da memória social desses grupos (Silliman, 2005). Dessa forma, os conceitos de continuidades e transformações estão interligados como meio de acessar narrativas historicamente omitidas.

No contexto brasileiro, Sallum (2018) e Noelli e Sallum (2020) são pioneiros na introdução do conceito de persistências culturais no contexto das ceramistas de São Paulo. Eles propõem o uso de fontes históricas em conjunto com a materialidade para delimitar os territórios e as fronteiras indígenas dos Tupiniquins de São Paulo/SP (Noelli; Sallum, 2020). Sallum (2018) argumenta que a materialidade não mudou por encantamento e nem de forma igual para todos os grupos, sendo importante analisar as estratégias locais de interação. Essa perspectiva, ainda em desenvolvimento pelos autores em novos trabalhos, demonstra um meio viável para os estudos de contato cultural. Os estudos de persistência são relevantes, nesse sentido, por desviar de uma interpretação generalizada sobre a experiência indígena.

Nos contextos em que foi aplicado o conceito de aculturação, o apagamento indígena resultou de uma interpretação rasa e eurocêntrica, comum nos primeiros registros de sítios de contato, onde não aprofundou-se o entendimento das transformações culturais das populações nativas.

Inicialmente, as escavações no Sítio de Manguinhos pretendiam compreender os tipos de assentamento e o contato cultural que ocorreram naquele local, bem como analisar a forma que o viés teórico dos pesquisadores pode ter influenciado seu registro. A partir dos resultados negativos da escavação, que não identificou o contexto

original, percebeu-se a necessidade de repensar como as vertentes influenciaram a identificação desses sítios.

IDENTIFICAÇÃO

Como mencionado anteriormente, o Sítio Arqueológico de Manguinhos foi descoberto em 1966, após fortes chuvas, com o desmoronamento de um barranco que fica na Avenida Brasil, na Fundação Oswaldo Cruz (Beltrão, 1966). Na ficha de registro, consta que foram encontrados fragmentos de cerâmicas europeias e indígenas associados a exemplares de fauna malacológica. Apesar da dificuldade relatada em associar os materiais devido ao desmoronamento do barranco, o sítio foi posteriormente interpretado como sendo uma das aldeias visitadas pelo cronista Jean de Léry, seguida por um aldeamento indígena possivelmente Payó ou Saringuá (Beltrão 1966, 2014; Beltrão; Laraia, 1969). Na ficha também é citada a coleta desses materiais, eles, porém, não foram encontrados nas reservas técnicas, mesmo antes do incêndio de 2018 no Museu Nacional. Devido às interpretações estarem fundadas sobre poucas evidências e baseadas em uma linha teórica desatualizada, o projeto de pesquisa de 2021 foi elaborado com o objetivo de revisitar esse sítio. As imagens presentes no relatório de 1966 ilustram o que seria uma materialização das interpretações teóricas da época.

Figura 1. Compilado das duas imagens do relatório do sítio. À imagem a esquerda, está o perfil do barranco com a presença de fragmentos cerâmicos. Já a imagem à direita mostra o barranco sem os materiais, mas com a marcação nas laterais da foto com a divisão das camadas.



Fonte: Beltrão, 1966.

Durante a escavação de Miranda (2021), foram realizadas duas sondagens nesse mesmo perfil do barranco (RA1.1-1 e RA2), com resultados muito diferentes dos de 1966. O que originalmente se tratava de uma camada “pré-histórica”, nas escavações recentes foi caracterizada como uma deposição de descarte pertencente a um contexto produtivo da Fazenda Manguinhos do final do século XIX (Miranda, 2021). O pacote era composto por fragmentos de tijolos, conchas, telhas capa-e-canal, fragmentos de cerâmica e um fragmento de louça do tipo *cut-sponge*, que auxiliou na datação do contexto de deposição.

Figura 2. Sondagem RA1-1.1. Camadas de aterro e o pacote de descarte do século XIX.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 3. Sondagem RA2 com uma estratigrafia similar às imagens de Beltrão (1966).



Fonte: Miranda, 2021.

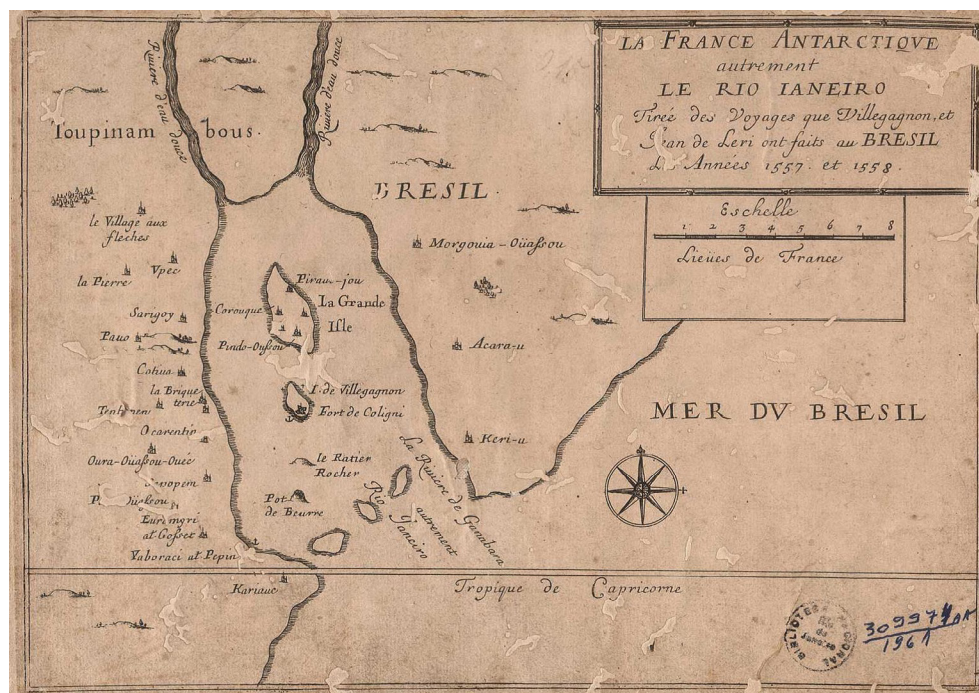
Comparando as imagens do registro do sítio de 1966 com as imagens da escavação de 2021, é possível ver o comportamento estratigráfico similar. Considerando-se que as camadas se encontram no mesmo barranco, há algumas possibilidades sobre a ausência

dessa camada que foi primeiramente identificada por Beltrão (1966). Miranda (2021) discute que uma das possibilidades sobre preservação seria que a camada associada ao contexto indígena era pouco espessa e, por isso, seria uma ocupação menor – ou que não se encontrava de forma uniforme no barranco – por isso, não foi encontrada nas escavações recentes.

Desde as primeiras identificações dos sítios de contato cultural, utilizam-se os relatos elaborados por cronistas e colonizadores como uma interpretação direta daquele período, ao invés de se investigar a documentação como interpretações sobrepostas, conflituosas ou pontos de vista diferentes (Wilkie, 2006, p. 14). Essas fontes são fruto do seu tempo, produzido em contextos culturais e históricos específicos, similar a outros artefatos (Wilkie, 2006, p. 14). A associação, por exemplo, do contexto de Manguinhos a grandes aldeias na Baía de Guanabara, a partir da localização de mapas da época, é problemática. A Figura 4 apresenta um mapa da Baía com algumas das aldeias identificadas pelo cronista Léry, incluindo possíveis aldeias que Beltrão e Laraia (1969) associaram ao contexto de Manguinhos por meio de uma sobreposição aproximada com a configuração da atual Baía de Guanabara. No entanto, a ilustração não é uma representação fiel ao verdadeiro formato da Baía.

De todo modo, a interpretação de um conjunto de fontes históricas é importante para conseguir compor, o máximo possível, a identificação de lugares de potencial arqueológico para essas interações interculturais. Segundo Abreu (2010, p. 213), Estácio de Sá concedeu 60 doações de terra entre 1565 e 1566, com o propósito de demarcar juridicamente os espaços portugueses. O documento “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro de 1565 a 1796”, de José Pizarro de Sousa Azevedo e Araujo (1901), também reforça que as demarcações de terra tinham como objetivo colonizar o espaço, mesmo quando os terrenos não estavam sob pleno domínio dos portugueses. É relevante notar que as concessões utilizaram os locais indígenas como referência para a delimitação das terras, como, por exemplo, as aldeias Piraquaim, Pindobossu, Juraasumerim, Sapupema e Jacotinga (Araujo, 1901), algumas já citadas nas fontes dos cronistas.

Figura 4. Mapa elaborado por Léry, “La France Antarctique autrement le Rio Janeiro” 1557-1558. Demarcação do local sugerida por Beltrão e Laraia (1969).



Fonte: Biblioteca Nacional.

O modo de legitimar o domínio europeu não significa que não existiam populações locais ainda convivendo no Rio de Janeiro/RJ livremente ou escravizados. Segundo Anchieta (1933), a cidade do Rio de Janeiro no final do século XVI era composta por aproximadamente 3.850 pessoas, sendo 3.000 indígenas e 100 africanos, indicando que havia forte presença indígena. De fato, no contexto do Engenho do Camorim, em Jacarepaguá, foi evidenciada uma farta materialidade associada à presença de indígenas na primeira metade do século XVII (Peixoto, 2019). Durante as escavações foram encontrados numerosos fragmentos de vasilhas utilitárias com características indígenas, descartados juntamente com cerâmicas relacionadas à produção de açúcar e outros itens (Peixoto, 2019). Essa presença, contudo, tem sido pouco representada em outros sítios arqueológicos urbanos da cidade, ainda que nos últimos anos se observem avanços.

Um bom exemplo disso são as escavações que vêm sendo realizadas na Estação Rádio da Marinha, na Ilha do Governador, pela equipe do Laboratório de Arqueologia Histórica do Museu Nacional/UFRJ, onde também estão sendo descobertas evidências sobre a escravização indígena e africana no contexto dos engenhos dos séculos XVI e XVII (Souza; Buarque, 2019).

Outras evidências desse período têm sido acessadas principalmente em pesquisas preventivas feitas no centro da cidade do Rio de Janeiro (Peixoto, Machado, 2022). Porém, a recuperação de evidências desse período varia bastante, dependendo do tipo de intervenção urbana que ocorreu no século XX, das limitações das áreas de escavação escolhidas pelo contratante de uma obra, bem como de outros processos de modificação ocorridas ao longo do tempo.

Como mencionado anteriormente, o cadastro e a identificação do Sítio de Manguinhos foram realizados em 1966, classificando-o como um sítio de caráter multicomponencial, sendo pré-histórico, de contato e histórico. Considerando que a classificação “período de contato” nos cadastros refere-se apenas aos primeiros anos de interação cultural entre indígenas e europeus – e não necessariamente à continuidade do indígena histórico no registro arqueológico –, informações sobre os diferentes grupos culturais nem sempre são incluídas na documentação quando um sítio é registrado. Existem algumas exceções, como o Sítio Porta do Commercio, atualmente pesquisado por Cordeiro (em andamento), que busca refletir sobre as relações de contato entre diferentes grupos subalternizados, incluindo a análise da materialidade indígena.

A discrepância na quantidade de materiais de sítios históricos com presença indígena parece estar relacionada aos processos de destruição resultantes das rápidas transformações urbanas, sendo este o fator mais determinante para a ausência de alguns contextos.

PROCESSOS DE FORMAÇÃO

Um dos fatores que acredito ter contribuído para a ausência de contextos de contato cultural na cidade do Rio de Janeiro é o processo acentuado de urbanização sofrido ao longo do tempo. A paisagem natural consistia de uma variedade de ecossistemas com bastante biodiversidade, composto por manguezais que se estendiam pelo litoral, bem como lagunas, brejos, pântanos, estuários, enseadas, gamboas, costões rochosos, restingas, praias e ilhas (Amador, 2013).

Além dos relatos dos cronistas, há evidências arqueológicas sobre a densidade dos assentamentos indígenas no Estado. Nos sítios localizados no complexo Lagunar de Araruama (Buarque, 2009), por exemplo, foram escavados 8 sítios Tupinambá, onde a maioria das aldeias variava de dois a oito hectares, exceto Morro Grande, que media 130 hectares e estava situado em uma área urbana (Buarque *et al.*, 2020, p. 29). Esse sítio é uma fonte de informação importante sobre o uso do espaço e as ocupações Tupinambá,

demonstrando a possibilidade de preservação no meio urbano. No entanto, no caso da cidade do Rio de Janeiro/RJ, o processo de urbanização ocorreu de forma mais intensa, principalmente a partir do final do século XIX, planejado com base em um modelo urbano-industrial.

No caso do Sítio Arqueológico de Mangueiros, embora atualmente possa ser considerada uma região próxima ao centro urbano, a então freguesia colonial de Inhaúma se manteve como uma zona rural até a instalação do Instituto Soropédico Federal, em 1900, posteriormente chamado de Fundação Oswaldo Cruz (Oliveira *et al.*, 2003, p. 32). Mesmo antes da construção da Avenida Brasil, a região já vinha experimentando um crescimento urbano devido às linhas ferroviárias instaladas, como, por exemplo, a Cia. Leopoldina Railway e o Porto de Inhaúma, ainda em funcionamento naquela época (Oliveira *et al.*, 2003).

O plano urbanístico original da região previa a instalação de fábricas e residências para operários, mas a construção das vias expressas interrompeu esses projetos, contribuindo diretamente para a degradação ambiental da área e para a migração de seu entorno (Fernandes, Costa, 2009). O crescimento urbano descontrolado também foi um fator importante para a destruição dos assentamentos anteriores e para a sobreposição de múltiplas camadas de aterro. Caso os vestígios da camada identificada por Beltrão em 1966 estivessem presentes em um escopo maior de assentamento, dificilmente teriam se preservado. Embora o crescimento urbano tenha se acelerado nas últimas décadas, durante o registro do sítio – apesar de já estar instalada a Avenida Brasil – a paisagem ainda mantinha características rurais, como visto na Figura 5. A paisagem atual da Fundação Oswaldo Cruz, ilustrada na Figura 6, evidencia a grande diferença de urbanização na região nas últimas décadas.

Figura 5. Imagem da Fundação Oswaldo Cruz, datada entre 1940 e 1950, com o Castelo Mourisco e o Pavilhão Rockefeller, e à direita a Avenida Brasil.

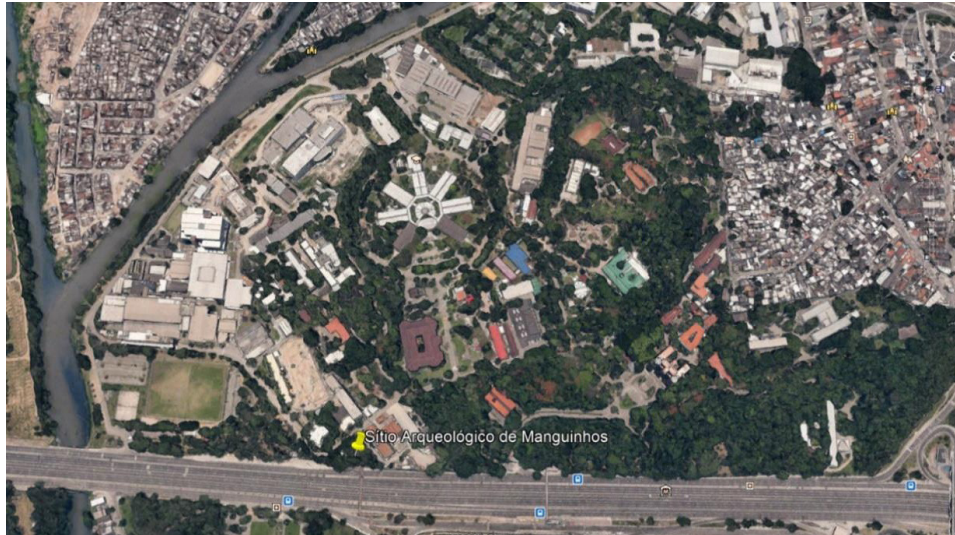


Fonte: Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

Utilizados como uma forma de domesticar a paisagem ao conquistar mais espaço construtivo, os aterros são ambientes semifechados e intrusivos para os ecossistemas da região; ao criar as paisagens artificiais terminam por agravar inundações anualmente

(Amador, 2013, p. 177). Como consequências dessas modificações, a ação antrópica cumulativa prejudicou a ordem social, econômica e ambiental da baía (Amador, 2013, p. 290), bem como os depósitos arqueológicos existentes na região.

Figura 6. Vista aérea do Sítio Arqueológico de Manguinhos.



Fonte: Google Earth, 2021.

Os aterros podem ser considerados deposições e redeposições complexas. Na perspectiva arqueológica, são frequentemente caracterizados como “solo perturbado”, por se tratarem de depósitos provenientes de outros locais, contendo artefatos e sedimentos intrusivos (Souza, 2022). Também são descritos como depósitos tecnogênicos, já que resultam de movimentações intencionais de materiais e de solo em função da ocupação humana (Rubin *et al.*, 2019, p. 52). Compostas principalmente por material construtivo e de descarte, as camadas de aterro têm seu valor do ponto de vista arqueológico. Em alguns casos, principalmente em aterros mais antigos, elas funcionam como uma forma de “selar” camadas com material arqueológico sob as ocupações mais recentes, o que eventualmente pode contribuir para a datação relativa desses espaços construídos.

Os aterros são uma parte importante da formação de sítios urbanos e auxiliam o entendimento geral desses processos, como, por exemplo, as mentalidades e políticas que orientavam as ações de preservar, descartar ou transformar (Souza, 2022). Enquanto o passado indígena foi intencionalmente apagado ao longo da construção da cidade do Rio de Janeiro/RJ, o que se escolheu preservar recai, principalmente, sobre os vestígios históricos do final do século XIX, especialmente aqueles relacionados a contextos de arquitetura colonial com expressividade política e econômica.

O caso de Salvador, Bahia, escavado por Najjar (2010), é um exemplo em que escavações extensas foram realizadas na área mais antiga da cidade, o Pelourinho, revelando o uso intensivo de aterros para a modificação da paisagem natural entre os séculos XVII e XIX. Assim como no Rio de Janeiro, a cidade de Salvador apresenta uma topografia marcada por relevos, tendo sido inicialmente ocupada pelos europeus nas áreas mais elevadas e, posteriormente, nas partes mais baixas, após a inserção de aterros para ampliar os espaços disponíveis. Na Cidade Alta, os aterros tinham a função de preencher irregularidades no solo, nivelando o terreno para implantação de novos quarteirões e ruas, deslocando e modificando muitos sedimentos arqueológicos (Najjar, 2010). Najjar (2010, p. 281) considera que os aterros devem ser analisados como artefatos, devido à sua função

de modificar e controlar a natureza para a implantação da malha urbana, além de serem interpretados como uma segunda deposição arqueológica. A ideia de aterros como um descarte secundário de materiais se encaixa no modelo de processos de formação proposto por Schiffer (1986) e representa bem a natureza das modificações urbanas e sociais, uma vez que são ocupações contínuas com sobreposições de diferentes aterros ao longo do tempo.

Na escavação do sítio de Manguinhos para esta pesquisa (Miranda, 2021), optou-se por escavar a área do barranco onde o sítio foi identificado originalmente, mas também seu entorno, com o objetivo de delimitar outras possíveis ocupações. Foi selecionada uma área verde entre a edificação do Centro Hospitalar da Covid, as ruas internas da instituição e a Avenida Brasil, que poderia apresentar contextos minimamente preservados. No entanto, as três sondagens abertas nessa área revelaram uma sobreposição de diferentes camadas de aterro, representando momentos distintos da urbanização do espaço, bem como o ambiente natural do local.

Também foi escavada a área no topo do morro onde se localizava o barranco, a fim de verificar se havia alguma evidência de estruturas. Contudo, foram encontradas apenas camadas de aterro e, ao final, a rocha residual do morro.

A Figura 7 apresenta três sondagens com os comportamentos dos aterros. Na sondagem RA2 – imagem à direita na compilação – foram observadas camadas finas de material construtivo, além de fragmentos que aparentavam ser compostos por pedras menores de jardinagem. Apesar de a superfície corresponder ao estacionamento do Pavilhão Rockefeller, o subsolo parece ter sido completamente removido mais recentemente.

Nas sondagens da parte baixa, na altura da Avenida Brasil, foram identificadas até seis camadas de aterro que foram depositadas sobre o mangue. Foi possível observar que as quatro primeiras continham uma quantidade maior de materiais de descarte, com vestígios de objetos da primeira metade do século XX, inclusive plástico, e referentes ao uso do espaço pela Fundação Oswaldo Cruz. Na sondagem A1-1.1-4, referente à imagem central da compilação da Figura 7, a Camada 5 de aterro era composta apenas por pedras e fragmentos de tijolo, indicando uma possível função de nivelamento ou aterramento do mangue. Já na Camada 6, caracterizada como uma camada húmica, correspondente ao sedimento natural do mangue, foi encontrado um fragmento de vidro descartado. Optou-se por realizar trados para verificar a existência de camadas mais profundas, mas o lençol freático da Baía de Guanabara foi alcançado nas duas sondagens da área.

Figura 7. Compilação da autora de três sondagens com contexto de aterros nas escavações de 2021.



Fonte: Acervo da autora, 2020–2021.

A ausência de uma camada indígena não deixa de ser um resultado válido de pesquisa. Identificada por Stone (1981) como uma evidência negativa, ela reforça a importância de se confirmar a existência da deposição arqueológica antes da destruição, para só então analisar o processo destrutivo. Um dos métodos sugeridos por ele é a reconstrução estratigráfica, geomorfológica e histórica onde os vestígios estavam situados, considerando fatores como a deposição de aterros e erosões naturais (Stone, 1981, p. 44). Nesse sentido, a escavação realizada em 2021 identificou uma estratigrafia composta por camadas de aterramento contínuas, que acabaram por desestruturar a configuração original da área, bem como quaisquer vestígios que pudessem estar em subsuperfície.

Wallach (2009) reitera a importância de realizar inferências sobre os traços ausentes nas escavações, pois eles constituem fatores importantes na reconstrução do passado – principalmente quando, a partir de uma ausência localizada, se realiza uma generalização da ausência (Wallach, 2019).

No contexto de Manguinhos, a única evidência sobre a presença indígena foi identificada na época do registro do sítio arqueológico. Desde então, os processos de urbanização e a subsequente sobreposição de aterros interferiram diretamente na preservação do contexto arqueológico, o que não significa que a presença indígena não existiu na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordado neste artigo, o período de contato entre grupos indígenas e europeus no território brasileiro tem sido pouco explorado nas pesquisas arqueológicas realizadas em áreas urbanas. Acredito que um dos fatores para a baixa visibilidade desse tipo de contexto arqueológico seja consequência dos vieses teóricos que se modificaram ao longo do tempo e que contribuíram diretamente para seus registros e identificação.

Em um primeiro momento, quando sítios de contato começaram a ser registrados – como o Sítio de Manguinhos, em 1966 –, as interpretações limitavam a presença indígena aos períodos pré-históricos ou, no máximo, aos primeiros contatos com grupos culturais europeus. Trabalhos com perspectivas e abordagens mais atuais, como os de Peixoto (2019), Souza e Buarque (2020) e Cordeiro (em andamento), têm demonstrado uma participação indígena ativa nos primeiros séculos de ocupação do Rio de Janeiro.

No caso do Sítio de Manguinhos, onde foram encontradas evidências de uma ocupação histórica da segunda metade do século XIX – em vez do contexto indígena que motivou seu cadastramento –, outros fatores precisaram ser considerados como responsáveis por sua ausência no registro arqueológico atual. As transformações urbanas desde o século XVI, principalmente a intensificação urbano-industrial do século XX, certamente foram determinantes para alterações nos contextos originais que preservavam vestígios indígenas.

A hipótese que se mostrou mais provável no contexto de Manguinhos, a partir das escavações de 2021, é a de que os vestígios indígenas foram progressivamente desaparecendo da estratigrafia, em decorrência dos sucessivos aterramentos ocorridos no local, os quais foram identificados nas escavações. Assim, a baixa visibilidade de vestígios relativos à presença indígena em contextos coloniais urbanos parece estar fortemente vinculada aos diferentes processos que moldaram os contextos arqueológicos ao longo da evolução urbana do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio A. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro 1502 – 1700*. v. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010.

- AMADOR, Elmo D. S. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.
- ANCHIETA, José de. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554–1594). *Cartas Jesuíticas III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- ARAÚJO, José P. S. A. Relação das sesmarias da Capitania Do Rio De Janeiro: extraída dos livros de sesmarias e registros do carteiro do tabelião Antônio Teixeira De Carvalho, de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v. 63.
- BELTRÃO, Maria da Conceição. *Registro de pesquisa arqueológica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Divisão de Antropologia, Setor de Arqueologia; IPHAN, 1966.
- BELTRÃO, Maria da Conceição; LARAIA, Roque B. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 203-217, 1969.
- BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora MusAbsurda. 2014.
- BINFORD, Lewis. Behavioral Archaeology and the “Pompeii Premise”. *Journal of Anthropological Research*, v. 37, n. 3, p 195-208, 1981.
- BUARQUE, Angela. *Étude de l’occupation Tupinambá dans la région sud-est de l’Etat de Rio de Janeiro, Brésil*. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Institut d’Art et Archéologie, Université Paris 1 Panthéon–Sorbonne, Paris (FR), 2009.
- BUARQUE, Ângela; BAUMANN, Thereza; CORDEIRO, Jeanne; BARBOSA-GUIMARÃES, Márcia. Entre dois mundos: franceses de Paratitou e tupinambá de Rouen. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 21-42, 2020.
- CAMPOS, Guadalupe N. *Programa de pesquisa arqueológica de Manguinhos: Anexo Lelio Rockfeller e Arruamento*, Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz. Relatório, 2014.
- DEETZ, James. *In small things forgotten*. New York (US): Anchor Books, 1977.
- FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato G. R. *Manguinhos: um século de projetos urbanos, ocupações e invasões*. In: *Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p. 69-90.
- FONTANA, Bernard L. On the meaning of historic sites archaeology. *American Antiquity*, v. 31, n. 1, p. 61-65, 1965.
- JORDAN, Kurt, A. Colonies, colonialism, and cultural entanglement: the archaeology of postcolumbian intercultural relations. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David. (orgs.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York (US): Springer, 2009. p. 31-50.
- LATHRAP, Donald. *The Upper Amazon*. London (UK): Thames & Hudson, 1970.
- LIGHTFOOT, Kent, G.; MARTINEZ, Antoinette. Frontiers and boundaries in archaeological perspective. *Annual Review of Anthropology*. v. 24, p. 471-491, 1995.
- LIMA, Tania A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.
- LIMA, Tania A. *Projeto Fiocruz: campus de Manguinhos, Rio de Janeiro. Relatório final de diagnóstico e potencial e levantamento arqueológico*, 2011.

- LIMA, Tania A. No asfalto: arqueologia histórica urbana no Brasil. In: SYMANSKI, Luis Claudio; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 115-168.
- LYMAN, Lee R.; O'BRIEN, Michael J.; DUNNELL, Robert C. *The rise and fall of culture history*. New York (US): Plenum Press, 1998.
- MIRANDA, Marina C. D. *Em busca dos sítios de contato em contextos urbanos: o caso do sítio arqueológico de Manguinhos, Fiocruz – RJ*. 2021. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- NAJJAR, Rosana. Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador. In: NAJJAR, Rosana. (org.). *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília: IPHAN, Programa Monumenta, 2010. p. 266-280.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. Para cozinhar...: as panelas da cerâmica paulista. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 501-538, 2020.
- OLIVEIRA, Benedito T.; COSTA, Renato; PESSOA, Alexandre José. *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- PANICH, Lee M.; ALLEN, Rebecca; GALVAN, Andrew. The archaeology of Native American persistence at Mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v. 38, n. 1, p. 11-29, 2018.
- PEIXOTO, Sílvia A. Jacarepaguá, a “Planície dos muitos engenhos”: uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEIXOTO, Sílvia A.; MACHADO, Christiane L. Arqueologia histórica na região sudeste do Brasil: passos e descompassos. In: SYMANSKI, Luis Claudio; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 571- 613.
- RICE, Prudence M. Contexts of contact and change: peripheries, frontiers, and boundaries. In: CUSICK, James. (org.). *Studies in culture contact: interaction, culture change and archaeology*. Carbondale (US) : Southern Illinois University Press, 1998. p. 44-66.
- RUBIN, Julio Cezar R. *et al.* Geoarchaeology and historical archaeology in Pelourinho, Salvador, Brazil: settlement, landscape, and hypotheses. In: INDA FERRERO, Hugo; GARCIA RODRÍGUEZ, Felipe. (org.). *Advances in coastal geoarchaeology in Latin America*. Cham (CH): Springer, 2019. p. 49-64.
- SALLUM, Marianne. Colonialismo e ocupação tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SCARAMELLA, Giovani. Monitoramento arqueológico: rede água potável – Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ. GRIFO: Consultoria e Projetos em Arqueologia. Relatório final, 2019.
- SCHIFFER, Michael. Is there a “Pompeii Premise” in archaeology? *Journal of Anthropological Research*, v. 41, n. 1, p. 18-41, 1986.
- SILLIMAN, Stephen. Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of native North America. *American Antiquity*, v. 70, n. 1, p. 55-74, 2005.
- SOUZA, Marcos André T. Esencializando las cerámicas: culturas nacionales y prácticas arqueológicas en América. In: ACUTO, Félix; ZARANKIN, Andrés. (orgs.). *Sed nos Satiata II:*

- acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. Buenos Aires (AR): Encuentro Grupo Editor, 2008. p. 141-155.
- SOUZA, Marcos André T.; BUARQUE, Angela. Olhando para o passado, pensando o futuro: as pesquisas arqueológicas na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n 2, p. 178-196, 2019.
- SOUZA, Marcos André T. Introdução ao estudo dos sítios arqueológicos históricos. In: SYMANSKI, Luis Claudio; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 21-48.
- STONE, Glenn D. The interpretation of negative evidence in archaeology. *Atlatl*, v. 2, p. 41-53, 1981.
- SYMANSKI, Luís Claudio. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado. (orgs.). *Cenários regionais em arqueologia brasileira*. São Paulo: Annablume Editora, 2009. p. 279-310.
- TENÓRIO, Maria Cristina. O. Avaliação do Potencial Arqueológico da área que será impactada pelas obras de pavimentação, drenagem e iluminação viária em vias de acesso diversas no campus da FIOCRUZ. Relatório do levantamento arqueológico preliminar, 2002.
- WALLACH, Efraim. Inference from absence: the case of archaeology. *Nature*, v. 5, n. 94, p. 1-10, 2009.
- WILKIE, Laurie A. Documentary archaeology. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary. (orgs.). *The Cambridge companion to historical archaeology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2006. p. 13-33.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

ARTIGO

RESGATE ARQUEOLÓGICO NO SÍTIO CAIEIRAS TRÊS IRMÃOS: RESULTADO DAS TÉCNICAS DE REGISTRO TRADICIONAIS E MODELAGEM DAS ESTRUTURAS POR MEIO DA APLICAÇÃO DO SENSOR LIDAR

Valdinêy Amaral Leite*, Déborah Duarte-Talim**, Lidiane Aparecida da Silva***, Lucas Antônio Brasil Gonçalves Lacerda****, Tayami Fonseca França*****, Thiago Hycaro Santos Neves*****

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de mapeamento e modelagem realizados durante as atividades de resgate arqueológico desenvolvidas no sítio arqueológico Caieiras Três Irmãos, no âmbito dos Programas de Salvamento e Resgate Arqueológico na área do “Complexo Minerário de Ijaci”, no município de Ijaci (MG). As atividades consistiram em escavação arqueológica para averiguação do pacote estratigráfico, descrição arquitetônica das estruturas, escaneamentos

* Arqueólogo e Analista Ambiental da Brandt Meio Ambiente- Bacharel em Humanidades e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Mestre em Antropologia/Arqueologia com ênfase em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFMG. E-mail: valdiney.leite@brandt.com.br; valdineyal@msn.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9531-0374>

** Arqueóloga e Analista Ambiental da Brandt Meio Ambiente. Doutora em Antropologia/Arqueologia, com ênfase em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) E-mail: deborah.talim@brandt.com.br; delsduarte@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5470-3364>

*** Arqueóloga e Analista Ambiental da Brandt Meio Ambiente-Bacharela em Humanidades e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Mestre em Antropologia com ênfase em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: lidiane.silva@brandt.com.br; lidiane.las@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0797-1649>

**** Geógrafo e Analista Ambiental da Brandt Meio Ambiente. Bacharel em Geografia, Especialista em Geoprocessamento pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e Mestre em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: llacerda@brandt.com.br; lucas.abgl@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9422-1901>

***** Arquiteta e Urbanista. Técnica em Conservação e Restauração de Bens Culturais (FAOP). Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, com ênfase em Patrimônio e Memória pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: arq.tayamifonseca@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9389-2201>

***** Analista generalista interdisciplinar e Analista Ambiental da Brandt Meio Ambiente. Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: thiago.neves@brandt.com.br; nevsthiago21@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4975-8985>

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v38i2.1203>

por meio de sensor LiDAR e fotogrametria das estruturas, o que possibilitou obter três resultados diferentes sobre o mesmo sítio. As informações obtidas permitiram tecer análises comparativas de técnicas e entender os processos formativos do sítio e a organização das atividades relacionadas aos fornos de cal, auxiliando, com isso, na construção do conhecimento arqueológico histórico local e regional.

Palavras-chave: Técnicas de registro; Sensor LiDAR; Resgate arqueológico.

ARTICLE

THE ARCHAEOLOGICAL RESCUE OF THE CAIEIRAS TRÊS IRMÃOS SITE: RESULT OF TRADITIONAL REGISTRATION TECHNIQUES AND MODELING OF STRUCTURES BY APPLYING THE LIDAR SENSOR

ABSTRACT

This study describes mapping and modeling results during the archaeological rescue activities at the Caieiras Três Irmãos Archaeological Site within the Archaeological Salvage and Rescue Programs in the “Ijaci Mining Complex” in the municipality of Ijaci (MG), Brazil. Activities consisted of archaeological excavation to investigate the stratigraphic package, architectural description of the structures and scans using LiDAR, and the photogrammetry of its structures, resulting in three results on the same site. The information enabled comparative analyses of techniques and the understanding of the formative processes of the site and the organization of activities related to the lime kilns, corroborating the construction of local and regional historical archaeological knowledge.

Keywords: Registration techniques; LiDAR sensor; Archaeological rescue.

ARTÍCULO

RESCATE ARQUEOLÓGICO DEL SITIO CAIEIRAS TRÊS IRMÃOS: RESULTADO DE TÉCNICAS TRADICIONALES DE REGISTRO Y MODELADO DE ESTRUCTURAS MEDIANTE LA APLICACIÓN DEL SENSOR LIDAR

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados del mapeo y modelado realizados durante las actividades de rescate arqueológico realizadas en el sitio arqueológico Caieiras Três Irmãos en el ámbito de los Programas de Salvamento y Rescate Arqueológico en el área del “Complejo Minero Ijaci”, en el municipio de Ijaci, Minas Gerais, Brasil. Las actividades consistieron en excavación arqueológica para investigar el paquete estratigráfico, descripción arquitectónica de las estructuras y escaneos mediante LIDAR y fotogrametría de las estructuras, lo que permitió obtener tres resultados diferentes en un mismo sitio. La información obtenida permitió realizar análisis comparativos de técnicas y comprender los procesos formativos del sitio y la organización de actividades relacionadas con los hornos de cal y, con ello, corroborar con la construcción de conocimiento arqueológico histórico local y regional.

Palabras clave: Técnicas de registro; Sensor LiDAR; Rescate arqueológico.

INTRODUÇÃO

As pesquisas apresentadas neste estudo fazem parte das atividades desenvolvidas no contexto da arqueologia preventiva na área do Complexo Minerário de Ijaci, de responsabilidade da InterCement Brasil S/A¹.

O sítio analisado neste artigo decorre de um período fabril característico no Brasil no século XIX, quando se descobrem áreas de extração do calcário (Silva, 2009). As características construtivas desses bens remetem à herança de Portugal e à inovação tecnológica trazidas a este território. Tal como aponta Kühl (2006), muito da arquitetura industrial em sua fase inicial é testemunho da transposição de estilos, materiais e técnicas que marcaram um período. O sítio arqueológico Caieiras Três Irmãos constitui-se, assim, em vestígio da história industrial brasileira, podendo ser considerado um patrimônio cultural brasileiro.

Este artigo tem como objetivo primordial discutir e divulgar diferentes técnicas de registro e mapeamento de estruturas arqueológicas e suas implicações, tendo como estudo de caso o sítio arqueológico Caieiras Três Irmãos, especificamente o Forno de Cal 1 – estrutura inteira. Além disso, busca-se demonstrar que a aplicação dessas técnicas (desenhos arquitetônicos, escaneamento por sensor de *Light Detection and Ranging* (LiDAR) com nuvem de pontos coloridas e não coloridas, e fotogrametria) contribui com resultados inovadores para a documentação, (re)construção e interpretação das estruturas arqueológicas.

Por meio das atividades de campo, foram localizadas duas estruturas de fornos de cal, denominadas de Forno de Cal 1 e Forno de Cal 2, e uma área de extração de matéria-prima localizada entre esses fornos (Figura 1). Ambas as estruturas estão situadas às margens da estrada municipal não pavimentada e juntas configuram o cenário do sítio arqueológico histórico Caieira Três Irmãos², no município de Ijaci (MG) (Brandt, 2021, 2022).

Após a identificação inicial, os estudos foram aprofundados por meio da implementação do Programa de Salvamento e Resgate do Sítio Arqueológico Caieira Três Irmãos. Para tanto, foram empregadas abordagens provenientes da arqueologia (resgate arqueológico), da arquitetura (descrições e plantas) e da aplicação de técnicas de sensoriamento remoto, incluindo escaneamentos com sensor LiDAR e fotogrametria das estruturas. Esses procedimentos são detalhados posteriormente na subseção de materiais e métodos.

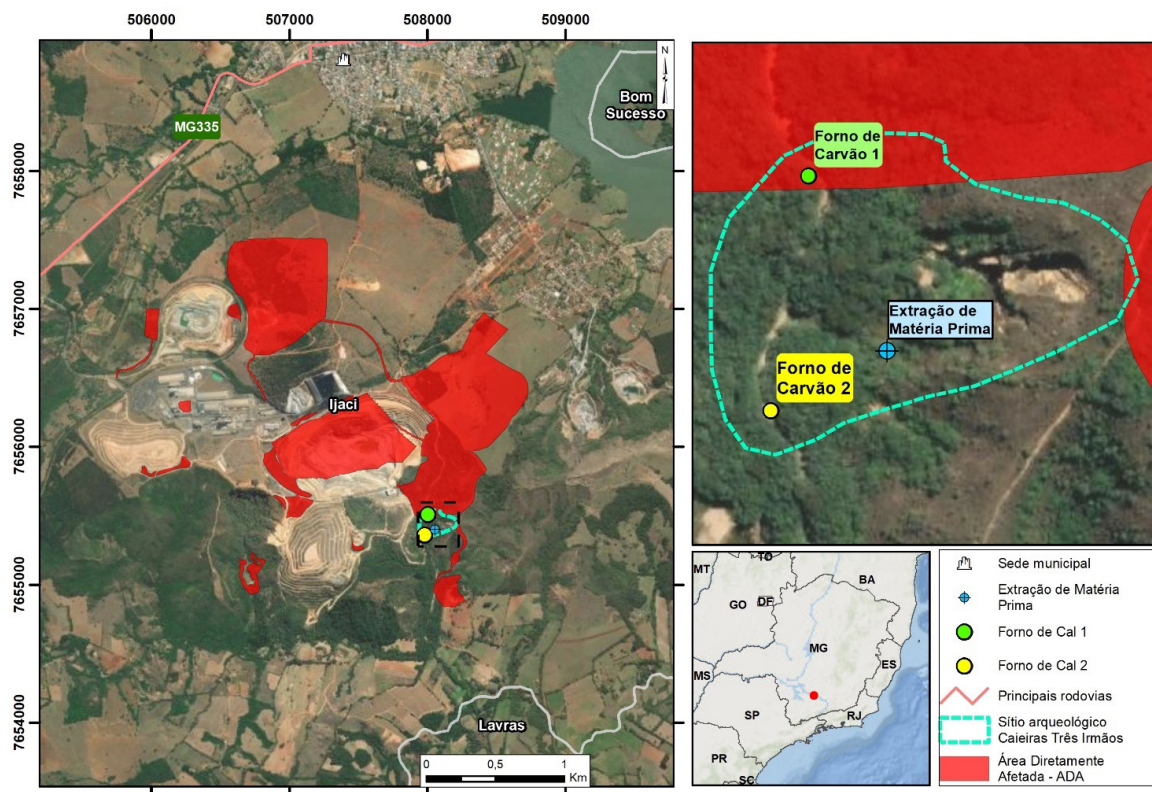
Na Figura 2, destaca-se na imagem inferior a localização dos Fornos 1 e 2, bem como a área de extração de matéria-prima que os abastece. Observa-se também, em média/alta vertente, a presença de uma voçoroca a montante da área de exploração de matéria-prima ativa, resultante de processos erosivos recentes. Ao fundo são visíveis cortes, taludes e a estrutura do empreendimento previamente mencionado.

¹ A área do empreendimento foi alvo de estudos arqueológicos sob a rubrica de Diagnóstico Interventivo Arqueológico Complementar, a partir das orientações do Termo de Referência Específico (IPHAN-MG, 2012), da Portaria nº 230/2002 e da Portaria Sphan nº 07/1988. Processo Iphan nº 01514.007690/2014-12.

² Referência à toponímia local.

Ainda observando a ilustração, destacam-se os detalhes dos fornos nas duas fotos superiores, com visadas de leste a oeste, cercados por uma vegetação de porte médio, típica do bioma da Mata Atlântica em transição para o Cerrado/campo sujo. Na primeira foto, que mostra a estrutura do Forno de Cal 2, observa-se parte da estrutura colapsada, com os blocos do material construtivo carregados. Na segunda foto, em primeiro plano, destaca-se o cinzel; na porção central, o patamar; e, ao fundo, entre as árvores e com formato piramidal, o Forno de Cal 1. Ambas as estruturas estão localizadas às margens de uma estrada vicinal, em baixa vertente, próximas ao curso hídrico local (córrego afluente do Rio Grande). Essas estruturas estão distantes aproximadamente cem metros uma da outra. Entre elas, na porção mais a leste, localiza-se a pedreira destinada à extração de calcário, onde são visíveis blocos com marcas de extração manual, realizadas com o uso de marretas, ponteiros e talhadeiras, conforme relatado por um morador local.

Figura 1. Mapa da localização do empreendimento e dos sítios.



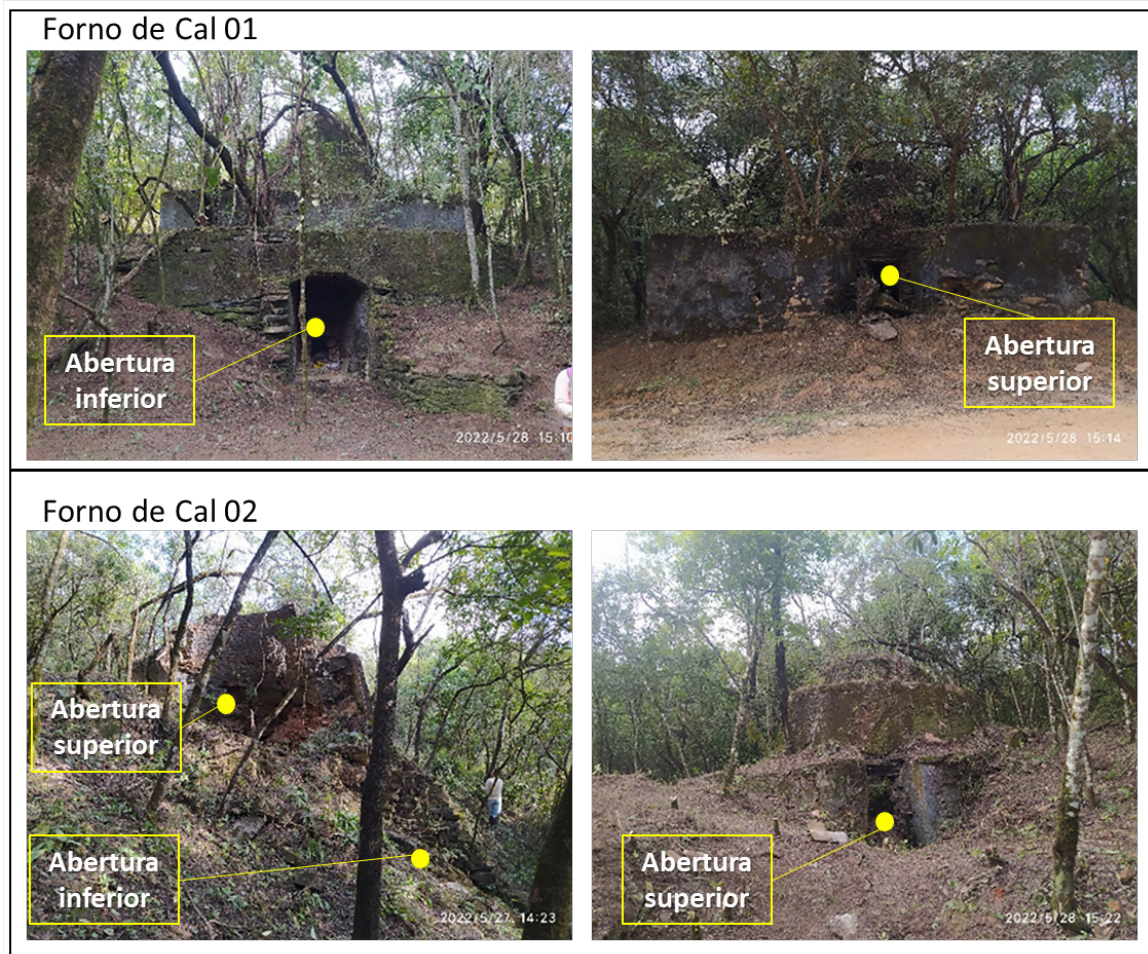
Fonte: Brandt (2022).

A base dos fornos foi edificada com pedras encaixadas. Em determinados pontos, a estrutura apresenta-se mista, composta por pedras e tijolos. As chaminés foram construídas em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa e revestidos externamente. O Forno 1 tem dimensões de oito metros de comprimento, dez metros de largura e 9,3 metros de altura, enquanto o Forno 2 é ligeiramente menor, medindo aproximadamente seis metros de comprimento, oito metros de largura e nove metros de altura (Figura 3).

Figura 2. Inserção dos sítios na paisagem.



Fonte: Brandt (2023).

Figura 3. Vista geral dos fornos.

Fonte: Brandt (2023).

Entre os fornos foram encontrados fragmentos de telha com características artesanais (côncavas, irregulares, sem marcas de fábricas) e fragmentos de tijolos maciços, muito provavelmente provenientes dos setores desmoronados dos fornos, em superfície. As características das técnicas construtivas dos fornos e os materiais utilizados apontam para uma data de construção e utilização no século XIX, período em que os tijolos maciços se popularizam no Brasil, com a chegada das ferrovias (Silva, 2009). Ainda, foram encontrados e observados tijolos de fabricação mais antiga, de dimensões maiores. Há também telhas cerâmicas curvas, mais características do período anterior ao século XX: maiores dimensões, deformidades aparentes, sem marcações de fábrica e sem diferenciação de capa e bica.

Parte significativa dessas estruturas encontrava-se coberta por uma vegetação diversificada e, assim, para execução das atividades, realizou-se a limpeza das estruturas, removendo-se as gramíneas e os arbustos que encobriam parcialmente as estruturas. A vegetação de maior porte/estrutura foi mantida, de modo a evitar qualquer alteração do ambiente ou interferências nos fornos. Após a limpeza, pôde-se avaliar feições, dimensões e estado de conservação, bem como identificar os principais agentes degradantes, como as raízes das árvores de grande porte, a forte inclinação do relevo e, ainda, por estar do lado da estrada principal, a grande deposição de lixo e entulho de construções modernas das décadas de 1970 e 1980. Notaram-se também desmoronamentos nas estruturas (Forno 2),

rachaduras profundas e blocos deslocados, possivelmente associados às trepidações devido à circulação de veículos ou detonações que ocorrem próximo ao sítio. Além disso, há deposição de fungos, líquens e casulos de insetos, teias de aranha e formigueiros, o que leva à desestabilização das estruturas.

PRODUÇÃO DA CAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTO

A produção de cal representa um marco significativo nas conquistas industriais da humanidade, sendo reconhecida como uma das primeiras indústrias elaboradas pelo homem, com registros nas civilizações egípcia, grega e romana, por exemplo (Coelho; Torgal; Jalai, 2009). Esse processo envolve a transformação de uma rocha natural por meio de técnicas específicas, resultando na obtenção de um material artificial que não existe naturalmente. Esse feito notável implica na modelação de uma rocha natural para criar uma substância que atenda de maneira mais direta e eficaz às necessidades humanas (Muñoz Jiménez; Schnell Quiertant, 2006).

O início da produção de cal remonta às civilizações antigas, marcando um estágio crucial no desenvolvimento industrial. Foi com os romanos, no entanto, que esse processo atingiu um refinamento notável. A expertise adquirida por meio de práticas e conhecimentos transmitidos ao longo das eras permitiu aperfeiçoar as técnicas de produção de cal, contribuindo não apenas para a satisfação das necessidades humanas, mas também para a evolução do conhecimento técnico e científico na história da humanidade. Assim, a produção de cal não apenas representa uma das primeiras incursões industriais, mas também evidencia a capacidade adaptativa e inovadora do ser humano ao longo do tempo.

Para compreender a presença dos fornos na localidade estudada e sua própria estrutura, é importante sintetizar o processo artesanal de produção da cal. A mineração do calcário consiste inicialmente no desmonte da jazida de calcário, as conhecidas pedreiras. A extração era realizada de forma manual com a utilização de ferramentas como formões. Porém, com a evolução tecnológica, a extração passou a ser realizada com a implantação de explosivos, ou com maquinário pesado, como rompedor e retroescavadeira, de forma mais rudimentar (John; Punhagui; Cincotto, 2014). Após a extração, nos processos recentes, as rochas de calcário passam por um processo de britagem, antes do processo de calcinação, reduzindo as dimensões dos blocos. O processo de calcinação remove o gás carbônico (CO₂) do calcário para produzir óxido de cálcio ou cal virgem³ (CaO) (Coelho; Torgal; Jalai, 2009).

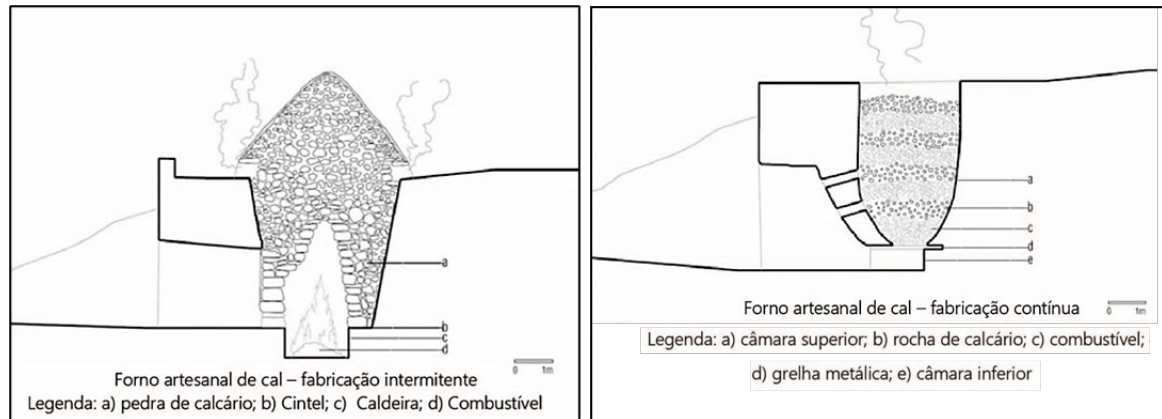
Nos processos de calcinação mais antigos, os fornos são escavados nos barrancos e revestidos de tijolos ou pedras, sendo o calor obtido a partir da queima de carvão ou madeira. Por meio dessa técnica, segundo Custódio (2015), duas tipologias de estruturas de fornos artesanais se destacam (Figura 4):

- **Forno de queima intermitente:** de câmara única, planta circular, com estrangulamento ao nível da soleira da porta do forno. Na parte inferior desse nível abre-se a caldeira onde acontece a combustão da lenha e onde se acumulam as cinzas. Sobre o nível da soleira da porta e do estrangulamento (o cinzel), há a construção de uma abóbada ovalada com as pedras de calcário de maiores dimensões que irão suportar as demais, de menores dimensões.

³ O termo “cal virgem” é o consagrado, na literatura brasileira e nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, para designar o produto composto predominantemente por óxido de cálcio ou por óxido de cálcio e óxido de magnésio, resultantes da calcinação, à temperatura de 900-1.200 °C, de calcários, calcários magnesianos e dolomitos.

- **Forno de queima contínua:** composto por duas câmaras sobrepostas e separadas geralmente por grelha de ferro. Em uma delas se inicia a combustão, onde caem as cinzas e as rochas já calcinadas. A grelha tem função de sustentação das camadas intercaladas e sucessivas do combustível e de rochas. A câmara superior possui formato de cone invertido, servindo de condução das sucessivas camadas até a câmara inferior.

Figura 4. Diferentes tipos de fornos artesanais de cal.



Fonte: adaptada de Custódio (2015).

Constata-se assim, que os fornos encontrados na Caieira Três Irmãos se aproximam muito do tipo de forno intermitente: apresentam uma câmara subterrânea, com abóbada circular, apesar de terem a base quadrada.

No contexto brasileiro, a cal passa a ser produzida para suprir as necessidades da construção civil. No século XVI, a produção tinha como base conchas de ostras, encontradas em acúmulos conchíferos no litoral do Rio de Janeiro. Esses acúmulos eram tão abundantes que chamaram a atenção de cronistas e viajantes estrangeiros, como frei Vicente de Salvador e Gabriel Soares de Souza. De fato, trata-se dos sambaquis, cuja exploração para a produção de cal na época suscitou o grande debate entre artificialistas e naturalistas acerca de sua origem (Capanema, 1876; Neto, 1882).

A cal de marisco era produzida a partir da calcinação de conchas em fornos, as caieiras. As conchas eram trituradas e misturadas à “moinha de carvão [...], e na proporção de 1 volume de moinha de carvão para 8 de marisco” (Santos, 1980, p. 5). A mistura era então levada ao forno, anteriormente forrado com lenha, sendo o fogo mantido aceso por 24 horas. Depois de resfriado, a mistura era aspergida com água, sendo, assim, a “cal apagada”. Todo o processo era realizado com mão de obra escrava (Santos, 1980).

Naquela época, a cal era empregada como elemento ligante na composição da argamassa e do revestimento de construções das mais diversas, como fortificações, igrejas e edificações (Souto, 2015). O produto da calcinação das conchas era a cal virgem (óxido de cálcio), que era adicionada à água, se transformando em cal extinta (hidróxido de cálcio). O termo utilizado para se referir à aplicação dessa cal extinta era “caiar” (Souto, 2015). Essa cal podia ainda ser misturada com óleo de baleia ou de peixe e, nesse caso, servia como cimento entre blocos de pedra (Vita; Luna; Teixeira, 2007).

A produção de cal de conchas ou “cal de marisco” (Santos, 1880) foi utilizada por um longo tempo, tendo registro também em 1816, em uma pintura de Jean-Baptiste Debret, e uma descrição do processo de calcinação a céu aberto, sem fornos, feita por John Luccock na mesma época, no Rio de Janeiro (Luccock, 1975 *apud* Souto, 2015). Auguste de Saint-Hilaire também descreveu um processo semelhante de calcinação

de conchas oriundas de “ostreiros” ou “casqueiros”, ou seja, de sambaquis, no litoral do Espírito Santo, nas duas primeiras décadas do século XIX (Saint-Hilaire, 1936)⁴. No início do século XIX, há uma menção da utilização de casca de marisco para a produção de cal, feita por Monsenhor Pizarro (Souto, 2015), demonstrando a perduração da exploração das conchas para a produção de cal no Brasil. Em 1877, já durante o período de declínio da produção de cal baseada em conchas, foram registradas na Ilha do Governador, por exemplo, doze fábricas de cal – um número ainda relativamente elevado para a cidade do Rio de Janeiro (Souto, 2015).

Desde pelo menos 1833, há publicações, em jornais especializados, sobre a utilização da cal, em forma de pó, como fertilizante e corretor de acidez do solo (Souto, 2015). Misturava-se a cal com ervas parasitas, obtendo-se um estrume, e a mistura dessa cal com a terra foi denominada de “caldeagem” – processo muito difundido na época na França, na Inglaterra e na Alemanha (Souto, 2015). Para essa função, relata-se principalmente o uso da cola proveniente da calcinação de pedras, mas há o registro também da aplicação de conchas em estado natural, ou transformadas em cal, como adubo. No final do século XIX, há, ainda, referências da utilização da cal para a desinfecção de esgotos.

Quanto à utilização das pedras calcárias para a produção da cal, Saint-Hilaire (1936) já relata seu uso na localidade de São Pedro dos Índios, em sua visita ao Espírito Santo, na primeira metade do século XIX (Vita; Luna; Teixeira, 2007). José Américo dos Santos (1880) relata a utilização de pedras calcárias para a produção de cal no interior do país, onde não há os ricos depósitos do mar, como na cidade litorânea do Rio de Janeiro, sendo essa produção conhecida como cal de pedras (Santos, 1980). Segundo ele, a produção no interior é mais custosa, em função do frete e do maior valor da cal produzida a partir do calcário. Porém, na época, era produzida no Vale do Paraíba como um todo, “sendo preferida para as construções da estrada de ferro” (Santos, 1980, p. 6), como a estrada de ferro de D. Pedro II. A maior parte da cal produzida no país é resultante da calcinação de calcários/dolomitos metamórficos, de idades geológicas diferentes – geralmente geologicamente muito antigos e de pureza variável, a depender da região (Pereira; Ferreira, 2009). Para a calcinação do calcário é preciso atingir temperaturas por volta de oitocentos a novecentos graus Celsius (Coelho; Torgal; Jalai, 2009).

Em 1879, José Américo dos Santos menciona o risco de decadência da produção de cal no país, em função do crescente aumento da utilização do cimento de Portland, uma mistura de calcário calcinado com argila e água que passava por nova calcinação depois de seco, patenteado em 1824 por Joseph Aspdin (Medeiros, 2019). Esse novo ligante tem melhor desempenho, além de endurecer mais rápido do que a cal (Coelho; Torgal; Jalai, 2009).

No fim dos anos 1940, a cal hidratada foi lançada no mercado e, com isso, o processo de produção de cal recebeu novas etapas (Silva, 2009), ao mesmo tempo que o uso dos fornos artesanais decaiu. A cal hidratada tem partículas muito finas e leves, com alto poder aglomerante, ao mesmo tempo que tem maior potencial de plasticidade, sem fissuração (Coelho; Torgal; Jalai, 2009).

Os primeiros fornos utilizados na produção brasileira eram chamados de meda e poço. Já os fornos de alvenaria começaram a ser utilizados no final do século XIX, segundo informações da Associação Brasileira dos Produtores de Cal. Estes eram “encostados em barrancos e operados com características mais artesanais do que industriais, sempre tendo

⁴ Obra originalmente publicada em Paris em 1833.

a lenha como combustível” (Silva, 2009, p. 27). A partir dos anos 1960, inicia-se a utilização dos fornos metálicos horizontais e verticais (Coelho; Torgal; Jalai, 2009; Silva, 2009).

A evolução dos fornos de cal foi impulsionada pela necessidade de economizar combustível (Silva, 2009) e, conseqüentemente, baratear a produção. Assim, é possível encontrar pelo país antigas estruturas de fornos, decorrentes de caieiras artesanais, geralmente de origem local ou familiar. No município de Ijaci encontra-se a maior reserva de calcário do sul de Minas, localizada no Graben de Ijaci. Desde a década de 1940, esse calcário atraiu a atenção das indústrias, tornando a fabricação de cal uma atividade economicamente significativa tanto no passado quanto no presente. Atualmente, o principal setor industrial que impulsiona a região é a mineração de materiais para a construção civil e a agricultura, incluindo cal, calcário, cimento e argamassa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de atividades de gabinete e campo, de modo interdisciplinar e transdisciplinar, envolvendo procedimentos metodológicos de diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, apresentam-se a seguir os materiais, métodos e técnicas utilizadas em cada abordagem: arqueológica, arquitetônica e aplicação de sensores LiDAR no Forno de Cal 1.

Métodos arqueológicos

O trabalho arqueológico consistiu basicamente em atividades de salvamento e resgate do sítio Caieiras Três Irmãos, onde inicialmente foi realizada a limpeza da cobertura vegetal com uso de foice, facão e rastelo em toda a área dos fornos, de modo a possibilitar a visualização, a descrição e o registro dos seus atributos. Ressalta-se que as árvores de maior porte que se encontravam sobre e entre os fornos não foram retiradas, devido ao risco de desmoronamento das estruturas.

Em seguida, foi conduzido um caminhamento intensivo na área, com o objetivo de mapear vestígios de superfície e identificar áreas com pacotes sedimentares e vestígios de superfície para a abertura de áreas de escavação arqueológica. Essas escavações foram realizadas mediante a abertura de quadrículas de um metro por um metro, utilizando decapagens artificiais com nível de controle de dez centímetros em dez centímetros. Todo o processo foi meticulosamente registrado por meio de fotografias, desenhos esquemáticos e descrições no caderno de campo. Os sedimentos foram peneirados em malha de dois milímetros e descritos quanto a compactação, granulometria, umidade, coloração e outros elementos perceptíveis a olho nu.

As escavações das quadrículas foram encerradas em média no nível 4, entre trinta e quarenta centímetros de profundidade. Após esse nível, foi aberto um poço para teste no centro, com cavadeira articulada, seguindo também níveis artificiais, com controle de dez em dez centímetros de espessura até a profundidade de um metro. O objetivo das escavações foi averiguar se existia pacote arqueológico e, conseqüentemente, a estratigrafia e a dispersão dos vestígios arqueológicos em subsuperfície. Contudo, adianta-se que as escavações não evidenciaram vestígios arqueológicos.

Métodos arquitetônicos

Simultaneamente às atividades dos arqueólogos, descrições arquitetônicas e análises das técnicas construtivas dos fornos foram realizadas. Após o reconhecimento de campo/estruturas, elaboraram-se os croquis de cada face das estruturas para realização das medições.

As medidas foram coletadas utilizando de forma combinada trena de fibra de vidro e trena a laser, proporcionando uma abordagem abrangente para capturar dimensões e detalhes arquitetônicos de forma mais fidedigna.

Os fornos de cal foram documentados por meio de fotografias, em diferentes ângulos e destaque nas áreas específicas que apresentavam danos estruturais. Desse modo, foram avaliadas as condições gerais dos fornos, registrando a localização de componentes como chaminé, vãos de acesso e túneis (cinzel).

A estrutura do Forno 2 se encontrava em colapso. Assim, realizaram-se também levantamentos secundários, com o estudo de estruturas similares, e de forma comparativa com o forno íntegro (Forno 1) dentro do sítio arqueológico. Foram utilizados dados de volume e medidas das partes ainda preservadas do forno, permitindo a apresentação da tipologia de construção, das técnicas construtivas, da funcionalidade, da história e dos elementos necessários para inferir a forma provável do forno atualmente em ruínas. Diante disso, tendo em vista a proposta deste artigo, elegeu-se a estrutura do Forno de Cal 1 para desenvolver as análises comparativas entre as técnicas aplicadas.

No contexto em questão, foi estabelecido um ponto de referência para as medições do Forno de Cal 1, utilizando a face mais intacta, a fim de garantir a consistência nas medidas. Com a trena de fibra foram realizadas medidas de reentrâncias e detalhes. A trena a laser foi utilizada para medir dimensões lineares, como largura, altura e comprimento do forno. Contudo, devido à grande luminosidade no local, a trena a laser foi menos utilizada nas faces externas, empregando-se a trena convencional nas medidas externas. Como a estrutura do forno possui grande altura, o uso das fotografias como referencial também foi base para a etapa da elaboração dos desenhos técnicos.

De posse das anotações realizadas em campo, com medições e avaliação da estrutura, foi realizada a etapa do relatório e dos desenhos técnicos. Para a elaboração dos desenhos técnicos foi utilizado o programa AutoCAD, que permite a criação precisa de modelos em 2D e 3D, fornecendo uma visualização detalhada da estrutura. No caso dos fornos foram elaborados apenas desenhos 2D de planta baixa e elevações.

Cabe ressaltar que houve uma limitação quanto às medições internas, devido ao risco de colapso da estrutura. Para contornar essa situação, foram utilizadas as medidas externas e o estudo comparativo com estruturas semelhantes, buscando-se projetar a forma interna do Forno 1, que se encontrava íntegro.

O trabalho desenvolvido em colaboração entre arqueólogos e arquitetos, utilizando diversas abordagens metodológicas de cada uma das áreas, como apresentado acima, permitiu a elaboração de uma representação virtual das estruturas existentes. Isso possibilitará, no futuro, a reconstituição virtual dos fornos como estruturas íntegras, recompondo as porções ausentes e/ou degradadas.

O levantamento arquitetônico das estruturas foi empregado no Projeto de Resgate Arqueológico do Sítio Caieira Três Irmãos com o intuito de disponibilizar conhecimentos sobre a tipologia arquitetônica dos fornos. Essa metodologia permitiu ainda entender a morfologia do sítio arqueológico, distinguindo as camadas e estruturas componentes dos fornos.

Métodos de sensoriamento remoto/geoprocessamento: técnica de varredura terrestre

Como forma de avaliar alternativas técnicas do sensoriamento remoto, foram aplicados diferentes métodos de registro das estruturas: fotogrametria realizada com laser LiDAR; escaneamento utilizando sensor Zebgo-Geoslam e escaneamento com *smartphone* equipado com sensor LiDAR (iPhone 12 Pro Max).

Diante do processo de desenvolvimento tecnológico, já ocorre há alguns anos o uso de equipamentos baseados em laser, visando a aquisição otimizada de dados topográficos georreferenciados em áreas remotas e/ou complexas (Pucci; Marambio, 2009). O uso de sensores LiDAR terrestres promove incremento e mudança de perspectivas em estudos ambientais, permitindo mapeamentos tridimensionais que subsidiam cálculos (área, superfície e volume) e análises geométricas, podendo a técnica ser aplicada em ambientes confinados como cavidades ou dutos (De Waele *et al.*, 2018). Considera-se, portanto, a aplicabilidade de técnicas de varredura a laser terrestre (TLS)⁵ e fotogrametria 3D de estruturas para fins arqueológicos (Puchol *et al.*, 2013).

A varredura utilizando a tecnologia LiDAR em grandes espaços emite resultados com a representação de milhões de pontos, revolucionando a coleta de dados e a forma de analisar os sítios arqueológicos e as paisagens. Assim, a nuvem de pontos que é gerada representa um universo de mudanças geradas na topografia pelo ser humano no tempo-espaço. O que torna ainda mais inovadora essa tecnologia é a possibilidade de escaneamento mesmo em áreas remotas e com vegetação densa (Fisher *et al.*, 2016).

Essa tecnologia consiste em um sensoriamento remoto baseado em laser, a qual fornece dados tridimensionais precisos e detalhados da topografia da superfície do solo (Gomes; Simas, 2014; Inomata *et al.*, 2018). No entanto, a tecnologia de sensoriamento remoto a laser aplicada aos estudos arqueológicos no Brasil ainda se encontra em fase inicial e é pouco explorada. O LiDAR pode contribuir significativamente para os estudos arqueológicos, especialmente na varredura e escaneamento de estruturas em áreas remotas ou inacessíveis devido à cobertura vegetal. Seus resultados podem apresentar altos índices de qualidade na identificação de paisagens construídas por antigas ocupações humanas. Um exemplo recente e inovador inclui voos realizados em grandes sítios arqueológicos em Mariana e Ouro Preto (MG), associados à arqueologia da mineração. Os resultados preliminares têm demonstrado uma série de anomalias no terreno que vão além das possibilidades de visualização *in loco* (assunto a ser aprofundado em outra publicação).

Zebgo-Geoslam

Como uma das técnicas aplicadas, o levantamento ou varredura terrestre foi realizado com o uso do equipamento LiDAR, sensor Zebgo da fabricante Geoslam. De acordo com a especificação técnica do fabricante (Geoslam, 2021), esse equipamento tem a capacidade de leitura de 43 mil pontos por segundo, com uma frequência de quarenta hertz, alcançando trinta metros e com uma precisão relativa entre um e três centímetros. Além disto, o equipamento tem campo de visão de 270° na vertical e 360° na horizontal, garantindo amplo alcance a toda a estrutura mapeada. É importante ressaltar que o sensor utilizado não tem câmera fotogramétrica integrada, ou seja, são geradas nuvens de pontos com ausência de cor, portanto não colorizadas.

Smartphone: iPhone 12 Pro Max

O dispositivo da Apple (iPhone 12 Pro Max) tem sensor com emissão de pulsos e foi implantado inicialmente para melhoria de performance quanto à identificação facial, medição de objetos e estruturas. De acordo com a especificação técnica (Apple, 2022, c2025),

⁵ A sigla TLS corresponde ao nome da técnica em inglês “Terrestrial Laser Scanning”.

o sensor permite a digitalização de objetos localizados a distâncias de até cinco metros do dispositivo. O sensor LiDAR do iPhone é integrado com câmeras de alta resolução, unidade de medição inercial (IMU)⁶, que minimiza impactos de movimentos, e com sistema para registros fotográficos individuais, utilizados para melhoria visual dos dados 3D. O uso do sensor já foi validado em estudos ambientais (Gollob *et al.*, 2021; Mokroš *et al.*, 2021).

Levantamento de dados em campo: coleta de pontos de controle

Para que houvesse o georreferenciamento da nuvem de pontos resultante da varredura da estrutura arqueológica com uso dos sensores LiDAR, previamente foram identificadas coordenadas de amarração por meio da coleta de três pontos de controle no entorno da área de interesse. Essas coordenadas de amarração foram registradas por meio de aparelho receptor de *Global Positioning System* (GPS) de navegação do modelo Garmin 64x. De acordo com a especificação técnica do fabricante, existe garantia de precisão posicional próxima de três metros, considerada uma precisão moderada. Embora haja limitações do GPS portátil quando comparado a sensores de alta precisão com *Real Time Kinematic* (RTK), o sensor é adequado para a análise em questão, que não busca requisitos de precisão centimétrica, como aplicado em levantamentos como de georreferenciamento cadastral ou agricultura de precisão. Nesse caso, todos os levantamentos realizados foram amarrados às mesmas coordenadas de referência, significando que, mesmo que haja o baixo deslocamento posicional em relação à verdade de campo, os levantamentos estão vinculados a referências em comum.

Levantamento de dados em campo: scanner

O mapeamento com sensor Laser Scanner (Zebgo) foi iniciado com a manutenção estática do sensor e do operador pelo tempo de quinze segundos. De acordo com as orientações do fabricante, esse procedimento é identificado pelo sensor como ponto de controle, e, juntamente com outros dois pontos, foi utilizado como ponto de referência para amarração e georreferenciamento da nuvem de pontos. Após esse procedimento, e observando as condições de segurança operacional, toda a área do Forno 1 foi percorrida por um operador com sensor em mãos, buscando, mediante a percepção *in loco*, que toda a área da estrutura fosse alcançada pelo feixe de laser. Com exceção da etapa de manutenção estática do sensor para reconhecimento do ponto de controle, o mesmo procedimento de varredura da área foi realizado com *smartphone* (iPhone 12 Pro Max), considerando as limitações deste quanto à distância máxima de cinco metros entre o aparelho e o alvo desse levantamento.

Para ambos os levantamentos (Zebgo e iPhone), todo o procedimento de execução da atividade de levantamento em campo ocorreu em tempo inferior a sessenta minutos para cada sensor. Ou seja, trata-se de um procedimento de aplicação relativamente rápida.

Processamento de dados

Após a conclusão da etapa de levantamento em campo, utilizando ambos os sensores (Zebgo e iPhone), o georreferenciamento das nuvens de pontos foi realizado no software RiSCAN Pro, considerando as coordenadas de amarração coletadas com o GPS Garmin.

⁶ A sigla IMU corresponde ao nome da técnica em inglês “Inertial Measurement Unit”.

Para os dados obtidos por meio do sensor Zebgo, devido à alta densidade de informações coletadas pelo sensor de varredura, somente 20% do volume obtido foram direcionados para o software de processamento, procedimento este em acordo com as recomendações do fabricante (Geoslam, 2021), garantindo ainda assim um alto nível de detalhamento e precisão da estrutura mapeada.

Para os dados obtidos por ambos os sensores, considerando a existência de interferências e obstáculos entre sensores, operador e alvo (Forno 1), como árvores ou arbustos, e até mesmo resíduos sólidos urbanos, foi realizada a limpeza da nuvem de pontos. Após o processo de filtragem ou limpeza da nuvem de pontos e a eliminação de registros indesejáveis, foi realizada uma triangulação considerando a resolução espacial de dois centímetros. Nessa etapa do processo ocorreram a interpolação, a renderização e a criação do modelo tridimensional, procedimentos realizados no software CloudCompare.

Para a representação dos resultados obtidos, os dados foram convertidos e projetados para utilização em software ZWCAD, ambiente onde foram realizadas análises dimensionais e ilustrativas (plantas e seções).

RESULTADOS

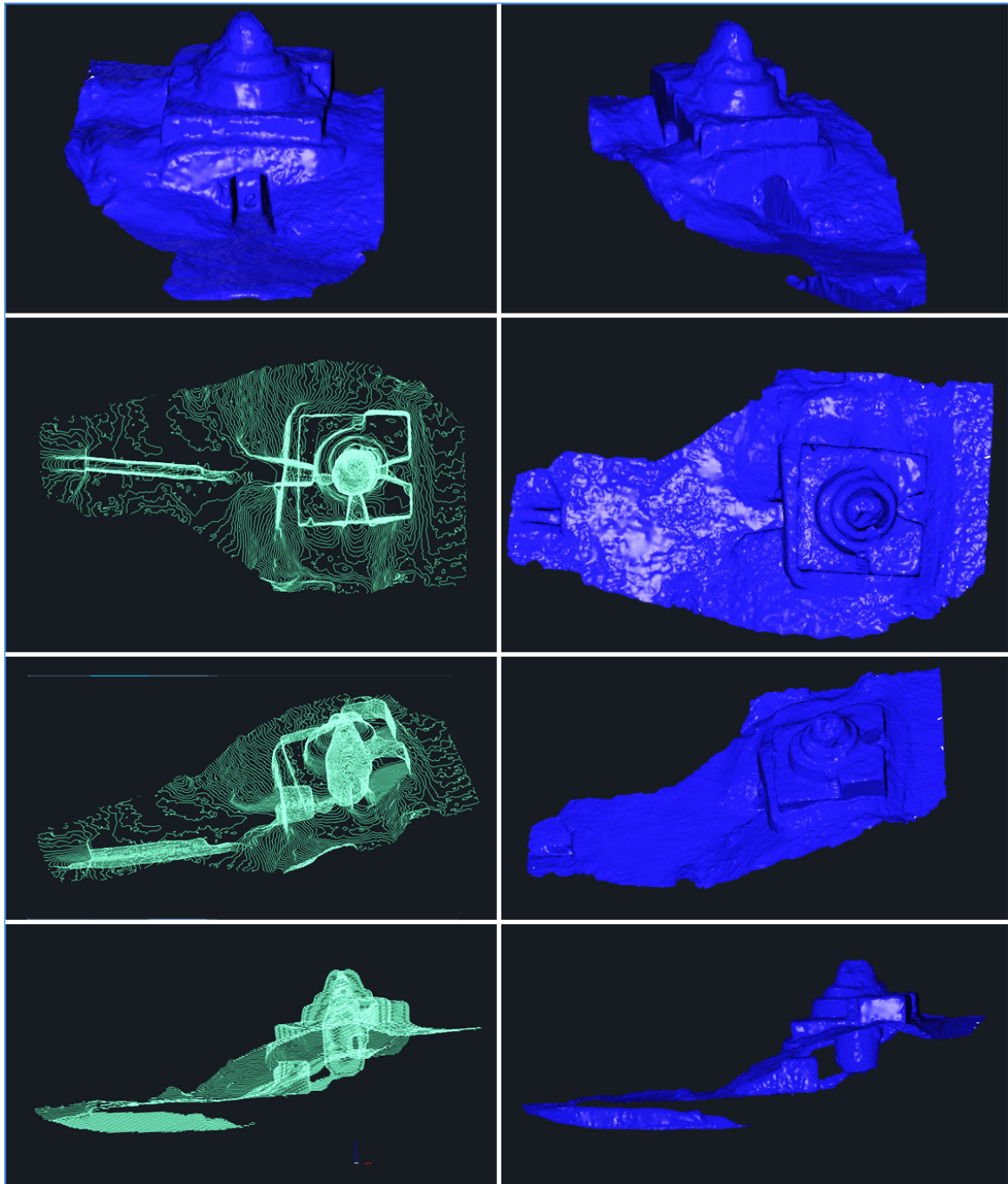
Resultados do escaneamento da estrutura: Zebgo e iPhone 12 Pro Max

O resultado do modelo tridimensional gerado a partir do processamento de nuvem de pontos do sensor componente do aparelho iPhone apresentou boa representação geométrica da estrutura mapeada (Forno de Cal 1), além de notória potencialidade para a criação de realidade virtual e das formas, dimensões e percepção do arranjo locacional das subestruturas (entradas, depósito de lenha, cinzeiro) em relação ao terreno. A nuvem de pontos colorizada potencializa a experiência de realismo da estrutura mapeada, proporcionando visualização intuitiva e natural, permitindo ao observador/ usuário melhor percepção de escala do ambiente por meio das cores, que são essenciais para destacar, caracterizar e diferenciar elementos, melhorando, conseqüentemente, a compreensão visual (Figura 5).

Esses resultados indicam a grande potencialidade de uso do sensor para a representação geométrica de estruturas arqueológicas similares, mas evidencia também as limitações causadas pela ausência de sensor fotográfico que permita a representação com colorização nativa, impossibilitando análises texturais e realistas do alvo mapeado.

Outro ponto notável de observação é a não captura do sensor de toda a extensão do cinzeiro localizado na parte inferior do forno. O duto tem extensão estimada de dezesseis metros entre a base do forno e a saída do cinzeiro, local de onde o operador manuseou o sensor. Apesar da indicativa técnica de que o sensor Zebgo tem alcance de até trinta metros, o que seria suficiente para cobrir a área do cinzel, o conduto não foi completamente mapeado. Por risco de colapso estrutural e adotando medidas de segurança, o operador não adentrou no conduto, impossibilitando o contato visual pleno com o duto em sua integralidade. Nesse contexto, considerando a etapa de limpeza da nuvem, entende-se que o duto apresenta, na data do levantamento, uma obstrução por deposição natural, não sendo possível especificar a natureza desses obstáculos.

Conforme ocorrido também no levantamento com utilização do Zebgo, o sensor do iPhone não alcançou toda a extensão do duto, o que se pode justificar considerando o limite de distância de alcance mencionado na especificação técnica do aparelho (cinco metros).

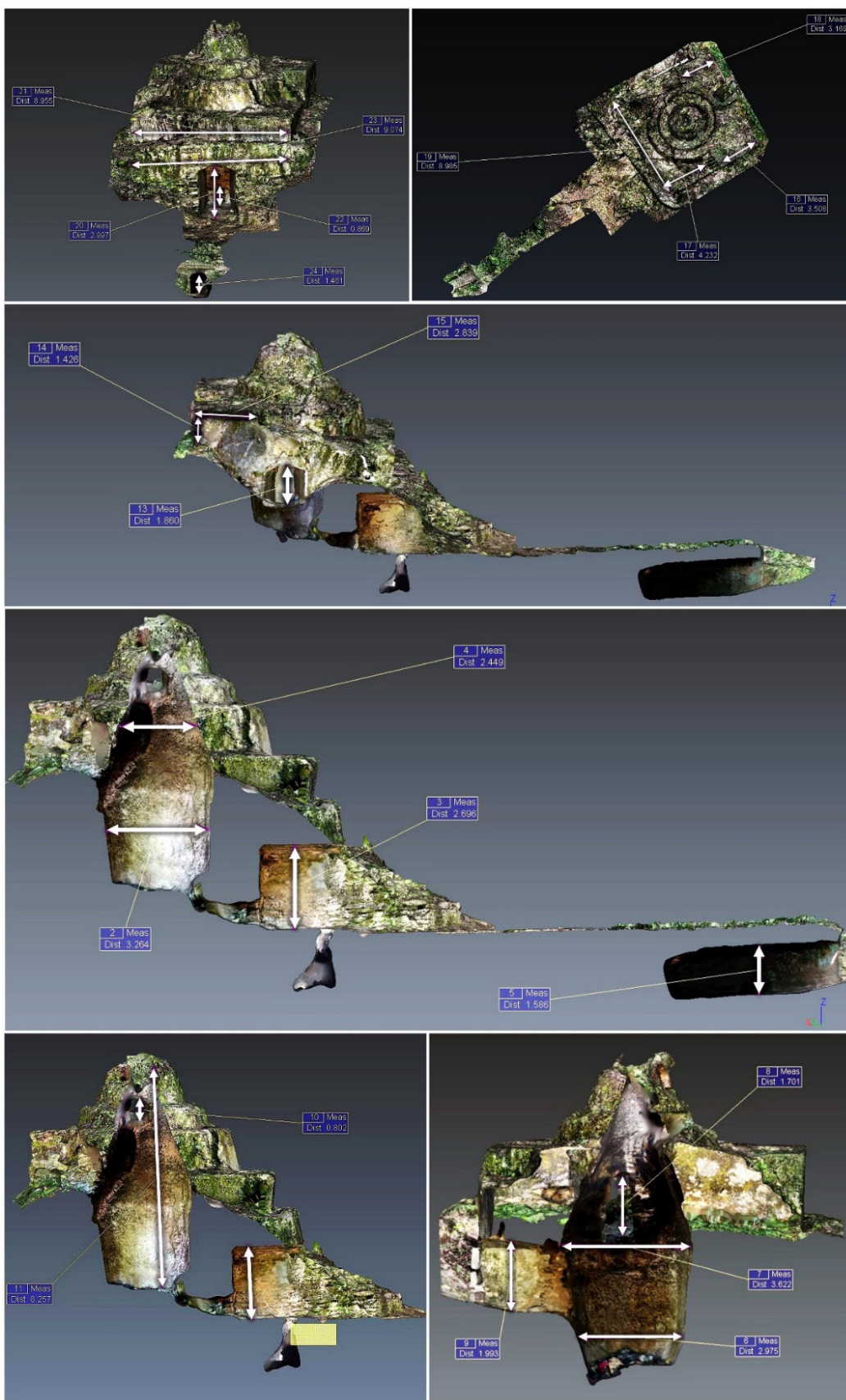
Figura 5. Modelo tridimensional: Zebgo.

Fonte: Brandt (2023).

Resultados do método arquitetônico (tradicional)

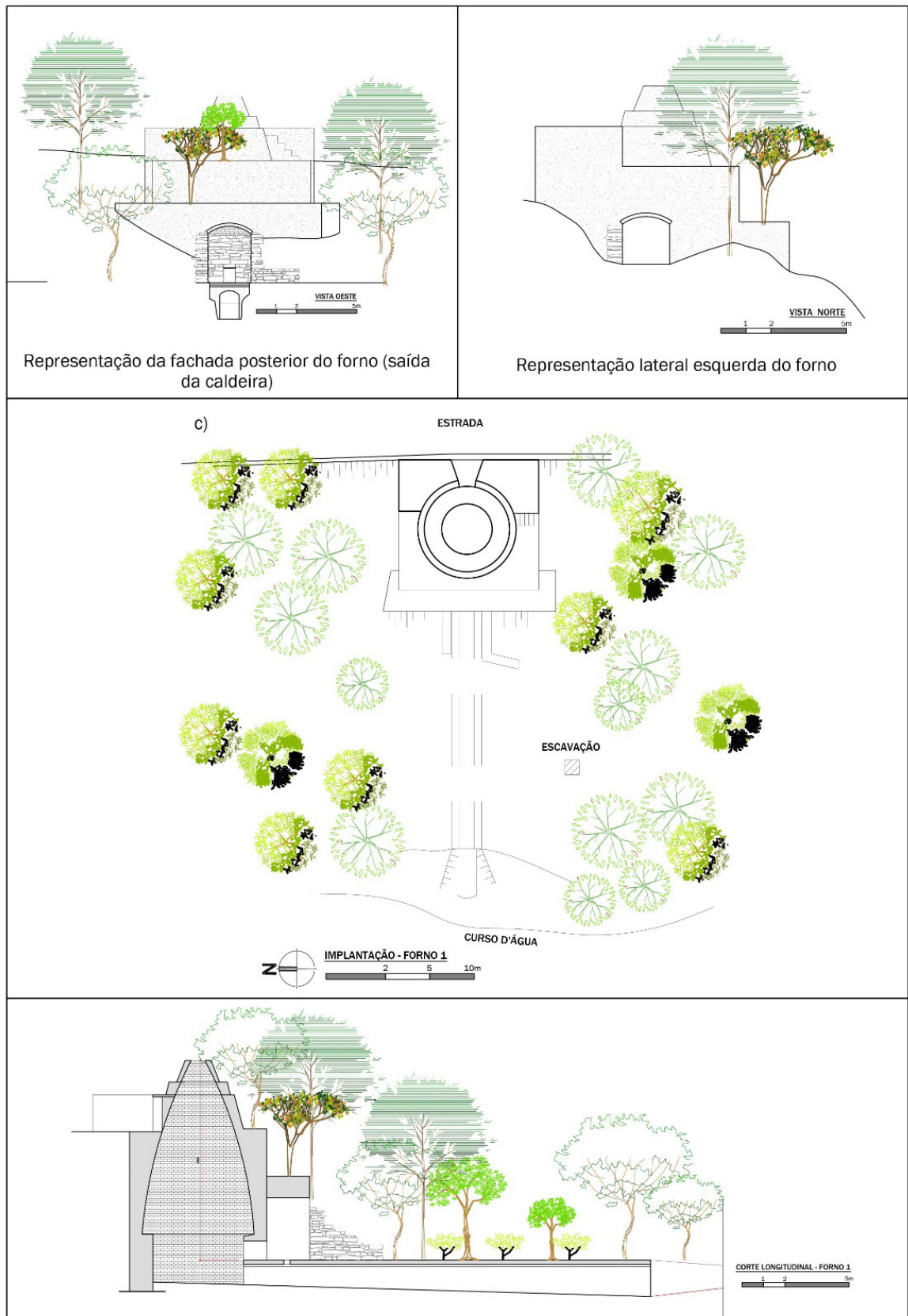
Ao analisar a representação técnica arquitetônica (Figura 7), pode-se observar também a base retangular, com uma abertura voltada para a parte mais baixa do terreno, o que permite o acesso à caldeira e a retirada de cinzas por um túnel (cinzel). Além disso, observaram-se na parte intermediária da chaminé duas aberturas, uma na lateral, na altura média do forno, e outra abertura superior. Esses vãos são de acesso para colocação das pedras de calcário a serem calcinadas. A chaminé tem forma cônica, em três níveis, havendo uma abertura circular no topo, conferindo aos fornos uma morfologia geral piramidal.

Figura 6. Modelo tridimensional colorizado: iPhone 12 Pro Max.



Fonte: Brandt (2023).

Figura 7. Representação arquitetônica do Forno de Cal 1.

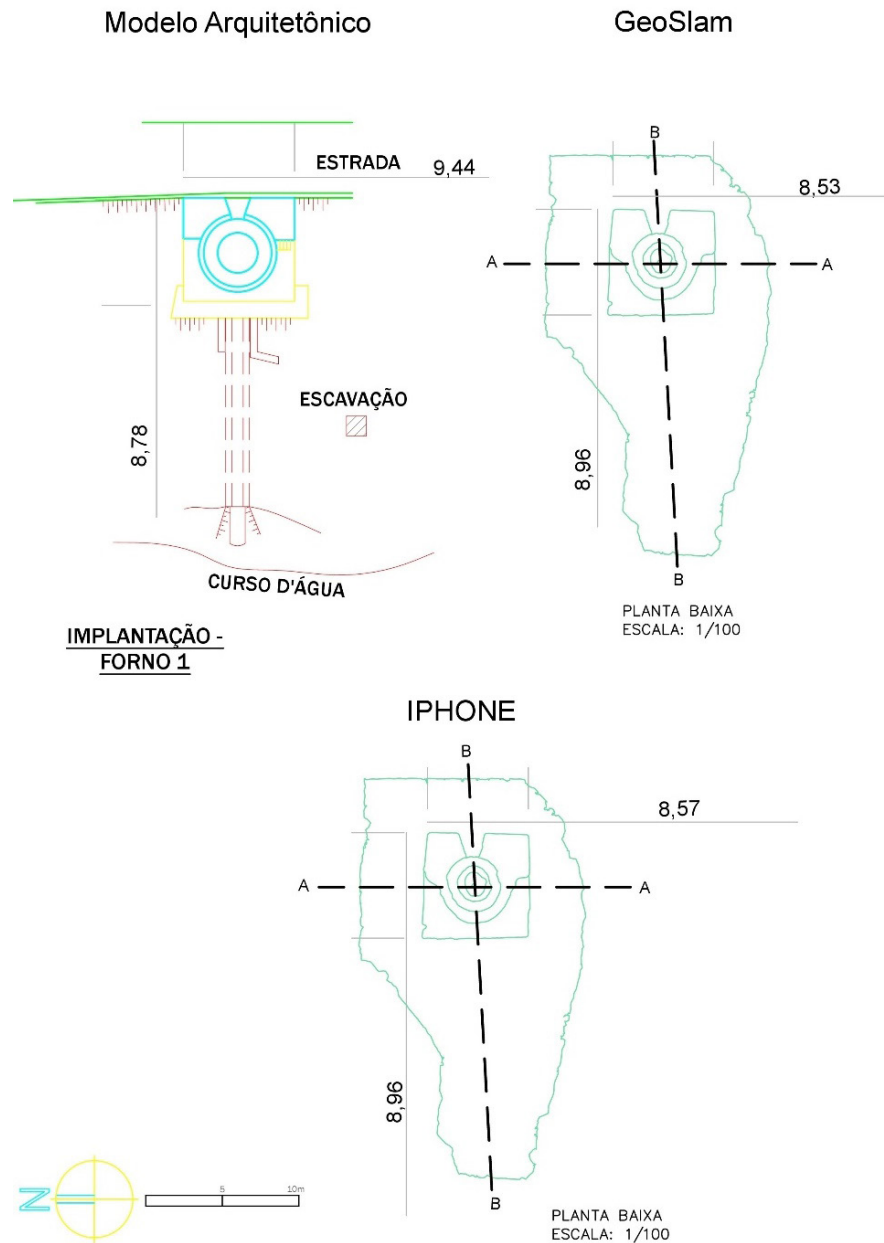


Fonte: Brandt (2023).

Resultados do escaneamento da estrutura: dimensões

Como forma de balizamento dos resultados obtidos por meio de diferentes métodos de registro, os modelos foram projetados em planta baixa, evidenciando de forma objetiva as dimensões alcançadas (Figura 8).

Figura 8. Comparativo da representação dos resultados em planta baixa.



Nota: Dimensões registradas em metros.

Fonte: Brandt (2023).

Por meio das representações feitas em projeção de planta baixa, notou-se que entre o levantamento do Zebgo e o do iPhone há uma diferença de aproximadamente quatro centímetros na largura total do Forno de Cal 1, o que representa variação inferior a 0,5%, retratando a similaridade geométrica nesse modelo de representação da estrutura. Além da diferença proporcionalmente baixa em largura, a variação de volume total

também apresentou baixa variabilidade, com resultado inferior a 0,07% em quantitativos volumétricos (Tabela 1).

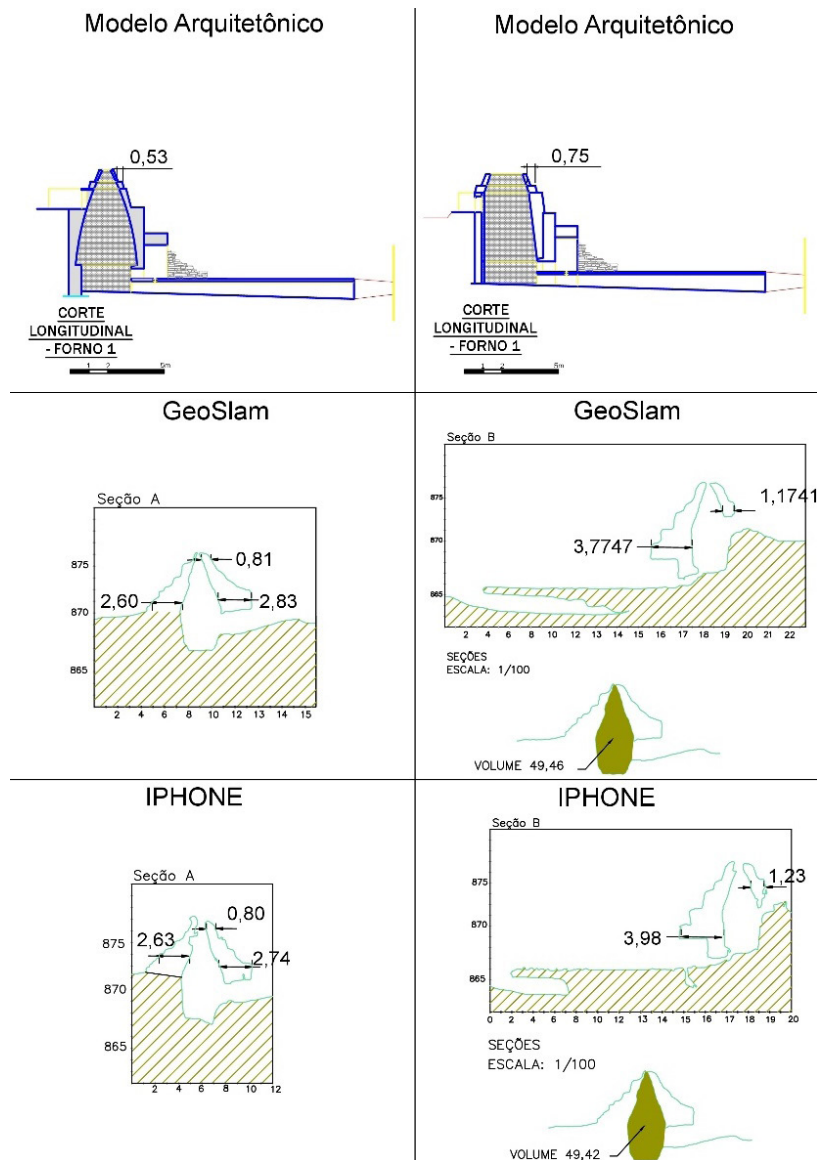
Tabela 1. Comparativo de dimensões e volume.

TÉCNICA/ SENSOR	Volume do Forno (m ³)	Altura (m)	Largura (m)
Desenho Arquitetônico	-	8,78	9,44
Zebgo-Geoslam	49,456	8,96	8,53
iPhone 12 Pro Max	49,423	8,96	8,57

Fonte: Brandt (2023).

As medidas de trechos das seções transversais também foram comparadas, conforme representação da Figura 9:

Figura 9. Comparativo da representação dos resultados em seções.



Fonte: Brandt (2023).

De acordo com esses resultados, a diferença de medidas entre os dois métodos de mapeamento com varredura por meio do sensor LiDAR foi de no máximo 21 centímetros (Seção B – Lado Esquerdo). Além disso, observa-se que não houve padrão de variação ou uniformidade locacional e concentrada em parte direcionada da estrutura (Tabela 2).

Tabela 2. Comparativo de dimensões e volume.

TÉCNICA/ SENSOR	Seção A – Esquerda (m)	Seção A – Direita Superior (m)	Seção A – Direita Inferior (m)	Seção B – Esquerda (m)	Seção B – Direita (m)
Desenho Arquitetônico	-	0,53	-	-	0,75
Zebgo-Geoslam	2,6	0,81	2,83	3,77	1,17
iPhone 12 Pro Max	2,62	0,8	2,74	3,98	1,23

Fonte: Brandt (2023).

Com base nas perspectivas apresentadas, observa-se que as principais análises comparativas envolvem os dados obtidos por meio do sensor LiDAR (Zebgo e iPhone). Quando comparados com a projeção do desenho arquitetônico, os resultados desses métodos apresentam uma variação considerável, o que pode ser atribuído às diferentes capacidades dos sensores de representar a realidade.

É importante ressaltar que as medidas obtidas com a trena a laser, utilizadas como referência para a elaboração do desenho arquitetônico, são baseadas na emissão de um único feixe direcionado a um ponto específico. Isso significa que o equipamento não cobre a totalidade da estrutura, o que limita sua precisão. Por outro lado, o uso do LiDAR, que realiza uma varredura mais abrangente e captura informações tridimensionais detalhadas, oferece uma representação mais precisa e completa da realidade.

DISCUSSÕES: EM PERSPECTIVA O MÉTODO DE REGISTRO ARQUITETÔNICO E AS POTENCIALIDADES E LIMITES DAS TÉCNICAS DO SENSORIAMENTO REMOTO: CASO DO FORNO DE CAL 1

Mediante uma abordagem interdisciplinar que integra arqueologia, arquitetura e análises espaciais, que abrange, por sua vez, atividades teóricas, de campo e processamento de dados, foi possível elucidar o uso dos fornos do sítio Caieira Três Irmãos, bem como os aspectos das técnicas construtivas e da geração de registros imagéticos de alta qualidade. A conjugação dos dados arqueológicos e arquitetônicos com a tecnologia LiDAR proporcionou uma compreensão aprofundada das estruturas analisadas, resultando em uma maior clareza quanto aos aspectos espaciais, estruturais e temporais.

A documentação arquitetônica tradicional é um bom instrumento para levantamento e reconhecimento de estruturas arquitetônicas. Entretanto, como instrumento, tem suas limitações. Em formas mais complexas, irregulares ou devido ao mau estado de conservação, alguns dados não são documentados com tanta precisão (Groetelaars, 2016). Desse modo, os avanços em ferramentas de processamento e gerenciamento de dados têm se tornado essenciais para a documentação e a disponibilização de dados visando a disseminação e a preservação de bens culturais materiais.

Os resultados dos sensores com tecnologia LiDAR possibilitam a varredura terrestre e a consequente modelagem das estruturas em alto nível de detalhamento e, ainda, a possibilidade de criações e representações realistas, proporcionando experiências do mundo real e cálculo das dimensões estruturais.

Os recursos do LiDAR, aliados aos dados arqueológicos e arquitetônicos (mesmo como métodos tradicionais), geram produtos que podem ser inseridos na perspectiva da arqueologia virtual, com potencialidade de se inserir na ciberarqueologia, quando programado para possibilitar a interação dos usuários (Martire, 2017). Como explicita Martire (2017), esses produtos atendem a dois objetivos: produção de conhecimento (coleta de dados em campo em meio digital, produção de modelos tridimensionais das atividades de campo) e divulgação dos resultados da pesquisa e/ou utilização como recurso didático-educativo.

No campo da produção de conhecimento, os dados gerados pelo sensor LiDAR são fundamentais para fornecer informações detalhadas sobre as estruturas arqueológicas, a morfologia da superfície dos sítios e as dimensões e volumes precisos dessas estruturas. Além disso, o LiDAR permite a distinção de camadas e subestruturas, ampliando as possibilidades de aplicação em ambientes computacionais, como a rotação multidimensional e a manipulação virtual (Chase *et al.*, 2012). Em comparação com registros fotográficos e representações arquitetônicas em planta, que são limitados à escala bidimensional, o LiDAR oferece um registro tridimensional mais próximo da materialidade, visível ao pesquisador mediante coloração, texturas e volumes. Nesse sentido, o primeiro objetivo da publicação é apresentar um resultado planialtimétrico preciso, com detalhes sobre a composição morfológica da estrutura.

Ainda no contexto da divulgação dos resultados da pesquisa arqueológica e da socialização do patrimônio, o material gerado pelo LiDAR não apenas enriquece a experiência do pesquisador, mas também potencializa a imersão, permitindo um contato mais profundo da sociedade com a estrutura. Esse processo amplia o acesso, a difusão e a interação no campo da realidade virtual, com a premissa de que os resultados sejam adaptáveis para um acesso amplo e disseminado por intermédio de dispositivos conectados à internet (computadores, *tablets* e celulares). Dessa forma, diversos públicos podem interagir com o patrimônio arqueológico em diferentes contextos.

Um outro campo de contribuições dos produtos virtuais deve ser discutido: o auxílio na gestão e preservação do patrimônio (Chase *et al.*, 2012). Como bens materiais não móveis, impactados e sujeitos a impactos pelo empreendimento, os registros realizados permitem uma espécie de resgate virtual do sítio, como dissemos, ao disponibilizar seu acesso. Ainda, em termos de gestão, os registros possibilitam um mapeamento mais preciso da evolução dos agentes tafonômicos e de seus efeitos sobre o patrimônio, com mensuração do ritmo e da intensidade desses agentes, facilitando a proposição de medidas de conservação.

Para que o potencial dos sensores LiDAR seja totalmente aproveitado na arqueologia virtual, na pesquisa arqueológica e na divulgação e socialização do patrimônio, é essencial avaliar as melhores opções para cada contexto. Neste estudo, por exemplo, tanto o sensor Zebgo quanto o iPhone se mostraram boas alternativas para análises e representações, mas cada um tem limitações específicas. O Zebgo, por exemplo, não gera nuvens de pontos colorizadas, o que restringe a percepção da realidade, enquanto o iPhone tem limitações de alcance, especialmente em áreas remotas ou de difícil acesso.

É importante destacar que, devido ao rápido avanço tecnológico e à crescente disseminação do uso de sensores LiDAR, novas alternativas para aprimorar os resultados já surgiram entre o levantamento realizado para este estudo e a data de revisão. Um exemplo disso é o equipamento Slam 100, fabricado pela CHC e lançado em 2023, que se destaca por sua alta densidade de pontos, precisão subcentimétrica e longo alcance. O principal avanço desse sensor está na capacidade de captar nuvens de pontos colorizadas por meio de três câmeras de cinco megapixels, mantendo

ao mesmo tempo o longo alcance e alta frequência de varredura. Esse cenário evidencia a constante evolução da tecnologia voltada para sensores Slam móveis, com a tendência de um uso cada vez mais frequente e resultados cada vez mais precisos e realistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos desempenham um papel significativo no enriquecimento do conhecimento arqueológico sobre as estruturas e do sítio em estudo, proporcionando aos leitores uma compreensão dimensional e volumétrica precisa. Ademais, os produtos resultantes do escaneamento realizado com o sensor LiDAR viabilizam a criação de dinâmicas em ambientes de realidade virtual, destacando-se como uma ferramenta promissora para a divulgação, conscientização, proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico.

Contudo, apesar da incrementação dessa tecnologia de sensoriamento remoto baseado em laser scanner nos estudos de arqueologia no Brasil, sua aplicação encontra-se ainda em fase inicial. O LiDAR, por exemplo, tem contribuído significativamente nos estudos arqueológicos, principalmente na varredura e escaneamento de estruturas em áreas remotas ou com impossibilidade de visualização pela cobertura vegetal, de modo que seus resultados podem apresentar grandes índices de qualidade sobre as paisagens naturais e/ou construídas por antigas ocupações humanas, ou seja, as anomalias decorrentes dessas ocupações na paisagem são passíveis de mapeamento por meio dessa técnica.

Alguns estudiosos comparam essa técnica de mapeamento à magnitude da revolução paradigmática gerada pelo desenvolvimento do método de datação C^{14} , com as revoluções que a aplicação do sensor LiDAR têm causado na pesquisa arqueológica (Inomata *et al.*, 2018).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à InterCement Brasil S/A pelo fomento e pela confiança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE. Manual do Usuário do iPhone 14 Pro Max, 2022. Disponível em: <https://support.apple.com/pt-br/guide/iphone/welcome/18.0/ios>. Acesso em: 1 maio 2025.
- APPLE. *Polycam: LiDAR & 3D Scanner*. [S. l.: s. n.], c2025. Disponível em: <https://apps.apple.com/br/app/polycam-lidar-3d-scanner/id1532482376>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- BRANDT MEIO AMBIENTE. *Programa de Salvamento e Resgate Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na Área do Empreendimento do Complexo Minerário de Ijaci*. [S. l.: s. n.], 2021. Manuscrito.
- BRANDT MEIO AMBIENTE. *Relatório do Programa de Salvamento e Resgate Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na área do Empreendimento do Complexo Minerário de Ijaci*. [S. l.: s. n.], 2022. Manuscrito.
- BRANDTMEIOAMBIENTE. *Diagnóstico interventivo arqueológico complementar do complexo minerário de Ijaci*. Nova Lima, 2017. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDSzXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzOvKVnGNGzcsQ4e-eQePsq-a0GmHT-OwOwuiRyKZdfM80KuztbDbB6sjlNSL7eKxnhOvWyHzMvGaybvTbB7v8qi. Acesso em: 30 abr. 2025.

CAPANEMA, Guilherme S. de. Os sambaquis. *Ensayos de Ciencias*, v. 1, p. 79-91, 1876.

CHASE, Arlan F.; CHASE, Diane Z.; FISHER, Christopher T.; LEISZ, Stephen J.; WEISHAMPEL, John F. Geospatial revolution and remote sensing LiDAR in Mesoamerican Archaeology. *PNAS*, v. 109, n. 32, p. 12916-12921. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1205198109>.

- COELHO, Ana Zulmira G.; TORGAL, F. Pacheco; JALAI, Said. *A cal na construção*. Lisboa (Portugal): Publidisa, 2009.
- CUSTÓDIO, Paulo. *Os fornos de cal do baixo Guadiana: contributo para um estudo arquitetónico*. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Escola de Artes, Universidade de Évora, Évora, 2015.
- DE WAELE, Jo; FABBRI, Steffano; SANTAGATA, Tommaso; CHIARINI, Veronica; COLUMBU, Andrea; PISANI, Luca. Geomorphological and speleogenetical observations using terrestrial laser scanning and 3D photogrammetry in a gypsum cave (Emilia Romagna, N. Italy). *Geomorphology*, v. 319, p. 47-61, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geomorph.2018.07.012>.
- FISHER, Christopher T.; FERNANDEZ-DIAZ, Juan Carlos; COHEN, Anna S.; CRUZ, Oscar N.; GONZLES, Alicia M.; LEISZ, Stephen J.; PEZZUTTI, Florencia; SHRESTHA, Ramesh; CARTER, William. Identifying ancient settlement patterns through LiDAR in the Mosquitia Region of Honduras. *PLoS ONE*, v. 11, n. 8, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0159890>.
- GEOSLAM. ZEB-GO User Guide 2021. Disponível em: https://device.report/m/f5310f333c75f6f2c4c19c3dd2612544477023faa4aaa7cf08e320e53c31a48d_optim.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.
- GOLLOB, Christoph; RITTER, Tim; KRAŠNITZER, Ralf; TOCKNER, Andreas; NOTHDURFT, Arne. Measurement of forest inventory parameters with Apple iPad Pro and integrated LiDAR technology. *Remote Sensing*, v. 16, p. 3129, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/rs13163129>.
- GOMES, Diego; SIMAS, Alexandre Gabriel. *Scanner tridimensional a laser*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Tecnologia em Mecatrônica Industrial) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- GROETELAARS, Natalie Johanna. *Criação de modelos BIM a partir de “nuvens de pontos”*: estudo de métodos e técnicas para documentação arquitetônica. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- INOMATA, Takeshi; TRIADAN, Daniela; PINZÓN, Flory; BURHAM, Melissa; RANCHOS, José Luis; AOYAMA, Kasuo; HARAGUCHI, Tsuyoshi. Archaeological application of airborne LiDAR to examine social changes in the Ceibal Region of the Maya Lowlands. *PLoS ONE*, v. 13, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0191619>.
- JOHN, Vanderley M.; PUNHAGUI, Katia R. Garcia; CINCOTTO, Maria Alba. Indústria da cal. In: TONETO JR., Rudinei; PINHO, Marcelo (coord.). *Economia de baixo carbono: impactos de novos marcos regulatórios e tecnologias sobre a economia brasileira*. Ribeirão Preto: Funec Editora, 2014. p. 371-399.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Revista do IEEE América Latina*, v. 4, p. 1-10, 2006.
- MARTIRE, Alex da S. Ciberarqueologia: o diálogo entre realidade virtual e arqueologia no desenvolvimento de Vipasca antiga. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 14, n. 27, p. 29-52, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v14i27.10391>.
- MEDEIROS, José A. D. M. Cimento Portland na Ilha Tiriri: história, vestígios e caracterização de materiais. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- MOKROŠ, Martin; MIKITA, Tomáš; SINGH, Arunima; TOMAŠTÍK, Julián; CHUDÁ, Juliána; WEŻYK, Piotr; KUŽELKA, Karel; SUROVÝ, Peter; KLIMÁNEK, Martin; ZIĘBA-KULAWIK, Karolina; BOBROWSKI, Rogerio; LIANG, Xinlian. Novel low-cost mobile mapping systems

- for forest inventories as terrestrial laser scanning alternatives. *International Journal of Earth Applied Observation and Geoinformation*, v. 104, p. 102512, 2021.
- MUÑOZ JIMÉNEZ, José Miguel; SCHNELL QUIERTANT, Pablo. Los hornos de cal del Zanco en Vegas de Matute (Segovia). *De Re Metallica: Revista de la Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero*, n. 6, p. 75-82, 2006.
- NETO, Ladislau. A origem dos sambaquis. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, p. 37-38, 1882.
- PEREIRA, Luana dos Santos; FERREIRA, Gilson, E. A indústria da cal no Brasil. *Anais da XVII Jornada de Iniciação Científica*, p. 178-184, 2009.
- PUCCI, B.; MARAMBIO A. Olerdola's Cave, Catalonia: a virtual reality reconstruction from terrestrial laser scanner and GIS data. In: ISPRS INTERNATIONAL WORKSHOP 3D-ARCH, 2009, Trento (Itália). *Proceedings [...]*. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em [https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/9187/Pucci_Marambio_%20LTS%20Cova%20de%20Olerdola%20\[Modalitat%20compatibilitat\].pdf](https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/9187/Pucci_Marambio_%20LTS%20Cova%20de%20Olerdola%20[Modalitat%20compatibilitat].pdf). Acesso em: 25 nov. 2023.
- PUCHOL, Oreto G.; MCCLURE Sarah B.; BLASCO SENABRE, Joseph; COTINO VILLA, Fernando; PORCELLI, Vito. Increasing Contextual information by merging existing archaeological data with state of the art laser scanning in The Prehistoric Funerary Deposit of Pastora Cave, Eastern Spain. *Journal of Archaeological Science*, v. 40, n. 3, p. 1593-1601, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2012.10.015>.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- SANTOS, José Américo dos. Depósitos de conchas nos arredores do Rio de Janeiro. *Revista de Engenharia*, p. 4-7, 1880.
- SILVA, José Otávio. *Perfil da cal*. Brasília, DF: MME, 2009. Disponível em: https://antigo.mme.gov.br/documents/36108/449811/P46_RT72_Perfil_do_Cal.pdf/683f97eb-faa3-0c8f-7473-1dbd9f818157?version=1.0. Acesso em: 6 nov. 2023.
- SOUTO, Judite Paiva. “Uma vasta caieira”: um estudo sobre os fabricantes de cal da Freguesia da Ilha do Governador (1861-1900). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- VITA, Soraya; LUNA, Fernando J.; TEIXEIRA, Simonne. Descrições de técnicas da química na produção de bens de acordo com os relatos dos naturalistas viajantes no Brasil colonial e imperial. *Química Nova*, v. 30, n. 5, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000500055>.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

ARTIGO

ANÁLISE DO MATERIAL CONSTRUTIVO DAS ESTRUTURAS MONUMENTAIS PRÉ-COLONIAIS DAS TERRAS ALTAS DE SANTA CATARINA

Maicon Telles Szczygel*, Mirian Carbonera**, Noelia Bortolotto***, Jefferson Radaeski****, Daniel Loponte*****

RESUMO

Neste trabalho analisamos os sedimentos utilizados na construção de estruturas monumentais associadas à unidade arqueológica Itararé-Taquara localizadas no município de Lages, Santa Catarina, com o objetivo de compreender os processos construtivos e levantar dados sobre as atividades humanas ali desenvolvidas. Para isso, analisamos fatores físico-químicos dos sedimentos (granulometria, MO, pH, P, K, Al) dos montículos e das áreas periféricas, como também a presença de carvão e microartefatos. Os resultados indicaram que os sedimentos utilizados na construção e aqueles do entorno das estruturas são indistinguíveis entre si e que os indicadores analisados assinalam uma baixa ou nula atividade humana na área das estruturas e nos setores imediatos.

Palavras-chave: Itararé-Taquara; Estruturas monumentais; Geoarqueologia.

* Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: szczygel@unochapeco.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1846-2268>

** Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: mirianc@unochapeco.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3651-1438>

*** Centro Universitario Regional del Este (Cure), Universidad de la República (Udelar). E-mail: noeliabortolotto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4076-7703>

**** Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: jefferson.radaeski@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5005-4336>

***** Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (INAPL). E-mail: dashtown@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3826-5595>

ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION MATERIAL OF PRE-COLUMBIAN MONUMENTAL STRUCTURES IN THE HIGHLANDS OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

This study analyzed the sediments to build monumental structures associated with the Itararé-Taquara archaeological unit in the municipality of Lages, Santa Catarina, to understand their construction processes and collect data on local human activities. For this, we analyzed the physical and chemical factors of the sediments (granulometry, MO, pH, P, K, and Al) in the mounds and peripheral areas of the sites and the presence of charcoal and microartefacts. Results indicated that the sediments used in the construction and those surrounding the structures are indistinguishable from each other and that the indicators analyzed indicate low or no human activity around the structures and their immediate sectors.

Keywords: Itararé-Taquara; Monumental structures; Geoarchaeology.

ANÁLISIS DEL MATERIAL DE CONSTRUCCIÓN DE LAS ESTRUCTURAS MONUMENTALES PRECOLONIALES DEL ALTIPLANO DE SANTA CATARINA

RESUMEN

En este trabajo analizamos los sedimentos utilizados en la construcción de estructuras monumentales asociadas a la unidad arqueológica Itararé-Taquara, situada en el municipio de Lages, Santa Catarina (Brasil), con el objetivo de comprender los procesos constructivos y recopilar datos sobre las actividades humanas que tuvieron lugar allí. Para ello, se analizaron los factores físicos y químicos de los sedimentos (granulometría, MO, pH, P, K, Al) de los montículos y áreas periféricas, así como la presencia de carbón vegetal y microartefactos. Los resultados indicaron que los sedimentos utilizados en la construcción y los del entorno de las estructuras son indistinguibles entre sí y que los indicadores analizados revelan una baja o nula actividad humana en la zona de las estructuras y en los sectores inmediatos.

Palabras clave: Itararé-Taquara; Estructuras monumentales; Geoarqueología.

INTRODUÇÃO

A unidade arqueológica Itararé-Taquara¹ agrupa uma série de registros gerados por sociedades humanas do Holoceno tardio distribuídas em uma ampla área do Sul do Brasil, incluindo as regiões da costa atlântica, do planalto e dos vales tropicais das terras baixas, além da província de Misiones, na Argentina. Os registros arqueológicos associados foram inicialmente descritos por Menghin (1957), que os atribuiu a populações de grupos com horticultura marginal agrupadas dentro do tronco linguístico macro-jê, aos quais denominou como tradição ou fase eldoradense, nome dado em virtude de ter sido encontrada de forma pioneira na região de Eldorado, na província argentina de Misiones.

Uma década mais tarde, Chmyz (1967) descreve e denomina como tradição itararé vestígios semelhantes encontrados no estado do Paraná, enquanto Miller (1967), no Rio Grande do Sul, a nomeia como tradição taquara, nomes que finalmente terminaram sendo mais utilizados dentro da bibliografia brasileira. Esses grupos ceramistas baseavam sua subsistência na caça, coleta e horticultura, enquanto na costa atlântica e nos vales baixos tropicais se agregou a exploração de recursos marinhos. Os estudos arqueológicos têm identificado uma série de sítios com estruturas subterrâneas e também com estruturas construídas principalmente com terra e algumas com rochas, dentre as quais estão montículos e estruturas anelares, alguns desses tiveram uso funerário (Beber, 2004; Corteletti, 2012; Iriarte; Guillam; Marozzi, 2008; Müller; Souza, 2011; Reis, 2007; Schmitz, 2014, 2016; Schmitz *et al.*, 2013).

O estudo dos solos arqueológicos é uma ferramenta-chave para reconstruir as atividades levadas a cabo nos sítios, especialmente naqueles onde os contextos artefatuais são inexistentes ou sumamente escassos. Isso sucede precisamente nas estruturas monticulares do planalto do Sul do Brasil. Essas análises são ainda mais necessárias quando observamos que dentro da bibliografia regional praticamente inexitem análises dos solos de sítios com estruturas construídas mediante a agregação de sedimentos e eventualmente de rochas. Por isso, neste trabalho analisaremos três sítios dessa tipologia pertencentes a essa unidade arqueológica, com o objetivo de obter dados que permitam discutir as estratégias utilizadas para a construção das estruturas e, secundariamente, alguns indicadores de atividade antrópica. Os sítios analisados neste trabalho correspondem ao SC-CL-26-I e ao SC-CL-28-I, que foram identificados e registrados no trabalho de Reis realizado na década de 1970 e publicado em formato de livro muitos anos mais tarde (Reis, 2007), e ao sítio Passo Fundo I, descrito inicialmente por Corteletti *et al.* (2016). Os três sítios foram recadastrados no âmbito do projeto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-SC) sob o título “Recadastramento dos sítios arqueológicos das mesorregiões oeste e planalto de Santa Catarina” executado por Carbonera e Loponte (2021a, 2025) e posteriormente escavados pelos autores dentro de um projeto internacional² (Carbonera; Loponte, 2021b).

¹ As unidades arqueológicas são agrupações de propriedades formais do registro arqueológico, sendo uma das formas operativas que tem a Arqueologia para definir a cultura material de uma maneira pragmática. Na literatura anglosaxônica se denominam geralmente Unidades Taxonômicas Arqueológicas (ATU por sua sigla em inglês) ou Unidades Descritivas, que são amplamente utilizadas para organizar o registro arqueológico, permitindo agrupar as descontinuidades culturais entre distintos grupos humanos, analisar e caracterizar diferentes linhagens de aprendizagem, construir esquemas filogenéticos, analisar a evolução cultural e comunicar estas particularidades a outras pessoas (Foley, 1987; Gamble *et al.*, 2005; Harmon *et al.*, 2006; O’Brien; Lyman, 2002; O’Brien *et al.*, 2010; Riede, 2011; Tehrani; Riede, 2008).

² Para saber mais, ver <https://www.assaprogram.com/>.

Para alcançar esse objetivo, analisamos as características físico-químicas dos sedimentos amostrados e alguns indicadores de atividades antrópicas. Embora existam diferentes trabalhos de geoarqueologia relacionados aos solos e aos processos de formação dos sítios arqueológicos no Brasil (Angelucci, 2003; Costa *et al.*, 2020; Kern, 2009; Rubin; Silva, 2013), esta pesquisa não conta com precedentes equivalentes para a região analisada. De fato, para o planalto do Sul do Brasil existe um estudo geoquímico de casas subterrâneas (Soares, 2009), mas nenhum de estruturas monticulares, que são sítios construídos com outras finalidades (Müller; Souza, 2011; Schmitz, 2002, 2016; Schmitz *et al.*, 2013, 2016).

Em síntese, este artigo tem a finalidade de apresentar as técnicas construtivas e alguns indicadores de atividade antrópica realizadas nessas estruturas monticulares vinculadas à unidade arqueológica Itararé-Taquara do planalto de Santa Catarina. Para tanto, foi realizada a análise de microartefatos e de sedimentos da sequência estratigráfica das estruturas monticulares, como a caracterização físico-química e a comparação dos sedimentos das estruturas com o terreno do entorno.

AMBIENTE

O planalto catarinense corresponde a aproximadamente 24 mil km², ocupando as áreas das mesorregiões serrana e norte. Nessas regiões são encontrados os pontos de maior altitude do estado de Santa Catarina, que ultrapassam os mil metros (IBGE, 2017). O relevo é predominantemente formado por derrames basálticos inclinados para oeste, originando o fluxo para os dois principais afluentes formadores do rio Uruguai: o rio Canoas e o rio Pelotas (Eletrosul, 1979).

O território onde se encontram os sítios está em área de influência do Domo de Lages, uma perturbação geológica de origem ainda em discussão, que provocou a abertura de janela estratigráfica na bacia sedimentar do Paraná. Situado no Cretáceo Superior, com idade entre 63 a 78 milhões de anos (Roldan *et al.*, 2010).

Segundo a classificação de Köppen-Geiger, o clima na região do planalto catarinense é temperado úmido (Cfb), com “temperatura média no mês mais frio abaixo de 18°C (mesotérmico), com verões frescos, temperatura média no mês mais quente abaixo de 22°C e sem estação seca definida” (Pandolfo *et al.*, 2002, p. 3). A cobertura vegetal do planalto catarinense é caracterizada pelo predomínio da floresta ombrófila mista, de *Araucaria angustifolia* entremeada por áreas de campos naturais compostos de uma grande riqueza de espécies herbáceas (Klein, 1978).

ANTECEDENTES SOBRE A ARQUITETURA MONUMENTAL ITARARÉ-TAQUARA

Existem numerosos antecedentes sobre a tipologia das estruturas construídas em terra e rochas dessa unidade arqueológica, entre as quais se encontram montículos, montículos com vala, plataformas e estruturas anelares (Beber, 2004; Copé; Saldanha; Cabral, 2002; Corteletti, 2012; Menghin, 1957; Müller; Souza, 2011; Rohr, 1971; Schmitz, 2011; Schmitz *et al.*, 2013). Nos trabalhos citados e na literatura em geral não existe um consenso sobre as finalidades específicas dessas construções. Em alguns sítios foram identificados eventos de cremação e sepultamento de um ou vários indivíduos, enquanto em outros não há evidências claras de atividades funerárias (Beber, 2004; Copé; Saldanha; Cabral, 2002; Corteletti, 2012; Masi, 2005; Saldanha, 2005; Schmitz, 2011). Existem dados etnográficos que mostram que a construção de montículos funerários foi destinada a indivíduos de alto *status* social, tal como as descrições de Pierre Mabilde, que também detalha a procedência dos sedimentos utilizados para tais construções:

No dia seguinte ao enterro do cacique principal e deste dia em diante, todos os moços das tribos subordinadas voltam ao lugar da sepultura do cacique e sobre ele amontoam terra, até formar um túmulo circular, de não menos de vinte e cinco palmos de diâmetro (e às vezes mais), com seis palmos de altura. Neste serviço levam, às vezes, muitos meses, porque além de carregarem a terra em uma espécie de cabaz (feito de taquara e cipó), de pequenas dimensões, pouco maior do que uma quarta de alqueire (das nossas antigas medidas), vão buscá-la, em geral, a grande distância, à margem de algum arroio ou sanga, com barranco que desmoronou e donde retiram a terra com estacas de madeira (Mabilde, 1983, p. 96).

Segundo os relatos etnográficos, essas estruturas mortuárias eram periodicamente visitadas para limpeza e realização de danças, cânticos e consumo de bebidas. Segundo Métraux (1946), durante vários anos, ao amanhecer e ao anoitecer, os familiares de uma pessoa falecida apresentavam lamentos fúnebres, o que indica uma atividade humana discreta nos sítios funerários, corroborando a ideia de que ao menos uma parte dos montículos servia como sepultura:

O luto não se limitava ao período da morte, mas ocorria durante todo o ano seguinte, sempre que os familiares se lembravam do luto. Um cemitério tinha dois túmulos centrais, de 3 a 6 m por 5,5 a 7,5 m, cercados por valas com paredes verticais.[...] Durante vários anos, ao amanhecer e ao anoitecer, os familiares de uma pessoa falecida proferem lamentos fúnebres (Métraux, 1946, p. 465).

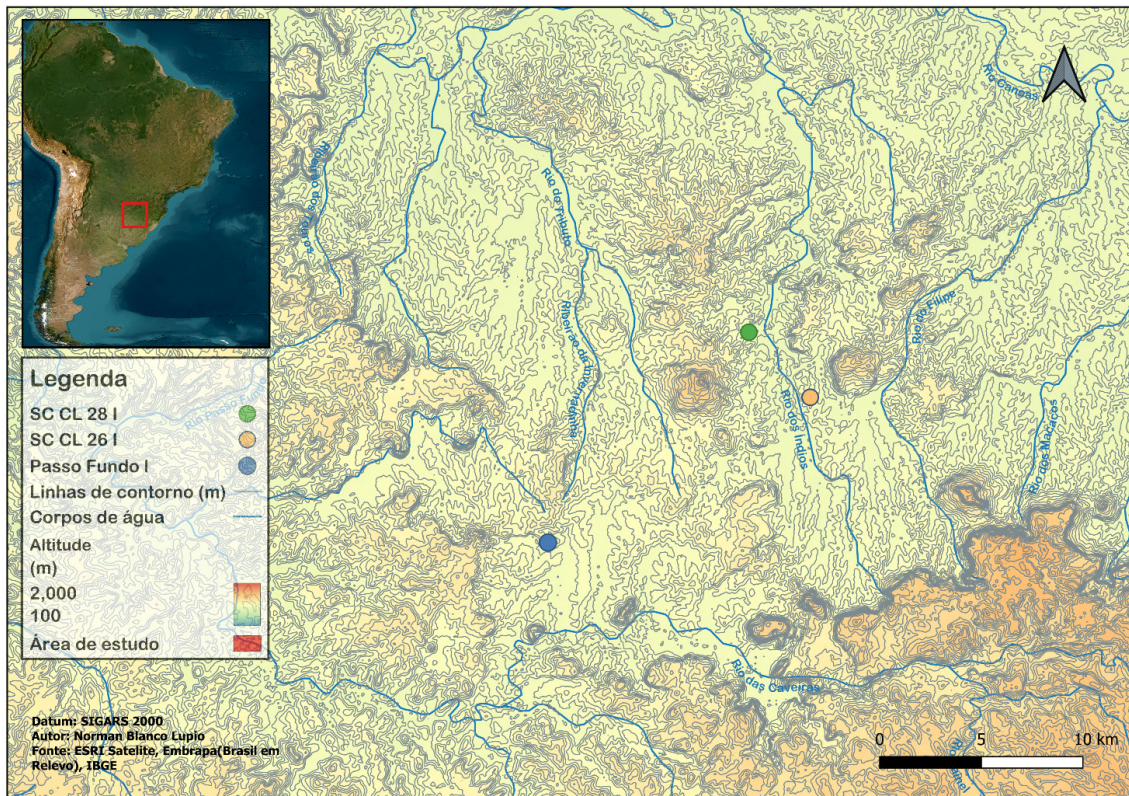
Pedro Lozano, que teve contato direto com grupos Kaingang durante a primeira metade do século XVIII, descreveu o tratamento dispensado aos espaços funerários:

forman un género de cementério, que conservan muy limpio; y en él abren sus sepulturas, y en enterrando a alguno, ponen sobre cada una un montón de tierra em figura piramidal, en cuyo remate sientan un médio calabazo, y al pié conservan de contínuo un fuego lento que van a cebar todos los dias com leña muy tenue, sus mas cercanos parientes. El calabazo, dicen, es para que no falte al difunto con que beber, si le afligiera la sed: y el fuego para que ahuyente las moscas (Lozano, 1873-1874, p. 423).

Esses trechos etnográficos corroboram a hipótese de que algumas dessas estruturas tinham importante papel em rituais funerários.

ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS DOS SÍTIOS PESQUISADOS

Neste trabalho analisaremos as estruturas presentes em três sítios arqueológicos localizados no município de Lages, estado de Santa Catarina (Figura 1 e Tabela 1). Esses sítios correspondem ao SC-CL-26-I, ao SC-CL-28 I e ao Passo Fundo I. Os dois primeiros foram inicialmente descritos por Reis (2007), e o terceiro por Corteletti *et al.* (2016). A seguir descreveremos algumas das características principais e das atividades realizadas em cada um dos três sítios, de acordo com os dados levantados por Carbonera e Loponte (2021a, 2021b).

Figura 1. Mapa com a localização dos sítios arqueológicos estudados.

Fonte: elaborado por Norman Blanco Lupio, 2024.

Tabela 1. Localização e dimensões das estruturas dos sítios estudados neste trabalho.

Sítios		Localização			Dimensões			
Código	Estrutura	Zona	Leste	Norte	Topo (m)	Base (m)	Altura (m)	Vala (m)
SC-CL-26 I	1	22J	579615	6933624	12,0 x 12,0	21,4 x 21,8	1,2	7,1
SC-CL-28 I	1	22J	576615	6937243	10,0 x 10,0	18,8 x 18,8	2,0	9,0
Passo Fundo I	A	22J	566646	6925664	28,2 x 28,0	34,6 x 34,0	1,2	*
Passo Fundo I	B	22J	566765	6925620	*	23,6 x 20,7	2,4	*
Passo Fundo I	C	22J	566842	6925609	*	11,4 x 11,0	0,4	2,8
Passo Fundo I	D	22J	566620	6925579	7,0 x 8,7	15,5 x 19,0	2,8	*

Fonte: elaborada pelos autores com base em Carbonera e Loponte (2021a).

Sítio Passo Fundo I

O sítio Passo Fundo I situa-se a 954 metros de altitude, no bairro de Passo Fundo, município de Lages. É um sítio composto por quatro estruturas monticulares (Figura 2 e Tabela 1). Foi descrito inicialmente por Corteletti *et al.* (2016) e posteriormente foi registrado e escavado por Carbonera e Loponte (2021a, 2021b). A primeira delas (estrutura A) corresponde a uma grande plataforma circular tronco-cônica (Figura 2 e Tabela 1), cujas dimensões aproximadas são de 34,6 metros de diâmetro de base, 28,2 x 28,0 metros de topo e 1,2 metro de altura, apresentando bastante plana e nivelada a superfície do topo. Os trabalhos de escavação foram realizados no setor central da plataforma e demonstraram a existência de uma coluna de 1,2 metro de profundidade composta por sedimentos

de cor marrom, soltos ou não compactos e sem camadas, com um ligeiro escurecimento na base da sequência. Abaixo da coluna sedimentar que foi agregada se encontra uma camada de argila sumamente compacta e natural, que é o sedimento natural do terreno. A coluna de sedimentos soltos no setor escavado não apresentou rochas nem artefatos de nenhum tipo. Somente se recuperaram carvões dispersos, que são um pouco mais frequentes a partir de 0,90 metro de profundidade (Carbonera; Loponte, 2021b).

Figura 2. Vista aérea da localização de cada uma das quatro estruturas do sítio Passo Fundo I.



Legenda: A) plataforma circular com topo plano; B) montículo; C) montículo raso com vala adjacente; D) montículo.

Fonte: elaborada pelos autores com base em imagem obtida no Goolge Earth e imagens produzidas pelos autores (2024).

A estrutura B corresponde a um montículo localizado a cerca de 100 metros a leste-sudeste do anterior (Figura 2 e Tabela 1). Tem um diâmetro de 23,6 × 20,7 metros na base e uma altura máxima de 2,4 metros. As escavações realizadas no setor central do montículo expuseram uma sequência de 2,15 metros de sedimentos soltos até a base, que corresponde a um arenito avermelhado. O perfil apresentou uma camada desde a superfície até 1,80 metro de sedimento marrom-escuro tendendo ao preto, bem homogêneo. A segunda camada entre 1,80 e 2,15 metros resultou ser ligeiramente mais plástica e mais úmida que a camada anterior. Os únicos vestígios encontrados foram carvões dispersos. Também se observou uma lente de oxidação possivelmente provocada pela ação do fogo a dois metros de profundidade (Carbonera; Loponte, 2021b) (Figura 2 e Tabela 1).

A estrutura C é um montículo raso de 11,0 × 11,4 metros de diâmetro e 0,40 metro de altura, com vala 2,8 metros de largura, localizado a sessenta metros aproximadamente no sentido leste do montículo B (Figura 2 e Tabela 1). As escavações realizadas em diferentes setores do montículo não permitiram recuperar artefatos, nem evidências de combustão.

Os sedimentos desse montículo são soltos, homogêneos, sem evidências perceptíveis de diferentes camadas (Carbonera; Loponte, 2021b).

A estrutura D é um montículo localizado a uns setenta metros no sentido sul da estrutura A (Figura 2 e Tabela 1). Sua altura alcança 2,8 metros e seu diâmetro de base é de 15,5 × 19,0 metros. Essa estrutura foi cortada em seu setor norte por uma estrada, deixando um perfil exposto de 2,8 metros. Esse perfil foi limpo para observar a sequência sedimentar. O sedimento até a base é homogêneo, solto, com ausência de rochas naturais. Os únicos vestígios encontrados foram grãos de carvão, concentrados na profundidade de 2,75 metros. A base do montículo está composta por uma camada argilosa sumamente compacta (Carbonera; Loponte, 2021b).

Sítio SC-CL-26-I

Trata-se de um sítio localizado no município de Lages, na localidade de Cadeado, a 926 metros de altitude. Foi inicialmente identificado por Reis (2007), que descreveu um montículo com vala periférica (Figura 3) e duas casas subterrâneas com montículos adjacentes. Os últimos parecem ter origem no acúmulo do sedimento retirado durante as escavações dessas casas. Reis (2007) unificou todas as estruturas num mesmo sítio; entretanto, as estruturas subterrâneas estão aproximadamente 250 metros à sudoeste do montículo com vala. Esse conjunto de estruturas foi realocado e, posteriormente, o montículo com vala foi escavado na parte central (Carbonera; Loponte, 2021a, 2021b). Essa estrutura tem um formato circular tronco-cônico, cuja base mede 21,4 × 21,8 metros, enquanto o topo tem aproximadamente 12 × 12 metros. Sua altura é de 1,2 metros, porém chega a 1,8 a 2,0 metros se a medida for tomada desde a máxima profundidade da vala, que por sua vez tem 7,1 metros de largura e 0,60 metro de profundidade máxima (Figura 3 e Tabela 1).

Figura 3. Vista do montículo com vala periférica, sítio SC-CL-26 I.



Fonte: Carbonera e Loponte (2021a).

As escavações no setor central do montículo evidenciaram uma coluna sedimentar de 1,20 metro de sedimento solto e não compactado, com uma escassa quantidade de rochas entre 0,3 e 0,6 metro. A base estava composta pelo terreno natural, compacto e argiloso. Ao longo da superfície até um metro de profundidade se observaram camadas com suaves mudanças de cor. Entre 1,00 e 1,02 metro de profundidade foi evidenciada uma fina camada de cor preta, com grande concentração de carvão e pequenos fragmentos de ossos humanos (menores do que um centímetro) queimados e calcinados, assinalando a incineração de ao menos um cadáver. Por baixo dessa camada de carvão, a cor dos sedimentos mostra o impacto da combustão, visualizada de maneira progressiva nas camadas sucessivas, que têm mudanças de cor e de compactação, essas camadas estão apoiadas sobre o terreno natural (Carbonera; Loponte, 2021b).

Sítio SC-CL-28 I

O sítio SC-CL-28 I situa-se em área de topo de morro, a 925 metros de altitude, na localidade de Cadeado, município de Lages, Santa Catarina. Foi inicialmente identificado por Reis (2007), que descreveu um montículo com vala e duas estruturas subterrâneas relativamente distantes para serem consideradas um único sítio. O montículo tem forma tronco-cônica. Sua base mede 18,8 × 18,8 metros e o topo 10 × 10 metros. Sua altura chega a aproximadamente dois metros. O montículo está rodeado por uma vala periférica de nove metros de largura e cinquenta centímetros de profundidade (Figura 4 e Tabela 1). A 2,60 metros, em sentido sudoeste, foi relocada uma das estruturas subterrâneas mencionadas por Reis (2007) e identificada como sítio SC-CL-28 II (Carbonera; Loponte, 2021a). Reis (2007) menciona uma segunda estrutura subterrânea, que não foi relocada.

Figura 4. Vista do montículo do sítio SC-CL-28-I.



Fonte: Carbonera e Loponte (2021a).

Carbonera e Loponte (2021b) realizaram a escavação no setor central do montículo, sendo possível identificar uma sequência de 2,00 a 2,10 metros até ser encontrado o terreno natural compacto. O sedimento entre a superfície e 1,40 metro se apresentou

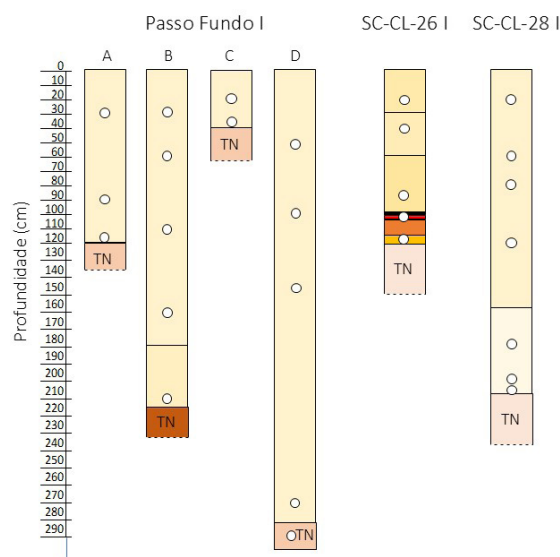
solto, não compactado, com algumas inclusões isoladas de rochas basálticas e arenito, com tamanhos menores do que cinco centímetros e todas naturais. Até 1,20 metro se observaram grãos de carvão dispersos, que aumentaram consideravelmente em quantidade a partir de 1,20 metro, além de uma maior concentração, que foi observada a 1,40 metro de profundidade. Essa camada segue até 1,60 metro, onde foi observada uma suave mudança na cor do sedimento, tornando-se mais claro e compacto. Essa segunda camada carece de inclusões e se estende até uma profundidade de 1,90 a 2,10 metros. Nessa profundidade foi encontrada uma significativa concentração de carvões formando linhas de combustão, mescladas com sedimentos cinzas que podem corresponder a cinzas disseminadas no sedimento. Essa estrutura de combustão foi observada especialmente no perfil norte. Outros achados que devem ser mencionados são fragmentos de cerâmica em pouca quantidade, recuperados entre 1,30 e 2,0 metros, e um artefato lascado, recuperado a dois metros de profundidade.

MATERIAIS E MÉTODOS EMPREGADOS PARA AS ANÁLISES DOS SEDIMENTOS

Das seis estruturas descritas anteriormente foram retiradas amostras de sedimentos a cada vinte centímetros, incluindo pequenas lentes ou camadas discretas que apresentavam alguma particularidade de cor ou textura a olho nu. Essas coletas foram efetuadas desde a base até o topo de cada uma das estruturas analisadas. Dada a similitude observada em grande parte das colunas, foram selecionadas para as análises sedimentológicas amostras de profundidades específicas, em que se observaram a olho nú algumas mudanças de cor ou de textura.

Para o sítio Passo Fundo I, foram analisadas dezessete amostras, divididas entre as quatro estruturas que compõe o sítio. Na plataforma circular (estrutura A) foram analisadas cinco amostras, sendo três ao longo da sequência estratigráfica a 0,30, 0,90 e 1,20 metro de profundidade e duas no terreno natural a cinco e dez metros da estrutura e, coletadas entre 0,10 e 0,30 metro de profundidade (Figura 5). Dada a proximidade de todas as estruturas desse sítio, foi considerado que essas amostras do terreno natural são igualmente válidas para comparar com os sedimentos das demais estruturas desse sítio.

Figura 5. Estratigrafia dos montículos estudados com indicação das profundidades das amostras analisadas.



Nota: Cada círculo ao longo da sequência representa uma amostra coletada e analisada, e a sigla TN corresponde à expressão "terreno natural".

Na estrutura B do sítio Passo Fundo I, foram analisadas cinco amostras ao longo da sequência estratigráfica em 0,30, 0,60, 1,10, 1,60 e 2,10 metros, respectivamente (Figura 5). Na estrutura C, por conta da pequena altura da coluna estratigráfica, foram analisadas duas amostras, coletadas em 0,20 e 0,40 metro de profundidade (Figura 5). Já na estrutura D, foram analisadas cinco amostras, as quais foram coletadas em 0,50, 1,00, 1,50, 2,80 e 2,90 metros (Figura 5).

Para o sítio SC-CL-26-I foram analisadas sete amostras. Cinco foram retiradas ao longo da coluna estratigráfica da estrutura monticular em 0,20, 0,40, 0,95, 1,05 e 1,20 metro de profundidade (Figura 5). A amostra de 1,05 metro corresponde ao sedimento situado abaixo da camada de carvão, isto é, a camada sobre a qual se apoia o carvão resultante da combustão. Outra amostra procede da vala, coletada entre a superfície e 0,20 metro de profundidade, e uma amostra do terreno natural, coletada a dez metros do limite externo da vala, obtida entre a superfície e 0,20 metro de profundidade.

No sítio SC-CL-28-I foram analisadas nove amostras, sendo sete delas retiradas ao longo da sequência estratigráfica da estrutura em 0,20, 0,60, 0,80, 1,20, 1,80, 2,00 e 2,10 metros de profundidade (Figura 5). Também foi coletada uma amostra de sedimento procedente do setor médio da vala a 0,20 metro de profundidade e, por fim, uma do terreno natural a 0,20 metro de profundidade e a dez metros do limite exterior da vala.

As amostras de sedimentos de todos os sítios foram coletadas em sacos plásticos e devidamente identificadas e armazenadas no acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Ceom-Unochapecó). Para a identificação da cor, os sedimentos foram secos na sombra a temperatura ambiente e comparados em laboratório com a tabela de cores Munsell.

A análise físico-química das amostras foi realizada no laboratório de solos do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e inclui indicadores de granulometria (argila, determinada por densimetria; areia, determinada por gravimetria; silte, determinado por cálculo matemático); pH (definido por água e SMP usando potenciometria), fósforo (P, definido por meio da metodologia de Mehlich 1 e colorimetria), matéria orgânica (MO, por meio de espectroscopia), potássio (K, por meio de Mehlich 1 em fotômetro de chamas) e alumínio (Al, definido por meio de espectrofotometria de absorção atômica).

Os elementos K, P e Al são indicadores gerais da atividade humana nos solos, sendo utilizados regularmente em análises dos sedimentos arqueológicos (Bitencourt, 2009, Ferring, 2001; Sousa; Rodet, 2015). Por outro lado, as análises texturais em geoarqueologia são de uso corrente, sendo utilizadas para avaliar os processos de formação de sítios arqueológicos, como também na identificação de distintos agregados nas estruturas construídas (Banning, 2020; Blitz, 1993; Ferring, 2001; Schilling, 2012, Water, 1992).

Os resultados foram organizados e tabulados em planilhas e dispostos em gráficos de sequência linear, Connis e triângulo textural, a fim de possibilitar a comparação entre cada variável e identificar a similaridade ou as diferenças entre os sedimentos utilizados. Para comparar os resultados das análises físico-químicas também se empregaram análises paramétricas e não paramétricas segundo a normalidade das amostras, analisando a homogeneidade das variâncias e a normalidade dos resíduos, além de ser calculado o Fator Bayesiano (FB) concomitantemente. As amostras foram também peneiradas a seco utilizando malhas ABNT NBR ISO 3310-1 de 5, 2, 1,7 e 1 milímetros. Os sedimentos desagregados que passaram pelas peneiras foram observados mediante lupa binocular com dez vezes de ampliação, objetivando determinar a presença de microartefatos (menores do que dois milímetros) (Howard *et al.*, 2015; Howard; Orlicki, 2015, 2016), cinzas, microlascas, microcerâmicas, micro-ossos, sementes ou espículas de carvão

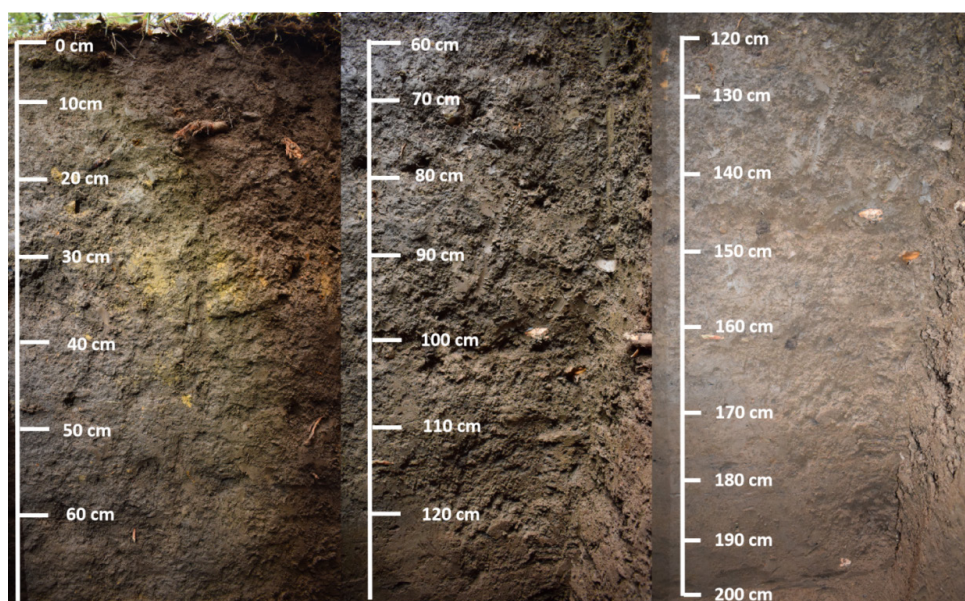
que poderiam aportar informações sobre a origem do sedimento e eventualmente sobre atividades realizadas em cada sítio.

RESULTADOS

Sítio SC-CL-28-I

A sequência sedimentar desse montículo apresentou, segundo a observação feita em campo, uma cor basicamente homogênea. A partir de 1,60 metro de profundidade percebeu-se um tom levemente mais claro. Entretanto, com o sedimento seco e a luz uniforme na sombra, a cor, conforme a tabela Munsell (5YR), é homogênea em todas as amostras, com variações praticamente imperceptíveis (ver a Tabela Suplementar).

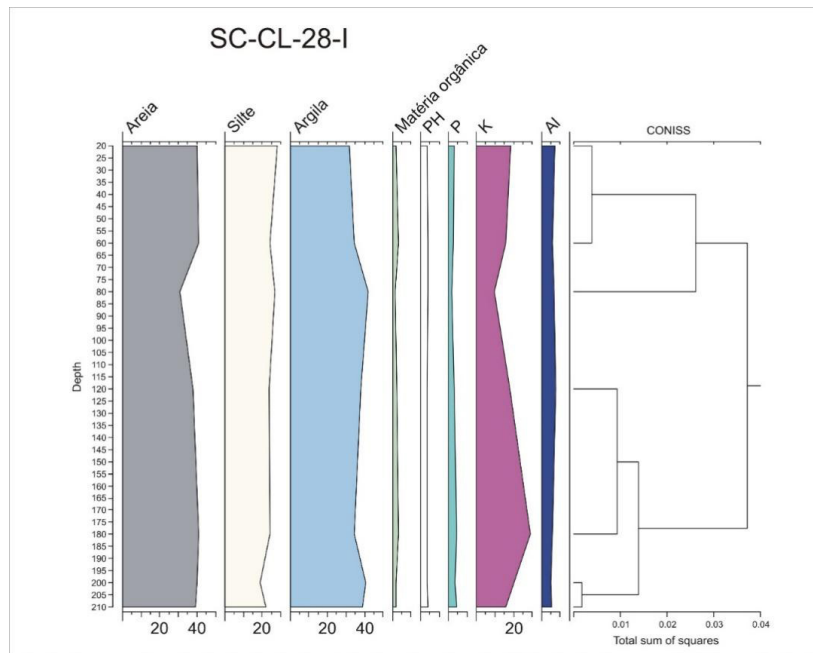
Figura 6. Sequência sedimentar do setor central do montículo do sítio SC-CL-28-I.



Fonte: autores.

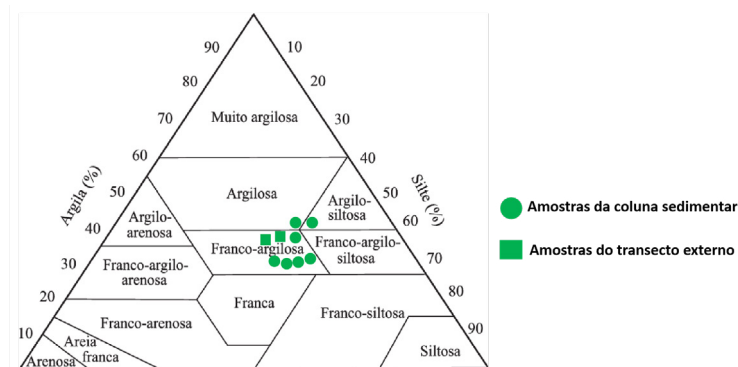
Com as análises sedimentológicas não se identificaram diferenças significativas ao longo de toda a sequência do montículo quanto à composição textural (Figuras 7 e 8), nem em relação aos sedimentos da vala e do terreno natural circundante, atingindo valores praticamente idênticos (ver a Tabela Suplementar). Tampouco foi possível detectar mudanças significativas na quantidade de Matéria Orgânica (MO), pH, fósforo, potássio e alumínio, mas tão somente pequenas variações entre a superfície e 0,60 metro que se refletem no baixo índice dos *clusters* identificados (Figura 7). As diferenças mais notáveis ao longo da sequência sedimentar correspondem a um pico de K a 1,80 metro e uma pequena variação de alguns indicadores na amostra de 0,60 metro⁵. Também há uma maior quantidade de MO nos sedimentos da vala em relação aos do montículo. Quanto à textura dos sedimentos, o sítio apresenta duas classes texturais, predominando a presença de argila e alternando a quantidade de partículas mais grossas, o que reflete uma linha tênue entre os valores que distinguem cada classe textural (Figura 8). Não obstante essas pequenas variações, não há diferenças estatisticamente significativas considerando todos os indicadores obtidos para as amostras analisadas desse sítio (Kruskal-Wallis, $p = 0,98$; $FB = 0,0046$). As análises dos sedimentos de todas as amostras não permitiram detectar a presença de microartefatos nem microcarvões misturados ao material construtivo.

Figura 7. Resultados das análises físico-químicas dos sedimentos do setor central do montículo SC-CL-28-I.



Fonte: autores.

Figura 8. Composição textural dos sedimentos comparando montículo, vala e terreno natural do sítio SC-CL-28 I.



Fonte: autores.

Sítio SC-CL-26 I

A coluna sedimentar desse sítio tem 1,20 metro de profundidade e apresentou leves variações de cor da superfície até um metro (5YR e 2.5YR). Quando observadas em laboratório com luz homogênea, a sombra e com os sedimentos secos as variações são praticamente imperceptíveis (5YR 2.5/1 e 5YR 3/1). Próximo à base da coluna, entre 1,00 e 1,02 metro de profundidade, observou-se uma fina camada de carvão. Abaixo dela o sedimento foi modificado devido ao intenso calor da combustão, como se nota na Figura 9. As análises sedimentológicas permitiram identificar picos na quantidade de K entre a amostra obtida a 0,20 metro de profundidade e a 1,05 metro, comparadas com as três restantes tomadas a 0,40, 0,95 e 1,20 metro respectivamente. Também se verifica um pico de P na amostra de 1,05 metro, que corresponde à base da camada carbonosa (Figura 10 e Tabela Suplementar). Nos sedimentos da vala e do terreno exterior também se observa um notável pico na quantidade de K. Não obstante essas variações, as análises

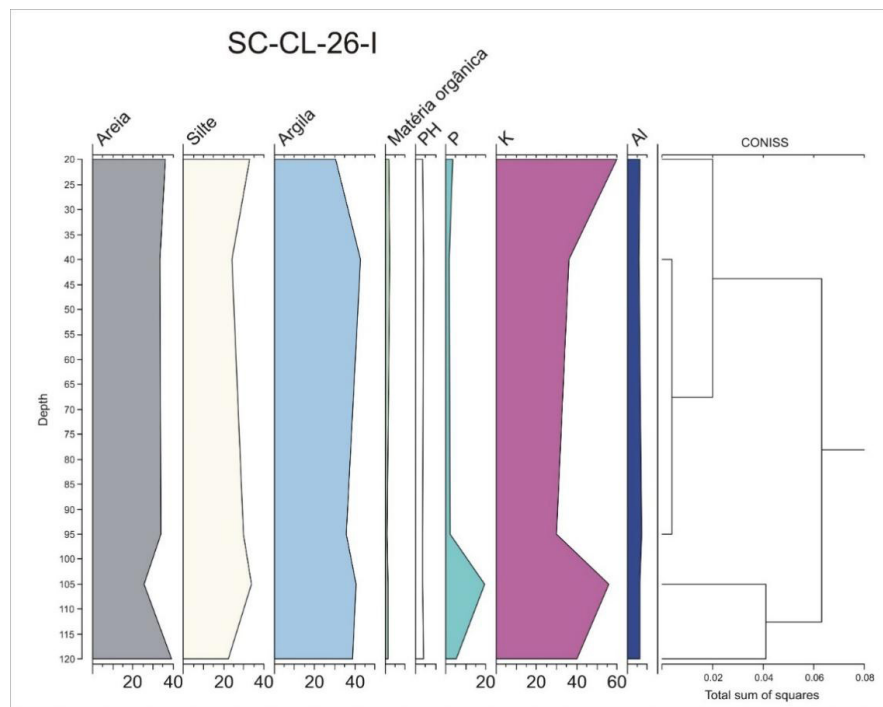
em conjunto das amostras obtidas (0,20, 0,40, 0,95, 1,05, 1,20 metro, vala e exterior) não apresentam diferenças estatisticamente significativas (Kruskal-Wallis $p = 0,98$; $FB = 0,01$). À exceção da camada de carvão e dos sedimentos imediatos, no restante das amostras não se detectaram microcarvões nem microartefatos.

Figura 9. Perfil do sitio SC-CL-26 I (A). Detalhe da camada de carvão e da oxidação próximo à base (B).

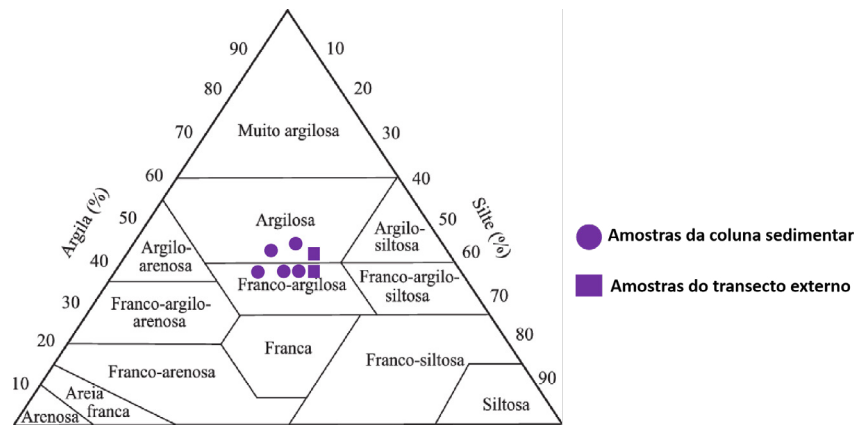


Fonte: autores.

Figura 10. Resultados das análises físico-químicas dos sedimentos do setor central do montículo SC-CL-26I.



Fonte: autores.

Figura 11. Triângulo textural do sítio SC-CL-26 I.

Fonte: autores.

Sítio Passo Fundo I

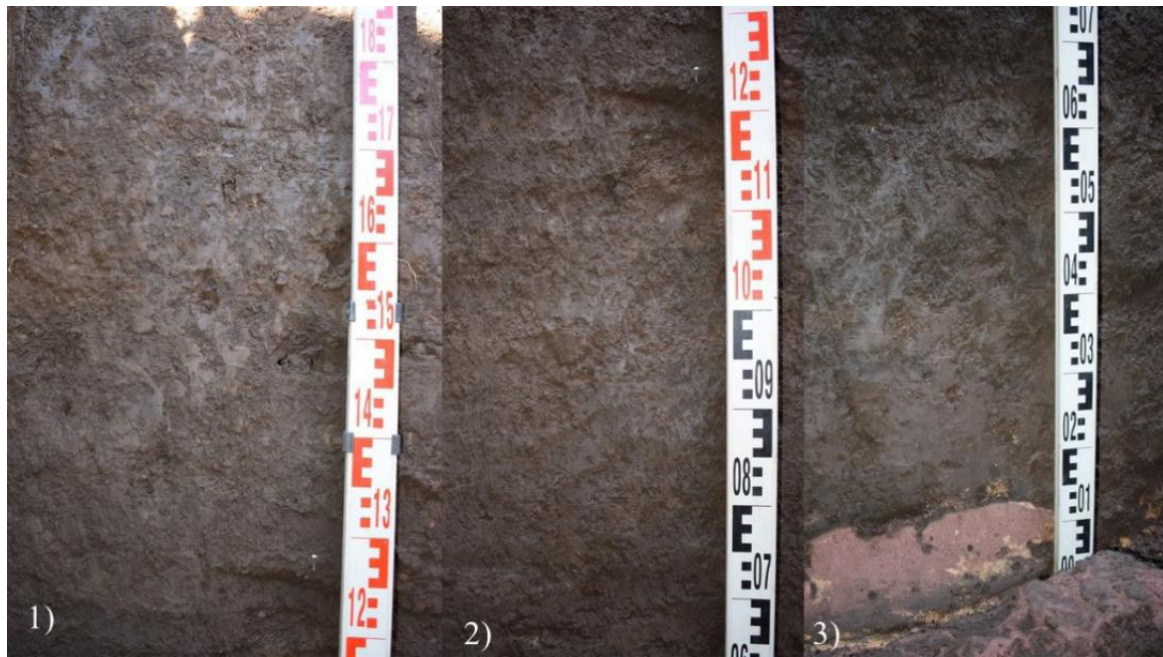
Os sedimentos da estrutura A desse sítio não evidenciaram mudanças de cor (7.5YR) nem de textura ao longo da sequência sedimentar observada em campo (Figura 12), o que foi corroborado pelo sedimento em estado seco em laboratório. As análises físico-químicas não demonstraram diferenças na composição textural das amostras analisadas, incluindo aquelas que provêm do terreno natural adjacente a essa estrutura (Figuras 15 e 16). A maior diferença observada é um leve incremento nos níveis de P e de MO na amostra mais próxima à superfície (menos de trinta centímetros) da estrutura. De todos os elementos analisados, a variabilidade mais significativa corresponde ao K. Mas, para além dessas diferenças, que são pequenas, a análise estatística confirma a ausência de diferenças significativas entre as amostras analisadas, incluindo aquelas que provêm do terreno circundante (Anova, $F = 0,049$, $p = 0,99$; $FB = 0,022$). As amostras de sedimentos analisadas dessas estruturas não contêm microartefatos nem micropartículas de carvão visíveis até dez vezes de ampliação.

Figura 12. Perfil da estrutura A do sítio Passo Fundo 1.

Fonte: Carbonera e Loponte (2021b).

A coluna sedimentar da estrutura B apresentou cor homogênea, de acordo com a observação realizada ainda em campo (5YR) (Figura 13), com sedimento ligeiramente mais compactado a partir de 1,80 metro de profundidade. Em laboratório tampouco foram evidenciadas mudanças de cor ao se observarem as amostras já secas (grão solto) e com luz homogênea na sombra. Os resultados da análise textural dos sedimentos e os indicadores químicos analisados procedentes das diferentes profundidades desse montículo e do terreno circundante apresentam pequenas diferenças entre si (Figuras 15 e 16), que não são estatisticamente significativas (Anova, $F = 0,09$, $p = 0,99$; $FB = 0,007$).

Figura 13. Perfil exposto da estrutura B do sitio Passo Fundo 1.



Nota: Na imagem 3, à direita, se observa na base o arenito avermelhado, composto por sedimento agregado.

Fonte: fotografia dos autores, 2024.

No pequeno perfil sedimentar da estrutura C não foram observadas variações de cor (5YR) ou de compactação, de acordo com a descrição feita ainda em campo. As duas amostras analisadas desse montículo não apresentaram variações texturais e nem geoquímicas (Figuras 15 e 16), mas uma notável diferença no valor de K na amostra mais próxima da superfície, aspecto que retomaremos na discussão.

Finalmente, os sedimentos agregados da estrutura D, na descrição de campo, não tem variação de cor (5YR) nem de compactação (Figura 14). Em laboratório, com os sedimentos secos e com luz homogênea na sombra, tampouco se observaram mudanças de cor. Os resultados texturais e geoquímicos, incluindo aqueles que provêm do terreno circundante, evidenciaram diferenças pequenas (Figuras 15 e 16) que não são estatisticamente significativas (Kruskal-Wallis, $p = 0,99$; $FB = 0,005$). Nas análises dos sedimentos amostrados não foram identificados microartefatos nem microcarvões.

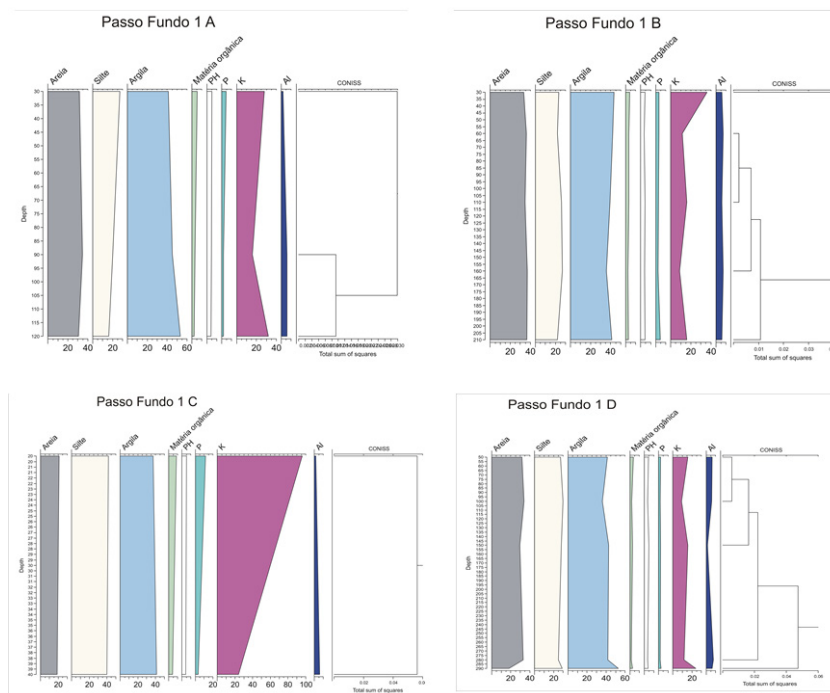
Figura 14. Vista geral do perfil da estrutura D do sítio Passo Fundo 1.



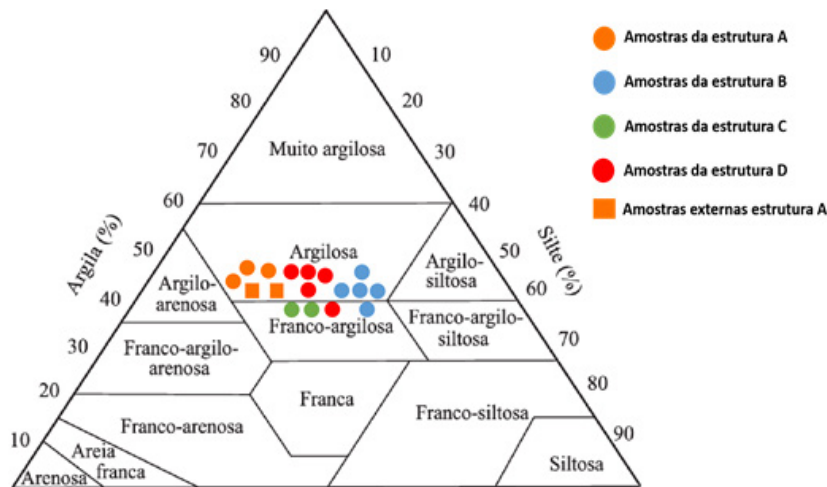
Nota: A camada escura superior corresponde ao sedimento solto, selecionado, sem rochas, que foi depositado sobre sedimento avermelhado que se observa na base e que corresponde ao terreno natural.

Fonte: Carbonera e Loponte (2021b).

Figura 15. Resultados das análises físico-químicas dos sedimentos das estruturas do sítio Passo Fundo I.



Fonte: autores.

Figura 16. Triângulo textural das amostras analisadas das estruturas do sitio Passo Fundo I.

Nota: Percebe-se um agrupamento dos resultados segundo cada estrutura.

DISCUSSÃO

Os resultados texturais e químicos apresentam variações de pequena escala para cada estrutura em particular. Nesse sentido, é notável como as diferentes amostras de cada estrutura se agrupam entre si, diferenciando-se das restantes dos outros montículos, o que é evidente para o caso dos quatro montículos de Passo Fundo I (Figuras 8, 11 e 16). A falta de laminação, a homogeneidade sedimentar das colunas estratigráficas e as similitudes geoquímicas internas e com o terreno circundante no geral são consistentes com eventos únicos de agregação de sedimento, ou escassamente separados no tempo arqueológico, com materiais obtidos nas imediações de cada estrutura. Contudo, não se descarta que eventualmente tenham sido incorporados pequenos agregados de sedimentos de áreas distantes; porém, em termos de volume, parecem ter sido insignificantes.

Em alguns montículos existem estruturas de combustão na base, enquanto nos outros as evidências da ação do fogo, talvez por aspectos estocásticos, não foram descobertas. Essas evidências de combustão localizadas na base da maioria das estruturas provavelmente se relacionam com os eventos de fundação de cada montículo. No caso do sítio SC-CL-26 I existe uma relação direta com a cremação de ao menos um corpo humano, mesmo que nos montículos restantes não exista uma evidência certa a respeito, o que deverá ser abordado, aumentando as superfícies escavadas. Quaisquer que tenham sido os motivos para a fundação e a construção dos montículos, o que observamos nessas estruturas escavadas é que os eventos que incluíram o uso do fogo estavam sempre nas partes mais profundas e que posteriormente se agregaram sedimentos. Esses grandes eventos de fogo não foram nunca identificados nos setores médios ou superiores dos montículos, assim como tampouco identificamos evidências de superfícies estabilizadas que tenham sido utilizadas como piso para desenvolver outras atividades.

A presença isolada de algum fragmento de cerâmica ou de algumas lascas recuperadas nas escavações tem um significado ambíguo. Sua recuperação não se produz dentro de estruturas de atividade ou descarte reconhecíveis, sendo até o momento apenas artefatos isolados. Por isso, não é possível saber com precisão se correspondem a atividades levadas a cabo nos montículos, nas partes periféricas, ou se faziam parte da carga sedimentar agregada. Nesse sentido, se deve assinalar que além da baixa ou nula

presença de artefatos nas escavações, a presença de microevidências em geral é nula. Ainda que isso possa estar relacionado com a forma de amostragem, a respeito da ausência de artefatos, a falta de microrrestos que se misturam de forma mais homogênea nas superfícies de sítios arqueológicos reforça a hipótese de baixos níveis de atividade humana nas estruturas analisadas. Nesse sentido, somente se identificam carvões nas camadas basais dos sítios onde existem estruturas de combustão imediatas ou adjacentes, mas que estão praticamente ausentes ao longo das colunas sedimentares. A isso se deve somar a baixa quantidade de P ao longo das sequências analisadas, o que indica a baixa intensidade da presença humana nesses sítios (Kern; Kämpf 1989; Lima *et al.*, 2002; Sombroek *et al.*, 2002). Isso não permite descartar que se tenham desenvolvido pequenos eventos como atividades rituais comemorativas, mas estas parecem ter tido uma intensidade sumamente reduzida em uma escala de tempo arqueológica.

Por outro lado, em associação com os eventos fundacionais que deixaram estruturas de combustão na base dos montículos, se observam em alguns deles picos na quantidade de K. Isso sucede nos montículos SC-CL-26 I, SC-CL-28 I e nas estruturas A e D de Passo Fundo I. No primeiro deles, esse pico de K se associa com um incremento no P, que possivelmente se relaciona com a presença de ossos queimados na camada de carvão subjacente. Esses níveis mais elevados de K poderiam se dever a processos de lixiviação desde a superfície, que em geral também é rica em K, e que poderia derivar do uso de fertilizantes ou de excrementos do gado sobre as superfícies dos montículos (Brady; Weil, 2016; Mengel; Kirkby, 2001). Não obstante, dado que não existem picos de K nos níveis intermediários, parece mais provável que estejam associados com as áreas de combustão e que provenham total ou parcialmente da queima de vegetais (Canti, 2003; Nicosia; Stoops, 2017; Water, 1992). Por outro lado, a maior quantidade de MO nos níveis superficiais ou próximos às superfícies, especialmente nas amostras de controle procedentes das valas ou dos terrenos externos, poderia se dever a processos modernos do ciclo orgânico de horizonte de solo atual.

Parte dos montículos não se enquadram em algumas das considerações anteriores, como a estrutura C de Passo Fundo I, cujas dimensões e forma se diferenciam notavelmente em relação ao restante dos montículos, o que provavelmente reflete uma funcionalidade diferente. A estrutura A de Passo Fundo I também em alguma medida parece diferenciar-se das anteriores. Da mesma maneira que outras estruturas, apresenta um pico de K na base com algumas evidências de combustão. No entanto, seu tamanho e morfologia fazem dela uma estrutura singular quando se compara com os montículos restantes da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo sugerem que os sedimentos das estruturas analisadas provêm do entorno imediato dos sítios. O agregado de sedimentos não parece ter sido por etapas, mas durante um evento central construtivo único ou vários episódios escassamente separados no tempo. Alguns montículos foram construídos sobre eventos de combustão. Em um caso, essas atividades estiveram vinculadas com a cremação de ao menos um cadáver. Para os outros casos, não ficaram claros os motivos, que requerem ampliar as escavações. Os resultados das escavações e a estrutura dos montículos A e D de Passo Fundo I sugerem que a funcionalidade deles haveria sido diferente. Por outro lado, o escasso registro arqueológico e os valores químicos de atividade humana detectados em todos os montículos indica uma baixa intensidade de uso. A ampliação das superfícies escavadas e a obtenção de sequências radiocarbônicas permitiram avaliar a consistência das hipóteses apresentadas.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Edital 12/2021, por meio do projeto “Mudanças climáticas, paisagens e povoamento pré-histórico na bacia do rio Uruguai”. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 305609/2022-0, e ao Termo de Ajustamento de Conduta SEI 0462925, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-SC) pelo apoio estrutural e financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELUCCI, Diego. A partir da terra: a contribuição da geoarqueologia. In: MATEUS, José; MORENO-GARCÍA, Marta (ed.). *Trabalhos de arqueologia 29: paleoecologia humana e arqueociências: um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura*. Lisboa (Portugal): Instituto Português de Arqueologia, 2003. p. 35-103.
- BANNING, Edward. Soils, sediments, and geoarchaeology. In: BANNING, Edward B. *The archaeologist's laboratory. Interdisciplinary Contributions to Archaeology*. New York (Nova York/EUA): Springer, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-47992-3_17.
- BEBER, Marcus Vinícius. *O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- BITENCOURT, Ana Luisa Viatti. Princípios, métodos e algumas aplicações da geoarqueologia. In: RUBIN, Julio Cezar Rubin de; SILVA, Rosicler Theodoro (org.). *Geoarqueologia: teoria e prática*. Goiânia: UCG, 2009.
- BLITZ, John. *Ancient chiefdoms of the tombigbee*. Tuscaloosa (Alabama/EUA): University of Alabama Press, 1993.
- BRADY, Nyle; WEIL, Ray. *The nature and properties of soils*. Columbus (Ohio/EUA): Pearson, 2016.
- CANTI, Matthew. Aspects of the chemical and microscopic characteristics of plant ashes found in archaeological soils. *Catena*, v. 54, n. 3, p. 339-361, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0341-8162\(03\)00127-9](https://doi.org/10.1016/S0341-8162(03)00127-9).
- CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel. *Relatório parcial 4: Projeto de recadastramento de sítios arqueológicos das mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina (PRESASC): baixa prioridade*. vol. I. Chapecó – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2021a.
- CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel. *Relatório parcial 1: Arqueologia da Floresta Atlântica Meridional Sul Americana*. Chapecó – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2021b.
- CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel. *Arqueologia dos povos indígenas do Planalto Serrano e do Vale do rio Uruguai, Santa Catarina*. 2025. No prelo.
- CHMYZ, Igor. Dados sobre a arqueologia do vale do Paranapanema. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 6, p. 59-73, 1967.
- COPÉ, Silvia Moehlecke; SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. *Pesquisas, Antropologia*, v. 58, p. 121- 138, 2002.
- CORTELETTI, R. *Projeto arqueológico alto Canoas-Paraca: Um sítio de presença jê no planalto catarinense*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.71.2013.tde-19042013-093054>.

- CORTELETTI, Rafael; SOUZA, Jonas Gregório de; CARDENAS, Macarena; ROBINSON, Mark; FRADLEY, Michael; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; IRIARTE, José; MAYLE, Frank; BLASIS, Paulo Antonio Dantas de. News from the field ou como um projeto internacional começa a sair do papel. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 27, p.197-212, 2016. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137304.
- COSTA, Jucilene Amorin; KERN, Dirse Clara; SILVEIRA, Maura Imazio da; ESPIRITO SANTO, Celina Marques do. Geoarqueologia de antrossolos do Sítio Terra Preta 2, Vale do Baixo Amazonas, Juruti-Pará, Brasil. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 21, n. 3, p. 513-527, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20502/rbg.v21i3.1729>.
- ELETROSUL. *Bacia hidrográfica do Rio Uruguai: estudo de inventário hidroenergético*. Florianópolis: Eletrosul, 1979.
- FERRING, C. Reid. *Geoarchaeology in the southern plains*. Austin (Texas/EUA): University of Texas Press, 2001.
- FOLEY, Robert. Hominid species and stone-tool assemblages: how are they related? *Antiquity*, v. 61, n. 233, p. 380-392, 1987.
- GAMBLE, Clive; DAVIES, William; PETTITT, Paul; HAZELWOOD, Lee; RICHARDS, Martin. The archaeological and genetic foundations of the European population during the Late Glacial: implications for "agricultural thinking". *Cambridge Archaeological Journal*, v. 15, n. 2, p. 193-223, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0959774305000107>.
- HARMON, Marcel J.; VANPOOL, Todd L.; LEONARD, Robert D.; VANPOOL, Christine S.; SALTER, Laura A. Reconstructing the Flow of information across time and space: a phylogenetic analysis of ceramic traditions from Prehispanic western and northern Mexico and the American southwest. In: LIPO, Carl; O'BRIEN, Michael; COLLARD, Mark; SHENNAN, Stephen (ed.). *Mapping our ancestors: phylogenetic approaches in anthropology and prehistory*. New York (Nova York/EUA): Routledge, 2006. p. 209-230.
- HOWARD, Jeffrey; ORLICKI, Katharine M. Composition, micromorphology and distribution of microartifacts in anthropogenic soils. *Catena*, v. 138, p. 38-51, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.catena.2015.11.016>.
- HOWARD, Jeffrey; ORLICKI, Katharine M. Effects of anthropogenic particles on the chemical and geophysical properties of urban soils. *Soil Science*, v. 180, n. 4, p. 154-166, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1097/SS.000000000000122>.
- HOWARD, Jeffrey; RYZEWSKI, Krysta; DUBAY, Brian; KILLION, Thomas. Artifact preservation and post-depositional site-formation processes in an urban setting: a geoarchaeological study of a 19th century neighborhood in Detroit, Michigan. *Journal of Archaeological Science*, v. 53, p. 178-189, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2014.10.004>.
- IBGE. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IRIARTE, José; GUILLAM, Jhon Christopher; MAROZZI, Oscar. Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. *Antiquity*, v. 82, n. 318, p. 947-961, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003598X00097702>.
- KERN, Dirse Clara. Análise e interpretação dos solos e, ou, sedimentos nas pesquisas arqueológicas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 8, p. 21-35, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.2009.113506>.
- KERN, Dirse Clara; KÄMPF, Nestor. Antigos assentamentos indígenas na formação de solos com terra preta arqueológica na região de Oriximiná. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v. 13, n. 2, p. 219-225, 1989.

- KLEIN, Roberto Miguel. Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina. In: REITZ, Raulino (ed.). *Flora ilustrada catarinense: V parte: mapa fitogeográfico*. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.
- KLEIN, Vilson Antonio. *Física do solo*. Passo Fundo: Editora UPF, 2014.
- LIMA, Hedinaldo; SCHAEFER, Carlos; MELLO, Jaime; GILKES, Robert; KER, João. Pedogenesis and pre-Columbian land use of “Terra Preta Anthrosols” (Indian black earth) of Western Amazonia. *Geoderma*, v. 110, p. 1-17, 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0016-7061\(02\)00141-6](https://doi.org/10.1016/S0016-7061(02)00141-6).
- LOZANO, Pedro. *História de la conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*. Buenos Aires: Biblioteca del Río de la Plata, 1873-1874. 5 v.
- MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- MASI, Marco Aurélio Nadal de. *Projeto de Salvamento Arqueológico Usina Hidrelétrica Campos Novos*. [S. l.: s. n.], 2005. Relatório final.
- MENGEL, Konrad; KIRKBY, Ernest A. *Principles of plant nutrition*. New York (Nova York/EUA): Springer, 2001.
- MENGHIN, Osvaldo. El poblamiento de prehistorico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología*, v. 12, p. 19-40, 1957.
- MÉTRAUX, Alfred. The caingang. In: STEWARD, Julian (ed.) *Handbook of South American Indians: vol. 1: the marginal tribes*. Washington (DC/EUA): Government Publishing Office, 1946. p. 445-475.
- MILLER, Eurico Theófilo. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, *Publicações Avulsas*, n. 6, p. 15-38, 1967.
- MÜLLER, Letícia Morgana; SOUZA, Sheila Mendonça de. Cremações e sepultamentos: as estruturas anelares do planalto. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio. (org.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011. p. 269-306.
- NICOSIA, Cristiano; STOOPS, Georges. *Archaeological soil and sediment micromorphology*. Oxford (UK): Wiley, 2017.
- O'BRIEN, Michael; LYMAN, R. Lee; MESOUDI, Alex; VANPOOL, Todd. Cultural traits as units of analysis. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, v. 365, p. 3797-3806, 2010. <https://doi.org/10.1098/rstb.2010.0012>.
- O'BRIEN, Michael; LYMAN, R. Lee. The epistemological nature of archaeological units. *Anthropological Theory*, v. 2, p. 37-56, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1177/1463499602002001287>.
- PANDOLFO, Cristina; BRAGA, Hugo José; SILVA JR., Vamilson Prudêncio da; MASSIGNAM, Ângelo Mendes, PEREIRA, Emanuela Salum; THOMÉ, Vera Magali Radtke; VALCI, Francisco Vieira. *Atlas climatológico do estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2002.
- SOMBROEK, Wim; KERN, Dirse; RODRIGUES, Tarcísio; CRAVO, Manoel da Silva; JARBAS, Tony Cunha; WOODS, William; GLASER, Bruno. *Terra Preta and Terra Mulata: pre-Columbian Amazon kitchen middens and agricultural fields, their sustainability and their replication*. Bangkok (Tailândia): [s. n.], 2002.

- REIS, Maria José. *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Erechim: Habilis, 2007.
- RIEDE, Felix. Steps towards operationalizing an evolutionary archaeological definition of culture. In: ROBERTS, Benjamin W.; VANDER LINDEN, Marc (ed.) *Investigating archaeological cultures: material culture, variability, and transmission* New York (Nova York/EUA): Springer, 2011. p. 245-70.
- ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do planalto catarinense, Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, n. 24, p. 1-70, 1971.
- ROLDAN, Luis Fernando; MACHADO, Rômulo; STEINER, Samar dos Santos; WARREN, Lucas Veríssimo. Análise de lineamentos estruturais no Domo de Lages (SC) com uso de imagens de satélite e mapas de relevo sombreado. *Geologia USP*, v. 10, n. 2, p. 57-72, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z1519-874X2010000200005>.
- RUBIN, Julio Cezar Rubin de; SILVA, Rosiclér Theodoro da (org.). *Geoarqueologia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013.
- SALDANHA, João Darcy de Moura. *Paisagem, Lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- SCHILLING, Timothy. Building monks mound, Cahokia, Illinois, a.d. 800–1400. *Journal of Field Archaeology*, v. 37, n. 4, p. 302-313, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1179/0093469012Z.00000000027>.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011. p. 73-104.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. O Projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. *Pesquisas, Antropologia*, v. 58, p. 11-105, 2002.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. *As casas subterrâneas de São José do Cerrito*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2014.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. A Arqueologia do Jê Meridional: Uma longa aventura intelectual. *Cadernos do CEOM*, n. 46, p. 7-32, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22562/2016.45.01>.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique; NOVASCO, Raul Viana, MERGEN, Natália Machado; FERRASSO, Suliano. Boa Parada um lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e “dancheiro”. *Revista Pesquisas, Antropologia*, n. 70, 133-196, 2013.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique; NOVASCO, Raul Viana; FERRASSO, Suliano; PERONDI, Vagner, MERGEN, Natália Machado. De volta a Boa Parada, lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e ‘dancheiro’. *Revista Pesquisas, Antropologia*, n. 72, p. 7-62, 2016.
- SOARES, Manoella de Souza. *Geoquímica de solos arqueológicos na identificação de áreas de atividades: Um quadro geográfico para o sítio Bonin/SC*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- SOUSA, Daniel V.; RODET, Maria J. Interação entre pedologia e arqueologia: pedoarqueologia. In: RUBIN, Julio C. R.; FAVIER-DUBOIS, Cristian; SILVA, Rosicler T. (org.). *Geoarqueologia na América do Sul*. Goiânia: PUC Goiás, 2015. p. 387-430.

TEHRANI, Jamshid; RIEDE, Felix. Toward archaeology of pedagogy: learning, teaching and the faithful replication of complex cultural skills. *World Archaeology*, v. 40, n. 3, p. 316-331, 2008.

WATER, Michael. *Principles of geoarchaeology: a North American perspective*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 1992.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

ARTÍCULO

ARQUEOLOGÍA DE LA LAGUNA DE LOS MINUANOS (CERRO LARGO, URUGUAY)

José M. López Mazz*, Fernando Leceta Gobitz**, Alejandro Turell***, Diego Bracco****

RESUMEN

Sin limitarse a este espacio, el noreste del actual Uruguay fue ocupado por pueblos constructores de cerritos desde tiempos precoloniales, y por grupos güenoas/minuanos entre los siglos XVII y XIX. Se presentan los primeros resultados de un trabajo que tuvo por objetivo central explorar la continuidad histórica y cultural entre ambas entidades socioculturales, así como la interacción que mantuvieron con la sociedad colonial y la de origen guaraní. Para ello, se realizaron excavaciones en una localidad arqueológica llamada Laguna de los Minuanos, en el valle del río Tacuarí, departamento de Cerro Largo (Uruguay). Herramientas líticas, cerámica y cronología de los fechados ¹⁴C arrojaron algunos indicios congruentes con tal continuidad e interacción. Sin embargo, no aportaron informaciones directas referidas a situaciones de conflicto, que tuvieron gran intensidad al promediar el siglo XVIII. Si bien la investigación no consiguió identificar el lugar de la matanza de 1751 (Batalla del Tacuarí), los resultados confirman un patrón de asentamiento con dos cerritos, al tiempo de sugerir algunas hipótesis sobre su ubicación en el paisaje.

Palabras clave: Cerrito de indios; Arqueología güenoa/minuana; Arqueología guaraní; Río Tacuarí.

* Facultad de Humanidades/CURE/SNI, Dpto. Arqueología Universidad de la República.

E-mail: lopezmazz@yahoo.com.ar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0073-7390>.

** Laboratorio de Cartografía Histórica, Espacio Interdisciplinario, Universidad de la República.

E-mail: leceta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4956-2617>.

*** Facultad de Artes de la Universidad de la República. E-mail: Uruguay.arturell@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3625-2963>.

**** Centro Universitario Región Este, Universidad de la República. E-mail: Uruguay.dbracco@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4741-3027>.

ARQUEOLOGIA DA LAGUNA DE LOS MINUANOS (CERRO LARGO, URUGUAI)

RESUMO

Sem se limitar a esse espaço, o nordeste do atual Uruguai foi povoado por povos construtores de colinas desde os tempos pré-coloniais, e por grupos Güenoa/Minuan entre os séculos XVII e XIX. São apresentados os primeiros resultados de um trabalho cujo objetivo central é explorar a continuidade histórica e cultural entre ambas as entidades socioculturais, bem como a interação que mantiveram com a sociedade colonial e de origem Guaraní. Para isso, foram realizadas escavações em um sítio arqueológico denominado Laguna de los Minuanos, no vale do rio Tacuarí, departamento de Cerro Largo (Uruguai). Ferramentas líticas, cerâmicas e cronologia datadas com ^{14}C forneceram algumas pistas consistentes com tal continuidade e interação. No entanto, não forneceram informações diretas sobre situações de conflito, que foram de grande intensidade em meados do século XVIII. Embora a pesquisa não tenha conseguido identificar o local do massacre de 1751 (Batalla del Tacuarí), os resultados confirmam um padrão de povoamento com dois cerritos, ao mesmo tempo que sugerem algumas hipóteses sobre a sua localização na paisagem.

Palavras-chave: Cerrito de índios; Arqueologia Güenoa/Minuana; Arqueologia Guaraní; Rio Tacuarí.

ARCHAEOLOGY OF LA LAGUNA DE LOS MINUANOS (CERRO LARGO, URUGUAY)

ABSTRACT

Not limited to this area, the northeast of present-day Uruguay was populated by hill-building peoples since pre-colonial times and by Guenoa/Minuano groups from the 17th to the 19th centuries. This study describes the first results of a study the central objective of which was to explore the historical and cultural continuity between both sociocultural entities and their interaction with colonial and Guaraní societies. Excavations were carried out at an archaeological site called Laguna de los Minuanos in the Tacuarí River Valley, Cerro Largo Department (Uruguay). Lithic tools, ceramics, and chronology dated by ^{14}C yielded relevant clues consistent with such continuity and interaction. However, they provided no direct information regarding conflict situations, which were highly intense in the mid-18th century. Although this research was unable to find the site of the 1751 massacre [A5] (Battle of the Tacuarí), its results confirm a settlement pattern with two mounds and suggest some hypotheses about their location in the landscape.

Keywords: Indian mound; Güenoa/Minuana archaeology; Guaraní archaeology; Tacuarí River.

INTRODUCCIÓN

Las identidades étnicas atribuidas a las sociedades nativas del Uruguay han sido objeto de numerosos errores que se han repetido a lo largo de más de 100 años. Por un lado, se destacan la poca información etnográfica manejada y el tratamiento acrítico que se le ha dado. Por otro lado, prejuicios sociales propios de un país que se autoidentifica como producto de un alud inmigratorio evitaron que el tema indígena entrara en la agenda histórica nacional. Algunos proyectos han buscado compensar estos problemas focalizando la investigación en las llamadas naciones indígenas y sus territorios (Bracco, 2004, 2016, 2024; Bracco; López Mazz, 2019; López Mazz; Bracco, 2010; 2022).

Las investigaciones muestran que el noreste del actual Uruguay fue una región habitada desde que hay documentación escrita producida sobre el territorio –a partir del siglo XVII y hasta el siglo XIX– por grupos güenoas/minuanos, en intensa interacción con lo que ha dado en denominarse “sociedad jesuítico misionera” (Bracco, 1999, 2016; López Mazz; Bracco, 2010). La información arqueológica, por su parte, revela que toda esta región noreste fue ocupada en tiempos precoloniales por la milenaria tradición cultural de los pueblos *constructores de cerritos* que, entre otros, dejaron testimonios en el bañado de Aceguá (Baeza *et al.*, 1980) y en el arroyo Palleros (Fontana Company, 1959). Esta tradición cultural se desarrolló en la cuenca oeste de la Laguna Merín y la cuenca norte del río Negro, entre unos 5.000 años A.P. y la llegada de los europeos (Gianotti, 2015; Iriarte, 2006; López Mazz ; Bracco, 1994; López Mazz, 2001; Naue, 1973; Schmitz, 1976, entre otros). Sobre el río Tacuarí fue reportado el hallazgo de un zoolito, correspondiente a la tradición cultural sambaquiana (del litoral brasileiro) asociado a una zona de cerritos de indios (Sierra; Sierra, 1931).

Tradicionalmente se asumía que los pueblos constructores de cerritos habían desaparecido víctimas de la invasión de pueblos de “menor” rango cultural (Bauzá, 1885; Sierra y Sierra, 1931). Asimismo, como consecuencia del impacto de las enfermedades contagiosas de origen europeo y de las incursiones de los *bandeirantes* de San Pablo que venían a cazar el “esclavo rojo” durante los siglos XVII y XVIII (Bracco, 2004, p. 15-56; Cabrera, 1992). Sin embargo, varios estudios han identificado un vínculo histórico arqueológico y una coincidencia espacial entre los pueblos constructores de cerritos y los grupos güenoas/minuanos (Bracco; López Mazz, 2019; Bracco, 2024; López Mazz, 2024; López Mazz; Bracco, 2010). Para profundizar esta línea de trabajo se han desarrollado investigaciones que buscan estudiar, a nivel de la cultura material, la continuidad entre aquellos y estos pueblos originarios. La Laguna de los Minuanos es un ejemplo de esta continuidad, ya que tiene un topónimo de valor histórico y se ubica, además, en un asentamiento caracterizado por dos cerritos de indios. Además, aunque presente en la cartografía, y tal como fue constatado en una prospección realizada en el año 2009, el topónimo era ignorado por los lugareños. Adicionalmente, fue señalado que esa Laguna pudo ser el escenario de la denominada “Batalla del Tacuarí”, en abril del año 1751 (Bracco, 2014, p. 83-89). Por lo mismo, se consideró de particular relevancia el eventual hallazgo de evidencias compatibles con ese violento suceso. Entre tales, no pueden descartarse las asociadas con la disposición de los cuerpos del centenar de indígenas ejecutados en aquella ocasión (Acosta; Lara, 1998, p. 93-94).

El objetivo de este trabajo es difundir los primeros resultados de una investigación en una localidad arqueológica singular, que tiene el potencial para estudiar las ocupaciones humanas prehispánicas, sus continuidades en tiempos históricos y los procesos interétnicos del periodo colonial. Por ese conjunto de motivos, fue seleccionada para una investigación arqueológica que se realizó entre octubre de 2023 y febrero de 2024 (Figura 1).

Figura 1. a) Localidad arqueológica en el contexto regional; (b) Imagen satelital de la localidad arqueológica, incluye Cerritos de Indio y hallazgos arqueológicos; (c) Área de prospección y excavación Cerrito I; (d) Área de prospección y excavación Cerrito II.



Fuente: (a) Datos vectoriales y raster por Made with Natural Earth; (b); (c) y (d) Imagen satelital de Infraestructura de Datos Espaciales de Uruguay. Cartografía & diseño por Leceta, F.

MATERIALES Y MÉTODOS

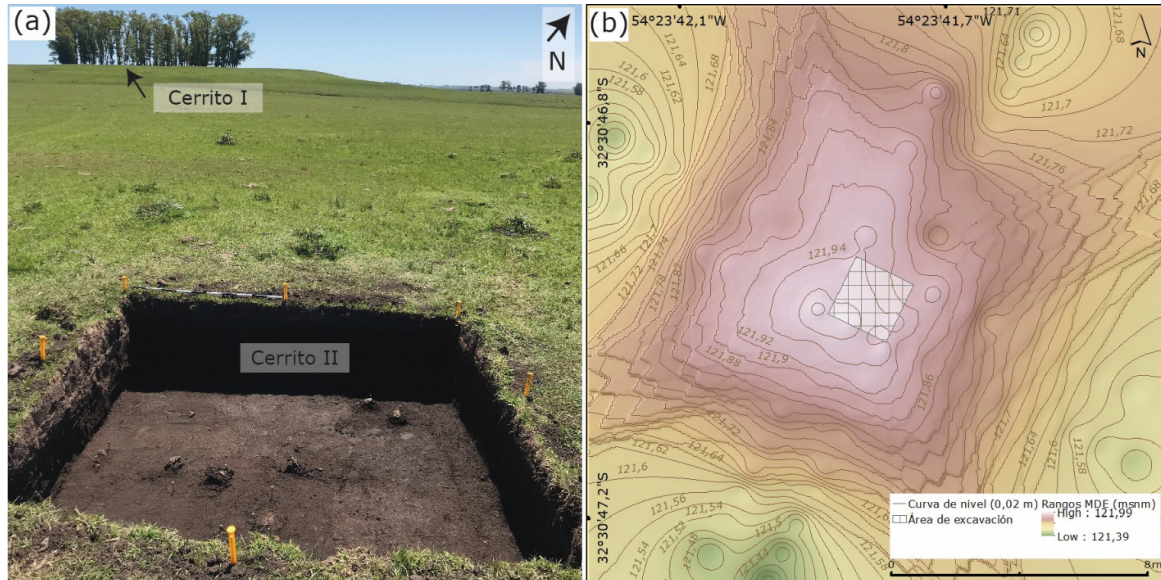
Desde la investigación, se entendió que el primer paso para reconstruir la estrategia territorial del grupo que dejó su nombre en la geografía era reconocer el patrón de asentamiento. Los trabajos asumieron que la localidad arqueológica Laguna de los Minuanos es una unidad, y, por lo tanto, era necesario alcanzar un conocimiento integral de la misma.

La localidad arqueológica se encuentra sobre la divisoria de aguas de los sistemas río Negro y Laguna Merín, próxima a un sector inundable del valle del río Tacuarí señalado en la carta topográfica 1:50.000, Hoja D15, como Laguna de los Minuanos¹. En el lugar se pudo ubicar el denominado Cerrito I (32°30'33.75"S; 54°23'51.39"W; 130 msnm) en la cima de la colina que domina ese sector del valle, con una cuenca

¹ Disponible em: <https://igm.gub.uy/geoportal/datos/cartas/E/E16.tif>.

visual que alcanza decenas de kilómetros a la redonda. En una terraza inferior más próxima al curso de agua se localizó el Cerrito II ($32^{\circ}30'46.10''\text{S}$; $54^{\circ}23'42.13''\text{W}$; 122 msnm) (Figura 2).

Figura 2. (a) Panorama del conjunto Cerrito I con bosque de eucaliptus y área de excavación Cerrito II; (b) Mapa de prospección topográfica Cerrito II.



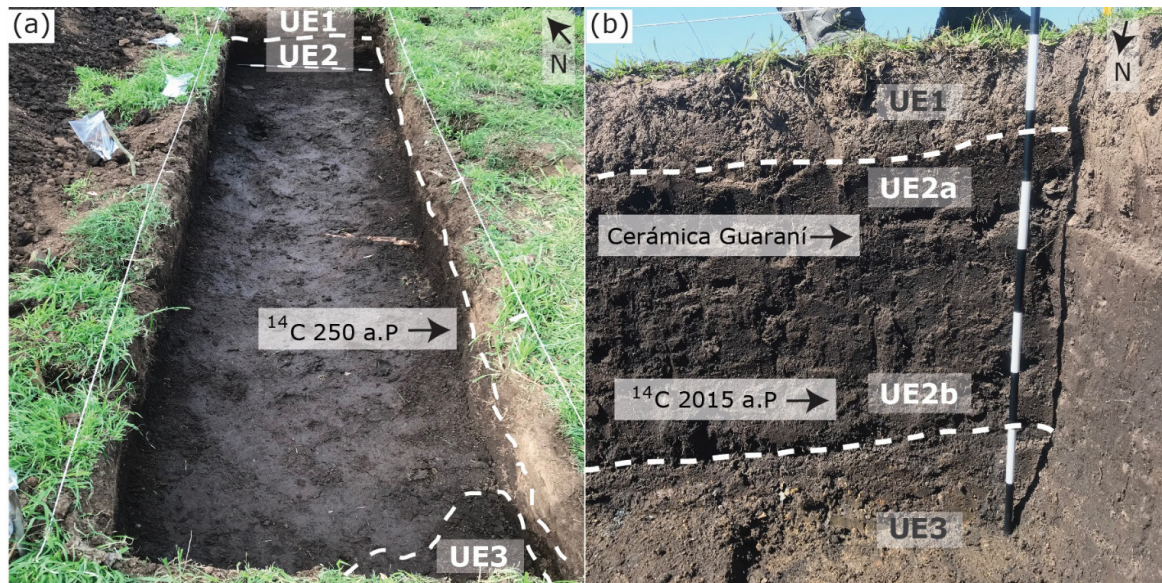
Fuente: (a) Fotografía por López Mazz, J.; (b) Datos de campo por equipo de trabajo, campaña 2023. Cartografía & diseño por Leceta, F.

Para obtener información sobre las actividades realizadas en el sitio, se decidió excavar los dos cerritos por niveles naturales y control estratigráfico. El Cerrito I ubicado en la cima de la colina estaba afectado por un bosque de eucaliptus, cuevas de animales y por el ganado (Figura 2a). La estructura I tiene unos 22 m de diámetro y 0,55 m de altura sobre el nivel del terreno circundante. La excavación se ubicó en el centro del cerrito y se trató de una trinchera de 1×5 m. El Cerrito II tiene unos 19 m de diámetro y unos 0,60 m de altura. La estructura tenía los niveles superiores afectados por cuevas de animales. En el Cerrito II el bloque de excavación fue de 2×2 m. En ambas excavaciones parte de los materiales se registraron en planta y al final se realizó un relevamiento estratigráfico de la estructura. Los materiales recuperados fueron analizados de acuerdo con las propuestas tecnotipológicas habituales para este tipo de sitios, tanto para los materiales líticos (Orquera; Piana, 1987) como los cerámicos (Shepard, 1954). Se tomaron sedimentos para su análisis de clases texturales y de color, tamizado en malla fina de 2 mm. También se tomaron muestras de sedimento para su datación radiométrica ^{14}C (Arizona Accelerator Mass Spectrometry Lab).

RESULTADOS

La prospección intensiva en un sector del valle permitió localizar, además de los Cerritos I y II, material arqueológico en superficie. Se trata de algunas lascas a proximidad del casco de la estancia (SS1) y una piedra de honda llamada “lenticular”, a proximidad del Cerrito II (SS2) (Figura 1).

Figura 3. (a) Unidades estratigráficas y datación radiométrica ¹⁴C en trinchera de excavación del Cerrito I; (b) Unidades estratigráficas y datación radiométrica ¹⁴C en área de excavación del Cerrito II. Cada segmento de varilla equivalente a 10 cm.



Fuente: (a) y (b) Fotografía por López Mazz, J.; datos de campo por equipo de trabajo, campaña 2023.

Tabla 1. Información sobre las muestras y resultados de la datación por radiocarbono en la localidad Laguna de los Minuanos, contextos Cerrito I y Cerrito II.

Código de laboratorio	ID de la muestra	Edad ¹⁴ C	±	δ ¹³ C AMS (‰)	95% rango	Contexto	Unidad estratigráfica	Profundidad (cm)	Material de la muestra
AA116517	LMIUE2a	250	13	-20.72	1785-1795 calAD	Cerrito I	UE2a	35	Sedimento
AA116518	LMIIUE2a	2015	20	-23.49	50-61 calAD	Cerrito II	UE2b	45	Sedimento

Fuente: datos de campo por equipo de trabajo, campaña 2023. Analítica ¹⁴C AMS por UNIVERSITY OF ARIZONA LTRR & AMS LABORATORY

El Cerrito I está compuesto por tres unidades estratigráficas (Figura 3; Tabla 2). La inferior (UE3) es de matriz franco limoso, de edad previa al cerrito y con abundantes fragmentos de roca meteorizada. La segunda unidad (UE2b-UE2a) está vinculada con la ocupación humana y compuesta por una matriz de sedimentos franco arenosa y franco limoso en los niveles inferiores y superiores, respectivamente, con visible mayor contenido de humus. Un fechado de ¹⁴C proveniente de este nivel brindó una fecha de 250 años antes del presente (Tabla 1). La unidad más reciente (UE1), de textura franco arenosa pero algo menos rica en humus, exhibe material vegetal en estado de mineralización incipiente; parece ser posterior al abandono del sitio (Figura 3).

Para el levantamiento topográfico de la estructura del Cerrito II, se realizaron medidas de profundidad desde un plano colimador a intervalos de 1 m de distancia, distribuidos a lo largo de 4 transectos de prospección de 20 m de largo cada uno; los datos fueron procesados en SIG y se elaboró un modelo digital de elevación (MDE) de la estructura y su contexto inmediato. En este Cerrito la excavación permitió reconocer una estratigrafía compuesta por tres unidades estratigráficas (Figura 3; Tabla 2).

La primera (UE3), de matriz franco arcillosa-arenosa y antigüedad previa al cerrito, corresponde al material parental del Brunosol natural no intervenido descrito para la localidad Fraile Muerto (Altamirano et al., 1976). Otra unidad estratigráfica (UE2b-UE2a) exhibe una matriz de sedimentos franca limosa, rica en humus y está vinculada con la ocupación humana. La base de esta capa brindó un fechado ^{14}C de 2015 años antes del presente. En la parte superior de esta capa se localiza el material arqueológico. Una capa superior (UE1) de textura franca y con material vegetal en estado de mineralización incipiente es posterior al abandono del sitio.

Tabla 2. Información textural y macromorfológica de unidades estratigráficas en los Cerritos I y II.

Contexto	Unidad estratigráfica	Profundidad (cm)	Clase textural	Contenido arcilla (%)	Color Munsell (húmedo)
Cerrito I	UE1	0-15	franco arenoso	<10	10 YR 4/2
Cerrito I	UE2a	15-35	franco limoso	10-27	10 YR 3/2
Cerrito I	UE2b	35-60	franco arenoso	<10	7.5 YR 2/2
Cerrito I	UE3	60-75	franco limoso	10-27	10 YR 3/3
Cerrito II	UE1	0-12	franco	8-27	10 YR 2/2
Cerrito II	UE2a	12-45	franco limoso	10-27	7.5 YR 2/1
Cerrito II	UE2b	45-60	franco limoso	10-27	10 YR 2/1
Cerrito II	UE3	60-80	franco arcilloso-arenoso	25-35	10 YR 1/2

Fuente: Datos de campo y analítica por equipo de trabajo 2023.

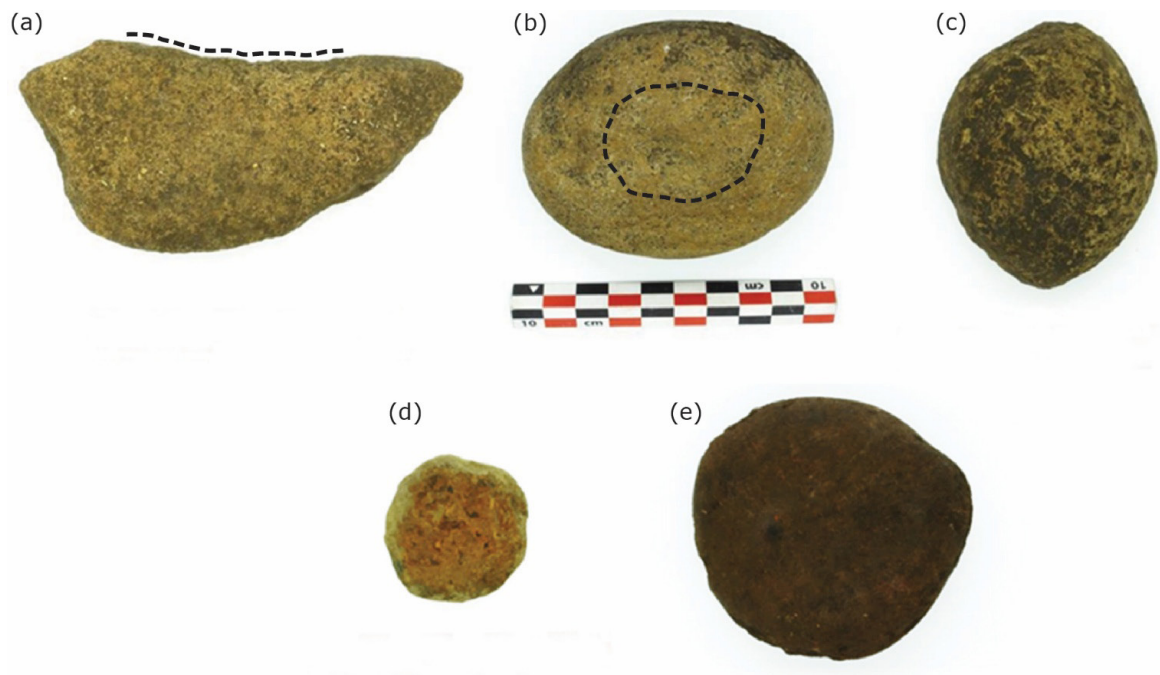
Las excavaciones permitieron recuperar diferentes tipos de materiales (Tabla 3). En el Cerrito I se localizaron instrumentos utilizados en la fabricación de herramientas por percusión: una piedra con una depresión picoteada central (sobre rodado) posiblemente utilizada como yunque en la talla bipolar (Figura 4b). En ese contexto se halló una boleadora fracturada durante el proceso de fabricación (Figura 4c). También se exhumó un percutor y un instrumento con huellas de abrasión y desechos líticos de talla (Figuras 4a y 4e). En ninguno de los dos cerritos se realizaron hallazgos de restos humanos.

El sistema de aprovisionamiento de materias primas líticas parece ser de tipo regional. Los núcleos provienen de rodados de cuarcitas y filones de cuarzo (gris, blanco). Se recuperó un percutor sobre rodado en cuarcita. Hay igualmente herramientas (n=16) y lascas de caliza silicificada (n=6) y cuarcita (n=5). Se recuperaron herramientas con retoques marginales sobre filos naturales en lascas de rodados (n=3). Hay grandes lascas de cuarzo con retoques marginales (n=2); asimismo raspadores frontales en areniscas (n=1) y en xilópalo (n=1). El conjunto de los instrumentos sugiere un área donde se realizó un trabajo de talla lítica y por el tipo de herramientas con retoque una labor de corte y raspado.

Las areniscas fueron objeto de talla siguiendo los procedimientos clásicos para obtener lascas (preparación de plataforma), pero llama la atención, pues no se trata de una materia prima de buena calidad para fabricar herramientas. Este tipo de talla de la arenisca local es diferente al reportado en el Cerrito II, donde no se observa ningún procedimiento para la obtención de lascas, y la fragmentación es mayoritariamente natural.

Tabla 3. Detalle de los materiales recuperados en los contextos Cerrito I y Cerrito II.

Materiales	Cerrito I (n=78)	Cerrito II (n=33)
Núcleos	4	3
Boleadoras	1	
Percutor	1	
Piedra con abrasión	2	
Raspador/raedera	2	1
Lascas con huellas de uso	2	6
Plaqueta de ocre		1
Cerámica		7
Esteca		1
Piedra con hoyuelo	1	
Lascas con retoque	4	1
Lascas y fragmentos	57	11

Figura 4. Material lítico de la excavación en Cerrito I. (a) Piedra con huellas de abrasión; (b) Piedra con hoyuelo picoteado; (c) Boleadora; (d) Piedra de honda (lenticular); (e) Percutor en rodado.

Fuente: Fotografía por Turell, A.

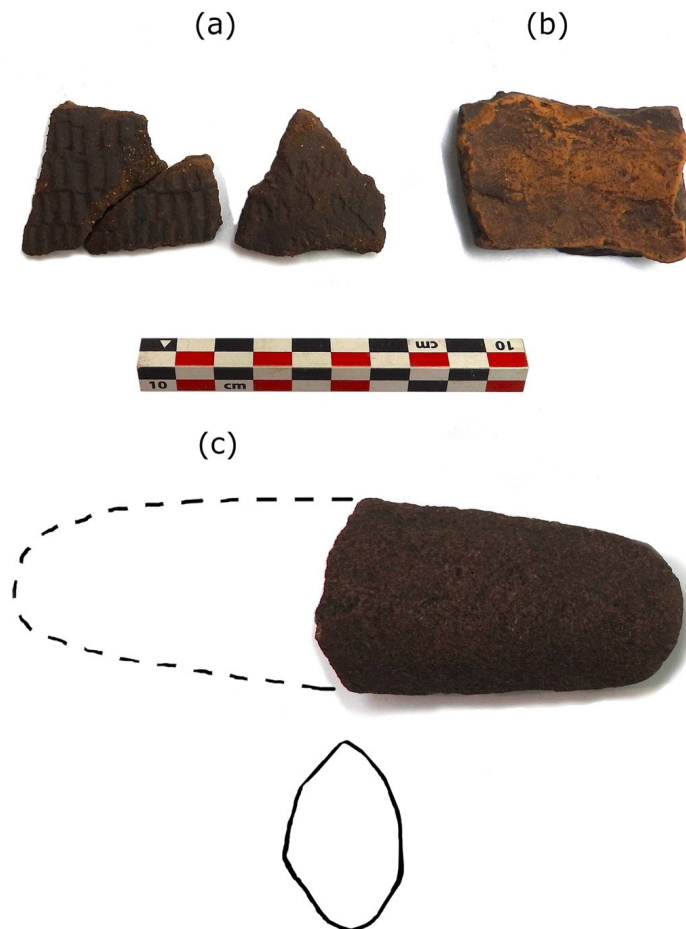
En el Cerrito II se recuperó un contexto arqueológico conformado por tiestos de cerámica (n=7), un fragmento de una herramienta para fabricar recipientes en arcilla llamada “esteca” (Hilbert, 1991) (Figura 5c) y algunos vestigios líticos (n=33), pero en menor cantidad que en el Cerrito I. La cerámica corresponde a dos tradiciones culturales diferentes que pueden identificarse sin problemas. Un tipo de cerámica cocida en una atmósfera oxidante (color pardo claro) sin decoración y con huellas de herramientas de fabricación es típica de los habitantes de los cerritos y se ha denominado tradicionalmente como de tipo Vieira (n=3) (Figura 5b) (Naue,1973; López Mazz, 2001; Schmitz,1976).

El otro tipo cerámico fue quemado en una atmósfera reductora (color negro), presenta una decoración plástica de tipo “corrugado” y es típica de la tradición guaraní (La Salvia; Brochado, 1989) (n=4) (Figura 5a).

Al igual que en el Cerrito I, las materias primas líticas provienen de fuentes regionales de aprovisionamiento. Algunas son secundarias (rodados de cuarcita) y otras provienen de fuentes primarias (cuarzo, jaspe, arenisca, caliza silicificada). Se recuperó numeroso material en arenisca local que muestra alguna huella de lascado, pero en su mayoría la fractura parece ser producto de la erosión natural. El espectro de materias primas se completa con jaspes de varios colores. Están representados elementos correspondientes a las primeras etapas del proceso de talla (núcleos, fragmentos, lascas, etc.). Los núcleos (n=3) son en cuarcita, caliza y cuarzo (hialino y blanco). En el caso de los núcleos de cuarcita en rodados se utilizó percusión directa para obtener lascas. Los núcleos de cuarzo fueron objeto de talla bipolar. Se pudo apreciar la preparación de plataforma para la extracción de lascas, mediante pequeños lascados y/o abrasión.

Se pudieron constatar microlascados y huellas del uso en filos naturales de lascas empleadas como elementos de corte (n=6). En algunos casos, filos naturales de lascas en cuarzo (n=2) y en arenisca silicificada (n=4) han recibido retoque marginal somero. En algunas piezas en arenisca silicificada se pudieron apreciar superficies alisadas (n=1) y abradidas (n=1). En ocasiones son piezas para alisar (esteca) y otra tipo yunque.

Figura 5. Material de la excavación en Cerrito II. (a) Cerámica corrugada (guaraní); (b) Cerámica lisa (Vieira); (c) Instrumento lítico para fabricar cerámica (esteca).



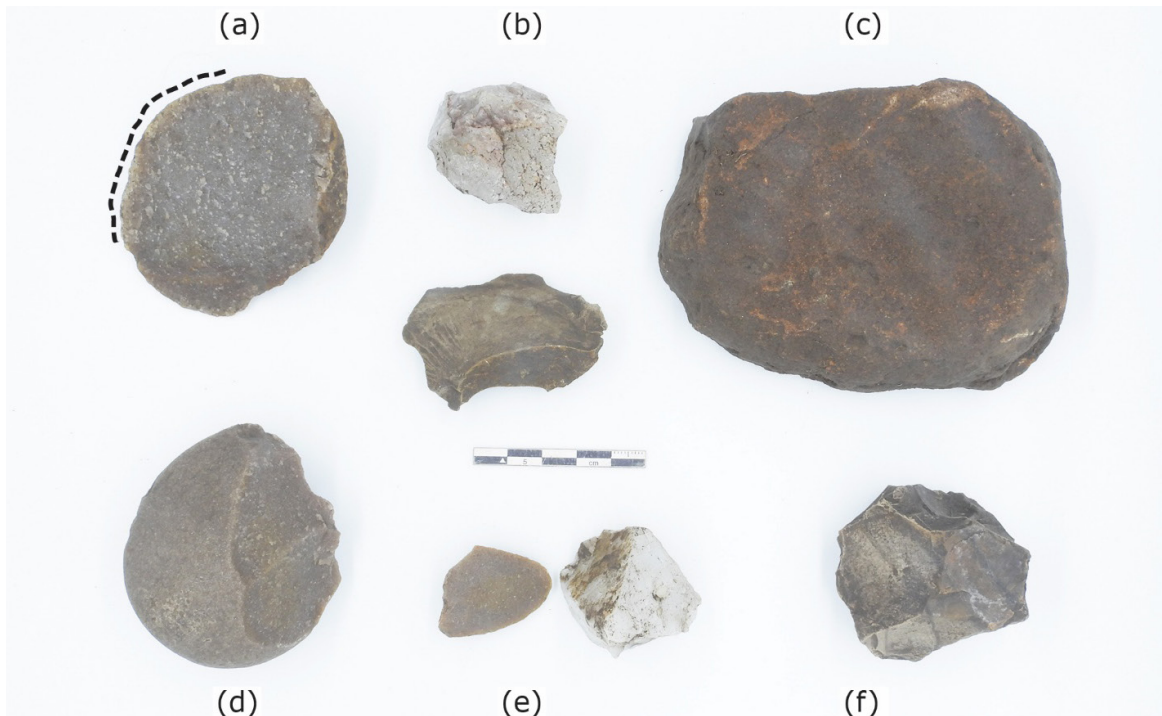
Fuente: Fotografía por Turell, A.

Figura 6. Material lítico de la excavación en Cerrito I. (a) Piedra con huellas de abrasión; (b) Núcleo de cuarcita en rodado; (c) Núcleo de cuarzo (bipolar); (d) Núcleo en cuarcita (rodado).



Fuente: Fotografía por Turell, A.

Figura 7. Material lítico de la excavación en Cerrito II. (a) Lasca primaria (rodado) con retoque marginal; (b) Lasca de jaspe con huellas de uso en filo natural; (c) Plaqueta de óxido de hierro con huellas (pigmento); (d) Núcleo en cuarcita (rodado); (e) Lascas (cuarcita y cuarzo) con huellas en filos naturales; (f) Lasca de jaspe con huellas de uso en filo natural.



Fuente: Fotografía por Turell, A.

DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

La localidad arqueológica Laguna de los Minuanos confirma la asociación recurrente entre los cerritos de indios y una cultura material compuesta por un sistema de producción lítico y cerámico específico. Esto refuerza lo generalmente aceptado acerca de la cultura material de los pueblos constructores de cerritos. En este caso y partiendo del topónimo de la localidad, la autoría de esta cultura material podría sin problemas ser atribuida al grupo güenoa/minuano. Otro elemento de importancia y singular de esta localidad es la asociación contextual con la cerámica guaraní. La presencia de cerámica guaraní en niveles superficiales de cerritos ha sido reportada varias veces (Baeza *et al.*, 1980; Cabrera, 1992; Fontana Company, 1959; Naue, 1973; Schmitz, 1976). La mayoría de las veces se trata de pocos tiestos y en algún caso aislado de un enterramiento en recipiente cerámico (López Mazz; López Cabral, 2020). Tal como se ha señalado, los materiales arqueológicos pueden ser interpretados como correlatos materiales de las relaciones interétnicas habituales, descritas entre los siglos XVII y XIX. Al respecto, cabe recordar la existencia de un pueblo jesuítico –güenoa/minuano entre los fundados al oriente del río Uruguay en el siglo XVII (Sempé, 1981). En ese contexto, y sin perjuicio de los no registrados en las fuentes, los contactos entre güenoas/minuanos y guaraníes eran frecuentes. Así fue por ejemplo en torno a Jesús María, San Borja y a otros pueblos y puestos misioneros (Bracco, 1999, 2004, 2016; López Mazz; Bracco, 2010; Padrón Favre, 2011).

La localidad arqueológica refleja un patrón de asentamiento humano singular compuesto por dos cerritos ubicados a diferente altura, que permiten controlar el sector inmediato del valle del Tacuarí, así como una amplia zona periférica. La visibilidad (e intervisibilidad) de los sitios con cerritos es una variable clave para entender el funcionamiento de estos paisajes antrópicos (Gazzán *et al.*, 2022; Gianotti, 2015). Es un patrón de asentamiento capaz de responder a las necesidades económicas y sociales regionales (visibilidad de presas a cazar, intervisibilidad con otros grupos y circulación regional). El asentamiento es igualmente funcional en situaciones de conflicto, ya que contempla la posibilidad de controlar el entorno y de eventualmente ocultarse en el fondo del valle. Este elemento no es menor, pues el conflicto violento estuvo presente en el periodo precolonial entre los habitantes de los cerritos (López Mazz; Moreno, 2014). Y luego, en el periodo colonial, el conflicto continuó siendo frecuente y se materializó en el asedio güenoa/minuano a la recién fundada Montevideo, así como en expediciones españolas contra esos indígenas. Entre ellas resulta de singular importancia la realizada en 1751 desde Montevideo que causó gran cantidad de víctimas a orillas del río Tacuarí. Allí, muchos güenoas/minuanos murieron en combate, y otros tantos fueron ejecutados a continuación. Al respecto, cabe recordar que las fuentes etnohistóricas son recurrentes en señalar la importancia que esa nación concedió a la sepultura de los suyos (López Mazz; Bracco, 2010). Por lo mismo, cabe valorar las crónicas que evidencian interacción sociocultural entre güenoas/minuanos, guaraníes y sociedad colonial (Bracco, 2004) como elemento para continuar la búsqueda de los restos de las víctimas de la “batalla del Tacuarí”, que debió dejar marcas en el paisaje susceptibles de ser encontradas en la actualidad.

En trabajos previos, habíamos señalado la estrecha y frecuente relación entre cerritos de indios y los topónimos güenoas/minuanos (López Mazz; Bracco, 2010; López Mazz, 2024). Esta asociación, que por redundante no puede ser considerada como aleatoria, permitió postular una continuidad histórica entre los pueblos precoloniales y esta nación indígena. Esta hipótesis había sido ya formulada previamente

por investigadores brasileros (Basile,1984; Copé,1991; Naue,1973; Schmitz,1976). Los resultados obtenidos en esta localidad parecen confirmar esta propuesta y habilitan a explorar algunos aspectos de la organización espacial del asentamiento y de la cultura material del grupo en cuestión.

Por otra parte, es necesario destacar el patrón de asentamiento con dos cerritos, que se repite y adquiere particular significado con relación a la posible contemporaneidad en la ocupación de ambos. El fechado de 250 años A.P. del Cerrito I está en el rango cronológico del contexto cerámico del Cerrito II. La llegada de los grupos guaraníes al área está estimada en aproximadamente 450 años antes del presente (López Mazz; López Cabral, 2020; Milheira, 2014). Como ya se ha expresado, la intensa relación entre güenoas/minuanos y guaraníes durante los siglos XVII y XVIII está ampliamente documentada y en línea con esta posibilidad (Bracco, 2024). La presencia guaraní en los cerritos de indios, en la sierra de San Miguel (Rocha), tiene fechas de rango similar (Cabrera Pérez *et al.*, 2014).

La contemporaneidad de ambos cerritos puede sugerir un posible desplazamiento espacial entre áreas de diferente actividad especializada, en emplazamientos topográficos con diferente visibilidad (Fig. 2a) Esta hipótesis es coherente con el hecho de que ambas áreas de actividad pueden estar ilustrando, a nivel arqueológico y en alguna medida, la división sexual del trabajo habitual entre estos grupos, según la documentación del siglo XVIII. Una descripción del cronista Oyarvide (1867) de 1787 señala para el grupo güenoa/minuano: "...siendo del cuidado de las indias el llevar en sus caballos las criaturas pequeñas, algunos porongos y ollas de barro que hacen...".

Un trabajo previo sobre manufactura y uso de instrumentos óseos sugiere una oposición similar, entre las puntas óseas asociadas a la caza en cerritos con gran visibilidad (sierra) y los instrumentos usados en cerritos del fondo del valle, empleados en labores femeninas de peletería y cestería (Clemente *et al.*,2010). Estudios etnográficos sobre trabajo femenino y áreas de actividad diferenciadas también aportan sustento a la hipótesis (López Mazz, 2008; Silva, 2000).

Por último, las investigaciones recuperaron una boleadora y una piedra de honda (lenticular). Ambos instrumentos líticos descritos para el grupo güeno/minuano fueron usados durante el periodo colonial tanto en actividades de caza como en conflictos violentos. Larrañaga (1923:29) para principios del siglo XIX señala que: "Sus armas son la lanza, la flecha, la honda y las bolas".

Esta situación se pudo apreciar en la Cueva del Tigre donde ocurrió la matanza de 1831 en el Arroyo Salsipuedes (López Mazz; Bracco, 2021). En ese sentido, las características paisajísticas, el patrón de asentamiento y la presencia de boleadoras y piedras de honda no permiten descartar un escenario bélico propio del siglo XVIII. Investigaciones futuras debieran aportar nueva información para continuar discutiendo estos temas.

INTERESES EN CONFLICTO

Los autores declaran no tener ningún conflicto de intereses.

AGRADECIMIENTOS

Los trabajos fueron realizados en el marco del Proyecto ANII/FCE No.1-2019-1-156254 (Las últimas naciones indígenas del Uruguay). Se agradece a Tulia Fernández y a Diego Martínez, propietarios del establecimiento donde se realizó la investigación. También a la Dra. Xenia Vieira de la Facultad de Agronomía (Bañado de Medina) por su apoyo.

A los colegas Octavio Nadal y Camilo Collazo quienes brindaron valioso apoyo durante las labores de campo. Y a los evaluadores que con sus positivos aportes permitieron mejorar el artículo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA Y LARA, Eduardo F. *La guerra de los charrúas*. Buenos Aires (AR): Talleres de Loreto editores, 1998.
- ALTAMIRANO, Alfredo *et al.* *Carta de reconocimiento de suelos del Uruguay*. Tomo III: Descripción de las unidades de suelos. Dirección de Suelos y Fertilizantes. Montevideo (UY): Ministerio de Agricultura y Pesca, 1976.
- BAEZA, Jorge *et al.* Informe preliminar sobre los cerritos de la zona anegadiza de Cañada Las Pajas (Cerro Largo). In: CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA, 3., 1980. *Anais* [...]. Montevideo (UY): CEA, 1980. p. 11-23.
- BASILE BECKER, Ítala I. *El indio y la colonización / charrúas y minuanes*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.
- BAUZÁ, Francisco. *Historia de la dominación española en el Uruguay*. Montevideo, Uruguay: A. Barreiro y Ramos Editor, 1885. v. 1. Disponible en: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/71732>.
- BRACCO, Diego. *Guenoas*. Montevideo (UY): Ministerio de Educación y Cultura, 1999.
- BRACCO, Diego. *Charrúas, guenoas y guaraníes: interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata*. Montevideo (UY): Editorial Linardi y Risso, 2004.
- BRACCO, Diego. *Con las armas en la mano*. 2. ed. Montevideo (UY): Editorial Planeta, 2014.
- BRACCO, Diego. Los guenoa minuanos misioneros. *Memoria Americana*, v. 24, n. 1, p. 33-54, 2016.
- BRACCO, Diego. Guenoa minuana: la nación indígena preponderante al oriente del río Uruguay. *Memoria Americana*, v. 32, n. 1, p. 1-20, 2024.
- BRACCO, Diego; LÓPEZ MAZZ, José M. Guenoa minuanos: caciques y territorios. *Historia, Debates e Tendencias*, v. 19, n. 4; p. 745-771, 2019.
- CABRERA, Leonel. El Indígena y la conquista en la Cuenca de la Laguna Merín. *Ediciones del Quinto Centenario*, v. 1, p. 97-122, 1992.
- CABRERA PÉREZ, Leonel *et al.* *Señales de muerte violenta en un enterramiento en montículo en el este del Uruguay*. Indicadores arqueológicos de violencia, guerra y conflicto. Montevideo (UY): Comisión Sectorial de Investigación Científica/Universidad de la República, 2014.
- CLEMENTE, Ignacio *et al.* Manufactura y uso de instrumentos en hueso en sitios prehistóricos del est de Uruguay. *Revista Atlántica Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, v. 12, p. 75-93, 2010.
- COPÉ, Silvia M. *A ocupação pré-colonial do sul e sudeste do Rio Grande do Sul*. Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul, [s. l.], p. 191-220, 1991.
- FONTANA COMPANY, A. Tres Recuerdos de 1931. *Revista de la Sociedad Amigos de la Arqueología*, v. XIII, p. 435-452, 1959.
- GAZZÁN, Nicolás *et al.* From Mounds to Villages: The social construction of the landscape during the middle and late Holocene in the India Muerta Lowlands, Uruguay. *Land*, v. 11, n. 3, p. 441, 2022.

- GIANOTTI, Camila. *Paisajes sociales, monumentalidad y territorio en las tierras bajas del este de Uruguay*. 2015. Tesis (Doctorado) – Facultad de Historia y Geografía, Universidad de Santiago de Compostela, 2015.
- HILBERT, Klaus. *Aspectos de la Arqueología en el Uruguay*. [S. l.]: [S. n.], 1991.
- IRIARTE, José. Vegetation and climate change since 14.810 yr b.P. *Southeast Uruguay and implication for the rise of early formative societies*, v. 65, p. 20-23, 2006.
- LARRAÑAGA, Dámaso. *Noticia de los indios Minuanes*. Escritos de Dámaso Antonio Larrañaga. Instituto histórico y geográfico del Uruguay, T.III: 174-175, 1923.
- La SALVIA, Francisco; BROCHADO, José. *La cerámica guaraní*. Porto Alegre: Posuelo Arte y Cultura, 1989.
- LÓPEZ MAZZ, José M. Las estructuras tumulares (cerritos) de la Cuenca de la Laguna Merín (Uruguay). *Latin American Antiquity*, v. 12, n. 3, p. 231-254, 2001.
- LÓPEZ MAZZ, José M. Etnoarqueología de la cerámica Matis. *Revista de Arqueología*, p. 45-60, 2008.
- LÓPEZ MAZZ, José M. *Cerritos de Indios: Arqueología e Historia de un pueblo originario de Uruguay*. Montevideo (UY): Banda Oriental, 2024.
- LÓPEZ MAZZ, José; BRACCO, R. Cazadores recolectores de la Cuenca de la Laguna Merín. Aproximaciones teóricas y modelos arqueológicos. In: LANATA, J.; BORRERO, L. (eds.). *Arqueología de Cazadores recolectores*. Buenos Aires (AR): [S. n.], 1994. p. 51-64.
- LÓPEZ MAZZ, José; BRACCO, Diego. La Cueva del Tigre y los sucesos del 11 de abril de 1831. *Estudios Históricos*, Año XII, n. 26, 2021.
- LÓPEZ MAZZ, José M.; BRACCO, Diego. *Minuanos. Apuntes y notas para la historia y la arqueología del territorio Guenoa-Minúan*. Montevideo (UY): Linardi y Risso, 2010.
- LÓPEZ MAZZ, José M.; MORENO, Federica. El cambio social en la prehistoria de las tierras bajas del este de Uruguay: la visibilidad arqueológica del conflicto. In: LÓPEZ MAZZ, José M.; BÉRON, Mónica. (eds.). *Indicadores arqueológicos de violencia, guerra y conflicto en Sudamérica*. [S. l.]: [S. n.], 2014. p. 19-33.
- LÓPEZ MAZZ, José M.; LÓPEZ CABRAL, Rocío M. The presence of Guaraní groups in the current Uruguay territory. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 54, p. 1.10. 2020.
- MILHEIRA, Rafael Guedes. *Arqueología Guarani: na Laguna dos Patos e serra do sudeste*. Pelotas: Editora UFPel, 2014.
- NAUE, Guilherme. Dados sobre o estudio dos cerritos na área meridional de lagoa dos Patos, Río Grande do Sul. *Veritas*, v. 18, n. 71, p. 246-269, 1973.
- ORQUERA, Luis A.; PIANA, Ernesto L. Composición tipológica y datos tecnomorfológicos y tecnofuncionales de los conjuntos arqueológicos del sitio Túnel I, Tierra del Fuego. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, v. 17, n. 1, 201239, 1987.
- OYARVIDE, Antonio. Memoria geográfica de los viajes practicados desde Buenos Aires hasta el Salto Grande del Paraná. In: CALVO, Carlos. *Colección histórica completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, cuestiones de límites y otros actos diplomáticos y políticos comprendidos entre el Golfo de Méjico y el Cabo de Hornos: desde el año de 1493 hasta nuestros días*. París (FR): Libreros de Garnier Hermanost, 1867.
- PADRÓN FAVRE, Oscar. *Los charrúas y minuanes en su etapa final*. Durazno (UY): Tierra adentro, 2011.

- SCHMITZ, Pedro. Sitios de pesca lacustre em Río Grande do Sul. Tesis (Livre Docências) – Universidad de São Paulo, São Paulo, 1976.
- SEMPÉ, Moacir M. O oitavo povo das missões orientais do Uruguay. SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIRO, 4., 1981. *Anais* [...]. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1981.
- SIERRA y SIERRA, Benjamín. Antropolitos y Zoolitos indígenas. *Revista de la Sociedad de Amigos de la Arqueología*, v. 5, p. 91-128, 1931.
- SILVA, Fabiola. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingú e da cesteria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. 2000. Tesis (Doctorado en Antropología Social) – Universidade de São Paulo, 2000.
- SHEPARD, A. *Ceramics for the Archaeologist*. Washington (US): Carnegie Institution of Washington, 1954.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

ARTIGO

SONHAR PARA EVITAR O FIM DA ARQUEOLOGIA: OS SONHOS COMO METODOLOGIA DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO

José Roberto Pellini*

RESUMO

Neste artigo parto da ideia de que sonhos, visões e intuições, antes de serem um conjunto de representações criadas por um inconsciente psíquico individual, são experiências reais e, dessa maneira, são uma fonte legítima de conhecimento. Incorporar sonhos, visões e intuições como fonte de dados na arqueologia abre novos caminhos de entendimento da realidade, possibilitando uma epistemologia pluriversal e contracolonial. O uso dos sonhos como metodologia de pesquisa na arqueologia não é apenas uma inovação técnica, mas uma verdadeira reconfiguração do modo como entendemos o conhecimento. Se em algumas sociedades os sonhos, visões e intuições têm caráter epistemológico, não há por que negar a possibilidade de utilizar essas experiências como base de conhecimento.

Palavras-chave: Sonhos; Invisível; Arqueologia; Metodologias alternativas; Ontologia.

* Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jrpellini@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3012-5288>.

DREAMING TO AVOID THE END OF ARCHAEOLOGY: DREAMS AS A RESEARCH METHODOLOGY AND THE PRODUCTION OF ARCHAEOLOGICAL KNOWLEDGE

ABSTRACT

This study starts from the idea that dreams, visions, and intuitions, rather than a set of representations from an individual unconscious psychic, configure real experiences and thus a legitimate source of knowledge. Incorporating dreams, visions, and intuitions as a source of data in archaeology opens new ways of understanding reality, enabling a pluriversal and counter-colonial epistemology. The use of dreams as a research methodology in archaeology offers, rather than a technical innovation, a true reconfiguration of the way we understand knowledge. If dreams, visions, and intuitions have an epistemological character in some societies, no reason exists to deny the possibility of using these experiences as a basis for knowledge.

Keywords: Dreams; Invisible; Archaeology; Alternative methodologies; Ontology.

SONHAR PARA EVITAR EL FIN DE LA ARQUEOLOGÍA: LOS SUEÑOS COMO METODOLOGÍA DE INVESTIGACIÓN Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO ARQUEOLÓGICO

RESUMEN

En este artículo parto de la idea de que los sueños, visiones e intuiciones, antes de ser un conjunto de representaciones creadas por un inconsciente psíquico individual, son experiencias reales y, de esta manera, una fuente legítima de conocimiento. La incorporación de sueños, visiones e intuiciones como fuente de datos en arqueología abre nuevos caminos para comprender la realidad, lo cual permite una epistemología pluriversal y contracolonial. El uso de los sueños como metodología de investigación en arqueología no es solo una innovación técnica, sino una verdadera reconfiguración de la forma en que entendemos el conocimiento. Si en algunas sociedades los sueños, las visiones y las intuiciones tienen un carácter epistemológico, no hay razón para negar la posibilidad de utilizar estas experiencias como base del conocimiento.

Palabras clave: Sueños; Invisible; Arqueología; Metodologías alternativas; Ontología.

ENTRE FAIXAS DE ALGODÃO

Eu não sei bem que horas eram, só sei que estava meio escuro dentro da tumba. Eu seguia escavando uma das câmaras subterrâneas da Tumba Tebana 123 (TT123), sem muitas preocupações na cabeça. Estava relaxado e focado na evidenciação dos objetos no solo. Era um contexto um tanto complexo, com muitas rochas de pequeno e médio porte, muitos ossos humanos e, sobretudo, uma quantidade insana de tecidos de embalsamamento, o que tornava a decapagem muito difícil. Por entre os ossos humanos desarticulados havia dois corpos inteiros mumificados, mas já sem as faixas. A luz estava fraca na tumba e o tempo parecia ter parado, quando uma das múmias se levantou, sentou-se de pernas cruzadas e resmungou algo. Eu olhei calmamente para ela, como se fosse a coisa mais normal do mundo, e perguntei do que ela reclamava. Ela falou que estava cansada da maneira que os arqueólogos tratavam os corpos humanos nas escavações no Egito; aliás, cansada não, ela estava absolutamente indignada. Falei para ela que eu concordava, sobretudo em relação àquelas missões que tratam os ossos como se fossem cacos de cerâmica. Não são poucos os casos em Luxor em que ossos humanos são guardados em caixas, todos separados, ou simplesmente abandonados em algum canto da escavação. Perguntei à múmia como ela queria ser tratada, e ela respondeu que queria ser tratada com mais dignidade. Durante a conversa acabamos falando da maneira de acondicionar os ossos humanos, e ela me disse duas coisas: primeiro, que, antes de ser objeto científico, é uma humana e assim deveria ser tratada; segundo, em vez de ser colocada em uma caixa de papelão, que é como a maioria das missões no Egito acondicionam os ossos, inclusive a nossa missão, ela gostaria de ser (re)enfaixada com tecidos de algodão virgem. Nesse instante ela me pediu: “Você poderia fazer isso? Você poderia comprar rolos de algodão virgem e nos (re)enfaixar?”. Eu disse: “posso sim, mas é isso que vocês querem, isso é o melhor para vocês?”. “Sim, é isso que nós queremos, isso vai nos deixar descansar finalmente. Depois que nossos corpos foram destroçados ao longo dos anos por aqueles que vieram aqui procurar tesouros, nunca mais descansamos.” Eu disse que, por mim, estava tudo certo e que no dia seguinte eu iria comprar os tecidos. Foi quando a múmia disse: “Não se esqueça, algodão virgem”. Nesse momento acordei sobressaltado, pois o despertador já estava tocando. Eram cinco da manhã, hora de ir para a TT123.

Enquanto tomava café, o sonho da noite anterior ainda estava vivo, e o pedido da múmia ainda ressoava na minha cabeça. Tudo havia sido muito real, fenomenologicamente real. Cheguei na tumba e fiquei olhando por muito tempo os corpos mumificados. Na hora do almoço fui conversar com Mohamed Faruk, um amigo que me acompanha há mais de quinze anos. Mohamed estava tendo uma etapa muito agitada em 2024. Ele já havia visto um *jinn* na TT123 e já havia sido atacado por *sheitans* em sua casa, ficando doente, de cama, por quase três semanas por conta disso. Perguntei se seria fácil encontrar algodão virgem e quanto isso custaria se decidíssemos (re)enfaixar todas as múmias. Mohamed perguntou o porquê, e eu contei o sonho. Achei que acharia que eu estava enlouquecendo, mas, no fim, ele tratou tudo com normalidade e ainda perguntou se a múmia havia dado alguma outra especificação sobre os tecidos e sobre como gostaria de ser (re)enfaixada. Acho que a reação de Mohamed me deixou mais perplexo do que o sonho com a múmia. Ele disse que iria pesquisar o preço e me ligaria à tarde.

O sonho e o pedido da múmia não saíam da minha cabeça, e eu me perguntava seguidamente se deveria atender a esse pedido ou se havia sido apenas um sonho, motivado pela presença de uma amiga que fora nos visitar no dia anterior, Salima Ikran, uma das maiores especialistas do mundo em corpos mumificados. Durante a visita de

Salima chegamos a cogitar a hipótese de (re)enfaixar as múmias com tecido. Ela mesma tinha dúvidas sobre isso, assim como eu. Provavelmente era isso: eu estava com aquela ideia na cabeça e isso tinha afetado meu sonho. Naquela mesma noite a múmia voltou a aparecer em sonho e me perguntou por que eu estava tão hesitante em comprar o tecido e fazer o que ela havia pedido. Eu disse a ela que não podia tomar uma decisão sobre como acondicionar os corpos humanos que estavam na tumba baseado em um sonho. Foi aí que ela perguntou muito diretamente por quê. Eu falei: porque é um sonho e, por mais que pareçam reais, sonhos não são reais e que aquilo tudo não passava de uma projeção das conversas que havíamos tido dias antes na tumba sobre o acondicionamento dos corpos. Nesse instante, ela disse que eu estava enganado e que estar em um sonho não provava que ela não era real. Disse então que eu deveria atender seu pedido, pois esse seria o comportamento adequado.

Mais uma vez acordei com aquela impressão de ter vivenciado todo aquele sonho e acabei tomando a decisão de pedir a Mohamed que comprasse o tecido. Ainda nesse dia começamos a (re)enfaixar os corpos mumificados. Eu e Mohamed demos início aos trabalhos e, em questão de minutos, todos os egípcios que trabalhavam conosco pararam suas atividades e vieram ver o que estava acontecendo. Sem eu mesmo perceber, fui retirado daquela atividade, e Mohamed e os outros egípcios assumiram a tarefa, com um cuidado extremamente afetuoso. A notícia correu a Necrópole e, no dia seguinte, outros egípcios que trabalham no West Bank de Luxor vieram ver o que os “brasileiros” estavam fazendo. Havia uma grande comoção no ar. Muitos vinham de longe e todos nos cumprimentavam dizendo que estavam felizes por estarmos tratando os corpos com dignidade. Até o dono da empresa na qual compramos o tecido de algodão, quando soube o que íamos fazer, nos doou dezenas de metros e me enviou um presente.

Quando cheguei ao Brasil, contei essa história para algumas pessoas. O mais interessante é que ninguém se mostrava preocupado em discutir se usar o tecido de algodão era o correto ou não do ponto de vista da preservação. O mais importante e preocupante na opinião da maioria era eu ter aceitado o conselho de uma suposta múmia em um sonho. Ter seguido as informações que me foram dadas por uma múmia em sonho e ter usado isso como uma metodologia para acondicionar os corpos parecia uma grande insanidade. Para mim a grande questão era: por quê? Para muitos a resposta é tão óbvia que a questão nem deveria ser formulada, mas, ainda assim, por que acreditar que os conhecimentos gerados durante um sonho não podem ser utilizados em uma pesquisa científica?

Neste artigo parto da ideia de que sonhos, antes de serem um conjunto de representações criadas por um inconsciente psíquico individual, são experiências reais e, dessa maneira, são uma fonte legítima de conhecimento. Incorporar o mundo dos sonhos à academia abre novos caminhos de entendimento da realidade, possibilitando uma epistemologia pluriversal e contracolonial. A ideia de que os sonhos podem ser uma metodologia científica fidedigna nos convida à reflexão sobre as formas alternativas de compreender o mundo e as múltiplas realidades que não podem ser reduzidas a uma epistemologia empirista, que equaciona o real apenas com o concreto e o visível. O uso dos sonhos como metodologia de pesquisa na arqueologia não é apenas uma inovação técnica, mas uma verdadeira reconfiguração do modo como entendemos o conhecimento. Ailton Krenak (2019) diz que é hora de sonhar para evitar o fim do mundo. Talvez seja também a hora de sonhar para evitar o fim da arqueologia.

OS SONHOS NA TRADIÇÃO ISLÂMICA: A EPISTEMOLOGIA DE IBN ARABI

Como demonstra Morris (2021), para os muçulmanos, os sonhos não representam um problema, já que sua veracidade é estabelecida tanto no pelo Alcorão quanto pelas

Hadith. Corbin (1964) sugere que, para os muçulmanos, não apenas os sonhos são fontes legítimas de conhecimento, como também as experiências oníricas são mais reais do que as experiências concretas da carne, e é por isso que, entre os muçulmanos, as pessoas geralmente não duvidam de seus sonhos e muito menos questionam as informações que recebem por meio deles (El-Aswad, 2002; Mittermaier, 2011).

Ibn Arabi (1968) defendia a ideia de que os sonhos têm a função epistemológica de permitir que os seres humanos acessem o chamado “mundo imaginal” (*Ālam al-Mithāl*), um mundo intermediário que se localiza entre o visível e o invisível, entre o físico e o metafísico, o plano onde espíritos e corpos trocam qualidades: espíritos se materializam e corpos se espiritualizam (Chittick, 1994). Corbin (1964) usa o termo imaginal e rejeita o termo imaginário, porque imaginário significa irreal, fantástico e utópico no Ocidente, e, para o islamismo, o mundo imaginal é um mundo tão ontologicamente real quanto o mundo material físico dos sentidos. Esse é um mundo onde o espiritual assume uma forma corporal e as formas corporais assumem uma forma espiritual, um mundo de materialidade imaterial e imaterialidade material (Pellini, 2018). No mundo imaginal, as imagens são e não são, o que significa dizer que as imagens contêm simultaneamente atributos do material e do imaterial e somente a imaginação reconhece que elas são simultaneamente verdadeiras e falsas, ou nem verdadeiras, nem falsas. Ibn Arabi (1968) usa o exemplo do espelho para explicar as propriedades do mundo imaginal, uma vez que, no espelho, estamos lá, sem estar lá. É a mesma coisa que acontece nos sonhos, porque nos sonhos estamos, sem estar lá. É justamente por isso que Corbin (1964) considera o mundo dos sonhos o melhor exemplo do mundo imaginal. De acordo com Ibn Arabi, “Allah placed dreams in world so that all men might witness the Imaginal World and know that there exists another world, similar to the sensory world” (1968, III, 128, 23).

Quando explica como os sonhos ocorrem, Ibn Arabi diz que tudo tem início durante a vigília, quando estamos despertos e percebendo o mundo ao nosso redor (Morris, 2021). Conforme percebemos o mundo, vamos espiritualizando os objetos sensoriais que nos chamam a atenção ou que são importantes para nós. Uma vez espiritualizados, esses objetos, que já não são mais objetos físicos, são armazenados no Tesouro da Imaginação. Os sonhos ocorrem quando a alma humana olha para o que foi armazenado no tesouro para obter conhecimento.

Ibn Arabi distingue entre o olho da percepção sensorial, que vê durante a vigília, e o olho da imaginação, que é capaz de ver durante o sono e a vigília. Segundo ele, o uso de cada olho também determina a localização cósmica da visão durante o estado de vigília (Morris, 2021). Se a visão for percebida pelo olho da percepção sensorial, então a visão estaria localizada no nível macrocósmico do mundo imaginal, ou seja, a imaginação descontínua. Se, por outro lado, a visão é percebida pelo olho da imaginação, ela estaria localizada no nível microcósmico ou no nível contíguo da alma. Ibn Arabi também diz que essas imagens oníricas não são meramente alucinações do sujeito, mas têm uma existência imaginal no nível microcósmico ou macrocósmico, o que lhes permite “existir” como “corpos sutis”, ou seja, coisas que têm características corpóreas e espirituais (Morris, 2021). Esse aspecto dos sonhos constitui a dimensão objetiva que fornece à imaginação um status ontológico.

No mundo dos sonhos, nós vivenciamos e experimentamos a realidade de uma forma diferente. Podemos falar de espaço-tempo lá, mas esse é um espaço-tempo diferente. Podemos falar de movimento, mas o movimento não segue as mesmas regras da física newtoniana que regem o mundo material físico. Esse é um mundo como a nossa realidade cotidiana, mas não da mesma ordem da corporeidade, pois a materialidade pode ser percebida, mas não tem presença física, ela está presente e ausente simultaneamente.

Como no mundo dos sonhos não estamos presos às convenções do espaço-tempo, não só podemos viajar para qualquer lugar, mas também podemos encontrar os seres que habitam o mundo imaginal, como os *jinn*, anjos, demônios, os mortos, nossos antepassados e os santos. Assim, o mundo dos sonhos não é apenas um espaço liminar onde tudo é possível, mas também é um espaço relacional de encontros, um espaço social e politicamente significativo que interage com o material, mas que não pode ser reduzido a ele.

Mittermaier (2011) classifica os sonhos em três categorias:

- a) Sonhos verdadeiros: são inspirados pelo divino e considerados como uma bênção de Allah; incluem sonhos com o Profeta, com santos e mesmo com antepassados. A autora se refere a esse tipo de sonho como *dream-vision* para indicar que o termo árabe abrange tanto experiências noturnas quanto visões acordadas, bem como para enfatizar que tais sonhos são diferentes dos sonhos comuns, pois constituem uma intervenção divina no cotidiano. Os sonhos verdadeiros, segundo a autora, fornecem o conhecimento epistemológico do mundo invisível, *al-ghayb*, o desconhecido que excede o conhecimento humano comum e que é acessível apenas por meio da imaginação.
- b) Sonhos malignos e pesadelos: são provocados por *jinns*, *sheitans* e *iblis*, sendo considerados como sonhos perigosos.
- c) Sonhos emocionais: se originam a partir de nossas próprias experiências no mundo.

O mundo dos sonhos constitui realidades com potenciais consequências no mundo material. A visitação onírica de um santo, por exemplo, pode levar à distribuição de comida no santuário ou pode resultar na construção de túmulos e capelas. Dessa forma, os sonhos funcionam também como um espaço de socialização, onde seres do mundo visível encontram seres do mundo invisível e onde os seres do mundo invisível podem reivindicar sua própria história.

Em resumo, no mundo islâmico, os sonhos não são pensados como reflexos do inconsciente ou distúrbios da mente, mas como expressões legítimas da criação contínua e da transformação das formas. Para Ibn Arabi (1968), os sonhos não apenas revelam realidades espirituais e metafísicas, mas também possuem a capacidade de sintetizar opostos, como a luz e a escuridão, o ser e o não ser. Ele vê nos sonhos a possibilidade de perceber a transmutação constante da existência, um fenômeno que é central para a compreensão da natureza do mundo. Segundo o filósofo, os sonhos, como experiências intermediárias, fornecem pistas sobre a criação e as dinâmicas do Universo que a razão discursiva não pode alcançar. Ou seja, os sonhos abrem um espaço para a percepção da fluidez e da mudança, do devir, características essenciais da realidade que não podem ser capturadas pela racionalidade limitada e pela fixação na aparência das coisas.

OUTROS SONHADORES. OS SONHOS NO CONTEXTO INDÍGENA: SABERES ANCESTRAIS E VISÕES COLETIVAS

Não é apenas para os muçulmanos que os sonhos e as visões são considerados meios naturais para acessar o conhecimento e estabelecer relações com o mundo. Como Shiratori *et al.* (2022) nos mostram, para diferentes povos indígenas das Américas, os sonhos funcionam como uma forma de conexão com o mundo e com os mais diversos seres que o habitam. Os autores demonstram que os sonhos seriam concebidos pelos povos indígenas mais como experiências reais, capazes de influenciar a vida desperta, do que como representações geradas por um inconsciente psíquico individual. Dessa maneira, os sonhos são uma forma de acessar a realidade espiritual e transcender as limitações da individualidade, ao contrário do que ocorre na lógica ocidental, em que os sonhos são vistos como simples manifestações do inconsciente. Ainda segundo os autores, os sonhos, entre muitos grupos indígenas, são considerados

não apenas manifestações pessoais, mas também mediadores de sabedoria ancestral e uma forma de se estabelecer uma comunicação com o mundo espiritual. Os sonhos são considerados uma faculdade de percepção que permite a conexão com realidades alternativas (Coronado, 2016). Nesse sentido, os sonhos não apenas são pontes entre os mundos material e imaterial, mas lugares onde é possível obter conhecimentos com uma ampla gama de seres espirituais (Ward, 2024).

De acordo com Tassinari (2008), há vários exemplos etnográficos em que é possível ver que os sonhos são formas tão legítimas de se obter conhecimento quanto aquelas que ocorrem durante a vigília. Cajete (2000) demonstra que, entre populações de nativos da América do Norte, os sonhos são encorajados e facilitados, pois é por meio deles que os indivíduos são guiados e informados. Ao mesmo tempo, os sonhos são pensados como uma extensão da vigília, que permite obter conhecimento de eventos que já ocorreram ou que podem ou irão acontecer.

Para os Anishinaabek, os sonhos são o espaço onde as pessoas recebem de maneira implícita ou explícita instruções que são passadas pelos espíritos (Shawanda, 2020). Entre os Anishinaabek, as informações que são transmitidas podem variar, desde o uso de plantas medicinais, instruções de cura, orientação cerimonial, o encontro de itens/pessoas perdidas, conversas com o animado e o inanimado, até o conhecimento de eventos futuros (Deloria Jr., 2006). Segundo Shawanda (2020), os sonhos são importantes para os Anishinaabek porque lhes dão a capacidade de transcender para o espaço sagrado e retornar à terra de seus ancestrais; ou seja, sonhar permite coexistir dentro do mesmo domínio que os ancestrais, em um espaço onde passado, presente e futuro ocorrem simultaneamente.

Entre os Chippewa, os sonhos são a base fundamental para a educação e uma fonte inesgotável de conhecimento. Densmore (1979, p. 78) relata a importância do conhecimento obtido com os sonhos para um ancião Chippewa: “antigamente, nosso povo não tinha educação. Eles não podiam aprender com livros ou professores. Toda a sua sabedoria e conhecimento vinham a eles em sonhos. Eles testavam seus sonhos e, dessa forma, aprendiam sua própria força”.

Essa relação entre sonhos e conhecimento também está muito presente entre os Yanomami. Para o povo yanomami, é nos sonhos que os conhecimentos do passado, do presente e do futuro são comunicados. Sendo assim, dormir e sonhar são condições fundamentais para o aprendizado, um processo contínuo e dinâmico que integra a espiritualidade à vida cotidiana. Davi Kopenawa, líder indígena yanomami, explica que, para eles, o processo de conhecimento está intimamente relacionado ao mundo dos sonhos, onde se pode ver as coisas de maneira mais clara. O sonho, para os Yanomami, é uma experiência que se realiza em conexão com os espíritos e as entidades do mundo invisível. Sendo assim, não é apenas uma experiência pessoal, mas uma porta para o conhecimento coletivo da comunidade e dos ancestrais (Hart, 2010). Nesse contexto, os sonhos não são meras abstrações ou metáforas; são elementos reais e essenciais para a prática do conhecimento indígena. Assim, o sonho se configura como um meio legítimo e vital de acesso ao conhecimento tradicional, fornecendo uma metodologia que é simultaneamente pessoal, cultural e espiritual: “Nós, Yanomami, quando queremos conhecer as coisas, esforçamo-nos para vê-las no sonho. Esse é o modo nosso de ganhar conhecimento” (Kopenawa; Albert, 2019, p. 465).

Segundo Niño Vargas (2007), para os povos chimila, que vivem no norte da Colômbia, os sonhos são considerados acontecimentos tão reais como qualquer outro que tem lugar durante a vigília; a grande diferença é que, durante a vigília, as vivências são experimentadas pelo corpo físico e, nos sonhos, por uma espécie de duplo. Essa concepção

dos sonhos é semelhante à dos camponeses de Cuzco (Lezama, 2017) e das comunidades rurais de Ayacucho (Cecconi, 2017). Em Cuzco, por exemplo, quando alguém conta um sonho, os eventos são narrados como acontecimentos reais. Segundo Canal (2017), esses exemplos transformam as relações entre vigília e sono numa questão relativa às formas como o mundo é fenomenologicamente experienciado. Nesse sentido, o autor defende que, nas comunidades andinas, as relações entre o corpo e a alma sonhadora não seriam de complementaridade, mas de consubstancialidade. Ao mesmo tempo, o autor sugere que: “embora o sonho faça parte da experiência individual da pessoa, ele nunca seria vivenciado pelo sonhador se os protagonistas ou agentes que transmitem as mensagens ou conselhos do sonho não o tivessem sonhado anteriormente” (Canal, 2017, p. 14). Ou seja, não são as pessoas que sonham, mas os santos, os deuses, os encantados que sonham com as pessoas (Lezama, 2017). Algo semelhante se dá entre as comunidades de Ayacucho, onde o espírito da montanha pega e seduz as pessoas em sonhos (Cecconi, 2017), e entre os Tzeltlas, onde não se sonha, mas sonha-se pelo sonho (Pitarch, 2017). Esse tipo de relação é análogo ao que os aborígenes da Austrália conhecem como “Tempo de Sonho”. Segundo Spencer e Gillen (1968), o tempo dos humanos nada mais é do que um sonho dos ancestrais.

Pitarch (2013) e Canal (2017) sugerem que, entre as comunidades andinas, os sonhos, mais que uma atividade e que uma narrativa, são um estado ontológico. Em outras palavras, são uma condição de ser e, por isso, deve-se levar a sério o status de realidade do sonho, enquanto um domínio interpessoal para a ação, a interação e a experiência. Segundo os autores, os sonhos são o domínio dos espíritos, das divindades, dos mortos, das almas. Um modo de existência extremamente instável que ignora as coordenadas cronométricas e carece de tempo e espaço. Nessa dimensão, as divisões não são claras, nem transparentes, pois se encontram numa situação de indeterminação, ou seja, num estado intermediário que não é nem mistura, nem separação. Nesse sentido, as comunidades andinas concebem os sonhos de forma semelhante ao que é colocado por Ibn Arabi sobre o mundo imaginal. Se, para Canal (2017), os sonhos entre as comunidades andinas assumem papel ativo em relação à vigília, desde que o mundo da vigília é sonhado pelo sonho, para Ibn Arabi, as experiências dos sonhos são mais reais do que as experiências da vigília.

O SONHO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Fica claro nesses exemplos que os sonhos em algumas sociedades não são um acontecimento sem sentido ou uma elaboração fantasiosa, mas experiências perceptivas reais (Wind, 2019) que têm por base uma atividade incorpórea durante a qual se começa a vivenciar e perceber realidades e conhecimentos alternativos (Niño Vargas, 2007). Segundo Krippner (1999), o fato de o conteúdo do sonho ser relatado demonstra pelo menos que um tipo de epistemologia alternativa ocorre em relação ao ciclo sono/vigília, após o qual o experimentador ganhou algum tipo de conhecimento.

O sonho como forma de conhecimento é uma experiência que se abre para mundos não visíveis, e essa abertura está em oposição à epistemologia empirista dominante, que limita o conhecimento ao visível e ao mensurável (Absolon, 2008; Chilisa, 2020; Marsden, 2004; Shawanda; Manitowabi, 2023). A ideia de que a “verdadeira realidade” é apenas aquilo que pode ser empiricamente verificado elimina outras formas autênticas de percepção e entendimento, como os sonhos, as visões e as experiências espirituais. No ocidente, do Renascimento ao Iluminismo, os sonhos passaram por um processo de racionalização que levou o sonhar a uma situação de total descrédito (Rodrigues, 2019). Dessa maneira, na Modernidade, os sonhos passaram a ser explicados por fatores

naturais e físicos e a inspiração onírica perdeu relevância como forma de conhecimento (Koselleck, 2017, p. 167). Em grande parte, é por conta desse processo de racionalização dos sonhos que a academia ainda resiste a utilizá-los como uma ferramenta válida de pesquisa e uma fonte legítima de conhecimento.

Marsden (2004), assim como outros autores, principalmente autores indígenas como Tobón (2015), Shawanda e Maniwabi (2023) e Absolon (2011), defendem a necessidade de legitimar o sonho como uma ferramenta de pesquisa. Os autores acreditam que resgatar o poder dos sonhos seria resgatar modos de subjetivação e aquisição de conhecimento diferentes daqueles utilizados pelo mundo ocidental, capitalista e neoliberal. Marsden (2004) nos pergunta: por que a evidência física como base para a pesquisa deve ser validada mais do que a evidência não física? Não é geralmente verdade que nossas psiques não conseguem distinguir entre o que vemos quando acordados e o que vemos quando sonhamos? Não é também verdade que respondemos emocional, mental, espiritual e até fisicamente aos sonhos da mesma forma que respondemos às experiências de vigília?

As formas imateriais de perceber e compreender o mundo foram estigmatizadas no ocidente moderno (Coronado, 2016; Mignolo, 2013). Como nos mostra Howes (2006), o modelo hegemônico ocidental proclama a superioridade dos cinco sentidos e desvaloriza a percepção do mundo invisível. Assim, o conhecimento a partir dos sonhos, das visões e da intuição foi violentamente descreditado. Mas, como demonstram Peile (1994), Chilisa (2020), em muitas sociedades o que é considerado como um dado empírico inclui não somente os sentidos aristotélicos, mas muitos outros sentidos, como intuição, sonhos, visões e recebimento de sinais do mundo natural. Então por que não considerar a experiência onírica como uma fonte de conhecimento? Metodologias que incluem não apenas aquilo que é empiricamente observado mas também outras maneiras de formar conhecimento reconhecem a interconexão, interdependência e relacionalidade de todas as coisas, tornando a integração de crenças espirituais, valores e experiências um caminho válido para se conhecer uma realidade (Chilisa, 2020).

Um bom exemplo de combinação de métodos tradicionais e alternativos de obtenção de conhecimento dentro das ciências é o trabalho de Hirt (2012) com a cartografia Mapuche. Hirt (2012) discute a incorporação de sonhos e de práticas de sonho como uma fonte de informação geográfica, em projetos de mapeamento participativo conduzidos em contextos indígenas. De acordo com Hirt, se assumirmos que todas as tradições de conhecimento são legítimas, diferindo apenas nas maneiras como são montadas, então podemos aceitar a ideia de que um sonho pode trabalhar junto com um GPS, um mapa topográfico, uma imagem de satélite ou uma entrevista em profundidade. O autor argumenta que o conhecimento indígena, em vez de ser meramente um objeto de estudo para a ciência ocidental, pode ser parte de um repertório transcultural de metodologias de pesquisa. Durante o processo de mapeamento do território Mapuche, por exemplo, os sonhos foram assumidos para ajudar na localização e realocação de locais sagrados e na comunicação com os espíritos do território. Sonhos ou visões informam o sonhador sobre as características ou sobre o que está acontecendo em outros lugares, seja por meio do diálogo com espíritos ou por meio de viagens virtuais em diferentes espaços. A consulta contínua dos participantes com seres não humanos, durante o processo de mapeamento, tornou os espíritos atores no sentido pleno da palavra, envolvendo-os no projeto da mesma forma que seus pares humanos. A diferença entre um GPS e um sonho é que o primeiro dá indicações quantitativas e mensuráveis sobre a localização de um lugar, enquanto o segundo fornece informações qualitativas sobre ele.

A própria arqueologia tem uma longa história de uso dos sonhos como fonte de informação. Como nos mostram Al-Houdalieh (2012) e Von Bieberstein (2021), no oriente

próximo a busca por antiguidades e a identificação de sítios arqueológicos envolve não apenas o uso de tecnologias modernas, como mapas de satélite e detectores de metal, mas também o uso de tecnologias tradicionais como sonhos, visões e intuição. Segundo Al-Houdalieh (2012), a maioria dos caçadores de tesouros acredita na existência de duas categorias distintas de tesouros: os normais e aqueles que são protegidos por *jinn*s protetores de tesouros. Encontrar antiguidades protegidas por *jinn*s não depende de técnicas de escavação, mas de negociações com os *jinn*s.

Segundo Mohamed Mohsen¹, um morador da antiga vila de Qurna (uma vila de casas que se localizava acima e por entre as tumbas da Necrópole Tebana), os *jinn* aparecem em Qurna justamente por causa dos túmulos faraônicos:

Esses Jinnns aparecem por causa do túmulo embaixo... nós ouvimos algumas histórias sobre isso, se você ficar quieto perto do túmulo, nada de ruim acontece. Mas se você começar a fazer barulho perto do túmulo ou bater no túmulo, os Jinnns que protegem os tesouros aparecem... e isso ocorre porque esses Jinnns protegem o tesouro (Mohsen, 2023).

Mohamed Omar Kalifa², outro morador de Qurna, também relata a associação dos *jinn*s com as antiguidades encontradas em tumbas:

Sim, o Jinn vive em uma tumba para proteger o ouro... Olha, deixa eu te explicar isso... o Jinn aparece quando, por exemplo, um grupo de três ou quatro pessoas começa a perfurar um buraco perto da tumba procurando por ouro ou antiguidades, isso incomoda o guardião Jinn, então ele aparece. O papel dos Sheiks na mediação entre aqueles que buscam tesouros e os Jinn é fundamental, pois cabe ao Sheikh entrar em contato com o Jinn e tentar anular sua força. Muitas vezes esse contato entre os Jinn e o Sheikh se dá através dos sonhos (Kalifa, 2023).

Não é novidade que a identificação de sítios arqueológicos e antiguidades no Egito pode envolver a participação de *sheikhs*, *jinn*s, sonhos e magia. Uma literatura muito popular no Egito medieval e mesmo nas primeiras décadas do século XX eram os manuais de caça ao tesouro. Em geral, os manuais apresentam um guia sobre como lidar magicamente com *jinn*s protetores de tesouros, listando feitiços, amuletos de proteção e conjunções planetárias que facilitam o trabalho de interlocução com os *jinn*s. Uma parte importante dos manuais era a oniromancia, ou seja, a prática de interpretação de sonhos. No Egito, a oniromancia é considerada uma ciência (El-Aswad, 2002) e sua popularidade pode ser atestada pela grande quantidade de livros associados à interpretação dos sonhos que podemos encontrar nas livrarias do país (Drieskens, 2006).

Mas a identificação de sítios arqueológicos por meio dos sonhos é uma prática que transcende o Egito e o mundo muçulmano. Como nos mostram Herrera e Lane (2005), em grande parte dos Andes, as paisagens são concebidas como animadas e os sítios arqueológicos como lugares habitados por seres do mundo invisível. Os autores nos contam, por exemplo, que a mãe de uma das pessoas que eles entrevistaram certa vez pegou um objeto de um sítio arqueológico e o levou para casa. Na mesma noite,

¹ Entrevista realizada pelo *Brazilian Archaeological Program in Egypt* em fevereiro de 2023, Luxor, Egito

² Entrevista realizada pelo *Brazilian Archaeological Program in Egypt* em fevereiro de 2023, Luxor, Egito

ela sonhou com um homem branco barbudo que a repreendeu e exigiu que o objeto fosse devolvido. No dia seguinte, ela acordou e prontamente foi ao sítio e enterrou o objeto.

Os autores também contam a história de um homem da comunidade de Chorrillos. Os moradores da comunidade relatam que um morador sonhou com riquezas surgindo do local de Markitahirca, um sítio arqueológico localizado em uma colina perto da comunidade. O sonho dizia que essa riqueza seria sua, desde que ele não revelasse sua localização ou removesse o tesouro de seu lugar. Ele foi até o local designado e encontrou o ouro, mas, ao invés de fazer segredo, ele ostentou os bens que comprou com o tesouro. Logo depois ele começou a adoecer e a perder peso, até que finalmente morreu.

Herrera, um dos autores, também narra os problemas e desventuras que sofreu por não fazer as devidas oferendas de coca, tabaco e álcool aos seres que habitam os sítios que ele visitou. Segundo ele, os rituais em sítios arqueológicos fornecem um contexto crucial para explorar e negociar laços sociais com o “outro”. Os autores concluem que os engajamentos dos arqueólogos são inevitavelmente afetados pelas interpretações locais e, sendo assim, a pesquisa arqueológica tem que tecer uma rede de relacionamentos emocionais entre pessoas, lugares e todos os tipos de seres, a fim de amenizar sentimentos de intrusão e invasão.

Caraher (2010) nos conta que, em 1929, Anastasios Orlandos, um dos mais importantes arqueólogos gregos da época, escavou uma das primeiras igrejas cristãs em Locris, na Grécia, após o sítio ter sido identificado por uma mulher da comunidade local em sonho. Segundo Anastasios, a mulher teve uma visão em um sonho que pediu que ela escavasse um ícone enterrado em determinado local. Ela seguiu as determinações do sonho e encontrou o sítio que mais tarde foi escavado e publicado por Anastasios.

Hamilakis (2008) analisou o papel que os sonhos desempenharam na obra de Manolis Andronikos, arqueólogo responsável pela descoberta dos chamados Túmulos Reais em Vergina, na Macedônia. De acordo com suas memórias, as pessoas que trabalhavam com ele tiveram uma série de sonhos vívidos antes da descoberta desses túmulos. Embora o próprio Andronikos não tenha sonhado, ele claramente associou os sonhos dos trabalhadores à descoberta dos túmulos reais.

Nas hagiografias dos santos cristãos, se observa um fenômeno chamado *inventio*, que é a redescoberta de relíquias sagradas. Como demonstra Caraher (2010), a *inventio* continuou a ser um gênero literário popular durante todo o período bizantino e moderno inicial, apresentando muitos casos nos quais sonhos ou visões forneceram o ímpeto para a descoberta de objetos perdidos. Histórias de escavações inspiradas em sonhos circulavam como tratados individuais ou no contexto da literatura devocional, como a hagiografia. O exemplo mais conhecido deriva de histórias em torno da descoberta da Verdadeira Cruz por Santa Helena. De acordo com uma das principais versões do evento, Helena, a mãe do imperador Constantino, foi guiada por um sonho ou visão para escavar o local no qual Cristo foi crucificado e descobriu não apenas a cruz, mas também a placa trilingue que Pôncio Pilatos havia colocado acima de Cristo.

Mas, como demonstra Kovach (2009), o processo de conhecimento por meio dos sonhos é muito mais do que ter um determinado sonho e conversar com pessoas da comunidade, com anciões ou com intérpretes de sonhos. Segundo a autora, o processo como um todo inclui, sobretudo, fazer o que tiver que ser feito para que o sonho se torne realidade. A metodologia não é apenas o sonho, não é apenas sentar-se e entender o sonho, mas o se você faz com o sonho, como o colocamos em prática, como o materializamos ou, como diria Ibn Arabi, como se dá o processo de imaginalização.

Shawanda e Manitowabi (2023) nos oferecem uma espécie de guia para trabalhar academicamente com os sonhos conectados a contextos indígenas. Entretanto, esse guia

pode ser adaptado e, com isso, utilizado em diferentes contextos culturais. Para os autores, é fundamental descrever a essência do sonho:

1. Sobre o que é o sonho? Qual é a mensagem principal?
2. O que os espíritos e ancestrais estão comunicando?
3. Houve instruções? Se sim, quais são? Se não, como você planeja realizar sua pesquisa?
4. Como essa metodologia do sonho afetou sua pesquisa e seu relacionamento com os participantes e as comunidades?
5. Qual foi seu protocolo indígena para honrar os cocriadores?
6. Você foi capaz de conduzir sua pesquisa por meio do paradigma espiritual indígena?
7. Como você está analisando as informações em sua pesquisa?
8. Você seguiu adiante com a mensagem do sonho? Se não, você pode compartilhar o porquê.
9. Houve algum sonho após a pesquisa?

PARA UMA ARQUEOLOGIA COM SONHOS

Os sonhos que eu tive com as múmias não foram os únicos sonhos que eu tive envolvendo a TT123 ao longo dos últimos dez anos. Tudo começou quando o projeto da TT123 nem havia sido aprovado ainda pelo Ministério de Turismo e Antiguidades do Egito. Em 2015, após dezenas de reuniões com membros do Serviço de Antiguidades, arqueólogos que trabalham no Egito e moradores locais, decidimos enviar um projeto para escavar a Tumba Tebana 123. Depois de um mês intenso, meu corpo sentiu e eu acabei ficando de cama com uma gripe muito forte e febre de quarenta graus. Na primeira noite de febre, sonhei com um garoto que vestia uma *gallabeya* azul e um cachecol branco de algodão. Estávamos diante da TT123, em silêncio, até que ele me perguntou por que eu estava tenso e preocupado. Disse a ele que era porque não sabia se o projeto de escavação da tumba seria aprovado pelo governo. Ele disse para eu não me preocupar, pois o projeto seria sim aprovado. Perguntei como ele sabia, e ele me disse: “não importa como eu sei, eu simplesmente sei”. Foi aí que ele me convidou para entrar na tumba e eu disse a ele que não podia entrar sem a autorização do governo. Ele, com um olhar sereno, me disse que eu não deveria me preocupar com a autorização do governo, e sim com a dele, pois ele morava naquele local. Perguntei seu nome e ele disse, Sheikh Abdel Qurna, o mesmo nome do santo que batiza o trecho da Necrópole em que a tumba está. Sonhei com o pequeno Sheikh mais duas vezes: uma no Cairo e outra no Brasil. Nesses sonhos, o pequeno Sheikh me contou vários detalhes da tumba. O tempo passou e a correria do dia a dia me fez esquecer esses sonhos, até que um dia recebi um e-mail do governo egípcio aprovando o projeto. Naquele momento, foi impossível não pensar nos encontros com o Sheikh na frente da TT123, mesmo porque, em geral, demora cerca de oito a dez meses para um projeto ser avaliado, e só haviam se passado três meses.

Muitos desses sonhos com a TT123 me trouxeram informações não apenas sobre a tumba, mas também sobre os seres e sobre as relações e encontros que se dão nesse lugar. O problema é que esses dados não se encaixam no conceito de informação que está presente na academia. Como nos mostra Haber (2012) e Haraway (2004), em nosso trabalho, somos influenciados e limitados pelos conceitos que nos foram dados para pensar sobre nosso mundo: ciência, método, validade, verdade, poder, racionalidade, objetividade, informação, dado etc. Isso acontece porque os conceitos funcionam como cortes agenciais que delimitam a realidade e o alcance da pesquisa (Barad, 2007). Evidentemente que temos a opção de colocar esses conceitos em questionamento, como nos mostra St. Pierre (1997). Ao considerar a possibilidade de que nem tudo no que fomos levados a acreditar é verdadeiro, abrimos espaço para muitos outros mundos e realidades. Para mim, os sonhos ofereceram e legitimaram

uma complexidade de informações e significados que, na arqueologia, ainda é negada e proibida (St. Pierre, 1997). Mas pensar nesse espaço que os arqueólogos chamam de TT123 sem considerar todos esses encontros e dados oníricos deixa a história desse local incompleta. Escrever a história recente da tumba leva a considerar elementos que a ciência humanista moderna não aceita como dados, mas sem os quais é impossível compreender a estrutura. Meus sonhos adicionaram uma camada de complexidade ao meu trabalho na TT123, questionando minhas relações e meus encontros com esse espaço, me desafiando a pensar sobre a arqueologia de forma diferente; afinal, sonhos recusam o fechamento, eles mantêm a interpretação em jogo (St. Pierre, 1997).

A inclusão dos sonhos na pesquisa arqueológica implica um desafio metodológico significativo, pois exige uma reavaliação do que constitui o “dado” arqueológico. Sonhos, visões e práticas espirituais muitas vezes não deixam vestígios materiais, mas suas implicações para a compreensão das sociedades podem ser profundas. Como propõem Tello (2018) e Lema (2024), trabalhar com os domínios do invisível exige repensar as restrições impostas pela epistemologia empirista, que equaciona o real apenas com o visível. Incorporar os sonhos, visões e intuições como um método legítimo de pesquisa seria um passo importante para romper com as limitações dessa epistemologia, permitindo a construção de uma arqueologia mais inclusiva, que considere o material e o imaterial, o visível e o invisível, como elementos igualmente relevantes para a compreensão das sociedades.

Ao reconhecer os sonhos como uma fonte válida de dados, a arqueologia abre-se para a possibilidade de acessar dimensões e temporalidades que são inacessíveis ou ininteligíveis por meio dos métodos tradicionais. A proposta de incorporar os sonhos na pesquisa arqueológica é também um movimento contracolonial que busca recuperar formas de conhecimentos alternativas, frequentemente silenciadas pela epistemologia ocidental. Ao integrar os saberes espirituais e imateriais de culturas indígenas e não ocidentais, a arqueologia pode oferecer uma visão mais completa e rica das sociedades, reconhecendo a importância dos sonhos como um meio legítimo de acessar o conhecimento espiritual, ancestral e cósmico.

Em última análise, isso resultaria na construção de um novo paradigma para a pesquisa arqueológica, que transcende os limites do materialismo e da visibilidade, e nos convida a explorar as múltiplas camadas de significados que constituem as culturas humanas, tanto no plano material quanto no imaterial. Reconhecer o sonho como uma metodologia legítima não apenas valida os saberes indígenas, tradicionais, locais, não ocidentais, mas também abre a porta para novas maneiras de compreender e comunicar realidades. A aceitação dos sonhos como uma ferramenta de pesquisa pode permitir uma maior compreensão de práticas espirituais, históricas e culturais, que são negligenciadas pela pesquisa convencional. Como nos lembra Hartemann (2023), as lutas coloniais são lutas ontológicas desde que são disputas sobre a realidade e as formas válidas e autorizadas de acessar essa realidade. Negar aos sonhos seu espaço como forma de obter conhecimento é perpetuar as formas hegemônicas de conhecer, sentir, afetar e ser afetado.

O princípio fundamental por trás dessa proposta é que o mundo existe em uma realidade composta de uma trama inseparável de dimensões visíveis e invisíveis (Hoffman, 2013; Pellini, 2018). Decorre disso o princípio epistemológico de que o conhecimento é adquirido por intermédio da interação com os aspectos físicos e espirituais do mundo (Battiste, 1988; Cajete, 2000). Como nos mostra Wilson (2008), o conhecimento relacional fala não apenas de relacionamentos interpessoais, ou apenas com os sujeitos de pesquisa, mas de relacionamentos com toda a criação, com o cosmos, com os animais, com as plantas e com a terra na qual compartilhamos

esse conhecimento. Segundo o autor, no conhecimento relacional, somos responsáveis por todas as relações que acontecem no âmbito da pesquisa. Dessa maneira, falar de uma metodologia onírica implica falar de responsabilidade relacional e dos diferentes emaranhamentos que fazem parte de nossa pesquisa.

A mudança necessária para tornar os sonhos, a intuição e as visões ferramentas úteis para a pesquisa é aceitar essas experiências como legítimas para a formação de conhecimento. Como defende Absolon (2011), se quisermos conduzir pesquisas que sejam éticas, humanas, relevantes e válidas, nossas metodologias devem ser culturalmente congruentes. Se, em algumas sociedades, os sonhos, as visões e as intuições têm caráter epistemológico, não há por que negar a possibilidade de utilizar essas experiências como base de conhecimento. Essa é uma luta que precisamos encampar se queremos romper as limitações de uma arqueologia hegemônica. Como diria Hartemann (2023, p. 35):

como pretender caminhar para o objetivo impossível da Arqueologia anticolonial se nossas bases de realidade e conhecimento insistem em negar que o que somos e o que sabemos é o resultado da coabitação existencial de nossos seres-comunidades?

Lembro que a escolha de um “paradigma de pesquisa é um ato político” (Kovach, 2009, p. 53), e a escolha de usar uma metodologia indígena, tradicional ou não ocidental “é um exercício de poder” (Brayboy, 2018, p. xi).

Em *A história dos sonhos*, escrita pelo ex-subcomandante Marcos, atual subcomandante insurgente Galeano, do Exército Zapatista de Libertação, o personagem do velho Antonio diz:

[A história] me foi contada pelo meu avô, mas ele me avisou que eu só entenderia quando sonhasse [...] sonhando você sonha e você se conhece. Ao sonhar você sabe [...] Através dos sonhos os primeiros deuses falam e nos ensinam. O homem que não sabe sonhar fica sozinho e esconde com medo a sua ignorância. Para que pudesse falar, para que pudesse conhecer e ser conhecido, os primeiros deuses ensinaram os homens e as mulheres do milho a sonhar [...]. No mundo dos primeiros deuses, daqueles que formaram o mundo, tudo é sonho. É a terra onde vivemos e morremos, um grande espelho do sonho em que vivem os deuses [...] quando homens e mulheres verdadeiros dizem, vamos sonhar, dizem e se dizem, vamos lutar (EZLN, 1995, p. 75, tradução nossa).

MAIS UMA DANÇA, MAIS UM SONHO

Trago neste final um sonho que tive anos atrás com minha mãe, Anna Lúcia. Ela, em vida, foi antropóloga, professora, mãe e mulher. Morreu quando eu tinha cinco anos de idade. Jovem, quarenta e poucos anos. Foi mexendo nas coisas dela que descobri meu caminho. Destino, um plano dela. Passei boa parte da infância e da adolescência chorando sua ausência, mas, no fundo, sei que ela sempre esteve ao meu lado, como no dia em que eu entrei pela primeira vez na sala da professora Maria Beatriz Florenzano, a Bia, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Minha mãe estava ao meu lado para ver como seu plano havia dado certo e, assim, conhecer mais de perto aquela que ela havia escolhido para cuidar de mim. Seis meses depois de a Bia ter me aceitado como seu orientando, uma das maiores felicidades da minha vida aconteceu: minha mãe me veio em sonho. No sonho, eu estava com ela em um ambiente escuro, uma espécie de palco ou estúdio com piso

de madeira. Havia uma única fonte de luz, um facho que nos iluminava. Ela estava vestida de branco e eu com uma calça jeans e bata. Tocava uma música calma e nós dançávamos. Eu estava feliz por estar com ela, mas chorava, pois no fundo eu sabia que essa seria a nossa última dança. Durante a dança, ela me pediu que não mais chorasse sua morte e sua ausência, me falou que não mais voltaria em sonhos, mas que estaria ao meu lado e que um dia nós iríamos nos ver novamente. Quando acordei, ainda sentia o toque das mãos de minha mãe e as lágrimas escorrendo do meu rosto. Quase trinta anos depois, eu só posso agradecer à minha mãe por ter colocado a Bia no meu caminho e dizer: “obrigado, professora Bia, por ter aceitado, mesmo sem saber, essa missão, e ter cuidado de mim ao longo de tanto tempo, me dando a oportunidade de caminhar ao seu lado e de sonhar os sonhos de criança”.

Si se te da un sueño y no lo respetas, si dices “yo no creo en esos sueños, no importan para nada...”, bueno, ¿sabes qué te pasa? Encuentras algo malo. Es porque no respetas tu sueño. Así es, los sueños son poderosos” (fala dos tzotziles de San Juan Chamula, Groark, 2017, p. 64).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABSOLON, Kathleen. *Kaandossiwin: how we come to know: indigenous re-search methodologies*. Halifax (Canadá): Fernwood. 2011.
- AL-HOUDALIEH, Salah. Archaeological heritage and spiritual protection: looting and the jinn in Palestine. *Journal of Mediterranean Archaeology*, v. 25, p. 99-120, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1558/jmea.v25i1.99>.
- BARAD, Karen. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. London (UK): Duke University Press. 2007.
- BATTISTE, Marie. Enabling the autumn seed: toward a decolonized approach to aboriginal knowledge, language, and education. *Canadian Journal of Native Education*, v. 22, n. 1, p. 16-27, 1988. DOI: <https://doi.org/10.14288/cjne.v22i1.195792>.
- BRAYBOY, Brayan. Forward. In: MINTHORN, Robin Starr; SHOTTON, Heather J. (ed.). *Reclaiming Indigenous research in higher education*. New Brunswick (Nova Jersey/EUA): Rutgers University Press, 2018. p. 9-12.
- CAJETE, Gregory. Indigenous knowledge: The pueblo metaphor of Indigenous education. In: BATTISTE, Marie (ed.). *Reclaiming Indigenous voice and vision*. Vancouver (Canadá): University of British Columbia Press, 2000. p. 181-191.
- CANAL, Gemma. Los laberintos del sueño: nuevas posibles vías para una antropología del sueño ameríndio. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, p. 9-20, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31644/ED.9.2017.p01>.
- CARAHER, William. *Dream archaeology*. Grand Forks (Dakota do Norte/EUA): University of North Dakota, 2010.
- CECCONI, Ariana. “Todas estas montañas nos hablan”: apariciones, engaños y sueños de las mujeres en los Andes peruanos. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, n. 9, p. 87-116, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31644/ED.9.2017.a03>.
- CHILISA, Bagele. *Indigenous research methodologies*. London (UK): Sage, 2020.
- CHITTICK, William. *Imaginal worlds: Ibn al-‘Arabi and the problem of religious diversity*. Albany (Nova York/EUA): State University of New York Press, 1994.

- CORBIN, Henry. *Mundus imaginalis, or the imaginary and the imaginal. Cahiers Internationaux de Symbolisme*, v. 6, p. 3-26, 1964.
- CORONADO, Gabriel. Comunicación onírica: tensiones interculturales alrededor del valor de lo inmaterial como percepción y conocimiento. *Dimensión Antropológica*, v. 68, p. 152-176, 2016.
- DELORIA JR., Vine. *The world we used to live in: remembering the powers of the medicine men*. Lakewood (California/EUA): Fulcrum, 2006.
- DENSMORE, Frances. *Chippewa customs*. St. Paul (Minnesota/EUA): Minnesota Historical Society Press, 1979.
- DRIESKENS, Barbara. *Living with djinns: understanding and dealing with the invisible in Cairo*. London (UK): Saqi Books, 2006.
- EL-ASWAD, El-Sayed. *Religion and folk cosmology, scenarios of the visible and invisible in rural Egypt*. London (UK): Praeger, 2002.
- EZLN. *Documentos y comunicados: la historia de los sueños*. Ciudad de México (México): ERA, 1995. t. 3.
- GROARK, Kevin. Entre sueños y realidades: la cultura onírica entre los tzotziles de San Juan Chamula en Los Altos de Chiapas. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, n. 9, p. 43-86, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31644/ED.9.2017.a02>.
- HABER, Alejandro. Un-disciplining archaeology. *Archaeologies*, v. 8, n. 1, p. 55-66, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11759-011-9178-4>.
- HAMILAKIS, Yannis. Decolonizing Greek archaeology: indigenous archaeologies, modernist archaeology, and the postcolonial critique. In: DAMASKOS, Dimitris; PLANTZOS, Dimitris (ed.). *A singular antiquity: archaeology and Hellenic identity in twentieth-century Greece*. Athens (Grécia): Benaki Museum, 2008. p. 273-284.
- HARAWAY, Donna. *The Haraway reader*. New York (Nova York/EUA): Routledge, 2004.
- HART, Michael. Indigenous worldviews, knowledge, and research: the development of an indigenous research paradigm. *Journal of Indigenous Voice in Social Work*, v. 1, n. 1A, p. 1-16. 2010.
- HARTEMANN, Gabby. *Pitit'Latê: arqueologia anticolonial de terras, gentes e memórias afroguianesas*. Exame de Qualificação (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- HERRERA, Alexander; LANE, Kevin. Archaeology, landscapes and dreams: science, sacred offerings, and the practice of archaeology. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 20, n. 1, p. 111-129, 2005.
- HIRT, Irene. Mapping dreams/dreaming maps: bridging indigenous and western geographical knowledge. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, v. 47, n. 2, p. 105-120, 2012. DOI: <https://doi.org/10.3138/carto.47.2.105>.
- HOFFMAN, Ross. Respecting Aboriginal knowing in the academy. *Alternative An International Journal of Indigenous Peoples*, v. 9, n. 3, p. 189-203, 2013.
- HOWES, David. Charting the sensorial revolution. *Senses and Society*, v. 1, p. 113-128, 2006. DOI: <https://doi.org/10.2752/174589206778055673>.
- IBN ARABI, Abacar. *Al-Futuhah Al-Makkiyah*. Bayrut (Libano): Dar Sadir, 1968. 4 v.

- LEZAMA, Vicente. Santos y vírgenes entre sueños: relatos oníricos de peregrinos y devotos del sur andino de Perú. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, n. 9, p. 117-146, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31644/ED.9.2017.a04>.
- KRIPPNER, Stanley. Dreams and creativity. In: RUNCO, Mark A.; PRITZKER, Steven R. (ed.). *Encyclopedia of creativity*. San Diego (Califórnia/EUA): Academic Press, 1999. v. 1, p. 597-606.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. *Sonhos do Terceiro Reich: com o que sonhavam os alemães depois da ascensão de Hitler*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- KOVACH, Margaret. *Indigenous methodologies: Characteristics, conversations, and contexts*. Toronto (Canadá): University of Toronto Press, 2009.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEMA, Veronica. Hacia una teoría etnográfica de la excavación: encuentros entre teoría nativa y académica sobre “lo arqueológico” en los andes jujeños. *Mundo de Antes*, v. 18, n. 1, p. 1-36, 2024. DOI: <https://doi.org/10.59516/mda.v18.304>.
- MARSDEN, David. Expanding knowledge through dreaming, wampum and visual arts. *A Journal of Aboriginal and Indigenous Community Health Conference on Aboriginal Health*, v. 2, n. 2, p. 53-73, 2004.
- MIGNOLO, Walter D. Geopolitics of sensing and knowing on (de)coloniality, border thinking, and epistemic disobedience. *Confero*, v. 1, n. 1, p. 129-150, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/13688790.2011.613105>.
- MITTERMAIER, Amira. *Dreams that matter: Egyptian landscapes of the imagination*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Press, 2011.
- MORRIS, Megawati. Ibn al-Arabis concept of dreams. *Al-Shajarah: Journal of Islamic Thought and Civilization*, v. 26, n. 1, p. 27-48, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31436/shajarah.v26i1.998>.
- NIÑO VARGAS, Juan. Sueño, realidad y conocimiento: noción del sueño y fenomenología del soñar entre los ette del norte de Colombia. *Antípoda*, v. 5, p. 293-315, 2007. DOI: <https://doi.org/10.7440/antipoda5.2007.13>.
- PEILE, Colin. *The creative paradigm: insight, synthesis and knowledge development*. Avebury (UK): Ashgate, 1994.
- PELLINI, José. *Senses, affects and archaeology: changing the heart, the mind and the pants*. Cambridge (UK): Cambridge Scholars, 2018.
- PITARCH, Pedro. *La cara oculta del pliegue: antropología indígena*. Ciudad de Mexico (México): Artes de México, 2013.
- PITARCH, Pedro. “Tú nos has soñado”: notas sobre el sueño en los cantos chamánicos tzeltales. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, n. 9, p. 21-42, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31644/ED.9.2017.a01>.
- RODRIGUES, Thamara. Outros modos de pensar e sonhar: a experiência onírica em Reinhart Koselleck, Ailton Krenak e Davi Kopenawa. *Revista de Teoria da História*, v. 22, n. 2, p. 152-177, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5216/rth.v23i1.62894>.

- SHAWANDA, Amy. Baawaajige: exploring dreams as academic references. *Turtle Island Journal of Indigenous Health*, v. 1, n. 1, p. 37-47, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33137/tijih.v1i1.34020>.
- SHAWANDA, Amy; MANITOWABI, Joshua. Anishinaabe dream methodology. *Turtle Island Journal of Indigenous Health*, v. 1, n. 3, p. 25-37, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33137/tijih.v1i3.38566>.
- SHIRATORI, Karen; GONGORA, Majoí Favero; SZTUTMAN, Renato, RIBEIRO JUNIOR, Roberto Romero. Novas perspectivas sobre os sonhos ameríndios: uma apresentação. *Revista de Antropologia*, v. 65, n. 3, p. 1-8, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202767>.
- SPENCER, Baldwin; GILLEN, Frank. *The native tribes of Central Australia*. New York (Nova York/EUA): Dover, 1968.
- ST. PIERRE, Elizabeth. Methodology in the fold and the irruption of transgressive data. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, v. 10, n. 2, p. 175-189, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1080/095183997237278>.
- TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. *Revista Ilha*, v. 10, n. 1, p. 218-244, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2008v10n1p217>.
- TELLO, Mariana. Historias de (des)aparecidos: un abordaje antropológico sobre los fantasmas en torno a los lugares donde se ejerció la represión política. *Estudios en Antropología Social*, v. 1, n. 1, p. 33-49, 2018.
- TOBÓN, Marco. Dreams as ethnographic tools. *Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 10, n. 3, p. 331-352, 2015.
- VON BIEBERSTEIN, Alice. Speculating on death: treasure-hunting in present-day moush. In: NAVARO, Yael; BENER, Zerrin Özlem; VON BIEBERSTEIN, Alice; ALTUG, Seda (ed.). *Reverberations: violence across space and time*. Philadelphia (Pensilvânia/EUA): Pennsylvania University Press, 2021. p. 63-82.
- WARD, John. Dream knowledge: understanding the dreamworld utilizing the medicine wheel. *Journal of Global Indigeneity*, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54760/001c.90963>.
- WILSON, Shawn. *Research is ceremony: indigenous research methods*. Halifax (Canadá): Fernwood, 2008.
- WIND, Jennifer. Dreams and dreaming. In: STANFORD Encyclopedia of Philosophy. [S. l.: s. n.], 2015.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

TRADUÇÃO

MUDANÇA E CONTINUIDADE, PRÁTICA E MEMÓRIA: PERSISTÊNCIA NATIVA AMERICANA NA NOVA INGLATERRA COLONIAL*

Stephen W. Silliman**, Tradução por*** Marianne Sallum**** e Francisco Silva Noelli*****

RESUMO

O estudo arqueológico de povos nativos americanos durante os períodos coloniais na América do Norte tem se concentrado amplamente em avaliar a natureza da mudança e da continuidade cultural por meio da cultura material. Embora seja uma abordagem valiosa, ela tem suas limitações por se concentrar demais nas dicotomias de mudança e continuidade, em vez de em sua inter-relação, apoiando-se em categorias culturais acríticas de artefatos, e por não reconhecer o papel da prática e da memória na identidade e na persistência cultural. Pesquisa arqueológica em andamento sobre a reserva Eastern Pequot em Connecticut, que foi criada em 1683 e tem sido habitada continuamente desde então por membros da comunidade Eastern Pequot, permite uma visão diferente da natureza da mudança e da continuidade. Três sítios da reserva que abrangem o período entre cerca de 1740 e 1840 destacam a escala e a temporalidade da memória social e as relações entre prática e materialidade. Embora os sítios da reserva mostrem mudanças quando comparados ao “parâmetro pré-contato”, eles apresentam uma continuidade notável durante o período da reserva. A interpretação resultante fornece não apenas representações mais fundamentadas e adequadamente dimensionadas das práticas culturais passadas, mas também engajamentos críticos com categorias analíticas que carregam peso político significativo bem além dos círculos arqueológicos.

Palavras-chave: Persistência; Práticas; Memórias; Povos indígenas.

* From: SILLIMAN, S. W. Change and continuity, practice and memory: Native American persistence in colonial New England. *American Antiquity*, v. 74, n. 2, p. 211-230, 2009.
DOI: <https://doi.org/10.1017/S0002731600048575>.

** Department of Anthropology, University of Massachusetts Boston, Boston, MA.
E-mail: stephen.silliman@umb.edu.

*** Esta tradução foi autorizada por Stephen W. Silliman e realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Brasil. Processo nº 2024/20602-0.

**** Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA), Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos. Centro de Arqueologia (Uniarq), Universidade de Lisboa.
E-mail: marianne.sallum@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9210-2044>

***** Centro de Arqueologia (Uniarq), Universidade de Lisboa. E-mail: fnoelli@letras.ulisboa.pt.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0267-583X>

CHANGE AND CONTINUITY, PRACTICE AND MEMORY: NATIVE AMERICAN PERSISTENCE IN COLONIAL NEW ENGLAND

ABSTRACT

The archaeological study of Native Americans during colonial periods in North America has centered largely on assessing the nature of cultural change and continuity through material culture. Although a valuable approach, it has been hindered by focusing too much on the dichotomies of change and continuity, rather than on their interrelationship, by relying on uncritical cultural categories of artifacts and by not recognizing the role of practice and memory in identity and cultural persistence. Ongoing archaeological research on the Eastern Pequot reservation in Connecticut, which was created in 1683 and has been inhabited continuously since then by Eastern Pequot community members, permits a different view of the nature of change and continuity. Three reservation sites spanning the period between ca. 1740 and 1840 accentuate the scale and temporality of social memory and the relationships between practice and materiality. Although the reservation sites show change when compared to the “precontact baseline,” they show remarkable continuity during the reservation period. The resulting interpretation provides not only more grounded and appropriately scaled renderings of past cultural practices but also critical engagements with analytical categories that carry significant political weight well outside of archaeological circles.

Keywords: Persistence; Practices; Memories; Indigenous peoples.

CAMBIO Y CONTINUIDAD, PRÁCTICA Y MEMORIA: PERSISTENCIA DE LOS NATIVOS AMERICANOS EN LA NUEVA INGLATERRA COLONIAL

RESUMEN

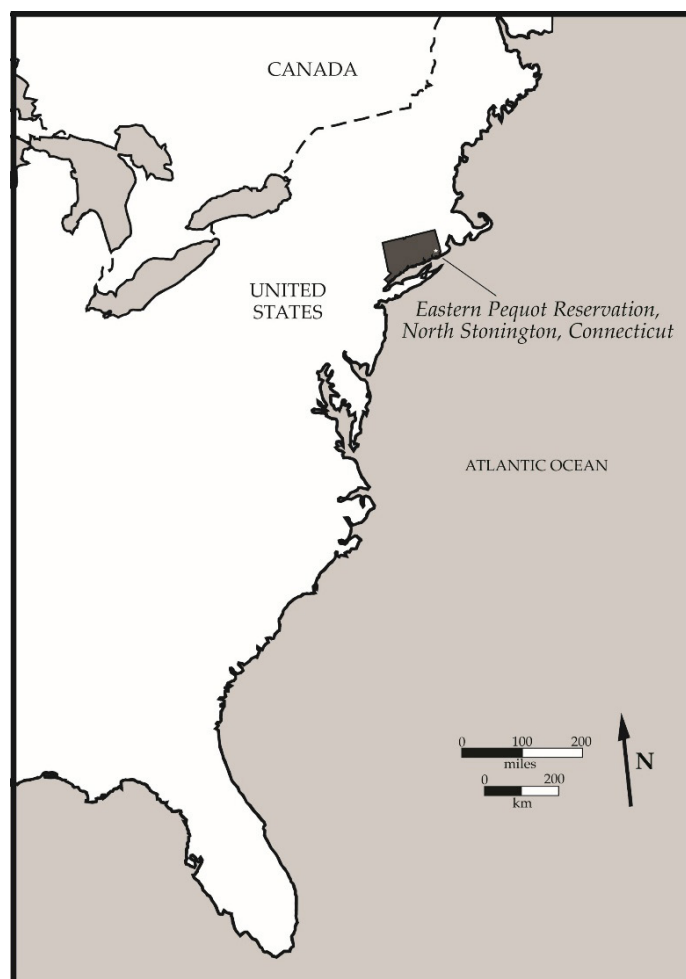
El estudio arqueológico de comunidades indígenas durante distintos periodos coloniales en Norte America se ha centrado principalmente en evaluar la naturaleza del cambio cultural y la continuidad a través de la cultura material. A pesar de su valor, estos acercamientos han sido obstruidos por los enfoques excesivos en la dicotomía de cambio y continuidad en vez de en el entendimiento de su interrelación. Esto se debe por depender en categorías acriticas sobre los artefactos, y no reconocer el rol de la práctica y la memoria en la identidad y la perpetuación de la cultura. Estudios arqueológicos en la reservación de Eastern Pequot en Connecticut, creada en 1683 y habitada desde entonces por los miembros de la misma comunidad, han permitido ver la naturaleza del cambio y la continuidad de este grupo desde punto de vista alterno. Tres diferentes sitios arqueológicos localizados en la reservación y con periodos de población entre 1740 y 1840 acentúan la escala y temporalidad de la memoria social y la relación entre la práctica y la materialidad. A pesar de que estos sitios de la reservación muestran cambios al ser comparados con el período precontacto (“precontact baseline”), estos también muestran una notable continuidad durante el período de la reservación. El resultado de ésta interpretación no solo provee una representación más apropiada y arraigada en las prácticas culturales pasadas, sino que también provee un compromiso crítico con categorías analíticas llenas de sentido político que se extienden y tiene repercusiones fuera de los círculos arqueológicos.

Palabras clave: Persistencia; Prácticas; Memorias; Pueblos indígenas.

A maioria das arqueologias do colonialismo tem a questão da continuidade e da mudança cultural como ponto central de seus estudos. Como a interação entre grupos culturais levou a mudanças em um ou outro? Que tipos de traços ou práticas foram adotados, impostos, resistidos ou transformados? Normalmente, as(os) pesquisadoras(es) fazem essas perguntas principalmente, e talvez injustamente, aos povos indígenas como uma forma de rastrear os elementos de mudança e continuidade que permeiam suas histórias de envolvimento com o colonialismo europeu em suas diversas formas. Essas questões estão presentes na antropologia e na história desde o início do século XX e ainda fornecem uma base para investigações no século XXI, embora agora com novas nuances significativas devidas aos resultados dos últimos vinte anos de trabalho conceitual e empírico.

A suposição das(os) arqueólogos(os) tem sido de que mudança e continuidade representam dois resultados diferentes que são reconhecíveis, senão mensuráveis, por meio de restos materiais e aplicáveis a grupos culturais ou a componentes deles. Já não estou mais convencido dessa suposição, devido em grande parte ao meu projeto arqueológico colaborativo de longo prazo em andamento com a Nação Tribal Eastern Pequot de Connecticut (Figura 1) para estudar as respostas de sua comunidade ao colonialismo e à vida em reservas por intermédio de uma variedade de lentes pós-coloniais.

Figura 1. Mapa do leste da América do Norte, mostrando a localização da reserva Eastern Pequot em North Stonington, Connecticut.



Fonte: Stephen W. Silliman.

Ao perder a confiança nessa suposição, não quero dizer que questiono as capacidades da arqueologia de interpretar a história, suas habilidades de aplicar perspectivas científicas e humanísticas para entender melhor o colonialismo ou suas intervenções necessárias em um mundo permeado por tais legados históricos. Ela é bem adequada para tudo isso (Cusick, 1998; Gosden, 2004; Hall, 1999; Lightfoot, 2004; Lightfoot; Martinez; Schiff, 1998; Lilley, 2000; Loren, 2008; Lyons; Papadopoulos, 2002; Murray, 2004; Rubertone, 2000, 2001; Schrire, 1995; Stein, 2005; Van Dommelen, 2005, 2006). Em vez disso, questiono as maneiras pelas quais aplicamos as noções dicotômicas de mudança e continuidade para situações coloniais sem considerar suficientemente a materialidade, a memória e a prática, grande parte das quais, na América do Norte e na Austrália, é influenciada por uma visão profundamente arraigada do colonialismo como contato cultural (Silliman, 2005). Esse questionamento leva a outras indagações. Certamente, algumas pessoas da arqueologia mostraram como diferentes elementos culturais podem revelar mudanças, enquanto outras indicam continuidades. Porém, quem ou o quê está sendo avaliado em última análise: culturas, etnias, comunidades, famílias, agentes individuais, práticas sociais ou outra coisa? Como isso é rastreado ou manifestado ao longo do tempo por meio de objetos materiais, e como regularmente atribuímos a esses itens um tipo de identidade cultural? De fato, por que atribuímos identidades culturais aos objetos? Além disso, qual é o termo de comparação? Ao estudar grupos indígenas no contexto do colonialismo europeu, é sempre apropriado usar suas práticas culturais imediatamente pré-contato como parâmetro?

Como fazemos essas comparações e por quanto tempo depois que esse limiar inicial foi ultrapassado? Essas questões são certamente úteis para aprimorar as interpretações históricas e arqueológicas, mas não são preocupações esotéricas ou acadêmicas desconectadas do mundo contemporâneo. As comunidades nativas americanas continuam a ser julgadas por cidadãos privados, funcionários governamentais, antropólogos(os) e pela mídia com base no quanto mudaram ou não mudaram, e esses julgamentos impactam diretamente questões de autenticidade, soberania, terras e outros aspectos de suas vidas cotidianas. As pessoas da arqueologia não são observadoras inocentes.

Neste artigo abordo essas questões e ofereço uma série de respostas exploratórias mediante reflexões teóricas sobre colonialismo, materialidade, memória e identidade, aplicadas a vários anos de pesquisa empírica em sítios arqueológicos de nativos americanos do período colonial no sul da Nova Inglaterra. Com base na ênfase de Lightfoot (1995) e Tveskov (2007) nas dimensões multiescalares e diacrônicas na pesquisa colonial, nas aplicações da teoria pós-colonial à arqueologia histórica e à antropologia (Loren, 2008; Thomas, 1991, 1994; Van Dommelen, 2006), na crescente riqueza do “trabalho de memória” na arqueologia (Alcock, 2002; Jones, 2007; Mills; Walker, 2008; Van Dyke; Alcock, 2003) e em minhas tentativas anteriores de remover a terminologia do período de contato dos estudos coloniais (Silliman, 2005), ofereço perspectivas sobre memória social e práticas materiais que podem ajudar a reformular questões de pesquisa antropológica sobre colonialismo e indigeneidade para evitar a armadilha potencialmente inerente à dicotomia mudança-continuidade. Essas perspectivas revelaram até agora processos complexos de construção e manutenção de comunidade, tradição e cultura para os Eastern Pequot.

MUDANÇA, CONTINUIDADE E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Como observado no início deste artigo, uma pergunta que as pessoas da arqueologia ou outras comumente fazem sobre sítios nativos americanos no mundo colonial da América do Norte é: de que maneira as comunidades ou pessoas indígenas mudaram, e de que maneira permaneceram as mesmas? Essa pergunta não é estranha

em outros contextos também, seja na África, Austrália, América do Sul ou em outros lugares. Para responder a essa pergunta, a tradição na arqueologia tem sido atribuir artefatos recuperados de sítios que evidenciam a interação entre nativos americanos e colonizadores europeus em três categorias principais: nativo/indígena, europeu/colonizador e formas hibridizadas. Essas categorias são usadas no treinamento de estudantes, no preenchimento de formulários de campo e laboratório, na condução de análises e, em outras palavras, no *pensamento*¹.

Em contextos norte-americanos, os artefatos europeus incluem objetos como garrafas de vidro, ferramentas de metal, cerâmicas feitas na roda de oleiro e queimadas em forno, pregos, chaleiras de cobre e ferro e vidros de janela, entre outras coisas. Artefatos nativos americanos incluem ferramentas de pedra lascada, ornamentos de concha e outros itens considerados “tradicionais” (por exemplo cestos, cerâmicas de queima em baixa temperatura, certos estilos de habitação), dependendo da região cultural em questão. As formas híbridas incluem coisas como vidro de garrafa lascado para formar ferramentas de corte ou pontas de projéteis, objetos de cobre cortados e reformados em ornamentos ou pontas de flecha, e pederneiras de armas de fogo reconfiguradas em outras ferramentas, apenas para citar os exemplos mais conhecidos. No entanto, alguns artefatos escaparam dessas categorias. Contas de vidro, embora de origem europeia, têm sido consistentemente categorizadas como artefatos nativos americanos. Essa transgressão de origem-identidade é uma raridade na arqueologia e provavelmente ocorreu porque arqueólogos(os) acreditam que essas contas têm certa exclusividade como objetos indígenas. Caso contrário, essa categorização tripartite não lida bem com o compartilhamento de tipos de objetos entre fronteiras culturais/étnicas (Silliman, 2010). As análises usando essas categorias foram muito além dos modelos de aculturação que as produziram (Quimby; Spoehr, 1951), graças às noções pós-coloniais de hibridação e ao abandono das tentativas de usá-las para medir quantitativamente a aculturação, mas o pressuposto básico parece permanecer: as identidades culturais desses artefatos são um dado. Essas categorias assumiram um status ontológico – elas estão sempre presentes antes do início da análise. Elas estabelecem um cenário de ou/ou que direciona as evidências materiais para um lado ou outro da dicotomia, guiado por categorias predefinidas do que é nativo americano e do que é europeu, permitindo híbridos apenas quando modificações ou transformações são materialmente evidentes. Essas categorias de “o que é” baseiam-se fortemente em um legado de compreensão do colonialismo não como um complexo emaranhado de histórias, identidades e lutas de poder, mas como culturas em contato com as únicas opções de mudar ou permanecer a mesma (Silliman, 2005).

Essa rigidez desnecessária nas categorias materiais tende a desencorajar a mudança de escalas de análise temporal e espacial e a negligenciar a prática e a memória, ambas essenciais para permitir visões mais multiescalares e diacrônicas de situações históricas reais. Da mesma forma, essa categorização também praticamente garante que os grupos nativos americanos sejam considerados, antes de tudo, como tendo mudado significativamente (porque possuem mais bens “Europeus” do que antes) e como tendo mudado mais do que os colonos e assentados vizinhos. Isso reflete temas poderosos na narrativa nacional dos Estados Unidos, apesar das evidências de que todos

¹ Hart (2004) mostra tendências semelhantes na forma como os artefatos são classificados como históricos ou pré-históricos, um padrão que tende a se basear em uma combinação dessa visão das identidades culturais dos artefatos com uma suposição sobre as direções da mudança material.

aqueles com heranças culturais e biológicas profundamente enraizadas no continente norte-americano passaram por mudanças nos últimos 250 anos.

Os entendimentos públicos e nacionais parecem atormentados, talvez não mais tanto pela ideia de que as culturas nativas americanas são estáticas e incapazes de mudar, mas pela ideia de que quaisquer mudanças nas sociedades nativas americanas durante os períodos coloniais necessariamente comprometeram suas identidades, valores centrais, resiliência demográfica e, por extensão, seus direitos de se identificar autenticamente como povos indígenas. Por exemplo, a maioria das crianças de escolas norte-americanas ouviu como os colonos britânicos sobreviveram e persistiram no nordeste utilizando o milho dos nativos americanos (como no conto dos peregrinos), mas provavelmente ninguém nunca sugeriu que os colonos britânicos se tornaram mais nativos americanos ao adotarem seus alimentos.

Esse pensamento dicotômico apaga a criatividade cultural e a hibridez pós-colonial com a atribuição de identidades étnicas generalizadas pelo uso de categorias materiais rígidas. Essas categorias ressoam em noções de senso comum do que são os artefatos europeus e indígenas, não apenas aos olhos do público, mas também no pensamento cotidiano das próprias pessoas da arqueologia. Um exame mais detalhado revelaria que essas categorias, bastante tóxicas (Bourdieu, 1990) a essa altura e, portanto, aparentemente naturais e óbvias, são legados do colonialismo e derivam de muito mais do que os esquemas de classificação acadêmica consensuais baseados em algum tipo de critério supostamente objetivo. Em vez disso, elas são baseadas em categorias culturais que há séculos diferenciam o “ocidental” do “indígena” na América do Norte e que facilmente migraram para as disciplinas da antropologia e da arqueologia no estágio inicial de seu desenvolvimento. O problema não está na existência dessas categorias gerais, pois elas podem ser úteis e apropriadas em vários casos, mas na prática e memória em que foram produzidas, utilizadas, descartadas e dotadas de significado. Alguns trabalhos interpretativos pós-coloniais já foram realizados para dismantelar essas suposições na arqueologia (Van Dommelen, 2002, 2006), baseando-se parcialmente em trabalhos mais amplos da antropologia histórica que problematizam visões simplistas e coloniais da cultura material usada por povos indígenas (Thomas, 1991, 1994).

Um conceito-chave tem sido a interseção entre práticas e materialidades, não de formas que privilegiam um ou outro, mas que examinam suas interseções e coengajamentos. A diferença está em ver os objetos materiais como constituintes das práticas e como desafios a essas práticas, mas não como tendo significado ou função intrínsecos sem esse contexto social (Jones, 2007). A pesquisa de Diana Loren (2001b, 2003, 2008) sobre a interação entre espanhóis, franceses e nativos americanos no sudeste colonial da América do Norte demonstrou como o vestuário e a ornamentação corporal funcionam como espaços ativos para a negociação e a redefinição do significado dos artefatos. As categorias preexistentes de objetos indígenas e europeus são pouco relevantes quando o que merece análise são as práticas de uso desses objetos (Loren, 2001a, p. 67).

O estudo de Laurier Turgeon (1997) sobre as biografias sociais das chaleiras de cobre na América do Norte fornece outro exemplo relevante. Aqui, a análise das vidas sociais desses chamados artefatos Europeus, por meio de sua distribuição e uso em sociedades nativas americanas, começa a dismantlar a noção de que esses objetos podem ser facilmente identificados no início ou, mesmo em análises mais avançadas, como simplesmente nativos americanos ou europeus. Em certo sentido, eles não são nem um nem outro, mas ambos. Estabelecendo um ponto semelhante, o trabalho de Paul Prince (2002) com os Bella Coola na costa noroeste da América do Norte revelou que a adoção de “bens europeus” em contextos funerários sobre o solo, que alguns pesquisadores

poderiam chamar de mudança, foi na verdade feita para abrir novos caminhos para permanecer o mesmo em relação à manutenção de princípios culturais duradouros de família, identidade e posição social.

A análise de Christina Hodge (2005) de um contexto de cemitério wampanoag do século XVIII em Massachusetts demonstrou como um cemitério indígena pode parecer um cemitério anglo (particularmente quacre) – sem objetos mortuários ou vestimentas, uso de mortalhas e alfinetes de mortalha, uso de lápides e marcadores de pés, e orientações de covas altamente variáveis. Como ela destaca, o “parecer com” não pode ser tomado ao pé da letra, pois evidencia hibridismo, mimetismo e apropriação para reivindicar pertencimento à comunidade, em vez de servir como um simples indicador de mudança cultural e subsequente invisibilidade material. Finalmente, meu próprio trabalho discutiu as formas como essas categorias materiais privilegiam origens culturais, sejam elas presumidas ou reais, em vez de enfatizar como os objetos foram usados em práticas cotidianas e em interações sociais contínuas (Silliman, 2010). Minha preocupação tem sido a invisibilidade dos nativos americanos em contextos coloniais, particularmente onde trabalhavam como trabalhadores braçais, porque a categorização dos objetos por suas origens na produção obscureceu as atividades cotidianas, como manuseio de pratos e vidrarias, que os levaram às mãos de outras pessoas e, provavelmente, a outros significados. Arqueólogas(os) consideram esses itens, como louças de cerâmica, como sendo sempre fundamental e categoricamente artefatos europeus/euro-americanos em lares europeus/euro-americanos, independentemente de quem os manuseava ao longo do dia.

MEMÓRIA E PRÁTICA

Um tema presente nessas críticas e uma possível solução para esse dilema são a prática e a memória, ambas as quais estruturam o contexto social no qual esses artefatos adquiriram seus significados e se tornaram úteis, simbólicos ou culturalmente significativos. Tornar inteligível o que esses materiais significaram e como atuavam em contextos culturais nativos americanos (e em sítios arqueológicos) afetados pelo colonialismo europeu envolve não tanto saber de onde esses itens se originaram, como se isso oferecesse significados culturais pré-estabelecidos, mas quem os utilizou e como (Silliman, 2010). Nesse âmbito de “quem” e “como”, agentes sociais, objetos materiais, significados, subjetividades e identidades se entrelaçam e ganham forma por meio da prática. As pessoas podem evocar origens próximas, remotas ou inventadas dos objetos nessas práticas, a partir de memórias individuais ou coletivas, mas histórias – sejam de objetos, indivíduos ou grupos de pessoas – precisam ser performadas na prática social para terem relevância no presente (Jones, 2007).

Às vezes, a evocação ocorre mediante a memória corporal, como nas disposições do *habitus* (Bourdieu, 1977, 1990), outras vezes por memórias individuais que orientam as tomadas de decisões e as capacidades avaliativas; e, em outros casos, com memórias coletivas que se tornam recursos para agentes sociais que buscam “continuar” no mundo e para aqueles que procuram confrontar esse mundo. Seguindo Paul Connerton (1989), estas podem envolver memórias inscritas, como aquelas capturadas em textos ou em monumentos comemorativos, ou memórias corporificadas, como as que envolvem rituais ou comportamentos dentro e entre corpos humanos. O tipo de memória envolvido nas práticas cotidianas não pode ser assumido a priori, pois pode variar conforme indivíduo, contexto e espaço, assim como a escala temporal dessa memória não pode ser prevista antecipadamente. No entanto, esses tipos e escalas são cruciais para compreender como avaliar noções de mudança e continuidade. Felizmente, arqueólogas(os) começaram a explorar maneiras de acessar essas memórias sociais ou usos do passado no passado

(Alcock, 2002; Cipolla, 2008; Jones, 2007; Mills; Walker, 2008; Olivier, 2004; Van Dyke, 2004; Van Dyke; Alcock, 2003; Yoffee, 2007).

A maioria das pessoas da arqueologia tende a se concentrar no lado monumental da memória comemorativa, especialmente ao analisar como sociedades extensas – como Chaco (Mills, 2008; Van Dyke, 2004), os antigos Maias (Joyce, 2003, 2008), o Egito do Novo Império (Meskell, 2003, 2004) ou diversos estados antigos ao redor do Mediterrâneo (Alcock, 2002; Yoffee, 2007) – transmitiram e manipularam informações no contexto mais amplo do poder social. Poucos estudam os aspectos mais corporificados da memória no registro arqueológico, embora arqueólogas(os) como Rosemary Joyce (2003, 2008) e Timothy Pauketat e Susan Alt (2003) transitem habilmente entre o comemorativo e o cotidiano. Ainda menos pesquisadoras(es) analisam sociedades organizadas em escalas menores ou encapsuladas dentro de projetos coloniais ou nacionais mais amplos, um contexto que pode ajudar os pesquisadores a irem além da noção de memória social como “memória coletiva” para uma concepção de memória social como um recurso contestado e negociado por agentes e práticas. O potencial para esse tipo de estudo arqueológico em pequena escala existe não porque a presença efêmera da memória corporificada seja tão visível ou “concreta” quanto a memória comemorativa, mas porque seus efeitos podem ser observados por meio do processo de reprodução social de maneiras muito concretas e materiais. As comunidades indígenas que se formaram e reformaram após o colonialismo europeu oferecem justamente tais exemplos (Cipolla, 2008).

Já que as pessoas fazem e refazem a história e a memória em suas práticas, é importante observar as escalas em que isso ocorre e onde os efeitos se manifestam. As pessoas da arqueologia tendem a querer examinar mudanças e continuidades históricas na longa duração, mas não podemos necessariamente impor nossa escala às vidas cotidianas das pessoas do passado sem uma justificativa adequada. Esses agentes sociais podem não ter conhecido essas escalas da maneira que as(os) arqueólogas(os) conseguem reconstruí-las hoje por meio do registro material, ou podem tê-las conhecido bem por meio da história oral e das histórias incorporadas na paisagem e nos objetos materiais, mas optaram por não as mobilizar ou as discutir. Como memórias não realizadas, elas teriam pouco impacto no mundo social. O que talvez não seja plenamente reconhecido é que os agentes sociais frequentemente recorrem a memórias mais próximas a eles – pessoais, familiares ou geracionais – que podem ser lembradas individualmente ou acessadas por meio de narrativas sociais como um contexto para ação e construção de significados. Essas são escalas humanas, relacionadas ao ciclo de vida (Van Dyke, 2008), e têm impactos profundos em como a tradição é transmitida e reformulada em áreas colonizadas com persistência indígena (Tveskov, 2007). O trabalho de Patricia Rubertone (2001) em um cemitério narragansett do século XVII em Rhode Island ilumina exatamente esse contexto. Ela interpreta as práticas funerárias, objetos mortuários, aspectos espaciais e corpos nesse cemitério indígena, alguns dos quais envolvem itens “europeus introduzidos”, como a materialização de ciclos culturais de vida, em vez de um indicador de mudança em relação a um padrão estabelecido menos de um século antes. Ou seja, esses agentes teriam usado esses objetos para negociar, marcar e, talvez, contestar tradições culturais que os levaram a aquele momento específico no tempo. A prática oferece o elo vital entre história e memória, funcionando como o mecanismo de criar e recriar esses laços, de performar a tradição e de desenvolver novas formas de viver no mundo (Joyce, 2008; Pauketat, 2001b). A prática é o ponto materialmente corporificado e ativo de articulação e recontextualização – e, mais importante, de existência performada –

desses vetores sociais. Os objetos são constituintes e representantes da prática, e não símbolos ou significados óbvios sem eles.

Como John Barrett (2001) argumenta em suas discussões sobre o neolítico britânico, a teoria da prática ajuda as(os) arqueólogas(os) a refletir sobre o que foi possibilitado em determinados contextos materiais para agentes sociais. Deslocar o foco analítico para as práticas permite maior fluidez na interpretação de artefatos, pois essas materialidades moldam práticas sociais e agência – às vezes tornando coisas possíveis, outras vezes impossíveis, mas nem sempre destacando identidades culturais, mesmo quando facilitam sua persistência.

Estudos arqueológicos históricos sobre o colonialismo revelaram que essas possibilidades podem ser bastante numerosas para os artefatos comumente chamados de nativos americanos e europeus. Por exemplo, itens chamados de “europeus” em contextos coloniais do Novo Mundo podem ser usados de várias maneiras: para fazer os colonos europeus se sentirem mais em casa, como instrumentos de assimilação forçada, para representar a hegemonia europeia, para oferecer maneiras de os povos indígenas sobreviverem em contextos coloniais, para fornecer matérias-primas para tecnologias indígenas, para sustentar o comércio entre diferentes povos, para representar gênero ou classe além de fronteiras étnicas, para substituir algumas tecnologias nativas americanas, para atender a interesses de trabalho industrial, para alimentar famílias, entre outros. Reconhecer essas múltiplas permutações muda o foco de volta para as práticas que essas materialidades sustentam ou excluem e as maneiras como as práticas imbuíram os objetos de significados sociais. Aqui reside uma questão mais sutil sobre a genealogia de comunidades, residências e práticas do que aquela enquadrada pela mudança e continuidade cultural impulsionadas por objetos.

Os estudos de Rodney Harrison (2002, p. 72) na Austrália destacaram a necessidade de repensar a categorização de artefatos no contexto da memória social. Ao combinar estudos arqueológicos com histórias orais e colaboração com indígenas australianos, revelou-se de forma surpreendente que os aborígenes consideraram as latas de fósforos metálicas encontradas em sítios aborígenes como artefatos aborígenes.

Esses objetos não se encaixam em uma visão arqueológica de longa duração dos povos aborígenes como tendo qualquer outra origem além da mais recente e da mais europeia, o que tende a relegá-los, no mundo acadêmico, a uma posição de menor importância. No entanto, os aborígenes no final do século XX viam essas latas de fósforos como parte de sua história cultural, como seus artefatos e como evidência de continuidade cultural do passado ao presente. Isso não significa que esses indivíduos não recorressem a memórias sociais muito mais profundas em outros contextos e com outros objetos, mas significa que esses itens e as práticas que eles sustentavam têm relevância em sua prática contemporânea.

Os povos maias que vivem próximos aos sítios arqueológicos de Chichén Itzá e Chunchucmil, no México, oferecem outro exemplo (Breglia, 2006, 2009). Trabalhadores maias sentem uma conexão com a região e com o próprio sítio arqueológico devido à sua relação com a indústria do *henequém*, às suas atividades agrícolas em *ejidos* do século XX, ao seu emprego como escavadores durante as temporadas de campo no verão e ao seu status como *los antiguos*, que viveram na zona do sítio arqueológico no século XX, mas não explicitamente ou rotineiramente em função de serem descendentes dos antigos Maias. Isso contraria as expectativas das(os) arqueólogas(os) sobre os povos indígenas – de que cultivariam ativamente suas conexões de memória social com os períodos que as pessoas da arqueologia decidiram serem os mais relevantes. Em vez disso, esse caso mostra que os Maias de Yucatán, ou pelo menos algumas de suas

comunidades, recorrem a memórias sociais muito mais recentes, mas não menos autênticas, para fundamentar suas conexões com a terra e com sua história.

Nenhum desses casos indica que os aborígenes contemporâneos ou os Maias estejam separados de seus ancestrais antigos ou não tenham conexões legítimas com sua herança profunda. Pelo contrário, os casos revelam que os elos individuais na longa cadeia da história podem, às vezes, ser mais curtos do que se imaginava ou do que pode ser o caso em outros grupos indígenas que mobilizam mais facilmente suas conexões com práticas culturais milenares. Como resultado, as(os) arqueólogas(os) não podem assumir que as práticas culturais dos nativos americanos imediatamente antes da chegada dos europeus em uma determinada área sejam necessariamente um parâmetro para medir todos os períodos subsequentes.

Usar tal parâmetro faz sentido para analisar mudanças imediatas no pós-contato, mas talvez não para aquelas que ocorrem dois ou três séculos depois, como é possível nas áreas de colonização britânica inicial no leste da América do Norte ou de colonização espanhola na Flórida, no sudoeste e na América Latina. Consequentemente, não devemos empregar descuidadamente esquemas de classificação sobre artefatos “europeus” e “nativos americanos”, como se essa estrutura de comparação não avançasse no tempo, contextualmente, como fazem esses grupos culturais. Não consigo imaginar que alguém considere que o último ponto de comparação para os euro-americanos hoje, que estão na América do Norte há muitas gerações, seja seus primeiros encontros com os nativos americanos há duzentos ou quinhentos anos, ou mesmo durante a Revolução Americana na década de 1770.

CONTEXTO HISTÓRICO DOS EASTERN PEQUOT

Essas ideias surgiram em parte de engajamentos mais amplos com teorias pós-coloniais e de prática, mas também dos desafios interpretativos específicos de um projeto de pesquisa em andamento desde 2003, por meio da Escola de Campo Arqueológica dos Eastern Pequot. O projeto é uma colaboração entre a Nação Tribal dos Eastern Pequot e a Universidade de Massachusetts, de Boston, com o objetivo de estudar a história da comunidade dos Eastern Pequot, examinar a natureza da vida na reserva em períodos coloniais e formar estudantes e representantes comunitários nos métodos, teorias, práticas e políticas da arqueologia contemporânea (Silliman; Dring, 2008).

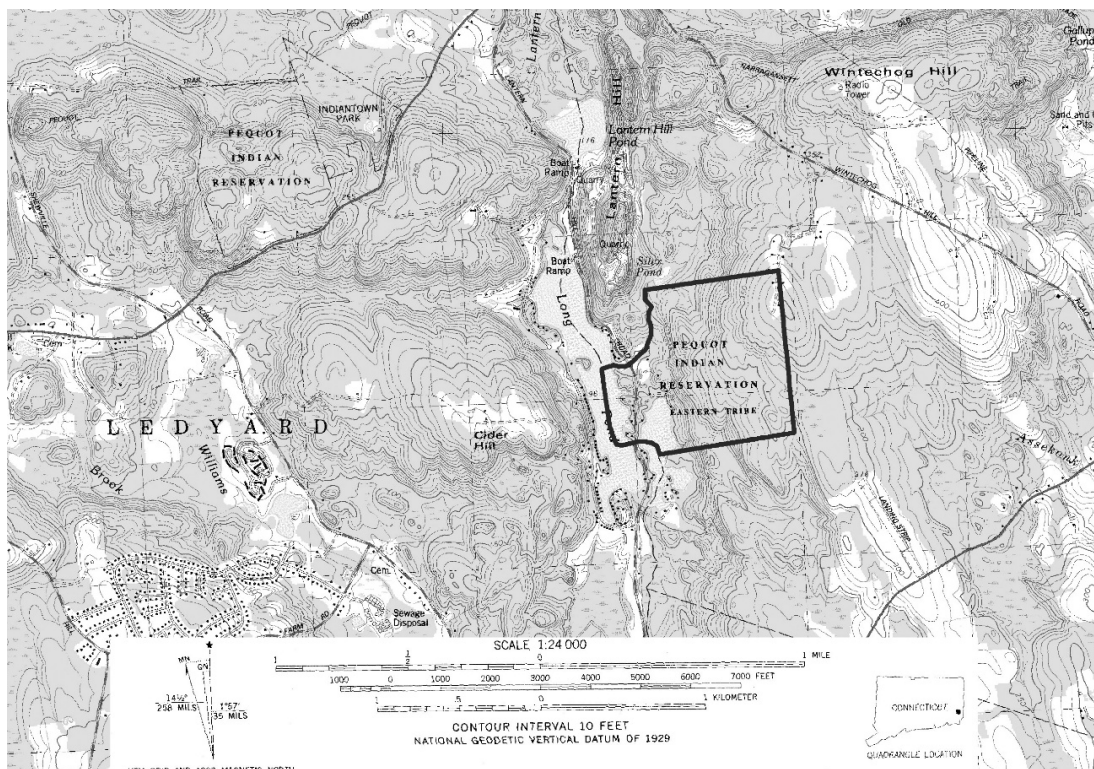
Um dos principais objetivos da comunidade era expandir o conhecimento histórico já mantido pela Nação Tribal dos Eastern Pequot e registrado em sua petição de reconhecimento federal pelo governo dos Estados Unidos (Bragdon; Simmons 1998; Eastern Pequot Tribal Nation, 2001)². O projeto concentra-se na reserva de 225 acres em North Stonington, Connecticut, que membros da comunidade dos Eastern Pequot têm ocupado nos últimos 325 anos, desde sua fundação em 1683 pela Colônia de Connecticut (Figura 2). Materializados nessa paisagem estão sítios culturais que destacam as maneiras

² Como ponto de referência, a petição de reconhecimento federal da Nação Tribal Eastern Pequot recebeu uma decisão favorável em 2002 do Bureau de Assuntos Indígenas, entrando posteriormente em um longo período de apelações, e foi finalmente revogada em 2005 por essa mesma agência, após uma reavaliação das evidências motivada politicamente. O projeto arqueológico teve início em 2003 como resultado da iniciativa proativa dos membros da comunidade Eastern Pequot em estabelecer um programa de preservação histórica e cultural, como parte de seu iminente processo de reconhecimento federal. Apesar da perda devastadora do status federal esperado, o projeto continuou a contribuir de maneira positiva (Silliman; Dring, 2008).

como materialidade, memória e prática podem revelar melhor os processos coloniais e as sobrevivências indígenas.

O estabelecimento da reserva ocorreu no volátil século XVII no sul da Nova Inglaterra. Dentro de quinze anos após o reconhecimento do rio Connecticut por Adriaen Block em 1613-1614, os Pequot – um grande grupo que tinha líderes (*sachems*), circuitos sazonais, uma economia de subsistência mista de horticultura, caça, coleta e um padrão de assentamento de grandes aldeias fluviais e costeiras, além de sítios menores em áreas elevadas e algumas zonas costeiras (McBride, 1994) – haviam estabelecido uma relação comercial exclusiva de *wampum* (contas de conchas) com os holandeses e começaram a exercer controle político e territorial sobre uma grande área (McBride, 1994, p. 13).

Figura 2. Localização da reserva dos Eastern Pequot em um mapa topográfico do Serviço Geológico dos Estados Unidos. Observe a proximidade com a reserva Western (Mashantucket) Pequot a noroeste.



Fonte: U.S. Geological Survey. Old Mystic quadrangle, Connecticut [map]. 1:24,000. 7.5 Minute Series. Reston, Virginia: United States Department of the Interior, 1983.

As relações entre grupos nativos indígenas norte-americanos e os colonos holandeses, bem como a crescente população de colonos ingleses, estavam tensas na década de 1630 (Cave, 1996; Hauptman, 1990; Salisbury, 1982). Uma série de mortes e retaliações no lado colonial e dos Pequot, juntamente com o aumento da agressão britânica, levou à Guerra dos Pequot de 1636-1637, na qual os britânicos lançaram o que muitos consideram ser a primeira tentativa real de genocídio colonial em solo norte americano.

O Tratado de Hartford de 1638, firmado após a Guerra dos Pequot, resultou na distribuição das famílias Pequot sobreviventes entre as comunidades Mohegan e Narragansett, na venda de muitos sobreviventes como escravos no Caribe e na execução de outros (Cave, 1996; Salisbury, 1982, p. 222). O tratado estipulava que os Pequot não

poderiam retornar às suas terras ancestrais nem falar novamente o nome de seu povo³. Após várias décadas e com a crescente autonomia dos grupos Pequot remanescentes em duas reservas – a ocidental (ou Mashantucket) em 1666 e a oriental (ou Pawcatuck) em 1683 –, como uma forma de segregar espacial e simbolicamente um “povo conquistado” em meio à crescente presença colonial no sul de Connecticut (Campisi, 1990; Den Ouden, 2005). Isso solidificou colonialmente uma divisão dentro desse grupo Pequot outrora unido, embora casamentos mistos e residências compartilhadas tenham ocorrido frequentemente nos séculos seguintes.

A reserva original de 280 acres dos Eastern Pequot, posteriormente reduzida para aproximadamente 225 acres, foi uma bênção contraditória. Por um lado, forneceu uma base territorial em uma paisagem colonial, embora com algumas das piores terras para cultivo, devido ao terreno rochoso cheio de cascalho glacial e solos rasos. Desde o final do século XVII, os membros da comunidade dos Eastern Pequot tiveram que defendê-la constantemente contra a invasão dos colonos (Den Ouden, 2005). Por outro lado, a reserva funcionava como um local de confinamento espacial, afastando-os de seus antigos territórios costeiros e da supervisão por parte dos colonizadores europeus e, mais tarde, dos euro-americanos. Ela simbolizava sua marginalização no mundo econômico da Nova Inglaterra colonial e seu status como um povo supostamente conquistado. No entanto, como argumenta Den Ouden (2005), a conquista no sentido militar não representou uma conquista cultural nem um golpe final para nenhum dos grupos Pequot. Até o momento, pesquisas históricas e arqueológicas sugerem que os séculos XVIII e XIX foram um período em que muitos nativos americanos no sul da Nova Inglaterra incorporaram algumas características dos modos de vida europeus/coloniais, como o cristianismo, práticas agrícolas, criação de gado e bens materiais produzidos industrialmente, enquanto continuavam com outras práticas “tradicionais” ou realizavam atividades “europeias” de maneiras distintamente “nativas americanas” (Bragdon, 1988; Cipolla, 2008; McBride, 1990, 1993, 2005; Mrozowski *et al.*, 2005; Silverman, 2005).

No século XVIII, houve uma mudança nas habitações da reserva dos Eastern Pequot, passando dos *wigwams* para estruturas emolduradas, embora os primeiros ainda fossem uma forma viável de moradia na virada do século XIX (Dwight, 1969, p. 14). As razões por trás dessas mudanças nas práticas, bem como a diversidade e o tempo das respostas, ainda não são totalmente compreendidas. No entanto, o aumento da restrição às terras da reserva pode ter impulsionado essas transformações como uma estratégia de sobrevivência, assim como ocorreu na reserva Mashantucket (Western) Pequot, que tem sido amplamente estudada por pessoas da arqueologia há mais de 25 anos (McBride, 1990, 1993, 1994, 1996, 2005). Podemos esperar alguns padrões semelhantes entre as duas reservas, dado o compartilhamento de antecedentes culturais, experiências coloniais, acesso a mercados, políticas de reserva e casamentos interétnicos.

ARQUEOLOGIA DOS EASTERN PEQUOT: UM RESUMO

A reserva dos Eastern Pequot em North Stonington, Connecticut, fornece um cenário ideal para estudar o colonialismo, sendo uma das primeiras e mais longamente

³ O termo “tribo”, usual nos Estados Unidos, foi traduzido por “povo” ou “comunidade”, dependendo do contexto.

ocupadas reservas no que hoje são os Estados Unidos. A propriedade foi habitada quase exclusivamente por membros da comunidade dos Eastern Pequot, seja por nascimento ou casamento, com a única infiltração europeia/euro-americana acontecendo principalmente por meio de pastoreio e do desmantelamento de cercas fronteiriças. Esse padrão evita o problema de atribuição cultural enfrentado por muitos sítios arqueológicos, pois praticamente todos os locais da reserva, desde a década de 1680, foram ocupados e utilizados por membros da comunidade dos Eastern Pequot. Como resultado, a reserva oferece uma janela sem precedentes para processos de longo prazo de colonialismo e sobrevivência, não de etnicidade estática, mas de comunidade e cultura negociadas. Embora não seja grande, a reserva de 225 acres permanece notavelmente preservada, com floresta secundária, poucas estradas e trilhas de terra e residências do século XX confinadas ao perímetro, afastadas da maioria dos sítios arqueológicos conhecidos. Melhor ainda, como um espaço cultural e histórico ativo para a Nação Tribal dos Eastern Pequot, a reserva oferece um espaço único para pesquisas colaborativas entre arqueólogos(os) e povos indígenas (Silliman; Dring, 2008).

A reserva, assim como sua vizinha Mashantucket Pequot a oeste, contém vários milhares de anos de ocupação indígena muito antes do período da reserva. No entanto, o objetivo principal do projeto de pesquisa tem sido documentar a variabilidade espacial e temporal das residências dos Eastern Pequot desde o final do século XVII até o início do século XX, utilizando uma variedade de levantamentos de superfície e subsuperfície e escavações em larga escala. Até o momento, as estratégias de pesquisa combinadas permitiram estudos em vários sítios e contextos fora dos sítios que abrangem o período de cerca de 1740 a 1860.

Detalhes significativos não são necessários aqui, e as localizações específicas dos sítios estão sendo omitidas para respeitar a privacidade da Nação Tribal dos Eastern Pequot e seus interesses em proteger e preservar esses recursos culturais em suas terras ancestrais. Em vez disso, ofereço um breve resumo, em ordem cronológica, de três sítios extensivamente escavados que abordam as questões interpretativas e teóricas levantadas neste artigo. Eles fornecem uma visão copiosa das práticas culturais dos Eastern Pequot em terras ancestrais e em meio às lutas pela sobrevivência na Nova Inglaterra colonial, porém exclusivamente situados dentro de parâmetros arquitetônicos, artefatuais e alimentares marcados em grande parte por materiais e tecnologias de origem europeia/euro-americana. Isso me permite desenvolver ainda mais as questões de escala e materialidade em relação ao dilema mudança-continuidade.

SÍTIO 102-124

Escavado em 2007, este sítio consiste em uma pequena área residencial (duzentos metros quadrados) descoberta inteiramente por meio de amostragens de subsuperfície. Atualmente, os dados cerâmicos situam a ocupação do sítio entre 1740 e 1760. A análise dos artefatos está em andamento, mas observações de campo e resultados preliminares indicam que a estrutura residencial pode ter sido uma cabana com alguns elementos pregados e pelo menos um painel de vidro ou, alternativamente, uma pequena estrutura de madeira estruturada sem fundação, sem porão ou espaço para rastejar, e sem chaminé.

Figura 3. Vista do Sítio 102-123, escavado em 2005 e 2006. A pilha de pedras em primeiro plano corresponde à chaminé desmoronada de uma casa de estrutura em madeira, e a leve depressão à direita é o porão preenchido que ficava sob essa casa. As pedras empilhadas ao fundo formam o pequeno recinto de muro de pedra que pode ter servido como fundação para um celeiro.



Fonte: fotografia do autor, 2008.

A escavação revelou três fossas de diferentes tamanhos dentro de um espaço de no máximo trinta metros quadrados, que continha uma variedade de resíduos domésticos. As vasilhas e utensílios de cerâmicas incluíam cerâmica vermelha comum, *Astbury-type ware*, *Staffordshire slipware*, *white salt-glazed stoneware* e *Brown Reserve porcelain* (Silliman; Witt, 2010). Também foram recuperados fragmentos de chaleira de ferro e um gancho, assim como uma bala de mosquete, numerosos alfinetes retos, contas de vidro e fragmentos de cachimbo de argila branca. Alguns fragmentos de garrafas de vidro estavam presentes, mas não em grande número. Os materiais arquitetônicos incluíam pregos de ferro forjado, uma pequena quantidade de vidro de janela e alguns buracos de postes. Os restos de alimentos incluíam gado doméstico, peixes, moluscos e outros alimentos (Fedore, 2008).

SÍTIO 102-123

Localizado a menos de cem metros do Sítio 102-124, o Sítio 102-123 foi escavado em 2005 e 2006 (Figura 3). Dados cerâmicos e de outros dados de cultura material indicam fortemente uma ocupação entre as décadas de 1760 e 1800. Ao contrário da residência anterior, esse sítio revelou componentes significativos de superfície e subsuperfície, bem como alterações proeminentes na paisagem circundante.

A área principal da residência cobre aproximadamente 2.500 metros quadrados e inclui duas chaminés colapsadas com lareiras associadas, um porão completo, um monte de rochas e conchas, um pequeno depósito de lixo, uma depressão parcialmente preenchida no formato de um porão/depósito de raízes e um pequeno cercado circular

de pedra que pode ter servido como fundação para armazenamento acima do solo. Nas proximidades, há dois cercados de pedra maiores que, possivelmente, serviram como jardins ou currais para animais.

As cerâmicas variam desde estilos de meados do século XVIII, como *white salt-glazed stoneware*, *slip ware*, a cerâmicas mais comuns no último quarto do século, como *creamware*, *early pearlware*, *english brown stoneware* e porcelana chinesa (Silliman; Witt, 2010; Witt, 2007). A cerâmica vermelha era muito comum, assim como fragmentos de tigela e haste de cachimbo de argila plástica branca (*ball clay*), vidro de garrafa e fragmentos de chaleira de ferro. Vidro de janela, uma grande variedade de pregos cortados, pedras de soleira e pilhas de chaminés colapsadas revelam a presença de pelo menos uma estrutura de tábuas de madeira.

Figura 4. Vista do Sítio 102-113, escavado em 2004. A grande pilha de pedras representa uma chaminé desmoronada, e a concavidade delimitada e parcialmente preenchida por essas pedras corresponde ao espaço rasteiro que existia sob a casa. O depósito de lixo mencionado no texto foi encontrado logo fora do enquadramento da fotografia, à esquerda.



Fonte: Fotografia do autor, 2004.

Também foram recuperados vários artefatos de metal, incluindo garfos, facas, fivelas, anéis de dedo, uma chave e vários botões (Patton, 2007). Um fragmento de ponta de projétil de pedra de data indeterminada, um punhado de lascas de *chert/flint* e duas peças inequívocas de vidro de janela trabalhado representam as tecnologias líticas usadas pelos moradores do sítio. Os vestígios faunísticos revelam a presença de gado (como bovinos e suínos), uso de recursos marinhos (como moluscos, mexilhões, ostras e peixes) e um pequeno número de outros animais da fauna local (Fedore, 2008).

SÍTIO 102-113

Esse sítio foi parcialmente escavado em 2004 (Figura 4). Objetos cerâmicos e de outras culturas materiais apontam para uma ocupação nos primeiros trinta a quarenta anos do século XIX. O sítio consiste dos restos de uma grande chaminé de pedra colapsada de uma casa de madeira estruturada que tinha um pequeno espaço para rastejar sob ela e uma rica lixeira externa. A coleção de artefatos da casa, da lixeira e da dispersão geral de artefatos ao seu redor produziu uma variedade de materiais. Entre as cerâmicas, incluíam-se *redware*, *creamware*, *pearlware*, *english brown stoneware* e porcelana. As hastes de cachimbo e os fragmentos de tigelas apareceram regularmente nas unidades de escavação, assim como vidros de janelas, cacos de garrafas e pregos.

Objetos diversos incluíam ferraduras de boi, um pequeno conjunto de contas de vidro, uma rolha de garrafa de vidro, uma gema de vidro falso, uma moeda com um furo perfurado e uma borda cortada, dois arcos de tesoura, um dedal e uma variedade de botões, fivelas e outros objetos relacionados ao vestuário (Patton, 2007). Materiais líticos incluíam algumas lascas *chert/flint*, um fragmento de tigela de pedra-sabão, um machado e uma ponta de argilito. Restos faunísticos encontrados na lixeira e nos espaços sob o piso da casa incluem gado, porco, caprinos, coelho, gato, roedores, peixes, grandes aves (como galinha e peru), tartarugas e moluscos (Cipolla, 2005, 2008; Cipolla; Silliman; Landon, 2010).

MEMÓRIA E PRÁTICA NA RESERVA DOS EASTERN PEQUOT

Uma maneira de interpretar as informações arqueológicas dos Eastern Pequot até o momento seria examiná-las em busca de evidências de mudança e continuidade cultural. Seria muito fácil alegar que o maior número de artefatos “europeus” encontrados nas residências dos Eastern Pequot nos séculos XVIII e XIX, comparado ao que se sabe sobre suas práticas culturais dos séculos XVI e XVII (por exemplo, uso de líticos, produção cerâmica local, uso de contas de conchas), indica que eles passaram por uma mudança cultural significativa. No entanto, pelas razões delineadas, essa generalização ampla corre o risco de obscurecer a complexidade do contexto e a historicidade das práticas materiais e de representar erroneamente a natureza das tradições culturais, da persistência e da sobrevivência. Em vez disso, uma análise mais detalhada dos sítios e da cultura material associada em seus contextos diacrônicos, com seus significados culturais mutáveis e nas escalas de memória provavelmente em jogo dentro das famílias e em toda a comunidade da reserva, acentuava os problemas do dilema entre mudança e continuidade e oferecia potenciais possíveis saídas.

ESTUDO DIACRÔNICO

Qualquer avaliação de mudança ou continuidade nas residências da reserva dos Eastern Pequot deve ser definida dentro de um quadro temporal apropriado, um ponto bem argumentado por Lightfoot (1995) e Tveskov (2007) em seus estudos na costa oeste da América do Norte. Estabelecer um parâmetro das práticas culturais dos Pequot para os períodos imediatamente anteriores ao contato e no início do período colonial fornece um elo necessário na cadeia histórica, mas não deve servir como referência para todos os períodos na reserva. Comparar sítios arqueológicos sequencialmente com esse parâmetro – ou seja, comparar cada sítio escavado com o parâmetro, sem compará-los entre si – geraria uma interpretação de que todos esses sítios representavam uma mudança cultural. Tal comparação seria (e de fato foi) tentadora, especialmente nas primeiras etapas do projeto de pesquisa, quando apenas um ou dois sítios haviam sido

escavados. Por exemplo, antes de 2005, a maioria dos sítios estudados datava do início a meados do século XIX, e pareciam representar elementos de mudança em relação ao século XVII. Esse tipo de salto interpretativo não é incomum em estudos arqueológicos desse gênero. No entanto, a perspectiva diacrônica do projeto revelou as falhas nesse tipo de comparação. Descobertas e escavações subsequentes de sítios intermediários entre o parâmetro e o século XIX forneceram elos necessários na cadeia e oferecem oportunidades para mudar as escalas de comparação. Justapor o local do século XIX de 102-113 com o instantâneo do parâmetro pode sugerir mudanças consideráveis com o desaparecimento das tradições cerâmicas nativas americanas, da manufatura de contas de conchas, e a diminuição das práticas líticas, bem como das atividades tradicionais de caça e coleta que complementavam a horticultura. No entanto, colocar o mesmo sítio ao lado de outro das últimas décadas do século XVIII (102-123) sugeriu continuidade. Na verdade, a análise dos três sítios resumidos indica considerável continuidade ao longo de cem anos na reserva, especialmente no aspecto crucial da manutenção da residência na própria terra. Não posso oferecer nenhuma justificativa viável para descartar esse último padrão em favor do primeiro e, de fato, argumentaria que o último padrão opera mais alinhado com a escala de memórias sociais da comunidade e das residências. As evidências apontam para estratégias e práticas de persistência comunitária, ou pelo menos trajetórias culturais, em vez de qualquer caso facilmente definido como simples mudança ou continuidade.

ESCALAS DE MEMÓRIA

As escalas de memória social desempenham um papel significativo na reformulação ou implementação de práticas culturais. Quais recursos os agentes sociais utilizam para suas ações, e onde eles estão situados no tempo e no espaço? Esta é, em parte, uma questão de tradição e *habitus*, mas não algo que possa ser facilmente definido com antecedência (Pauketat, 2001a; Tveskov, 2007). Trabalhar apenas com a noção de um parâmetro pré-contato pressupõe que todos os agentes sociais – jovens ou idosos, homens ou mulheres, economicamente estáveis ou desfavorecidos – utilizam o mesmo conjunto de conhecimentos, práticas e memórias, independentemente da passagem do tempo. Isso presumiria que os membros da comunidade dos Eastern Pequot vivendo na reserva em 1690 utilizavam práticas do início a meados de 1600 para orientar suas ações e que os Eastern Pequot habitando a reserva 150 anos depois, em 1840, fariam o mesmo. Mas isso é razoável?

Se o povo dos Eastern Pequot transmitiu muitas de suas tradições e práticas culturais no contexto de residências e socialização intergeracional, como acontece com a maioria das sociedades humanas, então essa escala de prática cultural e memória precisa ser reconhecida, em vez de ser obscurecida por uma dependência crescente do tempo decorrido até o parâmetro do “presente etnográfico”. Isso não significa que os agentes sociais indígenas nos séculos XVIII e XIX ignoravam ou nada sabiam sobre esses mundos pré-coloniais ou do início do período colonial, mas que eles podem tê-los articulado com diferentes escalas de história e conhecimento. Certamente, a história dos Eastern Pequot desde o século XVII teve momentos críticos em que indivíduos ou famílias mudaram as dimensões materiais de suas vidas, às vezes adotando bens produzidos pelos europeus no mercado, às vezes abandonando materiais que seus ancestrais usavam regularmente. O ritmo e a extensão dessas mudanças merecem atenção cuidadosa, particularmente porque os registros documentais e arqueológicos para a reserva sugerem tempos bastante variáveis para essas mudanças na cultura material e na arquitetura.

Mas esses momentos que poderíamos chamar de mudança não se repetiam a cada geração. Ou seja, cada nova geração de crianças não teve pais adotando esses bens de mercado, como cerâmicas e ferramentas de metal. Em vez disso, esses bens já faziam parte das práticas domésticas e, talvez, até mesmo das tradições familiares ou comunitárias, podendo ser herdados, por assim dizer, por meio da socialização básica e do uso cotidiano. Em certo sentido, estavam enraizados na experiência doméstica e na própria terra, tornando-se parte do que significava ser Eastern Pequot, embora talvez não de maneira emblemática. Alguns indivíduos podem ter questionado seus parentes ou amigos vivendo dentro ou perto da reserva quando começaram a adquirir bens dos mercados coloniais pela primeira vez, mas é difícil imaginar que continuaram a fazê-lo por gerações subsequentes, especialmente se eles próprios também começaram a usar objetos semelhantes.

Esses materiais podem ter sido absorvidos, talvez rotineiramente e não completamente de forma consciente, no *habitus* (Bourdieu, 1977, 1990). O que antes era *heterodoxia* pode ter se deslocado mais (embora provavelmente não completamente) para o reino da *doxa*, a nova forma de fazer as coisas. Esses objetos materiais tornaram-se elementos na reprodução social, tanto no uso contínuo quanto na propagação de práticas apoiadas por eles. Isso não significa que a continuidade aparente por cem anos na reserva representou passividade em ação ou intenção, nem sugere uma diminuição da “prática política” (Silliman, 2001) negociada pelos agentes sociais; em vez disso, sinaliza o trabalho ativo da memória e a persistência de materialidades para manter essas práticas mais próximas temporalmente. Ou, como descreve Joyce (2008; Jones, 2007), continuidade significa prática repetitiva projetada para manter as conexões materiais e sociais entre agentes humanos e objetos.

Talvez o cultivo dessas memórias sociais particulares também tenha sinalizado o inverso do trabalho de memória – mais esquecimento social – de práticas materiais mais antigas como uma estratégia de avançar em mundos coloniais complexos. Como Connerton (2006), Forty (1999), Mills (2008) e outros observam, o esquecimento deve ser reconhecido como um componente-chave da memória social, e devemos estar cientes das maneiras como ele é um processo ativo. O processo de esquecimento social pode acontecer, no entanto, de formas menos ligadas a atos nacionais, formais ou rituais. Não exibir ou usar certos objetos – como cerâmicas artesanais ou *wampum* (contas de concha) – em uma residência dos Eastern Pequot nos séculos XVIII e XIX oferece um meio pungente para esse tipo de esquecimento ativo, intencional ou não, por meio das gerações e de maneiras muito corporais e práticas. Deve-se lembrar, no entanto, que o esquecimento de uma prática material não se traduz em esquecimento da história ou da comunidade outrora moldada por essas práticas ou por esses materiais que as compõem. Não se pode usar tudo o que está disponível, assim como não se pode lembrar de tudo o que passou.

No entanto, a escala mais curta de memória coletiva envolvida na reprodução social discutida aqui para os Eastern Pequot históricos não significa que conexões mais profundas com a herança cultural não pudessem ser ou não foram forjadas. Ou seja, a interação entre lembrar e esquecer não era tão linear, como ilustram as ferramentas de pedra.

Artefatos líticos tendem a ser considerados emblemas da cultura material e da identidade nativa americana no período colonial, sendo sua presença um sinal de continuidade e, sua ausência, um sinal de mudança cultural (Cobb, 2003). Ainda assim, os sítios da reserva dos Eastern Pequot até agora sugerem algo mais complexo e talvez inesperado. O sítio mais antigo escavado na reserva, 102-124, estimado para datar entre 1740 e 1760, revelou apenas um pequeno número de artefatos líticos, principalmente

na forma de lascas. O sítio seguinte em antiguidade, 102-123, datado da segunda metade do século XVIII e provavelmente abandonado como residência no início do século XIX, produziu pouquíssimas lascas, um fragmento de ponta de flecha de idade desconhecida e duas peças inequívocas de vidro de janela trabalhado.

O sítio mais recente escavado, 102-113, datado das primeiras décadas do século XIX, não produziu vidro trabalhado e muito poucos materiais líticos – embora análises de descarna sugiram o provável uso de ferramentas de pedra, apesar de sua ausência no registro material (Cipolla, 2008) – exceto por uma descoberta surpreendente.

Enterrado em uma fossa de lixo escavada e preenchida durante a ocupação do sítio com detritos de ossos de gado e porcos, fragmentos de garrafa de vidro, *pearlware*, *redware* e objetos de metal, havia um machado de pedra, um fragmento de tigela de esteatita e uma ponta de projétil de argilito que, estilística e materialmente, sinalizam um período diferente. Outro fragmento de pedra-sabão também foi encontrado em um espaço de terra que existia sob a casa vizinha. Considerada isoladamente, essa tríplice coocorrência e a ponta formada no estilo *fox creek lanceolate* sugerem uma data entre os períodos arcaico terminal/transicional e *woodland* médio, abrangendo aproximadamente de 3700 a 1000 A.P. O contexto de deposição, no entanto, situa inequivocamente esses objetos às vezes próximos da década de 1830. Portanto, em uma reviravolta inesperada, a unidade doméstica mais recente escavada na reserva – aquela que é posterior ao uso de vidro de janela como matéria-prima para tecnologia lítica e que tinha menos lascas líticas do que os sítios anteriores – produziu as ferramentas líticas mais formais, embora provavelmente tivessem milhares de anos. Tendo determinado que sua incorporação aos resíduos domésticos não fora um mero acaso gerado pelos residentes do sítio terem escavado o espaço sob aquela casa de madeira enquadrada em um sítio pré-existente do período *woodland* inicial ou arcaico terminal e, considerando quase impossível que esses objetos tenham sido preservados e transmitidos por cem gerações, posso argumentar que alguém nessa residência da reserva deve ter encontrado esses itens antigos (talvez durante uma caminhada ou enquanto arava um campo próximo), levando-os para casa e, por fim, descartando-os no lixo. Suas intenções específicas podem nunca ser conhecidas, mas a inserção de itens materiais antigos nos espaços habitados no século XIX subverte qualquer noção simplista de mudança e continuidade.

Essa continuidade cultural aconteceu porque os nativos americanos usaram tecnologias líticas por milênios na Nova Inglaterra, embora não recentemente em residências de reservas? Ou é uma mudança cultural, já que a reincorporação dessa tecnologia (mesmo que não predominantemente, mas apenas de alguns objetos antigos) ocorreu após várias gerações quando o uso de ferramentas de pedra havia diminuído, senão desaparecido, nas residências dos Eastern Pequot na reserva? Tanto quanto as(os) arqueólogas(os) frequentemente retratam ferramentas de pedra como indicações inequívocas de padrões culturais inalterados dos nativos americanos, elas merecem uma análise mais detalhada (Silliman, 2001, 2003).

Sugiro que esses itens foram reincorporados às práticas dos Eastern Pequot, evocando memórias sociais mais profundas e trazendo-os de volta ao discurso e à visibilidade. Eles destacaram uma conexão material com o patrimônio para os povos nativos americanos que viviam em uma reserva não muito diferente da de seus pais, mas muito diferente da de seus ancestrais não tão distantes. Talvez se lembrassem de histórias transmitidas de geração em geração sobre um tempo em que os Pequot caçavam com flechas e lanças de ponta de pedra ou cozinhavam em tigelas de pedra-sabão. Talvez simbolizassem um passado nostálgico interrompido pela intervenção colonial e ajudassem os residentes das casas a contar e recontar narrativas sobre suas origens

e identidades. Talvez alguns desejassem esse passado, enquanto outros acolhessem as tecnologias que agora substituíam as ferramentas de pedra. Provavelmente nunca saberemos. No entanto, esses símbolos materiais não interromperam as conexões mais próximas que as pessoas tinham com os bens do mercado e com a comunidade e as práticas que sustentavam, e acabaram sendo descartados como lixo cotidiano nos arredores de uma casa de estrutura de madeira. Talvez esse descarte em uma lixeira, em vez de em outro lugar fora da casa, tenha resultado de debates internos da família sobre seu significado e adequação; talvez eles tenham sido novamente apanhados nas lutas materiais e sociais entre lembrar e esquecer.

OBJETOS CULTURAIS

O caso dos Eastern Pequot desvela ainda mais a identificação acrítica de objetos culturais que representam mudança-continuidade e Europeu-Nativo americano, especialmente quando estes são inadequadamente ancorados em um referencial do início do século XVII. Para ilustrar, uso *redware* (cerâmica vermelha), que é uma cerâmica relativamente grossa, esmaltada com chumbo, moldada em roda e de corpo vermelho, produzida comercialmente na Europa e importada para as colônias britânicas e, posteriormente, fabricada localmente por oleiros regionais. Esse artefato está presente em quase todos os sítios coloniais nos séculos XVII, XVIII e início do XIX na Nova Inglaterra (Noel Hume, 2001; Turnbaugh, 1983).

A questão é: como a cerâmica vermelha em uma residência dos Eastern Pequot da década de 1830 pode continuar sendo um artefato europeu/euro-americano (e um que supostamente evidencia mudança cultural)⁴, se já estava em uso na reserva e, possivelmente em residências ancestrais desta por um século? Enquanto a cerâmica vermelha, um artefato comum encontrado nos sítios dos Eastern Pequot do início do século XVIII até meados do século XIX, foi inicialmente um artefato europeu/euro-americano, recém-introduzido e adotado nas práticas materiais nativas americanas, ela não poderia continuar sendo considerada como tal.

Crianças dos Eastern Pequot criadas em residências com cerâmica vermelha e que, posteriormente, a compraram e usaram em suas próprias casas quando adultas, com seus próprios filhas(os), transformaram esses objetos em portadores de significados e práticas culturais próprias. Provavelmente compraram, venderam, trocaram, presentearam e descartaram essas vasilhas de cerâmica em contextos sociais que compunham os elementos fundamentais da vida comunitária dentro e ao redor da reserva. O mesmo pode ser dito sobre itens de vestuário, como fivelas e botões, conforme analisado por Patton (2007) em seu estudo sobre vestimentas em reservas indígenas, ou sobre cerâmicas e comunidade, conforme discutido por McNeil (2005). Quando usados na reserva e na vida comunitária nativa americana, *esses itens tornaram-se objetos dos Eastern Pequot*. No entanto, isso não ocorreu de maneira passiva, inerente, universal, inequívoca ou automaticamente; em vez disso, essa transformação se deu por meio da agência social contextual dos indivíduos, que os integraram a esses itens com práticas existentes e novas, deslocando seus significados coloniais originais para funcionar e transmitir significado nas tradições culturais e no universo material dos Eastern Pequot.

⁴ É claro que os objetos são artefatos europeus/euro-americanos quando fazem parte das práticas das residências de colonos ou assentados, desde que, é claro, esses artefatos não sejam também manuseados por trabalhadores de ascendência indígena ou africana, o que complica ainda mais a relação entre identidade cultural, origem da fabricação e uso prático (Silliman, 2010).

Nesse estágio do projeto plurianual, ainda não estou pronto para afirmar quando isso aconteceu para qualquer item de cultura material específico, em grande parte porque esse processo foi composto por uma sequência de transformações, e não por um evento único. A reserva serviu como um repositório histórico e contemporâneo de memória social e materialidades culturais sobre os quais os membros da comunidade podiam se basear em suas práticas diárias. Alguns objetos materiais atendiam bem a esses propósitos, outros provavelmente foram suficientes, e outros eram, sem dúvida, menos apropriados ou menos úteis. Da mesma forma, alguns datavam da geração dos pais de um indivíduo, enquanto outros remontavam a séculos ou até milênios de práticas culturais.

Se os Eastern Pequot usavam cerâmica vermelha, pregos, facas de metal e vidrarias para facilitar a criação de crianças, preparar comida e alimentar suas famílias, garantir a economia doméstica, redistribuir trabalho social ou tecer redes comunitárias na reserva – e as evidências arqueológicas até o momento sugerem que sim – então não deveríamos classificar esses objetos de europeus/euro-americanos (e indicadores de mudança cultural), quando os indivíduos claramente fizeram essa cultura material funcionar dentro de registros culturais importantes para a comunidade dos Eastern Pequot. Como Simmons (1986, p. 261) observou, “os sobreviventes [dos pontos de virada coloniais] sustentaram-se por meio de construções sociais e culturais que se basearam tanto no novo quanto no antigo”.

Nenhum desses aspectos exclui os significados potenciais que podem ter acompanhado tais objetos de mercado para seus usuários e observadores, mas estes devem ser estabelecidos em contextos históricos reais. No caso dos Eastern Pequot, esses contextos envolveram considerável adaptabilidade às margens da economia colonial, em um cenário de racismo, expropriação de terras e, simultaneamente, de confinamento e defesa de sua reserva (Silliman; Witt, 2010; Witt, 2007). Da mesma forma, nada disso exige que as(os) arqueólogas(os) interpretem uma vasilha de *creamware*, potencialmente passada de avós nativos americanos para seus netos ou dada como presente entre primos, como tendo o valor cultural ou potencial de memória que um cesto de fibras ou um colar de contas que também poderiam ter sido passados adiante⁵. Essas continuam sendo questões contextuais, e é fácil imaginar casos em que objetos feitos à mão ou aqueles que podem ser ligados a memórias sociais diferentes (ou mais profundas) podem evocar significados culturais distintos. Ainda assim, praticamente todo artefato encontrado em um sítio dos Eastern Pequot deve ser considerado, antes de tudo, um artefato dos Eastern Pequot, não como um emblema de etnicidade ou estilo, mas como um constituinte de práticas sociais que fomentavam a produção e a reprodução cultural. Talvez se pudesse ir tão longe a ponto de chamá-los também de artefatos nativos americanos, apenas para desafiar as suposições que muitas pessoas têm sobre as ligações assumidas entre cultura, identidade e objetos. O ponto mais importante, no entanto, é situar essas interpretações e categorias em contextos cultural e historicamente específicos.

Se não reconsiderarmos essas categorias conceituais e não prestarmos cuidadosa atenção às evidências documentais e da história oral, corremos o risco de identificar erroneamente muitos sítios nativos americanos ou outros indígenas após o impacto total do colonialismo. Por exemplo, seguindo a lógica de um dos fundadores da arqueologia histórica, que definiu sítios como “não Aborígenes” quando tinham “conjuntos de artefatos...

⁵ Aprecio muito a discussão perspicaz que tive com Edith Thomas sobre esse assunto quando ela trabalhou na reserva comigo em 2006. Sua própria experiência como mulher Akimel O’otham/San Carlos Apache e arqueóloga do Arizona clarificou meu pensamento sobre o assunto.

total ou quase totalmente não Indígenas” (Fontana, 1965, p. 63), alguém poderia tentar sugerir que os três sítios discutidos neste artigo pertenciam a residências de colonos ou assentados porque tinham perfis materiais muito semelhantes aos de casas europeias/euro-americanas. Esse risco seria ainda maior se esses sítios tivessem sido encontrados fora da reserva, onde muitos Eastern Pequot viviam enquanto permaneciam conectados às suas histórias e famílias na própria reserva. De fato, suspeito que muitos tenham passado despercebidos e que essa classificação errônea seja generalizada em toda a América do Norte e em outros lugares. Por todas as razões delineadas neste artigo até agora, essa conclusão seria profundamente falha, não apenas por negligenciar as evidências documentais e arqueológicas sobre quem residia na reserva, mas também por priorizar (fetichizar?) os artefatos, em vez das materialidades que os incorporam, dos agentes que os utilizam e das práticas por eles moldadas. Portanto, imploro a outras(os) arqueóloga(os) que trabalham em sítios domésticos ambíguos em áreas colonizadas que sejam muito cuidadosos com suas atribuições culturais de casas e objetos.

CONCLUSÃO

Uma perspectiva de longo prazo sobre as respostas diacrônicas e variáveis de uma comunidade nativa americana ao colonialismo e à vida em reserva proporcionou a oportunidade de fazer mais do que simplesmente aplicar a teoria. Ela ofereceu um contexto para repensá-la, não apenas para aprimorar a interpretação das experiências únicas dessa comunidade, mas também para reformular abordagens arqueológicas sobre materialidade, prática e memória. Rótulos culturais de longa data para as classes de artefatos deram lugar a atribuições mais fundamentadas baseadas em seu papel na prática diária e no processo de lembrança social nas terras da reserva. Paralelos podem ser encontrados em projetos arqueológicos tão distantes quanto o Mediterrâneo antigo (Dietler, 2005; Van Dommelen, 2002, 2005) e a Austrália (Harrison, 2002, 2004), ou mais próximos, nas abordagens pós-coloniais da arqueologia da América do Norte, algumas das quais foram mencionadas anteriormente (Hodge, 2005; Lightfoot; Martinez; Schiff, 1998; Loren, 2001b, 2008; Tveskov, 2007; Wilcox, 2002).

Ideias sobre mudança e continuidade cultural perderam sua oposição polar e parecem menos adequadas a um estudo multiescalar baseado em memória social e prática. Talvez uma abordagem dialética para mudança e comunidade possa se desenvolver nesse espaço, reconhecendo que mudança e continuidade são, na verdade, a mesma coisa ou, pelo menos, dimensões particulares do mesmo fenômeno (Silliman, 2005, p. 66). Ou seja, para agentes sociais, comunidades ou residências avançarem, eles precisam tanto mudar quanto permanecer os mesmos. Mas avançar significa, ao mesmo tempo, dar continuidade. Assim, a incorporação de objetos chamados “europeus/euro-americanos” nas práticas culturais indígenas ocorre de maneira a garantir sua sobrevivência como indivíduos, famílias e comunidades e não deve nos levar a interpretá-los em termos de perda ou aquiescência passiva.

Em vez disso, elas representam adições e ações situadas na lembrança e no esquecimento social. Representam o que Joyce (2008, p. 39) chama de “materialidades padronizadas” – os fragmentos mais prováveis de redes passadas de conhecimento e memória, intencionalidade e ação, personalidade e disposições corporificadas. Um exemplo do próprio processo arqueológico, e não apenas do passado arqueológico, pode revelar uma dimensão adicional do argumento desenvolvido neste artigo. A Nação Tribal dos Eastern Pequot solicitou o projeto arqueológico que se desenvolveu na Escola de Campo Arqueológico dos Eastern Pequot, mas não sem reformulá-lo de maneiras que se alinharam com as sensibilidades culturais sobre a reserva e suas terras ancestrais (Silliman; Dring, 2008).

Aqui, as novas práticas e objetos da pesquisa arqueológica foram admitidos no território e nos domínios culturais da comunidade dos Eastern Pequot. No entanto, a introdução de uma disciplina com raízes coloniais e ocidentais não significou que a comunidade se tornasse menos Eastern Pequot. Pelo contrário, essas “ferramentas” foram colocadas a serviço da comunidade, e seus oficiais designados para a preservação histórica mitigaram as perturbações do solo causadas pelas escavações ao realizar oferendas de tabaco em cada unidade aberta e ao purificar ritualmente todos os participantes (Silliman; Dring, 2008). Refletindo, talvez, a negociação de novos materiais e práticas em séculos anteriores, a memória social e as conexões com a terra encontraram nova expressão no contexto da própria arqueologia.

Em conclusão, as implicações dessa reconceitualização vão muito além da academia e daqueles interessados na história da América do Norte. Elas têm importantes ramificações políticas. As pessoas da arqueologia e o público em geral tendem a ver o aumento da dependência de bens de mercado por parte dos nativos americanos ao longo do século XIX como evidência de mudança cultural ou, de forma mais perniciosa, como sinais de aculturação – isto é, tornando-se menos indígenas e mais europeus ou brancos. Esses povos são julgados culturalmente, independentemente dos papéis desempenhados pela economia, pelo trabalho, pela acessibilidade, pela marginalização, pelo apoio familiar ou por qualquer outro fator em suas escolhas. O caso dos Eastern Pequot revelou os limites desse julgamento, particularmente quando os chamados bens “Europeus” servem às práticas das comunidades e residências indígenas.

Nossas interpretações precisam ser sensíveis à memória social desses atores do passado, em vez de se basearem nas noções de senso comum da memória social dominante dos Estados Unidos, que “se lembra” – seletiva e politicamente – de como um indígena deveria ou não parecer ou agir.

Esses mesmos julgamentos culturais não foram aplicados às famílias de europeus e euro-americanos na América do Norte. Onde estão as interpretações arqueológicas e históricas que consideram os euro-americanos nas primeiras décadas da formação dos Estados Unidos como tornando-se mais chineses porque possuíam porcelana de Cantão ou Nanquim em suas casas? Os mesmos padrões aplicados à mudança e à continuidade cultural dos nativos americanos claramente não são direcionados às residências não indígenas, e isso por uma boa razão. A maioria vê essas famílias de europeus/euro-americanos como utilizando o mercado global crescente como um recurso para sua persistência. O que deveria ser evidente é que o caso dos Eastern Pequot discutido aqui revela o mesmo resultado.

Da mesma forma, onde estão os estudos que analisam as casas do século XXI nos Estados Unidos para verificar quão cambojanos ou guatemaltecos seus moradores se tornaram pelo fato de suas roupas terem etiquetas indicando que foram produzidas nesses países? Essas interpretações não ocorrem porque todos sabem que a questão não é enquadrada adequadamente (e provavelmente seria considerada absurda)⁶ e atribui

⁶ Não defendo que devemos ignorar completamente as origens, como foi mencionado anteriormente no artigo, pois isso negaria as maneiras muito reais pelas quais as pessoas frequentemente atribuem significado aos objetos. Em vez disso, estou contrapondo opções interpretativas que são e não são utilizadas para avaliar identidades culturais e autenticidades. Além disso, ignorar as origens também serviria a agendas políticas perigosas no mundo globalizado do século XXI, ao alienar ainda mais as pessoas (consumidores) dos bens que adquirem. Os cidadãos do mundo precisam ter mais consciência sobre a procedência de seus produtos – fábricas exploradoras, fazendas industriais, plantações de comércio justo, jardins orgânicos – e não menos. No entanto, esse é um outro argumento para um contexto diferente.

um significado excessivo às origens dos objetos nas práticas cotidianas. Então, por que persistimos em aplicar esses padrões aos nativos americanos, historicamente e ainda hoje? A conscientização política e a adoção de estruturas analíticas mais rigorosas são necessárias para lidar com essa discrepância.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e reconhecer os membros da comunidade da Nação Tribal dos Eastern Pequot (até o verão de 2008), cujas contribuições como presidentes comunitários, estagiários, consultores, oficiais de preservação histórica e escavadores no local tornaram este projeto prazeroso e bem-sucedido: Nuffy Cagle, George “Old Crow” Cook, Royal “Two Hawks” Cook, Jim Cunha, Katherine “Wataswan” Sebastian Dring, Alicia Flowers, Marcia Flowers, Darlene “Tubby” Fonville, Natasha Gambrell, Brenda Geer, Sakima Jackson, Eustace Lewis, Linda McCall, Norma Parrish, Lewis Randall, Bobby “Little Bear” Sebastian, Ralph “Sequoyah” Sebastian, Roy Sebastian (Chief Hockeo) e Shianne Sebastian. Além disso, não posso expressar gratidão suficiente ao Conselho Tribal, coletivamente, por seus insights, encorajamento e aprovação para continuar este trabalho e distribuir seus resultados a públicos mais amplos. Além disso, esta pesquisa não teria sido possível sem o trabalho árduo de muitos estudantes de graduação e pós-graduação ao longo dos anos, que se tornaram muitos para serem reconhecidos individualmente. Também agradeço a generosidade e disposição para discutir ideias e compartilhar dados sempre demonstrada por Kevin McBride, Russ Handsman, Jason Mancini e outros no Museu e Centro de Pesquisa Mashantucket Pequot. As ideias apresentadas neste artigo foram aprimoradas graças à leitura cuidadosa e crítica de Tim Pauketat, Patrick Lyons e outros revisores anônimos, bem como pela audiência que assistiu a uma apresentação anterior deste material no Museu de Arqueologia e Etnologia Peabody, da Universidade de Harvard. Este projeto foi financeiramente apoiado pela National Science Foundation (BCS #0623532), pela Wenner-Gren Foundation e pela Universidade de Massachusetts Boston. Michelle Rosado Martír ajudou a traduzir o resumo para o espanhol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOCK, Susan E. *Archaeologies of the Greek past: landscape, monuments, and memories*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2002.
- BARRETT, John C. Agency, the duality of structure, and the problem of the archaeological record. *In: HODDER, Ian (ed.). Archaeological theory today*. Oxford (UK): Blackwell, 2001. p. 141-164.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of the theory of practice*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *The logic of practice*. Cambridge (UK): Polity Press, 1990.
- BRAGDON, Kathleen J.; SIMMONS, William S. *Eastern Pequot Indians of Connecticut: petition for federal acknowledgement as an American Indian Tribe*. Washington (DC/EUA): Department of the Interior, 1998.
- BRAGDON, Kathleen. The material culture of the Christian Indians of New England, 1650-1775. *In: BEAUDRY, Mary C. (ed.). Documentary archaeology in the New World*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1988. p. 126-131.
- BREGLIA, Lisa. *Monumental ambivalence: the politics of heritage*. Austin (Texas/EUA): University of Texas Press, 2006.

- BREGLIA, Lisa. When patrimonies collide: the case of Chunchucmil, Yucatán. In: MORTENSON, Lena; HOLLOWELL, Julie (ed.). *Ethnographies and archaeologies: iterations of the past*. Gainesville (Flórida/EUA): University Press of Florida, 2009.
- CAMPISI, Jack. The emergence of the Mashantucket Pequot Tribe, 1637-1975. In: HAUPTMAN, Laurence M.; WHERRY, James D. (ed.). *The Pequots in Southern New England: the fall and rise of an American Indian Nation*. Norman (Oklahoma/EUA): University of Oklahoma Press, 1990. p. 117-139.
- CAVE, Alfred A. *The Pequot War*. Amherst (Massachusetts/EUA): University of Massachusetts Press, 1996.
- CIPOLLA, Craig N. *Negotiating boundaries of colonialism: nineteenth-century lifeways on the Eastern Pequot Reservation, North Stonington, Connecticut*. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2005.
- CIPOLLA, Craig N. Signs of identity, signs of memory. *Archaeological Dialogues*, v. 15, n. 2, p. 196-215, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1380203808002675>.
- CIPOLLA, Craig N.; SILLIMAN, Stephen W.; LANDON, David B. “Making do”: nineteenth-century subsistence practices on the Eastern Pequot Reservation. *Northeast Anthropology*, v. 74, n. 2, p. 41-64, 2010.
- COBB, Charles (ed.). *Stone tool traditions in the contact era*. Tuscaloosa (Alabama/EUA): University of Alabama Press, 2003.
- CONNERTON, Paul. Cultural Memory. In: TILLEY, Christopher; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susan; ROWLANDS, Michael; SPYER, Patricia (ed.). *Handbook of material culture*. London (UK): Sage, 2006. p. 315-324.
- CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1989.
- CUSICK, James (ed.). *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Carbondale (Illinois/EUA): Southern Illinois University, 1998.
- DEN OUDEN, Amy E. *Beyond conquest: native peoples and the struggle for history in New England*. Lincoln (Nebraska/EUA): University of Nebraska Press, 2005.
- DIETLER, Michael. The archaeology of colonization and the colonization of archaeology: theoretical challenges from an ancient Mediterranean colonial encounter. In: STEIN, Gil J. (ed.). *The archaeology of colonial encounters: comparative perspectives*. Santa Fe (Novo México): School for American Research Press, 2005. p. 33-68.
- DWIGHT, Timothy. *Travels in New England and New York*. Cambridge (UK): Belknap Press of Harvard University Press, 1969. v. 3.
- EASTERN PEQUOT TRIBAL NATION. *Being an Indian in Connecticut: the Eastern Pequot Tribe of Connecticut’s comments on the proposed findings of the Bureau of Acknowledgment and Recognition of March, 2000*. Washington (DC/EUA): Bureau of Acknowledgment and Recognition, 2001.
- FEDORE, Michael A. *Consumption and colonialism: a zooarchaeological analysis of two eighteenth-century sites on the Eastern Pequot Reservation*. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2008.
- FONTANA, Bernard L. On the meaning of historic sites archaeology. *American Antiquity*, v. 31, p. 61-65, 1965. DOI: <https://doi.org/10.2307/2694022>.

- FORTY, Adrian. Introduction. In: FORTY, Adrian; KÜCHLER, Susan (ed.). *The art of forgetting*. Oxford (UK): Berg, 1999. p. 1-18.
- GOSDEN, Chris. *Archaeology and colonialism: cultural contact from 5000 BC to the present*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2004.
- HALL, Martin. *Archaeology and the modern world: colonial transcripts in South Africa and the Chesapeake*. London (UK): Routledge, 1999.
- HARRISON, Rodney. Australia's Iron Age: aboriginal post-contact metal artifacts from old Lamboo Station, Southeast Kimberley, Western Australia. *Australasian Historical Archaeology*, v. 20, p. 67-76, 2002.
- HARRISON, Rodney. Shared histories and the archaeology of the pastoral industry in Australia. In: HARRISON, Rodney; WILLIAMSON, Christine (ed.). *After Captain Cook: the archaeology of the recent indigenous past in Australia*. Walnut Creek (Califórnia/EUA): AltaMira Press, 2004. p. 37-58.
- HART, Siobhan. Mixed assemblages and indigenous agents: decolonizing Pine Hill. *Northeast Anthropology*, v. 68, p. 57-72, 2004.
- HAUPTMAN, Laurence M. The Pequot War and its legacies. In: HAUPTMAN, Laurence M.; WHERRY, James D. (ed.). *The Pequots in southern New England: The Fall and Rise of an American Indian Nation*. Norman (Oklahoma/EUA): University of Oklahoma Press, 1990. p. 69-80.
- HODGE, Christina J. Faith and practice at an early-eighteenth-century Wampanoag burial ground: the Waldo Farm site in Dartmouth, Massachusetts. *Historical Archaeology*, v. 39, n. 4, p. 73-94, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03376705>.
- JONES, Andrew. *Memory and material culture*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2007.
- JOYCE, Rosemary A. Concrete memories: fragments of the Maya past in the Classic Maya present (500-1000 AD). In: VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory*. Malden (Massachusetts/EUA): Blackwell, 2003. p. 104-125.
- JOYCE, Rosemary A. Practice in and as deposition. In: MILLS, Barbara J.; WALKER, William H. (ed.). *Memory work: archaeologies of material practices*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School for Advanced Research Press, 2008. p. 25-39.
- LIGHTFOOT, Kent G. Culture contact studies: redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. *American Antiquity*, v. 60, p. 199-217, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/282137>.
- LIGHTFOOT, Kent G. *Indians, missionaries, and merchants: the legacy of colonial encounters on the California frontiers*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Press, 2004.
- LIGHTFOOT, Kent G.; MARTINEZ, Antoinette; SCHIFF, Ann M. Daily practice and material culture in pluralistic social settings: an archaeological study of culture change and persistence from Fort Ross, California. *American Antiquity*, v. 63, p. 199-222, 1998. DOI: <https://doi.org/10.2307/2694694>.
- LILLEY, Ian (ed.). *Native title and the transformation of archaeology in a postcolonial world*. Sydney (Austrália): University of Sydney, 2000.
- LOREN, Diana D. Manipulating bodies and emerging traditions at the Los Adaes Presidio. In: PAUKETAT, Timothy R. (ed.). *The archaeology of traditions: the Southeast before and after Columbus*. Gainesville (Flórida): University Press of Florida, 2001a. p. 58-76.

- LOREN, Diana D. Refashioning a body politic in colonial Louisiana. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 13, n. 2, p. 231-237, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1017/S095977430322014X>.
- LOREN, Diana D. Social skins: orthodoxies and practices of dressing in the early colonial lower Mississippi Valley. *Journal of Social Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 172-189, 2001b. DOI: <https://doi.org/10.1177/146960530100100202>.
- LOREN, Diana D. *In contact: bodies and spaces in the sixteenth- and seventeenth-century Eastern Woodlands*. Lanham (Maryland/EUA): Alta Mira Press, 2008.
- LYONS, Claire L.; PAPADOPOULOS, John K. (ed.). *The archaeology of colonialism*. Los Angeles (Califórnia): The Getty Research Institute, 2002.
- MCBRIDE, Kevin A. "Ancient & crazie": Pequot lifeways during the historic period. In: BENES, Peter (ed.). *Algonkians of New England: past and present*. Boston (Massachusetts/EUA): Annual Proceedings of the 1991 Dublin Folklife Seminar, 1993. p. 63-75.
- MCBRIDE, Kevin A. Cultures in transition: the eastern Long Island sound culture area in the prehistoric and contact periods. *Journal of Connecticut History*, v. 35, n. 1, p. 5-21, 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/44369379>.
- MCBRIDE, Kevin A. The historical archaeology of the Mashantucket Pequot. In: HAUPTMAN, Laurence; WHERRY, James D. (ed.). *The Pequots: the fall and rise of an American Indian nation*. Norman (Oklahoma/EUA): University of Oklahoma Press, 1990. p. 96-116.
- MCBRIDE, Kevin A. The legacy of Robin Cassacinamon: Mashantucket leadership in the historic period. In: GRUMET, Robert (ed.). *Northeastern Indian Lives, 1632-1816*. Amherst (Massachusetts/EUA): University of Massachusetts Press, 1996. p. 74-93.
- MCBRIDE, Kevin A. Transformation by degree: eighteenth century Native American land use. In: CAMPISI, Jack (ed.). *Eighteenth century native communities of southern New England in the colonial context*. Mashantucket (Nova Inglaterra/EUA): Mashantucket Pequot Museum and Research Center, 2005. p. 35-56.
- MCNEIL, Julie A. *Potsherds and people: considering the connections between ceramics and identity at the Eastern Pequot Tribal Nation Reservation, North Stonington, Connecticut*. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2005.
- MESKELL, Lynn. Memory's materiality: ancestral presence, commemorative practice, and disjunctive locales. In: VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory*. Malden (Massachusetts/EUA): Blackwell, 2003. p. 34-55.
- MESKELL, Lynn. *Object worlds in Ancient Egypt: material biographies past and present*. Oxford (UK): Berg, 2004.
- MILLS, Barbara J. Remembering while forgetting: depositional practices and social memory at Chaco. In: MILLS, Barbara J.; WALKER, William H. (ed.). *Memory work: archaeologies of material practices*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School for Advanced Research Press, 2008. p. 81-108.
- MILLS, Barbara J.; WALKER, William H. (ed.). *Memory work: archaeologies of material practices*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School for Advanced Research Press, 2008.
- MURRAY, Tim (ed.). *The archaeology of contact in settler societies*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2004.
- MROZOWSKI, Stephen; HERBSTER, Holly; BROWN, David; PRIDDY, Katherine L. Magunkaquoq: Native American conversion and cultural persistence. In: CAMPISI, Jack (ed.).

- Eighteenth century native communities of southern New England in the colonial context.* Mashantucket (Nova Inglaterra/EUA): Mashantucket Pequot Museum and Research Center, 2005. p. 57-71.
- NOEL HUME, Ivor. *A guide to the artifacts of colonial America.* Philadelphia (Pennsylvania/EUA): University of Pennsylvania Press, 2001.
- OLIVIER, Laurent. The past of the present: archaeological memory and time. *Archaeological Dialogues*, v. 10, p. 204-213, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1380203804001254>.
- PATTON, Jonathan K. Material studies of Eastern Pequot clothing in eighteenth- and nineteenth-century Connecticut: issues in collaborative indigenous archaeology. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2007.
- PAUKETAT, Timothy R. A new tradition in archaeology. In: PAUKETAT, Timothy R. (ed.). *The archaeology of traditions: the Southeast before and after Columbus.* Gainesville (Flórida/EUA): University Press of Florida, 2001a. p. 1-16.
- PAUKETAT, Timothy R.; ALT, Susan. Mounds, memory, and contested Mississippian history. In: VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory.* Malden (Massachusetts/EUA): Blackwell, 2003. p. 151-179.
- PAUKETAT, Timothy R. Practice and history in archaeology: an emerging paradigm. *Anthropological Theory*, v. 1, p. 73-98, 2001b. DOI: <https://doi.org/10.1177/146349960100100105>.
- PRINCE, Paul. Cultural coherency and resistance in historic-period Northwest-Coast mortuary practices at Kimsquit. *Historical Archaeology*, v. 36, n. 4, p. 50-65, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03374369>.
- QUIMBY, George L.; SPOEHR, Alexander. Acculturation and material culture. *Fieldiana: Anthropology*, v. 36, n. 6, p. 107-147, 1951. DOI: <https://doi.org/10.5962/bhl.title.5135>.
- RUBERTONE, Patricia E. *Grave undertakings: an archaeology of Roger Williams and the Narragansett Indians.* Washington (DC/EUA): Smithsonian Institution Press, 2001.
- RUBERTONE, Patricia E. The historical archaeology of Native Americans. *Annual Review of Anthropology*, v. 29, p. 452-446, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.29.1.425>.
- SALISBURY, Neal. *Manitou and providence: Indians, Europeans, and the making of New England, 1500-1643.* New York (Nova York/EUA): Oxford University Press, 1982.
- SCHRIRE, Carmel. *Digging through darkness: chronicles of an archaeologist.* Charlottesville (Virginia/EUA): University Press of Virginia, 1995.
- SILLIMAN, Stephen W. Agency, practical politics, and the archaeology of culture contact. *Journal of Social Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 184-204, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/146960530100100203>.
- SILLIMAN, Stephen W. Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of Native North America. *American Antiquity*, v. 70, p. 55-74, 2005. DOI: <https://doi.org/10.2307/40035268>.
- SILLIMAN, Stephen W.; DRING, Katherine H. Sebastian. Working on pasts for futures: Eastern Pequot field school archaeology in Connecticut. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology.* Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2008. p. 67-87.
- SILLIMAN, Stephen W. Indigenous traces in colonial spaces: archaeologies of ambiguity, origin, and practice. *Journal of Social Archaeology*, v. 10, n. 1: p. 28-58. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/1469605309353127>.

- SILLIMAN, Stephen W. Using a rock in a hard place: Native American lithic practices in colonial California. In: COBB, Charles (ed.). *Stone tool traditions in the contact era*. Tuscaloosa (Alabama/EUA): University of Alabama Press, 2003. p. 127-150.
- SILLIMAN, Stephen W.; WITT, Thomas A. The complexities of consumption: Eastern Pequot cultural economics in 18th-century colonial New England. *Historical Archaeology*, v. 44, n. 4, p. 46-68, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03376811>.
- SILVERMAN, David J. *Faith and boundaries: colonists, Christianity, and community among the Wampanoag Indians of Martha's Vineyard, 1600-1871*. New York (US): Cambridge University Press, 2005.
- SIMMONS, William S. *Spirit of the New England tribes: Indian history and folklore, 1620-1984*. Hanover (Nova Inglaterra/EUA): University Press of New England, 1986.
- STEIN, Gil J. (ed.). *The archaeology of colonial encounters*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School of American Research Press, 2005.
- THOMAS, Nicholas. *Colonialism's culture: anthropology, travel, and government*. Princeton (Nova Jersey/EUA): Princeton University Press, 1994.
- THOMAS, Nicholas. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge (UK): Harvard University Press, 1991.
- TURGEON, Laurier. The tale of the kettle: odyssey of an intercultural object. *Ethnohistory*, v. 44, n. 1, p. 1-29, 1997. DOI: <https://doi.org/10.2307/482899>.
- TURNBAUGH, Sarah P. 17th and 18th century lead-glazed redwares in the Massachusetts Bay Colony. *Historical Archaeology*, v. 17, n. 1, p. 3-17, 1983.
- TVESKOV, Mark. Social identity and culture change on the southern Northwest Coast. *American Anthropologist*, v. 109, n. 3, p. 431-441, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.2007.109.3.431>.
- VAN DOMMELEN, Peter. Ambiguous matters: colonialism and local identities in Punic Sardinia. In: LYONS, Claire L.; PAPADOPOULOS, John K. (ed.). *The archaeology of colonialism*. Los Angeles (Califórnia/EUA): Getty Research Institute, 2002. p. 121-147.
- VAN DOMMELEN, Peter. Colonial interactions and hybrid practices: Phoenician and Carthaginian settlement in the ancient Mediterranean. In: STEIN, Gil J. (ed.). *The archaeology of colonial encounters*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School of American Research Press, 2005. p. 109-141.
- VAN DOMMELEN, Peter. Colonial matters: material culture and postcolonial theory in colonial situations. In: TILLEY, Christopher; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susan; ROWLANDS, Michael; SPYER, Patricia (ed.). *Handbook of material culture*. London (UK): Sage, 2006, p. 104-123.
- VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory*. Malden (Massachusetts/EUA): Wiley-Blackwell, 2003.
- VAN DYKE, Ruth M. Memory, meaning, and masonry: the Late Bonito Chacoan landscape. *American Antiquity*, v. 69, p. 413-431, 2004. DOI: <https://doi.org/10.2307/4128400>.
- VAN DYKE, Ruth M. Temporal scale and qualitative social transformation at Chaco Canyon. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 19, n. 1, p. 70-78, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0959774308000073>.
- WILCOX, Michael V. Social memory and the Pueblo Revolt: a postcolonial perspective. In: PREUCEL, Robert W. (ed.). *Identity, meaning, and renewal in the Pueblo world*. Albuquerque (Novo México): University of New Mexico Press, 2002. p. 167-179.

WITT, Thomas A. *Negotiating colonial markets: the navigation of eighteenth-century colonial economies by the Eastern Pequot*. Thesis (Master) Boston: University of Massachusetts, Boston, 2007.

YOFFEE, Norman (ed.). *Negotiating the past in the past: identity, memory, and landscape in archaeological research*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2007.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

TEORIZANDO AS INTERAÇÕES INDÍGENAS-COLONIAIS NAS AMÉRICAS*

Craig N. Cipolla, Tradução de Luiza Vinhosa Rabelo**

TRADUÇÃO

RESUMO

O artigo de Craig N. Cipolla aborda as relações entre as teorias e pesquisas arqueológicas e o tratamento dado aos povos colonizados nas Américas. A perspectiva colonialista reproduzida em muitos trabalhos científicos vem desempenhando um papel opressor sobre as populações indígenas, gerando um impacto negativo sobre sua sobrevivência e condições de vida. O texto se inicia com uma revisão das linhas teóricas mais tradicionais, que muitas vezes reforçam os padrões colonialistas. A seguir, prossegue com uma discussão crítica das contribuições teóricas descoloniais mais recentes, que buscam impactar de forma positiva a vida dos povos indígenas atuais. Cipolla finaliza apresentando propostas para a construção de uma arqueologia colaborativa, que também leve em consideração os conhecimentos indígenas nos estudos das interações indígenas-coloniais.

Palavras-chave: Interações indígenas-coloniais; Descolonização; Arqueologia colaborativa.

* From: *The Routledge Handbook of the Archaeology of Indigenous-Colonial Interaction in the Americas*, Edition by Lee M. Panich and Sara L. Gonzalez. ©2021 by Routledge. Reproduced by permission of Taylor & Francis Group.

** Mestre em arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em história pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense. Pós-graduada em nível de especialização *lato sensu* em tradução profissional pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
E-mail: luiza_vinhosa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4517-4708>

THEORIZING COLONIAL INDIGENOUS INTERACTIONS IN THE AMERICAS

ABSTRACT

Craig N. Cipolla's study addresses the relationship between archaeological theories and research and the treatment of colonized peoples in the Americas. The colonialist perspective in many scientific works has oppressed Indigenous populations, negatively impacting their survival and living conditions. This study reviews the more traditional theoretical lines that often reinforce colonialist patterns to then critically discuss more recent decolonial theoretical contributions that seeking to positively impact the lives of today's Indigenous peoples. Cipolla concludes by offering proposals to construct a collaborative archaeology that considers Indigenous knowledge in studies of Indigenous-colonial interactions.

Keywords: Indigenous-colonial interactions; Decolonization; Collaborative archaeology.

TEORIZACIÓN DE LAS INTERACCIONES INDÍGENAS COLONIALES EN LAS AMÉRICAS

RESUMEN

El artículo de Craig N. Cipolla aborda la relación entre las teorías e investigaciones arqueológicas y el trato a los pueblos colonizados en América. La perspectiva colonialista reproducida en muchos trabajos científicos ha desempeñado un papel opresor sobre las poblaciones indígenas, lo cual repercutió negativamente en su supervivencia y condiciones de vida. Este texto comienza con una revisión de las líneas teóricas más tradicionales, que muchas veces refuerzan los patrones colonialistas. A continuación, discute críticamente las aportaciones teóricas decoloniales más recientes, las cuales pretenden tener un impacto positivo en la vida de los pueblos indígenas actuales. En la conclusión, Cipolla presenta propuestas para construir una arqueología colaborativa que también tenga en cuenta el conocimiento indígena en los estudios de las interacciones indígenas coloniales.

Palabras clave: Interacciones indígenas coloniales; Descolonización; Arqueología colaborativa.

DESCOLONIZANDO A TEORIA, TEORIZANDO A DESCOLONIZAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO

Após duas décadas desde a sua primeira publicação, o livro *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*, de Linda Tuhiwai Smith, continua a ser uma contribuição inovadora e revolucionária para a literatura mundial sobre a descolonização. Segundo Smith (2012),

A forma como a pesquisa científica esteve envolvida nos piores excessos do colonialismo ainda é uma história poderosa lembrada por muitos povos colonizados ao redor do mundo. É uma história que ainda fere, no sentido mais profundo, a nossa humanidade... É perturbador saber que o Ocidente pode desejar, extrair e reivindicar a posse de nossos modos de conhecer, de nossa imagem, das coisas que criamos e produzimos e, ao mesmo tempo, rejeitar as pessoas que criaram e desenvolveram essas ideias, além de negar-lhes outras oportunidades de serem criadoras de suas próprias culturas e de suas próprias nações.

Essa citação evidencia as conexões profundas e problemáticas entre o colonialismo ocidental e as pesquisas sobre os povos indígenas. Smith destacou a ligação profunda entre os estudos acadêmicos ocidentais acríticos e o tratamento injusto dado aos povos indígenas – incluindo representações equivocadas, privação de direitos e até mesmo violência. Smith desafiou as suposições dos pesquisadores ocidentais sobre a autoridade de seus olhares e expôs a falácia das afirmações feitas pela ciência ocidental sobre trabalhar em prol de um “bem maior”. O trabalho de Smith se baseou e acompanhou os desafios anteriores aos paradigmas ocidentais expressos por ativistas e acadêmicos vinculados ao Movimento Indígena Americano (AIM), como Vine Deloria Jr. (1997, 2003, 2012; Steeves, 2014). Deloria (1997) alertou contra as dimensões fechadas, isoladas e às vezes religiosas da ciência ocidental e mostrou como esses pontos fracos serviram para colonizar ainda mais a América do Norte, cortando os laços dos nativos americanos com a terra e marginalizando suas habilidades, conhecimentos e experiências. Perspectivas críticas como essas mostram que a pesquisa arqueológica não é realizada no vácuo; ela afeta o mundo que existe além dos artigos de periódicos, cursos universitários e questões de estabilidade profissional dos arqueólogos. Mais problemático do que isso, ela pode causar impactos negativos profundos, principalmente para os membros do “bem maior” que não fazem parte do grupo dominante (ou seja, homens ocidentais).

As novas perspectivas descoloniais na pesquisa arqueológica indicam que ainda há esperança; ainda há oportunidade de repensar a disciplina e refazê-la com nova atenção às subjetividades e “padrões” não ocidentais. Os arqueólogos podem levantar e explorar questões pragmáticas, considerando criticamente as diferenças – positivas e negativas – que as pesquisas podem fazer para um segmento mais amplo da sociedade, incluindo comunidades e nações indígenas. Podemos nos esforçar para elaborar projetos que contribuam especificamente para melhorar as condições de vida dos indígenas, que desafiem e dificultem estereótipos e clichês coloniais, que se engajem sinceramente com a relação entre nossa disciplina e o trauma colonial (Methot, 2019) e que incorporem ou se baseiem nos modos de ser e de conhecer dos indígenas locais (Silliman, 2008). Muitas dessas novas perspectivas assumem a forma de arqueologias indígenas e colaborativas. De uma forma ou de outra, cada uma dessas novas perspectivas valoriza a autodeterminação e a soberania indígenas (Smith, 2012).

Mas como tudo isso se relaciona com a teoria arqueológica? Segundo as observações de autores como Johnson (2020; Harris; Cipolla, 2017), a teoria arqueológica tem o potencial

de criar jargões novos e intimidantes que tendem a afastar todos, com exceção dos mais esforçados teóricos da arqueologia. Para piorar a situação, alguns teóricos da arqueologia usam uma retórica que, na minha opinião (Cipolla, 2017b; Fowles, 2016; Harris; Cipolla, 2017), desvaloriza as experiências coloniais indígenas. Por exemplo, arqueólogos simétricos, como Bjørnar Olsen (2010), equipararam os artefatos e materiais arqueológicos aos “Outros” subalternos colonizados por humanos em geral. A utilidade desse tipo de argumento para a arqueologia das interações indígenas-coloniais é, na melhor das hipóteses, questionável e, de acordo com minhas experiências, serve apenas para reforçar as paredes de nossas torres de marfim em vez de ajudar a construir novas conexões para além delas.

No entanto, os arqueólogos tendem a *pensar cuidadosamente em* como querem conduzir suas pesquisas ou interpretar o passado antes de fazê-lo de fato. Da mesma forma, os arqueólogos tendem a reconhecer a importância de tentar explicitar e esclarecer suas abordagens e quaisquer pressupostos subjacentes associados a elas enquanto refletem sobre suas pesquisas. Por fim, muitos arqueólogos estão abertos a repensar e ajustar continuamente seu trabalho à medida que escavam novos sítios, encontram novos materiais e dialogam com novas pessoas. Todas essas atividades envolvem teoria! Além disso, algumas teorias têm o potencial de nos ajudar a identificar, contornar ou substituir os padrões que herdamos do nosso mundo – o que, de acordo com minha perspectiva, é excelente para qualquer projeto de arqueologia que priorize a descolonização.

Neste capítulo, apresento as maneiras pelas quais várias tendências teóricas na história das arqueologias indígenas-coloniais das Américas se relacionam com o projeto mais amplo de descolonização proposto por pensadores como Smith e Deloria. Começo com uma revisão das linhas de pensamento mais influentes até o momento, incluindo a aculturação, a prática, o pós-colonialismo e o pragmatismo. Em seguida, discuto as contribuições mais recentes, da agência dos objetos ao pós-humanismo e das viradas ontológicas aos feminismos indígenas. Finalizo retornando à descolonização, destacando as linhas de pensamento que considero mais promissoras para o futuro das arqueologias indígenas-coloniais nas Américas.

PRINCIPAIS LINHAS DE PENSAMENTO

Aculturação

A influência da aculturação na história dos estudos arqueológicos das interações indígenas-coloniais nas Américas é inegável (Cipolla, 2013, p. 14-16; Cusick, 1998b; Fitzhugh, 1985; Rubertone, 2000). Esse quadro teórico foi a base para grande parte das primeiras pesquisas sobre os sítios e achados indígenas-coloniais. Inicialmente parte dos debates do século XIX sobre cidadania e imigração nos Estados Unidos, a “aculturação” em sua origem se referia especificamente às adaptações e mudanças que os novos cidadãos e habitantes faziam ao se tornarem parte do chamado “*melting pot*”¹ (Cusick, 1998a, 1998b; Rubertone, 2000). As primeiras discussões sobre aculturação reduzem a interação intercultural a um processo rígido, determinista e assimétrico; tais discussões

¹ N.T.: O *melting pot* é um conceito teórico estadunidense que preconiza que as diferenças étnicas e culturais existentes em um território tendem a desaparecer com o tempo, originando uma nova sociedade mais homogênea. O termo é uma metáfora que surgiu a partir do significado original de *melting pot*, que é o “caldeirão” onde são derretidos e fundidos diversos metais ou outras substâncias.

consideravam que “tornar-se americano” significava o apagamento e substituição iminentes de práticas “tradicionais”, tradições e identidades.

Na década de 1930, os antropólogos adotaram o termo. No *Memorando para o estudo da aculturação*, Redfield, Linton e Herskovits (1936) definiram aculturação, grosso modo, como qualquer mudança resultante da interação entre grupos culturais outrora distintos. No mesmo ano, o arqueólogo Meyer Fortes defendeu o dinamismo e a criatividade das situações de contato cultural. Para ele, o contato cultural “não é uma transferência de elementos de uma cultura para outra, mas um processo de interação contínuo entre grupos de diferentes culturas” (Fortes, 1936, p. 53). Em oposição às discussões do *melting pot* mencionadas anteriormente, Fortes destacou a manutenção de diferenças nessas interações, apesar do intercâmbio de materiais, ideias e práticas. Apesar da flexibilidade dessas definições e aplicações antropológicas iniciais, a maioria das pesquisas da época regressou a um modelo normativo de cultura, tratando as “culturas” indígena e colonial como entidades homogêneas e especificamente demarcadas. A premissa era que o contato contínuo entre grupos antes separados sempre levaria a uma redução das diferenças (Jones, 1997, p. 53-54).

Em meados do século XX, antropólogos como Foster (1960) e Spicer (1961, 1962) defenderam a complexidade da mudança e da continuidade culturais nas Américas. O trabalho de Spicer concentrou-se na complexa inter-relação entre os artefatos e as práticas e crenças indígenas. Através de alguns exemplos, ele mostrou como povos indígenas adotaram novos tipos de artefatos e, ao mesmo tempo, mantiveram antigas formas de agir e pensar. Em outros casos, entretanto, ele se deparou com o oposto: povos indígenas que modificaram drasticamente suas estruturas sociais e práticas “tradicionais”, mas continuaram a usar seus artefatos “tradicionais” (Spicer, 1961, p. 542).

Os primeiros estudos arqueológicos sobre aculturação não contemplaram essas nuances. As discussões arqueológicas sobre aculturação começaram a partir de um retorno às raízes históricas do termo, resgatando um modelo baseado em essências materiais reducionistas. Esses estudos geralmente recebiam influência do artigo frequentemente citado “Aculturação e cultura material”, de Quimby e Spoehr (1951), que traçou uma tipologia dos artefatos indígenas do período colonial. Eles classificaram os artefatos indígenas com base nas origens de seus vários atributos (ou seja, forma, matéria-prima, tecnologia e função pretendida). Por exemplo, um chocalho chippewa confeccionado com uma lata de bicarbonato de sódio em vez da cabaça tradicional combinava a forma e a função de um “artefato nativo” com um “material importado” (Quimby; Spoehr, 1951, p. 136). Essas interpretações arqueológicas da aculturação (White, 1974) partiam do princípio de que as mudanças materiais observadas refletiam diretamente as mudanças sociais e culturais que ocorreram no passado e de que os povos indígenas simplesmente se transformaram em réplicas das sociedades coloniais ocidentais (Rubertone, 2000). Tais estudos classificavam os achados arqueológicos em um número finito de permutas entre essências europeias e indígenas.

Ao enfatizar as origens das ideias e materiais “estrangeiros” em detrimento dos seus usos e significados locais, os arqueólogos sucumbiram a um padrão geral que o teórico literário Roland Barthes (1977) criticou em seu influente ensaio “A morte do autor”. Segundo ele, um texto deve ser analisado de acordo com os significados múltiplos e contrastantes que evoca nos leitores, e não com base nos significados pretendidos pelo autor. Para os arqueólogos, isso significava que os significados dos artefatos – o texto nessa analogia – não são fixos e determinados apenas por seus criadores e produtores. Quando um artefato é inserido em novos contextos sociais, o “texto” nessa metáfora, é crucialmente removido dos contextos de uso e significados originais e,

portanto, torna-se sujeito a redefinições. À medida que a arqueologia se desenvolveu, os profissionais passaram a se concentrar mais nos contextos e nos significados e influências locais (alinhados com as críticas pós-processuais), efetivamente “matando o autor” no sentido proposto por Barthes.

Arqueologias sociais e a transformação da prática

A identidade social tornou-se um elemento importante para a arqueologia a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000 (Cipolla, 2013, p. 17-18). Ao analisar as inter-relações entre artefatos, discursos e classificação social, as arqueologias da identidade social investigaram os papéis que os indivíduos e grupos desempenharam na negociação de seus lugares nos mundos coloniais. A arqueologia começou a se afastar de modelos essencialistas e dicotômicos de colonialismo (por exemplo, a aculturação), desafiando as formas reducionistas com que os aculturacionistas classificavam os artefatos e outros tipos de dados (Brown, 1978; Ferris, 2009) e defendendo modelos interpretativos menos rígidos e sistemáticos. Os registros orais e escritos dos encontros coloniais trouxeram uma nova profundidade às interpretações arqueológicas e atenuaram a forte dependência da aculturação em relação às essências materiais. A partir da década de 1980, a recursividade das críticas pós-processuais, especialmente a teoria prática, influenciou os arqueólogos a aceitarem o papel complexo que os “materiais” arqueológicos – artefatos – desempenharam nas interações no passado colonial. Essas tendências mudaram o foco para as questões identitárias, levando os arqueólogos a reconhecerem a importância de categorias sociais como identidade, gênero, raça e etnia nos processos de emaranhamento colonial e reprodução cultural (Deagan, 1983; Deetz, 1978; Lightfoot, 2004; Lightfoot; Martinez; Schiff, 1998; Silliman, 2001, 2004).

Esses estudos variam em relação aos tipos de poder que atribuem às pessoas do passado. Nos contextos das Américas coloniais, os povos indígenas foram obviamente limitados pelas estruturas de poder coloniais dominantes – como o sistema de reservas e escolas residenciais – estabelecidas pelos colonizadores europeus. Os tipos de agência atribuídos aos povos indígenas nessas situações dependiam do posicionamento teórico particular de cada pesquisador. Alguns estudos (Deetz, 1978) trataram o poder como um fenômeno de cima para baixo e explicaram a maioria dos padrões arqueológicos como diretamente conectados à agência dos colonizadores europeus e seus descendentes. Abordagens baseadas na prática das décadas de 1970 e 1980 começaram a desafiar esses modelos de poder de cima para baixo (Bourdieu, 1977; Certeau, 1984; Giddens, 1979, 1984; Hodder, 1982). A teoria da prática, em geral, se concentra nas relações recursivas entre os indivíduos e seus entornos, que inclui outras pessoas, coletividades e materiais. Esses laços recursivos moldam as escolhas e ações das pessoas. Por estarem recursivamente ligados, entretanto, há uma “dualidade de estruturas” (Giddens, 1979), ou seja: os contextos sociais influenciam as práticas e essas práticas atuam de volta sobre os contextos sociais. As abordagens práticas buscam situar o indivíduo ou agente nos processos de reprodução cultural e mudança social. Em vez de simplesmente categorizar as entidades sociais como poderosas ou impotentes, as abordagens práticas reconhecem a natureza difusa do poder. Baseando-se em pensadores pós-estruturais, como Michel Foucault (1990), os arqueólogos levaram em consideração a agência de grupos subalternos em situações com diferenças extremas de poder. Aliadas às noções relacionadas de performatividade e materialidade (Butler, 1993; Jenkins, 1996), essas novas perspectivas lançam luz sobre o importante – embora não essencializado ou determinista – papel que a materialidade desempenhou na construção e expressão das identidades indígenas coloniais.

Essas mudanças teóricas implicaram repensar as influências e escolhas feitas pelos povos indígenas em contextos coloniais, seja na forma de resistência direta às estruturas de poder coloniais (Liebmann; Murphy, 2011), seja por meio de aspectos aparentemente mundanos da vida cotidiana (Cipolla, 2017a; Silliman, 2004). Em oposição às perspectivas anteriores, as abordagens baseadas na prática observaram que os povos subalternos sempre tiveram algum tipo de agência. A dificuldade reside em interpretar como essa agência se configurou a partir das estruturas de poder coloniais e como as influenciou de forma reflexiva. Retomando as ideias de Barthes, esses trabalhos vislumbravam além dos “autores” dos materiais arqueológicos descobertos, focando os múltiplos significados atribuídos a eles por seus “leitores”.

Práxis pós-colonial

A partir da década de 1990, as questões indígenas e os movimentos pelos direitos indígenas emergiram como críticas poderosas à arqueologia ocidental (Atalay, 2006, 2008, 2012; Bray, 2001; Cipolla, 2013, p. 18-19; McGuire, 1992; Nicholas; Andrews, 1997; Preucel; Cipolla, 2008; Smith; Wobst, 2005; Watkins, 2000; Zimmerman, 2001). Para alguns arqueólogos, essas forças se manifestaram pela primeira vez através da legislação NAGPRA (Lei de Proteção e Repatriação de Sepultamentos de Nativos Americanos²), que demandou novas interações entre arqueólogos e aldeias federalmente reconhecidas pelo governo nos Estados Unidos em relação a questões de repatriação. Para outros, essas forças de transformação tornaram-se evidentes com o advento e a evolução de novas maneiras de conduzir a pesquisa arqueológica com os indígenas, pelos indígenas e para os indígenas (Atalay, 2006, 2012; Nicholas; Andrews, 1997). Os diversos rótulos conferidos a esse tipo de trabalho (por exemplo, indígena, tribal, colaborativo, em parceria, etnocrítico) demonstram a variedade de formas que ele assume na América do Norte e em outros locais. No bojo da crítica pós-colonial, essas novas formas de arqueologia e colaboração compartilham um interesse comum na pesquisa descolonial (Smith, 2012). Um fator determinante para essas formas de arqueologia é a maneira como enfatizam e valorizam as subjetividades, interesses e necessidades indígenas locais. Por meio dessa maneira de incorporar as perspectivas indígenas na arqueologia, as arqueologias pós-coloniais se preocupam com os efeitos que as pesquisas podem gerar sobre as partes interessadas – geralmente situadas fora da academia.

A teoria pós-colonial também tem a função de ressaltar os padrões e erros arbitrários (Steeves, 2015) que sustentam as visões e as representações ocidentais do Outro subalterno e colonizado (Said, 1978). Pensadores como Spivak (1988) questionaram de forma crucial se os subalternos podem falar por meio de lentes e práticas representacionais ocidentais, como registros históricos escritos pelas elites coloniais ou antropólogos *outsiders*³. Essa questão pode ser facilmente traduzida na prática arqueológica. Será que os arqueólogos ocidentais são capazes de compreender e representar as histórias dos subalternos sem a influência das subjetividades coloniais ocidentais da sua disciplina? Ou, nas palavras de Smith (2012), será que eles conseguem descolonizar os seus próprios pontos de vista?

De modo semelhante, os escritos de Homi Bhabha (1994) sobre hibridismo e ambivalência colonial oferecem alternativas ao essencialismo, porém, segundo Silliman (2015),

² N.T.: No original, *Native American Graves Protection and Repatriation Act*.

³ N.T.: O termo “*outsider*” se refere ao pesquisador que não faz parte da comunidade estudada.

ainda não foram totalmente absorvidas pela arqueologia das interações indígenas-coloniais. Alinhado com o trabalho de Bhabha está o conceito de “*survivance*”⁴ de Gerald Vizenor (1994, 2008). Assim como a problematização da criação ocidental do Outro subalterno levantada pelo pós-colonialismo, o trabalho de Vizenor também desafia os estereótipos e equívocos ocidentais sobre a indigeneidade (Gonzalez; Kretzler; Edwards, 2018; Kretzler, 2017; Lightfoot; Gonzalez, 2018; Silliman, 2014). Mais do que uma combinação entre sobrevivência e resistência, a *survivance* denota a presença contínua, dinâmica e ativa dos povos indígenas. Por exemplo, Acebo e Martinez (2018) recentemente observaram que a noção de *survivance* oferece uma abordagem útil para a compreensão da autonomia indígena (Panich, 2017) e, ao mesmo tempo, incorpora explicitamente os sistemas de conhecimento indígenas. Essa noção fornece meios para desafiar os mitos culturais e “descentraliza o foco da mudança cultural como principal consequência cultural para os povos indígenas, já que outras formas de autonomia política, econômica e cultural estavam em jogo” (Acebo; Martinez, 2018, p. 148).

É claro que as vantagens oferecidas por várias críticas e abordagens pós-coloniais devem ser cuidadosamente ponderadas levando-se em consideração as críticas que receberam, sobretudo de acadêmicos indígenas. O termo “pós-colonial” claramente representa um problema em locais onde a colonização ainda persiste atualmente (Gosden, 2004). Smith (2012) também salienta que a crítica pós-colonial costuma ser vista como domínio dos intelectuais e teóricos, e não como forma de ativismo ou via para mudanças materiais reais no mundo.

Um novo pragmatismo

Intimamente relacionado com as críticas ao pós-colonialismo que acabaram de ser discutidas, o pragmatismo se preocupa com os efeitos que o conhecimento provoca no mundo (Cipolla, 2013, p. 19-24; James, 1907; Peirce Edition Project, 1998; Preucel, 2006; Preucel; Mrozowski, 2010; Rorty, 1991; Saitta, 2003, 2007). O filósofo americano Charles Sanders Peirce desenvolveu essa perspectiva pela primeira vez no final do século XIX, argumentando que a importância e o significado de uma ideia estavam diretamente relacionados com seus efeitos sobre a população geral (Preucel, 2006, p. 50). Embora existam diferenças importantes, para os objetivos deste capítulo há paralelos claros entre essa noção e a “morte do autor” pós-estrutural discutida anteriormente. Peirce avaliou a clareza e utilidade das ideias com base não no que elas significavam para o pensador individual, mas de acordo com seus impactos no mundo. O pragmatismo é, portanto, essencialmente prático. Ele considera as diferenças que as ideias e ações particulares provocam no mundo (Voss, 2019). Essa premissa geral é aplicável a todas as ideias e ações, tanto passadas quanto presentes. Ela dá ênfase às comunidades em detrimento dos indivíduos e aos resultados reais em detrimento das intenções. Essa perspectiva também inclui o reconhecimento tácito das profundas conexões e continuidades inerentes à vida social. Os aspectos práticos e as continuidades são cruciais para as arqueologias do colonialismo, pois complementam, desenvolvem e criticam vários componentes das noções arqueológicas de aculturação, identidade social e descolonização. O pragmatismo fornece meios produtivos para repensar a forma como colaboramos nos projetos de arqueologia no presente e no modo como entendemos a história do colonialismo

⁴ N.T.: “*Survivance*” é um neologismo criado por Gerald Vizenor a partir da junção das palavras inglesas “*survival*” (“sobrevivência”) e “*resistance*” (“resistência”).

no passado. Em cada uma dessas áreas, o pragmatismo questiona “Que diferença isso faz/fez?” – deslocando a atenção para os resultados reais em vez de possibilidades virtuais e resultados pretendidos. Essa linha de pensamento também rompe com muitas das teorias discutidas até aqui em sua relação com o realismo – um conjunto de orientações filosóficas que especulam sobre a natureza do mundo independente da mente, ou seja, como as coisas são (Delanda, 2006, 2016), em oposição a qualquer perspectiva humana particular sobre o mundo (ou seja, ontologia versus epistemologia). Esse movimento representa uma ruptura com as críticas pós-processuais e suas ênfases no relativismo, na construção cultural e no significado. Retorno ao realismo e ao seu papel na teoria arqueológica contemporânea a seguir na discussão sobre as viradas ontológicas recentes.

PERSPECTIVAS RECENTES

Biografia do objeto, agência do objeto e materialidade

Nos últimos dez anos, os arqueólogos vêm se concentrando cada vez mais em teorias não dualistas e relacionais (Harris; Cipolla, 2017). Isso é, em parte, atribuído à popularidade das abordagens práticas resumidas anteriormente. Mas essa tendência também se relaciona com o aumento geral da atenção dada aos objetos e materiais e aos papéis que desempenharam no mundo no passado e que desempenham no presente. Isso é evidente nas discussões acerca da agência do objeto (Gell, 1998; Joyce; Gillespie, 2015; Peers, 1999), da biografia do objeto (Harrison, 2006) e da materialidade (Gosden, 2004) em geral. Assim como o movimento em direção ao pragmatismo, essa mudança também se relaciona com o flerte arqueológico com as teorias realistas e, concomitantemente, com um repensar da humanidade em geral.

Os estudos da biografia do objeto se opuseram às visões estáticas dos artefatos (por exemplo, a teoria da aculturação). Baseando-se no volume *A vida social das coisas*, de Appadurai (1986), principalmente no capítulo de Kopytoff (1986) acerca da biografia cultural das coisas, os arqueólogos começaram a levantar novas questões sobre como os objetos se transformam à medida que envelhecem e cruzam fronteiras culturais e sociais. Questões como essas são, decerto, diretamente relevantes para as arqueologias do colonialismo. O estudo muito citado de Laura Peers sobre a bolsa de “S BLACK”, objeto que atualmente integra as coleções do Museu Pitt Rivers em Oxford, é um excelente exemplo de biografia do objeto. No século XIX, uma mulher indígena ou *métis*⁵ provavelmente fez a bolsa para Samuel Black, um comerciante de peles nascido em Aberdeen que trabalhava na América do Norte. Peers mostrou como a bolsa viveu muitas “vidas”, apesar de as visões contemporâneas tenderem a reduzir a complexidade de seu passado. Um agente da Companhia Hudson’s Bay recolheu a bolsa após a morte de Black em meados do século XIX, e ela foi integrada à coleção de Pitt Rivers em 1880. No museu, passou a representar as tradições indígenas norte-americanas, embora o estilo particular da bolsa fosse resultado de interações coloniais. O caso da bolsa de S BLACK mostra a natureza dinâmica potencial de diferentes objetos conforme se movem no espaço e no tempo. Questões semelhantes poderiam ser formuladas aos materiais arqueológicos classificados por gerações anteriores de arqueólogos como evidências de perda cultural ou aculturação. Por exemplo, as chaleiras de cobre associadas ao colonialismo norte-americano eram

⁵ N.T.: São chamados de *métis* os indivíduos que têm ancestrais indígenas e europeus.

frequentemente cortadas e transformadas em outros tipos de objeto em contextos indígenas (Creese, 2017; Howey, 2017). Elas desafiam alguns dos princípios-chave da teoria da aculturação e requerem considerações muito mais contextuais, inclusive sobre suas histórias e transformações.

A agência do objeto emergiu quando os arqueólogos tiveram acesso ao livro *Arte e agência*, do antropólogo Alfred Gell (1998). Gell estabeleceu dois tipos de agência: a “agência primária” (dos humanos) e a “agência secundária” (das coisas não humanas). Para Gell, os objetos só têm agência quando um ser humano a reconhece como tal. Quando o carro de Gell quebra no meio da noite, ele fica com raiva e vê o carro como um agente que falhou com ele; mas, em última análise, nesse modelo, é o ser humano que tem mais agência e, portanto, conduz a história e/ou a mudança. Essa abordagem atraiu arqueólogos estudiosos do colonialismo, como Rodney Harrison, que usou o trabalho de Gell sobre encantamento tecnológico para repensar as pontas de Kimberley na Austrália. Gell lançou mão da noção de encantamento para explorar como os artefatos tinham o poder de “encantar” as pessoas que não conseguiam entender como era possível que outro ser humano fizesse coisas tão belas e complexas. As pontas de Kimberley, em geral feitas de vidro de garrafa ou de isoladores de telégrafo em cerâmica, foram amplamente fabricadas no século XIX por povos indígenas de Kimberley, na Austrália; eram produzidas como parte da indústria turística – sendo vendidas para *outsiders*, como curadores de museus. Harrison sustenta a existência de uma forma singular de poder que esses objetos exerciam sobre os colecionadores: eles estavam sob o encanto das habilidades técnicas dos lascadores de sílex, que haviam se materializado nesses objetos. Nesses modelos inspirados em Gell persiste o dualismo entre seres humanos e todas as outras coisas que há no mundo, uma abordagem que só recentemente passou a ser criticada, mas que ainda conta com muitos defensores nos departamentos de antropologia norte-americanos (Van Dyke, 2015).

Os estudos da biografia e da agência dos objetos alimentaram o interesse geral da arqueologia pela materialidade, em geral definida de forma vaga na literatura. Para os objetivos deste capítulo, baseio-me nas definições de Meskell (2004) e Miller (2005); esses autores concebem a materialidade como um elemento recursivo: os seres humanos produzem coisas e essas coisas, *de forma subsequente*, moldam e delimitam as habilidades humanas. Voltando ao exemplo da chaleira de cobre mencionado anteriormente, podemos repensar as pontas de projétil feitas com pedaços de chaleiras em termos da literatura da materialidade. Vários grupos indígenas em Ontário cortaram chaleiras de cobre, transformando seus pedaços em pequenas pontas de projéteis triangulares. Assim, nesse caso, os indígenas produziram pontas a partir de bens comerciais fabricados na Europa. Os estudos de materialidade questionam como esse exemplo de recriação impacta as pessoas de formas não intencionais. Talvez essas pontas de projéteis de cobre substituíssem parcialmente as pontas de projéteis líticas. Com as ferramentas adequadas, qualquer pessoa podia produzir uma ponta de projétil triangular de cobre, mas esse não é o caso dos projéteis líticos. Eles exigiam conhecimentos transmitidos socialmente e uma quantidade significativa de tempo para aprimorar a habilidade; qualquer um que já tenha tentado lascas sílex vai concordar. Podemos indagar como esses novos projéteis de cobre podem ter transformado as relações sociais. Eles eliminaram a necessidade dos lascadores de sílex? Reconfiguraram a divisão de gênero no trabalho nas sociedades indígenas? Reconfiguraram as relações intergeracionais? Por fim, essas questões mostram como as intervenções humanas no mundo material têm consequências não intencionais,

sobretudo na longa duração, algo que Ian Hodder começou a explorar recentemente como “emaranhamento”⁶ (2012).

As críticas pós-humanistas e as viradas ontológicas

O pós-humanismo é uma aquisição relativamente nova e ainda controversa no kit de ferramentas teóricas dos arqueólogos. Trata-se de um corpus de pensamento distinto que, assim como a materialidade, permanece mal definido na literatura. Os arqueólogos costumam associá-lo ao trabalho de pensadores como Latour (1993, 2005) e Ingold (2007), mas foi introduzido na teoria arqueológica em grande parte por meio dos escritos dos arqueólogos simétricos (Olsen, 2003, 2010; Olsen *et al.*, 2012; Olsen; Witmore, 2015; Webmoor; Witmore, 2008; Witmore, 2007). Pensadores como Olsen (2010, 2012) utilizaram o pós-humanismo como meio de desafiar as fixações pós-processuais em símbolos e na construção cultural. Segundo eles, a arqueologia pós-processual nos levou a dividir o mundo de forma artificial em sujeitos/objetos e seres humanos/mundo e, ao fazer isso, menosprezamos as coisas materiais com as quais trabalhamos. Esses pensadores defendem que os arqueólogos precisam de novos caminhos teóricos para dar às coisas o seu “devido valor”, o que significa olhar para os artefatos como mais do que símbolos que representam outra coisa. Do mesmo modo, significa olhar para além do modo como as pessoas do passado interpretaram o mundo (“pós-interpretação”) e se abrir para novas questões relativas à ontologia.

Essas críticas convidam os arqueólogos a repensar a humanidade com um novo olhar crítico para as relações profundas e emaranhadas entre a nossa espécie e o mundo material não humano ao nosso redor. Projetos alinhados com as discussões gerais pós-humanistas nos permitirão escapar da tirania das visões de mundo modernistas que consideram que os seres humanos estão separados e acima do mundo onde vivem (cf. debates contemporâneos sobre as mudanças climáticas). Isso requer uma ontologia plana⁷ não antropocêntrica (Cipolla, 2021; Delanda, 2006) ou um ponto de partida de análise que busque escapar dos dualismos modernistas e que, ao mesmo tempo, abra nossas mentes para descobrir passados radicalmente diferentes. Um dos aspectos mais incompreendidos da ontologia plana é que *ela não objetiva permanecer plana*; é um ponto de partida a partir do qual os pesquisadores observam as diferenças (por exemplo, entre humanos e pontas de projéteis líticas). Em vez de pressupor que as pessoas tenham um tipo de agência (primária) e que todas as outras coisas tenham outro tipo menor de agência (secundária), esses pensadores nos instigam a começar com uma proverbial folha em branco. Entretanto, ao contrário do que dizem muitas críticas ao pós-humanismo, uma perspectiva não antropocêntrica ou “plana” *não implica interromper o estudo da história humana* nem sempre tratar as pedras como possuidoras das mesmas habilidades que os seres humanos. Isso significa começar nossa análise com a mente o mais aberta possível para a capacidade dos seres humanos e das pedras de afetar uns aos outros e às outras entidades com as quais se relacionam.

⁶ N.T.: Segundo o conceito de emaranhamento proposto por Ian Hodder, os seres humanos e as coisas materiais estão entrelaçados. Para o autor, são ao mesmo tempo iguais e diferentes e interação de diversas maneiras, muitas vezes de formas inesperadas.

⁷ N.T.: A ontologia plana propõe tratar como equivalentes em importância, num primeiro momento, todas as coisas, tais como seres humanos, objetos materiais, seres imaginários ou imateriais, animais, plantas, elementos da natureza etc.

A partir dessas críticas, surge uma nova série de abordagens relacionais animadoras que se baseiam no espírito geral da transformação da prática, mas não de maneira antropocêntrica. A teoria da *assemblage*⁸ (vertente dos “novos materialismos”) é uma das abordagens que atualmente ganham força na teoria arqueológica. Associada aos escritos de Deleuze e Guattari (1987), a teoria da *assemblage* concentra-se na relacionalidade, interessando-se pelas maneiras pelas quais diferentes componentes – humanos e não humanos – se agrupam (“*assemble*”) em unidades sociais que são mais complexas que a soma de suas partes. Por exemplo, dois átomos de hidrogênio podem se agrupar com um átomo de oxigênio e criar uma molécula de água, que apresenta novas propriedades não encontradas nos átomos de hidrogênio ou oxigênio isolados. No entanto, as partes não são totalmente definidas por essas relações; elas podem se separar novamente e levar suas propriedades atômicas únicas para outro grupo. Essa abordagem dá especial atenção à natureza dos materiais e reconhece a contingência humana no mundo. Como será discutido mais adiante, a teoria da *assemblage* também traz novos insights sobre o processo arqueológico colaborativo.

Meu trabalho mais recente com Amélie Allard (Allard; Cipolla, 2020; Cipolla; Allard, 2019) sobre *assemblages* de comércio de peles demonstra como esse tipo de abordagem pode ser aplicada na arqueologia da América do Norte colonial. Ao contrário de muitas pesquisas da arqueologia histórica sobre o comércio de peles que iniciam as análises a partir dos seres humanos e das agências humanas, optamos por começar nossa análise a partir de fluxos de energia não humanos. Mais especificamente, achamos útil começar nossas análises do comércio de peles de Ontário a partir dos rios que ajudaram a construir e a destruir a história moderna recente da região. Essas forças não humanas, que chamamos de “poder do rio”, têm histórias muito mais profundas que o comércio de peles. Essa abordagem também fazia sentido porque o foco do nosso estudo era uma série de coleções subaquáticas de peles comercializadas, quase todas provavelmente oriundas de acidentes de canoas. Ao reconhecer as formas como os rios constituíram o comércio, entraram em conflito com as temporalidades capitalistas e dispuseram e preservaram os registros arqueológicos que estudávamos, preconizamos uma abordagem não antropocêntrica para a arqueologia do “mundo moderno”.

Essa abordagem diverge do posicionamento de James Deetz (1996), uma das figuras mais célebres da arqueologia histórica, que escreveu:

Quanto mais recuamos no tempo, percebemos que as pessoas estavam mais direta e intimamente ligadas ao ambiente, de modo que disciplinas como a Paleontologia e a Geologia são essenciais para a compreensão adequada da vida no passado distante. À medida que a cultura se tornou mais complexa, nosso afastamento do mundo natural aumentou.

Essa afirmação separa a cultura da natureza e – ao longo da história – coloca a cultura em um patamar mais elevado que a natureza. Segundo Deetz, os arqueólogos históricos não precisam estudar arqueologia ambiental porque os povos ocidentais do mundo moderno estavam separados da natureza e a dominavam. Fico imaginando o que

⁸ N.T.: “*Assemblage*” é uma palavra da língua inglesa que a priori significa “conjunto, grupo, coleção, reunião”. Porém, optou-se por não a traduzir nesse contexto porque a teoria da *assemblage* tem um significado mais específico, indicando que o grupo é algo mais complexo do que a soma de suas partes.

ele diria hoje diante da nossa crise climática. Em todo caso, isso não quer dizer que todos os arqueólogos históricos reproduzam sem questionar os pressupostos modernistas de Deetz acerca da natureza e da cultura. Há muitos exemplos profícuos de arqueologias ambientais da época colonial. O ponto é que as arqueologias do colonialismo podem ser suscetíveis a formas mais sutis desses pressupostos modernistas. Com o exemplo do comércio de peles, mostramos como formas nascentes do capitalismo – força em geral amplamente associada a seres humanos e intenções humanas – na verdade dependiam do fluxo dos rios (e muitas vezes fracassavam devido a ele). Esse fluxo muitas vezes resistia bravamente às tentativas capitalistas de controlá-lo e obrigá-lo a obedecer a cronogramas rígidos (cumprimento de prazos de entrega etc.)

As chamadas viradas “ontológicas” na antropologia e na arqueologia estão intimamente relacionadas com as abordagens relacionais, como a teoria da *assemblage*. Essas abordagens geralmente adotam perspectivas relacionais, mas orientam seus esforços em torno de como entendemos a diferença no passado, o mais livre possível de nossas subjetividades modernistas. Os arqueólogos usam cada vez mais o termo “ontologia”, mas curiosamente dedicam pouquíssimo tempo à sua definição. Uma pesquisa na literatura mostra alguns usos distintos. O primeiro grupo de viradas ontológicas usa esse termo de forma parecida com a maneira que os arqueólogos e antropólogos tradicionalmente usam o termo “cultura”. O foco permanece relativista, questionando como grupos específicos de pessoas entendem o mundo (Zedeño, 2008, 2009). Por exemplo, as visões de mundo indígenas contemporâneas podem nos revelar que as pedras têm certos poderes especiais; os arqueólogos podem usar esse conhecimento específico para repensar o registro arqueológico, usando essa perspectiva cultural para reinterpretar os artefatos líticos resgatados pela arqueologia.

O segundo grupo de viradas ontológicas se alinha com as filosofias realistas, que buscam especular sobre a natureza do mundo independente da mente humana. Nesse sentido, o foco permanece nas formas como os objetos e suas relacionalidades realmente afetam o mundo (em oposição a qualquer perspectiva epistemológica ou cultural particular sobre esses objetos e relações). Como em todas as formas de realismo, há um elemento de universalidade nessas abordagens que entra em conflito com o relativismo da antropologia. O exemplo dos rios dado anteriormente representa uma virada ontológica no sentido de que especulamos como os rios se comportavam e moldavam o comércio de peles para além de quaisquer entendimentos e crenças culturais específicas sobre os rios. Entretanto, a partir desse ponto, os pesquisadores podem incorporar o conhecimento de diferentes visões de mundo, mantendo ao mesmo tempo uma base realista ontológica, e não epistemológica.

O terceiro tipo de virada ontológica é o mais radical dos três aqui descritos. Os arqueólogos que adotam essa abordagem, como Benjamin Alberti e Yvonne Marshall (2009), se inspiram no trabalho do antropólogo Viveiros de Castro (2003, 2007, 2015; Nadasdy, 2007). Baseando-se em Viveiros de Castro, eles buscam uma abordagem que leve o conhecimento indígena *mais a sério* do que as outras abordagens. De acordo com esses pensadores, a maioria dos modelos de arqueologia e antropologia não consegue se envolver seriamente com as diferenças radicais. Por exemplo, as arqueologias inspiradas pelo pós-processualismo valorizavam o simbolismo e procuravam abordar essa dimensão do passado, que foi negligenciada pelas gerações de arqueólogos anteriores. Ao fazer isso, entretanto, eles traduziram diferentes passados e pessoas a partir do interesse contemporâneo em encontrar simbolismos nos vestígios arqueológicos; isso se materializou na busca por descobrir o que as coisas materiais que escavamos podem ter simbolizado para algum grupo de pessoas do passado. Esse fascínio

generalizado pelos símbolos provocou dois tipos de prejuízo. O primeiro se refere ao desvio de nossa atenção dos materiais e dos objetos, de suas possibilidades e de questões mais amplas de relacionalidade não antropocêntrica; ou seja, queríamos saber o que as coisas representavam no passado e não como representavam.

O segundo e mais grave tipo de prejuízo, de acordo com o terceiro tipo de pensador ontológico, se refere à tradução e ao encobrimento da diferença. Esse é um problema antropológico clássico. Os antropólogos recebem informações sobre como o mundo funciona de acordo com seus “informantes”, mas geralmente explicam essas visões de mundo a partir de seus pontos de vista antropológicos ocidentais. O terceiro tipo de pensador ontológico busca problematizar essa postura e expor a sua arbitrariedade. Em vez de explicar instâncias ou diferenças radicais (por exemplo, quando alguém diz que às vezes se transforma em uma onça-pintada) nos termos do senso comum ocidental, esses pensadores ontológicos propõem que você considere que você – o observador ocidental – não compreende bem seu *próprio* mundo e que explore esse modo de ser alternativo. O trabalho arqueológico etnográfico ou colaborativo oferece maiores possibilidades de investigação e detalhamento das instâncias de diferença radical. Porém, quando os arqueólogos ocidentais desenvolvem esse tipo de projeto teórico afastados dos povos indígenas atuais, correm o risco de afirmar falsamente que conseguem escapar das estruturas epistemológicas e ontológicas ocidentais ou que podem compreender e aceitar com sinceridade um mundo muito diferente do seu. Na minha leitura, essas abordagens essencializam as instâncias de diferença e ignoram os casos de continuidade (de um mundo compartilhado). Essas preocupações parecem bastante válidas para qualquer arqueologia do colonialismo. Por exemplo, em um contexto missionário, eu seria negligente se me concentrasse apenas em objetos claramente produzidos por indígenas ou relativos às cerimônias (por exemplo, cachimbos de efígie) e ignorasse materiais produzidos por europeus relativos à catequese e à violência colonial (por exemplo, contas de rosário). Assim, embora o interesse continuado em como lidamos com a diferença potencialmente radical seja uma parte bem-vinda da arqueologia colonial, a terceira iteração da virada ontológica pode permitir que as antigas formas de colonialismo antropológico continuem sob um novo conjunto de terminologias que faz grandes reivindicações quanto ao lugar dos conhecimentos indígenas, mas que parece não as concretizar (Cipolla, 2019).

Feminismos indígenas

A antropóloga *métis* Zoe Todd (2016) deixou bem claro o último ponto em um artigo recente – desenvolvido a partir de uma postagem viral de seu blog – intitulado “Uma interpelação feminista indígena à virada ontológica: ‘ontologia’ é só outro nome para colonialismo”. No artigo, Todd apresenta uma perspectiva crítica sobre as viradas ontológicas descritas anteriormente, destacando, sobretudo, as abordagens relacionais que, com frequência, citam trabalhos de grandes pensadores europeus do sexo masculino, como Bruno Latour (1993, 2005) e Gilles Deleuze e Felix Guattari (1987). Ela constata a sobreposição significativa existente entre as teorias ocidentais e os modos indígenas de ser e ver.

É importante refletir profundamente sobre como a Virada Ontológica – com suas “constatações” sem fôlego de que os animais, o clima, a água, as “atmosfera” e as presenças não humanas, como ancestrais e espíritos, são sencientes e têm agência, de que a “natureza” e a “cultura”, o “humano”

e o “animal” podem não estar tão separados, afinal – está perpetuando a exploração dos povos indígenas (Todd, 2016, p. 18).

Todd defende novas práticas de citação que contemplem mais do que os pensadores ocidentais e que, principalmente, deem ao conhecimento indígena o seu devido valor. Seu ensaio reconhece isso como uma forma de apropriação que opera a partir de desigualdades de poder, que sempre caracterizaram as instituições acadêmicas ocidentais. Em primeiro lugar, ela nos encorajou a ler e a nos envolver seriamente com a teoria e o conhecimento indígenas, além de reconhecer as similaridades entre os pensadores que citamos prontamente e as fontes que não aparecem em nossas bibliografias.

Vine Deloria Jr. abordou temas relacionados, porém distintos, ao longo de sua carreira (Deloria Jr., 2003; Steeves, 2014). Por exemplo, seu livro pouco citado *A metafísica da existência moderna* (2012) estabeleceu uma metafísica ocidental-indígena híbrida de nosso mundo (compartilhado); a chave para esse trabalho foi reconhecer o valor das ontologias e epistemologias indígenas. Os arqueólogos certamente começaram a se basear no trabalho de Deloria (Fowles, 2013), mas pensadoras feministas, como Todd, Kim Tallbear (2014) e Joyce Green (2017) também estão ganhando força na antropologia e em outras ciências sociais (Estes, 2019). Tallbear (2014), que concebe seu trabalho em diálogo com o trabalho de Deloria e os trabalhos de pensadoras feministas pós-humanistas, como Donna Haraway (1991), caracteriza sua relação com várias comunidades nos termos de uma abordagem feminista indígena. Sua abordagem de pesquisa comunitária “está com” as comunidades, pois busca criticar e substituir modelos recíprocos de pesquisa, que procuram “retribuir” às comunidades, quase sempre reificando um dualismo entre pesquisador e pesquisado. Como alternativa, Tallbear busca continuidades além dessas fronteiras; ela valoriza a pesquisa realizada com base em “objetivos e desejos compartilhados, engajando-se em discussões críticas e produzindo novos conhecimentos e percepções” (Tallbear, 2014, p. 2), uma abordagem semelhante ao trabalho de Atalay (2008, 2012), que propõe entrelaçar conhecimentos em arqueologias indígenas colaborativas. Baseando-se em pensadoras feministas, Tallbear adota uma abordagem crítica à objetividade, buscando situar o processo de produção do conhecimento (BATTLE-BAPTISTE, 2011) e cuidar das comunidades com as quais trabalha. Há uma dimensão pragmática clara nesse trabalho, em última análise centrada na soberania indígena (Steeves, 2015; Tallbear, 2014, p. 5). O posicionamento feminista de Tallbear (2014, p. 7) sobre a objetividade investiga “não à distância, mas com base nas prioridades de vida e de conhecimento dos sujeitos” e “ajuda a abrir a nossa mente para trabalhar de maneiras não padronizadas”.

No campo da educação, Eve Tuck e K. Wayne Yang (2012, 2014) apresentam uma linha paralela de crítica, lembrando aos acadêmicos que a descolonização *não é uma metáfora*. Assim como Tallbear, eles valorizam as mudanças materiais reais que melhorarão imediatamente a vida dos indígenas. Eles valorizam o desafio aos valores eurocêntricos inquestionáveis dos colonizadores incorporados por muitas disciplinas, mas, para eles, isso não significa uma descolonização literal, que definem como “a repatriação da vida e da terra indígenas” (Tuck; Yang, 2012, p. 1). Quando os estudiosos confundem a descolonização metafórica com a descolonização real, eles a domesticam e, por sua vez, afastam ainda mais os pesquisadores da crítica indígena. Essa mensagem poderosa serve para lembrar aos arqueólogos interessados em teoria que os artigos de periódicos e os cursos universitários mencionados na introdução deste capítulo não são necessariamente descolonizadores apenas porque teorizam mundos indígenas ou repensam o eurocentrismo na disciplina. Isso por si só não é o suficiente. Podemos usar a teoria para realizar essas coisas (Smith, 2012, p. 40-41), mas os projetos *devem* se articular com – e abrir portas para – mudanças

maiores e mais profundas, como aumentar a variedade e a diversidade de profissionais de arqueologia e desenvolver formas alternativas de fazer arqueologia que atendam aos interesses e às necessidades indígenas.

CONCLUSÕES: OLHANDO PARA O FUTURO

Como a pesquisa impacta a teoria da arqueologia das interações indígenas-coloniais nas Américas e os projetos mais amplos de descolonização? A maior parte das teorias arqueológicas aqui analisadas, com exceção da teoria da aculturação, propôs novas maneiras de desafiar aspectos específicos das visões de mundo (geralmente ocidentais) e das ontologias arqueológicas considerados inquestionáveis. Como observado por Todd (2016), em alguns casos, há uma sobreposição significativa entre as teorias discutidas e os conhecimentos indígenas, principalmente quando se trata de abordagens relacionais e viradas ontológicas; ela faz um alerta contra a colonização do conhecimento e da teoria indígenas sem dar a devida atenção ou sem reconhecer o contexto a partir do qual eles derivam, que geralmente está ligado às lutas pela soberania. Observados esses perigos, com os quais concordo plenamente, é importante ressaltar que essas novas perspectivas também têm grande potencial para novas discussões, colaborações e interpretações com arqueólogos indígenas e detentores de conhecimento indígenas. Abordagens relacionais não dualistas e menos antropocêntricas – principalmente a teoria da *assemblage* e os novos materialismos – parecem promissoras nesse sentido. Embora não sejam exatamente iguais aos conhecimentos indígenas que encontrei (Cipolla; Quinn; Levy, 2019), elas parecem estabelecer um bom diálogo com muitas perspectivas indígenas, que também são, em geral, relacionais e não dualistas. Um direcionamento importante para a teoria é desvendar seriamente as relações entre os pensadores ocidentais que citamos com frequência (Todd, 2016) e as teorias indígenas locais; por exemplo, em minha pesquisa colaborativa, ensinando e escrevendo com a Aldeia Mohegan, de Connecticut (Cipolla; Quinn; Levy, 2019), sempre nos esforçamos para reconhecer e respeitar nossas semelhanças e diferenças, talvez alinhados com a maneira que Tallbear descreve como “estar com” as comunidades.

Embora raramente seja considerada dessa forma, a arqueologia indígena colaborativa é uma fonte valiosa para a construção da teoria (Cipolla; Quinn; Levy, 2019; Mcniven, 2016). Podemos conceber a colaboração como uma espécie de *assemblage*, um todo social que é mais complexo do que a soma de suas partes, mas cujas partes não são determinadas pelas suas relações. Por exemplo, em Mohegan constatamos que entendemos o passado e a disciplina arqueológica de formas diferentes quando estamos juntos e quando estamos separados. A chave para desenvolver ainda mais essa perspectiva é destrinchar nossas teorias, discuti-las e refiná-las constantemente. Para mim, a teoria arqueológica, assim como a arqueologia como um todo, oferece oportunidades de questionar nossos padrões e de nos envolver com diferentes passados de novas maneiras. Voltando à epígrafe de Smith, acredito que ela fornece meios de expor os imperialismos e colonialismos que sustentam nossa disciplina e – no espírito do pragmatismo – de desenvolver formas de pensar o passado e o presente que atendam a um segmento muito mais amplo da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Ivar Panazzolo Junior pela revisão da tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEBO, Nathan; MARTINEZ, Desireé. Towards an analytic of survivance in California archaeology. *Society for California Archaeology Proceedings*, v. 32, p. 144-152, 2018.

- ALBERTI, Benjamin; MARSHALL, Yvonne. Animating archaeology: local theories and conceptually open-ended methodologies. *Cambridge Archaeology Journal*, v. 19, n. 3, p. 344-356, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0959774309000535>.
- ALLARD, Amélie; CIPOLLA, Craig N. Failure and colonialism in the North American fur trade: the view from a riverine assemblage. *Historical Archaeology*, v. 55, p.110-126, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s41636-020-00272-2>.
- APPADURAI, Arjun (ed.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1986.
- ATALAY, Sonya. *Community-based archaeology: research with, by, and for indigenous and local communities*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Press, 2012.
- ATALAY, Sonya. Indigenous archaeology as decolonizing practice. *American Indian Quarterly*, v. 30, p. 280-310, 2006.
- ATALAY, Sonya. Multivocality and indigenous archaeologies. In: HABU, Junko; FAWCETT, Clare; MATSUNAGA, John M. (ed.). *Evaluating multiple narratives: beyond nationalist, colonialist, and imperialist archaeologies*. New York (Nova York/EUA): Springer, 2008. p. 29-44.
- BARTHES, Roland. The death of the author. In: BARTHES, Roland. *Image, music, text*. New York (Nova York/EUA): Hill and Wang, 1977. p. 142-148.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black feminist archaeology*. London (UK): Routledge, 2011.
- BHABHA, Homi K. *The location of culture*. London (UK): Routledge, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1977.
- BRAY, Tamara (ed.). *The future of the past: archaeologists, native Americans, and repatriation*. New York (Nova York/EUA): Garland, 2001.
- BROWN, Ian. Historic artifacts and sociocultural change: some warnings from the Lower Mississippi Valley. *Conference of Historic Sites Archaeology Papers*, v. 13, p. 109-122, 1978.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. London (UK): Routledge, 1993.
- CERTEAU, Michel de. *The practice of everyday life*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California, 1984.
- CIPOLLA, Craig N.; ALLARD, Amélie. Recognizing river power: watery views of Ontario's fur trade. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 26, p. 1084-1105, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10816-018-9405-z>.
- CIPOLLA, Craig N. *Becoming brohertown: native American ethnogenesis and endurance in the modern world*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2013.
- CIPOLLA, Craig N. Beyond symmetry: the breadth and depth of posthuman archaeologies. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 31, n. 3, p. 509-514, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0959774321000202>.
- CIPOLLA, Craig N. (ed.). *Foreign objects: rethinking indigenous consumption in American archaeology*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2017a.
- CIPOLLA, Craig N. Postcolonial archaeology in the age of things. In: CIPOLLA, Craig N. (ed.). *Foreign objects: rethinking indigenous consumption in American archaeology*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2017b. p. 222-229.

- CIPOLLA, Craig N.; QUINN, James; LEVY, Jay. Collaborative indigenous archaeology in theory: insights from Mohegan. *American Antiquity*, v. 84, n. 1, p. 127-142, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/aaq.2018.69>.
- CIPOLLA, Craig N. Taming the ontological wolves: learning from Iroquoian effigy objects. *American Anthropologist*, v. 121, n. 3, p. 613-627, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/aman.13275>.
- CREESE, John. Beyond representation: indigenous economies of affect in the Northeast Woodlands. In: CIPOLLA, Craig N. (ed.). *Foreign objects: rethinking indigenous consumption in American archaeology*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2017. p. 59-79.
- CUSICK, James G. (ed.). *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Carbondale (Illinois/EUA): Center for Archaeological Investigations, 1998a.
- CUSICK, James G. Historiography of acculturation: an evaluation of concepts and their application in archaeology. In: CUSICK, James G. (ed.). *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Carbondale (Illinois/EUA): Southern Illinois University, 1998b. p. 126-145.
- DEAGAN, Kathleen. *Spanish St. Augustine: the archaeology of a colonial Creole community*. Gainesville (Flórida/EUA): University Press of Florida, 1983.
- DEETZ, James. Archaeological excavations at La Purisima Mission. In: SCHUYLER, Robert L. (ed.). *Historical archaeology: a guide to substantive and theoretical contributions*. Farmingdale (Nova York/EUA): Baywood, 1978. p. 160-190.
- DEETZ, James. *In small things forgotten: an archaeology of early American life*. New York (Nova York/EUA): Anchor Books, 1996.
- DELANDA, Manuel. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. London (UK): Bloomsbury, 2006.
- DELANDA, Manuel. *Assemblage theory*. Edinburgh (Escócia): Edinburgh University Press, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Minneapolis (Minnesota/EUA): University of Minnesota Press, 1987.
- DELORIA JR., Vine. *God is red: a native view of religion*. Golden (Colorado/EUA): Fulcrum, 2003.
- DELORIA JR., Vine. *Red earth, white lies: native Americans and the myth of scientific fact*. Golden (Colorado/EUA): Fulcrum, 1997.
- DELORIA JR., Vine. *The metaphysics of modern existence*. Golden (Colorado/EUA): Fulcrum, 2012.
- ESTES, Nick. *Our history is the future: standing rock versus the Dakota access pipeline, and the long tradition of indigenous resistance*. London (UK): Verso, 2019.
- FERRIS, Neal. *The archaeology of native-lived colonialism: challenging history in the Great Lakes*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2009.
- FITZHUGH, William W. (ed.). *Cultures in contact: the European impact on native cultural institutions in Eastern North America, A.D. 1000-1800*. Washington (DC/EUA): Smithsonian Institution Press, 1985.
- FORTES, Meyer. Culture contact as a dynamic process, an investigation in the northern territories of the Gold Coast. *Africa*, v. 28, p. 24-55, 1936. DOI: <https://doi.org/10.2307/1155239>.
- FOSTER, George M. *Culture and conquest: America's Spanish heritage*. Chicago (Illinois/EUA): Quadrangle Books, 1960.

- FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality*. New York (Nova York/EUA): Vintage, 1990.
- FOWLES, Severin. *An archaeology of doings: secularism and the study of pueblo religion*. Santa Fe (Novo México/EUA): School for Advanced Research Press, 2013.
- FOWLES, Severin. The perfect subject (postcolonial object studies). *Journal of Material Culture*, v. 21, p. 9-27, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1359183515623818>.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford (UK): Oxford University Press, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: outline of a theory of structuration*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Press, 1984.
- GONZALEZ, Sara; KRETZLER, Ian; EDWARDS, Brice. Imagining indigenous and archaeological futures: building capacity with the confederated tribes of Grande Ronde. *Archaeologies*, v. 14, p. 85-114, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11759-018-9335-0>.
- GOSDEN, Chris. *Archaeology and colonialism: cultural contact from 5000 BC to the present*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2004
- GREEN, Joyce (ed.). *Making space for indigenous feminism*. Black Point (Nova Escócia/Canadá): Fernwood, 2017.
- HARAWAY, Donna J. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York (Nova York/EUA): Routledge, 1991.
- HARRIS, Oliver J. T.; CIPOLLA, Craig N. *Archaeological theory in the new millennium*. New York (Nova York/EUA): Routledge, 2017.
- HARRISON, Rodney. An artefact of colonial desire? Kimberley points and the technologies of enchantment. *Current Anthropology*, v. 47, n.1, p. 63-88, 2006.
- HODDER, Ian (ed.). *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1982.
- HODDER, Ian. *Entangled: an archaeology of the relationship between humans and things*. Malden (Massachusetts/EUA): Wiley, 2012.
- HOWEY, Meghan C. L. Sympathetic magic and indigenous consumption of kettles during early colonial encounter in the northeast. In: CIPOLLA, Craig N. *Foreign objects: rethinking indigenous consumption in American archaeology*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona, 2017. p. 162-186.
- INGOLD, Tim. Materials against materiality. *Archaeological Dialogues*, v. 14, p. 1-16, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1380203807002127>.
- JAMES, William. *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*. New York (Nova York/EUA): Longmans, Green and Co., 1907.
- JENKINS, Richard. *Social identity*. London (UK): Routledge, 1996.
- JOHNSON, Matthew. *Archaeological theory: an introduction*. Malden (Massachusetts/EUA): Wiley Blackwell, 2020.

- JONES, Siân. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London (UK): Routledge, 1997.
- JOYCE, Rosemary A.; GILLESPIE, Susan D. (ed.). *Things in motion: object itineraries in anthropological practice*. Santa Fe (Novo México/EUA): School for Advanced Research Press, 2015.
- KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun (ed.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1986. p. 64-94.
- KRETZLER, Ian. Archives of native presence: land tenure research on the Grand Ronde Reservation. *American Indian Culture and Research Journal*, v. 41, n. 4, p. 45-70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17953/aicrj.41.4.kretzler>.
- LATOUR, Bruno. *(Re)assembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, Bruno. *We have never been modern*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1993.
- LIEBMANN, Matthew; MURPHY, Melissa S. (ed.). *Enduring conquests: rethinking the archaeology of resistance to Spanish colonialism in the Americas*. Santa Fe (Novo México/EUA): School for Advanced Research Press, 2011.
- LIGHTFOOT, Kent G.; GONZALEZ, Sara L. The study of sustained colonialism: an example from Kashaya Pomo Homeland in Northern California. *American Antiquity*, v. 83, n. 3, p. 427-443, 2018.
- LIGHTFOOT, Kent G. *Indians, missionaries, and merchants: the legacy of colonial encounters on the California frontiers*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Press, 2004.
- LIGHTFOOT, Kent G.; MARTINEZ, Antoinette; SCHIFF, Ann M. Daily practice and material culture in pluralistic social settings: an archaeological study of culture change and persistence from Fort Ross, California. *American Antiquity*, v. 63, n. 2, p. 199-222, 1998.
- MCGUIRE, Randall. Archaeology and the first Americans. *American Anthropologist*, v. 94, n. 4, p. 816-836, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.1992.94.4.02a00030>.
- MCNIVEN, Ian J. Theoretical challenges of indigenous archaeology: setting and agenda. *American Antiquity*, v. 81, n. 1, p. 27-41, 2016.
- MESKELL, Lynn. *Object worlds in Ancient Egypt: material biographies past and present*. Oxford (UK): Berg, 2004.
- METHOT, Suzanne. *Legacy: trauma, story, and indigenous healing*. Toronto (Ontário/Canadá): ECW Press, 2019.
- MILLER, Daniel (ed.). *Materiality*. Durham (Carolina do Norte/EUA): Duke University Press, 2005.
- NADASDY, Paul. The gift of the animal: the ontology of hunting and human-animal sociality. *American Ethnologist*, v. 34, n. 1, p. 25-43, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1525/ae.2007.34.1.25>.
- NICHOLAS, George P.; ANDREWS, Thomas D. Indigenous archaeology in the postmodern world. In: NICHOLAS, George P.; ANDREWS, Thomas D. (ed.). *At a crossroads: archaeology and the first peoples in Canada*. Burnaby (Columbia Britânica/Canadá): Simon Fraser University, 1997. p. 1-18.
- OLSEN, Bjørnar. After interpretation: remembering archaeology. *Current Swedish Archaeology*, v. 20, p. 11-34, 2012. DOI: <https://doi.org/10.37718/CSA.2012.01>.

- OLSEN, Bjørnar. *In defense of things: archaeology and the ontology of objects*. Walnut Creek (Califórnia/EUA): AltaMira, 2010.
- OLSEN, Bjørnar. Material culture after text: remembering things. *Norwegian Archaeological Review*, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/00293650310000650>.
- OLSEN, Bjørnar; SHANKS, Michael; WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher. *Archaeology: the discipline of things*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Berkeley, 2012.
- OLSEN, Bjørnar.; WITMORE, Chris. Archaeology, symmetry, and the ontology of things: a response to the critics. *Archaeological Dialogues*, v. 22, p. 187-197, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1380203815000240>.
- PANICH, Lee. Indigenous vaqueros in colonial California: labor, identity, and autonomy. In: CIPOLLA, Craig N. (ed.). *Foreign objects: rethinking indigenous consumption in American archaeology*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona, 2017. p. 187-201.
- PEERS, Laura. Many tender ties: the shifting contexts and meaning of the S BLACK Bag. *World Archaeology*, v. 31, n. 2, p. 288-302, 1999.
- PEIRCE EDITION PROJECT (ed.). *The essential Peirce: volume 2 (1893-1913)*. Bloomington (Indiana/EUA): Indiana University Press, 1998.
- PREUCCEL, Robert W. *Archaeological semiotics*. Malden (Massachusetts/EUA): Blackwell, 2006.
- PREUCCEL, Robert W.; CIPOLLA, Craig N. Indigenous and postcolonial archaeologies. In: LIEBMANN, Matthew; RIZVI, Uzma Z. (ed.). *Archaeology and the postcolonial critique*. Lanham (Maryland/EUA): AltaMira, 2008. p. 129-140.
- PREUCCEL, Robert W.; MROZOWSKI, Stephen A. The new pragmatism. In: PREUCCEL, Robert W.; MROZOWSKI, Stephen A. (ed.). *Contemporary archaeological in theory: the new pragmatism*. Malden (Massachusetts/EUA): Wiley-Blackwell, 2010. p. 1-50.
- QUIMBY, George; SPOEHR, Alexander. Acculturation and material culture. *Fieldiana*, v. 36, n. 6, p. 107-147, 1951.
- REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph; HERSKOVITS, Melville J. Memorandum for the study of acculturation. *American Anthropologist*, v. 38, p. 149-152, 1936.
- RORTY, Richard. *Objectivity, relativism, and truth: philosophical papers*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1991. v. 1.
- RUBERTONE, Patricia E. The historical archaeology of native Americans. *Annual Review of Anthropology*, v. 29, p. 425-446, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.29.1.425>.
- SAID, Edward W. *Orientalism*. New York (Nova York/EUA): Random House, 1978.
- SAITTA, Dean J. Archaeology and the problems of men. In: VANPOOL, Todd L.; VANPOOL, Christine S. (ed.). *Essential tensions in archaeological method and theory*. Salt Lake City (Utah/EUA): University of Utah Press, 2003. p. 11-16.
- SAITTA, Dean J. *The archaeology of collective action*. Gainesville (Flórida/EUA): University Press of Florida, 2007.
- SILLIMAN, Stephen W. A requiem for hybridity? The problem with frankensteins, purées, and mules. *Journal of Social Archaeology*, v. 15, n. 3, p. 277-298, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1469605315574791>.

- SILLIMAN, Stephen W. Agency, practical politics and the archaeology of culture contact. *Journal of Social Archaeology*, v. 1, p. 190-209, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/146960530100100203>.
- SILLIMAN, Stephen W. Archaeologies of indigenous survivance and residence: navigating colonial and scholarly dualities. In: FERRIS, Neal; HARRISON, Rodney; WILCOX, Michael V. (ed.). *Rethinking colonial pasts through archaeology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2014. p. 57-75.
- SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2008.
- SILLIMAN, Stephen W. *Lost laborers in colonial California: native Americans and the archaeology of Rancho Petaluma*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2004.
- SMITH, Claire; WOBST, Martin M. (ed.). *Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice*. New York (Nova York/EUA): Routledge, 2005.
- SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London (UK): Zed Books, 2012.
- SPICER, Edward H. *Cycles of conquest: the impact of Spain, Mexico, and the United States on the Indians of the southwest*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 1962.
- SPICER, Edward H. (ed.). *Perspectives in American Indian culture change*. Chicago (Illinois/EUA): University of Chicago Press, 1961.
- SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (ed.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana (Illinois/EUA): University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.
- STEEVES, Paulette F. Decolonizing the past and present of the Western Hemisphere (the Americas). *Archaeologies*, v. 11, n. 1, p. 42-69, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11759-015-9270-2>.
- STEEVES, Paulette F. Deloria, Jr., Vine. In: SMITH, Claire (ed.). *Encyclopedia of global archaeology*. New York (Nova York/EUA): Springer, 2014. p. 2091-2093.
- TALLBEAR, Kim. Standing with and speaking as faith: a feminist-indigenous approach to inquiry. *Journal of Research Practice*, v. 10, n. 2, 2014.
- TODD, Zoe. An indigenous feminist's take on the ontological turn: "ontology" is just another word for colonialism. *Journal of Historical Sociology*, v. 29 n. 1, p. 4-22, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/johs.12124>.
- TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. Decolonization is not a metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education G Society*, v. 1, n. 1, p. 1-40, 2012.
- TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. R-words: refusing research. In: PARIS, Django; WINN, Maisha T. (ed.). *Humanizing research: decolonizing qualitative inquiry with youth and communities*. Thousand Oaks (Califórnia/EUA): Sage, 2014. p. 223-247.
- VAN DYKE, Ruth. (ed.). *Practicing materiality*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2015.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Anthropology (and) science*. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: <https://sites.google.com/a/abaetenet.net/nansi/abaetextos/anthropology-and-science-e-viveiros-de-castro>. Acesso em: 15 ago. 2018.

- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. The crystal forest: notes on the ontology of Amazonian spirits. *Inner Asia*, v. 9, p. 153-172, 2007.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Who is afraid of the ontological wolf? Some comments on an ongoing anthropological debate. *Cambridge Journal of Anthropology*, v. 33, n. 1, p. 2-17, 2015.
- VIZENOR, Gerald. *Manifest manners: narratives on postindian survivance*. Lincoln (Nebraska/EUA): University of Nebraska Press, 1994.
- VIZENOR, Gerald (ed.). *Survivance: narratives of native presence*. Lincoln (Nebraska/EUA): University of Nebraska Press, 2008.
- VOSS, Barbara. The archaeology of serious games: play and pragmatism in Victorian-Era Dining. *American Antiquity*, v. 84, n. 1, p. 26-47, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/aaq.2018.72>.
- WATKINS, Joe. *Indigenous archaeology: American Indian values and scientific practice*. Walnut Creek (Califórnia/EUA): AltaMira Press, 2000.
- WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher. Things are us! A commentary on human/thing relations under the banner of a "social" archaeology. *Norwegian Archaeological Review*, v. 41, n. 1, p. 53-70, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/00293650701698423>.
- WHITE, John R. Historic contact sites as laboratories for the study of culture change. *Conference of Historic Sites Archaeology Papers*, v. 9, p. 153-163, 1974.
- WITMORE, Christopher L. Symmetrical archaeology: excerpts of a manifesto. *World Archaeology*, v. 39, n. 4, p. 546-562, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/00438240701679411>.
- ZEDEÑO, María Nieves. Animating by association: index objects and relational taxonomies. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 19, n. 3, p. 407-417, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0959774309000596>.
- ZEDEÑO, María Nieves. Bundled worlds: the roles and interactions of complex objects from the North American plains. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 14, p. 362-378, 2008.
- ZIMMERMAN, Larry J. Usurping native American voice. In: BRAY, Tamara (ed.). *The future of the past: archaeologists, native Americans, and repatriation*. New York (Nova York/EUA): Garland, 2001. p. 169-184.